

Maria Cecília B. N. Rodrigues S. Reis

**O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII.
A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro
e os negócios do vinho**



Tese de doutoramento em História apresentada à FLUP, sob a orientação da
Prof. Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

FLUP

2013

AGRADECIMENTOS

Uma tese, ainda que seja fruto do trabalho individual, não se torna possível sem contributos diversos, pelo que aqui registo algumas palavras de agradecimento e gratidão a todos os que concorreram para a tornar possível.

Ao Sr. Professor Doutor Fernando de Sousa pela generosidade com que me abriu as portas do arquivo da Real Companhia Velha e me franqueou o acesso à documentação.

Ao Sr. Professor Doutor Gaspar Martins Pereira pela competência científica e inestimável disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas.

À orientadora deste trabalho, Sr^a Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, pelos conhecimentos transmitidos e pela disponibilidade manifestada no acompanhamento, sendo de destacar a especial atenção dada ao pormenor.

À família, pelo apoio, paciência e compreensão sempre presentes ao longo dos anos, em especial ao António, meu marido, pela ajuda inestimável na organização das bases de dados, bem como ao Luís Filipe, meu filho, pelas competências informáticas que se revelaram particularmente importantes no apoio à consecução e revisão dos inúmeros quadros e gráficos.

A todos, bem haja!

Maria Cecília Rodrigues Reis

ÍNDICE

1. A economia portuguesa - contexto e novos contributos	11
1.1 A atividade produtiva e comercial portuguesa em meados de setecentos – alguns vetores de caracterização	13
1.2 A ação do Marquês de Pombal - coordenadas de mudança	24
1.2.1 <i>A Junta do Comércio - repercussões da sua tutela na praça do Porto.....</i>	<i>30</i>
1.2.2 <i>Aula do Comércio – o ensino da arte mercantil</i>	<i>43</i>
1.2.3 <i>Política de monopólios – a criação de companhias comerciais por ações... 47</i>	
1.3 A “Viradeira” e o recuo do papel empresarial do Estado – alguns exemplos da praça do Porto	62
 2. Dinâmicas comerciais no Porto Setecentista a partir de uma fonte serial.....	74
2.1 A praça do Porto e a atividade mercantil	76
2.2 O subsídio militar – anatomia de um tributo	80
2.2.1 <i>O subsídio militar – agentes e redes de comércio.....</i>	<i>95</i>
2.2.2 <i>Os produtos de consumo com incidência tributária.....</i>	<i>104</i>
2.2.3 <i>Situações de isenção – as “liberdades” e outras condições</i>	<i>118</i>
2.2.4 <i>Mercadores portugueses sob a mira do subsídio militar</i>	<i>123</i>
2.2.5 <i>Os mercadores e as firmas britânicas</i>	<i>125</i>
2.2.6 <i>Os mercadores de outras nacionalidades</i>	<i>127</i>
2.3 Hegemonia e quotas de mercado.....	132
2.4 A exportação – destinos e agentes comerciais.....	140
2.4.1 <i>Exportadores e firmas nacionais</i>	<i>147</i>
2.4.2 <i>Exportadores e firmas britânicas</i>	<i>153</i>
2.4.3 <i>Exportadores e firmas de outras nacionalidades.....</i>	<i>157</i>
2.5 A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro tributada pelo subsídio militar.....	163
 3. Na rota dos negócios vínicos	181
3.1 A criação da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro e o seu impacto na cidade.....	184
3.2 A Companhia e o poder local: uma liderança comum.....	188
3.3 A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – uma empresa mercantil	193
3.3.1 <i>O mercado nacional dos produtos vínicos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro</i>	<i>195</i>
3.3.2 <i>O comércio externo dos produtos vínicos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro</i>	<i>207</i>

4. Os mercadores do Porto – aspirações e percursos em torno dos negócios vínicos.....	247
4.1 Elites do Porto – reconhecimento e mobilidade social	248
4.2 Os mercadores do Porto e a Real Companhia das Pescas do Algarve.....	252
4.3 Os mercadores e a tutela da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.....	263
4.3.1 <i>Agentes, destinos e volumes dos negócios vínicos</i>	264
4.3.1.1 Portugueses nos negócios vínicos - transversalidade social	268
4.3.1.2 Mercadores britânicos e o comércio interno	278
4.3.1.3 Mercadores de outras nacionalidades no comércio interno de produtos vínicos	281
4.3.2 <i>O comércio externo de produtos vínicos</i>	293
4.3.2.1 Exportadores nacionais dos produtos vínicos	300
4.3.2.2 Exportadores britânicos	326
4.3.2.3 Exportadores de outras nacionalidades	343
CONCLUSÃO	366
Anexos	378
Fontes.....	646
Bibliografia	647

Índice dos Anexos

Anexo 1 - Mercadores portugueses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772).....	379
Anexo 2 - Mercadores britânicos que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772).....	426
Anexo 3 - Comércio interno de produtos vînicos, em pipas, dos mercadores portugueses (1775-1800)	439
Anexo 4 - Comércio interno de produtos vînicos, por anos e destinos, dos mercadores britânicos (1775-1800)	526
Anexo 5 - Exportadores portugueses de produtos vînicos, em pipas, por destino (1775-1800).....	542
Anexo 6 - Exportadores ingleses de produtos vînicos, em pipas, por destino (1775-1800).....	634

Resumo

O objeto de estudo deste trabalho providencia a identificação nominal dos agentes que compunham as comunidades de comerciantes que operavam na praça do Porto em meados de setecentos, bem como as quotas de mercado que alcançaram e a localização geográfica dos destinos do seu comércio, interno e externo, onde se inclui a Companhia das Vinhas do Alto Douro, enquanto empresa mercantil.

O método de pesquisa desenvolvido consistiu na recolha e tratamento de dados numéricos e de carácter nominal, de que resultou informação posteriormente comparada nas suas diferentes variáveis.

Os resultados encontrados conduziram a dados quantitativos que, depois de trabalhados estatisticamente, deram origem a quadros e gráficos que permitiram inferir conclusões quanto ao objecto de estudo.

As limitações deste trabalho académico prendem-se com as dificuldades de leitura das fontes, bem como com a falta de regularidade temporal de registos que torna a análise contínua naturalmente incompleta.

Palavras-chave: comércio, produtos vínicos, Porto, Companhia das Vinhas do Alto Douro, subsídio militar.

Abstract

The object of this work provides the nominal identification of the agents that made up the communities of traders operating in Porto in mid seven hundred, as well as achieved market shares and the geographic location of the destinations of their trade, domestic and foreign, which includes Companhia das Vinhas do Alto Douro as a trading company.

The research method developed consisted of collecting and processing of numerical and nominal data, which resulted in information later compared between its different variables .

The results led to quantitative data that, after being statistically worked, led to charts and graphs that allowed to infer conclusions about the object of study.

Limitations of this academic work relate to the reading difficulties of sources, as well as the lack of temporal regularity of records that makes naturally incomplete continuous analysis .

Keywords : trade, wine products, Porto, Companhia das Vinhas do Alto Douro, military allowance.

Introdução

O estudo que aqui se inicia vem na sequência de outro desenvolvido no âmbito do Mestrado, em que foram tocados aspetos que agora se retomam e ampliam, pois ficou a vontade de perceber qual foi o papel desempenhado pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, enquanto empresa mercantil empenhada em satisfazer a procura do mercado doméstico, mas também apostada no alargamento da sua base exportadora pela demanda de novas áreas de negócio e pela consolidação de mercados já conquistados. Ainda em linha com a mesma perspetiva, ficou a curiosidade, a concretizar agora, de identificar nominalmente os que compunham as comunidades comerciais que operavam a partir da cidade do Porto, quais os produtos que compunham os seus negócios e as quotas que alcançaram, bem como a geografia dos mercados mais relevantes para os produtos que comerciaram, em consequência da implementação de dinâmicas de investimento, de crescimento e de internacionalização que puseram em prática.

Situado no período 1756-1800, este é claramente um trabalho de cariz económico, distribuído por quatro capítulos, que reflete os resultados das opções políticas, sociais e económicas dos que tinham os desígnios da governação nas suas mãos. Inicia-se no ano da instituição, pelo Rei D. José I, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), por considerarmos este facto um marco importante para a cidade do Porto e Alto Douro, tendo então ocorrido uma forte solidificação dos laços que tradicionalmente ligavam a região vitícola à urbe portuense. Os reflexos dessa ligação estenderam-se da economia inter-regional à nacional, assumindo particular relevo no plano das contas portuguesas, através do comércio interno mas também por via das exportações.

O segundo marco temporal foi selecionado em função da avaliação das repercussões das medidas pombalinas, antes e depois do afastamento do Marquês, em 1777, e do desenho das novas orientações políticas e das correlações com as dinâmicas sociais e económicas do reino, trazidas pela “Viradeira”, com especial enfoque no que concerne ao comércio portuense, ainda que sejam escassas, neste particular, as fontes primárias.

O trabalho que agora se apresenta foi o produto de vários anos de investigação e de estudo que deu origem à construção de duas bases de dados distintas, uma com recurso à fonte serial designada por *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, à guarda do Arquivo Histórico Municipal do Porto

(Casa do Infante) e uma segunda baseada em outra fonte serial, denominada por *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, à guarda do Arquivo da Real Companhia Velha.

Constatou-se que foram vários os escrivães que registaram os assentos dos produtos manifestados, quer ao subsídio aquando da entrada dos produtos na cidade, quer à alfândega, aquando da saída pela barra do Douro, o que nem sempre facilitou a leitura, dada a descontinuidade da grafia, contornada em alguns casos através da comparação com outros registos. Outra dificuldade prende-se com o desconhecimento de línguas por parte dos escreventes, o que fez com que alguns registos sejam transcrições fonéticas ou aportuguesamento dos nomes de mercadores estrangeiros, dificultando a leitura.

Para realizar a análise destes recursos documentais e construir as referidas bases de dados (sendo a da Companhia muito mais vasta) foi necessário proceder a levantamentos exaustivos e sistemáticos dos dados, ao longo de vários anos, tendo esta massiva informação obrigado a uma enorme resiliência e persistência na sua recolha, bem como à aquisição de competências informáticas e estatísticas que permitissem um tratamento adequado, com vista à obtenção de resultados satisfatórios.

Para compreender melhor a operacionalização do subsídio militar foi consultado o códice: *1838 – Copiador particular do arquivo de documentos dirigidos ao Governo sobre as rendas do Município extraídas para o Governo*, à guarda do Arquivo Histórico Municipal do Porto, que se revelou fundamental para contextualizar o imposto que recaiu sobre a cidade do Porto e seu termo. Este copiador é constituído por vários documentos e diplomas que permitem perceber com clareza a data de início deste tributo, bem como as circunstâncias da sua imposição. Contém ainda várias outras cópias de documentos, nomeadamente atas de vereação, que a Câmara enviou ao Governo, provavelmente com o intuito de esclarecer melhor o contexto da origem e manutenção desta coleta.

Igualmente à guarda do Arquivo Histórico Municipal do Porto, encontram-se os livros dos *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, uma fonte de carácter fiscal, de que utilizámos catorze livros, um por ano, tendo iniciado a pesquisa em 1756 e terminado em 1772, com alguns hiatos (1760-1763) devido ao desaparecimento dos que correspondiam a estes anos. Salienta-se que ainda se encontram registos para os três primeiros meses de 1773 apesar da tutela da cobrança desta coleta ter passado para a jurisdição da Companhia das Vinhas do Alto

Douro em 1772, no que toca aos produtos v nicos e a dos restantes (o sal, os couros, o ferro e o bacalhau) para a mesa do consulado da Alfândega. Esta fonte reveste-se de particular importância para a identificação nominal dos homens de negócio, de nacionalidade portuguesa, mas também de outras comunidades estrangeiras que desenvolviam a sua atividade econ mica na cidade do Porto, no período de 1756-1772, e revela-se igualmente pertinente para o levantamento dos seus negócios e definição da geografia do comércio interno e externo que desenvolveram.

A fonte existente no Arquivo da Real Companhia Velha, designada por *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres que por sahida se despacharam na Alfândega desta cidade*, permite identificar os comerciantes que se dedicavam ao comércio interno, bem como os exportadores, no período de 1775-1800, os navios de transporte dos produtos manifestados e respetivas quantidades, bem como o porto de destino. Cada registo apresenta data, com indicação de dia e mês, sendo que existia um livro para cada ano. Antes de selecionar esta fonte e perante o manancial imenso constituído pela documentação do arquivo da Companhia, sentimos alguma dificuldade em encontrar o rumo que nos levasse   construção do caminho, continuando na senda do subsídio militar. Num primeiro momento, pensámos que a solução passaria por continuar com o levantamento dos dados do mesmo subsídio, passado para a tutela da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1772. Assim, ao consultarmos estes livros, imediatamente percebemos que não ir mos complementar a fonte compulsada no Arquivo Histórico Municipal do Porto, uma vez que a recolha tributária ficou dividida entre aquela Instituição, a quem coube a coleta sobre os produtos v nicos e a mesa do consulado da Alfândega, responsável pela recolha do  nus sobre as restantes mercadorias. Ciente destes pressupostos, optámos então por traçar um rumo que permitisse radiografar as forças vivas que faziam pulsar a economia portuense através do comércio interno e externo, estruturadas em torno dos produtos v nicos do Alto Douro.

Ainda no arquivo da Companhia consultámos um livro do subfundo Martins da Luz, que diz respeito a José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz, nomeadamente no que toca à conservação e administração da sua casa, confiada   Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro pela carta régia de 31 de Agosto de 1795, de acordo com o plano apresentado para o efeito pela Junta da dita Instituição. Este mercador, que foi deputado da Junta da Companhia das Vinhas do Alto Douro faliu, sendo a Companhia das Vinhas do Alto Douro o seu principal credor. A

documentação permite perceber qual o envolvimento de José Martins da Luz, um rico comerciante e armador de navios, no negócio das pescarias desenvolvido através da Real Companhia das Pescas do Algarve, proposto pelo Marquês de Pombal, e que viria a ditar a sua falência, problemática que virá a ser desenvolvida no quarto capítulo.

Dentro do universo documental mobilizado destacam-se também, pelo seu carácter transversal ao período em estudo, os livros da série do registo geral *da Junta do Comércio*, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de que consultámos 29 livros. Trata-se de uma fonte de capital importância no que concerne às políticas económicas postas em prática na segunda metade de setecentos, cujo âmbito é bastante vasto e composto por diplomas legais e outros documentos recebidos e emitidos pela Junta do Comércio, onde se compaginam decretos, consultas, representações, alvarás, ordens, editais, cartas régias, ofícios, avisos, escrituras, estatutos, instruções, mapas, ordens, petições, etc. Contêm documentação com informações relevantes para a compreensão da história económica do período pombalino e de fins do século XVIII e início do XIX, abarcando os mais diversos aspetos, desde o comércio interno e externo, o de retalho, a fiscalização alfandegária, o tráfego marítimo, a indústria, as obras públicas, sendo de realçar o seu interesse para o estudo do comércio ultramarino, no que ao Brasil diz respeito, bem como à Ásia e à África, pelo que a sua consulta é absolutamente vital para o enquadramento das políticas económicas e para a compreensão das ideias que lhes subjazem e que foram postas em prática ao longo da segunda metade de setecentos.

Também pelo seu carácter transversal à atividade económica, respeitante à urbe portuense, destacam-se os livros notariais à guarda do Arquivo Histórico Distrital do Porto, pertencentes ao 4º cartório notarial do Porto, que tinha a sua sede, na segunda metade do século XVIII, na desaparecida rua das Quingostas que, por via da sua situação geográfica próxima da Rua Nova dos Ingleses, foi procurado por mercadores nacionais e estrangeiros que tinham aí a sua morada familiar ou o seu espaço profissional, dada a proximidade da zona da Ribeira. Esta fonte tem um carácter complementar e a sua pertinência resulta das informações contidas nos atos notariais que envolvem homens de negócio que, na tentativa de salvaguardar os seus interesses, lançavam em nota atos importantes para o seu trato, tais como procurações, contratos de fretamento, compra e sociedade de navios, arrendamentos, protestos, constituição de sociedades comerciais, registo da matrícula de comerciante na Junta do Comércio e que

os homens de negócio tinham obrigatoriamente de realizar, e que alguns registavam no notário.

No primeiro capítulo deste estudo vão articular-se algumas das grandes questões da economia portuguesa da segunda metade do século XVIII, a partir da extensa bibliografia existente sobre a matéria e de dados provindos da investigação pessoal em fontes primárias, procurando assim contribuir para esclarecer como é que os portugueses que se lançaram na prodigiosa demanda de conhecimento e riqueza, através da aventura dos descobrimentos, não lograram desenvolver as atividades produtoras nacionais com sucesso, desde a agricultura à indústria, com especial enfoque na atividade comercial. Na verdade, Portugal apresentava uma agricultura estagnada e pouco produtiva, uma estrutura urbana macrocéfala, centrada sobretudo na capital do reino e, por isso, desequilibrada, uma falta crónica de uma mão-de-obra preparada e capaz, sem vontade de assimilar saber técnico, de manifestar capacidade para inovar ou para introduzir novas tecnologias, preferindo seguir os métodos dos antepassados, ou mandar vir de fora. Assim, pretende-se problematizar a eficácia das coordenadas de mudança introduzidas nas políticas económico-sociais, como forma de solucionar as fragilidades do reino para as quais contribuiu também a debilidade da burguesia portuguesa por impreparação profissional, pese embora as estratégias implementadas por Pombal, nomeadamente através da criação da Junta do Comércio e da introdução do ensino mercantil profissionalizante, ministrado pela Aula do Comércio, com vista a dotá-la da capacidade de competir com mercadores estrangeiros, na luta pela expansão e consolidação de negócios e mercados e que muito contribuiu para a dignificação social dos mercadores na sociedade setecentista

No segundo capítulo abordar-se-á o subsídio militar, um imposto que recaiu sobre a cidade do Porto e seu termo no contexto da guerra da Restauração e que será objeto de estudo entre 1756 e 1772, data em que a coleta deixa de estar sob alçada camarária e passa para a jurisdição da Companhia das Vinhas do Alto Douro.

Tendo sido invadida a província do Minho e tomada a vila de Monção, a cidade do Porto viu-se obrigada a proceder à sua defesa, enquanto capital daquela província. Para enfrentar a despesa, a cidade consentiu, conforme o acórdão de 18 de fevereiro de 1659, em socorrê-la com dinheiro, armas e gente, o que originou uma coleta voluntária prevista para oito meses, que viria a tomar um carácter obrigatório de longa duração, mantendo-se vigente até ao fim do século XVIII, dando assim origem ao imposto designado por subsídio militar, para o pagamento do regimento de defesa da cidade que,

já no reinado de D. Maria I passou para a responsabilidade do erário régio. O objeto de incidência da coleta eram bens de consumo pré-determinados, obrigatoriamente manifestados à entrada, que oneravam a cidade do Porto e o seu termo. Enquanto fonte serial encerra várias potencialidades e possibilita a abordagem de diversas problemáticas, nomeadamente a identificação dos que operavam na cidade do Porto, a sua nacionalidade, a quem coube a maior capacidade de penetração no mercado doméstico, garantindo maiores quotas, quem liderou as expedições para o mercado externo e quais os produtos que reforçaram a vocação exportadora dos agentes económicos, em que se inclui a própria Companhia das Vinhas do Alto Douro, uma vez que manifestava os produtos que entravam na cidade do Porto sob a sua responsabilidade, tal como os restantes mercadores, sendo que os seus registos apresentam a vantagem de terem sido objeto de maior cuidado por parte do escrivão do subsídio, que identificou o tipo de produtos vînicos dos seus manifestos, o que não ocorreu com os outros agentes económicos, cujo registo apenas reporta “vinho”. Outra questão de investigação oferecida pela fonte prende-se com a forma como os agentes económicos estruturaram a sua atividade através da capacidade para gerar apoios e solidariedades; umas familiares, que se identificam nos manifestos, ainda que nem sempre de forma sistemática; outras de carácter meramente profissional, por via de sociedades ou relações próximas com caixeiros, “companheiros”, leia-se sócios, ou fiadores, cuja função era a de satisfazer a coleta, na impossibilidade do manifestante.

No terceiro capítulo, a Companhia das Vinhas do Alto Douro esteve no epicentro da investigação no período compreendido entre 1775-1800. A sua criação provocou sérias resistências na cidade do Porto, nomeadamente por parte de estrangeiros, mas também do povo que se levantou contra a Instituição, através do motim da Cordoaria em fevereiro de 1757. Uma das consequências deste foi a nomeação de João de Almada e Melo para o regimento do Partido da cidade do Porto que, à frente da Junta das Obras Públicas, criada em 1763, trouxe à urbe portuense desenvolvimento e modernidade. A própria Companhia das Vinhas do Alto Douro deu o seu contributo através dos numerosos trabalhos públicos que levou a cabo no Porto e no Douro. Importa assim esclarecer qual o impacto dos negócios do vinho em geral e da criação da Companhia em particular sobre a cidade do Porto e a região vinhateira.

Esta Instituição atraiu aos seus quadros diretivos muitos elementos oriundos das melhores famílias da cidade que ocuparam, cumulativamente e por várias gerações, os mais importantes cargos municipais como forma de garantirem as suas posições no

mundo dos negócios v́nicos e de granjearem a honra e o prest́gio que tais cargos conferiam, o que levanta algumas quest́es de investigaçaõ tais como a identificaçaõ nominal destes homens, dos cargos que ocuparam para abrilhantar o nome de faḿlia e garantir interesses ligados aos neǵcios v́nicos que mantinham, bem como os mercados que disputaram, nomeadamente o doḿstico e o exportador.

A Companhia das Vinhas do Alto Douro atuava como qualquer outro comerciante no mercado nacional. O produto com maior peso e significado nos neǵcios que á desenvolveu, foi o vinho de embarque. O de lotaçãõ foi o que teve menor significado neste coḿrcio e o de ramo teve um pequeno peso. O “vinho” nãõ especificado tamb́m desempenhou um papel pouco expressivo, tal como a aguardente, com valores irriśrios. O principal destino para a colocaçaõ dos seus produtos foi Lisboa. Por conseguinte, importa identificar a composiçaõ dos neǵcios v́nicos da Companhia no mercado interno, a dimensãõ da quota de comercializaçaõ para cada produto e os mercados mais relevantes para a sua colocaçaõ.

Enquanto empresa mercantil, a Companhia exportou vinho de embarque, vinho de embarque do Brasil, vinho de lotaçãõ, vinho de ramo, “vinho”, aguardente e vinagre. A maior quota no mercado externo foi a do vinho de embarque, seguiu-se o vinho de lotaçãõ, depois o de ramo, em seguida o “vinho” sem especificaçãõ e por fim o vinho de embarque do Brasil. A aguardente deixou de ser exportada a partir de 1788, ano em que foi apenas expedida uma pipa, sendo de assinalar que o vinagre seguiu de perto o comportamento desta. Por conseguinte, o fluxo exportador da Companhia levanta algumas quest́es de investigaçaõ tais como a identificaçaõ dos produtos que alimentavam o coḿrcio externo da Instituiçaõ, a sua contribuiçaõ individual para o ganho ou reduçaõ de quota exportadora e o contexto que concorreu para tal evoluçaõ.

Os mercados externos onde a Companhia comercializou os seus produtos situavam-se maioritariamente na Europa, como seria de esperar, mas tamb́m na Aḿrica, onde se destaca o Brasil e as colónias da Aḿrica Inglesa, a África onde Angola surge como único destino e a Ásia que provavelmente englobará o territ́rio sob administraçaõ portuguesa á situado: a Índia, uma vez que o destino nãõ aparece especificado. A este proṕsito levantam-se algumas quest́es que importa desenvolver, nomeadamente a identificaçaõ dos mercados para os produtos da Companhia e o seu contributo para o aumento ou diminuiçaõ de quotas de comercializaçaõ; se existe especializaçaõ das exportações por produto e mercado. A Companhia revelou capacidade, enquanto empresa mercantil, para alcançar novas zonas de interesse

económico e adequar as suas estratégias de mercado às especificidades requeridas? Os mercados onde comercializou foram os que ofereceram uma procura mais dinâmica e apresentaram maior potencial para assegurar uma evolução favorável das suas exportações?

O quarto capítulo abarca o período 1775-1800 e tem como escopo as comunidades mercantis ancoradas nos produtos vínicos da instituição da Companhia das Vinhas do Alto Douro, que tutelava toda a atividade concernente aos produtos durienses, nomeadamente a desenvolvida por comerciantes, lavradores ou produtores.

Pombal, desejoso de ver constituída uma burguesia forte e capaz de ombrear com os comerciantes estrangeiros e de disputar mercados e oportunidades de negócio, envolveu-a no trato mercantil proporcionado pelas companhias por ações. Os comerciantes do Porto também são disso exemplo, nomeadamente através da adesão à Companhia Geral das Pescarias do Algarve, com bens e capitais, que lhes foi proposta e que estes aceitaram. Como questões de investigação importa problematizar desde logo o próprio projeto. Este foi gizado adequadamente por Pombal? Os resultados do exercício da Companhia foram os esperados? Estiveram em linha com os objetivos propostos? E os mercadores da cidade do Porto, envolvidos pelo Marquês, desenvolveram negócios relevantes, aumentando o capital e os bens inicialmente investidos?

Perpassou a sociedade portuguesa e a portuense em particular, um interesse transversal pelo trato vínico. Importa por conseguinte perceber: quais os grupos sócio-profissionais que se envolveram? E os estamentos que é possível identificar? O universo destes interesses resumiu-se aos homens ou houve mulheres a envolver-se no trato?

No espaço interno foram várias as comunidades mercantis que ancoraram a sua atividade nos negócios proporcionados pela comercialização dos produtos da instituição da Companhia, desde os portugueses aos mercadores de outras nacionalidades. As questões de investigação daí decorrentes são desde logo a identificação nominal por nacionalidade de comerciantes, o desenho da composição dos seus negócios de modo a perceber-se se existe proporcionalidade entre o número de participantes e os volumes de quotas atingidos, sobretudo entre as duas comunidades mais numerosas: os portugueses como seria de esperar e os ingleses. Importa ainda perceber quem liderou os negócios e quais os mercados considerados relevantes em termos de procura.

A cidade do Porto era um centro económico ativo, muito dinamizado por um importante núcleo portuário, onde o comércio foi feito por um universo alargado de

mercadores rumo à Europa e, em menor quantidade, a outros continentes, nomeadamente ao asiático, africano e americano, onde o Brasil e a América Inglesa assumem papel de destaque. A este propósito é possível levantar algumas questões orientadoras tais como: quem eram os comerciantes, por nacionalidade, que colocaram o seu esforço no fluxo exportador, internacionalizando o seu comércio? Quais os mercados que proporcionaram um retorno mais significativo para as dinâmicas de investimento e de crescimento que desenvolveram? Quais os produtos que constituíam os seus negócios e que contribuíram para a construção de quotas mais significativas? Quem liderava, em termos relativos por nacionalidade, o movimento exportador, demonstrando maior dinamismo e melhores condições para a expansão e consolidação de negócios?

Estamos em crer que este trabalho poderá fornecer, melhor ou pior, algum contributo a estudos já realizados e de assinalável valor como os de Gaspar Martins Pereira, grande conhecedor das questões concernentes ao Alto Douro vinhateiro e à Companhia das Vinhas do Alto Douro, ou de Conceição Andrade Martins que estudou a evolução das exportações do vinho do Porto ao longo dos três últimos séculos, de Fernando de Sousa, particularmente dedicado às questões relativas à Companhia e Conceição Meireles Pereira, António Barros Cardoso que estudou o comércio da cidade do Porto na primeira metade do século XVIII e identificou nominalmente as diversas comunidades que nele se envolveram e se dedicaram ao trato vínico, Francisco Ribeiro da Silva, cuja obra concorreu também para o conhecimento da atividade económica da urbe portuense e ainda Sandro Sideri, António Barreto, Moreira da Fonseca, Susan Schneider a quem muito se deve também pelo enriquecimento da temática em apreço.

O estudo que agora se apresenta traz um novo contributo no que concerne ao comércio da segunda metade de setecentos, com particular enfoque no trato vínico e epicentro na cidade do Porto, um importante entreposto marítimo, animado pelos negócios de aquém e de além mar desenvolvidos por uma miríade de agentes, que serão nominalmente identificados, desde logo os portugueses, alguns lavradores e produtores do Alto Douro, ainda que as fontes não ofereçam dados para a sua cabal identificação, mas também pequenos e médios mercadores que tentavam sobreviver num quadro de grande competitividade com os que, a operar na mesma praça, possuíam melhores condições, nomeadamente apoios financeiros e cobertura de riscos, para a expansão e consolidação dos seus negócios, de que se destacam sobretudo estrangeiros, particularmente ingleses, a comunidade mais ativa e próspera, que implementaram

dinâmicas de investimento, de crescimento e de internacionalização com reflexo nas quotas de mercado que atingiram e que se procurarão definir neste trabalho e organizar ano a ano por nacionalidade, produtos e mercados, no que concerne ao espaço doméstico e internacional.

A Companhia das Vinhas do Alto Douro será igualmente versada neste estudo, onde se procurará apresentar a evolução dos resultados quantitativos referentes ao seu desempenho enquanto empresa mercantil, no mercado interno e externo. As quotas alcançadas por produto e mercado, anualmente contabilizadas, serão analisadas sob o ponto de vista da capacidade da Instituição em consolidar mercados já conquistados, mas também em alargar a sua base exportadora pela aposta em novas zonas de interesse económico, por forma a enfrentar com sucesso a concorrência de outras zonas fornecedoras de vinhos e a garantir um desempenho revelador da sua capacidade em adequar as estratégias da empresa às especificidades de novos mercados, potencialmente interessantes para alocar os produtos da sua instituição.

1. A economia portuguesa - contexto e novos contributos

Neste capítulo, de índole centralizadora, pretende articular-se algumas das grandes questões da economia portuguesa da segunda metade de setecentos, apresentadas na extensa bibliografia existente, com a utilização de dados da investigação pessoal, assente portanto em fontes primárias.

Importa desde logo perceber as fragilidades esculpidas durante e após a União Ibérica, que aproximaram Portugal da Inglaterra como forma de garantir o reconhecimento da dinastia de Bragança e um lugar de pleno direito no concerto das nações. Viria assim a desenhar-se uma situação de dependência face àquele país, consubstanciada nos tratados anglo-portugueses de 1642, 1654 e 1661 e, já no século XVIII, no tratado de Methuen, o que permitiu, sobretudo a partir deste último, em 1703, o crescimento da comunidade inglesa instalada no país, e ancorada em torno do trato mercantil, a quem foram concedidos privilégios de pendor fiscal, civil e judicial. Foi na cidade do Porto que se estabeleceu o entreposto comercial mais importante, dinamizado por uma próspera comunidade britânica, radicada em torno da feitoria inglesa e ativamente envolvida no comércio vínico, vindo não só a controlar uma parte da produção, mas sobretudo do transporte para reinos estrangeiros, de entre os quais se destaca a Grã-Bretanha, o principal mercado de escoamento destes produtos.

Com a chegada ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pelo título de Marquês de Pombal, que recebeu em 1769, vai dar-se a implementação de políticas para melhorar a economia e diminuir a dependência de Portugal face à Inglaterra, o que provocou uma rápida colisão entre os dois Estados. Fortemente influenciado pelo Iluminismo, Pombal criou um governo forte e autoritário, combinando princípios mercantilistas com os do despotismo iluminado. A sua política económica pretendeu reduzir a importação dos bens de consumo, desenvolver novos centros de manufaturas, proporcionar ao comércio segurança e rentabilidade e redirecionar mão-de-obra mal aproveitada para setores e atividades mais úteis. Uma vez que o vinho e o comércio com o Brasil constituíam o pilar da economia portuguesa, Pombal criou não só a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, mas outras também, tal como será referido, tendo em vista a reorganização do setor produtivo e de exportação vinícola, bem como o comércio colonial.

A burguesia nacional também foi objeto das preocupações reformistas pombalinas, dado tratar-se de uma classe que apresentava falta de robustez, não só sob o ponto de vista económico, mas também político e social. Devido à falta de condições para se impôr, também por via das formas de mentalidade que refrearam a sua afirmação, dado o estigma e a ausência de estima social que atingia a condição de mercador, a burguesia portuguesa manteve-se débil e impreparada, mostrando acentuadas dificuldades para penetrar em mercados estrangeiros e ombrear com homens de negócio de várias nacionalidades, radicados nas principais praças portuguesas. Com vista à superação de tais fragilidades, será criada a Junta do Comércio, fundamental na coordenação das atividades comerciais e a Aula do Comércio para propiciar àquele grupo social a aquisição dos conhecimentos técnicos de que tanto carecia. Acima de tudo, Pombal procurou criar uma elite mercantil capaz de alavancar os principais setores da atividade económica portuguesa.

Com a morte de D. José I deu-se o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo e a consequente “Viradeira”, o que produziu grandes alterações, nomeadamente o recuo da intervenção do Estado, que encontrou comerciantes de grosso trato interessados em desenvolver iniciativas, anteriormente patrocinadas pelas finanças públicas.

Se, por um lado, a conjuntura externa pesou decisivamente nas opções de política económica que foram implementadas em Portugal, na segunda metade do século XVIII, nas áreas metropolitana e colonial, uma vez que o reino estava envolvido numa complexa teia de relações económicas, políticas e diplomáticas de âmbito internacional, não se pode perder de vista os fatores e condicionantes internos, pelo que iremos procurar expor os processos de mudança propiciados pela iniciativa estatal, nomeadamente no período Josefino, em que ocorreram grandes alterações institucionais, bem como com a “Viradeira” que representou um desvio no que toca às orientações anteriores.

1.1 A atividade produtiva e comercial portuguesa em meados de setecentos – alguns vetores de caracterização

Para se perceber o contexto da economia portuguesa na segunda metade do século XVIII, há que atender não só a forças conjunturais, mas também estruturais, que a forjaram no escopo do tempo longo. Vamos começar por estas últimas, tentando perceber como é que os portugueses que se lançaram na “prodigiosa aventura da invenção da humanidade, que ajudaram a tecer uma economia mundial – não puderam desenvolver a agricultura e a indústria e construir uma sociedade mais próspera, à semelhança de outros povos europeus”¹? A resposta plasma-se em torno de diferentes causas, ao longo do tempo, e é objeto de diferentes teorias.

Desde logo imputa-se a causa aos próprios efeitos das Descobertas, nomeadamente aos gastos excessivos e supérfluos, ainda nos reinados de D. Manuel e de D. Sebastião. Também as conquistas substituíram o comércio e bloquearam o desenvolvimento do país por anemia de capitais ou ainda por via da cobiça de mercadores e funcionários. Há também a interpretação que põe o ónus da decadência na política de transporte que não deixou no país a semente da riqueza.

Como fator de grande relevância e com reflexos a longo prazo destaca-se a emigração judaica², cuja sangria trouxe consequências que afetaram sobremaneira a situação económica portuguesa, uma vez que os cristãos-novos não lograram alcançar o virtuosismo comercial e financeiro que os expulsos judeus levaram consigo³, indo gerar riqueza e prosperidade noutras praças, como Amesterdão, Hamburgo, Londres onde participaram, durante o século XVII, na criação da banca e da bolsa e, já em finais do século XVIII, em Nova Iorque⁴.

¹ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994, p. 10.

² A este propósito pode consultar-se: SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*, 4ª ed. Porto: Editorial Inova Limitada, 1969, p. 29 e CARVALHO, António Carlos – *Os Judeus do Desterro de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, p. 11.

³ “O que nos faltava e nos faltou sempre nas épocas subsequentes, foi a experiência financeira e comercial, a arte económica que os judeus levaram consigo sem que ninguém se preocupasse em recriá-la para uso de uma elite desorientada e incapaz de retirar proveito duradouro para a nação e para si própria do manancial de riquezas que as conquistas da África, do Oriente e da América, fizeram cair subitamente sobre nós” (MAGALHÃES, José Calvet de – *História do Pensamento Económico em Portugal. Da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editores, 1967, p. 102).

⁴ NOGUEIRA, António de Vasconcelos – *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a ética capitalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004, p. 145.

Ademais, as atividades económicas dos cristãos-novos foram profundamente limitadas pelo Santo Ofício, que sobre eles lançou o cerco da intolerância, prejudicando assim o seu dinamismo mercantil. Terá de se esperar pelo consulado pombalino para assistir ao fim da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. António José Saraiva questionou a razão de tal facto só suceder sob aquele governo, explicando que então subiram ao poder os que a Inquisição perseguia, bem como os seus aliados e ainda a burguesia mercantil e a elite esclarecida que considerava o comércio como a base da prosperidade das nações⁵.

Ainda no século XVII, o Padre António Vieira, consciente da importância dos judeus e cristãos-novos para a economia portuguesa, apesar da perseguição que lhe foi movida pelo Santo Ofício, denunciou não só as prisões, nomeadamente de homens de negócio, mas também as consequências económicas que daí resultavam. É o caso, por exemplo, de Duarte da Silva, um abastado mercador que fez vários empréstimos à coroa e que a Inquisição prendeu em 1647, o que provocou a redução para zero do crédito de Portugal, no estrangeiro. Relatou António Vieira nas suas cartas ao Marquês de Nisa que no dia em que chegou a notícia da prisão de Duarte da Silva, o câmbio subiu para 5%⁶. Referiu em outra carta que Cristóvão Soares de Abreu procurava dinheiro para a passagem, mas não o encontrava porque as prisões de Lisboa, como a anteriormente referida, tinham cortado o crédito aos portugueses⁷. E noutra ainda, de novo lamentou que era mais difícil achar cem cruzados do que noutro tempo duzentos mil⁸.

A voz de Vieira continuou a ouvir-se, com invulgar denodo, contra os excessos que atrofiavam a atividade comercial e favoreciam a saída dos que reproduziam o capital, sobretudo num reino baseado no comércio, mas que ainda assim lançava os seus mercadores para o estrangeiro e, em contrapartida, admitia os estranhos no seu seio, fazendo com que os lucros da atividade comercial viesse a ser dos outros e nada seu⁹. Esta foi uma realidade não só do século XVII, mas também dos seguintes, sendo que a

⁵ SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos...* p. 319.

⁶ Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 16 de março de 1648, Carta XXV, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume, p. 166-169.

⁷ Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 23 de março de 1648, Carta XXVI, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume, p. 169-171.

⁸ Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 6 de abril de 1648, Carta XXVIII, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume, p. 174-175.

⁹ COELHO, António Borges – *Cristãos-Novos Judeus e os Novos Argonautas*. Porto: Caminho, 1998, p. 179.

partida de mercadores portugueses permitiu que outros viessem a ocupar o seu lugar, nomeadamente estrangeiros, chamando a si os interesses do comércio e dos negócios. Os que ficaram tiveram de enfrentar a falta de reconhecimento público da atividade comercial, vista como mecânica, pese embora as vozes que se levantaram, alertando para a necessidade de reabilitação social do trato mercantil, como a de Duarte Gomes Solis que escreveu: “bien claro se mostrara el grande ódio que en Portugal se tiene contra los hombres de negocio”¹⁰ ou mesmo a de António Vieira que dirigiu um escrito a D. João IV, em 3 de julho de 1643, em que sugeriu ao Rei que fizesse nobres a todos os homens que fossem mercadores, o que atrairia pessoas de maior qualidade e cristãos velhos para o exercício mercantil, com claro benefício para o reino, tal como acontecia com Veneza, Génova, Florença e outras repúblicas, onde os príncipes eram mercadores e por isso riquíssimas¹¹.

A falta de reconhecimento da atividade mercantil decorria da mentalidade, inscrita numa estrutura longa, fruto do controle das consciências e esculpida pela moral cristã, tão contrária à acumulação de riqueza individual para além das necessidades razoáveis do ser humano¹², tal como recordado no Sermão da Montanha de Jesus Cristo, primeira bem-aventurança, de acordo com o qual o homem deve desprezar as riquezas materiais.

Por conseguinte, são princípios que não contribuíam para o dinamismo económico que Portugal, anémico de cabedais e de gentes dedicadas à atividade mercantil, tanto necessitava, o que constituiu uma oportunidade para que negociantes de países com outra mentalidade face à criação e acumulação de riqueza, se viessem estabelecer em Portugal.

Tal como referido atrás, a dependência de Portugal face à Grã-Bretanha terá começado a desenhar-se a partir da União Ibérica, tendo sido gradualmente cimentada pelos vários tratados ocorridos ao longo do século XVII, nomeadamente o de 1642, no

¹⁰ SOLIS, Duarte Gomes – *Alegación en favor de la Compañía de la India Oriental e comércios ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*, Ano de MDCXXVIII, p. 70.

¹¹ “Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”, escrita em 3 de julho de 1643, in *Obras escolhidas*, edição de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, 1951, p. 49-50.

¹² “A Igreja condenou, séculos a fio, desde o período da Patrística até aos inícios da Idade Contemporânea, a prática da *usura* na Cristandade ocidental. *Lato sensu* a *usura* traduzia-se por todo o excedente recebido em relação ao montante inicial que uma das partes fizera empréstimo a outra, em géneros, mercadoria ou dinheiro, num contrato de mútuo ou numa transacção comercial” (NOGUEIRA, António de Vasconcelos – *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a ética capitalista...* p. 42-43).

reinado de Carlos I, que garantiu aos britânicos, residentes em Portugal, amplas liberdades comerciais e religiosas, bem como a abertura dos portos portugueses da Europa, da África e da Ásia à marinha mercante inglesa, estipulando ainda a obrigação de Portugal adquirir os seus navios em Inglaterra.

Em 1654, ainda durante a guerra da Restauração, Portugal celebrou novo acordo com aquele país, que não só confirmou as cláusulas do anterior, como ainda alargou o âmbito das concessões aos ingleses, dado que acrescentou novos artigos e acentuou o desequilíbrio a favor daqueles. Este novo tratado abriu à Inglaterra o comércio com as colónias, incluindo o Brasil¹³ e facultou-lhe o tráfico negreiro. Em troca, Portugal recebeu apenas a promessa de paz e amizade como contrapartida para um esquema de total dominação económica, reduzindo Portugal ao papel de “simples vassalo comercial”¹⁴.

Entretanto, e já em 1661, um novo acordo foi firmado entre Portugal e a Grã-Bretanha, neste caso a propósito do casamento de Catarina de Bragança, irmã de Afonso VI, com Carlos II. Para além do pesado dote da princesa, que ascendeu a dois milhões de coroas portuguesas¹⁵, foi confirmado o articulado dos tratados anteriores. Os territórios de Bombaim e Tânger foram cedidos e foi dada autorização a quatro famílias inglesas para se instalarem em cada uma das capitanias do Brasil. Em troca, Portugal obteve apenas a promessa de apoio contra eventuais arremetidas de Espanha.

Quatro décadas depois foi assinado em Lisboa o tratado de Methuen, a 27 de dezembro de 1703, entre o embaixador extraordinário da Grã-Bretanha em Portugal, John Methuen, e o Marquês de Alegrete. Este tratado continua a gerar controvérsia entre os historiadores portugueses que vêem nele o início de um processo de recrudescimento da dependência de Portugal face à Inglaterra, nomeadamente pelo seu contributo para o atraso estrutural da indústria manufatureira portuguesa e para o escoamento rumo aos cofres do tesouro britânico do ouro brasileiro, tão intensivamente explorado por Portugal, na primeira metade de setecentos¹⁶.

¹³ Apesar de tudo, Portugal reservou para si o monopólio da exportação para o Brasil de vinho, farinhas, azeite e bacalhau e a importação de pau-brasil (SILVA, Francisco Ribeiro da – “Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro”. *DOURO – Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID, 18 (2004), p. 98).

¹⁴ APUD SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder*. Lisboa: Edição Cosmos, 1970, p. 44.

¹⁵ Em 1688, uma coroa equivalia a cinco *shillings* em ouro (SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder...* p. 45).

¹⁶ Há quem considere que o ouro foi uma ilusão e que Portugal, pensando tirar benefícios dele, prejudicou-se. Veja-se a opinião de Alexandre de Gusmão em meados do século que apontava o engodo das minas, recriminando Portugal de “correr ignorantemente em seguimento da *riqueza imaginária* das Minas de ouro, que nos tem arruinado e empobrecido, quando nos *pareceu* encontrarmos aí toda a

O tratado comercial de 1703 era constituído por três artigos apenas e a sua celebração justifica-se por razões de ordem política e económica. Sob o ponto de vista político, tem a ver não só com a legitimação da dinastia brigantina, mas também com a ameaça de Luís XIV, que fez perspetivar uma coligação franco-espanhola, e um novo perigo para a independência nacional. Mais uma vez, foi a Inglaterra a garantir as tão almejadas condições de segurança. Sob o ponto de vista económico convencionava que os panos de lã e outras manufaturas inglesas passassem a ser livremente admitidos em Portugal “para sempre”, desde que os vinhos portugueses entrassem nas alfândegas inglesas em condições preferenciais face aos vinhos franceses, ou seja, que fossem privilegiados com uma redução em dois terços dos direitos de importação que, normalmente, eram exigidos àqueles.

Este tratado, desde cedo, suscitou as mais variadas opiniões. Acúrsio das Neves culpou-o pela dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra, considerando que esta inibiu as potencialidades do ouro brasileiro e que o cumprimento do seu articulado provocou o fracasso da industrialização portuguesa, sufocada à nascença, ainda que aponte outras causas como o sistema económico vigente e os hábitos da nação que, por si só, arruinariam os estabelecimentos fabris nacionais, com ou sem tratado¹⁷.

A dominação por parte da Inglaterra foi questionada por Sandro Sideri que considerou sobreavaliada a importância do tratado de Methuen que, na sua perspetiva, não terá estado na origem do predomínio económico-político inglês sobre Portugal, mas terá sido a sequência lógica da assinatura dos tratados de 1642, 1654 e 1661, continuando o mesmo espírito destes. De qualquer modo, os direitos preferenciais consignados em 1703 eram mais aparentes do que reais, uma vez que já desde 1690 os

nossa fortuna” (Apud SOUZA, Laura de Mello e – *Desclassificados do Ouro. A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 32).

¹⁷ Acúrsio das Neves, deputado e secretário da Real Junta do Comércio, nomeado por D. João VI em 1810 e que viria a ter informação privilegiada em consequência do seu cargo, escreveu a este propósito: “o Tratado concorreu muito para a ruína das nossas manufacturas, porque se há casos em que seja necessário recorrer ao sistema proibitivo, para que a indústria estrangeira não sufoque na nascença os estabelecimentos fabris nacionais, tal era o de Portugal naquela época. Mas eles tinham de arruinar-se, ou com o Tratado ou sem ele, uma vez que não mudamos o nosso sistema económico; porque neste e nos hábitos da nação existiam motivos bem capazes de darem com todas as nossas fábricas em terra, independentemente de outras causas externas. Foi um fogacho devido aos sopros do Conde da Ericeira, e acabou com ele” (NEVES, Acúrsio das – *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, *Variedades Sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas, Consideradas Segundo os princípios da Economia Política*. Porto: Edições Afrontamento, 1985, p. 555).

direitos de importação cobrados aos vinhos portugueses eram menores do que os que incidiam sobre os franceses.

Valentim Alexandre considera haver um equívoco permanente e generalizado na abordagem da história das relações externas portuguesas, desde o século XVII até começos do XX. No que toca à Inglaterra, reage contra a perspectiva da sua dominação, não só constante, mas também esmagadora sobre Portugal que, possuindo uma indústria anémica e uma agricultura deficitária, não teria tido capacidade para retirar vantagens do Brasil e de África, limitando-se a ser um intermediário e a deixar àquele país a maior parte dos lucros, provenientes da exploração colonial. Refere, por outro lado, que a Inglaterra estava longe de dominar o escambo dos produtos coloniais brasileiros, movimentando apenas um terço do seu valor total e comprando, fundamentalmente, um único produto: o algodão. Quanto às mercadorias entradas no mercado brasileiro, nomeadamente os tecidos de linho, de algodão e os lanifícios, só estes últimos eram fabricados em Inglaterra, uma vez que os outros dois ou eram produto nacional ou eram fornecidos por outros países. Como se explica então esta divergência estrutural do sistema de relações entre Portugal e a Inglaterra, face ao consignado nos tratados de 1654, 1661 e 1703? Valentim Alexandre refere que o sistema se alterou profundamente, não só em consequência da crise da produção do ouro brasileiro¹⁸, uma vez que era a prosperidade daí resultante que permitia a absorção de grande quantidade das manufaturas inglesas, sobretudo os lanifícios, mas também do arranque da revolução industrial. Daqui resultou que, quando se deu o decréscimo da produção aurífera, o que aconteceu desde a década de 1760, ocorreu também a rutura da lógica do sistema, uma vez que diminuiu o mercado para as exportações inglesas, logo enfraqueceram-se os laços entre a economia portuguesa e a inglesa. E à medida que se avizinhava o fim do século, esta, enquanto importadora, desinteressava-se da generalidade dos produtos

¹⁸ Quando o ouro vindo do Brasil começou a dar os primeiros sintomas de decréscimo, todo o sistema ameaçava ruir, uma vez que aquele havia permitido “saldar com metal o deficit da balança comercial portuguesa” (ARRUDA, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 110). O ouro havia sido uma enorme fonte de receita para a coroa, tendo a tributação sobre a atividade mineradora sido primeiramente calculada com base no “número de batéias empregadas na extração [...] mudada em 1713 pela ‘finta’ de 30 arrobas anuais. Mudou-se para o sistema dos quintos, a partir de 1719, arrecadação feita pelas Casas de Fundição. Em 1733 nova modificação [...] estabelecendo-se a ‘capitação e censo da indústria’, ao tempo em que se criavam as Intendências da Fazenda Real e extinguíam-se as Casas de Fundição. O novo sistema não deu bons resultados para a Coroa, porque a arrecadação diminuiu. O Alvará de Dezembro de 1750 restabeleceu o sistema dos quintos, as Casas de Fundição, e fixava uma cota mínima de 100 arrobas anuais [e] quando em um ano não fosse completada a quantia fixada proceder-se-ia à derrama” (RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p. 45, nota 89).

coloniais portuguesas, com exceção do algodão, uma vez que os recebia das próprias colônias. Por outro lado, enquanto fornecedora do mercado brasileiro, nomeadamente de lanifícios, não só sentiu a concorrência de fornecedores de outras origens, como viu alterado o processo produtivo, na origem, uma vez que já estava a apostar nos tecidos de algodão, legalmente proibidos de entrar no mercado luso-brasileiro¹⁹.

Em suma, a tese de Valentim Alexandre defende que a lógica do tratado de Methuen se alterou, uma vez que o padrão de trocas – lanifícios contra vinho – já não correspondia aos interesses básicos da economia inglesa e à dinâmica pela qual afinara o sistema de relações luso-britânico, diminuindo assim a importância do papel desempenhado pela Inglaterra na economia portuguesa, na primeira metade de setecentos.

Há ainda outras perspetivas acerca do tratado de Methuen como as dos que viram nele a consagração de uma conveniência mútua, ou então pura inutilidade. Argumentam os primeiros que os ingleses pretendiam colocar os seus panos em Portugal, por seu turno, o nosso país preferia-os, já que eram mais baratos. Em troca das suas exportações, a Inglaterra aceitava receber um produto português de qualidade: o vinho. Os que defendem a segunda perspetiva argumentam que “a concorrência final dos vinhos no mercado inglês se travaria fatalmente entre os portugueses e espanhóis”²⁰.

Veríssimo Serrão organiza a divergência de opiniões em torno de dois pólos: aqueles em que predomina a formação inglesa vêem vantagens na colocação dos vinhos, sobretudo os do Douro, num grande mercado, enquanto os que compõem a corrente favorável à França, já vêem no clausulado um acordo prejudicial à indústria têxtil portuguesa, dado considerarem que esta se vira privada dos estímulos de produção e dos meios de concorrência. Em relação às consequências do tratado no que ao desenvolvimento industrial português diz respeito, considera que não houve uma paragem nas manufaturas e que a falência da indústria têxtil nacional não terá acontecido, uma vez que o consumo dos produtos importados era feito, sobretudo, na orla marítima, enquanto o interior do país continuava a ser abastecido pela produção

¹⁹ ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 69-71.

²⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – “Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro”... p. 95.

interna. Refere ainda que, neste ponto, o tratado de Methuen não terá sido negativo para a economia portuguesa²¹.

Quanto ao setor primário, a agricultura apresentava-se estagnada, sendo de assinalar resistências para fomentar a produção agrícola nacional, nomeadamente pela introdução de instrumentos de lavra mais eficazes e, por isso, a agricultura no século XVIII apresentava uma limitada produtividade, importando-se, necessariamente, bens alimentares que a crónica insuficiência da produção nacional exigia. Apesar de tudo, não era fácil empreender qualquer diligência com vista ao desenvolvimento da produtividade uma vez que tal facto “colocaria em jogo as relações sociais nos campos e, portanto, correria o risco de pôr em causa o poder da Igreja e da aristocracia e os interesses dos seus rendeiros”²². Assim, os únicos setores que não enfermaram de inércia crónica foram o frutícola e o vinícola.

É de salientar também que a estrutura urbana se encontrava desequilibrada, com uma enorme dificuldade em constituir uma mão-de-obra industrial, tecnicamente qualificada, daí o recurso, sempre difícil, ao recrutamento de estrangeiros, promovido pelo próprio Estado que, ainda assim, não logrou superar a impreparação técnica que inibia o fomento manufatureiro e acarretava a inevitabilidade das compras ao estrangeiro, sendo de concluir que o esforço feito para desenvolver a economia portuguesa, sobretudo com as políticas do Conde de Ericeira, não resultou. Deve ainda assinalar-se que as fábricas estatais, então criadas, e controladas de perto pela administração do Estado, laboraram numa atmosfera experimental, sempre debaixo de fogo de poderosos e hostis proprietários agrários, com interesses divergentes, uma vez que se centravam no comércio do vinho. Por último, faltou a este projeto, liderado por um pequeno grupo “iluminado”, o apoio de uma classe média crescente, disposta a subscrever, a longo prazo, as novas políticas²³.

Do expendido acima se infere que não pode ser aceite a interpretação de que as dificuldades sentidas pelas fábricas terão tido origem no tratado de Methuen. As razões devem ser procuradas na inércia que impediu o país de melhorar o sistema económico, pelo que, isso sim, são causas para a falta de vitalidade neste setor, o que teria acontecido sem aquele tratado.

²¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta*. Vol. V, 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1982, p. 231-232.

²² PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial...* p. 24.

²³ SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder...* p. 131.

Para além do que fica dito, deve acrescentar-se a escassez de capitais disponíveis. Estes eram drenados não só pelo comércio colonial mas também pela arrematação da cobrança de receitas fiscais e o arrendamento de senhorios laicos ou religiosos. Os investimentos, nomeadamente na indústria, sofreram com a resistência dos detentores de capitais em aderir aos empreendimentos manufatureiros que haviam sido projetados, nomeadamente os negociantes, aristocratas, incluindo a nobreza provincial, o que se explica por um retorno mais moroso da reprodução dos investimentos, obrigando o Estado a adiantá-los diretamente²⁴. Ainda assim, a Inquisição não via com bons olhos o financiamento de uma política de fomento à custa de capitais dos cristãos-novos²⁵, como era o caso da manufatura de lanifícios da Covilhã, já que “entre 1700 e 1705 dezoito negociantes da Covilhã foram encarcerados pela Inquisição”²⁶.

Em suma, por que cresceu tão pouco a atividade produtiva? Na opinião de Barry Supple este fracasso relativo das políticas industriais mercantilistas pode ser atribuído em parte à ineficiência e falta de técnica com que as novas empresas foram frequentemente criadas ou dirigidas e minimiza os resultados dos esforços do governo, referindo que terão tido um efeito “induzido” bastante limitado no conjunto da economia, em consequência da “escassez geral de capacidades empresariais, a relutância em investir capital de risco em novas associações, por elevados custos de transporte e barreiras comerciais locais, baixo nível de procura efectiva, fraca oferta de mão-de-obra, falta de mobilidade de recursos ou das tecnologias complementares”²⁷.

A “ineficiência e falta de técnica” da atividade industrial terão também a ver com a organização das manufaturas e oficinas, dependentes de privilégios e de licenças particulares, uma vez que a maior das distinções que podia ser concedida ao proprietário de um estabelecimento era o privilégio exclusivo, o que lhe permitia ficar com o monopólio de um produto ou de uma técnica de fabrico, eliminando a concorrência

²⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial...* p. 31.

²⁵ O Padre António Vieira sempre se bateu por esta questão e argumentou que o rei [D. João IV] poderia utilizar os dinheiros dos comerciantes judeus, pese embora as reservas que a Santa Sé opunha, de Roma, a essa ideia, uma vez que advogava a devolução dos bens confiscados aos originários proprietários. Poderá ver-se, a este propósito, a sua argumentação no Sermão pronunciado na Festa de São Roque, na Capela Real (VIEIRA, António Padre – *Sermões*, Tomo XI, Editores, J.M.C. Seabra e T. Q. Antunes, 1856, p. 156-157).

²⁶ DIAS, Luís Fernando Carvalho – *Os Lanifícios na Política Económica do Conde de Ericeira*. Lisboa: s.n., 1954, vol. I, p. 70. Ver também PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial...* p. 31.

²⁷ SUPPLE, Barry – “The State and the Industrial Revolution”, in CIPOLLA, C. (ed.) – *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 3, 1977, p. 301-357.

durante o período de concessão. Se, por um lado, o exclusivo configurava um prémio e um estímulo à inovação técnica por emulação e libertava o proprietário ou o inventor das pressões da concorrência, por outro, a política de privilégio ter-se-á mostrado contrária à evolução em termos de qualidade e preço, provocando assim um efeito perverso sobre a atividade económica. A própria Junta do Comércio, consciente das consequências adversas desta política, negou alguns pedidos de privilégio exclusivo. É o caso, por exemplo, do italiano Bartolomeu Orsini que solicitou à Junta licença para uma nova fábrica de botões de todos os metais. Em consulta datada de 22 de agosto de 1766, dirigida ao Rei, a Junta argumentou que não devia ser dado privilégio exclusivo ao peticionário porque privava a multiplicidade e melhoramento de obreiros e, por outro lado, não só os desobrigava de procurar adiantamentos, ou seja, evoluir, mas também os impedia de temer a concorrência, “que é a maior utilidade do povo”²⁸.

Esta política acarretava, por conseguinte, riscos com impacto sobre a atividade produtiva. No entanto, Nuno Madureira chama a atenção para o facto de o período entre 1750 e 1777, correspondente ao consulado pombalino, se caracterizar por um enorme cuidado na concessão de privilégios, sendo estes acompanhados de fiscalização *a posteriori*. Numa segunda fase, entre 1778 e 1809, ter-se-á dado uma viragem profunda, uma vez que os critérios de atribuição de privilégios se tornaram progressivamente mais frouxos. A Junta do Comércio, já para o fim do período, opôs-se a renovações *ad eternum*, o que significava também a oposição ao prolongamento artificial da vida das empresas. Em contrapartida defendia “a legitimidade da concorrência no mercado”²⁹.

Importa também perceber se Portugal, um país tão prodigamente banhado pelo mar, retirou vantagens desse potencial e se a marinha foi um fator de enriquecimento nacional, ombreando com a de outros países. João Lúcio de Azevedo pronunciou-se sobre esta problemática, referindo que sendo a marinha nacional insuficiente para responder às necessidades do tráfego, teve de se contentar com a navegação que se fazia entre os portos portugueses, sendo ainda assim coadjuvada pela marinha inglesa e por barcos pertencentes a britânicos, que navegavam com bandeira portuguesa³⁰.

Por conseguinte, a marinha mercante dificilmente garantia a regularidade do transporte dos produtos nacionais ou ultramarinos, absolutamente vitais ao equilíbrio da nossa balança comercial, cronicamente deficitária. Para colmatar tal debilidade,

²⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 111, fls. 5-6.

²⁹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 131-133.

³⁰ AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*. Porto: Clássica Editora, 1988, p. 430-431.

Portugal viu-se obrigado a recorrer ao fretamento de navios estrangeiros, sobretudo ingleses. É de notar que a Inglaterra se havia protegido com legislação discriminatória, designadamente com o imposto de tonelagem, sendo exigido aos portugueses o triplo do que pagavam os ingleses, bem como com os 15% de acréscimo na pauta da alfândega para os vinhos transportados em navios portugueses. Por outro lado, ainda que o vinho fosse levado para Inglaterra em navios nacionais, estes deparavam-se com a impossibilidade de rentabilizar a torna-viagem, tendo de enfrentar toda a espécie de embaraços que lhes eram levantados, como por exemplo o que acontecia com os estivadores, que eram apedrejados, quando iam a bordo. Pombal tinha conhecimento destas situações e queixava-se afirmando que “os *cockneys* se divertiam a apedrejar marinheiros portugueses (exactamente tal como foi satirizado pelo *Punch* pouco mais de um século depois) – Ere’s a foreigner: eave arf a brick at im”³¹. Há os que viram nestes incidentes brincadeiras de mau gosto, levadas a cabo por marinheiros encharcados em gin. Pombal, porém, viu nelas uma afronta consentida, tal como se depreende das suas palavras “as pessoas de classe social elevada que assistem a estes insultos, se bem que os não encorajem por palavras, perdoam-nos, no entanto, com o seu silêncio”³².

Conhecendo a situação, dada a sua permanência em Londres³³, não será pois de estranhar que Pombal venha a tomar medidas libertadoras desta vassalagem, uma vez que se movimentara “nos círculos da Royal Society, um organismo criado para investigar as causas, as técnicas e os mecanismos do poder comercial e naval da Grã-Bretanha. Acabou por conseguir obter um conhecimento notavelmente fino e pormenorizado da política britânica”³⁴. Protagonizou várias soluções, nomeadamente incentivos à construção naval, com vista à reconstrução do antigo poderio naval português, através da fundação do Arsenal da Real Marinha de Lisboa em 1759, no mesmo local da Ribeira das Naus, onde nasceram muitos dos navios votados à expansão marítima, que foi destruído pelo terramoto de 1755, sendo que estes estaleiros foram importantes pontos de apoio à navegação, não só no que às frotas comerciais diz

³¹ “Olha um estrangeiro: vamos atirar-lhe pedras” (BOXER, C.R. – *O Império Marítimo Português* – 1415 – 1825. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 180-181).

³² BOXER, C.R. – *O Império Marítimo Português*... p. 181.

³³ A este propósito Pombal escreveu: “Examinando o prezente estado do comercio entre as duas nações por huma rigorosa analysis dos tratados recíprocos e da observância com que elles hoje se praticão em ambos os domínios, achei que Portugal sustem todo o pezo das convenções enquanto estas são onerosas e que Inglaterra, com pouco ou nenhum encargo, recolhe dellas todo o proveito, praticandoas somente na parte em que lhe são úteis” (MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1986, p. 34).

³⁴ MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 22.

respeito, mas ainda aos navios de guerra portugueses. Há ainda outro aspeto que importa tomar em consideração e que tem a ver com a formação de profissionais de marinha, através da criação de uma Aula de Náutica no Porto. Um grupo de comerciantes da cidade solicitou a D. José I, a 18 de outubro de 1761, a construção e equipagem de duas fragatas para escolta e proteção dos ataques corsários aos navios mercantes destinados ao Brasil. O Rei deferiu o pedido e criou pelo decreto de 30 de julho de 1762 a Aula pública de Náutica com o objetivo de preparar profissionais para a condução de fragatas e navios mercantes, nomeadamente capitães, pilotos, sota-pilotos e contramestres³⁵.

Em suma, a economia nacional apresentava, por volta de meados do século XVIII, sinais de uma depressão económica geral, uma vez que os investimentos diminuía, bem como a circulação monetária, o que se refletiu no tráfego da maioria dos portos, que afrouxou. Perspetivava-se a falência para muitas empresas; grandes e pequenas. Veja-se o caso da Covilhã, a sofrer dificuldades sérias, bem como as manufaturas de seda da coroa, atingidas pelo défice e ainda as manufaturas de vidro reais, cuja crise provocou o seu desaparecimento³⁶. Pombal encetou então “a proteção às manufaturas portuguesas como forma de limitar as importações e reequilibrar a balança comercial, principalmente em relação à Inglaterra”³⁷, gizando coordenadas de mudança de carácter económico, político e social, com vista à recuperação da economia portuguesa.

1.2 A ação do Marquês de Pombal - coordenadas de mudança

Sebastião José de Carvalho e Melo “tentou seguir uma política impossível; quis civilizar uma nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la; quis espalhar a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real até ao despotismo”³⁸, quis desenvolver um país com uma limitada capacidade empresarial em que “a formação de capital humano foi ainda mais lenta do que a acumulação de riqueza possibilitada pela manipulação dos direitos alfandegários ou pela concessão de monopólios”³⁹, mas

³⁵ Catálogo da exposição – *250 Anos da criação da Aula de Náutica*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 19 de abril-30 de julho de 2012, p. 16.

³⁶ SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder...* p. 99.

³⁷ ARRUDA, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial...* p. 111.

³⁸ BOXER, C. R. – *O Império Marítimo Português...* p. 190.

³⁹ MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal...* p. 131.

esbarrou com um Portugal pouco desenvolvido, resistente à novidade, ignorante e incapaz de iniciativas.

Aquando da sua estadia em Londres, Pombal recebeu ordem da Corte portuguesa, em fins de outubro de 1740, para se inteirar exatamente de tudo o que tivesse a ver com a falta de observância, por parte dos ingleses, dos privilégios e liberdades de que deviam usufruir em Inglaterra os súbditos portugueses, bem como o seu comércio e os seus navios. É de notar que Pombal já havia transmitido algumas queixas, nomeadamente no que concerne aos portugueses a viver em Inglaterra, sobre os quais recaíam impostos que os britânicos em Portugal não pagavam, que lhes eram cobrados nas alfândegas inglesas direitos mais elevados do que aos seus nacionais e que não estavam isentos de direitos os géneros despachados para Londres com vista ao abastecimento da própria legação portuguesa. Mas havia ainda outros problemas tais como a impossibilidade de os negociantes nacionais, em Inglaterra, possuírem casas próprias e armazéns para os seus géneros, bem como outras proibições e limitações ao comércio e à navegação portugueses, naquele reino⁴⁰. Desta incumbência resultou o envio para Lisboa, a 2 de março de 1741, da *Relação dos gravames*.

Pombal não deixou de notar, nos seus escritos económicos, o grande contraste entre a decadência económica de Portugal e o pujante crescimento que a Inglaterra tinha, à semelhança de outras nações europeias. As causas de tal contraste encontrou-as na linha das conceções mercantilistas tradicionais, ou seja, que a riqueza e o engrandecimento da Inglaterra se tinham constituído, pelo menos em parte, devido ao atraso das atividades económicas portuguesas, nomeadamente do comércio, da navegação e das manufaturas. Imputou o ganho dos ingleses e o prejuízo dos portugueses não só ao excedente comercial, pago em ouro por estes, mas também ao declínio das manufaturas de lanifícios nacionais, após o tratado de Methuen, o que contrastava com o desenvolvimento daquelas em Inglaterra. Este desequilíbrio do saldo comercial entre os dois países era, na sua opinião, muito agravado por aquilo que apelidou de monopólio inglês do comércio nacional, permitindo grandes proveitos no campo puramente comercial, que os ingleses levavam do reino português. Por conseguinte, os ingleses estendiam a sua influência e controlo, através dos negociantes aqui estabelecidos, nas feitorias de Lisboa e Porto, ao comércio interno, ao crédito, aos seguros e até à lavoura⁴¹. Deste controlo quase absoluto dos meios e das condições do

⁴⁰ MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos económicos de Londres...* p. XXIX.

⁴¹ MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos Económicos de Londres...* p. XLIX-L.

comércio recíproco, resultou a inibição da formação de uma classe comercial portuguesa forte e autónoma, bem como o crescimento da marinha mercante nacional. Por conseguinte, as causas para as insuficiências dos mercadores portugueses e para a incipiente formação do capital comercial nacional foram imputadas por Pombal à opressão monopolista do comércio britânico⁴². Sem dúvida que é uma tese questionável responsabilizar o domínio inglês pela situação de decadência do comércio e da navegação em Portugal, bem como a ausência de uma classe de comerciantes nacionais, forte e capaz.

Tal como referido atrás, não pode ser ignorada a importância das perseguições inquisitoriais, uma vez que foi grande a sangria de negociantes judeus obrigados a emigrar, com graves repercussões para a economia portuguesa. Importa também perceber que houve falhas endémicas, responsáveis pela falta de fomento nacional, gerador de crescimento e riqueza, apesar da chegada do ouro e diamantes brasileiros. Terá faltado uma estratégia económica nacional, que abriu portas à cedência do poder de controlo, a um país aliado. As causas da situação interna são pois constituídas por fatores de vária ordem, nomeadamente políticos e sociais, a própria estrutura dos poderes, a incapacidade dos governantes e a responsabilidade dos reis absolutos, com particular destaque para D. João V.

Pombal optou por centrar-se no domínio comercial inglês e nas suas consequências para o país, sendo que os escritos económicos londrinos permitem perceber o tipo de ações que o futuro ministro de D. José I irá desenvolver.

Para colmatar as insuficiências que Portugal vivia neste período, Pombal considerou indispensável a intervenção do Estado, já que a iniciativa privada não tinha arcaboço para arcar com as tarefas que preconizava e os mercadores eram escassos e mal preparados.

A viragem para a segunda metade do século ficou marcada pelo abalo sísmico, seguido de incêndio a 1 de novembro de 1755, que devastou e consumiu, entre outras coisas, a última carregação da frota do Brasil, ainda nos armazéns de Lisboa. Ao terramoto, vários outros problemas se juntaram, ameaçando fazer ruir o sistema do

⁴² Numerosos observadores estrangeiros bem como D. Luís da Cunha, embaixador em Paris, tinham outra perspetiva, pois achavam os comerciantes e armadores portugueses *pusilânimes* e *preguiçosos*, para além de ignorantes, como se depreende da afirmação de um francês em 1730 que afirmou que os mercadores portugueses nem sequer sabiam importar os produtos estrangeiros da sua origem e, por isso, “ils se contentent de les acheter à Lisbonne” (MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos Económicos de Londres...* p. XLV).

comércio colonial. A exaustão dos filões auríferos brasileiros, com a consequente quebra das remessas deste metal precioso, atingiu extrema gravidade após o ano de 1764⁴³. Começava a esgotar-se a grande fonte de riqueza que facilitara as importações, o que colocava agora a necessidade de as diminuir, até porque à crise de extração aurífera se somavam outros problemas que abalavam as estruturas da economia imperial portuguesa.

Como refere Jorge Pedreira, antes da quebra das remessas de ouro, Portugal havia sentido a crise do açúcar, cuja produção fora cerceada no seu desenvolvimento. Para isso terá contribuído a escassez de mão-de-obra que fugia para as minas, a concorrência da cana das Índias Ocidentais, cujas áreas de cultivo já levavam mais de um século de expansão, e o poderio colonial da Inglaterra e da França que lhes permitia o bloqueio à colocação nos mercados internacionais dos produtos ultramarinos, reexportados por Lisboa. O único segmento dos negócios coloniais que escapava à crise era o tabaco, que se revelava a principal exportação portuguesa. Daqui resulta o arrefecimento do movimento comercial, caracterizado pelo menor fluxo portuário, o enfraquecimento da circulação monetária, a queda nas importações, a falência de importantes casas de negócio, quer nacionais, quer estrangeiras e o protesto de negociantes ingleses que sentiram uma contração de cerca de 40% na entrada dos seus produtos, na segunda metade da década de 1760⁴⁴.

A crise económica era por conseguinte uma realidade, desenhando-se por isso a urgência na implementação de medidas e soluções. Pombal irá gizá-las tendo em vista a reorganização do comércio, o aumento das exportações e o incentivo à produção manufatureira, ainda que para fazer ressurgir a economia, diminuir a dependência externa e maximizar o desenvolvimento nacional, reorganizando o comércio e aumentando as exportações, faltassem competências aos que diretamente se deviam envolver na sua consecução, uma vez que os comerciantes portugueses eram poucos,

⁴³ Foi a partir de 1745 que a produção de ouro em Minas Gerais passou a apresentar indicadores de redução. Ainda assim, as minas goianas mantiveram o ritmo de crescimento da extração aurífera. “Entretanto, no quinquénio de 1755 a 1759 a mineração em Goiás começou a declinar e entre 1760 e 1764 esboçou-se a primeira inflexão violenta na produção brasileira, precipitando-se no quinquénio seguinte, 1765 a 1769” (ARRUDA, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial...* p. 111).

⁴⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil ...* p. 44-45. Também Fernando de Sousa e Conceição Pereira se referem à conjuntura depressiva, sentida a partir de 1760, a qual “assenta em dois factores principais: a redução drástica da produção aurífera brasileira e a crise do açúcar em virtude da concorrência que então sofria e que terá, em certa medida, impulsionado e ao mesmo tempo prejudicado o plano de Pombal na área económica” (SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE, 2008, p. 41).

além de fracos de cabedais e ignorantes, não estando preparados para exercerem os seus negócios, nomeadamente com as nações estrangeiras. Para fazer surgir, então, uma classe comerciante nacional forte e capaz de estabelecer com os congéneres ingleses a parte do comércio recíproco, que cabia aos portugueses, o Estado interveio então, não só pela atração a Portugal de estrangeiros competentes e experimentados para instruir os nacionais nos diferentes ramos de negócio, mas também para impulsionar a associação de capitais privados em grandes empreendimentos, do género das companhias de comércio colonial, beneficiados com privilégios exclusivos, sendo, pelo menos numa fase inicial, amparados pela Fazenda Real.

A governação pombalina inaugurou uma nova fase em que as prioridades se centraram na reestruturação da economia interna. Com vista a obter tal desiderato, foram estimuladas e protegidas as iniciativas particulares com uma significativa ampliação das prerrogativas concedidas a setores da indústria e do comércio. Esta concessão, dirigida a indivíduos e a grupos, teve um duplo objetivo. Por um lado, melhorar a cobrança de receitas, permitindo à fazenda o encaixe de novos réditos, por outro “alterar a distribuição dos rendimentos de modo a drenar recursos para sectores económicos e interlocutores privados, cujo interesse estratégico coincide a curto e médio prazo com os interesses da coroa”⁴⁵.

Amado por uns e abominado por outros⁴⁶, o Marquês de Pombal surge, enquanto ministro de D. José I, como o grande reformador da sociedade portuguesa, pois “resistiu aos Ingleses, modernizou o Estado, promoveu o comércio e as manufacturas, fomentou e reorganizou a produção e exportação do vinho, expulsou os Jesuítas, domesticou a Inquisição, reformou a Universidade e os estudos menores e colocou a aristocracia de corte sob vigilância”⁴⁷. O reforço do poder do Estado, desenvolvido por Pombal, permitiu-lhe controlar em larga escala as forças nacionais e desenvolver a sua política

⁴⁵ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 24-25.

⁴⁶ Kenneth Maxwell refere que os contemporâneos, já à época, estavam divididos acerca de Pombal, ainda antes de ele ter chegado ao poder e que “D. Luís da Cunha, um dos mais eminentes diplomatas e pensadores políticos portugueses do século XVIII, no seu *Testamento Político*, recomendava Pombal porque o considerava dotado de um temperamento paciente e especulativo.” Nota também que, Sir Benjamin Keene, que viveu em Lisboa entre 1745 e 1749, representando aí o governo britânico, não tinha a mesma perspetiva. Este escreve sobre Pombal a Abraham Castres, nomeado cônsul em Lisboa, no ano de 1746, nos seguintes termos: “É um pobre cabeçudo saído de Coimbra, como muitos que encontrei até hoje, em que a teimosia e a estupidez atingem níveis asininos... Direi apenas que num país pequeno, um pequeno génio com vontade de ser grande é um animal muito desajeitado” (MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal...* p. 16).

⁴⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1995, p. 41.

económica, estribada no sistema monopolista que ia desde os contratos às companhias e aos privilégios de produção e distribuição, pelo que a par do despotismo incontestado que pôs em prática, levou a cabo reformas de diversa ordem, como as que visavam o incremento de uma economia desenvolvimentista de cariz nacional, por via da montagem de um verdadeiro capitalismo de Estado, em que os homens não foram esquecidos, nomeadamente os que animavam a economia com o seu labor, os mercadores.

Logo após a morte de D. José I, afastou-se do poder. “Apesar do luto oficial, tinha-se manifestado a alegria da mudança e o ódio ao Marquês cresceu com a libertação dos detidos, o regresso dos ausentes e o avolumar das queixas tornadas conhecidas”⁴⁸. Numa carta particular do tempo podia ler-se: “Lisboa parece outro mundo; é incrível a mudança”⁴⁹. E, ainda a este propósito, Jacome Ratton fala dos “insultos da cega população, que obra sempre sem conhecimento de causa”⁵⁰.

O Marquês de Pombal terminou a sua atividade governativa a 27 de fevereiro de 1777, quando apresentou o seu pedido de demissão a D. Maria I, que o aceitou. Este pedido não foi mais do que a formalização do que vinha acontecendo desde que piorara o estado de saúde do Rei. Se não se tivesse demitido, teria sido seguramente afastado em piores circunstâncias. Ainda assim, teve de sujeitar-se a um longo processo, tendo sido acusado de todas as calamidades que tinham atingido o país. Sempre reputou de falsas as acusações que lhe faziam, inclusivamente as de simonia, nepotismo e peculato. Defendeu-se com o Rei, alegando que atuara sempre de acordo com os poderes que aquele lhe delegara e, por conseguinte, de acordo com a onipotente vontade real. Ao abordar esta questão, Joel Serrão refere que “parece evidente que o aspecto fundamental daquilo que caracterizou algo do que há de mais essencial no pombalismo, é exactamente o reforço da máquina do Estado: o Rei é o símbolo e o critério da legitimidade das leis”⁵¹.

⁴⁸ SANTOS, Joaquim José Carvalhão – *Literatura e Política. Pombalismo e Antipombalismo*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991, p. 85-86.

⁴⁹ Apud Joaquim José Carvalhão Teixeira Santos – *Literatura e Política. Pombalismo e Antipombalismo...* p. 85-86.

⁵⁰ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton Sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 2007, p. 164.

⁵¹ SERRÃO, Joel – “Repensar Pombal” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal Revisitado*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 358.

1.2.1 A Junta do Comércio - repercussões da sua tutela na praça do Porto

A crise instalada e a necessidade de diminuir algumas importações, levaram à definição de novas orientações, tendo as funções de condução política sido entregues a novos organismos, de entre os quais se destaca a Junta do Comércio, um órgão consultivo, fundamental na coordenação das atividades comerciais. A sua instituição foi promulgada por D. José I, através do decreto de 30 de setembro de 1755, que a incumbiu de animar e proteger o comércio, tendo de fazer ao Rei “as representações necessárias para facilitar os meios de conservar, e augmentar o mesmo Commercio”⁵². Os seus estatutos foram confirmados pelo alvará de 16 de dezembro de 1756.

Este organismo veio substituir a Mesa da Confraria do Espírito Santo da Pedreira, depois Mesa dos Homens de Negócio que conferem o Bem Comum do Comércio, então abolida, bem como os seus oficiais. A oposição que manifestou contra o monopólio concedido à Companhia do Grão Pará e Maranhão trouxe-lhe severas consequências, sendo dissolvida pelo Rei, desterrados os seus corpos diretivos para diferentes regiões do país e exilado para Mazagão o autor da petição, o advogado Tomás de Negreiros, por oito anos⁵³.

Estão igualmente plasmadas no decreto de 30 de setembro de 1755 as vantagens da constituição da Junta por homens de negócio selecionados:

hum dos meios mais proprios para [fazer florescer e dilatar o comercio] he o de haver huma Junta de Homens de Negocio, escolhidos, praticos e de sã consciência que combinando o systema das minhas Leys com as maximas geraes do mesmo comercio e applicando-as aos casos occorrentes, solicitem o que for mais util ao Meu Real Serviço e ao bem commum dos Povos⁵⁴.

Jorge Pedreira refere em relação à criação deste organismo que, além de desempenhar um papel fundamental no acompanhamento e condução da política económica e na supervisão da estrutura industrial, “constituía um instrumento por intermédio do qual o Rei passou a conceder provisões para o funcionamento de fábricas e oficinas que se eximiam às obrigações, limitações e taxas corporativas”⁵⁵.

⁵² SILVA, António Delgado da – Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignense, 1830, p. 458.

⁵³ CARREIRA, António – *As Companhias Pombalinas*. Lisboa: Editorial Presença, 1983, p. 36-37.

⁵⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 104, fls. 1-2.

⁵⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil...* p. 414.

Pela carta de lei de 8 de julho de 1788, foi elevada a tribunal supremo, passando a designar-se por Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação com o objetivo de examinar, combinar e promover as matérias concernentes à conservação e aumento do comércio, da agricultura, das fábricas e da navegação⁵⁶.

Pelo seu primeiro diploma, a direção da Junta era constituída por um provedor, um secretário, um procurador, seis deputados, sendo quatro de Lisboa, e dois do Porto, estes com nomeação reservada⁵⁷ e ainda um juiz conservador (por lhe ter sido concedida jurisdição privativa) e um procurador fiscal. Estes dois últimos cargos foram criados mais tarde, por alvará de 13 de novembro de 1756. De entre os requisitos de qualificação para aqueles lugares destacava-se a necessária condição de serem homens de negócio, estabelecidos com cabedal e crédito respetivamente nas praças de Lisboa ou do Porto, de probidade notória e de aptidão para os respetivos empregos. Ao provedor cabia vigiar a observância das leis e ordens régias concernentes ao bem-comum do comércio e emendar alguns abusos que fossem aparecendo⁵⁸.

Referia o decreto de 30 de setembro de 1755 que “quanto aos deputados da praça do Porto reserva Sua Majestade por ora a nomeação deles sem prejuízo do exercício da Junta, enquanto não forem nomeados”⁵⁹. Foram-no mais tarde pelo decreto de 12 de janeiro de 1757, tendo sido escolhidos Manuel Pereira de Faria e Baltazar Pinto de Miranda⁶⁰. Para fazer face ao aumento de despesas da Junta do Comércio, agora agravado com esta nomeação, passou a ser cobrado, pelo alvará de 6 de fevereiro de 1757, sobre as carregações vindas do Brasil ou de qualquer outro porto da América ou da Europa, não só as contribuições expressas no capítulo 19, destinadas aos ordenados dos procuradores dos navios e outras despesas, mas também 20 réis por cada caixa de açúcar, 10 réis por cada rolo de tabaco, bem como por cada quintal de pescado seco, oito réis por cada couro em cabelo ou sem ele, dois réis por cada atanado e um real por cada meio de sola, a pagar em todas as alfândegas e casas de despacho de Lisboa e Porto⁶¹.

⁵⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 126, fls. 1vº a 5vº.

⁵⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 104, fl. 1.

⁵⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, Estatutos da Junta do Comércio, Decreto de 30 de setembro de 1755, mç. 66, cx. 212.

⁵⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 104, fls. 1-2.

⁶⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 104, *índice dos diplomas que se achavão registados no livro 1º queimado e que o não foram neste reformado, por não existirem os originais*.

⁶¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 82, fl. 14vº-15.

Os funcionários eleitos, de acordo com o regimento de dezembro de 1756, seriam substituídos de três em três anos, procurando assim garantir-se a ausência de aproveitamento das funções para benefício próprio e, ainda, evitar a crispação de interesses particulares. Porém, a previsão da renovação dos corpos diretivos da Junta não passou de um conjunto de boas intenções, uma vez que o de deputados e provedores funcionou em auto-reprodução pois, quem exercia o cargo indicava o seu substituto, além de que a duração dos mandatos foi sistematicamente prorrogada, para além do estabelecido. Assistiu-se, assim, à transformação de nomeações temporárias em permanências consideráveis. Há pois que reconhecer que, desta falta de cumprimento da mobilidade prevista, resulta que a Junta do Comércio “passa a identificar-se com um conjunto restrito de negociantes que assim se destacam da sua comunidade profissional, representam-se a si próprios e representam a autoridade real, fazendo coincidir decisões públicas com interesses privados”⁶². Importa agora avaliar o impacto desta promiscuidade na atividade económica, nomeadamente na que era desenvolvida na praça do Porto, o que será feito ao longo do desenvolvimento deste ponto.

De acordo com os estatutos, a Junta do Comércio tinha vastas atribuições, nomeadamente a fiscalização do comércio de retalho na cidade de Lisboa, a definição da política mercantil, com a tónica posta na coordenação e promoção do comércio, tomada de medidas de prevenção, repressão e fiscalização de contrabandos⁶³, fazendo executar todas as leis, alvarás ou decretos com o mesmo objetivo, coordenação, promoção e fiscalização da indústria a nível nacional, supervisão da Mesa do Bem Comum dos Mercadores, poder judicial nas causas de comércio, naturalização de estrangeiros, supervisão da Real Fábrica das Sedas, administração e inspeção dos faróis e tudo o que dizia respeito à navegação, determinando nomeadamente “a expedição certa e anual das frotas”⁶⁴, e à Aula do Comércio. Tinha ainda funções de carácter consultivo relativamente à agricultura e minas. Estava-lhe pois atribuído um conjunto muito alargado de tarefas que eram, na perspetiva de Nuno Madureira, “uma técnica de governação utilizada no período mercantilista, técnica cuja eficácia assenta na

⁶² MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 39-40.

⁶³ Esta atividade era severamente punida, pelo que os que estivessem ligados ao comércio e fossem acusados de contrabando, “alem das penas incorrerão cumulativamente na de inabilidade perpetua para servirem officio algum de justiça [...] e para exercitarem o officio de homem de negocio por si ou por outrem, directa ou indirectamente e todas as fazendas que forem encontradas serão queimadas na praça do Comercio” (ANTT – *Junta do Comércio, Estatutos da Junta do Comércio*, mç. 66, cx. 212).

⁶⁴ ANTT – *Junta do Comércio, Estatutos da Junta do Comércio*, mç. 66, cx. 212.

possibilidade de o Estado ter meios de controlo, reconhecimento e sanção sobre a acção dos agentes económicos”⁶⁵.

Os negociantes, de acordo com os seus estatutos, estavam-lhe sujeitos, tendo de cumprir o que lhes ordenasse e remeter ao seu secretário todos os requerimentos concernentes ao comércio a fim de subirem à presença real, depois de vistos e aprovados pelo provedor e deputados⁶⁶. Para iniciar a atividade económica, os caixeiros ou negociantes nacionais tinham, obrigatoriamente, de se matricular na Junta, pelo que viam assim condicionada a sua entrada nos negócios. Só podiam matricular-se os que estivessem nas condições definidas na carta de lei de 30 de agosto de 1770, ou seja, que tivessem casa de comércio estabelecida e apresentassem as respetivas certidões de despacho do consulado⁶⁷. Esta lei era da maior importância, uma vez que condicionava o acesso à profissão e definia a própria qualidade do mercador.

Sendo homens de negócio os que estavam ao serviço do Estado, integrando a Junta, que tinha como função a disciplina e a regulação da atividade económica, gerava-se uma situação de conflito de interesses, uma vez que tinham acesso a informação privilegiada, face à concorrência, que podiam usar em proveito próprio⁶⁸. Impõe-se, por conseguinte, a reflexão sobre até que ponto o interesse privado, que consideramos entender-se por qualquer potencial vantagem, se sobrepôs ao dever público e assim perceber se a Junta do Comércio, no cumprimento das funções que lhe haviam sido atribuídas, conseguiu alcançar o bem comum e não apenas o benefício de alguns. Para o efeito, iremos analisar dois exemplos de situações ocorridas na cidade do Porto, com homens de negócio aí operantes.

O aviso da secretaria da Junta, de 27 de junho de 1758, refere-se à petição de António Marques da Silva que alegou ter tido exercício de mercador da classe da Misericórdia, no Porto, em casa de Dionísio Soares Lima, tendo negociado em grosso. Pediu licença para abrir uma loja da mesma classe. A Junta opinou que não devia ser admitido dado que lhe faltava a qualidade de mercador em Lisboa, onde se deviam verificar os seis anos de experiência de caixeiro, ordenados no capítulo 2 § 7 dos estatutos dos mercadores. Só a 18 de julho de 1768, dez anos depois, é que o Rei deferiu o pedido de António Marques da Silva. Foi então declarado hábil, bem como todos os que tivessem tido o exercício ordenado pelos estatutos na praça mercantil do Porto, tal

⁶⁵ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 54.

⁶⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, Estatutos da Junta do Comércio, cap. XVI, mç. 66, cx. 212.

⁶⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 119, fl. 106vº.

⁶⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 45.

como Manuel António Álvares, também habilitado em 21 de julho de 1768, nas mesmas condições⁶⁹. Há aqui, claramente, um conflito de interesses, uma vez que a entidade reguladora, composta na sua maioria por mercadores de Lisboa, afastou os concorrentes, recusando o seu estabelecimento na segunda praça económica do reino. Foi uma decisão reveladora de favorecimento e parcialidade em prejuízo do bem comum, no caso o da praça do Porto e benefício da de Lisboa e dos seus mercadores. A lei não era, por conseguinte, universal e permitiu que, em nome de interesses privados, fosse limitada a concorrência, uma vez que foram colocadas barreiras à entrada de novos mercadores, mantido o capital em Lisboa e perpetuada a dependência do Porto face à maior cidade do reino. É de estranhar esta situação uma vez que, tal como já referido, haviam sido nomeados pelo decreto de 12 de janeiro de 1757, dois deputados da Junta do Comércio pela praça do Porto: Manuel Pereira de Faria e Baltazar Pinto de Miranda que deveriam encontrar os meios de apoio ao desenvolvimento da atividade económica da cidade que representavam, mas para o que claramente não tinham força. É de salientar que a situação não configurava ilícito, uma vez que estava de acordo com o estatuto dos mercadores. No entanto, competia à Junta propor ao Rei normas, procedimentos ou mecanismos que permitissem a prevenção ou o impedimento de tais conflitos. Esta tinha como função “facilitar os meios de conservar, e augmentar o mesmo Commercio”, conforme determinava o decreto da sua instituição de 30 de setembro de 1755, pelo que devia contribuir para a sua resolução, evitando assim prejuízos.

Ainda em relação à eficácia no cumprimento das funções atribuídas à Junta do Comércio, Nuno Madureira considera que há três áreas de atuação em que esta não foi completamente sucedida. São elas: “a gestão das reais manufacturas, a repressão ao contrabando e o arbítrio de questões cíveis entre negociantes, particularmente os processos de falência”⁷⁰.

O problema do contrabando em geral suscitou forte preocupação durante o reinado de D. José I, pelo que Pombal levou a cabo numerosas medidas para o combater, tendo sido publicadas várias leis nesse sentido⁷¹, uma vez que “a não se

⁶⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 112, microfilme 2067, fls. 7-7vº.

⁷⁰ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 47.

⁷¹ De entre a legislação produzida para combater o contrabando assinalam-se os alvarás de 26 de outubro e 14 de novembro de 1757, de 11 de fevereiro de 1758, de 15 de outubro de 1760, de 29 de julho de 1761, de 13 de setembro de 1764, de 20 de maio de 1774, havendo outras resoluções que confirmaram, ampliaram e declararam as disposições do capítulo 17 dos estatutos da Junta do Comércio (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 126, fls. 87vº-88).

verificar uma eficaz repressão, de nada valeria a concessão de monopólios e privilégios, essência económica do regime absoluto”⁷².

No alvará de 14 de novembro de 1757, o contrabando foi considerado como um dos crimes “mais perniciosos entre os que infesta os Estados; e dos que se fazem na Sociedade Civil mais odiosos”⁷³ e o contrabandista foi definido como “a abjeção, e o desprezo de todas as Nações Civilizadas, como inimigos communs do Erario Real, da Patria, e do bem publico della”⁷⁴. Foram também prescritas disposições e penas com vista a sentenças e castigos para os descaminhos das fazendas e para os contrabandos que passaram a estender-se aos domínios ultramarinos, permitindo assim uma uniformidade de critérios e de procedimentos, através do alvará de 15 de outubro de 1760⁷⁵.

O Rei incumbiu a Junta do Comércio, pelo capítulo 17 dos seus estatutos, de combater o contrabando e atribuiu-lhe ainda a tarefa de fazer executar todas as leis, alvarás ou decretos e outras disposições estabelecidas ou a estabelecer, com o mesmo objetivo. Porém, a experiência mostrou a necessidade de mais amplas providências, pelo que o Rei ampliou os § 5, 6 e 7, do mesmo capítulo.

Os castigos para o contrabando eram bastante severos e iam desde a queima pública⁷⁶, na Praça do Comércio, das fazendas apreendidas até e cumulativamente à inabilidade perpétua para o infrator servir qualquer ofício de justiça e exercer o ofício de homem de negócio por si ou por outrem, direta ou indiretamente⁷⁷.

⁷² MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 59.

⁷³ SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1830, p. 562-567.

⁷⁴ SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762...* p. 562-567.

⁷⁵ “Eu El Rei faço saber aos que este Meu Alvará com força de Lei virem, que havendo sido da Minha Real Intenção, que as disposições, e penas prescriptas, e declaradas nos Paragrafos sexto e setimo dos Estatutos da Junta do Comercio destes Reinos, e seus Dominios, para se sentenciarem, e castigarem os descaminhos das fazendas, e os contrabandos, fossem igualmente observadas e executadas, assim nestes Reinos, como em todos os Meus Dominios Ultramarinos” (SILVA, António Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762...* p. 752-754).

⁷⁶ De acordo com o disposto no capítulo VIII, § 5 da pragmática de 24 de maio de 1749, as fazendas proibidas e de contrabando eram queimadas publicamente. Pelo aviso da Secretaria de Estado de 15 de janeiro de 1789, isso deixará de acontecer, porque a Rainha ordenou que as fazendas sentenciadas à queima fossem imediatamente reexportadas para os países estrangeiros onde tivessem livre entrada e consumo. Eram expedidas com fatura e sob o nome particular de um dos deputados que o tribunal nomeasse. O produto da venda entrava no cofre geral das tomadias para satisfazer os terços dos denunciantes, os 10% dos oficiais e outras despesas para se descobrirem e acautelarem estas transgressões (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 126, fls. 88-89).

⁷⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, Estatutos da Junta do Comércio, mç. 66, cx. 212.

Se havia castigo para os prevaricadores, também o havia para os facilitadores da prevaricação, tal como se pode ler na minuta das cartas enviadas aos Prelados Eclesiásticos e assinada por Carvalho e Melo, com data de 22 de novembro de 1757. Aí são aduzidas medidas destinadas a acrescentar as providências contidas no alvará, com força de lei, de 14 de novembro deste mesmo ano. É referido que os contrabandos não podem ser recolhidos nos conventos e, no caso de o serem, possam ser daí retirados não só pelo desembargador juiz conservador geral da Junta do Comércio, mas também por qualquer ministro criminal. Quanto aos facilitadores que prestassem favor e ajuda, seriam na primeira vez “exterminados quarenta legoas do lugar em que forem achados na desobediência desta lei: pela segunda serem apartados outenta legoas dos mesmos lugares: e que pela terzeyra os fara lançar fora dos seus Reynos”⁷⁸.

Ligados ao contrabando estavam os mercadores itinerantes, também designados por comissários volantes. A designação de comissário “servia para transmitir uma imagem pouco lisonjeira de alguns comerciantes, em particular no Brasil, apresentados como meros agentes das grandes casas de negócio, que podiam fazer fortuna com as comissões que ganhavam mas eram incapazes de conduzir o comércio por sua conta”⁷⁹. Eram, porém, um elo na cadeia que ligava o Brasil a Lisboa, Porto e Londres, contribuindo para a grande prosperidade do comércio colonial e do contrabando. Criavam, no entanto, dificuldades aos mercadores portugueses da metrópole e das colônias. Os mercadores ingleses e de outras nacionalidades, estabelecidos nas praças de Lisboa e Porto e protegidos por privilégios especiais, concediam crédito e forneciam as próprias mercadorias para que os seus colaboradores, de nacionalidade portuguesa, os comissários volantes, fizessem o contrabando através do Atlântico e com o interior do Brasil. Estes mercadores itinerantes levavam as mercadorias pessoalmente para a América, para onde viajavam com falsos pretextos, chegando mesmo a transportá-las nas próprias cabines de bordo, para assim evitar gastos com comissões, fretes e armazéns. Esta contenção de custos permitia-lhes fazer uma concorrência desleal aos comerciantes estabelecidos na América, numa base regular e legal. A atividade levada a cabo por estes mercadores itinerantes, que pouco mais eram que caixeiros-viajantes, assalariados pelos feitores estrangeiros que ficavam na metrópole, consubstanciava-se no aumento da oferta e na quebra dos preços, o que acarretava consequências adversas

⁷⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 68vº.

⁷⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo...* p. 108.

ao comércio regular com as colônias. Vendidas as mercadorias que haviam transportado, voltavam com os lucros, deixando atrás de si prejuízos incalculáveis, de que descartavam qualquer responsabilidade.

Após a promulgação da lei, alvará de 6 de dezembro de 1755⁸⁰, que proibia os comissários volantes, esta atividade, antes vantajosa, tornou-se de alto risco devido à perseguição de que foi alvo, por parte do governo, apostado em implementar uma rigorosa observância das medidas para os eliminar, pelo que os negociantes que quisessem viajar para o Brasil eram obrigados a solicitar à Junta do Comércio a confirmação da sua qualidade. Todas as outras pessoas tinham de requerer passaporte, através do qual era certificado que não eram agentes ou comissários das casas de negócio. Os mercadores e caixeiros podiam, no entanto, levar mercadorias consignadas, desde que se comprometessem a ficar no ultramar pelo menos durante três anos⁸¹.

Em relação a esta matéria, o Porto constituiu durante algum tempo uma exceção, pelo que o Rei escreveu ao chanceler da relação desta cidade, em 26 de agosto de 1761, referindo que havia determinado pelos estatutos da Junta do Comércio, capítulo 17, § 3 que todos os negociantes que quisessem viajar para os portos do Brasil se habilitassem a isso, atestando na Junta do Comércio que não eram comissários volantes. Os passageiros que embarcavam nas esquadras do Porto não praticavam esta determinação, o que, enquanto exceção, terminou a partir de 1762, quando a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro passou a emitir passaporte para o Brasil para todos os que o pretendiam obter. Estes tinham de “justificar-se”, demonstrando que “obedeciam às condições legais exigidas para abandonarem Portugal Continental rumo ao Brasil”⁸².

⁸⁰ “Pretendia-se com esta lei impedir que o comércio fosse exercido por ‘diferentes pessoas ignorantes do mesmo Commercio, e destituídas dos meios necessarios para o cultivarem’ que não tinham ‘nem intelligencia para traficar, nem cabedal, ou credito, que perder’, não só porque defraudavam com frequência os negociantes que lhes confiavam as mercadorias, mas porque se suspeitava de que fossem os principais agentes do contrabando. Por isso, suprimiu-se também a liberdade das carregações de oficiais e mais gente de guerra e marinhagem” (Apud PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo...* p. 71).

⁸¹ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo...* p. 109.

⁸² “Embora autorizada desde 1761, só de 1805 em diante temos documentação relativa a esta competência da Companhia – muito provavelmente porque só a partir deste último ano é que a Companhia passou a conservar os processos de justificação e a registar em livros próprios (a partir de 1812), as atestações para passaportes” (SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa – “Portugueses do Norte de Portugal com Destino ao Brasil (1805-1832)”, *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº 14/2006, p. 203).

Com vista a evitar o incómodo da deslocação a Lisboa de todos os que do Porto se pretendiam qualificar pessoalmente, o Rei informou o chanceler desta cidade que passava a permitir que apresentassem os requerimentos assinados na Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Estes eram posteriormente examinados pelo juiz conservador, tendo os interessados de referir qual o negócio particular ou o estabelecimento de comércio que iam criar⁸³.

Ainda que inúmeras as tentativas de extirpação do contrabando, este manteve-se, uma vez que proporcionava um lucro superior ao da margem conferida pelo comércio legal. Apesar do esforço de controlo durante o consulado pombalino, é incontestável a continuidade de redes organizadas de contrabando, o que deixa claro a incapacidade da Junta do Comércio em irradiar tal fenómeno.

Ao fazer o balanço de quinze anos de atividade do juiz conservador, Pombal constatou a sua impotência face à cabal consecução dos objetivos delineados para a Junta do Comércio, pelo que esta veio a ser objeto de reformas. A primeira ocorreu em 1771 e incidiu sobre os pontos mais vulneráveis. Deu-se, assim, a “extinção do cargo de conservador, criação de novos juízos, directamente responsáveis pelo contrabando (superintendente-geral dos Contrabandos), falências (Juízo dos Falidos) e actividades económicas com estatuto particular (juiz conservador dos Privilegiados)”⁸⁴.

Em relação às falências, a Junta do Comércio encontrou muitas dificuldades, desde a compulsão, em Lisboa, da documentação comprovativa das partes interessadas, à falta de cumprimento das ordens expedidas, nomeadamente no interior do país, donde resultava que os negociantes vissem aumentar a parte de capital inativo nas suas dívidas passivas. Os processos acumulavam-se de tal modo que em 1760 já havia oitenta em atraso. Esta é uma área em que a Junta do Comércio revelou evidentes insuficiências.

A cidade do Porto foi prejudicada no que ao domínio das falências diz respeito, não só pela inoperacionalidade da Junta, mas também por via da legislação que permitia o benefício da praça de Lisboa e dos seus mercadores, em detrimento da do Porto. Um dos exemplos é o requerimento feito por João Dias de Castro, mercador desta cidade e apresentado à consulta régia de 25 de setembro de 1766. Requereu à Junta a aceitação

⁸³ Na Junta do Comércio devia constar a listagem das pessoas que passavam ao Brasil, bem como os negócios que aí pretendiam implementar. Posteriormente era enviada uma cópia ao conde de Bobadela para verificação da veracidade do que os passageiros haviam declarado. Se se verificasse que os empregos que exercitavam não correspondiam às declarações feitas na Junta do Comércio, deveria fazê-los prender e remeter à sua custa para as cadeias do reino. Para pôr em prática este controlo, ser-lhe-iam remetidas, todos os anos, as listas pela Junta do Comércio (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 82, s/p.).

⁸⁴ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 49.

da sua apresentação como falido de crédito, tendo obtido como resposta que o seu requerimento não estava nos termos da lei, ou seja, não podia beneficiar do alvará de 13 de novembro de 1756, uma vez que este só compreendia os mercadores falidos da praça de Lisboa e também não estava de acordo com o exarado na carta régia de 3 de outubro de 1757, pois faltava-lhe a primeira qualidade, que era ser comerciante de Lisboa. Nesta conformidade, o pedido foi resolvido a 19 de novembro de 1766, tendo baixado à Junta com a indicação “não há que deferir”⁸⁵.

Conclui-se então que os comerciantes do Porto, em caso de falência, não tinham o direito de lhes ser aplicado o alvará de 13 de novembro de 1756, para gozarem dos benefícios e indultos que o Rei concedia, através desta lei, aos falidos de boa-fé. Há aqui uma clara discriminação ao não ser contemplada a cidade do Porto, donde resultou prejuízo para os seus agentes económicos, que não tinham igualdade de oportunidades face à capital, sendo que esta omissão dificultava o soerguimento das empresas falidas, logo afastava concorrência, trazendo benefício não só aos homens de negócio que compunham a Junta, mas também aos restantes que faziam parte da praça de Lisboa, a principal do reino.

Pensamos que, para contornar esta dificuldade, o juiz do crime da cidade do Porto se intrometeu na resolução da falência de António de Abreu Guimarães, mercador com loja de panos, na mesma cidade. Este procedimento despoletou uma petição de nulidade de todo o processo, apresentada pelos credores do falido, e levou a posterior consulta da Junta do Comércio ao Rei, em 22 de setembro de 1757, uma vez que esta tinha jurisdição privativa e exclusiva sobre todas e quaisquer outras jurisdições em relação ao conhecimento, processo, sentença e distribuição dos bens dos mercadores falidos, que procuravam como solução o determinado pelo alvará de 13 de novembro de 1756. A Junta argumentou que o alvará não limitava expressamente as praças de comércio em que devia ser executado, no entanto, por todas as suas determinações “se dá bem a conhecer, que hé comprehensivo somente da Praça de Lisboa”. Referiu também que, por acórdão foi mandado entregar ao falido os dez por cento, privilégio concedido aos falidos de boa-fé, “sem que prestasse a fiança que requerião as partes” e enumerou as nulidades que feriam este procedimento: não se fez publicar a quebra na gazeta da corte, não houve assistência do desembargador juiz conservador, não se publicou a venda dos bens do falido e não houve juiz que pudesse proceder àquela

⁸⁵ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 111, fl. 19.

formalidade, uma vez que esta era privativa da Junta. Considerou ainda que tal exemplo é “não só dannoso a feé publica de todas as Praças do Comercio, mas offensivo da jurisdição determinada na lei”. Em consonância com o expendido, a Junta foi de parecer que o Rei mandasse declarar nulo o procedimento pois excedia os termos de julgar⁸⁶. Este assunto foi resolvido por carta régia, dirigida a Francisco José da Serra Craesbek de Carvalho, chanceler da relação e casa do Porto, em que o Rei declarou “por nullo e de nenhum effeito o refferido procedimento”⁸⁷.

A eficácia no cumprimento das funções atribuídas à Junta, nomeadamente no que toca ao arbítrio de questões cíveis entre negociantes, particularmente os processos de falência, era difícil de alcançar muito por culpa de a maior parte dos créditos serem “destituídos de obrigações por escrito, e ainda de provas de testemunhas, ou seja, raras vezes se encontra escrituração comercial organizada, pelo que a constituição de provas de facto se mostra duplamente difícil”⁸⁸. A Junta lutou contra esta situação, tal como se depreende, por exemplo, da consulta que fez ao Rei em 10 de novembro de 1766 sobre a aceitação dos falidos que se lhe apresentaram. É referido que será reputada por fraudulenta⁸⁹ a falência de todo aquele que se apresentar sem o diário numerado, rubricado e encerrado por um deputado da Junta, onde ficará registado, uma vez que o livro-diário é o que prova a boa fé do falido⁹⁰.

Quanto aos negociantes de pequeno trato foi considerado ser esta uma prevenção inútil, uma vez que não sabiam escriturar estes livros, nem tinham os cabedais com que pudessem sustentar e pagar os caixeiros que soubessem fazer esta escrituração. Foi proposto, neste caso, que satisfizessem a lei, rubricando o livro, para evitar a pena, mas que o deixassem em branco.

A Junta reconheceu que se tivesse usado de rigor, teria excluído todos os que não mostrassem o diário rubricado, pelo que teriam sido poucos ou muito raros os que se tivessem apresentado e que seria total a destruição da classe do comércio. Deposita

⁸⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fls. 28vº-29vº.

⁸⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fls. 36-36vº.

⁸⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios...* p. 48.

⁸⁹ Na consulta sobre o requerimento feito à Junta por João Teixeira de Macedo, a 6 de outubro de 1774, é referido que se julga por fraudulenta a quebra de crédito de qualquer negociante que se apresente sem livros, ou pelo menos sem o diário, conforme o disposto no § 14 da lei de 13 de novembro de 1756 (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 116, fl. 15).

⁹⁰ Através do alvará com força de lei de 1 de setembro de 1757, são esclarecidas dúvidas em relação aos falidos de má fé apresentados na Junta do Comércio, sendo esclarecido que só os falidos julgados de boa fé é que podiam gozar do benefício da separação dos 10% a seu favor, na conformidade do § 22 do dito alvará (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 26).

alguma esperança nas lições que vão sendo dadas aos praticantes da Aula do Comércio, que perceberão a importância do uso do livro-diário e adquirirão o costume de o usar⁹¹.

A Junta do Comércio foi fundamental no apoio que concedeu ao surto industrial posto em prática no consulado pombalino, através de diferentes formas de assistência, nomeadamente isenções fiscais, adiantamento de fundos e exclusivos de fabrico. Na cidade do Porto são vários os homens de negócio que aproveitaram para solicitar privilégios, exclusivos e monopólios com vista ao desenvolvimento das suas manufaturas⁹². É o caso de António José Guimarães que continuou com a laboração da fábrica de chapéus erigida por seu pai, Domingos Francisco Guimarães, após o seu falecimento, e beneficiou por um período de quinze anos, através do alvará de 25 de junho de 1773, da isenção de direitos de todos os materiais vindos de fora para uso da fábrica, nomeadamente de entrada, dízima, sisa, consulado, donativo e outros quaisquer impostos presentes ou futuros⁹³. Também Manuel José Monteiro, Julião Pereira de Castro, Manuel Pereira da Fonseca e José Maurício da Gama receberam licença para erigir uma ou mais fábricas para o fabrico de folha de Flandres por dez anos, na cidade do Porto, pelo alvará de 31 de agosto de 1776. Esta licença deveu-se ao facto de o Rei privilegiar e proteger estabelecimentos de utilidade pública, esperando assim vir a proibir a entrada do mesmo produto importado do estrangeiro, quando a sua produção interna provesse as necessidades do reino. O Rei concedeu-lhes vários direitos: aposentadoria ativa e passiva nos prédios para estabelecer as fábricas, isenção de direitos sobre os materiais vindos de fora e sobre os produtos manufaturados, na saída e entrada em todos os portos do reino e privilégios e isenções para os que trabalhassem na fábrica, iguais aos já concedidos a todas as outras⁹⁴. Outro caso é o de José Fernandes Chaves que pretendeu estabelecer uma fábrica de botões de unha, ou seja, de cascos de cavalo, em Gulpilhares, Vila Nova de Gaia. Este apresentou como particularidade um empreendedorismo fora do que era habitual nos suplicantes de privilégios e isenções e

⁹¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 111, fls. 61v^o-66.

⁹² Pode consultar-se o documento VII, publicado por MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 209-217, que contém a “lista das fábricas instaladas, com participação da Junta do Comércio, durante a sua existência até à reforma de D. Maria I, por ordem alfabética dos géneros fabricados”. Concretamente para a cidade do Porto pode consultar-se o quadro *Fábricas licenciadas na cidade do Porto (1757-1800)*, em MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 354.

⁹³ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 114, fls. 176 v^o-189.

⁹⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 117, fls. 194-196.

dissonante da mentalidade vigente, pouco aberta à inovação⁹⁵, além de demasiado estribada na proteção do Estado. Deslocou-se a Inglaterra, a expensas próprias, para se instruir nesta manufatura e trazer os equipamentos necessários para estabelecer a fábrica, tendo executado botões iguais ou superiores aos de fora, que entregou na Junta do Comércio por amostra. Pelo alvará de 8 de outubro de 1776, o Rei concedeu-lhe licença para estabelecer a fábrica com privilégio exclusivo por dez anos, com a condição de ensinar seis aprendizes nos primeiros cinco anos, e de os conservar na fábrica enquanto durasse a graça. Também o isentou, durante o mesmo período, de todos e quaisquer direitos por entrada e saída dos botões no reino e domínios ultramarinos. Como contrapartida foi-lhe exigido que comunicasse à Junta do Comércio o segredo da manufatura, antes de terminados os dez anos da concessão do seu privilégio, ficando sujeito pelo mesmo alvará a uma tarifa de venda que não podia alterar, conforme o quadro nº 1, onde consta a tipologia do botão, para vestia⁹⁶ e casaca, de cores ou pretos, variando o preço de acordo com a quantidade, sendo a grossa a unidade de referência⁹⁷.

Quadro nº 1 – Tarifa para venda de botões da fábrica de Gulpilhares

Preço/grosa - quantidade abaixo de 200		
Botões para casaca	Pretos	360 réis
Botões para véstia	Pretos	260 réis
Botões para casaca	De cores	380 réis
Botões para véstia	De cores	280 réis
Preço/grosa - quantidade acima de 200		
Botões para casaca	Pretos	340 réis
Botões para véstia	Pretos	240 réis
Botões para casaca	De cores	370 réis
Botões para véstia	De cores	260 réis

Fonte: ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 117, fl. 201v⁹

⁹⁵ Há múltiplos exemplos da resistência dos portugueses à novidade, nomeadamente no seio das corporações de ofícios, com nefastos reflexos em toda a economia, sobretudo no que toca às atividades produtivas. Disso se queixa a Junta do Comércio a propósito da consulta em 19 de janeiro de 1761, sobre o pedido de João Correia para o estabelecimento de uma manufatura de fivelas, botões, molduras e outras peças de estanho. É assinalado que os mestres de qualquer ofício estão sempre de mão armada, recorrendo ao juízo executivo da almotaçaria, contra os inventores de qualquer nova ideia ou executores de outras, vindas de fora. Lê-se ainda que tais mestres não querem aprender a fazer outras obras, ou melhorar as que fazem, desde que isso lhes dê trabalho ou despesa. Quando lhes é pedida uma obra nova, dizem que os seus antepassados não a conheciam e que isso vem de fora (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 107, fls. 335-338v⁹).

⁹⁶ Véstia – jaqueta; casaco curto que não se ajusta à cintura (SILVA, António de Moraes – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1990, vol. V, p. 461).

⁹⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 117, fls. 198v⁹-201v⁹.

Para além de isenções e privilégios, exclusivos e monopólios destinados a dinamizar a produção, foram ainda postas em prática outras soluções que visavam resolver as dificuldades no domínio técnico e falta de mão-de-obra qualificada. Assim, foi promovido o recrutamento de artífices estrangeiros que, vindo a estabelecer-se em Portugal, introduziram máquinas e modos de produção mais avançados. Foram também distribuídos subsídios pela Junta do Comércio que ia buscar as suas receitas à alfândega, onde era cobrado, para o seu financiamento, um imposto de 4% sobre as importações⁹⁸.

A impreparação da classe mercantil portuguesa era por demais evidente, pelo que o Marquês de Pombal, consciente de tal fragilidade, envidou esforços com vista a dotá-la dos conhecimentos técnicos necessários. Nesta perspetiva foi criada a Aula do Comércio.

1.2.2 Aula do Comércio – o ensino da arte mercantil

Data de 18 de maio de 1759 o alvará de confirmação dos estatutos da Aula do Comércio, ordenada pelo Rei no capítulo dezasseis dos estatutos da Junta do Comércio. Considerava esta que era obrigação do seu instituto emendar a desordem nos livros de contabilidade que grassava no comércio, bem como remediar a ignorância no trato mercantil com as nações estrangeiras, uma vez que

a falta de formalidade na distribuição e ordem dos livros do commercio he huma das primeiras cauzas, e o mais evidente princípio da decadencia e ruína de muitos Negoceantes; como tambem que a ignorancia da redução dos dinheiros, dos pezos, das medidas e da inteligencia dos Câmbios, e de outras materias mercantiz não podem deixar de ser de grande prejuizo, e impedimento a todo, e qualquer negocio com as Naçoens Estrangeiras⁹⁹.

Como solução, a Junta propôs o estabelecimento de uma aula presidida por um ou dois mestres¹⁰⁰, a que seriam admitidos vinte assistentes e outros como

⁹⁸ MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no Tempo de Pombal...* p. 180.

⁹⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 106, fls. 67-70.

¹⁰⁰ “Anteriormente ao consulado do Marquês de Pombal, mais precisamente nos anos de 1756-59, com a criação da *Aula do Comércio*, e depois em 1761, com a instituição, pela Carta de Lei, do *Régio Erário*, não consta ter havido teorização sobre contabilidade em Portugal. Existia a chamada *Casa dos Contos*, remontando ao reinado de D. Dinis, ‘que exercia a administração dos bens da casa Real, supondo-se que

supranumerários e que nesta escola pública fossem ensinados os princípios necessários a qualquer negociante perfeito e, através do ensino do método italiano, vigente em toda a Europa, “ninguém deixasse de guardar os Livros do seu comércio com a formalidade devida”. De acordo com o capítulo dezasseis dos estatutos da Junta do Comércio, os supranumerários não deveriam ser mais de trinta e as matérias tidas como necessárias seriam: “ler, escrever, e contar, ao menos nas quatro espécies; pelo modo mais ordinario”¹⁰¹. Para que pessoas destituídas de meios pudessem aproveitar destes conhecimentos, aceitar-se-iam vinte assistentes, filhos de homens de negócio que deveriam contribuir com emolumentos suficientes para animar os que tivessem meios e sustentar os que deles carecessem¹⁰². Para se ser admitido foi estabelecido como idade mínima os catorze anos completos, mas não havia limite de idade para a admissão¹⁰³. A aula do comércio funcionaria todas as manhãs, começando de inverno pelas oito horas e terminando pelo meio-dia e de verão teria início pelas sete, indo até às onze horas. A primeira parte da lição seria a aritmética, sendo ensinado aos praticantes

o methodo comum e ordinario das quatro principaes especies, os muitos, e diversos modos com que mais facil, e promptamente se acham hoje as sommas, se fazem as diminuições, e multiplicações, se abrevia a repartição, e se lhes tiram as provas. Conseguida a perfeição, nesta parte, se deve passar ao ensino da conta de quebrados, regra de trez, e todas as outras, que são indispensaveis a hum commerciante, ou guarda livros completo¹⁰⁴.

Ao ensino da aritmética perfeita seguir-se-ia o estudo dos pesos em todas as praças do comércio, especialmente aquelas com que Portugal negociava, e também das

fosse utilizado o método unigráfico, ou partida simples’, e cujo desfecho se deu na sequência do Terramoto de 1755. Portanto, o conhecimento do método digráfico, ou da escrituração por partidas dobradas, não estaria consolidado em Portugal antes dos séculos XVIII-XIX” (NOGUEIRA, António de Vasconcelos – *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a ética capitalista...* p. 142). José Manuel Pereira apresenta na sua dissertação de mestrado um exaustivo levantamento bibliográfico das obras sobre contabilidade, publicadas em língua portuguesa, dentro e fora do país, para o período de 1504 a 1920, o que pode consultar-se em: PEREIRA, José Manuel – *O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista – Percursos, Práticas e Contextos Profissionais*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: FLUP, 2001, p. 217-218.

¹⁰¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 106, fls. 67-70.

¹⁰² ANTT – *Junta do Comércio, Estatutos da Junta do Comércio*, mç. 66, cx 212, cap. XVI.

¹⁰³ Embora não houvesse limite de idade para se ser admitido, deviam sê-lo os de menor idade, pois “mostra a experiencia que estes são os mais aptos para o ensino, e se devem suppor mais desimpedidos para a assistencia, e estudos” (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 106, fls. 67-70).

¹⁰⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 106, fls. 67-70.

medidas (varas e côvados, assim como de palmos e pés cúbicos e singelos), bem como do valor comum das moedas dos diferentes países até que qualquer dos assistentes da aula pudesse converter, por exemplo, as varas, as jardas de Inglaterra, ou os palmos de Génova, à medida de Portugal ou de outro reino, e o custo e despesas da fazenda na praça estrangeira ao dinheiro da outra praça para a qual se fizesse o transporte. Eram também objeto de estudo os câmbios, os seguros, as apólices, a formalidade dos fretamentos, a prática das comissões e as obrigações que delas resultavam. Muito importante era o ensino do método de escrever os livros com distinção do comércio por grosso e da venda a retalho ou pelo miúdo, tudo em partida dobrada, ainda que com diferença nos dois referidos comércios¹⁰⁵.

Após três anos de estudo, os alunos da Aula do Comércio deveriam prover, preferencialmente, os lugares na Junta do Comércio, na contadoria, na secretaria e na Real Fábrica das Sedas. Os caixeiros das lojas das cinco classes de mercadores, que frequentassem a aula por três anos, poderiam abrir lojas por sua conta com o exercício de cinco anos em vez dos seis, conforme determinado nos Estatutos da Mesa do Bem Comum dos mesmos mercadores¹⁰⁶.

Acerca da utilidade do estabelecimento da Aula do Comércio, o comerciante Jacome Ratton afirmou o seguinte:

aproveitou tanto á Nação, pelos alumnos que della tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colonias, se tem servido delles, mas até os escritorios dos negoceantes; devendo-se-lhe igualmente a generalisação de boa letra que o Governo recommendava muito, e a da lingua Franceza; pois que o mesmo Governo lhe tinha ajuntado hum mestre de francez¹⁰⁷.

¹⁰⁵ “As primeiras contabilidades conhecidas, as do século XIII, comportavam somente as contas de devedores, credores e banqueiros, ou seja, contas de ‘pessoas’. O método de registo contabilístico adoptado então ficou conhecido por método das partidas simples ou unigrafia, que consistia na inscrição em cada conta (pessoal) dos movimentos que lhe respeitam, sem qualquer interligação com inscrições feitas noutras contas”. O método das partidas dobradas ou método digráfico “data do século XV, havendo quem afirme que o frade franciscano Luca Pacioli (autor de uma monumental enciclopédia matemática ‘Summa de Arithmetica Proportioni et Proportionalita’, na qual inclui o ‘Tractatus de Computis et Scripturis’ – 1494, que foi a primeira obra impressa de doutrina contabilística) foi o seu inventor. Segundo este método, todo o débito numa conta origina o crédito noutra ou noutras e vice-versa, isto é, cada facto patrimonial determina um registo em duas ou mais contas, por forma a que ao valor de cada débito (ou débitos) corresponda sempre um crédito (ou créditos) de igual valor” (BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério – *Elementos de Contabilidade Geral*. 25ªed. Lisboa: Áreas Editora, 2010, p.82-83).

¹⁰⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 106, fls. 67-70.

¹⁰⁷ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton...* p. 203.

O próprio Rei manifestava grande apreço pela Aula do Comércio, pois como menciona Jacome Ratton, D. José I foi assistir muitas vezes aos exames dos alunos, acompanhado por toda a corte, tendo sido construída, para o efeito, uma tribuna e, quando não ia, poucas vezes faltava o Marquês de Pombal¹⁰⁸.

A importância da Aula de Comércio e, sobretudo, as consequências da sua existência sobre a aprendizagem da arte mercantil, também foi reconhecida por estrangeiros, tal como se depreende dos relatórios dos cônsules franceses, em Lisboa. Estes salientaram que, entre os anos de 1760 e 1790, o comércio feito por mercadores portugueses, por conta própria com o Brasil, era cada vez mais ativo, sendo que estes já não personificavam simples agentes de firmas estrangeiras, como no passado, sobretudo inglesas, estabelecidas na capital¹⁰⁹.

Estas medidas são pois a resposta para a falta de preparação que grassava no seio de profissionais da área mercantil, em Portugal, destinadas a formar homens de negócio capazes de ombrear com a burguesia europeia no trato comercial. Denotam a preocupação com a instrução e formação através de um ensino profissionalizante e inserem-se num processo de laicização do mesmo e de valorização social dos homens de negócio. São mudanças que ocorreram no âmbito da política reformista e ilustrada de Pombal e que muito contribuíram para melhorar a estima social que era votada aos comerciantes, fazendo-os perder o estigma que os tornava malquistos à sociedade de então. Contribuiu também para estas alterações o próprio comportamento daquele estadista, uma vez que, tal como refere Jacome Ratton:

se á sua sala concorriaõ Fidalgos, e Negoceantes para lhe fallar em negoceos, attendia primeiro a estes, dizendo, que o tempo lhes era muito precioso, e que, geralmente fallando, vinhaõ trazer; entre tanto que aquelles vinhaõ commummente buscar; e tinhaõ pouco em que empregar o seu tempo¹¹⁰.

Foi tal o sucesso alcançado pela Aula do Comércio que, em 23 de fevereiro de 1775, era grande o número de pretendentes à entrada na mesma, o que obrigou à seriação dos candidatos e à imposição de *numerus clausus*:

¹⁰⁸ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton...* p. 206.

¹⁰⁹ BOXER, C. R. – *O Império Marítimo Português...* p. 322.

¹¹⁰ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton...* p. 179-180.

sem huma rigorosa escolha, viraõ grande parte delles a prostituir os mesmos estudos, mas ainda a perverter a util applicação dos que tiverem as precisas dispozições para se instruirem, tomando os maus o tempo aos Lentes inutilmente, com prejuizo dos que se podem aproveitar; e augmentando no fim do Curso o número dos Aprovados em grande quantidade; e muitos delles com taõ pouco merecimento, que podem desacreditar o conceito, que a Junta deve procurar, que subsista da mesma Aula¹¹¹.

Em consequência do exposto, o Rei ordenou, por aviso da Secretaria de Estado, que para o curso seguinte, prestes a abrir, se não admitissem mais do que duzentos alunos e que de três em três meses se averiguasse “do prestimo, inclinação, applicação e aproveitamento de cada hum dos referidos Aulistas, para que logo sejam despedidos os inuteis [...] porque sera mais util aos mesmos, que vaõ aprender outros officios”. Seriam informados desta cláusula no ato da abertura da aula, para que não pudessem depois alegar ignorância¹¹².

Cumpre agora, na senda da análise das coordenadas de mudança gizadas por Pombal, com vista à melhoria da situação económica portuguesa, passar à política de monopólios plasmada na criação de companhias comerciais por ações.

1.2.3 Política de monopólios – a criação de companhias comerciais por ações

Na opinião de Ribeiro Júnior, Portugal não desenvolveu, tal como a Inglaterra, a França e a Holanda um sistema de companhias de comércio. Só em meados do século XVII é que despertou para a necessidade de arregimentar capitais com vista à implementação desse objetivo, apesar de há muito se fazer ouvir a voz do padre António Vieira, preconizando a criação de uma sociedade por ações com capitais portugueses, franceses, suecos e, ainda, judaicos.

Apesar da oposição da Inquisição, no tocante aos investimentos judeus, D. João IV instituiu em 1649 a Companhia Geral de Comércio do Brasil, admitindo todos os capitais, inclusive os estrangeiros. Chegou a somar 1 255 000 cruzados. O objetivo desta Companhia foi a expansão económica da área colonial, tendo-lhe sido outorgado o estanco do vinho, azeite, farinha e bacalhau, que eram colocados no Brasil, através do envio de duas frotas anuais. Estava obrigada, em contrapartida, “a cooperar com as

¹¹¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv.116, fls. 134-134vº.

¹¹² ANTT – *Junta do Comércio*, liv.116, fl. 134vº.

tropas reais na luta contra os invasores batavos no nordeste”¹¹³. Rapidamente ocorreu um choque de interesses entre os colonos, comerciantes livres e a Companhia de Comércio, o que obrigou a uma reforma na sua administração. Esta deu-se pelo decreto de 15 de novembro de 1662. Acabou por ser extinta por D. João V em 1720, passando as suas atribuições para o Conselho da Fazenda.

Merecem também destaque as Companhias, do Cachéu, criada em 1675, que em 1690 estendeu a sua ação a Cabo Verde, tendo-se dedicado ao comércio de escravos e a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, criada em 1679 e que teve vida curta. A sua atuação divergiu dos objetivos do seu estabelecimento, plasmados no fornecimento de bens alimentícios e mão-de-obra escrava, o que levou à Revolta de Beckman, no Maranhão. Menor impacto tiveram, uma vez que apenas dispunham de privilégios fiscais, as Companhias, de Goa criada em 1687, Timor em 1689, e África Ocidental em 1697. É de enfatizar ainda, porque teve alguma importância, a Companhia de Corisco, fundada em 1723, com vista ao comércio escravo, para o que obteve favores reais. De salientar que, parte da sua administração e capital eram de origem francesa. Ribeiro Júnior salienta que as companhias portuguesas supracitadas eram diferentes das inglesas, francesas e holandesas, uma vez que estas foram incrementadas por um capital em expansão e por uma burguesia sedenta de lucros que planeou com a coroa o seu enriquecimento. Em contrapartida, em Portugal, sentia-se a falta dessa burguesia mercantil forte. Em boa parte, a causa devia-se ao limitador estatismo português, vigente desde o século XV. Confundiu-se “propriedade e soberania, função pública e gerência dos bens particulares do monarca com as terras descobertas. Daí a intromissão estatal impedindo o desenvolvimento da burguesia comercial portuguesa e reinversões de capital”¹¹⁴.

Será sob a tutela do Marquês de Pombal que, na centúria de setecentos, irão entrar em Portugal as companhias de comércio por ações. Foram criadas na segunda metade do século, associadas à coroa e integradas num plano de colonização gizado pelo Estado.

Durante o terceiro quartel do século XVIII, nomeadamente no período compreendido entre 1750-1777, a economia portuguesa viu-se confrontada com problemas resultantes da exaustão das minas de ouro brasileiras, bem como da estagnação das exportações de produtos da metrópole. Importa perceber as soluções

¹¹³ RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 18-19.

¹¹⁴ RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 19-20.

encontradas para “a assinalável quebra de produção [aurífera] que se verificou a partir da década de 1760 [e que] foi compensada pela bem architectada estratégia pombalina de prosseguir uma política colonial baseada num sistema de monopólios e de exclusivos comerciais”¹¹⁵. Sobre este assunto, o Marquês de Pombal escreveu em 1756:

acho absolutamente necessario reunir todo o comercio deste reino e das suas colónias em companhias [...] e todos os mercadores serão obrigados a entrar nelas, ou então a desistir de commerciar, porque posso assegurar-lhes com toda a certeza que conheço melhor do que eles os seus proprios interesses e os de todo o reino¹¹⁶.

Pombal considerava, por conseguinte, que o lucro das nações resultava de um “comércio seguro e perpétuo”, o que só era alcançável através de uma sólida organização, consubstanciada nas companhias ligadas ao tráfego com o Oriente e as Américas¹¹⁷, o que se tornava “o meio mais eficiente para livrar o reino e o império da acção sorvedoura do capitalismo estrangeiro, fielmente representado pelas sucursais inglesas”¹¹⁸.

A tentativa do governo português para responder aos problemas económicos prende-se, por conseguinte, com a organização de um sistema de companhias privilegiadas, às quais foram conferidos monopólios, não só de produção, mas também de comercialização de produtos, quer no comércio colonial, quer nas atividades económicas da metrópole, sendo o primeiro o seu domínio fundamental¹¹⁹. Isto significa que o próprio Estado criou os seus monopólios e administrou contratos de exclusividade, o que lhe permitiu tutelar a produção e o consumo e, com os inerentes privilégios de carácter financeiro e fiscal, ofereceu sucesso garantido aos agentes económicos que se envolveram, nomeadamente nas operações de tráfego colonial, em que o próprio Estado se inclui.

Se, por um lado, o monopólio das companhias de comércio e navegação coloniais concedido a sociedades particulares foi um dos mais importantes privilégios oferecidos pela coroa, por outro foi uma forma de suporte ao projeto pombalino que

¹¹⁵ CARDOSO, José Luís (coord.) – *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 68.

¹¹⁶ Boxer, C. R. – *O Império Marítimo Português...* p. 184.

¹¹⁷ MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal – Portugal Absolutista*. Vol. VII. Lisboa: Ediclube, s.d., p. 311.

¹¹⁸ DIAS, Manuel Nunes – *Mercantilismo e Companhias*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVIII, fasc. 3-4, p. 504.

¹¹⁹ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 121.

visava o reforço da autoridade do Estado, uma vez que estes organismos vão envolver uma elite razoavelmente ampla, que lhe vai servir de apoio. Esta plataforma social foi fidelizada graças, por um lado, à redução da incerteza numa conjuntura económica difícil e, por outro, à acumulação de capital na esfera mercantil, uma vez que eram oferecidas margens de lucro garantidas aos acionistas, por um período dilatado e com baixos riscos. Assim, Pombal promoveu a criação de grandes companhias comerciais, sendo que duas delas tinham como fim desenvolver o comércio no Brasil. É o caso da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, que se manteve em vigor até 1778, e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, fundada em 1759, terminando a sua atividade em 1780, sendo que a primeira visava também o desenvolvimento da agricultura. Estas companhias foram estruturadas nos parâmetros das suas congéneres europeias e visaram não apenas o comércio e navegação, mas também assumiram, no programa reformista, o papel de instituições de fomento ultramarino e de defesa do património da coroa, sendo vitais na implementação do programa económico gizado por Pombal.

Em 1756 nasceu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com importantes objetivos em Portugal, como adiante se tratará, e no Brasil, em consequência do privilégio que inicialmente lhe foi atribuído em relação ao comércio dos vinhos da região que lhe deu o nome.

Uma última companhia monopolista viria ainda a ser criada por Pombal. Foi a Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino do Algarve, levantada à custa do esforço e dos cabedais de homens de negócio da cidade do Porto, como veremos.

Ao apostar na atividade comercial, Pombal procurou atrair investimentos privados e substanciais, de forma rápida, vindos dos profissionais do comércio e da aristocracia, o que implicava prestigiar a atividade mercantil, com menos estima social, por corresponder a trabalho manual. Como atrás se referiu, no sentido de retirar a carga pejorativa deste setor de atividade e não macular a nobreza dos que a praticavam, concedeu acesso à nobilitação dos que nela participassem. Os estatutos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão provam isto mesmo, na medida em que era concedido o privilégio de nobreza a todos os que entrassem com capital igual ou superior a 10 000 cruzados, ou ocupassem lugares na administração, o que lhes garantia a dispensa dos entraves tradicionais para efeitos de acesso aos hábitos das ordens militares. Este foi um modelo aplicado às companhias instituídas posteriormente, “de forma que o dispositivo de atração social em torno da dispensa de mecânica estava já devidamente montado

quando foram estabelecidas a Companhia do Alto Douro e a Companhia de Pernambuco e Paraíba”¹²⁰. Pombal facultou aos estrangeiros a mesma possibilidade de participação nos termos dos acionistas nacionais, no entanto, a sua adesão não foi significativa, dado o impedimento de acederem aos cargos de administração.

Se uns viram inconvenientes na criação de companhias monopolistas, outros viram sucessos, nomeadamente nas que Pombal fundou com vista ao desenvolvimento do comércio e ao estímulo da economia brasileira, êxitos estes que não impediram a sua abolição pela coroa¹²¹, uma vez que, com a morte de D. José e o afastamento de Pombal, as companhias até aí protegidas, entraram em declínio. D. Maria ainda consultou o Conselho da Fazenda¹²² acerca delas, acabando porém por extingui-las pelo decreto de 5 de janeiro de 1778, terminando assim os privilégios exclusivos das Companhias de Comércio de Grão Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba que foram extintos, respetivamente, em 1778 e 1780, ou seja, pouco depois da queda de Pombal. Esta extinção encheu de júbilo alguns comerciantes, dos dois lados do Atlântico. Em Lisboa houve quem tivesse mandado celebrar um *Te Deum* de ação de graças. Isto era o resultado de uma visão um tanto acanhada, mas é inegável que os comerciantes portugueses que lucravam mais com estas companhias eram sem dúvida apenas alguns, poucos, comerciantes e empresários ricos¹²³. Se os nacionais rejubilaram com a extinção das companhias, à exceção da dos Vinhos do Alto Douro, que perdurou, também estrangeiros o fizeram, ainda que por motivos diferentes¹²⁴.

¹²⁰ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)* ... p. 43.

¹²¹ Em 1755, o Maranhão era uma das regiões mais atrasadas do Império Português, no entanto, vinte e um anos depois era uma das mais dinâmicas e prósperas. Boxer atribui este “milagre económico” não só à Grã-Bretanha que, após a Guerra da Independência americana se viu forçada a virar-se para a América portuguesa, em busca do algodão, mas também aos métodos ditatoriais de Pombal. Dá como exemplo a atitude deste face à produção local de arroz vermelho que ele obriga a substituir por arroz branco carolino de maior qualidade. Como consequência, em 1781, a colónia produzia arroz suficiente não só para abastecer toda a nação, mas ainda para exportar de Lisboa para Londres, Hamburgo, Roterdão, Génova, Marselha e outras cidades (BOXER, C. R. – *O Império Marítimo Português*... p. 191-192).

¹²² O Conselho Ultramarino foi consultado e “bem se esforçou nesse parecer por realçar os altos serviços prestados pelas Companhias em ‘benefício comum’, no desenvolvimento do comércio, da navegação e da agricultura em todo o território do ultramar, e no aumento do próprio erário régio. Tece-lhes os mais ecomiásticos louvores. Nem assim conseguiu evitar a publicação do decreto pelo qual se declarou terminado o monopólio” (CARREIRA, António – *As Companhias Pombalinas*... p. 39-40).

¹²³ BOXER, C. R. – *O Império Marítimo Português*... p. 192.

¹²⁴ Veja-se, a este propósito, o testemunho de um comerciante inglês em 1780: “a extinção das companhias já nos abriu o importante ramo do comércio, que nos estava quase vedado desde o seu estabelecimento; e como da extinção destas se deve seguir indispensavelmente a decadência das fábricas, e por fim a sua total ruína, devemos aproveitar-nos destas favoráveis ocasiões procurando desde já introduzir as nossas manufacturas, ainda que com perda, para que desanimados os fabricantes portugueses, e desprezadas as suas fazendas, assim em razão dos preços como por não existirem

O ano de 1762 trouxe, em consequência da situação internacional, novas preocupações a Pombal. Apesar de ter evitado envolver-se nos imbróglios europeus e coloniais, para assim garantir a tradicional política de neutralidade portuguesa, isso não evitou a invasão espanhola em 1762¹²⁵, vendo-se assim envolvido na Guerra dos Sete Anos. Esta situação recolocou Pombal perante a realidade de que Portugal continuava militar e politicamente dependente da Inglaterra e que não estando o exército minimamente preparado¹²⁶, o auxílio britânico era indispensável.

Entretanto, Edward Hay, embaixador inglês em Lisboa, enviou ao seu governo em 1763 uma sinopse detalhada do sistema pombalino, explicando que Pombal “considera os portugueses daqui como simples lojistas, e os mercadores do Brasil como meros comissionistas ou feitores dos estrangeiros”. E acrescentava que aquele concebera um esquema para colocar o comércio nas mãos dos portugueses, com vista a “fazer deles os importadores e os beneficiários de todo o comércio externo [...]. O desígnio dele é criar um circuito activo de comércio externo para os súbditos de Portugal e tornar os feitores estrangeiros dispensáveis”. Em outubro de 1765, informava Londres que [Pombal] “parece partir do princípio que a Grã-Bretanha tem o interesse indeclinável de ajudar Portugal em qualquer emergência, embora durante a última

aquelas corporações estabelecidas a meu ver para lhes darem saída com preferência às nossas, e ainda que por mais alguma coisa, poderemos restaurar o pouco que devemos sacrificar e que nos promete as maiores vantagens” (CARDOSO, José Luís – *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 94).

¹²⁵ O conde de Saint-Priest, de seu nome François Emmanuel de Guignard, foi nomeado em 1763 ministro plenipotenciário da França em Portugal, depois de ter participado na guerra em 1762. Deixou um testemunho – *Uma Campanha Militar. Uma Missão Diplomática*, que se reporta à sua participação, no seu posto de coronel, na ajuda que o Rei de Espanha pediu à França, tendo esta enviado um corpo auxiliar do exército, contra Portugal, que era universalmente tido como dependente da Inglaterra, apesar do seu Governo se ter conservado neutro. Referindo-se ao fim da guerra diz: “acabou esta campanha de Portugal sem que o inimigo nos opusesse resistência, sem ao menos nos ter aparecido pela frente.” Sobre os ingleses refere: “O conde de Lippe chamado a comandar o exército português chegou já no fim da campanha, na qual, aliás, a Espanha não obteve outra vantagem além da tomada de Almeida – e essa mesma por mercê da traição do governador” (SAINT-PRIEST, Conde de – “Uma Campanha Militar. Uma Missão Diplomática”, in *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro Testemunhos*. Lisboa: Lisóptima Edições, 1989, p. 142-144). Face à entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos, o país vê-se “obrigado a cuidar do seu desmantelado e bisonho exército. O conde de Lippe, que fez uma curta estada no Porto, desempenhou papel importante nessa tarefa” (SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*. Porto: Edições Inapa, 2001, p. 114).

¹²⁶ “Foi pois à Prússia que, a conselho da Inglaterra, Pombal recorreu em vésperas de guerra para contratar um general que viesse comandar as tropas portuguesas. A escolha recaiu no conde reinante Guilherme de Schaumburg-Lippe, discípulo dilecto de Frederico II”. Portanto, “Pombal tratou de reorganizar o exército à prussiana sob a direção técnica de Lippe” (SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 475 e 480).

década tenha feito o possível para que esse interesse se tornasse menos importante”¹²⁷. Daqui se infere que os círculos oficiais e mercantis ingleses tinham começado já a perceber os objetivos de Pombal, não só no que à criação das companhias de comércio diz respeito, mas também à restante legislação.

De um modo ou de outro, as companhias de comércio foram, na política económica pombalina, o instrumento mais importante através do qual o Marquês pretendeu pôr em prática o seu plano mercantilista. Perante a análise da distribuição geográfica das empresas criadas ao longo do seu consulado, identifica-se um objetivo integrador das colónias e do reino, aglutinando todas as zonas onde Portugal mantinha colónias. Assim, uma boa parte da América portuguesa estava coberta pelas Companhias do Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. As Companhias de Comércio Oriental e dos Mujaus e Macuas integravam Moçambique, sendo que o projeto se completava, no reino, com a Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro e com a das Reais Pescas do Algarve. Em suma, “as seis companhias abrangiam, teoricamente, o Atlântico-Norte e Sul e o Índico”¹²⁸.

O contexto da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão¹²⁹ prende-se com as dificuldades vividas pelas populações, em consequência do desaire em que havia caído a economia das duas capitanias¹³⁰. Era um estado de miséria e pobreza cujas causas se justificavam pela irregularidade das carreiras de abastecimento, pelo difícil escoamento dos seus produtos, pela quebra na exploração do pau-brasil, pelo marasmo dos portos de São Luís e Belém, pela quase ausência de circulação de moeda metálica,

¹²⁷ MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal...* p. 137-138.

¹²⁸ RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 49-50.

¹²⁹ “O antigo Estado do Maranhão abrangia as atuais regiões do Maranhão, Pará, Amazonas, Piauí, parte do Ceará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins e tinha como sede dos governadores e capitães-generais a cidade de São Luís. Essa configuração se manteve até ao início da segunda metade dos setecentos, pois, ao iniciar a segunda metade do século XVIII (1751) o Maranhão e o Grão-Pará foram separados em capitanias pela administração colonial. A partir de então, o governo da capitania maranhense ficou subordinado ao governador-geral do Grão-Pará ‘a qual cabiam, praticamente, atribuições de vice-rei’. A cidade de Belém passou a ser a capital, e com essa mudança de centro de poder o estado foi denominado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, porém cada capitania manteria certa autonomia administrativa” (SILVA, Maria Celeste Gomes da – *Rotas Negreiras e Comércio de Africanos para o Maranhão Colonial, 1755-1800*, Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciências no curso de pós-graduação em História, apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010, p. 17).

¹³⁰ António Carreira caracteriza a situação do Maranhão referindo que “até ao ano de 1755 não se conhecia género algum que se exportasse do Maranhão, excepto umas insignificantes partidas de sola pertencentes a um negociante chamado Lourenço Belfort; e alguma diminuta porção de algodão em fio ou em rama: entre Portugal e aquela Capitania não havia navegação alguma que se fizesse em direitura; e os habitantes dela eram mais pobres, e miseráveis de todos os que habitam nas diferentes Capitanias do Brasil” (CARREIRA, António – *As Companhias Pombalinas...* p. 352).

que foi substituída por géneros como o algodão e o cacau e, sobretudo, pela falta de mão-de-obra, uma vez que o trabalho indígena não era substituível pelo dos escravos africanos cujos preços elevados eram incompatíveis com o nível de vida da região, em consequência dos altos lucros que os negreiros retiravam do tráfico. Para proceder à exploração da extensa região amazônica eram pois necessários “capitais e equipamentos que só o patrocínio estatal podia providenciar”¹³¹.

À Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foram concedidos os direitos exclusivos do comércio e navegação das duas capitanias por um período de vinte anos, contados desde a data do envio da primeira frota que ao Brasil se dirigiu, o que aconteceu em abril de 1756, prorrogáveis por mais dez anos. A sua direção coube a uma Junta Administrativa, com sede em Lisboa, tendo-lhe sido concedidos diversos privilégios com vista à consecução dos objetivos da sua instituição. Muitos comerciantes viram-se arruinados em consequência do monopólio que lhe foi concedido, o que lhe trouxe severas críticas¹³². Os méritos que lhe são atribuídos prendem-se com a melhoria da produção de arroz¹³³ e algodão¹³⁴, mas também do

¹³¹ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 45. Conforme estipulado no § 48 da instituição, o capital previsto para a dotação da Companhia era de um milhão e duzentos mil cruzados. Este montante seria repartido por mil e duzentas ações de 400 mil réis cada uma. No entanto, só foram subscritas 1164, de que resultou um capital de 465. 600\$000 réis. No sentido de compensar a diferença, a Companhia teve de contrair empréstimo a juros, tal como se constata pelo balanço referente ao ano de 1756, em que foram pagos 595\$482 réis que, no ano seguinte, já ascendiam a 1. 404\$996 os “juros que se pagarão”. Se se consultarem os balanços dos anos seguintes constata-se claramente a tendência de subida dos mesmos (SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil*. Lisboa: I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938, p. 16).

¹³² SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 47.

¹³³ Aquando do início da vigência da Companhia, a cultura do arroz que se fazia nas capitanias do Grão Pará e Maranhão era deficiente por haver poucas pessoas habilitadas para levar a cabo, convenientemente, a exploração desta indústria, pelo que o secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado enviou em 19 de junho de 1760 uma cópia de dois parágrafos da carta do Intendente Geral daquele Estado: Inácio de Brito e Abreu à Junta da Administração da Companhia para que os lesse e tomasse providências, o que efectivamente ocorreu. Aliás, em 1777, a produção já era superior ao consumo nacional e a Companhia tinha armazenadas quarenta mil arrobas, pelo que solicitou autorização para o enviar para o estrangeiro, o que lhe foi concedido pela resolução régia de 25 de junho do dito ano (SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil...* p. 46-47).

¹³⁴ Como refere Cunha Saraiva, “o impulso dado pela Companhia à cultura do algodão foi importante e o seu aumento verificava-se de ano para ano nas remessas avultadas, saídas para o reino que excediam o seu consumo na laboração das fábricas, sendo por isso transportado para outras praças da Europa onde tinha grande extracção. Os portos para onde a Companhia fazia a negociação e comércio de algodão eram primeiramente os de Ruão, Marselha e Génova, isto até o ano de 1772, porque desde este ano até o de 1774 conquistou mais os das cidades de Londres e Hamburgo” (SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil...* p. 60-61).

cacau¹³⁵ “que se tornou a principal exportação do Pará, além do açúcar e café, se bem que a lavoura cafeeira tenha sido transferida no tempo do Marquês para o Rio de Janeiro de onde se expandiu”¹³⁶. Voltando ao arroz, este foi um produto que beneficiou da atenção da coroa, ao longo do tempo. Assim, a 1 de julho de 1761, o Rei isentou de todos e quaisquer emolumentos, por 10 anos, todo o arroz remetido de qualquer dos portos do Brasil para os do reino, para que assim fosse entregue aos seus donos, livremente¹³⁷. Já havia sido isento de direitos e emolumentos por real decreto em 5 de janeiro de 1761, depois a 1 de julho do mesmo ano. Voltaria a sê-lo a 18 de maio de 1773¹³⁸, a 25 de junho de 1777, neste caso em consequência do pedido da administração da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, argumentando que de há anos àquela parte se tinham embarcado para o reino grandes carregações de arroz e tinha aumentado a cultura daquele género nas mesmas capitânias¹³⁹. A sua produção foi também um setor protegido da concorrência estrangeira. Assim, em 2 de abril de 1781, a Junta do Comércio, a propósito da consulta à Rainha sobre a necessidade de proibição da entrada de arroz estrangeiro nos portos do reino, emitiu parecer favorável à sua inteira proibição, a fim de sustentar o consumo, o preço do arroz nacional e assegurar a subsistência e o desenvolvimento da lavoura e comércio deste género¹⁴⁰. Apresentando o mesmo problema, subiu à consulta régia, em 24 de abril de 1781, a exposição de Manuel Alves Barbosa, comerciante estabelecido na praça do Porto, que se queixou da concorrência que era feita pelo arroz da Carolina ao que se produzia na América, leia-se Brasil e outros domínios do reino. A Junta opinou que a Rainha permitisse que o arroz fosse livre de direitos, exceto o que entrava de fora, a que se aumentaria o preço de avaliação da pauta, de modo a desincentivar-se a sua concorrência¹⁴¹. Uma vez que as plantações de arroz haviam aumentado no Brasil, com capacidade para fornecer o consumo do reino e exportar para portos estrangeiros, a Rainha prorrogou por mais dez

¹³⁵ O cacau era um produto nativo da região e “representava mais de 60% da exportação pelo porto de Belém. Assinale-se o facto de o incremento da exportação cacauzeira representar aumento de consumo para o açúcar exigido para a elaboração do chocolate” (RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 55).

¹³⁶ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 49.

¹³⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 108, fl. 40).

¹³⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 119, fls. 159-161vº.

¹³⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 118, fls. 111vº-112.

¹⁴⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 120, microfilme 2118, fls. 144vº-145vº.

¹⁴¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 120, microfilme 2118, fls. 148vº-149vº.

anos, a 1 de agosto de 1783, a isenção de direitos para a sua entrada no reino, desde que viesse de qualquer dos portos dos domínios ultramarinos e fosse da sua produção¹⁴².

Voltando à Companhia do Grão Pará e Maranhão, o seu trabalho foi mais lato do que o acima descrito, uma vez que desenvolveu também a “produção da seda, e espécies como o anil, a urzela, o urucu, o gengibre e o cravo”¹⁴³ e explorou o comércio e agricultura de ervas e arbustos com vista à extração de tintas destinadas às fábricas de panos, algodões e sedas do reino e conquistas. É o caso do anil, a urzela, com grande saída para o estrangeiro, nomeadamente para Amesterdão, Londres e Marselha, as praças de maior consumo. Do urucu, um arbusto, extraía-se a tinta do mesmo nome, que se consumia em grande quantidade nas tinturarias das fábricas do reino¹⁴⁴. Era um produto que só o Pará produzia e exportava, sendo a Inglaterra o principal comprador¹⁴⁵. Daqui resulta a implementação das exportações destes produtos e de outros como os couros, as solas, a cera, a tapioca, o sebo, as madeiras de lei¹⁴⁶, o tabaco, a baunilha, os óleos vegetais, a carne seca, as cascas de tartaruga e outros ainda. Também se infere que a Companhia trouxe um claro fomento agrícola às duas capitânias, o que foi complementado pelo desenvolvimento pecuário, nomeadamente no que toca ao gado bovino¹⁴⁷, usado não só como força de tração, mas também como fornecedor de géneros alimentícios e de outros produtos destinados à exportação.

Quanto à zona do Maranhão, a Companhia teve mais sucesso graças à elevada produção de algodão¹⁴⁸ e arroz, nomeadamente em torno de São Luís, tendo criado

¹⁴² ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 166-166vº.

¹⁴³ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 49.

¹⁴⁴ SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil...* p. 70.

¹⁴⁵ ARRUDA, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial...* p. 506.

¹⁴⁶ Pelo decreto de 29 de novembro de 1755 foram concedidos a todas as madeiras, transportadas do Brasil, os mesmos privilégios no rebate de direitos de entrada e saída e do mesmo favor na forma de arrecadação concedidos à Companhia do Grão Pará e Maranhão. Pelo mesmo decreto e como forma de compensar os estragos causados pelo terramoto, o rei concedeu as mesmas prerrogativas a todas as madeiras transportadas do Brasil para o reino, em navios próprios de moradores de Lisboa e Porto (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 104, fls. 88vº-89).

¹⁴⁷ O gado bovino era um rendimento de grande interesse para a Fazenda Real, como refere Cunha Saraiva e “a sua utilidade não consistia somente no fornecimento de carnes secas e salgadas, mas sim na sua coirama, que depois de transformada em sola e atanados constituiu uma grande parte da negociação da Companhia para o reino. Do seu desenvolvimento resultavam grandes vantagens e benefício para os povos e para a navegação e comércio” (SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil...* p. 47-48).

¹⁴⁸ No alvará de 18 de setembro de 1769 é referido que aumenta em cada dia a entrada de algodão no reino, vindo da América, especialmente do Maranhão, de tal modo que houve empates em diversas ocasiões, por não haver consumo no país para tecidos pois faltava a prática de o cardarem e fiarem facilmente nas fábricas, a preços convenientes. O rei considerou que o meio para o algodão manter o seu valor era facilitar e ampliar o consumo e o uso interior do reino, o que não aconteceu até agora. Referiu, por outro lado, que os tecidos deste género servirão consideravelmente para o tráfico do

também “uma economia de *plantations* graças à concentração de escravos”¹⁴⁹. Esta prosperidade também se deve à conjuntura que tem a ver, por um lado, com a guerra da independência norte-americana que levou a Inglaterra a comprar o algodão nesta zona, por outro devido à retoma da atividade dos portos e estaleiros de São Luís e que se plasmou no incremento das comunicações com o exterior e com o interior da região.

Jacome Ratton refere que em 1759, pouco mais ou menos, esta Companhia “mandou o primeiro navio de Lisboa à China, por sua própria conta, creio que com o objectivo de empregar os seus fundos”¹⁵⁰. Não refere o resultado desta empresa, no entanto, este acontecimento enfatiza o dinamismo que alcançou.

É de considerar ainda que a fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão desferiu um golpe sobre o contrabando. Ciente dos prejuízos causados pelos comissários volantes, Pombal decretou a expulsão de todos os que se encontrassem no Brasil, à altura. Estas duas medidas alavancaram a tentativa de quebrar as ligações entre os mercadores estrangeiros e o contrabando e “foram acções deliberadas do Estado destinadas a racionalizar a estrutura empresarial a favor dos mercadores nacionais de há muito estabelecidos”¹⁵¹. Daqui se infere que Pombal pretendia que os comerciantes portugueses, com a ajuda dos privilégios monopolistas, acumulassem o capital necessário para competir eficazmente com o crédito estrangeiro, sobretudo inglês, na área do comércio luso-brasileiro. Infere-se também que a fundação das companhias monopolistas serviu para minar indiretamente os interesses dos mercadores britânicos sem, no entanto, dar espaço ao governo inglês para intervir em defesa dos seus nacionais, uma vez que nada nos seus estatutos podia ser apontado como um ataque direto aos interesses daqueles. Também Corcino de Medeiros viu nas companhias monopolistas um meio de que Pombal se serviu para acabar com a vassalagem de Portugal ao comércio britânico¹⁵².

comércio, para ocupar grande número de vassalos e para fabricar muitos tecidos de toda a qualidade, para abundante uso dos povos. Por estas razões concedeu privilégio por dez anos a João Baptista Locatelli que se ofereceu para introduzir nas províncias do reino o ensino de cardar e fiar o referido algodão, por engenho, mas com facilidade e preço cómodo, de modo a que fique em conta aos fabricantes para uso dos teares (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 112, microfilme 2067, fls. 150-152vº).

¹⁴⁹ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha*... p. 49.

¹⁵⁰ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton*... p. 193.

¹⁵¹ MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*... p. 79-80.

¹⁵² Na sua ótica “a criação das Companhias privilegiadas visava dar um golpe certo nos interesses britânicos, já que a prosperidade comercial da Inglaterra e da Holanda era atribuída à existência de poderosas Companhias de comércio, então, para lutar contra elas era preciso armar-se dos mesmos recursos” (SANTOS, Corcino Medeiros dos – *Relações Comerciais do Rio de Janeiro Com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 155).

Quando o período exclusivo daquela companhia estava em vias de terminar, o que coincidiu, aliás, com o declínio do próprio Pombal, quarenta e oito comerciantes da praça de Lisboa subscreveram uma representação à Rainha, em 1777, solicitando a não prorrogação do prazo, como previsto no n.º 51 do estatuto da sua criação em 1755, pelas razões inevitavelmente comuns aos protestos ocorridos aquando da sua instituição. A Rainha decidiu pelo fim da Companhia, pelo que em consequência da resolução régia de 5 de janeiro de 1778, esta entrou em regime de liquidação.

Outra companhia monopolista criada sob o consulado pombalino foi a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Como refere Jacome Ratton, a capitania de Pernambuco “achava-se em melhor estado de cultura, e commercio do que as do Pará, e Maranhão”¹⁵³, pelo que a conjuntura em que foi criada foi mais favorável. Foi instituída e confirmada, respetivamente, pelos alvarás régios de 30 de julho de 1759 e de 13 de agosto do mesmo ano. Os seus estatutos eram muito semelhantes aos da sua congénere do norte do Brasil, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

A administração foi confiada a uma Junta estabelecida em Lisboa, composta por um provedor, dez deputados, um secretário e três conselheiros, nomeados pelo Rei, para o período de três anos. Tinha duas sedes, uma no Porto, outra em Pernambuco¹⁵⁴. Foi criada por vinte anos, com início na saída da primeira frota, o que aconteceu em 1761, sendo prorrogável por mais dez, a pedido da empresa. A fazenda real não tinha qualquer participação no capital que ascendia a 3 400 000 cruzados, o que equivalia a 3 400 ações, com valor individual de 400 000 réis. A maioria dos acionistas estava na metrópole, “ficando as apólices remanescentes na posse de pernambucanos (10%) e de investidores da Baía e de Angola”¹⁵⁵. As ações podiam ser subscritas em dinheiro, géneros ou em navios¹⁵⁶. Aos acionistas era garantido um juro anual de 5% e, de acordo com o capítulo sessenta dos estatutos, eram distribuídos dividendos de dois em dois anos.

Os objetivos da Companhia de Pernambuco e Paraíba eram vários, nomeadamente o aumento dos engenhos nas duas capitanias e dinamização do comércio do açúcar; o fomento da produção de cacau e a comercialização de todos os produtos

¹⁵³ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton...* p. 194.

¹⁵⁴ CARREIRA, António – *As Companhias Pombalinas...* p. 223.

¹⁵⁵ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 50-51.

¹⁵⁶ “Neste caso a companhia aceitava parte ou o navio inteiro. Se o interessado tivesse metade ou mais do navio, os outros proprietários (ou outro proprietário) eram obrigados a vender suas partes à companhia ou comprar a parte a ela vendida” (RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 92).

que a zona trocava com o continente europeu, que ia desde o açúcar e o cacau, ao fumo, drogas do sertão, solas, couros e atados¹⁵⁷. Com vista a uma melhor consecução dos seus objetivos, a coroa dotou-a de exclusivos e privilégios à semelhança da Companhia anteriormente criada¹⁵⁸.

Aos acionistas fundadores foi concedido o “Privilégio de Nobres”, podendo receber os “Hábitos das Ordens Militares” desde que adquirissem dez ou mais ações. Há aqui, claramente, a preocupação de direcionar os capitais da nobreza para o comércio, quando é declarado que “o Commercio, que nella se fizer, na sobredita forma, não só não prejudicará a Nobreza das pessoas, que o fizerem, no caso, em que a tenham herdada, mas antes pelo contrário, será meio próprio para se alcançar a Nobreza adquirida”¹⁵⁹. Por conseguinte há, por um lado, um incentivo aos nobres para que invistam na empresa e, por outro, é dada aos comerciantes a possibilidade de alcançar o título de nobreza, tão desejado por aqueles na sociedade do Antigo Regime.

O seu monopólio terminou em abril de 1780, tendo sido criado um órgão com vista à liquidação das dívidas, à venda das mercadorias que ainda se encontravam nos armazéns e dos prédios e navios, tanto no reino, como nas colónias.

Pode concluir-se que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba cumpriu, pelo menos parcialmente, os propósitos de uma empresa de exploração colonial do período mercantilista. “Intensificou a ligação mercantil de duas áreas importantes do império colonial português, Angola e Pernambuco. Promoveu a ligação regular entre o nordeste brasileiro e a metrópole e integrou-se no comércio mundial, acelerando a acumulação primitiva europeia”¹⁶⁰.

A 10 de setembro de 1756 foi criada por alvará régio a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A sua formação enquadra-se na política económica pombalina, que já vinha sendo traçada, dentro dos princípios do despotismo esclarecido. A intervenção do Estado justificava-se pela difícil situação em que havia

¹⁵⁷ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 51.

¹⁵⁸ Foi-lhe concedido “o comércio exclusivo das duas Capitanias de Pernambuco e Paraíba, com todos os seus Distritos, e nos quais ninguém mais podia ‘extrair mercadorias, géneros, ou frutos’. Ficou, todavia, excluído do privilégio ‘o comércio de Pernambuco, e Paraíba para os portos do sertão, Alagoas, e Rio de S. Francisco do Sul’. Para estes portos continuaria livre, como o fora sempre. [...] Simultaneamente concedeu-se-lhe o ‘privilégio exclusivo’ do comércio e da navegação de Pernambuco e Paraíba ‘para a costa de África, e portos dela, para os quais até agora navegaram os navios das sobreditas duas Capitanias’, ressaltando, no entanto, o direito à navegação entre os portos de África com a Baía e Rio de Janeiro” (CARREIRA, António – *As Companhias Pombalinas...* p. 224).

¹⁵⁹ RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 98.

¹⁶⁰ RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro...* p. 208.

mergulhado o Alto Douro, a partir de meados do século XVIII, pelo que a sua instituição surgiu como a solução para a crise que aí grassava devido à diminuição das exportações¹⁶¹, ao abaixamento dos preços e ao desprestígio externo, sobretudo no mercado britânico.

Valentim Alexandre referiu sobre as exportações para a Grã-Bretanha que, “tendo chegado ao seu ponto mais alto em 1721-1725 (em quantidade) e em 1741-1745 (em valor), entram em crise a partir de 1750 – ano em que a pipa, na compra ao produtor, valia um sexto do preço atingido na década anterior”. Referiu ainda que a depressão se manteve nos anos seguintes, sendo caracterizada pela sobreprodução e consequente desvalorização do vinho do Porto, não só pelo aumento da produção no Douro, mas também devido à adulteração e falta de qualidade. Considera também que a crise deste setor se ficou a dever à concorrência de vinhos portugueses de outras regiões, exportados em parte como vinho do Porto, bem como à diminuição do consumo em Inglaterra. Acrescenta ainda que terá contribuído para a depressão “o fim da guerra anglo-espanhola de 1739-1748, que propiciou o aumento da exportação para a Grã-Bretanha dos vinhos de Espanha, de 0,4 para 0,8 milhões de galões imperiais anuais, enquanto os portugueses caíam de 2,8 para 2,2”¹⁶².

Gaspar Martins Pereira acrescenta outras causas, nomeadamente “as péssimas colheitas de 1753 e 1754, que produziram vinhos que avinagraram e que, obviamente, ninguém queria comprar, até à flutuação de preços [...] embora a tendência depressiva fosse inevitável, face à expansão da vinha no Douro e ao crescimento da produção de vinhos sem um paralelo alargamento do mercado”¹⁶³.

A ideia da criação de uma instituição adequada à conjuntura política e económica, desenhada na segunda metade de setecentos, começou com o mercador espanhol Bartolomeu Pancorbo que conhecia muito bem os problemas que se colocavam à comercialização dos vinhos do Douro, uma vez que ele próprio os exportava para o Brasil. Deu curso ao seu sonho e fundou uma companhia que, infelizmente, faliu a curto prazo. Ao invés, a sua ideia manteve-se e foi retomada em

¹⁶¹ “A exportação de vinho do Porto, que atingira uma média de 19 234 pipas no decénio de 1728-1737, e 18 556 pipas no decénio seguinte, desce para 15 967 pipas entre 1748 e 1757. Trata-se de um período depressivo, que se prolonga de 1748 a 1760 e que atingiu o seu máximo entre 1751 e 1756, devido, em grande parte, ‘à contração da procura inglesa’ e à concorrência dos vinhos espanhóis no mercado da Grã-Bretanha” (SOUZA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 58).

¹⁶² ALEXANDRE, Valentim – *A Real Companhia Velha no Primeiro Quartel do Século XIX...* p. 140-141.

¹⁶³ PEREIRA, Gaspar Martins – *Roriz. História de uma Quinta no Coração do Douro*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p. 65.

fins de 1755 e inícios de 1756, quando Luís Beleza de Andrade, residente no Porto, mas grande produtor da região do Douro, reuniu na sua casa, na Rua Chã, um grupo de importantes viticultores, para tentar encontrar uma saída para a crise que afetava o Douro. Com eles estava também o dominicano Fr. João de Mansilha que terá tido a ideia de demarcação de uma zona destinada à produção de vinhos finos de exportação, no que foi apoiado pelos presentes, tendo sido incumbido de a ir propor a Pombal, o que fez, aproveitando o ensejo para enfatizar a crise duriense¹⁶⁴, que atingia todos os interessados no vinho do Douro, desde as casas nobres às corporações religiosas e ao povo.

Pombal acolheu a ideia favoravelmente, sendo promulgado a 10 de setembro de 1756 o alvará régio da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que confirmava capítulos e condições que “os lavradores de Cima Douro e os homens bons da cidade do Porto tinham redigido para formarem uma Companhia destinada a sustentar a cultura dos vinhos daquela região e conservar a sua produção na pureza natural, em benefício da lavoura, comércio e saúde pública”¹⁶⁵.

Com vista à prossecução das suas funções detinha poderes de vária ordem, nomeadamente regulamentares, de polícia administrativa e um poder sancionatório qualificado, pelo que em consequência da extensão e multiplicidade de competências e prerrogativas que detinha, a Companhia era, tal como se escrevia em 1775, “a mais poderosa de Portugal e não há outra alguma nos países estrangeiros que possa competir com ela”¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Frei João de Mansilha apresentou-se na corte “ainda continuavam com grande força as sucessivas e urgentes fadigas que a calamidade do terramoto do 1º de Novembro de 1755 fazia indispensáveis, quando no ano próximo seguinte de 1756 apareceu nas barracas da quinta de Belém, o mestre Fr. João de Macilha, como procurador dos principais lavradores de cima do Douro e homens bons da cidade do Porto, cheio de uma consternação tal, que seria necessária uma larga escritura para a explicar como presenciei naquele tempo. [...] Que todas as casas principais daquele território se achavam reduzidas à última pobreza, tendo vendido e empenhado até as colheres e garfos com que comiam” (MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e Outros Escritos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984, p. 198-204).

¹⁶⁵ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 57.

¹⁶⁶ SOUSA, Fernando de – “O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro (1756-1757)”. *Revista Camões*, nº 15/16. Lisboa: Instituto Camões, 2003, p. 42.

1.3 A “Viradeira” e o recuo do papel empresarial do Estado – alguns exemplos da praça do Porto

A morte de D. José I em 1777 e a consequente queda em desgraça do Marquês de Pombal permitiram que o Estado deixasse de ser concebido como agente económico determinante e privilegiado e perdesse o seu carácter tão inteiramente interventivo em favor dos agentes económicos individuais.

A administração das fábricas foi separada, em 1777, da supervisão do comércio, sendo que “à Junta do Comércio foram retiradas, pelo alvará de 18 de julho de 1777, as funções de supervisão geral da política industrial, de que foi incumbida a Junta da Administração das Fábricas do Reino e Obras das Águas Livres, então criada”¹⁶⁷. Como não houve vantagens nesta mudança de estratégia, voltou-se em 1788 às atribuições originais da Junta do Comércio, sendo que a carta de lei de 5 de junho de 1788 elevou-a à condição de tribunal régio. Este breve ciclo (1777-1788) terminou com a transmissão a particulares das manufaturas reais, o que significou o recuo da intervenção do Estado, uma vez que, com D. Maria, “só os estabelecimentos com meios próprios de subsistência – isto é, que não carecessem de contínuos subsídios do erário deviam conservar-se, sendo o maior número possível de unidades vendidas ou entregues à exploração de particulares”¹⁶⁸.

Apesar de, por um lado, se assistir à retração do Estado pelo recuo da administração direta e assistência financeira, por outro persistiram isenções, proibições e privilégios, aprovados na sequência de consultas da Junta do Comércio, agora Tribunal Supremo por carta de lei de 8 de julho de 1788. Este continuou a regular a atividade económica através do mecanismo da consulta à Rainha sobre iniciativas económicas. Veja-se, a título de exemplo, o pedido feito pelos negociantes da praça do Porto e da vila da Póvoa de Varzim: Joaquim Teixeira Machado, António Manuel de Oliveira e José Jerónimo Lopes de Paiva, que aquele organismo levou à consulta régia em 6 de agosto de 1789. Pretendiam estabelecer uma fábrica de pescaria na dita vila e em Vila do Conde e pediam à Rainha aprovação do estabelecimento, solicitando privilégios e condições similares aos concedidos às Reais Pescarias do Algarve. Este projeto foi investigado, a pedido da Junta do Comércio, pelos deputados da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, José de Oliveira Barreto e Domingos

¹⁶⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil...* p. 55, nota 71.

¹⁶⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil...* p. 58.

Martins Gonçalves, tendo sido apurado que se associaram com fundos próprios e suficientes para levar a cabo o pretendido estabelecimento, tendo até construído, já à sua custa, algumas embarcações e armazéns, tanto em Vila do Conde como na Póvoa de Varzim para a salga do peixe e restante laboração da fábrica. A Junta considerou justa a pretensão de terrenos na marinha da Póvoa de Varzim para edificarem outros armazéns, sendo de opinião que devia ser aprovado o estabelecimento e as condições que pediam¹⁶⁹.

O recuo do papel do Estado e a interrupção dos financiamentos e auxílios pecuniários à atividade económica deixou os seus agentes perante o desafio de encontrar meios de financiamento. Esta realidade fez com que projetos apresentados à Junta do Comércio, ainda que relevantes, tivessem de possuir ou procurar os capitais para a sua concretização. Apesar de vários indivíduos ou instituições emprestarem dinheiro a juro, não era fácil obter financiamentos. Estes provinham de capitalistas dispostos a ser empreendedores ou do empréstimo a juros, o que se revelava difícil, uma vez que não havia em Portugal mercados de crédito organizados, saindo assim prejudicadas as transações e dificultada a atividade comercial e industrial. As soluções passaram pelo recurso a redes familiares e pela constituição de sociedades comerciais, firmadas por homens de negócio que juntaram forças e cabedais, ainda que houvesse aqueles que se aventuravam em projetos de elevado risco, sem os capitais necessários, o que levou a Junta do Comércio a afastá-los após investigação à exequibilidade económica dos pedidos de licenciamento.

Um dos setores em que foram detetadas irregularidades de financiamento foi a navegação para a Ásia, sendo os interessados, por isso, sujeitos a particular atenção. Apresenta-se, a título de exemplo, o ocorrido com Manuel Alves Barbosa, homem de negócio da cidade do Porto, que requereu licença para expedir o seu navio para os portos da Ásia a 22 de dezembro de 1783. A Junta fez cumprir as determinações do alvará de 19 de junho de 1772, que impunha a obrigatoriedade da investigação do capital destinado à realização do negócio. Assim, Manuel Alves Barbosa foi obrigado a apresentar as faturas originais e os comprovativos do fundo para tal negociação. Foi ainda obrigado a entregar uma relação dos oficiais e sobrecargas que pretendia levar, incluindo dois aulistas do comércio com carta de aprovação. A Rainha concedeu licença para a expedição a 1 de maio de 1784 com a condição de, no regresso ao reino, ir ao

¹⁶⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 126, fls. 103-104.

porto da capital e despachar na Casa da Índia, conforme estabelecido e praticado pelos outros navios vindos da Ásia¹⁷⁰.

Manuel Alves Barbosa voltou a submeter novo pedido de licenciamento para a mesma zona de interesse comercial, em relação ao qual a Rainha, antes do despacho, solicitou à Junta, em 12 de agosto de 1786, informação no sentido de saber se haviam sido feitas as prévias averiguações aos fundos destinados à expedição pretendida, com vista a evitar os gravíssimos prejuízos que ocorreram, cada vez com maior frequência, pela facilidade com que se permitira a navegação de navios para a Ásia, sem cabedal nem crédito suficiente para este tipo de negociações. Na informação transmitida, a Junta fez referência à anterior averiguação, referente ao ano de 1784, em que Manuel Alves Barbosa requirera licença para expedir da cidade do Porto um dos seus navios, com capacidade para 700 a 800 caixas, para os portos de Moçambique, Moca, no Mar Vermelho, Mascate no Mar da Pérsia e para a costa do Malabar, donde voltaria para o porto de Lisboa. Concluiu referindo que, pela expedição feita em 1785 com o navio *N^a Sr^a da Coroa e S. João*, para os portos da Ásia, deu provas, bem como os seus sócios, que eram pessoas de conhecidos fundos e crédito.

Manuel Alves Barbosa declarou, no segundo requerimento, que a galera denominada *N^a Sr^a do Amparo*, destinada a partir do Porto, com escala no Rio de Janeiro e destino a Moca, voltaria a Lisboa. Tinha capacidade para 500 caixas ou 24 mil arrobas e o fundo para a negociação que pretendia fazer era de 120 mil cruzados, parte do qual era constituído por géneros, nomeadamente 150 caixas de açúcar que havia de receber no Rio de Janeiro, para cuja importância levava letras e ainda pesos e dinheiro para perfazer aquela quantia, sendo este fundo do próprio, de João da Silva Coelho e de João Francisco Guimarães. Pediu licença para não levar os dois praticantes aprovados da Aula do Comércio, a que estava obrigado, dado que a galera era pequena. A Junta foi de parecer que deveria ser dispensado de um e a Rainha despachou a licença a 25 de setembro de 1786¹⁷¹. Este exemplo ilustra o *modus operandi* da Junta do Comércio no cumprimento da lei acerca dos financiamentos necessários à viabilização de negócios, com vista a evitar os abusos perpetrados por negociantes sem cabedal nem crédito para estabelecerem sociedades e empreenderem navegações para os portos da Ásia, que a lei de 10 de setembro de 1765 favorecera, ao conceder a livre circulação e comércio, sem sujeição à obrigatoriedade de incorporação nas frotas. Para evitar as situações que

¹⁷⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 202v^o-203.

¹⁷¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 124, fls. 54v^o-56.

punham em causa a reputação do nome português, tal como ocorreu com o navio *Nossa Senhora de França*, *S. Francisco de Paula e Almas* que, na torna viagem, precisou de providência régia, a Junta passou a pôr em prática o expendido no aviso da Secretaria de Estado de 24 de novembro de 1770, que determinava que se não pudesse usar da liberdade de navegar para os longínquos portos da Ásia, sem prévia qualificação e consulta à Junta do Comércio, por onde constasse que os interessados eram pessoas de cabedais e créditos competentes para merecerem a confiança do público e conservarem a boa reputação que o Rei tanto protegia¹⁷².

Outro problema sentido na atividade económica, nomeadamente na que se desenvolvia na cidade do Porto, era a inexistência de uma casa de seguros, o que levou Manuel Alves Barbosa e outros negociantes da mesma praça a requerer a sua criação. Pelos argumentos aduzidos e apresentados no requerimento que fizeram e subiu à consulta régia em 29 de novembro de 1784, ressaltava o grande incómodo e prejuízo de serem obrigados a recorrer ao seguro das praças estrangeiras, bem como à de Lisboa¹⁷³, uma vez que eram obrigados a fazer estes negócios por interpostas pessoas, tendo de pagar comissões e sofrer negligências. Além disso faziam sair dinheiro do reino, o que não aconteceria se houvesse casa de seguros na cidade do Porto, uma vez que permitiria segurar e cobrar pessoalmente, bem como comerciar com mais ânimo e sem saída de dinheiro. Com este requerimento pretendiam a concessão de licença para o estabelecimento de uma instituição semelhante à de Lisboa, com os mesmos estatutos para o seu regime, bem como os mesmos privilégios. A Junta do Comércio emitiu como parecer a suspensão e reserva desta decisão até ser formalizada a regulação da casa de seguros de Lisboa e se conhecer a utilidade que a criação de uma no Porto, traria à cidade¹⁷⁴. Presume-se que este problema tenha continuado sem resolução durante mais uns anos, uma vez que vamos encontrar negociantes da praça do Porto a desempenhar o papel de seguradores. Sabe-se da existência de Bernardo Clamouse que, associado a outros negociantes, seguraram o navio *Nossa Senhora do Bom Sucesso São Bento e Neptuno Grande*, pelo valor de dezasseis contos de réis, de que era proprietário Bento

¹⁷² ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 113, fls. 43vº-44.

¹⁷³ É consabido que o setor segurador tem, em Portugal, uma tradição remota. Recorde-se que D. Dinis criou a Bolsa de Mercadores e D. Fernando estabeleceu a Companhia das Naus. Estas instituições foram perdendo eficácia e a atividade foi sofrendo contrariedades até que, chegados ao consulado pombalino, foi regulamentada em 15 de julho de 1758, “a chamada Casa de Seguros da Praça de Lisboa, que ficou integrada na Junta do Comércio, para só depois de 33 anos ser publicado o respectivo Regulamento” (LAPA, Albino – *A Casa dos Seguros, a sua Fundação, os seus Regulamentos e a sua Extinção*. Lisboa: Arquivo Financeiro Segurador, 1939-1940, p. 94).

¹⁷⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 122, fls. 148vº-149vº.

Alves da Cunha. Como o navio estava podre nas suas partes essenciais, teve uma grande avaria e arribou à ilha do Faial. Em consequência, o proprietário solicitou aos seguradores aquela quantia. Estes recorreram à mediação da Junta do Comércio que submeteu o requerimento à consulta régia em 5 de maio de 1791, tendo ficado resolvido a 16 do mesmo mês e ano¹⁷⁵, resolução esta que não terá agradado a Bernardo Clamouse que apresentou recurso à Junta do Comércio por causa do mesmo seguro, e que esta submeteu à Rainha em 13 de março de 1792¹⁷⁶. Não voltámos a encontrar nas fontes referência a este assunto.

Importa agora perceber se a marinha mercante nacional foi um aliado da atividade económica ou se se manteve a herança do período pombalino, caracterizada por uma clara menoridade daquela face à de outros países, e à da Inglaterra em particular. Com base na exposição da Junta do Comércio, datada de 20 de maio de 1783, conclui-se que era precária a sua situação e que o maior impedimento para o seu crescimento tinha a ver com o conflito continuado entre Portugal e os barbariscos, ou seja, os habitantes da Barbaria¹⁷⁷ ou norte de África e otomanos, o que privava o reino do comércio com o Levante e com toda a costa do Mediterrâneo, além de que tornava a navegação do país mais dispendiosa do que a das outras nações que navegavam livremente aqueles mares, pois eram mais altos os prémios dos seguros, bem como os salários dos oficiais e gente da tripulação¹⁷⁸. A Junta salientou o interesse daqueles mercados onde abundavam géneros necessários a Portugal, tais como trigos, gados, lãs e outros das costas da Barbaria. Em contrapartida, os açúcares e tabacos do Brasil eram os mais indicados para o consumo e comércio dos portos do Mediterrâneo. À semelhança da paz que já havia sido realizada com o imperador de Marrocos¹⁷⁹, a Junta opinou que devia ser feito o mesmo com as regências de Argel, Tunes e Trípoli, em troca de dinheiro, como aliás já haviam feito outras nações, podendo usar-se os cabedais que se empregavam para redimir os cativos. Portanto, a falta de segurança tinha graves

¹⁷⁵ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 127, fls. 94-96.

¹⁷⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 128, fls. 16-18.

¹⁷⁷ Barbaria – “nome dado antigamente à parte N. da África que compreende Marrocos, Argélia, Tunes e Trípoli. A palavra *Barbaria* tem a sua origem no árabe *barbar*, nome com que se designaram os primitivos povoadores daqueles territórios” (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. IV. Lisboa: editorial Enciclopédia, Limitada, s.d., p. 175).

¹⁷⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 123, microfilme 1330, fls. 82-84.

¹⁷⁹ Um aviso de 23 de setembro de 1769, da Secretaria de Estado, informou da trégua entre Portugal e o rei de Marrocos, de Maquinês e de Fez, mediante a qual todos os navios de bandeira portuguesa podiam navegar livremente para os portos de África, sujeitos ao dito rei, devendo ser restituídas todas as presas que, por ignorarem a referida trégua, tivessem sido feitas desde o primeiro dia do corrente mês de setembro em diante (ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 112, microfilme 2067, fl. 184 vº).

consequências sobre a marinha portuguesa, como refere a Junta do Comércio numa consulta à Rainha em 18 de julho de 1785: “basta só o temor do perigo para se desanimarem os comerciantes, se suspenderem as negociações, parar o giro dos cabedais, perigar o crédito da praça, diminuir-se os direitos reais e com eles as forças e a independência da monarquia”¹⁸⁰.

Fica pois clara a importância do comércio português no Mediterrâneo, daí a necessidade de se fazer a paz com as potências do norte de África, que se afigurava como condição *sine qua non* para o incremento das trocas comerciais e da navegação de Portugal para a Itália e outras regiões do Mediterrâneo. Ao sugerir o pagamento de dinheiro às regências de Argel, Tunes e Trípoli, a Junta do Comércio estava a propor uma medida que era, pelo menos em teoria, atentatória à soberania da Rainha, o que se justificava pela importância que este comércio configurava para Portugal.

É de salientar que no período da “Viradeira” foi feito um esforço no sentido de aumentar os efetivos da marinha mercante. Aquando da guerra da independência dos EUA, o objetivo primordial do Governo foi não só garantir a neutralidade de Portugal, mas também apoiar diretamente os comerciantes no sentido de negociarem com os dois lados em conflito, o que implicava a possibilidade de tirar partido dos azares dos ataques dos corsários, quer ingleses, quer franceses, para conseguir a baixo preço navios para a marinha mercante. Vicente de Sousa Coutinho terá tentado, pela via diplomática, as condições favoráveis à sua aquisição, acabando dececionado devido à aparente incapacidade dos homens de negócio nacionais em aproveitar tais oportunidades. Chegou mesmo a tecer-lhes acusações pontuais por se preocuparem mais com os seus interesses do que com os do Estado¹⁸¹.

Apesar de tudo, as fragilidades da marinha portuguesa foram minimizadas, em consequência da posição neutral de Portugal, o que lhe permitiu tirar partido da sua posição charneira entre o norte e o sul da Europa, levando por diante um papel primordial no tráfico entre estas duas regiões, bem como entre outras e, por isso, “foi então que um prodigioso número de embarcações portuguesas navegou para a Europa, América, Ásia e África”¹⁸². Esta ocorrência favorável foi fomentada por um Ato do Parlamento britânico, a favor do comércio e navegação dos vassalos da coroa portuguesa, tendo a Junta do Comércio informado, a 7 de junho de 1781, os homens de

¹⁸⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 123, microfilme 1330, fls. 82-84.

¹⁸¹ SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – *Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 42.

¹⁸² ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 149-152vº.

negócio, proprietários, capitães e mestres de navios que era lícito a qualquer pessoa ou pessoas, desde o dia 21 de maio de 1781 e durante a vigência daquele Ato, importar quaisquer fazendas ou géneros da produção ou manufaturas de Portugal, ilhas, colónias, plantações e domínios da coroa portuguesa para a Grã-Bretanha ou Irlanda, em navio ou embarcação propriedade de vassalos portugueses, de quaisquer portos do reino ou das ilhas dos Açores e da Madeira. “Este acto continuará durante as presentes hostilidades com França, Espanha e as Províncias Unidas e não por mais tempo”¹⁸³. A Irlanda franqueou também os seus portos à navegação portuguesa pelo que, a 29 de abril de 1782, a Junta do Comércio fez saber a todos os negociantes que aquele Parlamento concedera livre entrada nos seus portos, durante a guerra, a todos os produtos das colónias portuguesas, navegados em navios nacionais, dos portos de Portugal e suas ilhas¹⁸⁴.

A 26 de setembro de 1782, a Junta do Comércio reiterou a informação, fazendo saber aos homens de negócio que o Parlamento inglês permitira a todos os navios neutros a liberdade de transportar para os seus portos, não obstante o Ato de Navegação, vinhos portugueses e da Hungria, bem como sedas da Áustria e Alemanha, todas as mercadorias do Império da Rússia, bem como as madeiras da Alemanha e Noruega. Informou ainda da proibição da venda de todos os navios ingleses, sem licença do Conselho de Estado, desde o dia 10 de julho de 1782 em diante¹⁸⁵. Por edital da Junta do Comércio de 25 de abril de 1783, Portugal foi informado que o Parlamento inglês havia permitido a importação de arroz até ao mês de setembro desse ano, livre de todos os direitos, tanto no género como nos navios¹⁸⁶. Por conseguinte, Portugal estava a beneficiar, claramente, de várias condições relacionadas com a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (1775-1783), bem como com a sua política de neutralidade em relação às forças em conflito, um dos mecanismos de proteção da navegação e comércio marítimo, que obrigava, no entanto, a procedimentos conjunturais por parte de navios e capitães, nomeadamente não transportar mercadorias

¹⁸³ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 120, microfilme 2118, fls. 171vº-172.

¹⁸⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fl. 30.

¹⁸⁵ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fl. 78vº

¹⁸⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fl. 138.

ligadas às potências beligerantes, nem tampouco cartas ou papéis de pessoas com elas relacionadas¹⁸⁷.

As consequências da suspensão temporária do Ato de Navegação começaram logo a sentir-se, uma vez que os homens de negócio requereram de imediato a habilitação à concessão do passaporte real¹⁸⁸ para puderem navegar, com bandeira portuguesa, os navios comprados ou a comprar, nos portos estrangeiros. Assinala-se que, para a obtenção do passaporte real, os homens de negócio tinham de prestar juramento e justificar com testemunhas de abonação e fiança que tinham notória probidade e crédito, bem como os fundos necessários à realização de tais compras, sem recurso a estrangeiros.

Quadro nº 2 – Requerimentos de passaporte real por parte de negociantes da praça do Porto

Negociantes	Nome do navio	Local de aquisição	Mestre	Destino de navegação pretendido
Domingos Luís da Silva Souto e Freitas	Nª Srª da Soledade	Num porto de Espanha	João da Silva	“Para onde lhe convier”
Domingos Luís da Silva Souto e Freitas	S. Domingos e Almas	Porto de Ferrol	António José Fogaça	Porto
Filipe José Botelho	Nª Srª das Dores e Santa Rita (chalupa)	Não especificado	Não especificado	Não especificado
João de Campos Silva e Cruz	Nª Srª da Nazaré (de construção inglesa)	Amesterdão, através do seu correspondente António Maciel	José de Sousa Maciel	Porto ou Lisboa
José da Costa Genovês	Nª Srª da Piedade e S. Francisco de Paula (bergantim)	Não especificado	Cap. Lourenço José de Queirós	Liverpool (Inglaterra)
José Fernandes Lima e José António Rocha	A Flor da Navegação (bergantim)	Vigo	Não especificado	Não especificado
Manuel de Sá Monteiro	Nª Srª da Vitória (galera)	Não especificado	Joaquim Vaz de Oliveira	Não especificado
Nicolau Köpke e Cª	S. Pedro (bergantim)	Inglaterra	Cap. Manuel da Costa	Não especificado

Fonte: ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 17-22vº; 47vº-48

¹⁸⁷ FERREIRA, Sérgio Carlos; RIBEIRO, Joana Isabel; RODRIGUES, Pedro – “Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras, História*, III série, vol. V. Porto: Faculdade de Letras, 2004, p. 229.

¹⁸⁸ O passaporte real era emitido pela Secretaria de Estado da Marinha e tinha como função provar a nacionalidade do navio, do capitão, bem como pelo menos de dois terços da equipagem, que tinham de ser portugueses e assim evitar “serem afrontados pelos corsários”. Como muitas das embarcações pertencentes à praça do Porto haviam sido adquiridas no estrangeiro, nomeadamente a cidadãos dos países em confronto, uma vez que decorria a Guerra da Independência dos EUA (1775-1783), os seus proprietários tinham, ainda, para obter o passaporte português, de exhibir a carta de venda (FERREIRA, Sérgio Carlos; RIBEIRO, Joana Isabel; RODRIGUES, Pedro – “Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII”... p. 230).

Percebe-se que oito homens de negócio da cidade do Porto solicitaram passaporte real para diferentes tipos de navios que adquiriram, nomeadamente bergantim, chalupa e galera, cuja aquisição foi feita em portos estrangeiros, situados em Espanha, Ferrol, Amesterdão e Inglaterra, com equipagem portuguesa conforme exigia a lei, cujo destino de navegação pretendido não foi especificado na sua maior parte, sendo identificados nos restantes casos o Porto, o Porto e Lisboa e Liverpool em Inglaterra.

Apesar de Portugal ser uma placa giratória entre o norte e o sul da Europa e de a conjuntura internacional lhe ser momentaneamente favorável, o país não logrou alcançar os dividendos que as circunstâncias auspiciavam, uma vez que a marinha nacional se mostrou incapaz de assegurar cabalmente o tráfico internacional, tendo de recorrer, para colmatar as suas insuficiências, a navios de outros países neutrais, pese embora alguns exemplos de sucesso, fruto da iniciativa privada, como acabou de ser referido para a cidade do Porto.

A Junta do Comércio deu conta das fragilidades da marinha portuguesa a partir de uma exposição de Pina Manique, em que foram referidas imposições por parte de alguns países, ao nível de condições marítimo-comerciais desfavoráveis a Portugal, nomeadamente os portos da Dinamarca, onde não podiam entrar os vinhos e aguardentes produzidos em Portugal, transportados em navios portugueses. Por outro lado, tudo o que se importava ou reexportava em navios nacionais pagava o dobro dos direitos do que se pagaria se o transporte fosse feito em navios de outras nações. Pina Manique apresentou o caso de Elseneur, na Dinamarca, bem como os portos do Mar Báltico em que todos os géneros e fazendas que iam para lá em navios portugueses ou dos mesmos se importava, pagavam o dobro dos direitos em relação aos que pagavam os navios das outras potências, pelo que considerou que se Portugal não conseguisse as mesmas condições das outras nações, então não poderia navegar nem para os portos da Dinamarca, nem para os outros do Mar Báltico. Lembrou, a propósito, que os navios dinamarqueses gozavam em Portugal os mesmos privilégios dos nacionais.

Também as relações marítimo-comerciais com Riga e Estocolmo eram pouco favoráveis ao crescimento da marinha portuguesa. Referiu Pina Manique, em relação ao primeiro porto, que seria muito conveniente que aos vinhos e aguardentes portugueses fossem cobrados os mesmos direitos que aos de França e que seria de fazer pagar nas alfândegas portuguesas maiores direitos a tudo o que viesse de Riga. Em relação ao segundo porto, os vinhos de Portugal também pagavam maiores direitos do que os de

França e o ferro carregado em navios portugueses era igualmente onerado com direitos mais pesados do que o que vinha em navios suecos¹⁸⁹.

Pina Manique sugeriu que os navios portugueses que se dirigissem a portos estrangeiros fossem considerados, bem como as fazendas que levavam, como naturais dos ditos portos, uma vez que em Portugal todos eram tratados como nacionais ou talvez melhor. Adiantou ainda que para a navegação portuguesa crescer e se conservar era essencial animar e promover novos ramos de comércio e tráfico marítimo e, por outro lado, equilibrar tanto quanto fosse possível, através de isenções, as grandes despesas com que navegavam os navios portugueses, comparadas com as poucas que faziam os das outras nações¹⁹⁰. Há pois que reconhecer que, para além do excesso de direitos com que os navios portugueses eram onerados, bem como as fazendas que transportavam, era evidente a falta de competitividade da marinha nacional. Assim, apresenta como soluções o abatimento dos direitos de 4 a 5% a favor da navegação nacional, a realização da paz com a regência de Argel e a promoção da navegação para os portos de Itália, Rússia e Hamburgo, uma vez que nos da Inglaterra, França e Holanda as mercadorias que não circulavam em navios nacionais, pagavam grandes direitos. O parecer da Junta do Comércio em relação a esta problemática foi no sentido de ser feito o abatimento de 5% nos direitos de entrada de todas as fazendas e mercadorias que viessem às alfândegas portuguesas, trazidas em navios nacionais e 2% a favor das que se exportassem nos ditos navios, de modo a que estes pudessem concorrer na navegação do Mediterrâneo com os venezianos, holandeses mas, principalmente, com os dinamarqueses e suecos¹⁹¹.

A “Viradeira” trouxe uma grande alteração ao nível do exclusivo das companhias monopolistas dedicadas ao comércio luso-brasileiro, que foi extinto, a que não escapou incólume a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a quem foram amputadas algumas competências. Assim, abolidas as companhias privilegiadas, o comércio colonial foi aberto a todos os súbditos portugueses, em rotas tradicionalmente monopolizadas pelo Estado. De notar, no entanto, que se manteve o pacto colonial, com as suas regras, continuando vedado o estabelecimento das manufaturas nos domínios ultramarinos.

¹⁸⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 149-152vº.

¹⁹⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 149-152vº.

¹⁹¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 121, fls. 149-152vº.

Por último, a “Viradeira” afastou o pessoal político conotado com o passado, uma vez que levou a cabo uma mudança de orientações na esfera política. As opções então tomadas passaram, tal como foi referido, pelo recuo do papel empresarial do Estado no domínio industrial que, no entanto, não comprometeu a diversificação do tecido manufatureiro. Aliás, este setor cresceu no último quartel do século XVIII, muito por via da política anterior, que agora frutificava, mas também pela iniciativa privada de alguns homens de negócio que investiram na indústria o capital gerado na esfera comercial. Estas iniciativas foram acarinhadas pelos privilégios e proteção, mantidos no reinado de D. Maria. Por seu turno, os homens de negócio procuraram a reprodução do capital através de um polimorfismo de interesses que ia desde o investimento fabril às atividades mercantis e financeiras, o que lhes ofereceu a acumulação de capital e facilitou o reconhecimento social. Passou também a sentir-se uma mudança de mentalidade pela alteração do hábito de abandono do comércio para, em alternativa, serem adotados modos de vida mais distintos, pelo menos na aparência, condição necessária à promoção social, pois uma carreira na atividade comercial, desde que atingisse o comércio por grosso, abria agora uma auspiciosa via de promoção. Por conseguinte, tornava-se possível manter as atividades financeiras e comerciais e ainda assim atingir a nobreza, através de um hábito de Cristo ou um título de barão, o que aconteceu com conceituados comerciantes, como por exemplo Quintela ou Bandeira, da praça de Lisboa¹⁹².

E chegado o início do ano de 1792, terminava o reinado de D. Maria I, uma vez que a soberana, já doente desde o fim do ano anterior, foi substituída pelo príncipe D. João que assumiu interinamente a regência pelo decreto de 10 de fevereiro desse mesmo ano, tendo sido, em 1799, declarado oficialmente Príncipe Regente, permanecendo nessa situação até à morte da mãe, em 1816.

Este é pois o pano de fundo em que vão sendo esculpidos os rumos da economia e sociedade portuguesa da segunda metade do século XVIII, pelo que trataremos a partir de agora dos que se movem nestes cenários; mercadores nacionais e estrangeiros, os seus parceiros e os seus negócios, bem como as órbitas em torno das quais gravitavam os seus interesses comerciais, a partir da cidade do Porto que acolheu, enquanto espaço, todo o pulsar de uma região de que era a “capital” e pólo concatenador de iniciativas, oportunidades e teias construídas no seio de famílias e negócios que se estruturaram e

¹⁹² PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil ...* p. 448.

ancoraram, sobretudo, em torno de um produto de excelência que era o vinho do Porto, mas também de outros produtos v\u00ednicos, o que ser\u00e1 tratado nos cap\u00edtulos seguintes.

2. Dinâmicas comerciais no Porto Setecentista a partir de uma fonte serial

Pretende-se analisar neste capítulo as ligações da cidade do Porto com as três províncias do norte: Minho, Beira e Trás-os-Montes, enquanto epicentro captador e redistribuidor de géneros, bem como com o restante território nacional e com o exterior, através da estreita relação com o Douro e o mar, suportes de uma atividade económica ativa e próspera e estruturada em torno dos vinhos do Alto Douro. Para alcançar tal desiderato, recorrer-se-á à análise de uma fonte serial, o subsídio militar. Trata-se de um imposto que recaía sobre o consumo dos habitantes da cidade do Porto, no que a produtos previamente estabelecidos diz respeito, nomeadamente o vinho, aguardente, bacalhau, ferro, sal e couros, cuja derrama se destinava à manutenção do regimento de defesa da cidade.

A feição marítima e comercial da urbe portuense foi esculpida a partir do couto episcopal doado por D. Teresa, em 1120, ao bispo D. Hugo, que, por seu turno, deu carta de foral aos moradores três anos depois. Estes cedo se aproximaram do curso fluvial do Douro, extravasando a cerca velha; um muro à volta do Morro da Pena Ventosa, com algumas casas lá dentro, pelo que o rio modelou a cidade e tornou-se um elemento estruturante das relações humanas, não só dos que a habitavam, mas também dos que com eles se relacionavam.

Sendo uma cidade marítima, o Porto era também uma cidade de mercadores que, desde tempos remotos, enfrentaram o rio e o mar em aventuras cada vez mais longínquas, até às grandes praças da Europa. Exemplo disso foi o mais antigo tratado internacional de comércio português, concluído entre Eduardo III de Inglaterra, em 1353, e o procurador e mensageiro dos mercadores de Portugal, o tripeiro (leia-se portuense) Afonso Martins Alho, comerciante da praça do Porto. Com o decorrer dos tempos, manteve-se o pendor mercantil da cidade, cujo valor e importância podemos aferir pelo pedido apresentado às cortes de 1641, pelos procuradores do Porto, que solicitaram ao Rei que não permitisse que alunos externos frequentassem as classes de latim do Colégio de S. Lourenço, pois o Porto era “porto de mar e andavam de contínuo os moradores da dita cidade embarcados para o Brasil e outras partes, pelo que os alunos podiam inquietar as filhas e as mulheres dos maridos ausentes”¹⁹³.

Cedo se definiu, por conseguinte, a personalidade do burgo portuense como cidade marítima que progressivamente se distanciou de um Porto senhorio da Igreja,

¹⁹³ SILVA, Francisco Ribeiro da – “Tempos Modernos” in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 275.

aproximando-se da baixa ribeirinha que cresceu pela atração que o rio e o mar exerciam sobre ela. Enquanto isso, a alta episcopal “foi ficando cada vez mais à desbanda do Porto progressivo e acabou por tornar-se, rápida e definitivamente, o símbolo majestoso de um poder defunto – o dos senhores eclesiásticos sobre a sociedade política”¹⁹⁴. Eram pois dois espaços, duas concepções políticas, dois tipos de mentalidade, dois modos de estar na história que, inevitavelmente, entraram em rota de colisão, afastando-se inexoravelmente.

Via de comunicação para o interior e estrada aberta ao Atlântico, o rio Douro consumou o afastamento da acrópole episcopal, cada vez mais arcaica, ainda que os perigos da barra causassem com frequência o naufrágio de embarcações. O alemão H. J. Link, que visitou Portugal no final do século XVIII, referiu que “a entrada do rio era muito estreita e perigosa, pois o mar era muito alteroso, sobretudo no Inverno, além de que a corrente era muito rápida”¹⁹⁵. Ainda assim, as gentes do Porto foram encontrando soluções para cumprir a sua vocação marítimo-comercial, ora por intermédio da coroa, ora por iniciativa do poder local ou mesmo pela intervenção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, o que lhes permitiu rumar à Europa e a outros continentes, alimentando fluxos comerciais e atraindo homens de negócio, nacionais e estrangeiros, que deram corpo a esses movimentos, gerando riqueza e prosperidade, uma vez que a cidade foi superando as suas dificuldades e os mercadores foram crescendo em experiência, cabedais e honorabilidade, tirando partido dos progressos e da melhoria das condições oferecidas pelo Porto e também mourejadas por eles próprios, pela prática da atividade comercial.

¹⁹⁴ SOUSA, Armindo de – “Tempos Medievais”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 150.

¹⁹⁵ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Os Estrangeiros e o Porto Setecentista: Imagens, Representações e Poder*. Porto: Universidade do Porto, 1996, p. 88.

2.1 A praça do Porto e a atividade mercantil

A feição marítima e comercial da urbe portuense definiu-se não só pela situação geográfica que lhe abriu as portas da Europa, mas também pelo empenho dos que devotaram as suas vidas à arte de mercadejar. Esta era desenvolvida por quem se dedicava à mercância, ou seja, o mercador que, se recuarmos aos séculos XIV e XV, para além de comprar para vender a retalho, exercia simultaneamente outras atividades: lavrador, arrematante das rendas reais, do clero e dos nobres, funcionário da coroa (feitor, vedor da fazenda, almoxarife, escrivão, administrador de nau), mestre de navio, cambador, fretador, senhorio de nau, pescador (armador de pesca), surgindo ainda outros vocábulos para o designar como: regatão, marceiro, tendeiro, homem-bom, homem honrado de boa fazenda, cidadão e, com grande intensidade no século XV, criado del-rei, escudeiro, cavaleiro¹⁹⁶. Pode então concluir-se que o conceito profissional de mercador encerrava uma pluralidade de funções.

Borges Coelho refere que em Lisboa e no Porto, bem como nas principais cidades e vilas, se manteve um grupo poderoso de vizinhos “que se intitulavam e exerciam o ofício de mercador, ofício que cobria a actividade de comprar para vender; a produção de mercadorias, agrícolas ou artesanais, para vender; os câmbios ou empréstimos a juros; o investimento na terra, nas mercadorias e nos navios”¹⁹⁷. Daqui se infere da existência de um grupo social cujo cerne definatório reside na atividade de comprar por grosso e vender a retalho, de forma regular, donde resulta a assunção do título de mercador, que vive do cabedal que realiza, bem como dos mercados de que depende para a compra e venda das mercadorias.

De acordo com as expressões contidas num documento fiscal portuense de 1640, nos séculos XVI e XVII, o termo “mercador” estava reservado aos que comerciavam com grande opulência e abundância, de entre os quais se destacavam os mercadores de vinho, de sedas e panos, de sobrado, mercadores estrangeiros. No século XVIII as palavras “mercador” e “homem de negócio” equivalem-se, no entanto vai prevalecendo o termo “negociante”¹⁹⁸.

Apesar desta distinção, na prática, as atividades de uns e de outros chegavam por vezes a confundir-se, tal como se constata pela consulta à Junta do Comércio sobre o

¹⁹⁶ COELHO, António Borges – *Clérigos, mercadores, “judeus” e fidalgos*. Lisboa: Caminho, 1994, p. 25.

¹⁹⁷ COELHO, António Borges – *Clérigos, mercadores, “judeus” e fidalgos, ...* p. 25-26.

¹⁹⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – “Tempos Modernos” in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 280.

requerimento dos negociantes a retalho da cidade do Porto, em 17 de maio de 1758, que se queixam da concorrência dos grossistas que vendiam a retalho, não só na cidade e província do Porto, mas também noutras zonas do reino onde mandavam os caixeiros pelas feiras a vender em peças e por côvados. Achavam, por isso, que os mercadores por grosso deviam constituir um corpo separado e distinto no seu comércio e não deviam intrometer-se no negócio pelo miúdo. A este propósito, a Junta considerou que os grossistas deviam ser proibidos de vender a retalho¹⁹⁹.

Pela lei de 30 de agosto de 1770, D José I regulou o corpo do comércio pelo que apenas os comerciantes matriculados na Junta podiam fazer negociações de grande porte, sociedades mercantis e outros negócios com o exterior do reino. Esta liberdade era vedada aos tratantes ou traficantes, a cuja classe pertenciam todos os que não estavam nos referidos termos²⁰⁰.

A Junta do Comércio ajudou a clarificar o conceito profissional, uma vez que distinguiu negociante de comércio interno e externo a propósito de uma consulta que lhe foi submetida a 20 de agosto de 1771, sobre o § 6 da lei de 30 de agosto de 1770. Ao referir-se ao tráfico miúdo dos tratantes, diz que este consiste no comércio interior do reino, dando como exemplos a arrematação de comendas, compras e vendas de gados e frutos próprios, etc. Quanto ao comércio exterior refere que apenas compete aos negociantes matriculados e que consiste em “mandar vir fazendas de praças estrangeiras e navegá-las, como todas as mais próprias, não só para as conquistas, mas ainda para as referidas praças”. Os tratantes são também avisados “que se abstenham da denominação de homens de negócio por ser esta privativa dos sobreditos negociantes matriculados”²⁰¹. Num aviso da secretaria da Junta do Comércio, datado de 22 de março de 1774, volta a ser feita referência à lei de 30 de agosto de 1770, da qual resulta uma clara distinção entre comerciantes de grosso trato ou homens de negócio e comerciantes de pequeno trato ou tratantes, sendo ainda definidas as respetivas prerrogativas²⁰².

Concorrendo com os nacionais, desde cedo se identificaram em Portugal mercadores estrangeiros. Tal como assinalou Virgínia Rau, sempre foram bem acolhidos pelos poderes públicos em Portugal e, desde logo, se verificou a presença em terra portuguesa de “ingleses, flamengos, alemães, galegos e biscainhos, lado a lado com aragoneses, catalães, franceses, italianos e outros mercadores das partes mediterrânicas ou

¹⁹⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 168-168vº.

²⁰⁰ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 115, fl. 143vº.

²⁰¹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 113, fl. 128.

²⁰² ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 115, fl. 143vº.

setentrionais”²⁰³. No século XVI e princípios do seguinte, os flamengos comerciavam bens alimentares, têxteis, armas e munições. Com eles coexistiam os franceses, fornecedores de pão e papel. Seguiam-se os ingleses que transacionavam bacalhau, panos e bens de equipamento, uma vez que só mais tarde se interessaram pelos produtos vínicos. Neste período, os mercadores do Porto ligados ao comércio de grosso trato eram, em grande parte, cristãos-novos que se viram perseguidos pelo Santo Ofício²⁰⁴, o que os levou a perder poder e importância e, sobretudo, a deixar espaço para outros se instalarem na atividade económica da cidade, o que efetivamente aconteceu com o envolvimento progressivo de estrangeiros, com quem o mercador do Porto teve de concorrer.

A comunidade de estrangeiros mais numerosa em Portugal, bem como na cidade do Porto, era composta por ingleses²⁰⁵, por um lado devido à ancestralidade das relações com a Grã-Bretanha e, por outro, devido às perseguições religiosas da Inquisição, que lhes abriu portas ainda que de forma indireta. Os seus interesses económicos, ancorados na urbe portuense, virão a incidir com particular acutilância no vinho, sobretudo no que se produzia no Douro. A primeira vez que aparece documentada a exportação de vinho para Inglaterra data de 1651. Neste ano, Richard Perez, “britânico estante no Porto”, exportou para aquele país 56 pipas que mandara comprar “asima do douro”. No ano seguinte outros seguiram na sua pegada e o total de pipas exportado ascendia já a 153²⁰⁶.

Na verdade, os ingleses preferiam os vinhos importados de França, tipo clarete, aos vinhos portugueses, mais pesados. No entanto, em consequência de uma série de guerras, iniciadas por volta de 1670, a Inglaterra cancelou as suas relações com a França, o que implicou que viesse a procurar alternativas para a compra de vinhos. O da

²⁰³ RAU, Virgínia – *Estudos de História (Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico)*. Porto: Editorial Verbo, 1968, p. 131-132.

²⁰⁴ Os mercadores do Porto ligados ao comércio de grosso trato viram-se perseguidos pelo Santo Ofício, sobretudo em 1598-1599 e, mais tarde, em 1618. Em 1623 declarava a Câmara do Porto: “a gente de negocio se algua ouve em algum tempo nesta cidade sesara com as prisões que ouve pello santo officio cuia confiscação nella se entendia importara mais de trezentos mil cruzados para a Fazenda Real” (SILVA, Francisco Ribeiro da – “Tempos Modernos” ... p. 281).

²⁰⁵ Rose Macaulay caracteriza os ingleses, nomeadamente as famílias do Porto, estando algumas estabelecidas nesta cidade ou em Viana do Castelo desde o séc. XVII, referindo que “parecem donas da cidade, dum modo britânico e inconscientemente arrogante [...]. Provavelmente sempre assim foram, desde que, nos séculos XIV e XV, os primeiros negociantes de panos para lá enviaram os seus agentes, a fim de olharem pelo negócio” (MACAULAY, Rose – *Inglese em Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1950, p. 202).

²⁰⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto et le Ribadouro au XVIIe siècle: une complémentarité imposée par la nature*. Paris: CENPA – Maison des Pays Ibériques, 1991, p. 352.

Madeira terá sido o primeiro a ser introduzido na Grã-Bretanha, tendo tido boa aceitação, seguindo-se o interesse pelos do Alto Douro.

Outra circunstância histórica, propiciadora do interesse dos ingleses pelos vinhos do Douro, foi o tratado de Methuen. Este permitiu aos vinhos de Portugal a entrada nas alfândegas britânicas com benefícios fiscais decorrentes da execução prática do seu clausulado, tal como já abordado. Como refere Sandro Sideri, após aquele tratado, cerca de noventa firmas inglesas prosperavam em Portugal, localizando-se o mais importante entreposto comercial na cidade do Porto que, voltado para o comércio vinícola, controlava parte da respetiva produção e a quase totalidade do transporte para o estrangeiro²⁰⁷.

A comunidade inglesa dedicava-se, acima de tudo, ao comércio por grosso de importação e de exportação. Isto não quer dizer que, por vezes, não vendessem a retalho as cargas dos barcos entrados pela barra do Douro. Este facto ocorria ou pela conveniência de preço mais favorável, ou tão somente por só encontrarem compradores para pequenas quantidades. O principal produto exportado era o vinho, seguido dos frutos da terra como amêndoa, cebolas e sumagre e ainda o sal e a sola, embora fossem transacionados muitos outros produtos. Compunham as importações dos ingleses as aduelas e arcos de ferro, vitais para o fabrico e reparação de vasilhame, bem como carvão, metais, arroz, cereais, sabão, arenques, cânhamo, carne de vaca, óleo, linho, farinha, queijo, sebo, feijão, louça, etc.²⁰⁸.

Apesar da concorrência dos estrangeiros, o mercador do Porto continuou labutando, pois já no século XIX, Alberto Pimentel definiu-o como trabalhador, referindo também que, podendo realizar um bom negócio não o deixava escapar, mas também era pontual e sério, ainda que amigo do lucro. O seu descanso era uma noite bem dormida e a sua vida normal consistia no trabalho, de que era um exemplo para caixeiros e aprendizes. Trabalhava constantemente e divertia-se pouco²⁰⁹.

²⁰⁷ SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder*. Lisboa: Edição Cosmos, 1970, p. 46.

²⁰⁸ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade Britânica do Porto Durante as Invasões Francesas (1807-1811)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990, p. 27.

²⁰⁹ PIMENTEL, Alberto – *O Porto Há Trinta Anos*. Porto: Livraria Universal, 1893, p. 5-6.

2.2 O subsídio militar – anatomia de um tributo

Cabe agora abordar o manifesto do subsídio militar²¹⁰, composto pelos dados quantitativos apurados nos livros de registo dos produtos entrados na cidade do Porto, sujeitos a tributação camarária, no espaço temporal entre 1756, data do início do presente estudo, e 1772, ano em que esta contribuição passou da alçada municipal para a da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ainda que tenham sido feitos registos camarários, nos três primeiros meses de 1773. Sobre os produtos previamente determinados incidia, por conseguinte, o subsídio militar, um imposto sobre o consumo que onerava a cidade do Porto e seu termo e se destinava a garantir o pagamento do regimento de defesa da cidade e que, enquanto fonte serial, permite conhecer melhor o comércio da região do Porto.

O acompanhamento dos movimentos comerciais desta urbe, através da recolha sistemática dos registos constantes dos livros de cobrança, visou alcançar os quantitativos globais de entrada anual do vinho, aguardente, bacalhau, ferro, meios de sola (couros) e sal na cidade do Porto, dado que eram estas as mercadorias sujeitas à dita tributação. Apesar de incidir apenas sobre seis produtos, pensamos que tal facto não irá prejudicar a radiografia do trato mercantil que visamos alcançar, uma vez que, destinando-se a coletar montantes consideráveis que permitissem a manutenção do dito regimento, a contribuição só podia recair sobre os produtos que proporcionassem uma maior arrecadação fiscal. Daqui resulta que as mercadorias com incidência tributária teriam de ser as mais importantes, em termos de procura e consumo, logo as que proporcionassem mais intenso dinamismo comercial. O sal, por exemplo, teve uma importância económica relevante não só na urbe portuense, mas também no país, uma vez que Portugal sempre usufruiu de condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria salícola, dada a extensão da costa, o clima favorável devido à dominância dos ventos secos e quentes, que atingem o país no verão o que, aliado às elevadas temperaturas, propicia o desenvolvimento daquela²¹¹.

²¹⁰ Pode consultar-se a este propósito: CARDOSO, António Barros – *Baco e Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, vol. II. Porto: GEHVID, 2003, p. 674-707.

²¹¹ “A exploração deste mineral é anterior à conquista romana, tendo a sua exportação começado muito cedo. De notar que já os romanos lhe dedicaram, durante a romanização, particular interesse” (RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Destino das exportações do sal português na segunda metade do século XIX*. Porto: Universidade do Porto. Instituto de História Moderna, 2008, p. 231).

Na época moderna, o interesse económico do sal acompanhou a crescente importância do comércio do peixe, dada a necessidade de conservação²¹², ainda que possam ser identificadas diversas outras aplicações tais como a condimentação das refeições e preparação de alimentos como o queijo e as azeitonas, o tratamento das peles, para além de servir “como supletivo na engorda do gado e como complemento na farmacopeia”²¹³.

Já com o sumagre ou sumagreira, que foi outro dos produtos tributados pelo subsídio militar, aconteceu o oposto, pelo que foi desonerado devido ao decréscimo de rentabilidade, uma vez que se tornou sobretudo um produto de exportação, com uma procura interna muito exígua, pelo que foi deliberado levantar a incidência tributária que sobre ele recaía, na sessão camarária de 22 de setembro de 1719, com o argumento de que “se faria maior despesa na recadação do que no producto”²¹⁴, pois o consumo na cidade não chegava a 10 000 réis, ainda que com grande procura no estrangeiro.

Trata-se de uma planta de baixo porte, que crescia espontaneamente no Douro, sendo que as suas folhas e rebentos, depois de desenvolvidos, eram colhidos e secos ao sol, sendo depois reduzidos a pó ou pasta e utilizados no curtimento de peles e na tinturaria. Era, por isso, a partir dos fins do século XVI, um produto de grande procura, não só pelos surradores e sapateiros do Porto mas também pelos mercadores estrangeiros que ofereciam bom dinheiro pela sua compra. Sendo um produto muito procurado por aqueles, é lógico que tenha sido objeto de exportação, sendo que as primeiras notícias documentais da saída de tal produto remontam ao ano de 1584²¹⁵. Nesta data, “António Reimão, mercador de Bristol comprou 210 arrobas”. Nos fins do século XVI a procura era tão grande que chegou a haver problemas na cidade devido aos elevados preços pagos pelos estrangeiros e, por isso, os sapateiros e surradores do Porto sentiram dificuldade em aguentar a concorrência. Esta situação afetou sobremaneira os mesteiros do Porto, pelo que a Câmara foi chamada a intervir,

²¹² Assim se explica que “o sal português de Setúbal serviu no século XVII, como moeda de troca na paz celebrada com a Holanda (1669) e, no século XVIII, foi também o sal daquelas paragens que mais interessou os britânicos envolvidos em Portugal no negócio do peixe seco” (CARDOSO, António Barros – “O sal português nos cais de Londres e nos outros portos das Ilhas Britânicas (séc. XVIII)”, I *Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 213-214).

²¹³ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Destino das exportações do sal português na segunda metade do século XIX* ... p. 233.

²¹⁴ AHMP – 1838 – *Copiador particular do arquivo de documentos dirigidos ao Governo sobre as rendas do Município extraídas para o Governo*, fl. 7vº-9.

²¹⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – “Tempos Modernos” ... p. 285.

definindo um conjunto de regras disciplinadoras, tendo sido decretado pelo Senado que, metade do volume armazenado na cidade, ficaria cativo para o seu consumo²¹⁶.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a procura de sumagre foi constante “por parte de ingleses, flamengos, alemães e, em menor escala, pelos franceses. Manterá a sua importância até ao final do terceiro quartel do século XVII, sendo até essa altura “seguramente o produto duriense de maior valia nas exportações portuenses”²¹⁷. No século XVIII, apesar de continuar a ter procura, o seu comércio vai-se alterando paulatinamente. Irá desaparecendo na proporção da chegada de novos e mais eficazes produtos.

Ao consultarmos o fundo notarial do Arquivo Distrital do Porto, encontrámos algumas referências à exportação de sumagre por parte de homens de negócio da urbe portuense. É o caso de António Ferreira Pinto Basto, homem de negócio da cidade do Porto, que fretou o navio *Os Quatro Irmãos*, para carregar sumagre fino e grosso, bem como outras fazendas que lhe aprouvesse, com destino ao porto de Saint-Valery-sur-Somme, na região da Picardia francesa. O fretamento foi firmado perante o notário, em 25 de Junho de 1757, tendo sido testemunhas Daniel Bull, homem de negócio holandês, morador na cidade do Porto e José da Costa Lobo, seu caixeiro²¹⁸. A 11 de julho do mesmo ano, Tomé Manuel, homem de negócio da cidade do Porto, fretou o navio *A Senhora Engebarg* para carregar, tanto quanto pudesse levar, sumagre fino e grosso, com destino ao mesmo porto francês, onde seria entregue aos correspondentes do fretador, tendo sido testemunhas do ato notarial Rodrigo Folkman, hamburguês e Agostinho Lamy, homem de negócio “desta rua”²¹⁹. Em 23 de maio de 1771, José Vieira de Azevedo, homem de negócio da cidade do Porto, fretou um navio para enviar a Londres com carga de sarro, sumagre e fruta, tendo sido testemunhas do ato notarial os homens de negócio da mesma cidade, Cristiano João Silou e Manuel da Cunha Vale²²⁰. A 21 de junho de 1780 fretaram a galera *Santíssimo Sacramento, S. José e S. João*, vários homens de negócio: João Henrique de Magalhães, João da Cruz Assunção, João da Rocha, Luís Correia dos Santos, António Alves da Cruz e Sousa, Manuel Monteiro, Manuel Ferreira dos Guimarães, João Lopes Ferraz, António de Freitas e

²¹⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. I. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 181.

²¹⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – “*Tempos Modernos*” ... p. 285.

²¹⁸ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 226, fl. 5-5vº.

²¹⁹ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 226, fl. 33-33vº.

²²⁰ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 276, fl. 15-16.

Araújo, António de Sousa Pires, José Joaquim Alves da Cruz, Manuel Martins Trindade de Almeida e Manuel de Almeida Pinto e Sousa, para carregar com destino a Londres vinho, azeite, caixas de limão, cortiça e um total de 20 sacos de sumagre com 51 quintais, cujo frete foi 10 mil réis por cada 10 quintais. O frete por cada pipa de vinho e azeite foi de 8 mil réis, bem como por cada 10 meias caixas de fruta, e por cada 10 quintais de cortiça. Não consta do ato notarial de fretamento a relação de testemunhas²²¹. Pode então concluir-se, com base nos registos notariais consultados, que a exportação de sumagre era feita para França e Grã-Bretanha, ainda que o pudesse ser também para outros destinos.

Assim, pretende-se perceber, através dos registos dos manifestos ao subsídio militar, quais os mercadores e firmas nacionais mas também inglesas, hamburguesas, holandesas e francesas que ancoraram a sua atividade económica na cidade do Porto em torno do vinho e dos outros produtos onerados e qual a fatia de mercado que lhes cabia, ou seja, quem dominava o comércio na cidade entre 1756, ano da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, data a que fizemos corresponder o início do nosso trabalho, dada a importância deste marco, e 1772, ano em que terminou a jurisdição camarária sobre esta coleta que passou para a tutela da referida Companhia²²².

O levantamento sistemático dos dados contidos nos livros do registo desta contribuição proporciona uma grande variedade de informações, que são um contributo importante para identificar os manifestantes, na generalidade mercadores a operar na praça, quer nacionais quer estrangeiros, e os seus caixeiros e familiares, bem como as sociedades que constituíram e as relações profissionais e mesmo pessoais que desenvolveram, ainda que estes dados não sejam mencionados de forma sistemática. São ainda identificáveis as datas de ocorrência dos manifestos, com indicação de dia, mês e ano, a morada do manifestante, a designação do produto com indicação das quantidades entradas na cidade e depois exportadas, o navio que fez o frete, caso a mercadoria fosse importada e entrasse no Porto por mar, o arrais responsável pelo transporte de vinho e aguardente vindos do Douro, o mestre ou capitão, no caso do transporte de sal, o consignatário, sobretudo no caso de bens importados, e ainda o

²²¹ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 325, fl. 119-120vº.

²²² Apesar da tutela sobre a coleta do subsídio militar ter transitado para a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1772, ainda existe registo dos três primeiros meses de 1773 sob alçada da Câmara.

fiador e principal pagador, pessoa que se comprometia a pagar o imposto na impossibilidade do manifestante, e a respetiva morada.

É de salientar que desapareceram quatro livros deste registo, que correspondem aos anos entre 1760 e 1763, o que impossibilitou a pesquisa durante este período, sendo que todas as ilações e apresentação de dados serão construídos sem esses elementos, existindo, por conseguinte, um hiato temporal de quatro anos sequenciais.

Para se perceber o contexto da criação do subsídio militar e a forma como recaiu sobre a cidade do Porto e os seus habitantes, usou-se uma fonte existente no Arquivo Histórico Municipal do Porto, designada *1838 – Copiador particular do arquivo de documentos dirigidos ao Governo sobre as rendas do Município extraídas para o Governo*. Este copiador é constituído por vários documentos, sendo aberto por uma Portaria do Ministério do Reino, com data de 23 de dezembro de 1837, em que o governo pede à Câmara do Porto cópias autênticas dos documentos e diplomas relativos ao subsídio militar, nomeadamente o acórdão de 18 de fevereiro de 1659 pelo qual foi oferecido voluntariamente aquele imposto, a carta régia da sua confirmação de 6 de março do mesmo ano, o acórdão de 27 de novembro de 1721 e aviso de 20 de dezembro do mesmo ano, que fixavam o pagamento daquele tributo. A Câmara enviou várias outras cópias de documentos, nomeadamente atas de vereação, provavelmente com o intuito de esclarecer melhor o contexto da origem e manutenção da cobrança deste imposto, que muito pesou sobre a cidade.

O acórdão de 18 de fevereiro de 1659 reporta-se ao consentimento e acordo da cidade do Porto em socorrer com dinheiro, armas e gente, voluntariamente, a província do Minho onde entrou o inimigo, ou seja, o exército espanhol, no contexto da guerra da Restauração, e tomou a vila de Monção, conforme consta da ata de vereação cuja cópia autêntica foi enviada de acordo com a solicitação do governo. Foi deliberado oferecer um terço de gente paga para socorrer a fronteira do Minho, por um período de oito meses. Para honrar esta despesa, a Câmara decidiu fazer uso do direito novo dos vinhos e deliberou que após aquele período, contado desde o levantamento daquela força, a cidade não ficasse obrigada a mais pagamento algum. Apesar de aguardar a aprovação do Rei sobre estas matérias, a Câmara foi levantando o dito terço, acreditando na aprovação régia. A decisão da Câmara em contribuir para a defesa da Província de Entre-Douro e Minho, de que o Porto era a capital, enquadra-se no âmbito das suas atribuições, uma vez que a segurança e a defesa das populações eram simultaneamente um poder e um dever do governo municipal. Cabia-lhe a “defesa das populações contra

os ataques dos inimigos. O Senado e os cidadãos deviam assegurar protecção à cidade contra as agressões do exterior”²²³. Neste caso concreto tratava-se da defesa de uma das províncias de que a cidade do Porto era responsável, enquanto capital.

Contém também uma carta datada de 22 de fevereiro de 1659, enviada pela Câmara ao Governador das Armas da Província do Minho, D. Álvaro de Abranches, donde se retiram mais indicações acerca do aparecimento e da contextualização do subsídio militar. É referido que, para impedir a entrada do inimigo, haviam sido mandadas para a fronteira companhias de auxiliares com armas dos armazéns da Câmara e mais de dez mil cruzados em dinheiro, das rendas da cidade. Como o exército espanhol tinha destruído todas as terras junto ao Minho e tinha sitiado Monção por quatro meses, acorreu à fronteira o Conde de Miranda, Governador de Armas do Porto, com a gente da ordenança que foi possível levar, tendo os homens de negócio doado seis mil cruzados para comprar cavalos e prover a tropa com armas. Também o mestre de campo, Fernão de Sousa Coutinho, remeteu à fronteira os soldados do terço que levantou e mais de dez mil cruzados em dinheiro. Apesar das medidas tomadas, tiveram grandes reveses, pelo que a Câmara pediu ao Rei que os mandasse prover de armas e de cabos que entendessem a guerra, ou seja, tinham falta de munições e de militares com conhecimentos de estratégia e experiência em cenário de guerra.

A 6 de março de 1659, em carta régia dirigida à Câmara, o Rei aprovou e agradeceu as diligências já desenvolvidas. Pediu que cobrissem as despesas com outros impostos, nomeadamente o crescimento das sisas, o dinheiro das alças e se socorressem de qualquer outro sobre o qual a Câmara tivesse jurisdição, uma vez que seria todo bem empregue na defesa da província. Informou também que na Corte estava a ser preparado um exército capaz para se opor ao inimigo e que tinham sido nomeados cabos de grande confiança.

Pelo alvará de 20 de março de 1659 é feita referência ao assento da Câmara, datado de 18 de fevereiro de 1659, onde consta que o terço de gente paga para socorrer a fronteira do Minho, pelo espaço de oito meses por conta da cidade do Porto, foi feito voluntariamente e sem ordem régia para o efeito, com pagador nomeado por aquela e uma pessoa do povo para assistir aos ditos pagamentos, e que acabara no mês de fevereiro, pelo que foi reformado por mais um ano. Para fazer face a esta despesa, aplicaram o direito novo dos vinhos. É ainda referido que fosse dado conta ao Cabido,

²²³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. II. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 787.

no intuito de que viesse a contribuir para esta despesa com dinheiro da Mitra e eclesiásticos, bem como às ordens religiosas do termo do Porto, uma vez que era para defesa de todos e que se dispusesse do dinheiro resultante dos impostos sob a alçada da Câmara, nomeadamente o das fortificações, alças e crescimento do cofre das sisas, depois de pagas as despesas a que se destinava aquele dinheiro. Para o recrutamento de gente foi proposto que se utilizasse as quantias recolhidas com o novo tributo sobre os vinhos, que consistia em dois cruzados impostos em cada pipa e que os oficiais do terço fossem pessoas aptas e de serviço nas fronteiras, sendo nomeados pela Câmara com a aprovação do Governador das Armas da cidade do Porto. Por este alvará, o Rei confirmou, aprovou e aceitou o teor do acórdão, tendo mandatado a Câmara para o executar.

Fica claro que o início do subsídio militar data de 18 de fevereiro de 1659 e que resultou de um ato voluntário da Câmara do Porto, com a anuência das forças vivas da cidade, que se cotizaram para defender a província de Entre-Douro e Minho das investidas espanholas, no âmbito da guerra da Restauração.

Do alvará de 30 de agosto de 1659 consta que D. José I concedeu a mercê aos oficiais da Câmara, ao povo e ao seu distrito da isenção de auxiliares, enquanto conservassem o dito terço pago, com a ressalva de que havendo alguma situação de aperto, as ordenanças lhe acudissem sem exceção de pessoa ou qualidade. Este privilégio foi concedido pelo Rei em consequência da informação dos oficiais do Município e procuradores dos mesteres e povo da cidade do Porto que se queixaram de ser auxiliares do terço de infantaria, que levantaram à sua custa, ficando com isso impossibilitados de o sustentar.

Através do alvará de 12 de abril de 1660, o Rei confirmou a execução do novo direito imposto nos vinhos, por ser de maior rendimento e onerar menos os moradores da cidade e comarca, com vista ao sustento do terço de Infantaria pelo período de oito meses que foram renovados para além dos primeiros que tinham oferecido para defesa da província de Entre-Douro e Minho. O Rei impôs que este pagamento fosse feito por aqueles que estivessem na comarca do Porto.

A 10 de setembro de 1719, o Monarca dirigiu ao juiz, vereadores e procurador da Câmara a resposta à carta enviada a 24 de junho pelo juiz de fora, em que este referiu que o rendimento dos géneros que tributaram não chegava para pagar o regimento. A resposta do Rei foi que, além daqueles, onerassem o sumagre, ferro, bacalhau e meios de sola com a mesma imposição que pagavam antes. Esta indicação do Rei faz-nos

supor que tenha havido uma interrupção na coleta ou nos produtos que lhe estavam sujeitos, tendo permanecido onerado apenas o vinho e a aguardente que entrava e se consumia na cidade, após o armistício com os espanhóis, ainda que não tenhamos encontrado nenhum documento que suporte claramente tal suposição²²⁴.

Constou ao Rei que os mercadores estrangeiros compravam mercadorias com vista ao comércio externo e que deixavam ficar uma parte no reino, especialmente o vinho, para o venderem sem pagar a contribuição, uma vez que ficava isento o que se exportasse para o estrangeiro. No sentido de evitar este descaminho, o Monarca ordenou a obrigação, que a todos vinculava, de dar entrada da totalidade dos produtos que comprassem, fazendo prova posteriormente da exportação para o estrangeiro. Só então seriam isentados de tributação. Dos que ficassem pagariam o que lhes competia, excetuando a carne, “por ser assim conveniente”²²⁵.

Data de 22 de setembro de 1719 a cópia do termo da ata da reunião camarária em que foi deliberada a cobrança e forma de arrecadação do novo subsídio para pagamento do regimento. Em relação ao vinho foi estimado que seriam consumidas em cada ano 8 000 pipas, provenientes de Vila Nova de Gaia²²⁶, dos limites de São Miguel de Outeiro, Anadia e outras partes. Quer viessem pelo rio Douro, quer ficassem no lugar de Vila Nova de Gaia ou no termo ou viessem para o Porto pelo dito rio, foi decidido que cobrassem 1 200 réis em pipa, o que somaria no decurso de um ano 9 600 réis. Vindas em cargas ou em vasilhas mais pequenas do que pipas, pagariam na proporção relativa aos 12 tostões de cada pipa. Calcularam que seriam embarcadas para as conquistas 1 500 pipas por ano e decidiram que quer se embarcasse em pipas, em quartos ou barris, pagar-se-ia 1 200 réis por pipa, donde resultaria no decurso de um ano o montante de 1 800\$000 réis. Em relação ao vinho verde, previram que se consumiriam por ano, na cidade e seu termo, 3 000 pipas, tendo deliberado que cada uma pagaria 600 réis, quer viesse em carga ou em outras vasilhas por terra. Vindo pelo rio ou por Vila Nova de Gaia ou ainda pela barra, pagariam os referidos 1 200 réis, donde resultariam 1 800\$000

²²⁴ A este propósito Barros Cardoso refere que houve um primeiro subsídio militar que viria a ser extinto em 20 de setembro de 1715, na sequência dos acordos de paz celebrados entre Portugal e Espanha. Os produtos então onerados eram o vinho para exportação, vinho para consumo na terra, azeite, aguardente, sumagre, ferro e bacalhau. Foi restaurado a 28 de setembro de 1718, ainda que tenha sido lenta a seleção de géneros a onerar e a fixação das taxas a aplicar (CARDOSO, António Barros – *Baco e Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro...* p. 675-676).

²²⁵ AHMP – 1838 – *Copiador particular do arquivo de documentos dirigidos ao Governo sobre as rendas do Município extraídas para o Governo*, fl. 7-7vº.

²²⁶ A identificação do local que consta na fonte é “Vila Nova”, no entanto pensamos tratar-se de Vila Nova de Gaia, pelo que acrescentámos a restante referência.

réis. Por conseguinte, o vinho maduro pagava ao subsídio militar 1 200 réis por pipa e o vinho verde 600.

O cálculo anual de aguardente estimado para consumo e embarque para as conquistas foi de 400 pipas. Sendo a tributação de 2 400 réis por pipa, ainda que aquele produto pudesse dar entrada na cidade em quartos, barris ou outras vasilhas, arrecadar-se-iam ao fim de um ano 960\$000 réis.

No que ao bacalhau diz respeito, foi estimado que entrariam na cidade 10 000 quintais, saindo 600 para as conquistas. Se lançassem 240 réis sobre cada quintal consumido, no decurso de um ano, cobrar-se-iam 2 400\$000 réis.

No que toca ao ferro, calcularam que se consumiriam e sairiam pelas portas da cidade, para consumo do termo e províncias do reino, sendo ainda embarcadas para as conquistas 20 000 quintais sobre os quais se lançariam 120 réis por cada quintal, o que importaria por ano em 2 400\$000 réis.

As previsões para o consumo de sal no Porto, termo e províncias e ainda para o que saísse da cidade foram de 15 000 búzios, sobre os quais deliberaram lançar 40 réis por consumo em cada búzio, que é o alqueire deste género, arrecadando no final do ano 600\$000 réis²²⁷.

Em relação aos meios de sola, foi previsto que entrariam na cidade um total de 20 000 para consumo local e nacional e ainda para exportação para as colónias. A tributação decidida para o consumo de cada meio foi de 120 réis, o que importaria por ano em 2 400\$000 réis.

Calcularam ainda que o pagamento das consignações mais antigas, para o cofre das sisas, poderia produzir em cada ano 2 800\$000 réis. A fonte não clarifica estas situações, ainda que seja feita uma referência à consignação de bacalhau aos ingleses.

A soma das previsões de cobrança, em relação a todos os produtos sujeitos à tributação do subsídio militar, atingia o montante de 24 770\$000 réis, o que foi considerado pelo Senado camarário como uma quantia suficiente para satisfazer os soldos anuais do regimento da cidade e das fortalezas da marinha, uma vez que o importe anual destes organismos, de acordo com a relação pedida à Vedoria, somava

²²⁷ Na nomenclatura antiga, alqueire é sinónimo de búzio e de rasa, sendo esta última designação utilizada como unidade de medida pelos manifestantes de sal ao subsídio militar. Segundo Joaquim José da Graça, o alqueire de sal equivalia a quatro quartas ou dois meios alqueires ou a 39,36 litros (GRAÇA, Joaquim José da – *Tabellas das Medidas de Capacidade Antigas Reduzidas ao Systema Metrico Decimal e as Deste ao Antigo Systema Precedidas de quadros das unidades de toda a espécie de medidas portuguezas e inglezas Organizadas sobre bases officiaes*. Lisboa: Typographia Universal, 1861, p. 17).

26 221\$030 réis, incluídos os doze meses do ano. Dado que a previsão dos gastos era maior do que a receita, o Rei determinou que a Câmara pagasse apenas dez meses, o que equivalia a vinte e cinco dias de soldo por mês e implicava o abatimento da relação da quantia de 1 461\$030 réis, não só em consequência dos ditos dois meses, mas também de baixas que pudesse haver.

O sumagre não foi tributado porque o seu consumo era muito pequeno, não chegando aos 10 mil réis. Segundo as informações recolhidas, consumia-se pouco na cidade e não tinha saída senão para reinos estrangeiros, pelo que foi considerado que seria maior o gasto na recolha do tributo do que o proveito fiscal em si mesmo.

A cópia de um termo de ata da reunião de vereação de 16 de setembro de 1719 dá conta de que foi lida a carta do Rei, enviada no dia 10 do mesmo mês, a cujo conteúdo já se fez referência. Consta porém da mesma ata que o Rei ordenou ao juiz e vereadores que dessem ordem à pessoa que cobrava a portagem para que não deixasse passar, livres como anteriormente, daquele dia em diante o bacalhau, ferro e sola que saísse para fora da cidade ou para as províncias do reino, e que quem os levasse desse fiança de pessoa abonada para pagar, o que seria lançado na imposição.

A 13 de dezembro de 1719, uma cópia da carta do Rei para o juiz, vereadores e procurador da comarca da cidade do Porto dá conta que recebeu a carta da Câmara de 30 de setembro, em que lhe foi dado conhecimento do que tinha sido feito em relação ao lançamento do subsídio militar, bem como as penas estabelecidas contra os transgressores, tendo sido tudo confirmado pelo Soberano.

Do termo da ata de reunião da Junta do subsídio, ocorrida a 1 de fevereiro de 1720, onde compareceu David Jackson, cônsul britânico na cidade do Porto e portos a ela subordinados, consta que expôs em nome da feitoria inglesa que, para melhor arrecadação do subsídio imposto sobre o bacalhau que se consumia na cidade e dela saía para o reino e conquistas, seria mais útil que se cobrasse de três em três meses, fazendo-se a conta pela entrada na alfândega. Apresentou como vantagens: adiantar o dinheiro, cobrar prontamente, evitar os estragos da mercadoria e os descaminhos que podia haver e poupar nos salários dos cobradores. Em contrapartida, propôs que se abatessem 12 vinténs, fossem impostos 40 réis a menos em cada quintal e se ficasse a pagar somente 200 réis para o subsídio militar. Os quatro trimestres seriam cobrados dos bacalhoeiros que vendessem o bacalhau por conta dos britânicos, que seriam dados a rol.

A cópia do alvará de 4 de julho de 1720 reporta-se à situação anterior, proposta pelo cônsul britânico David Jackson, residente no Porto, que mereceu a anuência dos oficiais

da Câmara da cidade e do coronel do regimento. Daqui resulta que o cônsul conseguiu uma diminuição do imposto cobrado à comunidade mercantil britânica estabelecida na cidade do Porto e envolvida neste trato, em troca do adiantamento trimestral do respetivo imposto. Se se levar em consideração que o pagamento antecipado resultou na redução de 40 réis por quintal, conclui-se que os britânicos garantiram um desconto de 16,66%. Isto significa que em cada seis quintais, recebiam um gratuito, ou seja, isento de tributação. Portanto, quanto mais bacalhau importassem, menor seria o seu custo tributário, logo maior o seu lucro. Os manifestos do bacalhau eram feitos por portugueses, provavelmente retalhistas que revendiam o produto importado pelos consignatários, geralmente ingleses. É feita menção aos importadores nos ditos manifestos, designados por consignatários, bem como aos navios que transportaram a mercadoria, aos fiadores e respetivas moradas. Em relação à coroa, os benefícios resultavam da antecipação da cobrança e do maior controlo sobre esta, dado que não havia lugar a perdas pela deterioração da mercadoria, pois estando o produto impróprio não pagava imposto, dado que incidia sobre o consumo. Também se evitavam as evasões fiscais, as “liberdades”, ou seja, as isenções de pagamento da contribuição de privilegiados e religiosos e diminuía-se o número de cobradores, poupando-se nos seus salários e nos transtornos causados por estes aos mercadores, cujo teor não é clarificado na fonte.

Pelo alvará de 4 de outubro de 1721, o Rei acusou a receção da carta da Câmara de 9 de agosto com a informação de que o regimento da cidade estava pago, nomeadamente todos os soldos em atraso, pelo que era possível diminuir o tributo sobre alguns géneros, aumentados para aquele fim. O Rei considerou conveniente que a cobrança do subsídio se continuasse a fazer pela mesma Junta, que devia ser composta por um desembargador, de seu nome António Rebelo da Fonseca, o juiz de fora e dois vereadores mais velhos, dois cidadãos da governança, eleitos pela Câmara, assistindo à Junta o escrivão e procurador da mesma. O Rei diminuiu o subsídio e permitiu que o Senado isentasse os géneros que entendesse, salientando que a derrama sobre o vinho e a aguardente prejudicava a sua extração, ou seja, a venda, pelo que poderiam isentar tais produtos deste imposto.

A ata de vereação de 27 de novembro de 1721 dá conta da reunião destinada a resolver a matéria do subsídio, de acordo com o alvará de 4 de outubro que ordenava ao Senado da Câmara a reforma e diminuição do tributo imposto nos géneros do subsídio, na forma que mais conviesse ao povo, tendo porém em atenção o soldo a pagar ao

regimento em cada ano. O seu custo anual importava em 21 692\$000, incluindo o pagamento das fortalezas da marinha. Cada pipa de vinho de consumo pagava 1 200 réis, vindo embarcada pelo rio Douro, mas como havia muitas queixas por ser onerado com outros direitos e fazer grandes despesas aos lavradores, decidiram diminuir a derrama. Assim, cada pipa de vinho maduro que viesse pelo rio Douro e Foz, ou pela serra de São Miguel de Outeiro²²⁸, Anadia, Viana ou outras partes de Aveiro, de Trás-os-Montes, ou de outro qualquer sítio, pagaria 600 réis por pipa. Poderia haver de consumo na cidade do Porto e seu termo 10 000 pipas de vinho maduro que, à razão de 600 réis por pipa, importaria em 6 contos de réis. O vinho verde que até então pagava 600 réis por pipa, passaria a pagar 300. Calcularam para cada ano o consumo de 1 000 pipas, de que resultaria a receita fiscal de 300 000 réis.

No que ao bacalhau diz respeito, e pelo ajuste feito com o cônsul britânico, pagava de imposto por entrada e por cada quintal 200 réis. Prevendo-se a entrada anual de 20 000 quintais, cobrar-se-iam 4 000\$000 réis. Como já lhe tinha sido aplicada uma diminuição de 40 réis em quintal, nada foi alterado, mantendo-se a contribuição, cujo total perfazia o mesmo montante.

Os tributos da aguardente e do ferro não sofreram qualquer alteração; no tocante à primeira previu-se uma arrecadação fiscal no valor de 120\$000 réis e ao segundo de 5 400 réis.

Já o tributo dos meios de sola sofreu uma redução de cerca de 33,34%, uma vez que passou de 120 réis por unidade para 80, o mesmo ocorrendo com a sola atanada. Assim, como o seu consumo foi estimado em 20 000 meios, a receita fiscal ascenderia a 1 600\$000 réis.

Em relação ao sal, cada búzio deste produto pagava 40 réis, passando a pagar um vintém. Estimaram que pudesse haver 15 000 búzios de consumo, que importariam, a vintém o búzio, em 300\$000 réis.

Em conclusão, somando todas as quantias, a arrecadação esperada situava-se em 21 520\$000 réis, o que pagaria o regimento e fortalezas. Esta reforma foi registada no livro da casinha.

D. João V aprovou o que foi feito a respeito do subsídio e declarou que esta nova forma de derrama produziria o necessário para as despesas do regimento da cidade, conforme a carta que escreveu a 20 de dezembro de 1721.

²²⁸ S. Miguel de Outeiro situa-se entre a serra do Caramulo, que lhe está mais próximo, e a serra da Estrela.

Data de 14 de agosto de 1735 uma carta do Soberano dirigida ao juiz, vereadores e procurador da Câmara da cidade do Porto, através da qual o Monarca apontou a conveniência, para segurança e defesa do reino, de aumentar as tropas. Decidiu que a todos os regimentos de infantaria se acrescentasse um segundo corpo, o que se aplicaria também ao que havia sido levantado na cidade do Porto, pago pelo cabeção das sisas e pelo subsídio imposto nalguns géneros de consumo e que tal como contribuíram para toda a despesa do regimento, concorressem também para a que havia de fazer o novo corpo.

Através do decreto de 17 de setembro de 1762, D. José I concedeu a inspeção do subsídio militar a João de Almada, marechal de campo e governador das armas da cidade. É referido que o Soberano o tinha encarregado, por carta de 26 de agosto, de regular tudo o que ao pagamento deste imposto dissesse respeito. Ao nomeá-lo inspetor desta contribuição, o Rei incumbiu-o de verificar o estado do cofre do dito subsídio, a forma de arrecadação dos impostos que nele davam entrada, bem como os produtos taxados, mantendo o que achasse correto e renovando o que entendesse por conveniente, expedindo à Junta do mesmo subsídio e ao seu tesoureiro os despachos de arrecadação e de despesa necessários, que seriam executados somente às suas ordens, com conhecimento das pessoas e oficiais a quem ordenasse, sem depender de algum outro despacho. O Rei concedeu-lhe plena jurisdição, revogando todas e quaisquer disposições, regimentos e ordens em contrário.

Por ocasião do estabelecimento da cobrança do subsídio literário, através do alvará de 10 de novembro de 1772 e por carta de lei da mesma data, com vista à manutenção do elevado número de mestres das escolas menores em benefício do ensino público dos meninos e mancebos, D. José I referiu que lhe foram apresentadas as causas da ruína do erário público em todas as repartições, nomeadamente a desordem bem como os antigos e reprováveis métodos utilizados. Referiu também que ainda se conservava na cidade do Porto, para a receção dos pequenos direitos, a chamada casinha, com duas mesas, quatro escrevães, um tesoureiro e quatro livros dispersos, sem um superior, donde resultava confusão nas coletas, demora na expedição das partes e do comércio, além de queixas nas audiências régias. O Rei disse querer estender ao Porto e seu território o mesmo benefício que havia dado a Lisboa, diminuindo o número de cobradores, pretendendo assim aliviar os povos de custas de oficiais e, tanto quanto possível, dos problemas por eles causados, pelo que ordenou o seguinte:

1. Extinção da casinha, proibição de se juntarem escrivães e tesoureiro, e de desenvolverem qualquer exercício;
2. Os direitos e impostos que se pagavam na casinha, bem como os que agora acresceram fossem, desde o dia da intimação em diante, pagos da seguinte forma:
 - a) Quanto aos vinhos – todos os do consumo da cidade do Porto, do seu termo e distrito e que dela saíssem para o consumo do reino, pagassem no cofre da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a quantia de 1 689 réis por cada pipa, sem distinguir verde de maduro, sem registo da deterioração na qualidade e sem distinção de termo velho ou termo novo. Quanto aos vinhos embarcados para os domínios ultramarinos, cujos habitantes tinham nas escolas públicas o mesmo interesse que os do reino, pagassem somente por saída os 315 réis estabelecidos para os professores. Da totalidade cobrada sobre o vinho deviam pertencer ao real d'água 240 réis, à Junta do subsídio militar os 600 réis que até então se tinham recebido, ao subsídio literário dos professores das escolas menores 315 réis, à Câmara 360 réis pelo título do encabeçamento das sisas, os 144 réis da outra imposição que também tinha recebido até então, e ainda os 30 réis que se arrecadaram para a mesma. Para além do referido, a Junta do subsídio devia arrecadar os 240 réis, bem como os 400 réis de cada barco pelo direito designado por “ver-o-peso”, ficando obrigada a entregar nos dois semestres de março e setembro as respetivas quotas partes com as certidões do número de pipas que entrassem na cidade e as importâncias que produziam.
 - b) Cada pipa de aguardente entrada na cidade pagaria logo que desembarcasse 3 660 réis, a saber: 2 400 réis que até ali pagava para o subsídio militar e 1 260 réis para o subsídio das escolas menores, sendo entregue a totalidade na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.
 - c) Sobre cada pipa de vinagre que entrasse na cidade, destinada ao consumo da terra e embarque para fora do reino, cobrar-se-iam 150 réis em benefício do subsídio literário para o pagamento dos professores, cuja entrega seria feita da mesma forma que a aguardente.
 - d) Lugares de Cima do Douro – distrito de embarque. O Rei tomou providências para evitar as fraudes da introdução de vinhos ruins e verdes dentro das terras dos vinhos legais e de embarque e ordenou que, nos concelhos do Peso da Régua, Penaguião, Mesão Frio, Barqueiros, Teixeira, Tourais, Sabrosa de Folhadela, todas as tabernas públicas fossem abertas e providas por conta da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, tal como no Porto e nas quatro léguas ao redor. Nas outras terras,

dentro dos limites dos vinhos de embarque, ninguém podia abrir tabernas que não fossem aprovadas pela Companhia. Os que transgredissem incorriam nas penas da lei de 16 de novembro de 1771. Todos os propostos e aprovados deviam ser pessoas de bom procedimento, naturais e domiciliadas nas terras onde exercessem a atividade, ficando sempre subordinados às respectivas Câmaras no que diz respeito ao aferimento dos pesos e medidas. A Companhia recebia o subsídio literário dos vinhos que se viessem a vender atavernados, para ser remetido ao cofre geral do Porto.

e) Quanto ao bacalhau, ferro, sola e sal do subsídio militar, o Rei ordenou que as imposições destes géneros, até agora cobradas pela casinha, que foi abolida, fossem arrecadadas em separado pelo tesoureiro da mesa do consulado da alfândega, a quem incumbiu de as levar no fim de cada mês, com certidão dos recebimentos, passada pelo escrivão, ao cofre do tesoureiro do mesmo subsídio, visto correr ainda pela Câmara da cidade do Porto o pagamento das tropas da sua guarnição.

Já no reinado de D. Maria I, o Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, juiz de fora do cível e presidente da Câmara da cidade do Porto, fez uma exposição à Rainha a propósito do subsídio militar, o que originou em resposta o alvará de 16 de março de 1799, através do qual a Soberana passou em revista os principais documentos que regeram aquela contribuição, referindo que pelo alvará de 19 de novembro de 1696, com o consentimento e acordo da nobreza e povo da cidade do Porto, se levantou um terço de 600 homens para sua guarnição, pago pela mesma cidade, que passou depois a um regimento e ultimamente a dois pelos decretos de 20 de abril de 1762 e 12 de setembro de 1763. Cada um deles era composto de 1 600 praças, de acordo com o decreto de 20 de outubro de 1796, o que obrigava a Câmara e a cidade a pagar um valor muito maior do que aquele a que se tinha comprometido e que era superior aos seus atuais rendimentos. Tendo em vista evitar à cidade a imposição de tão elevada quantia, a Rainha determinou a alteração do antigo contrato pelo qual o Porto se obrigou ao pagamento dos ditos 600 homens. A partir do dia 1 de janeiro, a cidade ficaria apenas obrigada a fazer entrar anualmente na tesouraria geral das tropas das províncias do norte o montante relativo às despesas ordinárias da Junta do mesmo subsídio. O pagamento dos dois regimentos e outras despesas militares, que até então se faziam pela tesouraria geral com os dinheiros recebidos da Câmara, passavam a ser suportados pela Real Fazenda, ficando livres os outros rendimentos da cidade para as despesas a que estavam destinadas.

Fica claro que o subsídio militar teve origem numa contribuição voluntária, prevista para oito meses, com que a cidade do Porto acudiu à província de Entre-Douro e Minho, invadida pelos espanhóis, tendo enviado dinheiro, armas e gente, conforme reunião camarária de 18 de fevereiro de 1659, ainda antes da aprovação régia, que veio a ocorrer mais tarde. Este ato voluntário estendeu-se por mais um ano, adquirindo posteriormente, e por muitos anos, um caráter obrigatório. A tributação de produtos em favor do subsídio militar também se alterou, já que inicialmente apenas incidia sobre os vinhos. Como se constatou que a coleta não chegava para sustentar o regimento da cidade, entretanto desdobrado em dois, a tributação alargou-se a outros produtos como a aguardente, o bacalhau, o ferro, os meios de sola e o sumagre, este último depois desonerado dada a insignificante expressão do seu consumo na cidade. A forma de arrecadação também foi reformada, nomeadamente pelo alvará de 10 de novembro de 1772, tendo sido extinta a casinha, responsável pela cobrança do dito imposto, que entretanto transitou, no que toca aos produtos vînicos, para a alçada da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os restantes produtos para a mesa do consulado da alfândega. A última reforma do subsídio militar ocorreu já com D. Maria I, pelo alvará de 16 de março de 1799, a propósito da exposição feita pelo presidente da Câmara, Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, que se queixou da excessiva carga tributária que recaía sobre a cidade, o que levou a Rainha a pôr fim ao subsídio militar na forma como vigorou por mais de um século e meio. Passou então para a alçada da Fazenda Real a responsabilidade do pagamento dos dois regimentos, ficando a cidade obrigada a satisfazer apenas as despesas ordinárias da Junta do subsídio militar.

2.2.1 O subsídio militar – agentes e redes de comércio

São várias as possibilidades de exploração que resultam da recolha sistemática dos dados contidos nos livros do manifesto do subsídio militar. Desde já a identificação de sociedades, caixeiros e familiares que surge por via das consequências que resultam do falecimento de mercadores em atividade, cujo desenlace revelava a correlação de interesses que urdiram na teia comercial, ao longo da vida. Dado que o pagamento do imposto era inexorável, alguém aparecia a satisfazê-lo, identificando-se e, algumas vezes, indicando para além do nome, a função exercida, o parentesco com o defunto ou apresentando certidão do consulado da alfândega, comprovando que o falecido havia exportado mercadorias para determinado destino, o que garantia a isenção da coleta.

Apresentam-se alguns exemplos, uma vez que contribuem para o rastreio dos interesses económicos, relações profissionais, pessoais e familiares dos que contribuíram para o crescimento económico da cidade do Porto, onde ancoraram os seus negócios, na segunda metade de setecentos.

Francisco da Silva Guimarães, morador às Hortas, manifestou 5,5 pipas de vinho em 31 de janeiro de 1756, vindas da Maia em carros. Como faleceu neste ano, foi registado no seu manifesto que João José da Silva Toscano, como testamenteiro de seu tio, Francisco da Silva Guimarães, apresentou em 30 de setembro de 1756 despacho da Junta do subsídio militar que mandava dar baixa às pipas de vinho e aguardente que o seu falecido tio tivesse manifestado por si e por Domingos Francisco Chaves, provavelmente seu sócio, desde o ano de 1743 até ao de 1756. Manifestou, durante esse período, 2 377 pipas e 16 almudes de vinho maduro, 7,5 pipas de vinho verde e 6 pipas e 15 almudes de aguardente. Apresentou certidões da alfândega desde 1743 até 1753, por onde constava que o referido tio tinha embarcado para o Brasil 2 298 pipas e 7 almudes de vinho e 25,5 de aguardente, tendo declarado o testamenteiro que aquele as tinha comprado na terra²²⁹.

Guilherme Laurie, morador em Miragaia, manifestou 184 pipas de vinho a 9 de março de 1756, que lhe haviam ficado do ano de 1755. Como entretanto faleceu, Francisco Bearsley, na qualidade de administrador dos bens que ficaram do falecido, apresentou a 2 de março de 1757 certidão do consulado da alfândega, comprovando que Guilherme Laurie havia embarcado para o “Norte e Brasil” 48 pipas de vinho²³⁰.

Robert Porret e C^a, morador na Rua Nova, manifestou a 22 de fevereiro de 1758, 1 146,5 pipas de vinho, bem como, num segundo manifesto com a mesma data, uma pipa e 14 almudes de aguardente que lhe ficaram do ano anterior. Foi registado no primeiro manifesto que Duarte Woodmass apresentou em 19 de fevereiro de 1759, por Roberto Porret, entretanto falecido, certidão de despacho da alfândega, pois embarcou para o “Norte” 1 109 pipas e 14 almudes de vinho. Consta no segundo que Duarte Woodmass pagou em 19 de fevereiro de 1759 por Roberto Porret, o que nos faz equacionar a possibilidade de terem sido sócios²³¹.

²²⁹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, liv. 38, fl. 167.

²³⁰ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, liv. 38, fl. 86.

²³¹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1758*, liv. 40, fl. 96 e 239vº.

João de Faria Gouveia manifestou como testamenteiro do seu irmão falecido, José Leite de Faria, no ano de 1766, sem indicação de dia e mês, 126 pipas de vinho que lhe ficaram do ano de 1765. Apresentou em 19 de fevereiro de 1767 certidão do consulado da alfândega, comprovando que embarcou para o “Norte” 67 pipas de vinho²³².

Matheus Testas, morador na Rua Nova, manifestou em 1767, sem especificação de dia e mês, 150 pipas de vinho, constando do registo que iam passadas do título dos caixas do concurso do falido Adam Standert. Consta do mesmo manifesto que Henrique Haughton, sócio de Matheus Testas, apresentou a 28 de abril de 1768 certidão do consulado da alfândega pois embarcou para o “Norte” 543,5 pipas de vinho²³³.

José Monteiro de Carvalho, morador em Vila Nova de Gaia, manifestou 885 pipas e 18 almudes de vinho em 26 de agosto de 1768, constando do seu manifesto a declaração de Manuel Gomes Ribeiro, que se apresentou como caixeiro do falecido José Monteiro de Carvalho, o que significa que aquele mercador falecera entretanto, e que de 1 519 pipas e 8 almudes de vinho, pertenciam a Diogo Tulk 318 pipas, com quem provavelmente mantinha negócios. Manifestou no mesmo ano, sem indicação de dia e mês, 79,5 pipas de vinho, sendo registado que iam passadas ao manifesto de João Marshall por lhe pertencerem. Deste segundo manifesto consta também uma declaração de José Martins da Luz, que apresentou em 9 de agosto de 1769 certidão do consulado da alfândega, comprovando que o seu falecido sogro, José Monteiro de Carvalho, havia embarcado para o “Norte” 486 pipas de vinho²³⁴.

Silvestre Lopes Ribeiro, morador na Rua dos Mercadores, manifestou 86 pipas de vinho em 14 de junho de 1769, transportadas pelos arrais Dionísio Vieira, do Torrão e António de Oliveira de Aguiar, de Porto Manso, constando do seu manifesto a declaração de Luís Pinto de Azevedo, apresentada em nome do seu falecido sogro, Silvestre Lopes Ribeiro, que das 445 pipas manifestadas, 51 pertenciam a João Ribeiro Viana e que, por isso, iam passadas ao seu título²³⁵.

Em 1770, Luís Beleza de Andrade, morador na Rua Chã, fez três manifestos. O primeiro foi a 6 de junho, em que manifestou 63 pipas de vinho, trazidas pelos arrais

²³² AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, liv. 44, fl. 143.

²³³ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1767*, liv. 45, fl. 26vº.

²³⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1768*, liv. 46, fl. 109vº-110.

²³⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1769*, liv. 47, fl. 118vº.

Manuel Luís e José Cardoso, ambos do Lavadouro, tendo apresentado como fiador e principal pagador, João Frutuoso Paiva, mestre tanoeiro e morador aos Banhos. O segundo foi 635 pipas e 11,5 almudes de vinho em 9 de julho, sendo registado que vinham passadas do seu manifesto de 1769. Consta ainda que apresentou, em 16 de fevereiro de 1771, certidão do consulado da alfândega comprovando que embarcou para as “partes do Norte” 28 pipas e 11 almudes de vinho. O último manifesto deste ano não apresenta dia ou mês, provavelmente por ter já falecido, nem qualquer mercadoria. Existe apenas uma declaração de José Ferreira Arouca, que se identificou como feitor do falecido Luís Beleza de Andrade, comprovando com a respetiva certidão do consulado da alfândega, em 27 de março de 1772, que este havia embarcado para o “Norte” 42,5 pipas de vinho²³⁶.

Domingos Francisco Guimarães, morador na Rua Nova, manifestou em fevereiro de 1771, 107 quintais de ferro pesados no cais. Como entretanto terá falecido, foi a sua esposa, D. Ana Luísa Pereira, que pagou o imposto por seu defunto marido²³⁷.

José Pinto da Cunha, morador no cais de Monchique, fez três manifestos de vinho em 1771, a 26 de março, 12 de junho e em data indeterminada, de respetivamente 51 pipas, transportadas pelo arrais António Pinto, de Fontelas, 39 pelo arrais Alexandre Pereira, de Frende e 53 vindas do título de Francisco Young, num total de 143 pipas. Como entretanto faleceu, seu irmão Pantaleão da Cunha e Faria declarou que das 143 pipas de vinho manifestadas, 115 pertenciam a Thomas Croft, pelo que iam passadas ao seu manifesto de 1772²³⁸.

Ricardo Thompson, morador na Rua Nova, manifestou 14 pipas de vinho em 15 de junho de 1771, transportadas pelo arrais José Luís Frazão. Consta do mesmo manifesto que Manuel Martins Couto apresentou em 9 de janeiro de 1772, pelo defunto Ricardo Thompson, certidão do consulado da alfândega onde é referido que o dito embarcou para as “partes do Norte” 603 pipas e 4 almudes de vinho²³⁹. Neste caso poderá tratar-se de um caixeiro da casa comercial do falecido, não sendo porém de excluir que possa ter sido seu sócio. Em 1772 são feitos dois manifestos; um em 9 de janeiro, referente a 762

²³⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1770*, liv. 48, fl. 110.

²³⁷ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, liv. 49, fl. 228.

²³⁸ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, liv. 49, fl. 116.

²³⁹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, liv. 49, fl. 25v^o.

pipas de vinho que lhe ficaram do ano de 1771, manifestadas em nome do defunto Ricardo Thompson pelo dito Manuel Martins Couto, e o outro em 7 de abril, de 59 pipas de vinho que foram transportadas pelo arrais Francisco de Almeida Dias, de Resende, também manifestadas em nome do falecido, mas por Estêvão Thompson, inequivocamente seu sócio e familiar, muito provavelmente seu irmão²⁴⁰.

Em 1773, ano em que os registos se reportam apenas aos três primeiros meses, Diogo Stuart foi registado como manifestador, sem que conste dia e mês ou qualquer indicação de mercadoria. É designado apenas o nome de João Barbosa como fiador e principal pagador, sendo assinado por João Gibbons na qualidade de procurador dos herdeiros de Diogo Stuart, defunto²⁴¹.

As falências são também referências importantes, uma vez que possibilitam, através da sua análise, mapear relações profissionais com outros mercadores, caixeiros ou mesmo familiares, de portugueses e estrangeiros, para além de permitirem identificar a cessação da atividade mercantil. Vejam-se alguns casos como o da firma Guilherme Pawson e C^a, com morada na Rua das Quingostas, que manifestou 8 pipas de aguardente em 30 de janeiro de 1758, que tinham ficado do ano de 1757. É referido que a 17 de setembro de 1759, Diogo Stuart pagou a contribuição na qualidade de caixa do falido Guilherme Pawson. Outra referência à situação de falência deste mercador ocorreu a 30 de maio do mesmo ano, quando manifestou 18,5 pipas de vinho, transportadas pelos arrais Cristóvão Pinheiro e Manuel da Fonseca, ambos de Fontelas, tendo apresentado despacho do consulado da alfândega Salvador da Silva Gomes, na qualidade de fiador de Guilherme Pawson, comprovando que este embarcou para o “Norte” 468 pipas de vinho. É de salientar que quando o manifestante ou alguém em seu nome não pagava, por situação de falência, morte ou outra, o fiador era obrigado a fazê-lo.

Outra falência ocorreu com o britânico Adam Standert, morador na Rua Nova, que em 30 de dezembro de 1765 manifestou 817 pipas e 13 almudes de vinho que lhe ficaram do seu manifesto de 1764. No mesmo documento foi exarado que havia embarcado para as “partes do Norte” 689 pipas e 13 almudes de vinho, através da apresentação da certidão do consulado da alfândega em 3 de abril de 1766, feita pelo

²⁴⁰ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, liv. 50, fl. 24.

²⁴¹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1773*, liv. 51, fl. 61.

caixa do concurso do falido Adam Standert, Manuel Martins Pereira²⁴². Este mercador inglês viria a falecer pouco depois, uma vez que no seu manifesto de 15 de julho de 1766 aparece referência a 60 pipas manifestadas pelo defunto Adam Standert, sendo fiador Manuel Martins Pereira. Esta aparente incongruência resultante de o manifesto do mercador coincidir com a referência à sua morte, afigura-se-nos possível apenas pela realização de registos *a posteriori*.

Outro mercador britânico falido sobre o qual foram identificadas informações no subsídio militar foi Diogo Archibald, morador na Viela da Esnoga²⁴³. Este manifestou no ano de 1766, sem indicação de mês e dia, 385 pipas de vinho que lhe ficaram do ano de 1765. Consta do seu manifesto que os caixas do falido Diogo Archibald apresentaram a 3 de julho de 1767 certidão do consulado da alfândega, comprovando que aquele embarcou para as “partes do Norte” 563 pipas e 6 almudes de vinho²⁴⁴. Outro mercador falido foi Francisco José Fonseca, morador “Abaixo da Alfândega”. Consta no livro de registo referente ao ano de 1772, sem que haja identificação de dia e mês, que a 24 de julho de 1780, os caixas dos credores do concurso do falido Francisco José Fonseca, pagaram o imposto das 28,5 pipas de vinho consumidas. O mesmo mercador falido manifestou 278 quintais e 3 arrobas de bacalhau, transportado nos navios *Coroação e S. Francisco*, em 30 de dezembro de 1772, sendo referido no mesmo manifesto que em 24 de julho de 1780 pagaram o imposto os caixas do concurso dos credores de Francisco José Fonseca²⁴⁵.

Para além das circunstâncias da morte e das falências que esclarecem sobre a identificação das redes de colaboração entre os mercadores, os registos do subsídio militar permitem também a recolha de informação adicional, sem qualquer razão de força maior que justifique a sua anotação por parte do escrivão, mas que viabiliza a reconstituição de sociedades e outros dados, como os relativos a familiares ou outras relações, bem como cargos desempenhados. É o caso de João Hitchcock, morador em Massarelos, que manifestou 29,5 pipas de vinho em 11 de setembro de 1758 e que foram transportadas pelo arrais João Nunes, do Castelo de Paiva. Consta ainda deste

²⁴² AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1765*, liv. 43, fl. 37vº.

²⁴³ Corruptela de sinagoga.

²⁴⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, liv. 44, fl. 74.

²⁴⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, liv. 50, fl. 66vº; 148vº.

manifesto o nome do fiador e do companheiro ou sócio, respetivamente Francisco José da Fonseca e o britânico Diogo Wood²⁴⁶.

Também no manifesto, datado de 4 de fevereiro de 1764, de Arturio Holdsvarte da mesma nacionalidade, morador na Reboleira, consta que José Alves Braga, morador a São Nicolau, fez o manifesto de 2 120 rasas de sal em nome daquele mercador, na qualidade de seu caixeiro. É referido ainda que comprou o sal ao capitão João Boxes e que João Olivell, de nacionalidade britânica, era companheiro, ou seja, sócio de Arturio Holdsvarte²⁴⁷.

João Witte, da mesma nacionalidade, morador na Rua Nova, manifestou 48 pipas e 16 almudes de vinho em 12 de maio de 1766 que lhe ficaram do ano anterior. Consta do mesmo manifesto que a 29 de agosto de 1767, Rodrigo Tolkeman, identificando-se como companheiro de João Witte, apresentou certidão do consulado da alfândega, comprovando ter embarcado para o “Norte” as 48 pipas e 16 almudes²⁴⁸.

Também através do manifesto de António de Araújo Gomes, morador na Rua das Flores, é possível perceber que tinha como companheiro ou sócio Miguel Dias da Cruz. Aquele manifestou 20,5 pipas de vinho em 6 de abril de 1768, transportadas pelo arrais Manuel Teixeira Pernas, de Porto Manso e apresentou como fiador e principal pagador Miguel Dias da Cruz, morador na cidade do Porto que declarou, na qualidade de companheiro de António de Araújo Gomes, que das 20,5 pipas de vinho manifestadas, 10 pertenciam ao britânico Oliveira Beckett, pelo que iam passadas ao seu título²⁴⁹. Outro caso em que é possível identificar uma sociedade ocorre com o manifesto da firma Diogo Brett e C^a, com morada na Rua Nova, que manifestou 49,5 pipas de vinho em 17 de fevereiro de 1770, que foram transportadas pelo arrais José Loureiro, de Canelas, sendo apresentado como fiador António da Cunha Guimarães, morador “Sobre o Muro”. Este manifesto foi assinado por Brett Pearce e C^a, numa clara referência à sociedade constituída²⁵⁰. No mesmo ano, sem indicação de dia e mês, o mesmo mercador britânico, Diogo Brett, manifestou 50 pipas de vinho trazidas do Douro pelo

²⁴⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1758*, liv. 40, fl. 77.

²⁴⁷ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1764*, liv. 42, fl. 306.

²⁴⁸ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, liv. 44, fl. 86.

²⁴⁹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1768*, liv. 46, fl. 123.

²⁵⁰ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1770*, liv. 48, fl. 59.

arraís Teodósio José Rodrigues, da Pala. É indicado no mesmo manifesto que aquele mercador e Thomas Pearce, também britânico e seu sócio, apresentaram a 11 de janeiro de 1771, certidão do consulado da alfândega comprovando que embarcaram para as “partes do Norte” 394 pipas de vinho²⁵¹.

Outro caso em que o manifesto permite a identificação da sociedade ocorre com José Vicente, morador no “Patim” e companheiro de Francisco Arcediago. Aquele declarou 432 pipas de vinho que lhe ficaram do ano de 1770, sendo o termo assinado por ele próprio e pelo seu sócio ou companheiro, que se identificou como tal²⁵².

É também possível esmiuçar a malha mais fina da trama das redes de colaboradores. Por exemplo em 1766 percebe-se que Custódio Ferreira Nunes era caixeiro da firma britânica Thomas Staford e C^a, com morada a São Domingos, através do seu manifesto datado de 29 de janeiro, em que foram declarados 344 quintais, 3 arrobas e 16 arráteis de bacalhau, vindas no navio *Guilherme*, consignadas a Guilherme Warre, cujo termo foi assinado por Custódio Ferreira Nunes que se identificou como caixeiro de Thomas Staford²⁵³.

Outro caso é o da firma Domingos Browne e C^a, de origem francesa, com morada na Rua Nova, que manifestou 76 quintais e 2 arrobas de ferro, em 5 de fevereiro de 1772, cujo manifesto foi assinado pelo seu caixeiro Tomé Manuel²⁵⁴.

Outras indicações que foram anotadas pelo escrivão do subsídio militar são as que permitem identificar relações familiares dos homens de negócio, como o caso de João Farmer, mercador britânico e morador em Miragaia, que manifestou 28 pipas de vinho no ano de 1771, sem indicação de dia e mês, transportadas pelo arraís Lourenço Pinto. Consta do seu manifesto que as pipas declaradas em seu nome não eram suas, mas sim pertença do seu cunhado, Francisco José Fonseca e de António dos Santos Barbosa, “homem de negócio e assistente nesta cidade”²⁵⁵.

Outro aspeto que pode tomar-se em consideração é a identificação dos contratadores do sal. Assim, em 29 de maio de 1758, Francisco Cardia Neto, novo administrador do

²⁵¹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1770*, liv. 48, fl. 60.

²⁵² AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, liv. 49, fl. 53.

²⁵³ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, liv. 44, fl. 253.

²⁵⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, liv. 50, fl. 223.

²⁵⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, liv. 49, fl. 57v^o.

contrato do sal, morador na Rua Nova, manifestou 4 598 rasas de sal que ficaram do manifesto de Ventura Fernandes Meireles, administrador do sal do Brasil que terminou o cargo em 1757²⁵⁶.

Outra referência deste teor reporta-se ao ano de 1764 em que João Martins de Araújo, identificado no seu manifesto como contratador do sal da América, sem morada, manifestou a 28 de junho 1 403 rasas de sal que comprou ao mestre Bento da Costa²⁵⁷.

Em 30 de outubro de 1769, João Ribeiro Viana, morador a São Francisco, apresentou-se a manifestar 16 563 rasas de sal, na qualidade de administrador deste contrato, tendo recebido aquela mercadoria de diversos mestres, a saber: Francisco Brás, José da Cunha Freitas, José Pinheiro, José Pereira Pinto, Manuel de Nazaré Manos, Francisco Brás e capitão José Pinto²⁵⁸. João Ribeiro Viana manteve os manifestos de sal, na qualidade de administrador deste contrato durante o ano de 1771 até ao de 1773, tendo manifestado neste último, apesar do registo se reportar apenas aos primeiros três meses, como oportunamente referido, 37 397 rasas que vieram do manifesto do ano anterior. Consta do mesmo que este mercador apresentou a 30 de janeiro de 1774 certidão do consulado da alfândega, comprovando que embarcou para o Rio de Janeiro aquela quantidade de sal²⁵⁹. Esta anotação foi escrita *a posteriori* em relação ao manifesto inicialmente averbado.

É também possível a recolha de indicações no que toca à identificação de instituições representadas pelos manifestantes, a operar por seu intermédio. É o caso de Gualter Gomes, morador na Rua das Flores, que manifestou 40 pipas de vinho em 19 de agosto de 1757, transportadas do Douro pelos arrais Manuel de Sousa, de Linhares e Henrique Pinto, de Melres, na qualidade de procurador da Companhia do Grão Pará e Maranhão, constando do manifesto que foi seu fiador Manuel Rodrigues Braga, morador na Ferraria de Baixo²⁶⁰. O mesmo Gualter Gomes manifestou 48 pipas de vinho em 30 de janeiro de 1758, igualmente como procurador da mesma Companhia,

²⁵⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1758*, liv. 40, fl. 349.

²⁵⁷ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1764*, liv. 42, fl. 311.

²⁵⁸ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1769*, liv. 47, fl. 253.

²⁵⁹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1773*, liv. 51, fl. 255.

²⁶⁰ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1757*, liv. 39, fl. 84.

que foram transportadas do Douro pelo arrais Bartolomeu de Sousa, de Mourilhe. É apresentado neste manifesto como fiador Francisco Martins da Luz, deputado da Companhia das Vinhas do Alto Douro²⁶¹. Não volta a aparecer notícia da sua cooperação nos anos subsequentes.

Em 1759, foi registado no dia 14 de maio o manifesto de Manuel Rodrigues Braga, morador na Ferraria de Baixo que, na qualidade de procurador do comércio do Grão Pará, manifestou 26 pipas de vinho trazidas do Douro pelo arrais Bartolomeu de Sousa, de Mourilhe²⁶², não voltando a surgir nos registos enquanto procurador daquele comércio.

Outra notícia de um agente, mas da Companhia de Pernambuco, foi identificada em 6 de julho de 1768, através do manifesto de Gaspar Barbosa, cuja morada não consta e que manifestou 1 286 meios de sola, vindos da Baía nos navios *N^a Sr.^a do Cabo e Boa Esperança e Madre de Deus e Santo António e Esperança e Santa Rita*. Consta do mesmo manifesto que este foi assinado pelo agente da Companhia de Pernambuco, Miguel Ferreira de Carvalho, como procurador de Gaspar Barbosa Carneiro²⁶³. Isto significa que a Companhia de Pernambuco tinha outro mercador a cooperar consigo, que se manterá pelo menos até 26 de junho de 1772, data em que voltamos a encontrá-lo a assinar um manifesto em nome daquela Instituição. Esta manifestou então diversas qualidades de couros, nomeadamente 2 020 meios de sola, 4 006 meios de vaquetas e 2 068 meios de couros atanados, transportados nos navios *S. Domingos e Boa Fortuna*²⁶⁴.

2.2.2 Os produtos de consumo com incidência tributária

Como já referido, as mercadorias sobre as quais incidia a tributação eram o vinho, a aguardente, o bacalhau, o ferro, os couros, nas suas diferentes variantes, e o sal, pelo que importa agora perceber as quantidades de produtos manifestados ao subsídio militar entre os anos de 1756 e 1772. Salienta-se que não existem no Arquivo Histórico Municipal do Porto, à guarda de quem se encontram os livros de registo dos manifestos,

²⁶¹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1758*, liv. 40, fl. 185.

²⁶² AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1759*, liv. 41, fl. 181.

²⁶³ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1768*, liv. 46, fl. 278.

²⁶⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, liv. 50, fl. 278.

quatro exemplares que se reportam, sequencialmente, aos anos entre 1760 e 1763, pelo que o quadro referente aos produtos manifestados, que em seguida se apresenta, não contempla esses dados, havendo por conseguinte um hiato temporal. Salienta-se ainda que os elementos ora apresentados não incluem a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, que será tratada em item próprio.

Quadro nº 3 – Produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Ano	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Bacalhau (quintais)	Ferro (quintais)	Meios Sola	Meios Sola atanada	Couros	Couros atanados	Sal (rasas)
1756	54422,43	858,43	36959,5	4918,5	5933	8671	200	653	1688
1757	22612,89	335	13700,88	2113,75					
1758	30310,91	427,74	14823,25	4431,5		17903		600	281799
1759	38234,35	1102,78	32841,75	5948		501		363	142545
1764	35242,09	42	31592,75	9351,75	62819		601		213936
1765	38670,28	25,5	36968,73	12389,25					213851
1766	39491,87	21,5	26916,52	9618,13	2319	17021		326	226498
1767	34124,13		33603,39	11649,75	62452	618			247173
1768	43545,51		34033,05	1855,5	44005				200399,5
1769	44745,06		37183,70	5859,25	60369		322		284482
1770	44755,04	1	36598,79	871,75	53925				163520
1771	51578,20		29362,30	9625,13	35622				82135
1772	53376,39		41114,02	10655,5	42803	2068	822	400	157664
Total	531 109,15	2 813,95	405 698,64	89 287,75	370 247	46 782	1 945	2 342	2 215 690,5

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

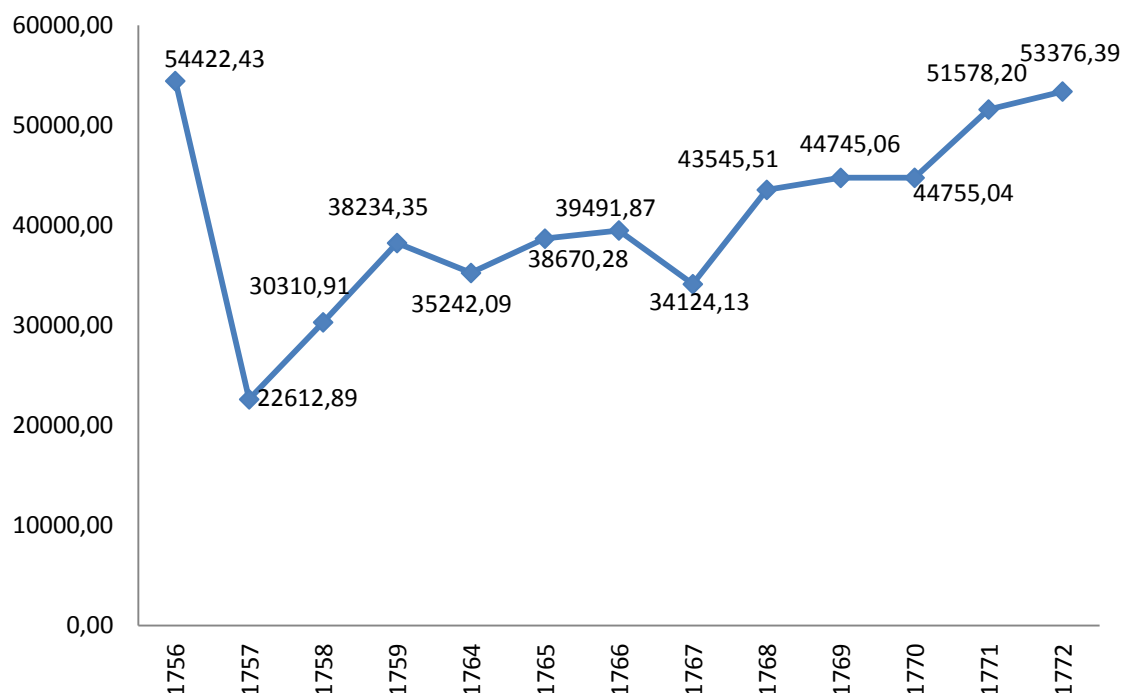
Há um aspeto que ressalta de imediato da observação do quadro nº 3, que resulta da não identificação pelo escrivão do subsídio militar, no que aos mercadores diz respeito, dos vários tipos de vinho por eles manifestados, tendo usado apenas a designação genérica de “vinho”.

Pode concluir-se que os produtos sujeitos a maior regularidade na entrada da cidade do Porto eram o vinho, o bacalhau, o ferro e o sal, cujos valores são respetivamente 531 109,15 pipas; 405 698,64 quintais; 89 287,75 quintais e 2 215 690,50 rasas. A maior irregularidade foi apresentada pelo setor da aguardente (2 813,95 pipas) e dos couros²⁶⁵, cujos valores são de 370 247 unidades de meios de sola; 46 782 meios de sola atanada; 1 945 couros; 2 342 couros atanados.

²⁶⁵ [Do] “Brasil exportaram-se couros e peles durante todo o período colonial. Segundo Antonil, o couro em cabelo valia, em 1710, 50% do preço do boi. [...] Negociavam-se couros salgados, secos, atanados e

Uma boa parte do vinho entrado na cidade do Porto era oriunda da região do Douro vinhateiro. Destinava-se a suprir as necessidades de consumo da cidade e também a alimentar o fluxo de exportações, sobretudo para Inglaterra.

Gráfico nº 1 – Evolução do número de pipas de vinho entrado na cidade do Porto (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pelos dados do gráfico pode concluir-se que há uma tendência de crescimento do número de pipas entradas na cidade do Porto, ao longo do período em análise, que teve início em 1756 com a chegada de 54 422,43 pipas, e foi bruscamente interrompida por uma queda muito acentuada, ocorrida no ano seguinte, 1757, em que os valores daquelas desceram para 22 612, 89 pipas. Como se verifica no diagrama, o afundamento foi de imediato superado, uma vez que no ano de 1758 se registou a entrada de 30 310,91 pipas, mantendo-se a tendência de crescimento. Houve nova oscilação nos anos de 1764 e 1767, ainda que manifestando um afundamento menor do que o anteriormente referido, uma vez que a quantidade de pipas entradas na cidade desceu de

meios (meio-couro) de sola. [...] Em 1759 a frota da Companhia de Comércio do Pará-Maranhão levava: 171.000 meios de sola, 96.640 couros em cabelo e 29.000 atanados (SIMONSEN, Roberto C. – *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 217 e 219).

38 234,35 para 35 242,09 e de 39 491,87 para 34 124,13 respetivamente, o que introduz uma pequena interrupção da tendência de crescimento, que não se altera, recuperando em ambos os casos, mais acentuadamente no ano de 1768, com o manifesto de 43 545,51 pipas. O total de vinho, entrado na cidade, ao longo dos treze anos, foi de 531 109,15 pipas.

O ano com menor expressão ocorreu em 1757 e aquele em que se identifica o máximo foi o de 1756, cujo valor ascendeu a 54 422,43 pipas de vinho. Considera-se existir uma relação causal direta entre a queda no volume de entradas e o consumo de vinho na cidade, em consequência do motim da Cordoaria, ocorrido a 23 de fevereiro de 1757, contra o aumento dos preços e a diminuição do número de tavernas, e ainda contra o exclusivo da venda de vinho de ramo na cidade do Porto e três léguas em redor, concedido à Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. A punição do levantamento contra esta Instituição foi de tal forma violenta que perturbou drasticamente o normal fluir da atividade económica da cidade, com inevitáveis reflexos nas entradas e saídas de produtos, bem como nos negócios realizados. Outro fator com prováveis reflexos nos movimentos de entrada e saída de vinhos foi a Guerra dos Sete Anos, com início em 1756. É plausível que a insegurança causada pelo conflito, bem como a intervenção direta da Grã-Bretanha no mesmo, tenham baixado o volume de trocas comerciais, pela diminuição da procura neste destino, o principal mercado de colocação dos vinhos portugueses, o que se terá refletido na demanda de produtos vínicos, tendo por consequência diminuído a sua entrada na cidade do Porto no ano de 1757.

A tendência de crescimento da entrada de vinhos na urbe portuense significa que a procura deste produto foi, em média, aumentando ao longo do período em estudo. Este fenómeno poderá explicar-se pelo facto de se tratar de uma das mercadorias com maior peso na composição dos negócios dos britânicos, estantes na cidade do Porto, que o exportavam para Inglaterra. Por outro lado, tal aumento poderá coincidir com o período de incremento do comércio de vinho com aquele país, justificado pelo aumento de consumo.

Como já referido, a maior parte dos vinhos entrados na cidade do Porto era oriunda da região duriense. Vinham, na generalidade, por via fluvial, navegando pelo Douro no dorso dos barcos rabelos. Casos houve, no entanto, em que o fluxo era composto por vinhos de outras localidades. Apresenta-se, em seguida, o quadro nº 4 com a indicação das outras proveniências dos vinhos chegados ao Porto, em que é designado o tipo de

vinho, ainda que a única distinção se reporte apenas ao verde, apresentando-se também a quantidade e a localidade de origem.

Quadro nº 4 – Vinho originário de fora do Douro, entrado na cidade do Porto (1756-1772)

Proveniência	Tipo de vinho	Pipas
Anadia	Vinho	190
Figueira da Foz	Vinho	81,5
Lisboa	Vinho	23
Termo de Guimarães	Vinho verde	12
Guimarães	Vinho verde	8
Braga	Vinho verde	7
Barcelos	Vinho verde	5,5
Maia	Vinho/ Vinho verde	5,5/1
Roriz	Vinho verde	4
Águas Santas	Vinho verde	1
Total		338,5

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Constata-se que a cidade do Porto era um centro económico que atraía vinhos produzidos nas principais regiões vinícolas portuguesas, situadas fora da zona demarcada do Alto Douro, de onde provieram 338,5 pipas, constituindo uma pequena parte do vinho que chegou à urbe portuense. Vinha por terra em carros de bois, mas também por barco; este é o caso do que chegava da Figueira da Foz, Lisboa e Viana, neste último caso de lancha, de acordo com as indicações deixadas pelo escrivão do subsídio militar, ao longo dos registos feitos.

Anadia, no distrito de Aveiro, destaca-se pelo número de pipas expedidas, que ascende a 190²⁶⁶. Águas Santas, concelho da Maia e distrito do Porto, encontra-se na posição oposta, uma vez que daí veio o menor número, consubstanciado em apenas uma pipa.

²⁶⁶ Esta zona de produção vinícola insere-se na atual “denominação de origem controlada da Bairrada”. O Decreto-Lei n.º 70/91, de 8 de fevereiro (Regulamento da Denominação de Origem Controlada da Bairrada) foi atualizado pelo Decreto-Lei n.º 72/98 (retificações). Consta do artigo 2.º a delimitação da região: “De acordo com a carta anexa ao presente diploma que dele faz parte integrante, a área geográfica de produção correspondente à região ora considerada abrange: a) os municípios de Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro (“Decreto-Lei n.º 72/98 – retificações)” (*Diário da República* – Número: 72/98 SÉRIE I-A. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, p. 1339-1341).

Pode concluir-se que é pouco significativa a quantidade de vinhos originários de outras zonas de produção vinícola, entrados na cidade do Porto, entre os períodos de 1756-1772, uma vez que corresponde apenas a um total de 338,5 pipas. Barros Cardoso refere que no período compreendido entre 1700-1756, deram entrada na cidade 58 977,5 pipas, com uma proveniência de fora da região do Douro²⁶⁷, donde se infere que é muito acentuada a descida ocorrida a partir daquele último ano. Tal facto explica-se pelo privilégio da exclusividade do fornecimento do vinho de consumo às tavernas do Porto, detido pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, numa área compreendida nas três léguas em redor da cidade, bem como a aprovação dos propostos ou taverneiros nelas existentes, com vista a evitar que nos armazéns do Porto e Gaia os negociantes adulterassem o vinho de embarque²⁶⁸, o que denota a preocupação pombalina com a garantia da qualidade dos vinhos do Douro, plasmada em outras medidas, como por exemplo o arranque, ordenado por Pombal em 1765, das cepas que haviam sido plantadas nos campos do Tejo, Mondego e Vouga, sob o pretexto de que era absolutamente necessário reconverter às culturas de cereais e arroz os terrenos com qualidades naturais para isso²⁶⁹. No ano seguinte, voltou a haver repressão em relação ao cultivo da vinha em zonas do país com outras aptidões, nomeadamente cerealíferas, tendo sido mandada arrancar a plantada em Torres Vedras, Anadia, Mogofores, Avelãs e Fermentelos²⁷⁰, acautelando a concorrência de vinhos de outras regiões e garantindo o privilégio da Companhia e a qualidade do vinho do Alto Douro.

A aguardente era outro produto sobre o qual incidia o subsídio militar. A maior parte da que entrava na cidade do Porto era proveniente do Douro, mas podia chegar de outras zonas, por via marítima ou terrestre.

²⁶⁷ CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, vol I. Porto: GEHVID, 2003, p. 170-171.

²⁶⁸ “Este exclusivo, por alvará de 16 de Dezembro de 1760, alargou a área circundante do Porto para quatro léguas, tendo-se efectuado as medições e respectiva demarcação a partir das estradas que saíam da cidade” (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, p.106).

²⁶⁹ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p.298.

²⁷⁰ A luta pela genuinidade do vinho do Douro levou ao prejuízo de outras zonas vinícolas devido às medidas tomadas, uma vez que chegou mesmo a ser proibida, no ano de 1776, “a exportação de vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel do Outeiro, Figueira da Foz e Algarve por qualquer barra do reino, em benefício dos vinhos do Douro (MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto...* p. 298 e 301).

Quadro nº 5 – Aguardente originária de fora do Douro, entrada na cidade do Porto (1756-1772)

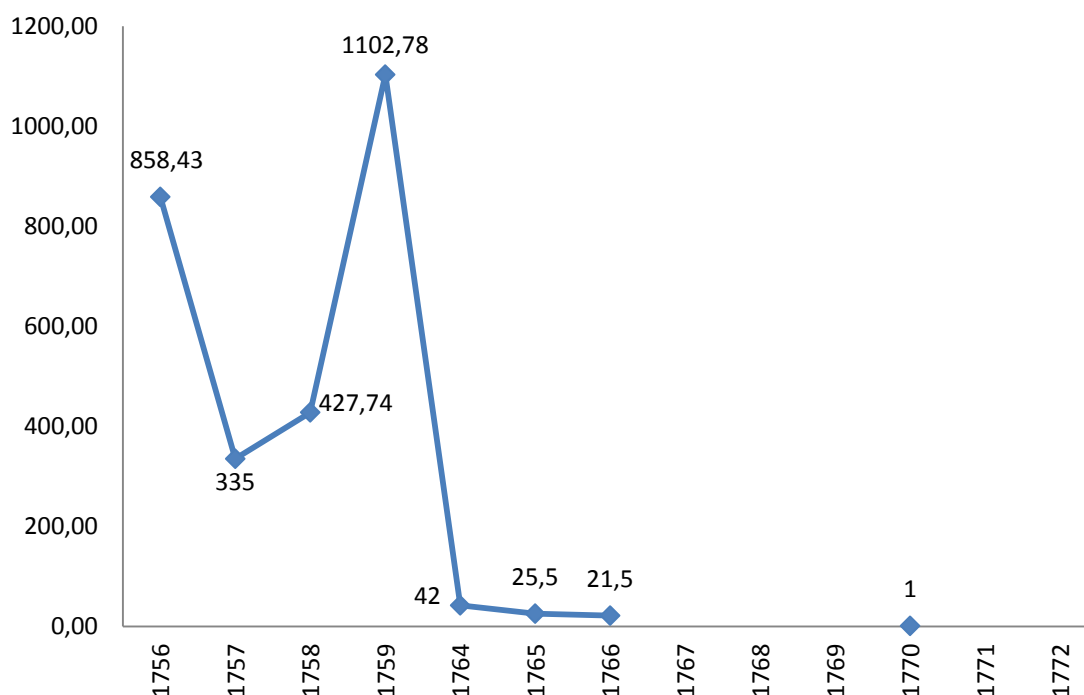
Origem	Pipas
Basto	385,5
Braga	101,5
“Por terra”	82,5
“Da serra”	28
Viana	13
Burgães	5
Ponte de Lima	5
Guimarães	4
Barcelos	3,59
Total	628,09

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Constata-se que entraram na cidade do Porto 628,09 pipas de aguardente, oriundas de regiões situadas fora do Alto Douro. Assim, o maior número de pipas, 385,5, proveio de Basto, distrito de Braga, seguido de Braga com 101,5 pipas. Imediatamente a seguir vem a designação genérica “por terra”, que impossibilita qualquer identificação precisa, donde chegaram 82,5 pipas. Segue-se “da serra”, donde vieram 28 pipas, podendo tratar-se da serra do Caramulo ou da serra da Estrela. Segue-se Viana donde provieram 13 pipas, depois Burgães, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, com cinco, Ponte de Lima também com cinco, Guimarães com quatro e Barcelos com 3,59 pipas.

Importa agora analisar o comportamento anual dos manifestos da aguardente, proviente do Alto Douro, o que passa a fazer-se através do gráfico nº 2.

Gráfico nº 2 – Evolução do número de pipas de aguardente do Douro entradas na cidade do Porto (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

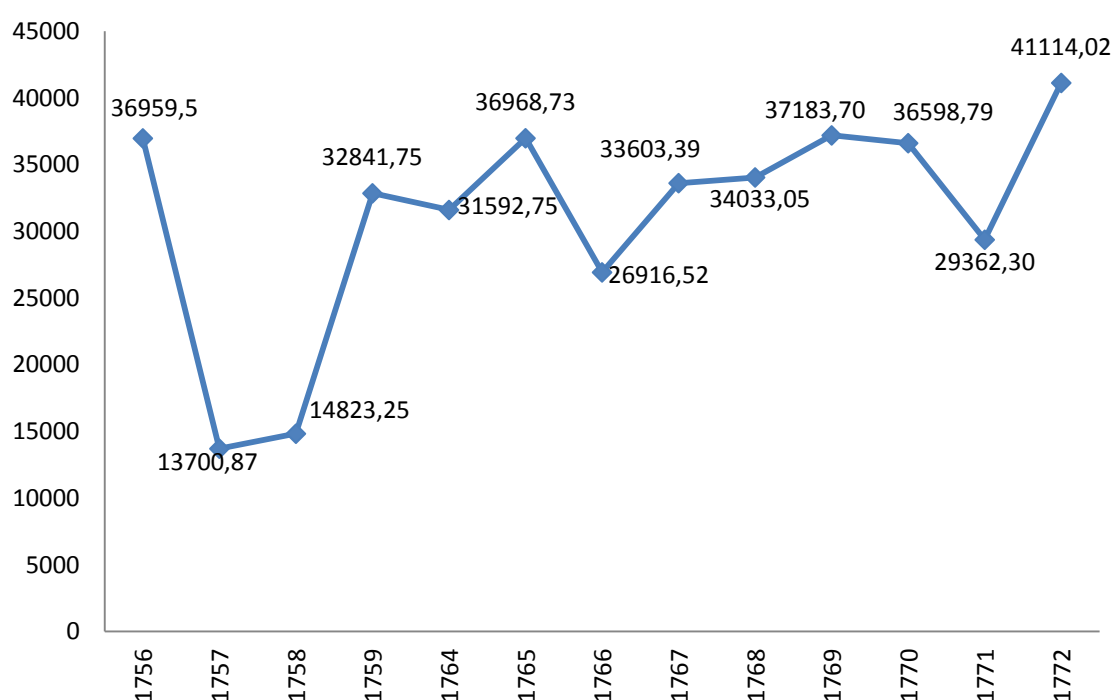
Ao comparar os valores apresentados o quadro nº 5 com os do gráfico nº 2, pode concluir-se que a maior parte da aguardente era oriunda do Alto Douro.

É de salientar o biénio de 1756-57 pela queda abrupta de 858,43 pipas para 335, justificada pela repressão ocorrida na cidade do Porto, em consequência do motim da Cordoaria contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e com a própria Guerra dos Sete Anos, tal como já referido para as entradas de vinho na cidade. De frisar são também os anos de 1759-1764 em que se poderia concluir que há uma queda profunda do consumo de aguardente e consequente diminuição das entradas deste produto na cidade do Porto, uma vez que se passa de 1 102,78 para 42 pipas, no entanto a leitura terá de ser outra; por um lado porque há um hiato de dados que dura quatro anos, em consequência do desaparecimento dos livros de registo, por outro porque foi concedido à Companhia o exclusivo da destilação através da instalação de fábricas de aguardente nas três províncias do norte: Beira, Minho e Trás-os-Montes, e também o exclusivo da venda das aguardentes no Porto e nas ditas três províncias pelo alvará de 16 de dezembro de 1760 (se bem que os lavradores, em certas condições e nalguns dias do ano pudessem fabricar a aguardente a partir dos seus próprios vinhos), com o

objetivo de se consumir o que não fora vendido nas tabernas e garantir um competente provimento de aguardentes de boa qualidade²⁷¹. A partir de 1764, a quantidade de pipas entradas é residual, acabando por desaparecer quase completamente a partir do ano de 1767. Pode então concluir-se que o negócio da aguardente transitou para as mãos da Companhia através do alvará de 16 de dezembro de 1760, deixando por isso de ser manifestado por comerciantes particulares, que passam a adquiri-la àquela Instituição.

Passa a analisar-se a evolução das entradas de bacalhau na cidade do Porto.

Gráfico nº 3 – Evolução do número de quintais de bacalhau entrado na cidade do Porto (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Dado que os manifestos deste produto são apresentados em quintais, arrobas e arráteis, foi tudo convertido à unidade quintal para facilitação do estudo, tendo sido usado como referência o quadro do antigo sistema de medidas de Joaquim José da Graça que faz corresponder um quintal a quatro arrobas e a 58,752 kg, a arroba a trinta e dois arráteis e a 14,688 kg, sendo que o arrátel corresponde a quatro quartas e a 459g²⁷².

A tendência expressa no diagrama é ligeiramente crescente, com exceção do período compreendido entre 1756-57, em que se verificou uma quebra na quantidade de

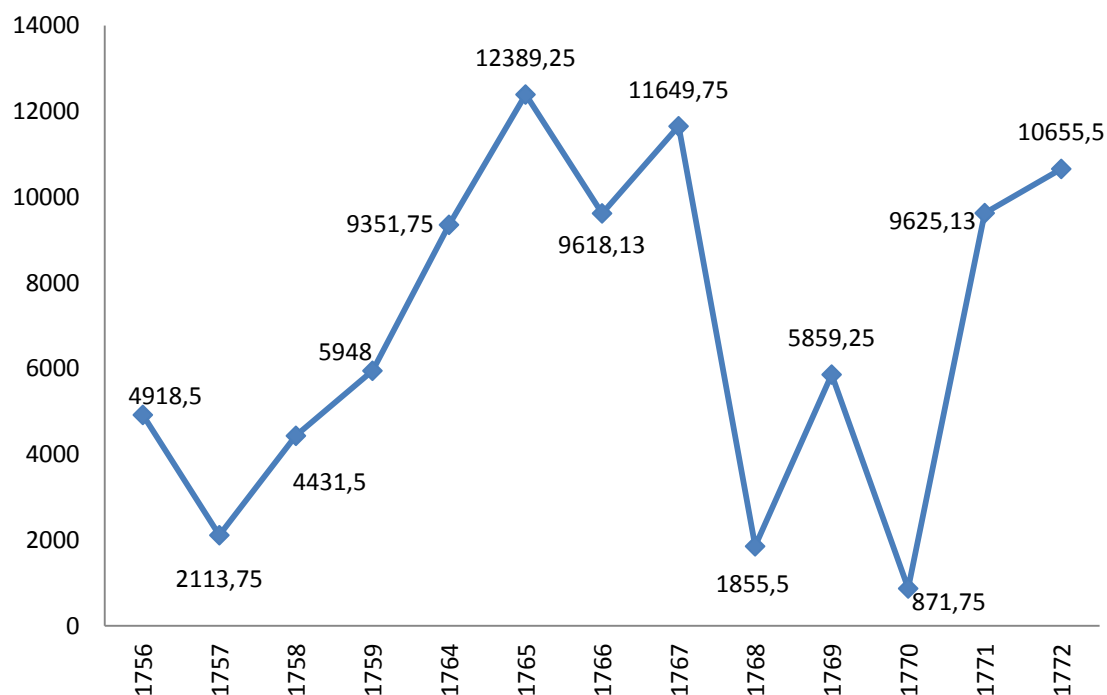
²⁷¹ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 73.

²⁷² GRAÇA, Joaquim José da – *Tabellas das Medidas de Capacidade Antigas Reduzidas ao Systema Metrico Decimal*.. p. 17.

bacalhau entrado na cidade, pelos motivos já aduzidos na análise feita para o vinho e aguardente, e nos anos de 1766 e 1771 em que se evidenciou uma queda de, respetivamente, 36 968,73 para 26 916,52 e de 36 598,79 para 29 362,30 quintais. O ano de movimento mínimo foi, então, 1757 com 13 700,87 quintais, e o ano de máximo foi 1772 com 41 114,02 quintais entrados na cidade. Pela regularidade da sua entrada pela barra do Douro, conclui-se que este foi um produto de peso na economia da cidade e seu termo, dada a importância que tinha no quadro alimentar da população portuense, bem como no das três províncias do norte, de que o Porto era a capital enquanto centro económico e redistribuidor dos produtos entrados pela barra do Douro.

O ferro foi igualmente tributado pelo subsídio militar. Trata-se de uma matéria-prima importante para a indústria da tanoaria, ancorada na cidade do Porto e arredores, tão essencial ao setor do vinho, mas também à indústria do vasilhame e à construção de navios, sendo de destacar que, neste caso, era dado livre por ser destinado à “fábrica do navio”, ou seja, ao seu fabrico. As quantidades manifestadas são apresentadas em quintais, arrobas e arráteis que foram convertidas à unidade quintal, tal como oportunamente referido em relação ao bacalhau. A evolução da sua entrada na cidade, durante o período em estudo, pode ser acompanhada através do gráfico nº 4.

Gráfico nº 4 – Evolução da entrada de ferro, em quintais, na cidade do Porto (1756-1772)



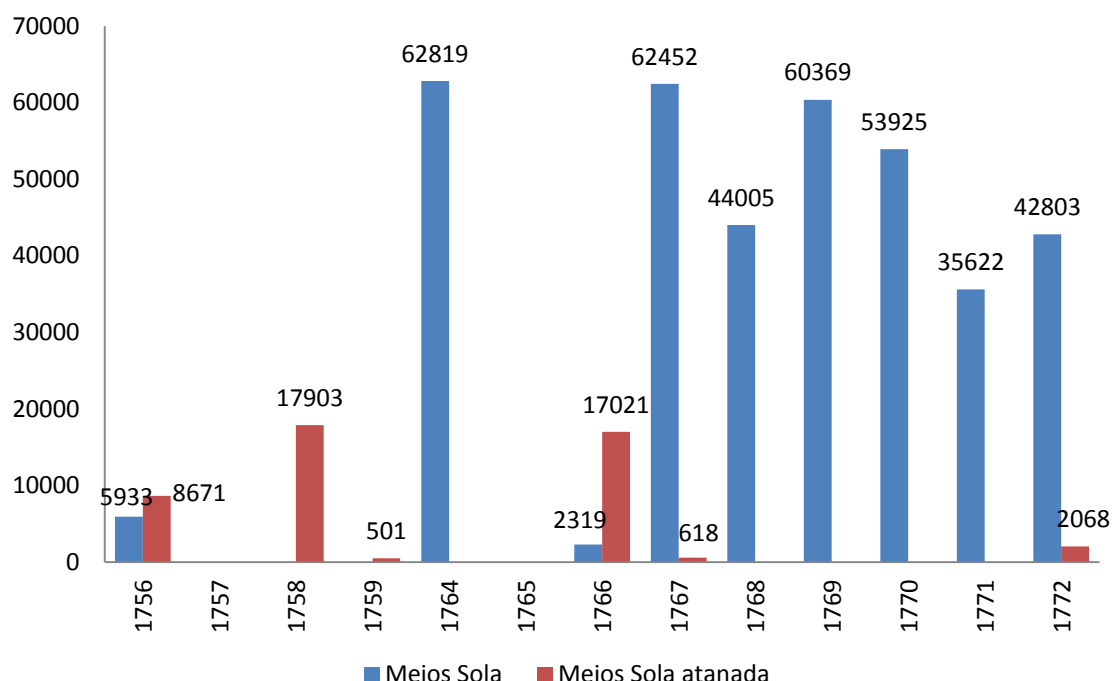
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Constata-se que houve alguma irregularidade na entrada de ferro na urbe portuense, sendo de assinalar os anos de 1757, 1768 e 1770 como aqueles em que entrou menor quantidade pela barra do Porto e que foi, respetivamente, 2 113,75; 1 855,5 e 871,75 quintais. Em contrapartida, os anos que se destacaram pela maior quantidade manifestada foram os de 1764, 1765, 1767 e 1772 com, respetivamente, 9 351,75, 12 389,25, 11 649,75 e 10 655,5 quintais de ferro. Pela irregularidade da amostra, não se pode, então, concluir que haja uma tendência de crescimento ou de queda no período de tempo em análise, no que diz respeito à quantidade desta mercadoria entrada na cidade.

Os couros são outro dos produtos de incidência tributária do subsídio militar, tratando-se de pele bovina curtida e destinada à fabricação de solado. Nos livros de registo surgem várias designações para os referir, nomeadamente “meios de sola atanada”, “meios de sola vaqueta”, “meios vacas”, “meios de sola machos”, “couros vaquetas”, “couros atanados”, “couros vacas”. Por uma questão prática aglutinaram-se os meios de sola vaqueta, os meios de sola machos e os meios de vaca na designação de meios de sola, ou seja, duas metades de uma pele inteira cortada ao meio. Os meios de sola atanada, um produto sujeito a curtimenta com tanino, donde deriva o nome, foi estudado separadamente. Sob a designação de couros foram aglutinados os “couros vaquetas”, resultantes de uma vaca mais pequena e os “couros vacas”, tendo sido criado um outro item para os couros atanados.

Para se perceber a evolução da quantidade de meios de sola, secos ao sol ou curtidos com taninos, entrada na cidade do Porto, apresenta-se em seguida o gráfico nº 5.

Gráfico nº 5 – Evolução da quantidade de meios de sola e meios de sola atanados entrados na cidade do Porto (1756-1772)



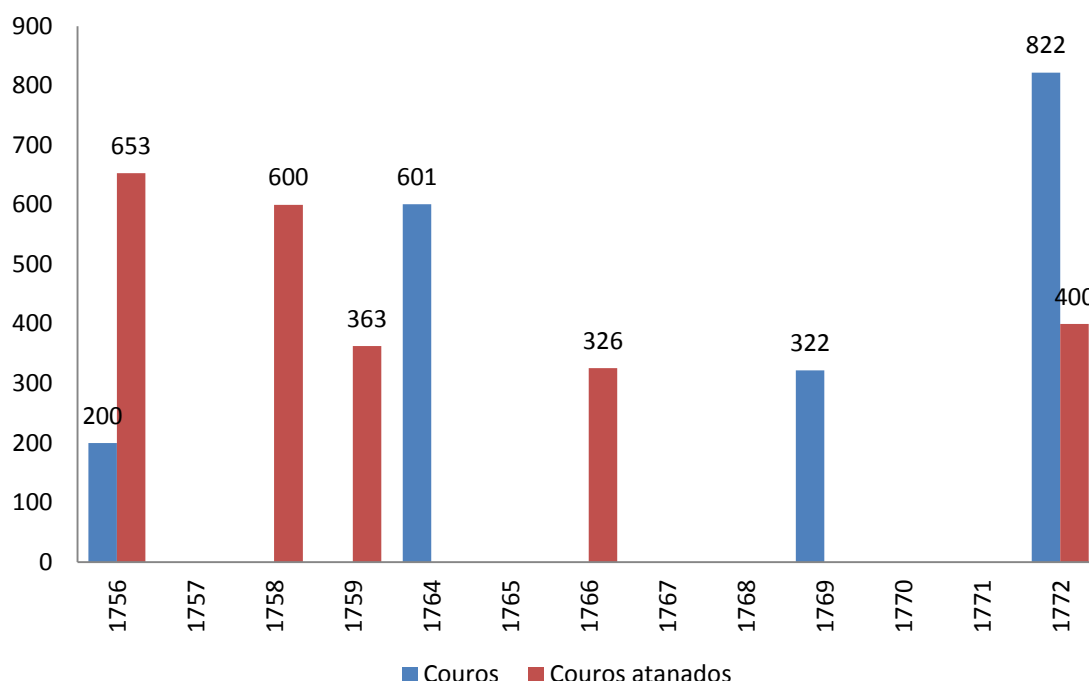
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Analisando a evolução dos meios de sola, é de salientar o período 1757-1759 e 1760-1763, em que não entrou qualquer unidade na cidade do Porto, após as 5 933 do ano de 1756. No de 1764 registou-se um pico nas quantidades manifestadas, com 62 819 meios de sola. Já entre 1765 e 1769 não se definiu uma tendência da quantidade de meios de sola entrados no Porto, mas nos anos de 1769 a 1772 verificou-se uma tendência de decréscimo nos manifestos, que poderá corresponder à diminuição da procura deste produto, talvez pela saturação do mercado. De salientar ainda que no ano de 1764 foi assinalado o máximo de entradas, com 62 819 e no de 1766 o mínimo, com 2 319 unidades.

No que diz respeito aos manifestos de meios de sola atanada, estes apresentam quantidades muito reduzidas. Verificou-se um pico na quantidade entrada na cidade do Porto no ano de 1758, com 17 903 unidades, seguido de 1766 em que foram manifestadas 17 021 unidades, enquanto nos restantes anos as quantidades foram extremamente reduzidas ou mesmo nulas, como é o caso do período de 1768 a 1771.

A introdução de couros e couros atanados na cidade do Porto pode ser analisada pelo gráfico nº 6 que em seguida se apresenta.

Gráfico nº 6 – Evolução da quantidade de couros e couros atanados entrados na cidade do Porto (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

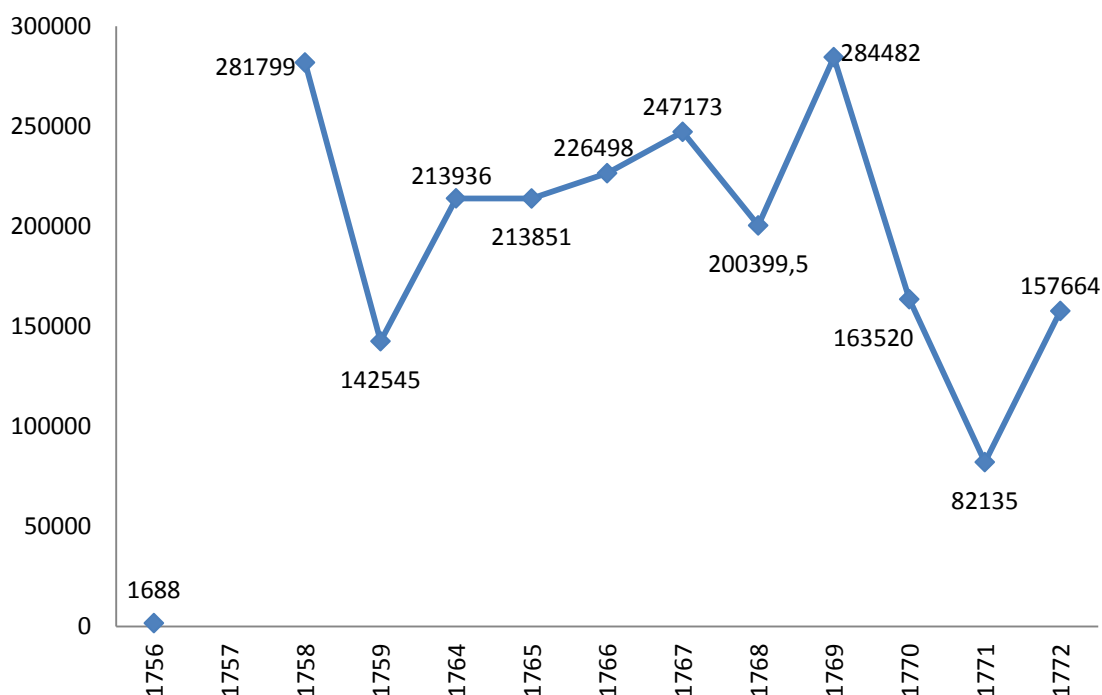
Analisando o caso dos couros, verifica-se que a quantidade entrada é pequena, particularmente quando comparada com os meios de sola e os meios de sola atanada. Mais ainda, o número de anos em que não se verificou a entrada de qualquer unidade foi de nove em treze anos de análise. O mesmo se pode dizer dos couros atanados, dado que o pico máximo verificado em 1756 foi de apenas 653 unidades, seguido de perto pelo ano de 1758 com 600 manifestos, sendo de salientar também que se registaram zero entradas na cidade em oito dos treze anos analisados.

Comparando o gráfico nº 5 com o gráfico nº 6, pode concluir-se que os meios de sola eram um produto muito mais procurado no mercado portuense do que os couros, o que é particularmente visível entre os anos de 1767 e 1772.

Cabe agora analisar a evolução da entrada de sal na cidade, através do gráfico nº 7. A unidade de medida está expressa em rasas, sendo esta a utilizada pelos mercadores que comerciavam este produto e que é apresentada nos manifestos ao subsídio militar. Na nomenclatura antiga e para o distrito e concelho do Porto, rasa é sinónimo de alqueire que, por seu turno, correspondia a 4 quartas ou 2 meios alqueires e estes a

39,36 litros, conforme o quadro das medidas de capacidade antigas de Joaquim José da Graça²⁷³.

Gráfico nº 7 – Evolução da quantidade de rasas de sal entradas na cidade do Porto (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

O gráfico ilustra a evolução do volume de sal entrado na cidade do Porto entre 1756 e 1772, sendo de assinalar a ausência de dados relativos a quatro anos consecutivos, tal como referido. Constata-se que em 1758, 1764 a 1769 deram entrada, anualmente, acima de 200 000 rasas de sal. Estes foram os anos em que os volumes manifestados foram os mais elevados, sendo que, de todos, o que se destaca pela maior quantidade foi o de 1769, com 284 482 rasas. Já nos de 1759, 1770 a 1772 foi manifestada menor quantidade, oscilando o volume de sal em torno de 142 545 e 157 664 rasas. Abaixo destes valores estão apenas os anos de 1756, com um manifesto de 1 688 e 1771 com 82 135 rasas de sal. De salientar o ano de 1757 em que não entra quantidade alguma deste produto, na cidade do Porto, o que poderá explicar-se pela instabilidade vivida nesta urbe, fruto do motim da Cordoaria ocorrido em fevereiro deste ano, contra a Companhia

²⁷³ GRAÇA, Joaquim José da – *Tabellas das Medidas de Capacidade Antigas Reduzidas ao Systema Metrico Decimal...* p. 1.

Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, com funestas consequências para os diretamente envolvidos, mas também para a cidade e a atividade económica nela desenvolvida. De uma forma ou de outra, não deixa de ser estranha, neste ano, a total ausência da entrada de sal na cidade, uma vez que o Estado alocava o seu comércio a contratadores que detinham o monopólio, pelo que era do interesse destes rentabilizar a exclusividade pela qual haviam pago. O contratador identificado nos livros do subsídio militar como administrador do sal do Brasil neste período era Ventura Fernandes Meireles, que só terminou esta atividade em dezembro de 1757. A referência ao novo administrador do contrato do sal, Francisco Cardia Neto, morador na Rua Nova, só ocorreu em 29 de maio de 1758, tendo este manifestado então 4 598 rasas que ficaram do manifesto do seu antecessor, o que nos leva a supor um hiato por razões que não nos é possível decifrar, podendo aventar-se a possibilidade de morte ou outra incapacidade. Neste ano de 1758, aumentou de forma acentuada a entrada de sal na cidade, tendo chegado às 281 799 rasas.

Volta a ser referida mudança do administrador do contrato do sal em 14 de fevereiro de 1766, sendo identificado no cargo João Martins de Araújo, morador “Sobre o Muro”, bem como em 30 de outubro de 1769 com identificação de João Ribeiro Viana, morador “a São Francisco”. Sobre este, a última informação encontrada data de 30 de março de 1773.

2.2.3 Situações de isenção – as “liberdades” e outras condições

As situações de isenção do pagamento do subsídio militar eram variadas, nomeadamente quando os manifestos eram feitos por privilegiados ou os produtos manifestados lhes eram destinados, tal como sucedeu com João Ribeiro Viana, administrador do contrato do sal, morador a São Francisco e procurador do secretário de Estado José Seabra. Manifestou a 22 de maio de 1771, 3 681 rasas de sal, que recebeu dos mestres Damião Pestana e João Dias, tendo declarado que o dito sal era do desembargador José de Seabra da Silva, da cidade de Lisboa²⁷⁴. O mesmo ocorreu com o manifesto de 5 de dezembro, referente a 3 214 rasas de sal, trazidas pelo mestre Joaquim Pereira Rocha e capitão José António Rocha, bem como com o de 30 de dezembro de 1771, em que foram manifestadas 2 868, descarregadas pelo mestre José

²⁷⁴ AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, fl. 246.

dos Reis, num total de 6 082 rasas. Este manifestante declarou que o sal era livre do direito do subsídio militar por ser de José de Seabra, secretário de Estado²⁷⁵. O próprio José de Seabra fez vários manifestos, nomeadamente em 14 de fevereiro de 1772, em que manifestou 3 550 rasas, recebidas do mestre João Gomes Fogaça, em 18 de maio, 6 814 rasas trazidas pelos mestres José da Cunha Freitas e Simão Pestana e em 4 de junho, 932 rasas transportadas pelo mestre Manuel Rodrigues. Todo este sal ficou isento dos direitos por despacho do desembargador juiz presidente da Junta do subsídio militar²⁷⁶.

Também estavam isentos do pagamento de derrama os indivíduos que possuísem o privilégio de N^a Sr^a da Oliveira, como era o caso de José de Carvalho Fonseca, morador na Rua de S. Bento, que se apresenta a título de exemplo. Manifestou nove pipas em 29 de março de 1756, transportadas pelo arrais Manuel Cardoso, de Tarouquela, concelho de Cinfães, que declarou que eram duas para seu gasto e sete para vender ao ramo na cidade do Porto. O escrivão anotou que o manifestante “tem o privilégio de Nossa Senhora da Oliveira e não deve pagar tributo”²⁷⁷.

A importação de ferro destinada à construção de navios era outra situação que proporcionava isenção, tal como ocorreu em 5 de fevereiro de 1772 com Isidoro de Carvalho dos Santos, cuja morada não consta do registo e que manifestou 164 quintais e 3 arrobas de ferro, que foram pesados no cais e “dados livres por serem para a fábrica do navio”²⁷⁸. O mesmo aconteceu com Nicolau Köpke, morador na Reboleira, que manifestou 300 quintais de ferro, pesados no cais, a 15 de fevereiro de 1772 e apresentou em 20 de fevereiro despacho do dr. desembargador juiz presidente da Junta que lhe dava livres de direitos os ditos 300 quintais por serem destinados à “fábrica do navio”²⁷⁹.

Dado que o subsídio militar era um imposto sobre o consumo, não podia incidir sobre produtos impróprios para tal, pelo que ficavam isentos quando chegavam já deteriorados ou quando se estragavam antes de serem colocados no mercado

²⁷⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1771*, fl. 246v^a.

²⁷⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, fl. 246.

²⁷⁷ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, fl. 130.

²⁷⁸ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos géneros gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, fl. 216.

²⁷⁹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1772*, fl. 217.

consumidor, de que são um bom exemplo o vinho e os couros, sobretudo as vaquetas, peles mais pequenas do que as de vaca, ditas como incapazes para o fabrico de calçado, tal como frequentemente referido pelo escrivão do subsídio militar, que registava as anomalias indicadas pelos manifestantes. São múltiplos os exemplos deste tipo de situações ao longo do levantamento dos dados nestes livros, sendo o mais comum o dos vinhos, usando o escrivão diversas expressões para referir a sua falta de qualidade, tais como “vinho aziumado”; “vinhos agrodoces para destilar”; “vinho envoltado que só serve para queimar”; “vinho derrancado em agrodoce”; pipas de vinho “derrancadas em vinagre”; pipas de “borras que não servem senão para queimar” e pipas de “feses do vinho que só servem para queimar”. É de salientar que esta isenção só se verificava depois de vistoria aos armazéns e da elaboração do auto, ou seja, da narração circunstanciada das anomalias, entretanto identificadas. De acordo com estas, a Junta do subsídio militar exarava um despacho, mandando dar baixa das pipas impróprias no número das manifestadas, que iriam ser sujeitas a cobrança. É de notar porém que estes produtos vínicos sem qualidade, depois de destilados, davam origem a pipas de aguardente, bem como a outro manifesto, que era registado no título deste produto.

As ordens religiosas da cidade, bem como alguns dos seus membros, também beneficiavam das chamadas “liberdades”. É o caso dos padres de S. Francisco da província do Rio de Janeiro, ou das religiosas de S. Bento da cidade do Porto, entre outros exemplos. No primeiro caso, de entre as muitas doações, cita-se a que fez a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que deu dez pipas de vinho de feitoria àqueles padres, que as mandaram para o seu convento desta cidade, de acordo com o manifesto de 7 de maio de 1760, feito pelo deputado José Monteiro de Carvalho, que apresentou despacho do desembargador juiz presidente da Junta do subsídio militar, a fim de serem abatidas às do manifesto da Companhia, referente ao ano de 1759²⁸⁰. Em relação ao segundo exemplo, Bento Salgado, morador no Barredo, manifestou 25 275 rasas de sal a 6 de dezembro de 1770, constando do seu manifesto que deu livres às ditas religiosas de S. Bento desta cidade, 200 rasas.

Outra situação de isenção do pagamento desta derrama ocorria com o fornecimento de vinho às fragatas de guerra. Pode citar-se como exemplo o que ocorreu com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que apresentou no ano de 1766 despacho do desembargador e juiz presidente da Junta do subsídio militar,

²⁸⁰ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1759*, fl. 138v^o-139.

ordenando que se abatessem 24 pipas de vinho de ramo ao montante manifestado por terem ido para o consumo das fragatas de guerra²⁸¹ e, no ano seguinte, novo despacho mandava dar baixa de 20 pipas de vinho de feitoria que foram embarcadas para gastos da fragata de guerra e ainda 40 pipas de vinho de ramo para consumo da fragata de guerra *S. João Baptista*²⁸².

Se os produtos vînicos manifestados num ano não fossem consumidos ou exportados, os mercadores diziam que tinham pipas “em ser”²⁸³, e eram passadas para o manifesto do ano seguinte, pelo que não pagavam imposto nesta condição.

No caso da exportação, as mercadorias não eram sujeitas a tributação, desde que o manifestante apresentasse certidão do consulado da alfândega como comprovativo de que as havia embarcado para o destino pretendido, sendo essa a condição *sine qua non* para a isenção. Dado que a prova de exportação era feita *a posteriori*, o escrivão do subsídio militar registava que as pipas daqueles produtos, uma vez que era sobretudo o vinho que alimentava aquele fluxo, tal como oportunamente se referirá, eram passadas ao livro da lembrança do tesoureiro geral, obrigando assim os mercadores à realização de prova para obter a isenção. A título de exemplo, entre muitos outros, pode citar-se o caso de Manuel Ferreira Ramos, morador em Vila Nova de Gaia, que manifestou a 1 de abril de 1758 seis pipas de vinho, conduzidas pelo arrais José Rodrigues Coelho, da Penajóia. Neste mesmo manifesto consta que apresentou a 8 de junho de 1758 despacho do consulado da alfândega, comprovativo da respetiva isenção, porque embarcou para o “Norte” 29 pipas de vinho²⁸⁴. Isto também significa que terá exportado pipas provenientes de vários manifestos e talvez mesmo de vários anos.

Quando ocorriam naufrágios dos navios que haviam saído pela barra do Porto, carregados com produtos destinados à exportação, estes eram, quando não se perdiam, recolhidos noutros portos, voltando à cidade do Porto, dando assim origem a um novo manifesto, onde o escrivão do subsídio militar fazia referência ao ocorrido. É o caso de Adam Standert, morador na Rua Nova, que manifestou 37,5 pipas de vinho a 1 de julho de 1756, tendo declarado que estas tinham vindo da Figueira da Foz no iate do mestre

²⁸¹ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, fl. 131.

²⁸² AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1767*, fl. 103vº; 113.

²⁸³ Quando os comerciantes não sabiam se iriam exportar as pipas ou se estas viriam a ser consumidas, usavam o termo “em ser” (CENTENO, Marta Maria Pereira – *O Comércio de Vinhos no Porto na Época de Pombal (1757/1772)*. Porto: FLUP, 2005, p. 29).

²⁸⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1758*, fl. 191.

Dionísio Brás. Tinham saído do Porto, mas como o navio que as levava naufragou, foram dar ao porto daquela cidade, na altura vila²⁸⁵. O mesmo ocorreu com Diogo Bouman que havia enviado produtos no navio naufragado. Manifestou, na mesma data, 9 pipas de vinho, vindas da Figueira da Foz no iate de Dionísio José, que pensamos ser o mesmo mestre. Consta do manifesto que declarou que estas pipas tinham sido embarcadas na cidade do Porto em direção ao “Norte”, em setembro do ano anterior e que o navio que as levava naufragou, tendo ido parar àquele porto²⁸⁶. Pensamos que estas situações levariam à perda da isenção de que haviam usufruído, inerente ao ato de exportação, uma vez que constituíam uma nova entrada de mercadoria na cidade, logo um potencial consumo na mesma. Quando o manifestante declarava que reservava os produtos para o comércio externo, a indicação era então exarada no livro das lembranças do tesoureiro geral, com vista a confirmação posterior, ficando a aguardar prova de saída do consulado da alfândega e a confirmação de nova isenção, conforme já referido.

Por conseguinte, as pipas embarcadas por via da exportação eram abatidas do manifesto, para efeitos de pagamento, uma vez que ficavam isentas, não sendo por isso contabilizadas, bem como as que estavam “em ser”, as que se apresentavam impróprias para consumo, as designadas por “liberdades” que podiam configurar ofertas ou benesses de privilegiados e as que haviam provido as necessidades das fragatas de guerra, como foi referido. Todas estas eram somadas e depois subtraídas do manifesto inicial, encontrando-se em seguida as que se consumiam na terra, sobre as quais era feito então o cálculo tributário, e encontrado o montante a liquidar pelo manifestante. O imposto incidia, frequentemente, sobre um número muito inferior ao das pipas manifestadas inicialmente e registadas pelo escrivão.

Importa agora identificar, não só os produtos que beneficiaram de isenção na derrama, mas também a evolução anual das quantidades nesta situação, para os vários tipos de mercadorias²⁸⁷. Para o efeito apresenta-se o quadro nº 6:

²⁸⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, fl. 57vº.

²⁸⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, fl. 24.

²⁸⁷ Algumas quantidades são tão ínfimas que foi necessário apresentar casas decimais, pois de outro modo os valores seriam arredondados a zero.

Quadro nº 6 – Mercadorias isentas de cobrança do subsídio militar (1756-1772)

Ano	Vinho	Aguardente	Bacalhau	Ferro	Sal
1756	478,5				
1757	294,2	0,6			
1758	602,4	0,4			
1759	711,6	0,1		71,8	
1764	619,7			20	
1765	599,8	1,8		0,8	
1766	971,4			19	1010
1767	877,6		14		285
1768	794,9	0,3		43	266
1769	613,6				234
1770	697,6				380
1771	700,4				9849
1772	202,2				
Total	8 163,6	3	14	154,5	12 024

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Imediatamente se constata que o produto com maior peso é o vinho, tendo sido dado livre de contribuição 8 163,6 pipas. O sal também tem alguma expressão, uma vez que ficaram isentas 12 024 mil rasas de sal. O ferro atingiu 154,5 quintais, o bacalhau 14 quintais e a aguardente três pipas, sendo estas duas últimas as mercadorias com menor expressão na lista dos produtos designados por “liberdades”.

2.2.4 Mercadores portugueses sob a mira do subsídio militar

Os produtos entrados na cidade e manifestados ao subsídio militar eram destinados aos mercados interno e externo, nomeadamente ao consumo da cidade e ao abastecimento das três províncias do norte, de que a praça portuense era o centro redistribuidor, ainda que pudessem também ser remetidos para outras zonas do país. Uns e outros eram obrigatoriamente declarados ao escrivão do subsídio militar, que os registava.

Os mercadores portugueses que fizeram entrar mercadorias tributáveis pelo subsídio militar na cidade do Porto, entre os anos de 1756 e 1772, constituem uma extensa lista, apresentada no anexo nº 1 sob a designação de “Mercadores portugueses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)”, onde consta o nome do

manifestante²⁸⁸, os produtos que cada um fez entrar na cidade, as respetivas quantidades e os anos de atividade. Salienta-se que o total, ou seja, a soma das mercadorias entradas na cidade e individualmente manifestadas, é apresentado na primeira linha referente ao produto. Um outro pormenor a merecer destaque é o facto de a lista ser composta por homens de negócio, quase sempre o manifestante, mas também por produtores vinícolas, alguns residentes no Porto, outros na zona demarcada do Douro, que enviavam a sua produção para esta cidade.

Pela sua análise percebe-se que o total de pipas de vinho e aguardente entradas na cidade e manifestadas por portugueses, entre 1756 e 1772, são respetivamente 130 540,43 e 1 423,76 pipas. De bacalhau e ferro entraram 322 912,82 e 87 922,75 quintais, respetivamente. O total de bacalhau manifestado apresenta um valor considerável, o que está de acordo com a relevância daquele pescado no regime alimentar dos portuenses, bem como no das províncias do norte de que a cidade do Porto era a capital e o centro económico concatenador e distribuidor de bens e mercadorias.

Foram manifestados por portugueses 370 247 meios de sola, 46 782 meios de sola atanada, 1 301 couros e 2 342 couros atanados. Pode concluir-se que, do universo dos couros, o produto mais transacionado pelos portugueses foram os meios de sola. No que toca ao sal, foram manifestadas na entrada da cidade 2 110 416,5 rasas. Tendo em conta que cada rasa de sal equivalia a um alqueire que, segundo Joaquim José da Graça, correspondia a quatro quartas ou dois meios alqueires ou a 39,36 litros, como já referido, então os portugueses fizeram entrar na cidade do Porto 83 065 993, 44 litros ou quilos de sal.

Há ainda outro aspeto que importa tomar em consideração na análise do anexo nº 1, referente aos manifestos dos portugueses e que se prende com a transversalidade social aí plasmada, uma vez que foi assinalada grande variedade de condições sociais e de género. Assim, num total de 579 manifestantes, foram identificadas 32 mulheres, apesar de tudo um número pequeno para um universo masculino tão elevado, membros do clero regular e secular, em que se incluem os de cenóbios da cidade como os dos Padres de S. Francisco, da Congregação do Oratório, dos Lóios, bem como as religiosas do

²⁸⁸ Ao coligir os nomes dos manifestantes deparámo-nos com severas dificuldades uma vez que o critério usado no registo dos livros do subsídio militar não foi uniforme ao longo da fonte. Assim, o mesmo manifestante foi, nalguns casos, registado de forma diferente ao longo dos anos, ou seja, umas vezes surgia com a totalidade dos sobrenomes, outras apenas com parte, como se de uma outra pessoa se tratasse, pelo que é muito plausível que haja registos duplicados da mesma pessoa, uma vez que optámos por manter a diversidade dos nomes.

Convento de Monchique. Da lista de manifestantes portugueses constam ainda militares, nomeadamente dezasséis capitães, dois capitães-mor, um alferes, dois sargentos-mor. Fazem também parte daquela letrados e homens de leis, tendo sido identificados oito doutores, mas também dois fidalgos, dado que foram registados com o título de “Dom”. Pode então concluir-se que a atividade comercial foi transversal a um grande número de grupos sociais, incluindo o clero, regular e secular, elementos do exército, licenciados, fidalgos e a diferentes géneros, uma vez que também inclui mulheres, sendo que havia ainda lavradores e produtores vinícolas que, a partir do Douro, ou mesmo da cidade do Porto, onde residiam, como Luís Beleza de Andrade, enviavam os seus vinhos para serem aqui escoados, apesar de a fonte não fornecer os dados necessários à sua identificação.

Importa agora analisar a intervenção de mercadores estrangeiros na atividade económica desenvolvida na praça do Porto.

2.2.5 Os mercadores e as firmas britânicas

De entre os mercadores estrangeiros, os britânicos destacaram-se em relação às restantes nacionalidades, não só pelo número de efetivos a operar na cidade do Porto, mas também pelo volume de negócios que aí desenvolveram.

Através do anexo nº 2, designado por “mercadores britânicos que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)”, podem identificar-se os nomes dos comerciantes²⁸⁹ e empresas britânicas, bem como o número de efetivos desta comunidade mercantil, os produtos que interessaram ao seu comércio e respetivas quantidades e ainda o tempo da sua permanência em atividade, através dos anos em que manifestaram produtos ao subsídio militar.

²⁸⁹ Também ao coligir os nomes dos mercadores estrangeiros deparámos com um obstáculo apresentado pela própria fonte. Na verdade, a falta de conhecimentos linguísticos do escrivão do subsídio militar não lhe permitia uma escrita correta dos nomes daqueles. Tal facto levou a que a regra fosse a tradução ou a reprodução fonética dos nomes, pelo que nem sempre era assegurada uma transcrição fiel dos antropónimos. A propósito da mesma dificuldade, refere Virgínia Rau: “esta liberdade linguística faz com que, por vezes, seja impossível reconstituir a verdadeira grafia” (RAU, Virgínia – “O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII. Uma interpretação”. Porto: Boletim Cultural da Câmara do Porto, Porto, vol. XXI, fasc. 1-2, p. 9). Dado que a transcrição dos nomes *ipsis verbis*, tal como se apresentam na fonte, tornava inviável a construção de uma base de dados, bem como o seu tratamento informático, uma vez que o mesmo nome era escrito de formas diferentes, optámos por fazer corresponder os registos à grafia atual, o que possibilitou a uniformização, sendo de assinalar que há nomes de manifestantes com cerca de meia dúzia de grafismos diferentes cada um, para o período em estudo.

Pela sua análise pode concluir-se que 119 comerciantes britânicos e 49 sociedades comerciais, claramente identificadas como tal, operavam e desenvolviam a sua atividade comercial na cidade do Porto.

A constituição dos seus negócios, com base nos dados apurados, ancorava-se sobretudo no vinho. Era numerosa a comunidade britânica que comprava este produto e o destinava à venda local mas, sobretudo, à exportação, conforme se tratará adiante, tendo manifestado 373 284,56 pipas no período em estudo, constituído na sua maior parte, provavelmente, por vinho de feitoria, ou seja, de primeira qualidade, ainda que o escrivão não tenha discriminado os diferentes tipos de vinho manifestados pelos mercadores.

Ao segmento do mercado da aguardente só 42 manifestantes se dedicaram, movimentando um total de 1 359,68 pipas.

No negócio de bacalhau contabilizámos 18 mercadores e firmas britânicas que manifestaram 82 772,55 quintais.

Já no que toca ao ferro apenas um mercador, Adam Standert²⁹⁰, foi identificado a manifestar este tipo de produto, tendo movimentado 988,5 quintais. A composição dos seus negócios, enquanto operador individual no mercado portuense, era o vinho, a aguardente e o ferro. Enquanto firma comercial com a designação de Adam Standert e C^a²⁹¹, os seus interesses económicos divergiam entre o vinho e a aguardente, destacando-se, em termos quantitativos, dos restantes mercadores e firmas comerciais constituídas. Sabemos que este importante comerciante morava na Rua Nova e tudo leva a crer que terá tido sociedade com Diogo Bouman, uma vez que aparece a manifestar 1 136 pipas de vinho em 28 de Fevereiro de 1756, provenientes de partilhas que fizeram entre eles, constituindo provavelmente nova sociedade com Carlos Etty. Uns anos depois, num manifesto datado de 30 de Dezembro de 1765, aparece referência à sua falência, uma vez que o caixa, Manuel Martins Pereira, apresentou certidão do consulado da alfândega comprovando que o dito Adam Standert, falido, havia embarcado para o “Norte” 689 pipas e 13 almudes de vinho. E pouco tempo mais terá

²⁹⁰ De acordo com um documento de petição e título lançado em nota a 9 de setembro de 1756, Adam Standert era proprietário de quintas sitas no lugar de Massarelos que aforou a João Pacheco Pereira, juiz da alfândega da cidade do Porto (ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 223, fl. 46-63).

²⁹¹ Adam Standert teve sociedade com Carlos Etty, com designação comercial “Standert Etty & C^a”, empresa esta que fez lançar em nota uma procuração datada de 12 de novembro de 1756, que conferia poderes a vários procuradores para tomar conta do que estivesse “em ser” nas mãos de Henrique Budd da ilha de Guernsey, a quem a sociedade tinha enviado 55 pipas de vinho em 1756 (ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 223, fl. 140vº).

tido de vida uma vez que que é feita referência à sua condição de defunto, num manifesto de 15 de julho de 1766.

No segmento do mercado do sal, apenas contabilizámos 11 mercadores e firmas britânicas em atividade. No total movimentaram 57 591 rasas de sal.

Cabe agora perceber qual o grau de intervenção dos mercadores estrangeiros de outras nacionalidades, em nome individual ou através de firmas que constituíram e o peso económico daí resultante.

2.2.6 Os mercadores de outras nacionalidades

Para além de portugueses e ingleses, havia outras nacionalidades que, não sendo tão expressivas em número de efetivos e em quotas de mercado, foram importantes pelo contributo que deram à atividade económica e ao dinamismo da cidade. São eles os hamburgueses (germânicos da cidade de Hamburgo), os franceses, os holandeses e, por fim, quatro mercadores cuja nacionalidade não foi possível identificar. Assim, passa a analisar-se o papel dos mercadores hamburgueses, através do quadro nº 7, em que é identificado o nome, os anos de manifesto, as diferentes mercadorias e as quantidades de cada uma. De salientar que o total de cada manifestante é apresentado logo abaixo do produto que manifestou.

Quadro nº 7 - Mercadores hamburgueses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Ferro (quintais)	Couros	Sal (rasas)
André Henrique Severim	272			
1756	96,50			
1758	91,50			
1759	84			
Cornélio Jacob Cruger e C ^a				19153
1758				19153
Henrique Soltau e C ^a	3			5950
1758				1712
1759				4238
1764	3			
Jorge Severim				4082
1764				4082
Nicolau Köpke	8152,90	300	644	
1767	1663,88			
1768	1959,73			
1769	2592,55	300	322	

1772	1936,74		322	
Nicolau Köpke e C ^a	10887			4874
1764	3026,50			3300
1765	1978			
1766	2348			1574
1770	1613			
1771	1921,50			
Total	19 314,90	300	644	34059

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pode constatar-se que os mercadores e firmas de Hamburgo que surgem nos registos do subsídio militar a manifestar mercadorias são muito poucos, contabilizando-se apenas seis, quatro a operar em nome individual, e duas sociedades comerciais, sendo que Nicolau Köpke surge como manifestante em nome individual e também como firma comercial. Nas duas situações, o grosso da atividade económica foi constituído pelo trato vinícola, sendo ainda interessado, em nome individual, em ferro e couros e a sociedade em sal. Ainda a operar enquanto firma comercial foi identificado Cornélio Jacob Cruger e C^a e Henrique Soltau e C^a, cuja composição de negócios se centra acima de tudo no sal.

Verifica-se ainda, pelo quadro acima, que os mercadores hamburgueses transacionaram no total 19 314,90 pipas de vinho, 300 quintais de ferro, 644 unidades de couros e 34 059 rasas de sal.

André Henrique Severim manifestou apenas 272 pipas de vinho, não tendo tido aparentemente outros interesses económicos, tendo em conta os manifestos do subsídio militar. À exceção de Nicolau Köpke, em nome individual e do mesmo Severim, todos os outros manifestaram sal, num total de 34 059 rasas. De salientar que André Henrique Severim e Nicolau Köpke foram representantes consulares no Porto. O primeiro foi cônsul da Dinamarca e da Holanda²⁹² e o segundo foi cônsul da Prússia²⁹³.

Ainda que não muito numerosa, importa também tomar em consideração, através da análise do quadro nº 8, a comunidade francesa comercialmente ativa na cidade do Porto.

²⁹² André Henrique Severim lançou em nota como outorgante um instrumento de atestação e reconhecimento em 23 de agosto de 1756, tendo sido identificado como homem de negócio e cônsul da Dinamarca e da Holanda (ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 223, fl. 33).

²⁹³ RAMOS, Pedro Manuel Amaral – “A Instituição Consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. IV, 2003, p. 138-139.

Quadro nº 8 – Mercadores franceses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome/Ano do manifesto	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Bacalhau (quintais)	Ferro (quintais)	Sal (rasas)
Bernardo de Clamouse			2		
1772			2		
Domingos Browne	1198				1008
1769					1008
1771	1198				
Domingos Browne e C ^a	1586,5			76,5	
1772	1586,5			76,5	
João Mounier	21				
1771	21				
José Carré	477	1			
1757	55				
1758	422	1			
José Carré e C ^a	908	2,5			
1759	908	2,5			
Manuel de Clamouse					5410
1765					5410
Total	4 190,5	3,5	2	76,5	6 418

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Através da análise do quadro conclui-se que dos cinco mercadores e duas firmas que manifestaram produtos, a maior parte dos movimentos pertence à família Clamouse Browne que, para além da atividade económica, também foi detentora de cargos consulares, nomeadamente Bernardo de Clamouse que se dedicou ao comércio de grosso trato, ancorando o seu negócio nas mercadorias vindas de França e que assumiu o consulado portuense em 1720, tendo na altura cerca de 25 anos²⁹⁴. Em 1757 ainda ocupava o cargo de cônsul de França na cidade do Porto, conforme consta de uma procuração, datada de 23 de dezembro daquele ano, cuja outorgante foi Anna de Clamouse, moradora na Rua Nova e filha do dito Bernardo de Clamouse, que outorgou poderes a Cláudio Darrot, homem de negócio de Lisboa, para assinar em nome dela a escritura de esponsais e casamento com Jacques Ratton, filho de outro Jacques Ratton, morador na corte da cidade de Lisboa²⁹⁵.

²⁹⁴ RAMOS, Pedro Manuel Amaral – “A Instituição Consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos”... p. 138-139.

²⁹⁵ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 225, fl. 149vº.

A propósito de uma escritura de “amigável composição, transação, união e ajuste”, datada de 8 de dezembro de 1771, feita por D. Rosa Clara, viúva de Domingos Francisco Guimarães, professo na ordem de Cristo, vamos encontrar de um lado a dita viúva e do outro D. Genoveva de Clamouse e seu marido, Manuel de Clamouse, como cônsul nesta cidade do Porto²⁹⁶, pelo que se depreende que este fosse filho de Bernardo de Clamouse e tenha seguido a carreira consular do pai.

Destacam-se como figuras ilustres que descendem de Bernardo de Clamouse, o seu neto Domingos Clamouse Browne, cônsul honorário de França e os seus bisnetos Bernardo de Clamouse Browne, importante negociante e industrial e cônsul dos E.U.A., e Manuel de Clamouse Browne, comerciante no ramo dos vinhos, que virá a ser sócio fundador da Associação Comercial do Porto²⁹⁷.

As mercadorias do interesse dos mercadores franceses foram o vinho, que se destaca em relação às restantes, uma vez que quase todos o manifestaram, num total de 4 190,5 pipas, sendo que todos os outros produtos transacionados atingem valores mínimos. É o caso da aguardente, cujo manifesto se resumiu a 3,5 pipas, o bacalhau e ferro, respetivamente 2 e 76,5 quintais e o sal que ascendeu a 6 418 rasas.

Cumpramos agora analisar os mercadores holandeses através do quadro nº 9.

Quadro nº 9 – Mercadores holandeses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome/Ano	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Bacalhau (quintais)	Sal (rasas)
Daniel Bull	676	27		7206
1756	85,5	14		
1757	59	13		
1758				7206
1759	95			
1768	121			
1771	315,5			
Daniel Bull e C ^a	1141			
1764	173,5			
1765	139			
1766	111			
1767	92			
1769	183			
1772	442,5			
Henrique Diogo Bull	45			

²⁹⁶ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 279, fl. 46-49vº.

²⁹⁷ RAMOS, Pedro Manuel Amaral – “A Instituição Consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos”... p. 138-139.

1756	33			
1757	12			
João Vanzeller e Dresque	62			
1772	62			
Pedro Vanzeller			2	
1772			2	
Thomas Herault			2	
1767			2	
Total	1 924	27	4	7 206

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Apesar de o número de comerciantes holandeses ser pouco expressivo, cumpre chamar a atenção para Daniel Bull que, em nome individual e enquanto firma se destacou em relação aos restantes pelo volume de vinho manifestado, tendo envolvido no primeiro caso 676 pipas e na segunda condição 1 141. Para além de homem de negócios, Daniel Bull, morador na Rua Nova, desempenhou o cargo de cônsul da Holanda, conforme consta de uma procuração datada de 23 de novembro de 1771, em que outorgou, na qualidade de caixa da união de credores do defunto Domingos Pereira da Costa, homem de negócio da Rua da Porta de Carros, poderes ao capitão Joaquim José de Lima, de São João da Foz, para a Baía, pois os bens que o falecido deixou na cidade do Porto não chegavam para pagamento das dívidas e como tinha alguns bens no Brasil foi outorgada a dita procuração, com vista à sua cobrança²⁹⁸.

Os restantes comerciantes holandeses apresentam um esforço comercial pouco relevante e centrado quase totalmente no vinho. Assim, manifestaram na totalidade, 1 924 pipas de vinho, 27 de aguardente, 4 quintais de bacalhau e ainda 7 206 rasas de sal.

Os manifestantes cuja nacionalidade não foi possível identificar, por ausência de dados, são apenas quatro, cuja dinâmica comercial pode ser analisada através do quadro nº 10 que em seguida se apresenta.

²⁹⁸ ADP – Série Notarial PO 4º, 1ª série, liv. 279, fl. 3-5.

Quadro nº 10 – Mercadores de nacionalidade não identificada que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome/Ano do manifesto	Vinho (pipas)	Bacalhau (quintais)
Cristóvão Gamel		2,73
1768		2,73
Duarte e Mellaya		4,52
1767		4,52
Guilherme Laurie	184	
1756	184	
Henrique Servad	1670,74	
1764	1670,74	
Total	1 854,74	7,26

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Através da análise do quadro, percebe-se que os mercadores de nacionalidade não identificada manifestaram sobretudo vinho, num total de 1 854,74 pipas, ainda que apenas dois comerciantes o tenham feito; Henrique Servad (1 670,74 pipas) e Guilherme Laurie (184 pipas). Os outros dois manifestantes apresentaram ao subsídio militar quantidades residuais no segmento do bacalhau, num total de 7, 26 quintais, não havendo registos de outros manifestos.

2.3 Hegemonia e quotas de mercado

Importa agora perceber, através dos valores apurados, quem dominou o comércio na praça portuense, no que toca aos produtos onerados pelo subsídio militar, e identificar também as nacionalidades dos mercadores a quem coube as melhores oportunidades de negócio, traduzidas nas maiores quotas de mercado.

Através do quadro nº 11 pode ser analisada a distribuição percentual dos vinhos manifestados no subsídio militar por nacionalidade dos manifestantes, bem como da aguardente, do bacalhau, do ferro, dos couros nas suas diferentes variedades e ainda do sal.

Quadro nº 11 – Distribuição percentual de produtos manifestados por nacionalidade de manifestantes (1756 e 1772)

Nacionalidades	Vinho	Aguardente	Bacalhau	Ferro	Meios sola	Meios sola atañada	Couros	Couros atañados	Sal
Franceses	0,79%	0,12%	0,0005%	0,09%					0,29%
Hamburgueses	3,64%			0,34%			33,11%		1,54%
Holandeses	0,36%	0,96%	0,001%						0,33%
Ingleses	70,28%	48,32%	20,40%	1,11%					2,60%
N/identificada	0,35%		0,002%						
Portugueses	24,58%	50,60%	79,59%	98,47%	100%	100%	66,89%	100%	95,25%

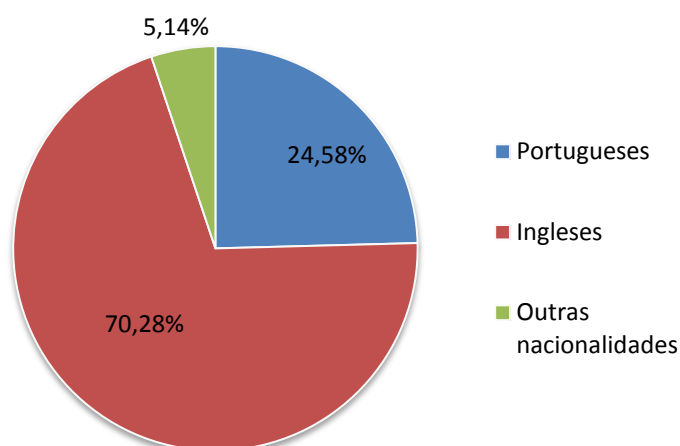
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Torna-se claro que todas as comunidades de mercadores que operavam na cidade do Porto elegeram o vinho para a composição dos seus negócios, ainda que se verifique a detenção de quotas de mercado completamente díspares entre as diferentes nacionalidades em relação a este produto.

É de assinalar que foram os britânicos que lideraram as entradas de vinho na cidade do Porto, uma vez que detiveram a maior quota de mercado, 70,28 %, ao longo do período em estudo, embora manifestantes de outras nacionalidades tenham também sido responsáveis pela aquisição e manifesto de algum vinho. Os ingleses são seguidos de longe pelos portugueses que apenas manifestaram 24,58% , o que representa menos de metade da quota dos britânicos e, em terceiro lugar, situaram-se os hamburgueses que se ficaram por 3,64% dos vinhos entrados na cidade do Porto. No fim da lista quedaram-se os franceses a quem coube 0,79% do vinho manifestado, os holandeses com 0,36% e os mercadores de nacionalidade não identificada com 0,35%.

Pode então concluir-se que a dimensão setorial do mercado dos vinhos entrados na cidade do Porto, foi dividida entre duas nacionalidades: os ingleses em primeiro lugar, com um controle assinalável da quota deste produto e os portugueses que movimentaram valores cerca de três vezes abaixo dos alcançados pelos britânicos, tal como se pode verificar no gráfico que se segue.

Gráfico nº 8 – Distribuição percentual de vinho manifestado por nacionalidade (1756 - 1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

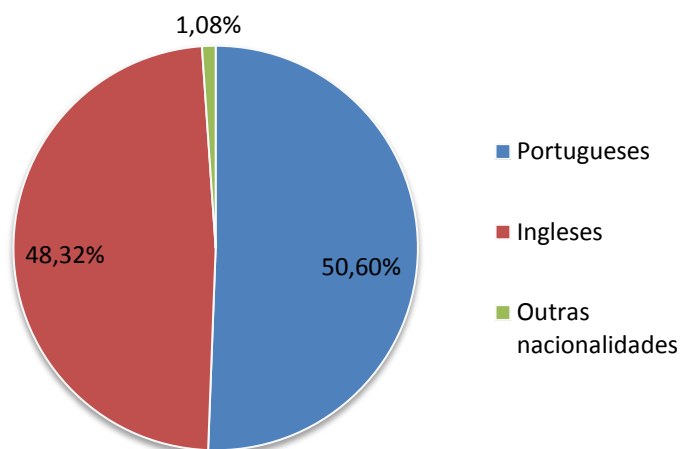
As restantes nacionalidades, nomeadamente hamburgueses, franceses e holandeses (além dos não identificados), assumem uma dimensão pouco relevante nos negócios do vinho na cidade do Porto, uma vez que é muito reduzida a percentagem dos seus manifestos.

O peso dos portugueses na atividade vinícola, ainda que se tenha situado no segundo lugar, poderia ter sido maior na cidade do Porto se não fosse a suspeita (provavelmente fundada na verdade) que sobre eles recaía de que remetiam vinhos do Douro para outras zonas, nomeadamente para Aveiro, a exemplo do que aconteceu com Pedrossem, descendente de Pedro Pedrossem da Silva, acionista da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro²⁹⁹.

No que à aguardente diz respeito, só os portugueses, ingleses e holandeses se envolveram neste negócio, cuja distribuição percentual por nacionalidade de manifestantes pode ser analisada através do gráfico nº 9.

²⁹⁹ AMORIM, Inês – *Aveiro e Sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*, vol. II. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996, p. 601.

Gráfico nº 9 – Distribuição percentual de aguardente manifestada por nacionalidade (1756-1772)

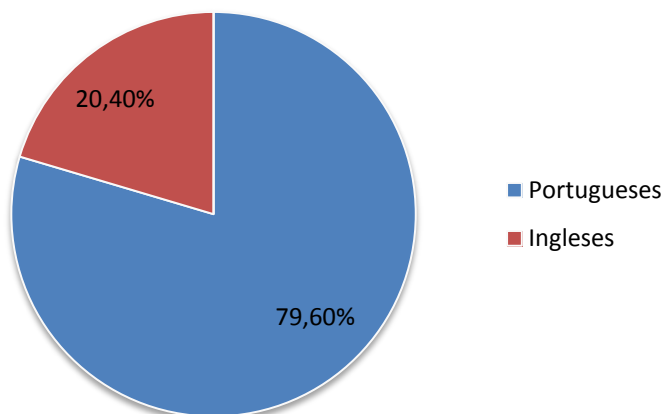


Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

O gráfico nº 9 demonstra que os mercadores portugueses lideraram o mercado sectorial da aguardente, seguidos de perto pelos ingleses. Assim, a quota apresentada pelos comerciantes nacionais representou 50,60% do negócio deste produto, sendo seguidos de perto pelos ingleses que foram responsáveis por 48,32% da quota referente ao volume da que deu entrada na cidade do Porto. As outras nacionalidades manifestaram apenas 1,08%, o que evidencia uma ínfima expressão no mundo dos negócios referentes a este produto, tendo cabido 0,96% aos holandeses e 0,12% aos franceses.

Passa agora a analisar-se a distribuição percentual de bacalhau por nacionalidade de manifestantes, através do gráfico nº 10.

Gráfico nº 10 – Distribuição percentual de bacalhau manifestado por nacionalidade (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

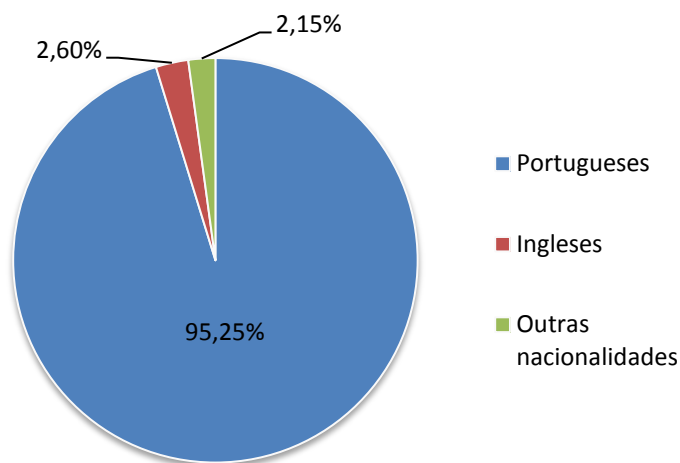
O gráfico nº 10 permite constatar que apenas os portugueses e os ingleses se envolveram no comércio de bacalhau. Os portugueses controlaram 79,60% do mercado resultante de entrada do produto na cidade e os ingleses 20,40%. As outras nacionalidades interessadas neste segmento de mercado foram os mercadores de nacionalidade não identificada, os holandeses e os franceses com percentagens exíguas de respetivamente 0,002%, 0,001 e 0,0005%.

O peso relativo do bacalhau na composição dos negócios dos britânicos foi pouco significativo em relação à quota detida pelos mercadores portugueses. Não terá sido despicienda enquanto causa para a falta de manifestos ao subsídio militar, por parte dos ingleses, a contribuição a que estava sujeito, exclusivamente na cidade do Porto, o que os levou, bem como a outros mercadores, a preferir outras cidades como a de Aveiro, por exemplo, para realizarem as transações, não só deste produto, mas também de outros como o vinho. “Com a abertura da barra, em 1757, surgem os primeiros candidatos ao arrendamento das sisas. Inicialmente, em 1759, favorece-se a entrada de barcos, carregados de bacalhau, de uma firma inglesa do Porto, Tynn e José Nash, reduzindo-se os direitos para 7% até ao fim de Dezembro e para 6% até 15 de Outubro, descontos também extensíveis a todo o comerciante que, da mesma forma, procedesse”³⁰⁰.

³⁰⁰ AMORIM, Inês – *Aveiro e Sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico...* p. 599.

Através do gráfico nº 11 pode observar-se a distribuição percentual de sal por nacionalidade de manifestantes.

Gráfico nº 11 – Distribuição percentual de sal manifestado por nacionalidade (1756-1772)



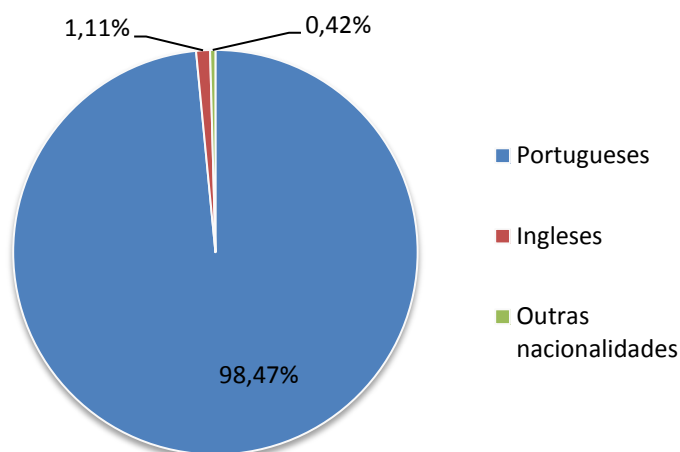
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

A análise do gráfico nº 11 permite concluir que a maior fatia de mercado era destacadamente controlada pelos mercadores nacionais que manifestaram 95,25% do sal entrado na cidade do Porto. Igualmente interessados neste segmento de mercado, apresentaram-se os ingleses, que manifestaram 2,60%, sendo que as outras nacionalidades são compostas pelos hamburgueses, a quem coube 1,54%, os holandeses, 0,33% e os franceses 0,29%.

Pode então concluir-se que coube aos portugueses o controlo efetivo do mercado do sal que entrava na cidade do Porto, uma vez que as quotas dos mercadores das restantes nacionalidades são exíguas.

A distribuição percentual de ferro por nacionalidade de manifestantes pode ser analisada através do gráfico n.º 12.

Gráfico nº 12 – Distribuição percentual de ferro manifestado por nacionalidade (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pela observação do gráfico percebe-se que os negociantes envolvidos neste tipo de produto são portugueses, ingleses e comerciantes de outras nacionalidades. Pode também observar-se que a maior fatia de mercado pertenceu aos portugueses que manifestaram 98,47% do ferro entrado na cidade do Porto, ou seja, foram responsáveis pela quase totalidade da mercadoria chegada à alfândega. Em termos concorrenciais coube-lhes a maior fatia do mercado, ficando para os concorrentes uma quota pouco significativa. Na verdade os ingleses manifestaram apenas 1,11% de ferro, enquanto as outras nacionalidades se ficaram pelos 0,42% do mesmo produto, o que corresponde a 0,34% dos hamburgueses e 0,09% dos franceses

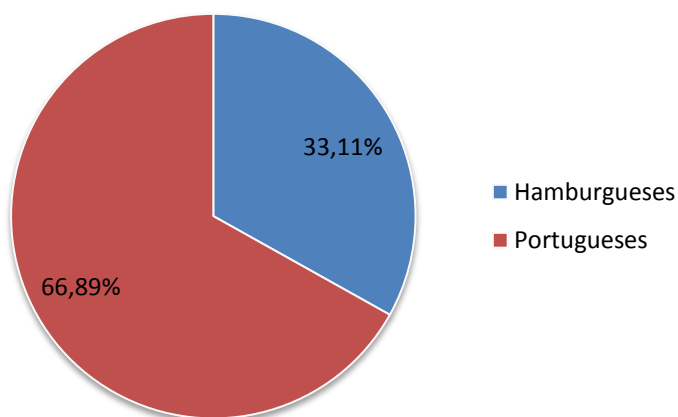
A exígua quantidade de ferro manifestada por estrangeiros leva-nos a supor que estes preferissem despachar as mercadorias oneradas pelo subsídio militar em lugares onde aquele produto não fosse tributado.

No que concerne ao negócio das peles, os meios de sola, os meios de sola atanada e os couros atanados estavam totalmente na mão de portugueses, o que não é de estranhar, uma vez que parte desta mercadoria era de origem brasileira e os estrangeiros estavam impedidos de comerciar com o Brasil. Assim, os portugueses manifestaram 100% dos meios de sola, sola atanada e couros atanados, pelo que não se apresentam gráficos destes dois produtos.

Ainda no segmento das peles, os portugueses e os hamburgueses dividiram a quota de mercado no que aos couros diz respeito. Assim, os primeiros detiveram 66,89%

daquela, enquanto os hamburgueses representaram 33,11% das oportunidades de negócio, o que se pode constatar pelo gráfico nº 13.

Gráfico nº 13 – Distribuição percentual de couros manifestados por nacionalidade (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

É de salientar que a cidade do Porto manteve uma forte e antiga tradição na atividade dos curtumes. Era um setor que necessitava de muita água para a sua laboração e o Porto era rico em caudais. Assim, foi em volta do Rio da Vila e da zona do Souto, que se concentrou tal atividade. “Talvez que já no século XIII aí se comesçassem lentamente a concentrar actividades de curtição [...] e uma concomitante expansão da área ocupada pelos curtumes”³⁰¹.

Para além da produção nacional, a cidade do Porto recebia peles do Brasil. Ao observar o gráfico relativo à distribuição percentual de couros por nacionalidade, percebe-se que a situação se alterou relativamente aos restantes tipos de peles, sendo que os portugueses já não controlavam totalmente o mercado deste produto, uma vez

³⁰¹ Esta tendência é confirmada pela construção de novas tanarias, mas sempre localizadas na “Rua do Souto’ ou simplesmente ‘no Souto’ ou ainda esporadicamente em designações como ‘na Rua do Souto hu fazem os pelames’. Aparentemente seria ao longo desta artéria e suas imediações dos dois lados do Rio da Vila que se concentravam tais actividades” (MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320-c. 1415*, vol. II. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 77). “Corria a céu aberto o rio da Vila, de razoável caudal, que, segundo Agostinho Rebelo da Costa, ‘servia (este rio) para levar as imundícies da cidade. O rio da Vila viria a ser parcialmente encanado aquando da construção da Rua de São João (1763). O encanamento total deste curso de água ocorreria na década de 1870, quando da abertura da Rua Mouzinho da Silveira” (FERNANDES, Paula Guilhermina – “Habitação e trabalho no Porto da época do cerco: o Bairro de Santa Catarina”. *Análise social*, vol. XXXV (156), 2000, p. 517).

que manifestaram, como referido, 66,89% do total, imediatamente seguidos dos hamburgueses com os restantes 33,11%. Nenhuma outra nacionalidade se dedicava a este comércio, dada a dificuldade imposta pela interdição legislativa, no que ao comércio com o Brasil diz respeito, em relação aos estrangeiros. Se vemos hamburgueses envolvidos neste negócio, estes são uma verdadeira exceção, uma vez que se trata de Nicolau Köpke, natural do Porto, apesar de filho de pai hamburguês, protestante e mãe católica. Os irmãos Nicolau e Joaquim Köpke requereram a sua matrícula de comerciantes na Junta do Comércio uma vez que pretendiam fazer parte do corpo de comércio da cidade do Porto. A Junta manifestou dúvidas acerca disso a 30 de abril de 1776 e referiu que aqueles tinham casa de negócio nesta cidade, navios próprios para navegarem para a América (Brasil) e movimentavam um grande comércio, não só para este continente, mas também para reinos estrangeiros. Gozavam do privilégio de hamburgueses, sobretudo Joaquim Köpke, enquanto cônsul, e processavam as suas causas naquela conservatória, no entanto naquilo que lhes interessava aproveitavam-se do privilégio de nacionais. No ano anterior, por carta de 25 de novembro tinham sido impedidos de comerciar com a América (Brasil) de acordo com as leis do reino, exclusivo aliás dos comerciantes matriculados. A Junta considerou que Nicolau Köpke deveria assinar termo de desistência do privilégio da nação hamburguesa de que se aproveitava quando lhe era útil e o irmão deveria permanecer inabilitado enquanto fosse cônsul. Nicolau Köpke conseguiu por provisão régia ser colocado no lugar de vice-provedor e intendente dos vinhos de embarque da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro³⁰².

2.4 A exportação – destinos e agentes comerciais

Sempre que o manifestante apresentava ao escrivão a intenção de exportar as mercadorias, sem que no momento especificasse para onde, este registava a quantidade no manifesto, acrescentando que passava ao livro da lembrança do tesoureiro geral, para prova posterior. Porém, lê-se na maioria dos manifestos em que ocorreu exportação, que foi apresentada certidão do consulado da alfândega, condição *sine qua non* para isentar do pagamento da contribuição, dado ser um imposto com incidência sobre o consumo.

As coordenadas do fluxo exportador eram abundantes, ainda que nem sempre precisas. É o caso das designações “embarcou para fora”, “para fora do Reino” ou

³⁰² ANTT – Junta do Comércio, liv. 117, fl. 150-151vº.

simplesmente “embarcou”, “embarcou para o Brasil”, “embarcou pipas por Lisboa para Angola”, de que é exemplo a firma Diogo Bouman e C^a, com morada na Rua Nova, que manifestou 6 pipas de vinho no ano de 1767, sem indicação de dia e mês, transportadas pelo arrais José Loureiro de Canelas. Consta do seu manifesto que apresentou certidão do consulado da alfândega, comprovando que embarcou 50 pipas de vinho por Lisboa para Angola³⁰³. Surge ainda a designação de “embarcou para o Norte”, que poderá englobar o Reino Unido, mas ainda Hamburgo, portos do Báltico e Rússia. Há também casos em que os destinos são anexados, sem destriça de volumes de produtos transitados individualmente, como por exemplo Duarte Lambert, morador na Rua Nova, que manifestou 12 pipas de vinho em 23 de dezembro de 1756, conduzidas pelo arrais José Pereira, das Caldas, constando deste manifesto que Thomas Lambert, talvez pai ou irmão daquele, morador em Vila Nova de Gaia, embarcou para o Norte e Brasil 490,5 pipas de vinho³⁰⁴; também Pedro Pinto da Cunha, morador na Reboleira, manifestou 38,5 pipas de aguardente em 6 de maio de 1757, transportadas pelo arrais Manuel Teixeira Rabelo, de Barqueiros, constando do mesmo manifesto que embarcou 40 pipas para os portos do Pará e Maranhão e Angola e Guiné³⁰⁵. Outro exemplo de anexação dos destinos, bem como das quantidades de exportação ocorreu com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que, em 1766, apresentou certidão do consulado da alfândega comprovando que embarcou da cidade do Porto e da de Lisboa, 3 624 pipas e 18 almudes de vinho de feitoria para o Norte, Brasil, Angola e Moçambique³⁰⁶. Por conseguinte, este problema prende-se com a metodologia utilizada pelo escrivão do subsídio militar que, não só aglutinou os mercados de exportação, como também utilizou designações genéricas como “Norte”, o que torna impossível identificar com precisão os pontos de chegada, à exceção da ilha inglesa de Guernsey e Irlanda, locais que, apesar de inseridos no norte, aparecem especificados e ainda, regiões brasileiras como o Rio de Janeiro, Pernambuco, Baía, Grão Pará e Maranhão.

³⁰³ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1767*, fl. 43v^o.

³⁰⁴ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1756*, fl. 54.

³⁰⁵ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1767*, fl. 263-263v^o.

³⁰⁶ AHMP – *Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade para o anno de 1766*, fl. 114.

Apresenta-se, em seguida, o quadro nº 12, através do qual é possível identificar os destinos, o produto exportado, bem como as respetivas quantidades e percentagens relativas, globalmente perspetivadas.

Quadro nº 12 – Destinos da exportação dos produtos manifestados ao subsídio militar, quantidades e respetivas percentagens (1756-1772)

Destino	Vinho	Vinho %	Aguardente	Aguardente %	Ferro	Ferro %	Sal	Sal %
Angola	666,15	0,32%						
Baía	32	0,02%	2	0,33%				
Brasil	60,5	0,03%	183,72	30,18%	147	100%	35819	7,44%
Embarcou	2570,48	1,23%	74	12,16%			12500	2,60%
Grão Pará e Maranhão			40	6,56%				
Guernsey	27	0,01%						
Irlanda	10	0,005%						
Norte	196747,71	94,51%	176,07	28,92%			323272	67,14%
Norte e Brasil	6329,65	3,04%	94	15,44%				
Para fora do Reino	1687,26	0,81%	30	4,93%				
Pernambuco	7,5	0,00%	9	1,48%				
Rio de Janeiro	46	0,02%					109882	22,82%
Total	208184,24		608,79		147		481473	

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pela análise do quadro percebe-se que o vinho se destaca substancialmente em relação à transação dos outros produtos, sendo seguido pelo sal. A aguardente, apesar de ter pouca expressão, é o terceiro produto mais exportado, apresentando-se o ferro com um peso pouco significativo.

Quanto aos locais de exportação, o “Norte” destacou-se largamente em relação aos restantes, sobretudo no que toca ao vinho, cuja quota ascendeu aos 94,51% do total das exportações deste produto. O destino para onde se dirigiu a segunda maior percentagem é designado por “Norte e Brasil”, que atingiu os 3,04% do total. Daqui se conclui que o maior mercado externo para o vinho saído pela barra do Douro eram os países do norte da Europa, sendo que o “Norte e Brasil” representa o segundo mercado, ainda que muito distanciado do maior destino no que à exportação de vinho diz respeito.

Para o mercado exportador de aguardente, o Brasil apresenta uma posição de destaque, para onde seguiram 183,72 pipas, o que correspondeu a 30,18%, ainda que se apresentem também valores esparsos e residuais por porto/cidade do Brasil, como é o caso de Grão Pará e Maranhão que recebeu 6,56%, Pernambuco, em cujo mercado foi

colocado 1,48% daquele produto e Baía para onde se exportou 0,33 %, o que aumenta as quantidades e percentagens deste destino. O “Norte” foi o segundo mercado mais importante para a colocação da aguardente nacional, que absorveu 176,07 pipas, representando uma percentagem de 28,92% do total exportado. Este destino é constituído pela Grã-Bretanha e países do norte da Europa, como os do Báltico e Rússia. Seguiu-se o N/identificado, designado por “embarcou” e “para fora do reino” para onde foram 104 pipas, que corresponde a uma percentagem de 17,09. Daqui se infere que o maior mercado para a aguardente nacional foi o Brasil, seguido pelo “Norte”.

O ferro exportado a partir do Porto teve apenas um mercado de exportação que foi o Brasil para onde foram enviados 147 quintais.

A exportação de sal fez-se sobretudo para o “Norte”, onde foram colocadas 323 272 rasas, o que corresponde a 67,14% do total exportado. Como segundo mercado de exportação apresentou-se o Brasil, uma vez que foram enviadas para o Rio de Janeiro 109 882 rasas ou seja, 22,82%, e para o destino genérico “Brasil” 35 819 rasas, o que corresponde a 7,44%. Estas duas percentagens aglutinadas representam 30,26% do total de sal exportado. Para destino não identificado, designado por “embarcou” foram exportadas 12 500 rasas, o que correspondeu a 2,60% do total. Daqui resulta que o maior mercado de exportação para o sal português foi o “Norte”.

Importa agora analisar os volumes dos produtos exportados pelas forças económicas em atividade na praça, o que pode ser analisado através do quadro nº 13, em que estão identificados os produtos, bem como os totais exportados em cada ano. Salienta-se o hiato ocorrido entre 1760 e 1763, devido ao desaparecimento dos livros de registo. É também de referir que o escrivão do subsídio militar registou os produtos manifestados, no que aos vinhos diz respeito, sem fazer qualquer distinção entre os diferentes tipos daqueles, pelo que é apenas apresentada a designação genérica de “vinho”. Esta situação ocorreu nos manifestos de entrada na cidade do Porto, mas também com os registos das exportações que apresentam a mesma designação genérica de “vinho”. Assim, os montantes totais deste produto englobam o de feitoria ou embarque, ou seja, o da 1ª qualidade, votado à exportação, o de lotação, preparado para abastecer o mercado

brasileiro, um produto inferior e o vinho de ramo, ou seja, o vinho corrente, habitualmente consumido nas tabernas, que penduravam um ramo de loureiro à porta³⁰⁷.

Quadro nº 13 – Exportação de produtos manifestados ao subsídio militar (1756 - 1772)

Ano	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Ferro (quintais)	Sal (rasas)
1756	12588,18	294,96		
1757	9392,01	1		
1758	14405,22	116		107698
1759	15394,37	191,83	147	54202
1764	13090,15			40338
1765	15875,5	5		41916
1766	13311,54			26488
1767	17629,91			25190
1768	19201,06			5046
1769	21156,93			130990
1770	18136,73			8409
1771	20646,52			8708
1772	17356,12			32488
Total	208 184,24	608,79	147	481 473

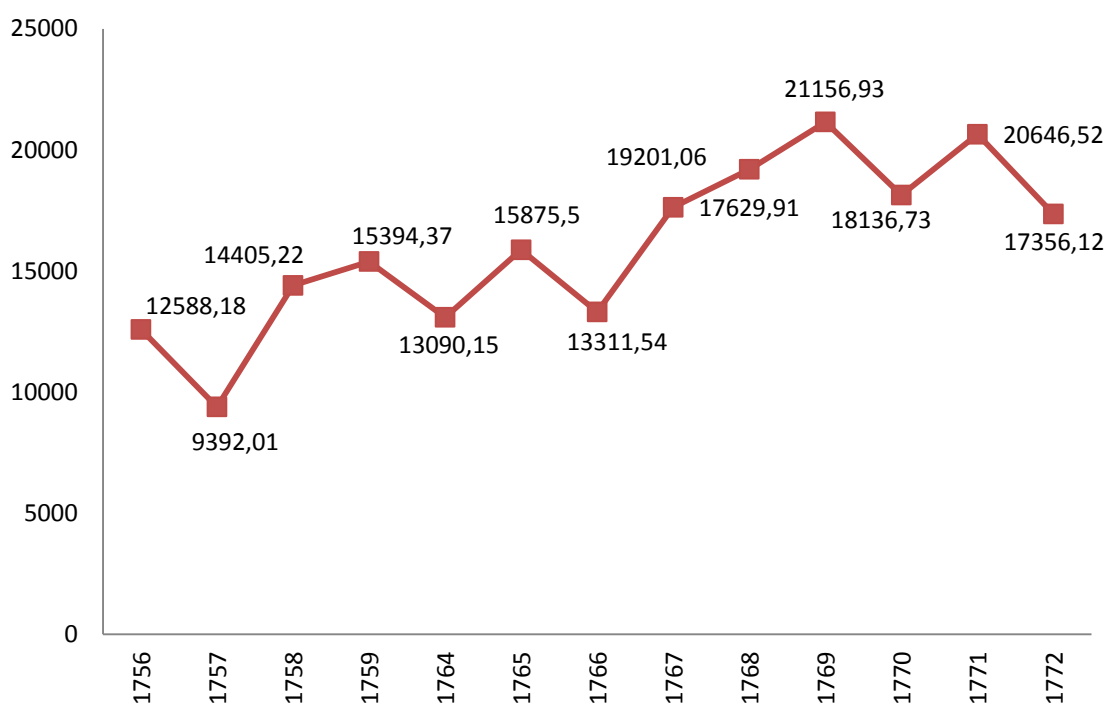
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

O total de vinho exportado entre 1756 e 1772 foi 208 184,24 pipas; de aguardente foi de 608,79 pipas; de ferro 147 quintais; e de sal 481 473 rasas, sendo de assinalar que o produto menos exportado foi o ferro, seguido da aguardente. Em contrapartida, com maior expressão na exportação portuense situa-se o vinho e o sal. É de salientar que o bacalhau não foi exportado, o que significa que todas as quantidades entradas na cidade do Porto foram internamente consumidas.

No caso do vinho, salienta-se uma queda nas exportações entre os anos de 1756 e 1757, o que contrasta com o período entre 1764 até 1772, que marca um ciclo de crescimento, apesar de algumas oscilações verificadas, mais facilmente visualizável através do gráfico nº 14.

³⁰⁷ As lojas e as tabernas da Companhia, existentes no Porto e arredores, bem como no Alto Douro, eram identificadas pelas chumbeiras, que eram placas de chumbo com a inscrição do nome da Instituição, bem como o logótipo e imagem de marca (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro...* p. 105).

Gráfico nº 14 – Exportação de pipas de vinho manifestado ao subsídio militar (1756-1772)

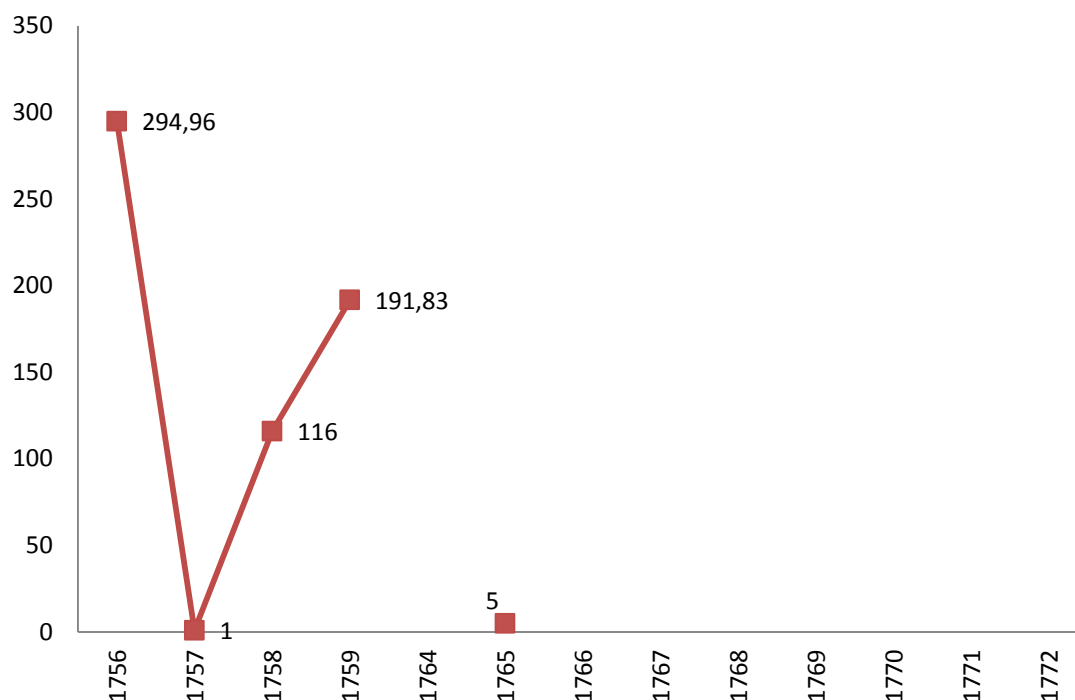


Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

A tendência ao longo dos anos em análise é de crescimento das quantidades de vinho exportadas. No período entre 1757 e 1767 houve um aumento moderado daqueles valores, com o mínimo absoluto do gráfico a situar-se precisamente no ano de 1757, com 9 392,01 pipas. Nos anos que se seguem há um crescimento acentuado, começando com o salto das 13 311,54 pipas em 1766 para 21 156,93 em 1769, sendo este o ano de máximo absoluto. A partir de 1769 e até 1772 as quantidades exportadas oscilaram entre as 21 mil e as 17 mil pipas, sensivelmente.

A aguardente foi outro dos produtos exportados, ainda que em quantidades pouco expressivas. É de assinalar as dificuldades em aferir totais devido ao desaparecimento de livros de registo, conforme oportunamente referido. Passa a analisar-se a evolução da exportação deste produto, através dos valores apresentados no gráfico nº 15.

Gráfico nº 15 – Exportação de pipas de aguardente manifestada ao subsídio militar (1756-1772)



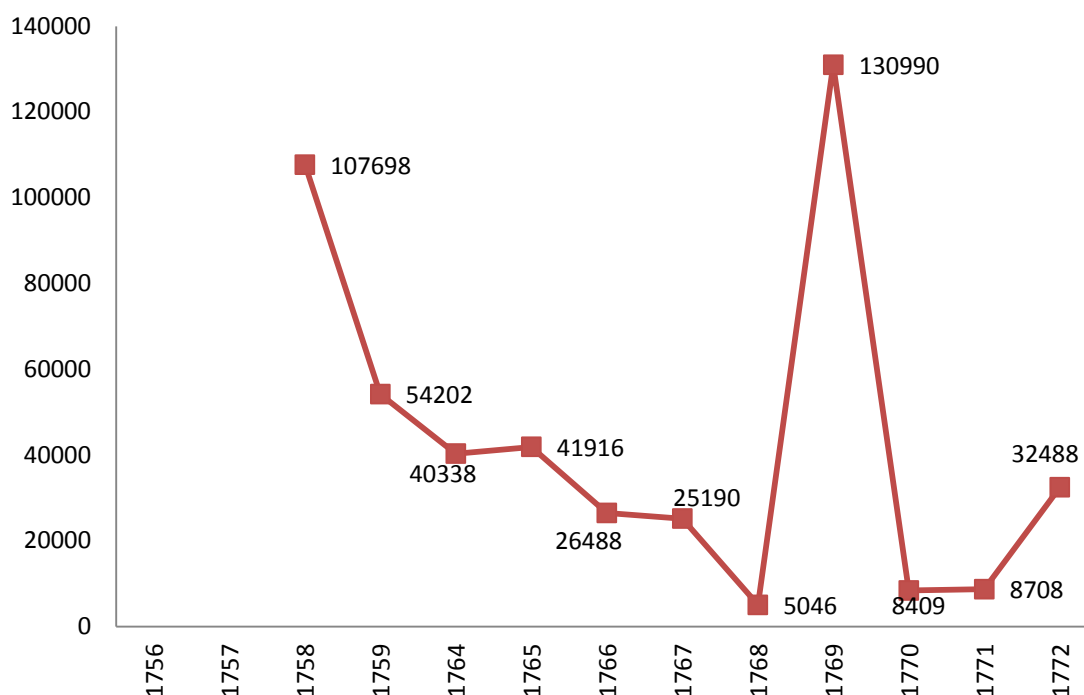
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pode então inferir-se que as exportações registadas nos livros do subsídio, relativas à aguardente, apenas ocorreram em cinco anos, ou seja, entre 1756 e 1759 e em 1765. O ano de maior exportação foi o de 1756 com 294,96 pipas, seguido de 1759 com 191,83 e de 1758, ano em que o valor das transações no mercado externo atingiu 116 pipas. Os anos de 1757 e 1765 foram os de menor expressão, com um valor mínimo relativo de cinco pipas e um valor mínimo absoluto de uma em 1765 e 1757, respetivamente.

O ferro foi outro dos produtos exportados, ainda que com uma expressão mínima, no valor de 147 quintais, tendo ocorrido apenas no ano de 1759. Dada a sua exiguidade, não se apresenta, por falta de pertinência, o respetivo diagrama.

O sal foi igualmente exportado, cujos valores anuais podem ser visualizados através do gráfico nº 16.

Gráfico nº 16 – Exportação de rasas de sal manifestado ao subsídio militar (1756 - 1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Através da observação do gráfico, imediatamente se constata que o valor de exportação nos anos de 1756 e 1757 foi nulo. Em contrapartida são de assinalar os de 1758 e 1769, uma vez que se destacam largamente pela elevada quantidade exportada, no valor de, respetivamente, 107 698 e 130 990 rasas de sal, sendo este último o máximo absoluto do período em estudo. Os anos de menor expressão foram os de 1768, mínimo absoluto, rondando as 5 046 rasas, seguido pelo ano de 1770, em que o valor de exportação ascendeu a 8 409, valor este acompanhado de perto em 1771 com 8 708 rasas de sal exportadas. Em termos de tendência, verifica-se que houve um decréscimo das quantidades exportadas ao longo dos anos em análise.

2.4.1 Exportadores e firmas nacionais

Interessa agora perceber qual o envolvimento de cada nacionalidade, operante na atividade económica da cidade do Porto, no período em estudo e no que toca à exportação. Através do quadro nº 14 passa a analisar-se o envolvimento dos mercadores portugueses, em nome individual ou no de sociedade mercantil, bem como os produtos do seu interesse e as respetivas quantidades.

Quadro nº 14 – Exportadores portugueses de produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Ferro (quintais)	Sal (rasas)
Alferes António Pereira de Araújo	42			
António Alves	24			
António de Araújo Gomes	238,73			
António de Freitas e Faria	130			
António de Melo Pereira		13,83		
António José de Távora	10			
António Luís Virões	4			
António Rodrigues				1208
António Teixeira da Fonseca	43			
Bento da Costa				1008
Bento Salgado				82148
Caetano José Teixeira	63			672
Capitão José Borges da Cunha e Sousa		77		
Custódia Clara do Nascimento	32			
Diogo Alves	1078			
Diogo Alves e C ^a	207,73			
Dionísio Freire				3360
Domingos Alves				7560
Domingos Alves Biscainho				21662
Domingos Alves de Sousa				5124
Domingos Fragueiro				938
Domingos Francisco Guimarães				2604
Domingos Gonçalves Caldas	1193,43			
Domingos Pereira	3,5	4		
Domingos Ribeiro dos Santos	8			
Dr. Manuel José Osório da Fonseca	21			
Fr. Eusébio de Santa Rosa de Lima	10			
Francisca Joana de Freitas	69	0,63		
Francisco António da Costa	2623,83			
Francisco António de Carvalho	349			
Francisco Cardia Neto				32983
Francisco Claro Fernandes	545,83			
Francisco Correia de Araújo	5,5	0,59		
Francisco Guião	157,73			
Francisco José Duarte				1344
Francisco José Fonseca e C ^a	4			
Francisco Pupo Correia		6		
Gabriel Caetano Ribeiro	188			
Gregório de Oliveira	50			
Gualter Gomes	60			
João Alves Souto	169,5			

João Baptista Gomes				5012
João Barquer Machado	876,73			
João Correia da Silva	108			
João Correia da Silva de Figueiredo	104			
João da Costa Lima	227,44			
João da Rocha	342,5			
João de Basto Maia	4			
João de Carvalho Magalhães	63			
João Domingos António	50			
João Freire	310			
João Martins de Araújo	2			109882
João Monteiro da Rocha	75,5			
João Peres		7		
João Ribeiro Viana	47			8394
João Salgado				840
João Tavares de Pinho	46,24			
Joaquim da Silva Franco	275			
Joaquim dos Santos, mestre				1070
José António Fernandes		9	147	
José António Pereira	90,5			
José Correia de Aguiar				3360
José da Silva Chaves	81			
José de Azevedo	2855,46			
José de Oliveira	269,46			
José de Oliveira Barreto	6			
José de Oliveira Leal	3317,63			
José dos Santos Neto				8482
José Ferreira Pinto Arouca	10			
José Francisco Monteiro Massa	477,12			
José Gonçalves de Araújo	54,34			3864
José Leite de Faria	335,73			
José Lopes Barros				4729
José Manuel de Abreu Pinto	12			
José Marques de Oliveira	125,24			
José Martins da Luz	676			
José Monteiro de Carvalho	8352,37	2		
José Pinto da Cunha	797,67			
José Vicente	2115,95			
José Vicente e Cª	721,98			
José Vieira de Azevedo	50			2836
José Vieira de Melo	117			
Lourenço de Almeida Dias		2		
Lourenço Huet Bacellar	32			
Luís António de Amorim				4377
Luís Beleza de Andrade	3717,83			

Luís de Almeida Morais	39			
Luís Pinto de Azevedo	132			672
Luísa Maria	1,93			
Luísa Maria da Silva	8,5			
Manuel Alves				9108
Manuel Alves do Adro	1,02			
Manuel Botelho de Almeida	8,10			3360
Manuel de Almeida	940,68	44		
Manuel de Azevedo	25			
Manuel de Sá Monteiro				6384
Manuel Fernandes Cruz Lada				15454
Manuel Fernandes Pereira		1		
Manuel Ferreira Ramos	29			
Manuel Francisco da Costa	32			
Manuel Francisco de Almeida	74			
Manuel Gomes Ribeiro	480			
Manuel Guedes Vicente	102			
Manuel Lopes da Costa	118			
Manuel Luís Gaioso				3024
Manuel Monteiro	203,73			
Manuel Pinto Chaves	39			
Manuel Rodrigues Braga	159			
Manuel Soares Ferreira	224,5			
Marcelino Alves de Oliveira	35,24			
Maria Engrácia Caetana Pereira	98,5			
Marta de S. Boaventura				756
Martinho de Magalhães Faria e Sousa	30			
Miguel António de Almeida	34			
Pantaleão da Cunha e Faria	12			
Paulo Fernandes Viana	20			
Pedro de Oliveira Ramos	2188,74	20		
Pedro Martins Gonçalves	61			
Pedro Pinto da Cunha		131		
Rafael José Pimentel	399,5			
Rdo Abade Manuel da Costa Guimarães	61			
Rdo Dr Manuel de Sousa Silva	24			
Sebastião Dias da Cruz		74,5		
Silvestre Lopes Ribeiro	1100,46			5040
Teodósio Monteiro Porto				2352
Vicente Luís de Miranda				10626
Vitória Maria				18312
Total	40759,40	392,55	147	388545

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

O quadro nº 14 apresenta a lista dos mercadores portugueses envolvidos no comércio externo, bem como as firmas que constituíram, contabilizando-se um total de 127 exportadores, respeitando o registo do escrivão.

Pormenor a merecer reparo é o interesse transversal à sociedade de então por esta modalidade de negócio, dada a diferença de género e de estratos sociais dos que se envolveram. Assim, assinalaram-se sete mulheres, um número bastante restrito comparado com o universo masculino envolvido no negócio da exportação. Estas quando enviuvavam viam-se, por vezes, na contingência de continuar os negócios dos seus maridos, sendo comercialmente designadas por “Viúva”, título que precedia o nome. No caso da exportação não foi identificado nenhuma nesta situação. Foram ainda referenciados militares, nomeadamente um alferes e um capitão, licenciados ou bacharéis, portadores do título de doutor, elementos do clero regular e secular. Os outros manifestantes dividiam-se entre comerciantes, que serão a maior parte, lavradores e produtores vinícolas, detentores de quintas, alguns a viver no Porto, de que é um bom exemplo Luís Beleza de Andrade, não sendo possível distingui-los por falta de informação da própria fonte.

No que ao vinho diz respeito foram contabilizados 92 exportadores, no segmento da aguardente foram referenciados 15, no do ferro apenas um e no do sal 35, sendo este o segundo maior número de exportadores intervenientes. É de assinalar a existência de três firmas exportadoras, ainda que de dimensão reduzida.

Infere-se ainda, a partir do mesmo quadro, os totais das exportações em relação a cada um dos produtos. Assim, conclui-se que os portugueses exportaram acima de tudo vinho, 40 759,40 pipas, destacando-se também o sal, 388 545 rasas, pelo seu peso no comércio externo. As restantes mercadorias deram um contributo menos significativo para as quotas de exportação dos mercadores portugueses. É o caso da aguardente (392,55 pipas) e do ferro (147 quintais).

Importa agora perceber, no que concerne à exportação dos mercadores portugueses, quais os destinos que foram objeto dos seus interesses comerciais e quais as quantidades que exportaram para cada um deles, ao longo do período em estudo. Para o efeito passa a apresentar-se o quadro nº 15.

Quadro nº 15 – Destinos da exportação dos mercadores portugueses (1756-1772)

Destino	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Ferro (quintais)	Sal (rasas)
Angola	60			
Baía	32	2		
Brasil	60,5	183,72	147	35 819
“Embarcou”	1 723,38	71		12 500
Grão Pará e Maranhão		40		
Guernsey	27			
Irlanda	10			
Norte	33 161,37	22,83		230 344
Norte e Brasil	5 626,41	64		
“Para fora do reino”	7,24			
Pernambuco	7,5	9		
Rio de Janeiro	44			109 882
Total	40 759,40	392,55	147	388 545

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pela análise do quadro acima, pode perceber-se que os portugueses exportaram para três continentes; África, América e Europa. Para o continente africano, exportaram para Angola, para o americano, para o Brasil e para o europeu, para o “Norte”, para a ilha britânica de Guernsey e para a Irlanda. É de de salientar também que exportaram para destinos não identificados, designados por “embarcou” e “para fora do reino”.

Os produtos pelos quais se interessaram nos negócios de exportação foi o vinho, a aguardente, o ferro e o sal. Para o “Norte” enviaram um total de 33 161,37 pipas, sendo este o maior mercado de colocação do vinho saído pela barra do Douro. Para o “Norte e Brasil” enviaram 5 626,41 pipas, que representa o segundo maior mercado de exportação e para o destino não identificado, designado por “embarcou” 1 723,38 pipas, tendo ido ainda um valor mínimo de 7,24 pipas “para fora do reino”. Quantidades menos expressivas rumaram ao Brasil, considerado genericamente, para onde foram 60,5, o mesmo acontecendo com Angola com um total de 60 pipas, o Rio de Janeiro que recebeu 44 e a Baía 32 pipas. Valores residuais foram enviados para a ilha inglesa de Guernsey; 27 pipas, para a Irlanda 10 e para Pernambuco 7,5. Assim, o total de vinho exportado pelos portugueses foi de 40 759,40 pipas.

A aguardente exportada pelos mercadores nacionais teve como destinos o Brasil, para onde foram 183,72 pipas, sendo este o que recebeu maior volume de exportação.

Para local não identificado, designado por “embarcou” foram 71 pipas, para o “Norte e Brasil” foram enviadas 64 e para o Grão Pará e Maranhão foram 40. Para o norte da Europa expediram-se apenas 22,83 e para Pernambuco e Baía fexportaram-se, respetivamente, nove e duas. Daqui resulta que o Brasil foi o principal mercado externo para a colocação da aguardente portuguesa.

Os portugueses exportaram ferro para um único destino que foi o Brasil, no valor de 147 quintais.

No que ao sal diz respeito, os mercadores nacionais exportaram 388 545 rasas de sal. Para o “Norte” foram enviadas 230 344 rasas, para o Rio de Janeiro 109 882 rasas e para o Brasil genericamente designado 35 819 rasas. Para destino não especificado, referido como “embarcou” foram exportadas 12 500. Daqui se conclui que o mercado preferencial de exportação para o sal português foi o norte da Europa, sendo este destino seguido do Brasil.

2.4.2 Exportadores e firmas britânicas

Para além dos portugueses, também os britânicos exportaram produtos manifestados ao subsídio militar. As mercadorias do seu interesse, bem como as respetivas quantidades podem ser analisadas através do quadro nº 16.

Quadro nº 16 – Exportadores e firmas britânicas de produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Sal (rasas)
Adam Standert	689,63		
Adam Standert e C ^a	2804,46	30	
Alexandre Robertson	708,99		
Alexandre Robertson e C ^a	201,73		
Alexandre Robertson Henley	7,83		
Arturio Holdsvarte			6152
Arturio Holdsvarte e C ^a			6565
Carlos Etty	5386,46		
Carlos Etty e C ^a	10667,70		
Carlos Page	1605,46		
Carlos Page e C ^a	214,75		
Cristóvão Croft	97,73		
Diogo Archibald	1185,46		
Diogo Archibald e C ^a	1097,15		

Diogo Bell	638,73		
Diogo Bell e C ^a	625,24	24	
Diogo Bouman	1876,21		
Diogo Bouman e C ^a	2145,46		
Diogo Bouman e Francklin	877,5		
Diogo Brett e C ^a	394		
Diogo Brett e Pearce	782,5		
Diogo Brett e Pearce e C ^a	685,75		
Diogo Stuart	1571,99		
Diogo Stuart e C ^a	3558,09	50,24	
Diogo Tulk	2823,46		
Diogo Wood	2629,59		5014
Diogo Wood e C ^a	236,24		
Duarte Lambert e C ^a	1016,24		
Duarte Mcann	4		
Duarte Molloy	32,5		
Duarte Woodmas		12	
Francisco Bearsley	6059,76	6	
Francisco Bearsley e C ^a	3512,32		
Francisco Young	1051,94		
Francisco Young e C ^a	328		
Fryer Helmes	302,73		
Guilherme Bearsley	1814,78	16	
Guilherme Bearsley e C ^a	131,24		
Guilherme Jewson	10,5		
Guilherme Jewson e C ^a	82		
Guilherme Pawson e C ^a	1029,75	4	
Guilherme Routh	478,39		
Guilherme Warre	7031,49		
Guilherme Warre e C ^a	4773,92		
Guilherme Wharthon	254,5		
Henrique Berne	2766,65		
Henrique Berne e C ^a	131,88		
Henrique Haugton	767,24		
Henrique Haugton e C ^a	792,73		
Hiques Vells	742,93		
Hiques Vells e C ^a	836,23		
João Caulet e C ^a	1077,74		
João Claes	4234,29		1342
João Claes e C ^a	3575,83		
João Colling	295,99		
João Colling e C ^a	33,24		
João Farmer	187		
João Farmer e C ^a	116,93		
João Fryer	263,24		

João Fryer e C ^a	130,49		
João Hesketh e C ^a	448		
João Jewson	52		
João Marshall	192		
João Nevill	2033,52		
João Olivell	1209,72		18322
João Page	171,88		
João Page e C ^a	655,98		
João Perry	1426,63		
João Perry e C ^a	2715,44		
João Roo	215,24		
João Samson	2511,24		
João Searle e C ^a	1077,49		
João Suarbreck	2328,34	6	
João Suarbreck e C ^a	2003,24		
João Vade e C ^a	133		
João Witte	9,44		
João Witte e C ^a	238,51		
Jorge Allen	385,26		
Jorge Wye	161,02		
Jorge Wye e C ^a	2182,68		
Matheus Testas	3431,96		
Matheus Testas e C ^a	356		
Oliveira Beckett	13037,83		
Page Campion e C ^a	690,23		
Paulo White	10		
Ricardo Plunkett	712,5		
Ricardo Thompson	6149,73		
Ricardo Thompson e C ^a	637,98		
Ricardo Tidswel	1644,17		
Ricardo Tidswel e C ^a	3004,97		
Roberto Archibald	19		
Roberto Porret e C ^a	1824,12		
Samuel Weaver	142,5		
Simão Nutte	1051,98	32	
Simão Nutte e C ^a	159		
Thomas Croft	5185,35		
Thomas Croft e C ^a	920,24	30	
Thomas Dawson	560		
Thomas Dawson e C ^a	226,73		
Thomas Delaney	252,59		
Thomas Evans	186,54		
Thomas Lambert	3318,99		
Thomas Lambert e C ^a	951,63		
Thomas Staford	671,38		3714

Thomas Stafor e C ^a	1271,56		5260
Thomas Turner	259,39		
Thomas Wilkinson	554,98	3	
Thomas Wilkinson e C ^a	382,49	2	
Townsend Wettenhall	3499,80	1	
Townsend Wettenhall e C ^a	158,83		
Total	158 801,71	216,24	46 369

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Através da análise do quadro nº 16 é possível identificar os mercadores e firmas britânicas que exportaram produtos manifestados ao subsídio militar e, adicionalmente, assinalá-los bem como as quantidades que transacionaram no mercado externo. Assim, o total de britânicos envolvidos é de 110, de entre os quais se podem identificar, claramente, 47 firmas, o que contrasta vivamente com o número de sociedades constituídas pelos exportadores nacionais, que eram apenas três.

A composição das suas exportações concentrou-se em três produtos: o vinho, a aguardente e o sal. A grande maioria dedicou-se à transação de vinhos, no que se envolveram 107 mercadores, ou seja, apenas três comerciantes não exportaram este produto. Fizeram sair da cidade 158 801,71 pipas de vinho. Em relação à aguardente apenas 13 mercadores se envolveram neste segmento de mercado e exportaram no total 216,24 pipas. No que toca à exportação de sal, identificámos sete mercadores envolvidos neste tráfego, que exportaram 46 369 rasas de sal.

Importa agora perceber quais foram os destinos para os quais os exportadores britânicos enviaram os produtos do seu interesse comercial, bem como as quantidades envolvidas, cuja análise poderá ser feita através do quadro nº 17.

Quadro nº 17 – Destinos da exportação dos mercadores britânicos (1756-1772)

Destino	Vinho (pipas)	Aguardente (pipas)	Sal (rasas)
Angola	50		
“Embarcou”	819,41	3	
Norte	155597,05	153,24	46369
Norte e Brasil	655,23	30	
“Para fora do reino”	1680,02	30	
Total	158 801,71	216,24	46 369

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Apesar de o comércio com o Brasil estar vedado a estrangeiros, convém assinalar que estes aparecem nos registos do subsídio militar a enviar mercadorias para o “Norte e Brasil”. Apresenta-se a título de exemplo o caso da firma britânica Thomas Lambert & C^a que exportou em 1756 para aquele destino 490,5 pipas de vinho³⁰⁸, ainda que não seja possível identificar o que foi expedido individualmente.

Na geografia do comércio externo dos britânicos foi assinalado o “Norte”, “Norte e Brasil”, destinos não especificados, designados por “embarcou” e por “para fora do Reino” e Angola, como os mercados que elegeram para as suas transações.

Para o “Norte” exportaram 155 597,05 pipas de vinho, um valor que confere a liderança a este mercado, para destinos não especificados enviaram 2 499,43 pipas, para o “Norte e Brasil” 655,23 pipas, resultando num total exportado pelos britânicos de 158 801,71 pipas.

A aguardente também foi exportada pelos britânicos, que a expediram para o “Norte” (153,24 pipas) e para destinos não especificados, designados por “para fora do Reino, (30 pipas) e “embarcou” (3 pipas), somando o total exportado de aguardente 216,24 pipas.

Também transacionaram sal, ainda que num único destino; o “Norte”, para onde expediram 46 369 rasas de sal.

Cabe agora analisar o papel desenvolvido pelas restantes nacionalidades no movimento das exportações, a partir da cidade do Porto.

2.4.3 Exportadores e firmas de outras nacionalidades

Outra das nacionalidades que compunha o contingente de exportadores estrangeiros era a dos holandeses. O número de mercadores desta nacionalidade, que ancoraram os seus esforços no sector exportador, é muito reduzido.

Os dados apurados em relação ao seu envolvimento no comércio externo pode perceber-se através do quadro nº 18, que apresenta o nome dos comerciantes, bem como os produtos do seu interesse e as respetivas quantidades.

³⁰⁸ AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, liv. 38, fl. 54.

Quadro nº 18 – Exportadores holandeses de produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Sal (rasas)
Daniel Bull	94,85	7186
Daniel Bull e C ^a	239,06	
Henrique Diogo Bull	7,78	
Total	341,70	7186

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Ressuma do quadro que dois exportadores holandeses possuem o mesmo apelido, donde se inferem laços de parentesco. Os dois exportaram em nome individual, sendo que um deles, Daniel Bull, exportou também em sociedade. O horizonte dos seus interesses reporta-se ao vinho e ao sal. No setor deste último produto, apenas um mercador, Daniel Bull, esteve envolvido, tendo exportado um total de 7 186 rasas.

O vinho foi transacionado por todos os exportadores holandeses, que comercializaram 341,70 pipas, o que configura uma pequena fatia do mercado exportador de produtos vínicos. Pode então concluir-se que os mercadores desta nacionalidade tinham um peso muito pequeno no que concerne ao comércio dos vinhos e do sal.

Importa agora tomar em consideração os destinos eleitos para a realização do comércio externo desenvolvido pelos mercadores holandeses, o que pode ser analisado através do quadro nº 19.

Quadro nº 19 – Destinos de exportação dos mercadores holandeses (1756-1772)

Destino	Vinho (pipas)	Sal (rasas)
Norte	314,01	7186
“Embarcou”	27,68	
Total	341,70	7186

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Os interesses económicos dos mercadores holandeses dividiram-se, no que à exportação diz respeito, entre dois produtos, o vinho e o sal e entre o destino designado por “Norte” e o não identificado, referido como “embarcou”. O vinho foi enviado para ambos, num total de 341,7 pipas, sendo que o “Norte” foi, para esta nacionalidade, o

principal mercado de exportação, onde foram colocadas 314,01 pipas. O sal foi exportado para um único destino, o “Norte” para onde exportaram 7 186 rasas de sal.

Outra nacionalidade de mercadores envolvida na exportação foi a francesa, cuja intervenção pode ser analisada através do quadro nº 20.

Quadro nº 20 – Exportadores e firmas francesas de produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Sal (rasas)
Domingos Browne	531	
Domingos Browne e C ^a	203	
João Mounier	21	
José Carré e C ^a	279,73	
Manuel Clamouse		5410
Total	1034,73	5410

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Constata-se que três mercadores franceses exportaram produtos manifestados ao subsídio militar em nome individual, e dois sob a forma de sociedade, sendo que um destes o fez também individualmente. O universo dos seus interesses comerciais reportou-se a apenas dois produtos: o vinho e o sal. O primeiro destes foi exportado por quatro manifestantes, num total de 1 034,73 pipas. No que toca ao sal, apenas um mercador o exportou, no valor de 5 410 rasas.

Os exportadores franceses enviaram produtos para um destino apenas, o “Norte”.

O esforço de exportação dos hamburgueses pode ser acompanhado através do quadro nº 21.

Quadro nº 21 – Exportadores hamburgueses de produtos manifestados ao subsídio militar (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)	Sal (rasas)
André Henrique Severim	169,5	
Cornelio Jacob Kruger e C ^a		19157
Henrique Soltau e C ^a		9150
Jorge Severim		4082
Nicolau Köpke	3021,22	
Nicolau Köpke e C ^a	3019,73	1574
Total	6210,45	33963

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pode concluir-se que se envolveram na exportação três mercadores hamburgueses, em nome individual e o mesmo número em sociedade. Os produtos que exportaram foram o vinho e o sal, de que transacionaram respetivamente 6 210,45 pipas e 33 963 rasas. Em relação ao primeiro destes, foram identificados três exportadores, sendo que um deles, Nicolau Köpke, exportou simultaneamente em nome individual e em nome de companhia ou sociedade. No que toca ao sal, foram identificados quatro exportadores, sendo que três deles o fizeram sob a forma de sociedade e apenas um, Jorge Severim, o fez em nome individual, tendo exportado a segunda maior quantidade, 4 082 rasas.

Cumpra agora perceber os destinos da intervenção dos mercadores hamburgueses no mercado exportador, pelo que se apresenta o quadro nº 22.

Quadro nº 22 – Destinos de exportação dos mercadores hamburgueses (1756-1772)

Destino	Vinho (pipas)	Sal (rasas)
Angola	556,15	
Norte	5652,30	33963
Rio de Janeiro	2	
Total	6210,45	33963

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Ressalta de imediato um pormenor a merecer reparo e que tem a ver com o facto de estes comerciantes, sendo estrangeiros a quem estava vedado o comércio com o Brasil, enviarem vinho para o Rio de Janeiro, ainda que em pequena quantidade. Esta circunstância prende-se com a dupla nacionalidade dos Köpke que usavam ora uma ora outra, de acordo com o interesse do momento e com os benefícios que daí pudessem retirar.

Os produtos que interessavam comercialmente os comerciantes hamburgueses era o vinho e o sal, sendo que exportaram do primeiro destes produtos, 6 210,45 pipas e do segundo 33 963 rasas. As zonas do seu interesse comercial foram Angola, o “Norte” e o Rio de Janeiro, sendo que o maior volume de vinho foi enviado para o “Norte”, num total de 5 652,30 pipas. Quanto ao sal, este foi exportado apenas para o “Norte”, para onde foram 33 963 rasas.

No que aos comerciantes de nacionalidade não identificada diz respeito, a sua atividade exportadora pode ser analisada através do quadro nº 23.

Quadro nº 23 – Exportadores de nacionalidade não identificada (1756-1772)

Nome	Vinho (pipas)
Guilherme Laurie	48
Henrique Servad	988,24
Total	1036,24

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Os comerciantes de nacionalidade não identificada que exportaram mercadorias foram apenas dois, tendo comercializado um único produto, o vinho, num total de 1 036,24 pipas. A geografia das suas exportações pode ser analisada através do quadro nº 24.

Quadro nº 24 – Destinos de exportação dos mercadores não identificados (1756-1772)

Destino	Vinho (pipas)
Norte	988,24
Norte e Brasil	48
Total	1036,24

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Os destinos da exportação dos mercadores de nacionalidade não identificada eram dois, o “Norte” e o “Norte e Brasil”, sendo que o primeiro destes foi o que recebeu maior quantidade de vinho, 988,24 pipas. Em contrapartida, para o segundo, foi enviado um valor residual que se resumiu a 48 pipas.

Por tudo o que fica dito pode então concluir-se que os mercadores de outras nacionalidades a operar na cidade do Porto exportaram vinho e o sal foi colocado no mercado externo pelos holandeses, franceses e hamburgueses.

Em relação ao primeiro daqueles produtos, a nacionalidade que mais exportou foram os hamburgueses, para o “Norte”, para onde enviaram 5 652,30 pipas, tendo exportado também 556,15 para Angola. Seguiu-se a nacionalidade não identificada, cujos mercadores exportaram 1 036,24 pipas, situando-se os franceses muito perto, com um valor de 1 034,73 pipas, cujo destino, em ambos os casos, foi o “Norte”. Os holandeses enviaram 314,01 pipas de vinho para o mesmo destino e 27,68 para local não especificado, dada a designação utilizada de “embarcou”.

Pode também constatar-se, por tudo o que fica exposto, que o número de mercadores portugueses que manifestaram mercadorias ao subsídio militar é bastante mais elevado do que o número de mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, atuantes na praça do Porto, no mesmo período. Apesar de os portugueses, em termos de número de efetivos, levarem a melhor aos ingleses, bem como às restantes nacionalidades, o mesmo já não aconteceu na proporção do volume dos negócios realizados, uma vez que a fatia de mercado detida pela comunidade mercantil britânica foi bastante superior à que os portugueses controlaram, particularmente no caso da exportação dos vinhos. Neste setor, os manifestantes portugueses exportaram 40 759,40 pipas enquanto os britânicos exportaram 158 801,71, havendo por conseguinte uma diferença enorme de cerca de quatro vezes mais, sobretudo se tivermos em conta que o comércio com o Brasil lhes estava vedado.

Conclui-se, por conseguinte, que os portugueses deixaram escapar para as mãos dos britânicos não só cabedais mas também oportunidades de negócio, pelo que os mercadores nacionais não foram mais do que pequenos e médios exportadores, sendo que, muitos deles, se limitaram simplesmente a sobreviver no mercado interno, pese embora todo o esforço desenvolvido por Pombal para fortalecer a burguesia nacional, e dotá-la das competências para enfrentar a concorrência dos mercadores estrangeiros no mercado doméstico, bem como a competição internacional em condições de competitividade, por forma a criar oportunidades de exportação relevantes.

2.5 A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro tributada pelo subsídio militar

Tomando em consideração toda a informação compulsada, através da recolha sistemática dos dados relativos à Companhia, nos livros de registo do subsídio militar, concluiu-se que esta Instituição esteve sujeita a derrama tal como os outros agentes económicos a operar na praça do Porto.

Os produtos vínicos que manifestou ao subsídio militar foram o vinho de diversos tipos e a aguardente, nomeadamente vinho de feitoria, um produto de primeira qualidade, destinado sobretudo à exportação; vinho de ramo, um vinho de consumo corrente, vendido nas tavernas da cidade do Porto sob a tutela da Companhia e em três léguas em redor, depois alargado para quatro; vinho não especificado, uma vez que no ano de 1757 o escrivão não descriminou o tipo; e, ainda, vinho verde.

O quadro nº 25 permite perspetivar os produtos manifestados por anos, com vista a analisar a evolução da atividade económica da Instituição, uma vez que é apresentado o fluxo anual das entradas na cidade do Porto, sob a sua responsabilidade.

Quadro nº 25 - Produtos vínicos, em pipas, manifestados pela Companhia ao subsídio militar (1756-1772)

Ano	Vinho de feitoria	Vinho de ramo	Vinho	Vinho Verde
1756	2902,5	810		
1757			16023,5	
1758	5471,74	25034		92
1759	9394,39	12083		49
1764	12959	8953,5		
1765	10437,99	10147,5		
1766	10818,5	12857		
1767	11264,74	8521,5		
1768	1614,5	12443,84		
1769	6740,24	11907		
1770	9936,38	12873,6		
1771	8939	13405,25		
1772	17267	15315,2		
Total	107745,98	144351,39	16023,5	141

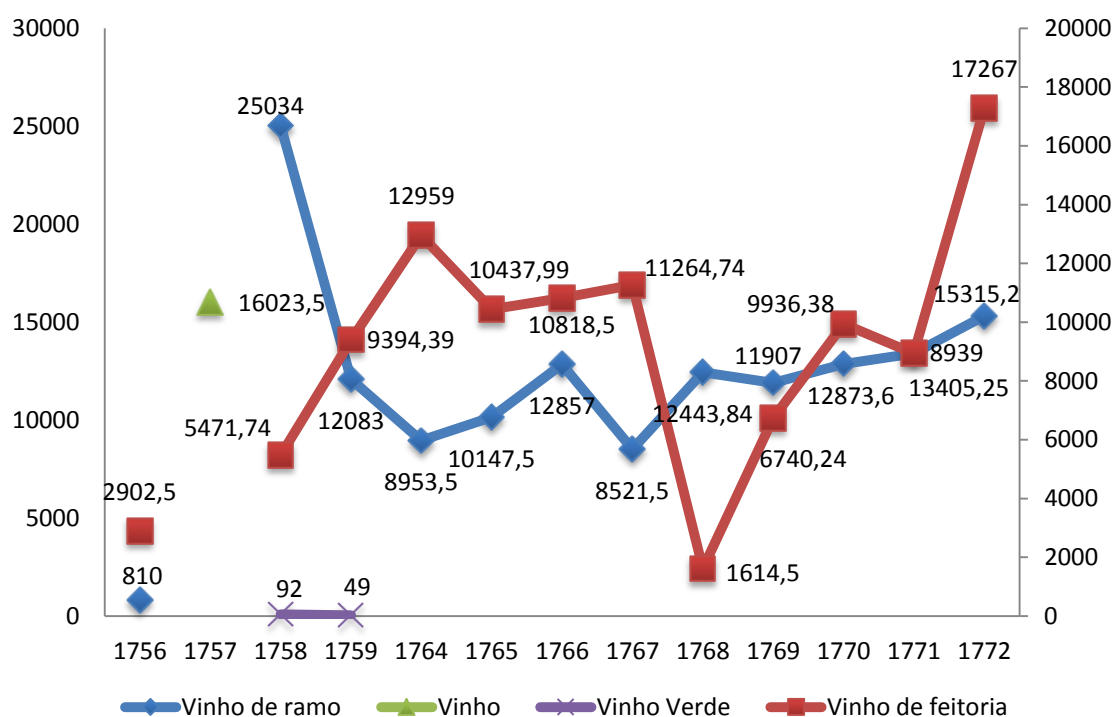
Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

No que concerne à atividade da Companhia, constata-se que comercializou mais vinho de ramo do que vinho de feitoria, ou seja, fez entrar na cidade maior quota de vinho de consumo corrente, e menor de vinho de primeira qualidade. Tal facto justifica-se pelo monopólio de venda de vinho de ramo nas tavernas da cidade do Porto e em três léguas em redor, perímetro alargado depois para quatro, enquanto o vinho de feitoria ou de embarque se destinava acima de tudo ao mercado de exportação. Assim, entre 1756 e 1772 deram entrada na cidade 144 351,39 pipas de vinho de ramo, contra 107 745, 98 de vinho de feitoria. É de assinalar que no ano de 1757 não houve qualquer registo destes dois tipos, mas em contrapartida foram manifestadas 16 023,5 pipas de vinho não especificado, o que teve um carácter episódico, pois não voltou a ocorrer.

Em 1772 foi o ano em que o fluxo foi mais elevado em ambos os tipos, ainda assim o maior volume reporta-se ao vinho de feitoria, uma vez que foram manifestadas 17 267 pipas, enquanto o de ramo se quedou por 15 315,2. O vinho verde foi comercializado ocasionalmente, e em quantidades pouco significativas.

Importa agora perceber a evolução da quantidade de pipas de vinho que entraram na cidade por intermédio da Companhia entre 1756 e 1772.

Gráfico nº 17 – Evolução da quantidade de pipas de vinho manifestada pela Companhia (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

O gráfico nº 17 espelha os vários tipos de vinho, bem como as respetivas quantidades que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fez entrar na cidade do Porto e, por isso, manifestou; parte dele era destinada ao consumo interno e outra parte era encaminhada para exportação.

Para o caso do vinho de ramo, verifica-se que a tendência geral é de crescimento ligeiro. Exceção feita para a transição do ano 1758 para 1759 em que a quantidade daquele passou de 25 034 pipas para 12 083, ou seja, assinala-se uma descida abrupta. Quanto ao vinho de feitoria, a tendência foi também, no geral, de crescimento ligeiro, ainda que no ano de 1768 tenha havido uma queda drástica das 11 264,74 pipas para apenas 1 614,5. No que diz respeito ao vinho verde, apenas se verificou a entrada deste nos anos de 1758 e 1759 com quantidades residuais de 92 e 49 pipas, respetivamente.

É de assinalar que no ano da criação da Companhia, as pipas de vinho e aguardente que os acionistas da Companhia manifestaram para fundo da mesma foram incluídas em uma só conta. Os seus nomes bem como as quantidades manifestadas constam do quadro nº 26.

Quadro nº 26 – Vinho e aguardente que manifestaram os acionistas para fundo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no ano de 1756

Acionistas	Vinho/pipas	Aguardente/pipas
Maria Francisca Pereira de Melo	291,5	
José Vicente de Andrade Beleza	1 364,5	2
Alexandre Luís Balsemão	143	
José Pinto da Cunha	145,5	
Maria Engrácia de Sousa	455	1
João Pacheco Pereira debaixo do mesmo título de Ana Maria Vicência	284	
Doutor José António de Sousa e Faria	76	
Pedro Cabral Gusmão	45	
Leonardo Correia	5	
Dom António do Rosário Gouveia	49	
José Correia de Santa Comba	44	
Total	2 902,5	3

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, liv. 38.

Conclui-se que a quantidade de vinho manifestada pelos acionistas, onze no caso vertente, para fundo da Companhia, foi de 2 902,5 pipas. Desta lista constam duas mulheres, um “doutor”, e um fidalgo referido com o título de “Dom”.

Os que entraram com maior número de pipas para fundo da Companhia foram: José Vicente de Andrade Beleza, pai de Luís Beleza de Andrade, o primeiro provedor, com 1 364,5 pipas; Maria Engrácia de Sousa que entrou com 455 pipas; Maria Francisca Pereira de Melo com 291,5; João Pacheco Pereira com 284; José Pinto da Cunha com 145,5; Alexandre Luís Balsemão com 143; sendo que os restantes entregaram à Companhia quantidades inferiores a 100 pipas de vinho. No que à aguardente diz respeito, apenas foram registadas três pipas, sendo duas de José Vicente de Andrade Beleza e uma de Maria Engrácia de Sousa.

É de salientar também que no ano de 1772 a Companhia procedeu ao confisco de vinhos a diversos manifestantes, em consequência da devassa ocorrida no Douro, sendo que as pipas confiscadas foram transportadas para o Porto, manifestadas por aquela Instituição e lançados no seu título do vinho de embarque. Estes casos terão sido registados *a posteriori*, uma vez que não seguem uma cronologia sequencial, nem uma paginação ordenada. Optámos por apresentar esses dados no quadro nº 27, tendo organizado os manifestantes por ordem alfabética. Assim, apresenta-se a data do manifesto, com indicação de dia e mês, o nome do manifestante a quem foi confiscado o vinho, o número de pipas sujeitas a confisco e o nome dos arrais que transportaram os vinhos para o Porto, a partir do Douro.

Quadro nº 27 – Vinho confiscado pela Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro no ano de 1772

Data	Manifestante	Pipas	Arrais
02-Abr	António Coelho	8	Domingos Guedes Luís de Porto Manso
09-Abr	António Cordeiro	5	José Loureiro da Fonseca de Resende
10-Mar	António Correia, frei	46	não consta
14-Mar	António Correia, frei	88	António Guedes Luís de Barqueiros
06-Abr	António Correia, frei	31	Bernardo Monteiro
06-Abr	António de Matos	6	José Pereira Cortes
18-Mar	António Geraldo	40	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
02-Abr	António Leite	10	Domingos Guedes Luís de Porto Manso
9-Mar	António Monteiro	21	João Tavares da Pala
04-Fev	António Perfeito, assistente	43	António Rodrigues Caluga, José Rodrigues Coelho de Barqueiros
07-Abr	António Perfeito, assistente	38	Manuel Pinto Capitão
13-Abr	António Pinto	13	Manuel Monteiro Pereira de Barqueiros
09-Abr	António Rabelo, padre	4	João Monteiro Rabelo de Barqueiros
7-Mar	António Teixeira	9	António Monteiro de Frende

9-Mar	António Teixeira	10	Dâmaso da Silva da Pala
10-Mar	Bernardo José	28	José Pinto Macho de Barqueiros
06-Abr	Caetano de Madeira	5	José Pereira Cortes
13-Abr	Diogo de Moura	20	não consta
7-Mar	Diogo Ferreira	27	não consta
13-Abr	Diogo José Ferreira	2	Manuel Monteiro Pereira de Barqueiros
09-Abr	Domingos Pereira	57	João Monteiro Rabelo de Barqueiros
10-Mar	Francisco Borges	41	não consta
07-Abr	Francisco José do Vale	14	José Rodrigues Coelho de Barqueiros, Manuel Pinto Capitão
07-Abr	Francisco Martins Cordeiro	31	Caetano Carvalho de Frende
9-Mar	Francisco Pinto da Silva	10	José António Tavares da Pala
9-Mar	Francisco Pinto da Silva	5	João Tavares da Pala
15-Abr	Henrique José	11	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
7-Mar	Henrique Taveira	2	António Monteiro de Frende
9-Mar	Henrique Taveira	27	Dâmaso da Silva da Pala
06-Abr	Inácio José de Figueiredo, capitão-mor	120	António Pinto da Fonseca de Barqueiros, António Pinto de Araújo de Barqueiros
06-Abr	Jacinta do Amaral	1	José Pereira Cortes
7-Mar	Jerónimo de Sousa	5	não consta
9-Mar	Jerónimo de Sousa, padre	6	Dâmaso da Silva da Pala
15-Abr	João Alves	10	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
07-Abr	João Carvalho	39	Caetano Carvalho
9-Mar	João Correia da Silva Castelo Branco	72	Manuel Pinto Monteiro de Barqueiros
14-Mar	João de Azevedo	11	António Guedes Luís de Barqueiros
09-Abr	João de Azevedo	33	João Monteiro Rabelo de Barqueiros, José Loureiro da Fonseca de Resende
15-Abr	João de Azevedo	8	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
06-Abr	João de Carvalho, padre	24	José Pinto Macho de Barqueiros
24-Fev	João de Queirós, assistente	10	António Rodrigues Caluga
10-Mar	João de Queirós, assistente	25	José Loureiro da Fonseca de Resende
07-Abr	João Feliz de Queirós	38	José Rodrigues Coelho de Barqueiros
09-Abr	João Feliz de Queirós	20	José Loureiro da Fonseca de Resende
06-Abr	João José Gouveia	6	António Pinto da Fonseca de Barqueiros
06-Abr	João Marques	10	Manuel Pinto Monteiro de Barqueiros
06-Abr	João Marques	10	Manuel Pinto Monteiro de Barqueiros
15-Abr	João Rodrigues de Miranda	6	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
06-Abr	Joaquina Leocádia	21	José Pinto Macho de Barqueiros
6-Mar	José António, dr.	55	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
15-Abr	José Carvalho, dr.	5	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
06-Abr	José da Silva Chaves	22	António Pinto da Fonseca de Barqueiros, António Pinto Castanheda
13-Abr	José da Silva Chaves	10	Manuel Monteiro Pereira de Barqueiros
22-Abr	José da Silva Chaves	22	José Pinto de Porto de Rei

25-Abr	José da Silva Chaves	22	Manuel Pinto Capitão de Barqueiros
06-Abr	José de Freitas	30	Manuel Pinto Monteiro
06-Abr	José de Freitas	30	Manuel Pinto Monteiro
22-Abr	José Ferreira	7	José Pinto de Porto de Rei
07-Mai	José Guedes Dinis Bonito	36	José Loureiro de Resende
7-Mar	José Inácio, padre	26	António Monteiro de Frende
10-Mar	José Inácio, padre	36	Caetano Carvalho de Frende, António de Oliveira Dias de Barqueiros
14-Mar	José Inácio, padre	75	Cristóvão Pinto de Porto de Rei
06-Abr	José Joaquim de Sequeira	3	José Pinto Macho de Barqueiros
15-Abr	José Joaquim, dr.	19	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
07-Mai	José Manuel	27	José Loureiro de Resende
24-Fev	José Maria, assistente, capitão-mor	63	António Guedes Luís de Barqueiros
9-Mar	José Monteiro Rabelo	27	José António Tavares da Pala
02-Abr	José Monteiro Rabelo	22	Domingos Guedes Luís de Porto Manso
9-Mar	José Monteiro Teixeira	14	João Tavares da Pala
9-Mar	José Pereira	6	Dâmaso da Silva da Pala
06-Abr	José Pereira	7	José Pereira Cortes
9-Mar	José Pereira	6	Dâmaso da Silva da Pala
06-Abr	José Pereira	7	José Pereira Cortes
02-Abr	José Rodrigues Braga	6	Domingos Guedes Luís de Porto Manso
9-Mar	Josefa Teresa	12	José António Tavares da Pala
9-Mar	Luís Beleza de Andrade	70	não consta
10-Mar	Luís Beleza de Andrade	26	José Pinto Macho de Barqueiros
06-Abr	Luís Botelho	25	Manuel Pinto Monteiro de Barqueiros
25-Abr	Luís de Araújo	5	Manuel Pinto Capitão de Barqueiros
15-Abr	Luís Fernandes	8	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
06-Abr	Luís José	26	José Pinto Macho de Barqueiros
9-Mar	Luís Manuel	29	João Tavares da Pala
24-Fev	Luís Pinto de Azevedo	75	António Pinto Macho
9-Mar	Luís Pinto de Azevedo	18	José António Tavares da Pala
06-Abr	Luís Rodrigues	3	José Pereira Cortes
06-Abr	Manuel Alves	15	José Pereira Cortes
06-Abr	Manuel António Rendeiro	87	António Rodrigues Caluga, José Pereira Cortes
7-Mar	Manuel da Conceição, padre	24	Domingos Guedes Luís de Barqueiros
7-Mar	Manuel da Silva	29	Domingos Guedes Luís de Barqueiros
7-Mar	Manuel de Almeida	1	António Monteiro de Frende
9-Mar	Manuel de Almeida	11	Dâmaso da Silva da Pala
18-Mar	Manuel de Araújo	12	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
9-Mar	Manuel de Miranda	1	José António Tavares da Pala
06-Abr	Manuel de Sequeira	32	Bernardo Monteiro da Pala
07-Abr	Manuel de Sequeira	25	Manuel Pinto Capitão

11-Abr	Manuel de Sequeira	62	não consta
13-Abr	Manuel de Sequeira	3	não consta
22-Abr	Manuel de Sequeira	29	José Pinto do Porto
25-Abr	Manuel de Sequeira	4	Manuel Pinto Capitão de Barqueiros
07-Abr	Manuel de Sousa Coutinho	21	José Rodrigues Coelho de Barqueiros
22-Abr	Manuel de Sousa Coutinho	6	José Pinto de Porto de Rei
25-Abr	Manuel de Sousa Coutinho	6	Manuel Pinto Capitão
06-Abr	Manuel Dias	5	José Pereira Cortes
7-Mar	Manuel Gomes	16	Domingos Guedes Luís de Barqueiros
02-Abr	Manuel Gomes	17	Domingos Guedes Luís de Barqueiros
07-Mai	Manuel Mourão, padre	7	José Loureiro de Resende
18-Mar	Manuel Pereira Fernandes	12	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
09-Abr	Manuel Teixeira, padre	14	José Loureiro da Fonseca de Resende
06-Abr	Maria Jacinta do Amaral	7	Manuel Pinto Monteiro de Barqueiros
18-Mar	Pedro José de Carvalho	4	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
18-Mar	Pedro José de Carvalho	4	António Monteiro Teixeira de Barqueiros
16-Mar	Rodrigo de Almeida, assistente	5	Manuel Monteiro Pereira de Barqueiros
24-Fev	Rodrigo José de Sequeira, Reverendo assistente	86	José Rodrigues Coelho, António Rodrigues Caluga, António Guedes Luís de Barqueiros
13-Abr	Sebastião Leme	17	Manuel Monteiro Pereira de Barqueiros
06-Abr	Silvestre da Fonseca	3	António Pinto Castanheda
06-Abr	Silvestre dos Santos	11	José Pereira Cortes
06-Abr	Simão Pereira Leitão	61	António Pinto Castanheda
	Total	2 644	

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, liv. 50.

Pode concluir-se que a Companhia confiscou e passou para a sua alçada como vinho de embarque, ou seja, como vinho de primeira qualidade – embora não saibamos se o era realmente uma vez que o escrivão do subsídio militar fez o registo sob a designação genérica de “vinho”, não especificando a sua tipologia – 2 644 pipas, no ano de 1772. O número dos manifestantes vítimas de confisco foi de 117. Pensamos que a maioria destes eram lavradores, ou proprietários de quintas no Douro, como Luís Beleza de Andrade, que enviavam, a partir daquela região, os vinhos da sua lavra para a cidade do Porto, uma vez que não há indicação de morada, o que habitualmente ocorre quando se trata de mercadores a operar na praça.

Assinala-se que neste quadro é referenciado por seis vezes o termo “assistente” que, em nosso entender, é sinónimo de mercador. Estribamos esta opinião no facto de Luís Pinto de Azevedo, em cujo manifesto aparece a designação “assistente na Rua dos Mercadores”, ser um homem de negócio da praça do Porto e muitas vezes requisitado

como fiador, nomeadamente por José Vicente de Andrade Beleza, morador na Rua Chã, que manifestou 34 pipas de vinho a 8 de maio de 1759³⁰⁹. Por outro lado, Luís Pinto de Azevedo manifestou 139 quintais, uma arroba e dez arráteis de bacalhau, vindos no navio *Endeavor*, consignados a Carlos Etty e a Thomas Staford, em 5 de dezembro de 1766³¹⁰. No ano seguinte fez vários manifestos de bacalhau e sal, o que nos leva a concluir que o termo “assistente na Rua dos Mercadores” seria onde assistia, ou seja, onde mantinha a sua casa comercial.

O quadro apresenta também algumas referências a localidades do Douro, tal como Sanhoane, Enxodreiro e Zambulhal³¹¹, o que permite corroborar a ideia de que o confisco dos vinhos por parte da Companhia, em consequência da grande devassa iniciada em Janeiro de 1772 contra a introdução de vinhos de ramo na região demarcada de vinhos de feitoria e mistura entre estes, que foi ordenada pelo alvará régio de 16 de novembro de 1771, recaiu sobre os que os enviavam a partir do Douro. O desembargador António de Mesquita e Moura, juiz encarregado de proceder à devassa, iniciou os trabalhos em janeiro de 1772, que se prolongaram até agosto de 1774, tendo sido ouvidas mais de duas mil pessoas e pronunciados 1 892 habitantes do Douro. As consequências foram muito violentas, tendo havido perseguições, prisões e degredos, até “confiscos e desclassificações de vinhos, destruição de adegas e muitas outras arbitrariedades [que] foram então praticadas contra os lavradores do Douro”³¹². Por conseguinte, a Companhia sequestrou os vinhos dos 117 manifestantes, por força da grande devassa iniciada em 1772, punindo assim aqueles que incorreram em alguma forma de delito atentatório da pureza e qualidade do vinho.

Nem todo o vinho que era manifestado pela Companhia tinha como origem a região do Douro. Pela análise do quadro nº 28 é possível identificar as quantidades, bem como

³⁰⁹ AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, liv. 41, fl. 179.

³¹⁰ AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, liv. 44, fl. 281vº.

³¹¹ De acordo com o documento da devassa, Sanhoane situa-se no concelho de Penaguião; o sítio do Enxodreiro fica no limite da vila de Canelas, concelho do Peso da Régua e o lugar de Zambulhal situa-se igualmente no limite da Vila de Canelas, concelho do Peso da Régua (OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José – *Devassa a que mandou proceder sua majestade no território do Alto Douro pelo desembargador António de Mesquita e Moura*. Lisboa: Série Documental, Biblioteca Nacional, 1983, p. 782; 465; 429).

³¹² PEREIRA, Gaspar Martins; COSTA, Natália Fauvrelle – “A Companhia contra os Lavradores do Douro. I: a denúncia de António de Mesquita e Moura, Juiz da Devassa de 1771-1795”. *Douro – Estudos e Documentos*. Vol. IV (7), 1999 (1º), p. 139.

a origem do vinho, e a qualidade do mesmo: vinho de feitoria, vinho de ramo e vinho verde manifestado pela Instituição entre 1756 e 1772.

Quadro nº 28 – Vinho originário de fora do Douro, em pipas, entrado na cidade do Porto e manifestado pela Companhia (1756-1772)

Proveniência	Tipo de produto			
	Vinho	Vinho de feitoria	Vinho de ramo	Vinho verde
Basto	20			
Figueira da Foz			89	
Freguesia de São Romão				6
Lisboa		133		
Maia				10
Maia e Santo Tirso				155
Monção		115,5		
“Por terra”				32
Quinta de Oeiras		156		
Rio Tinto				9
São Mamede de Coronado				12
São Miguel do Outeiro e Sabrosa			105	
Viana		121	105,5	
Viana e Monção			568	
Total	20	525,5	867,5	224

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Ressuma da análise do quadro nº 28 que, de entre todos os tipos de vinho manifestados pela Companhia oriundos de fora do Douro, se destaca o vinho de ramo, dado que foram registadas 867,5 pipas. Segue-se o vinho de feitoria, cujos manifestos somaram 525,5 pipas, ficando o vinho verde em terceira posição com o valor de 224 pipas e, por fim, o vinho de tipo não especificado com a quantidade residual de 20 pipas.

Cumpra agora chamar a atenção para um aspeto que ressalta da observação do quadro e que tem a ver com a origem geográfica do vinho de feitoria que, obrigatoriamente, tinha de ser produzido na região demarcada do Douro e, no caso vertente, são apresentadas quatro situações que estão fora do normativo legal que a Companhia acerrimamente defendia: uma tem como origem a Quinta de Oeiras que pertencia, como é consabido, ao Marquês de Pombal, o que configura uma exceção abusiva, apadrinhada por Fr. João de Mansilha, um dos mentores da criação da

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Outra situação que fugia ao mesmo normativo tem a ver com vinho cuja origem era Lisboa, ainda que neste caso seja possível que se trate de devolução, uma vez que os vinhos idos legalmente para a capital, sob a tutela da Companhia e devidamente acompanhados por guias produzidas por esta, podiam voltar ao Porto por dificuldade de escoamento, uma vez que não sendo vendidos localmente, também não podiam ser exportados, dada a exclusividade da barra do Porto para a saída e exportação dos vinhos do Alto Douro, podendo ser também este o caso de Viana e Monção. No que às quantidades diz respeito, a Companhia manifestou 525,5 pipas de vinho de feitoria, que tiveram como origem a quinta de Oeiras (156 pipas), Lisboa (133 pipas), Viana (121 pipas) e Monção (115,5 pipas).

O vinho de ramo, oriundo de fora da região do Douro soma um total de 867,5 pipas e teve como origem Viana e Monção (568 pipas), Viana (105,5 pipas), S. Miguel do Outeiro e Sabrosa (105 pipas) e Figueira da Foz (89 pipas). Pormenor a assinalar prende-se com a região de Viana que surge duas vezes enquanto local de origem deste tipo de vinho, uma delas de forma individual e a outra em conjunto com Monção.

A Companhia também manifestou 224 pipas de vinho verde, que teve como origem a Maia e Santo Tirso (155 pipas), vindo “por terra” sem indicação mais precisa (32 pipas), S. Mamede de Coronado (doze pipas), Maia (dez pipas), Rio Tinto (nove pipas) e a freguesia de S. Romão (seis pipas). Já o vinho sem especificação de tipo veio apenas de Basto (vinte pipas).

A aguardente foi outro dos produtos entrados na cidade do Porto pela mão da Companhia e, por isso manifestada, sendo uma parte destinada ao consumo interno e outra à exportação. A origem da sua produção era diversa, ou seja, vinha do Douro mas também de outras regiões. Através do quadro nº 29 é possível estabelecer a comparação entre as quantidades da que provinha do Alto Douro e as que tinham como origem outras zonas do país.

Quadro nº 29 – Origem da aguardente, em pipas, manifestada pela Companhia, por anos (1756-1772)

Ano	Aguardente do Douro	Aguardente de outras regiões
1756		
1757	121	141
1758	136	295
1759	207,5	50
1764	1130	281

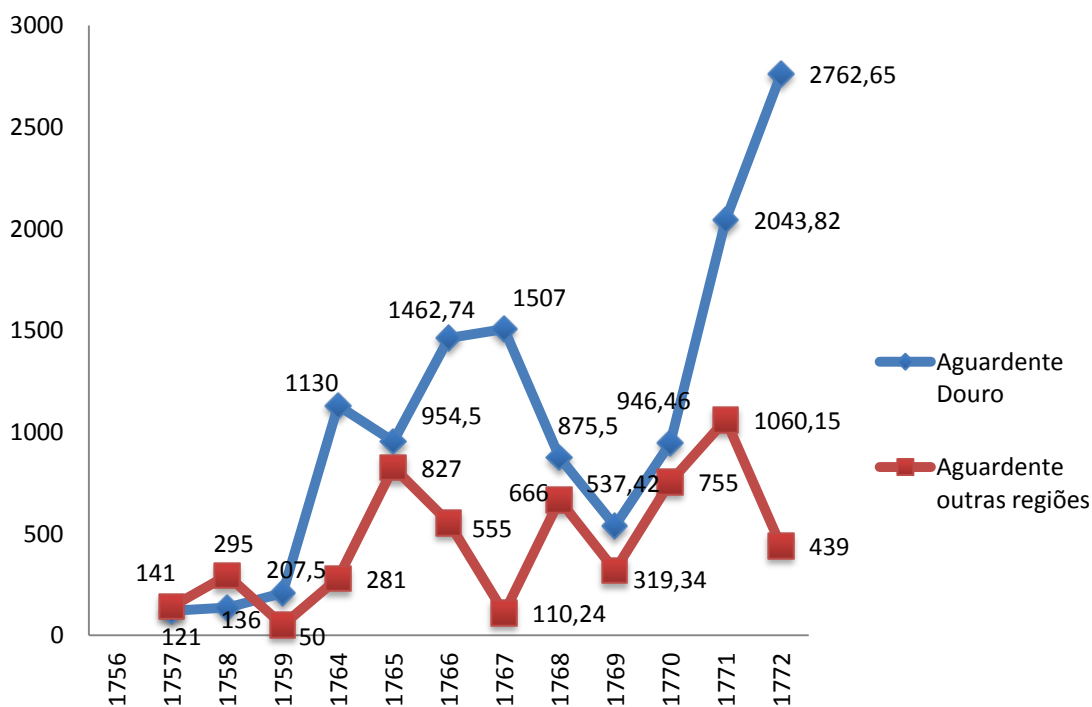
1765	954,5	827
1766	1462,74	555
1767	1507	110,24
1768	875,5	666
1769	537,42	319,34
1770	946,46	755
1771	2043,82	1060,15
1772	2762,65	439
Total	12 684,59	5 498,73

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Pode concluir-se que a aguardente com origem no Alto Douro chegou ao Porto em maior quantidade, 12 684,59 pipas, mais do dobro do que a que teve origem em outras zonas, que somou 5 498,73 pipas.

O gráfico nº 18 apresenta a evolução das quantidades que a Companhia manifestou, uma vez que oferece os valores referentes às que tiveram origem no Alto Douro e às provenientes de outras regiões, permitindo assim uma análise comparativa.

Gráfico 18 – Evolução da quantidade de pipas de aguardente manifestada pela Companhia (1756-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Ao analisar a evolução da quantidade de aguardente do Douro manifestada pela Companhia, verifica-se uma tendência de crescimento claro, com especial ênfase a partir do ano de 1769. No caso da aguardente de outras regiões, a tendência é também de crescimento, mas não tão vincada como no caso da do Douro e, além disso, varia muito mais de ano para ano do que no caso daquela.

É de salientar o facto de no ano da criação da Companhia, 1756, não ter dado entrada qualquer quantidade de aguardente na cidade do Porto. No ano de 1757 deu-se início à tendência de crescimento nas quantidades deste produto, tanto do Douro como de outras regiões, tendo sido interrompida em 1766-67, no caso da aguardente de outras regiões, com uma queda acentuada desde as 827 pipas para apenas 110,24. Seguiu-se a recuperação da tendência, ainda que instável, até ao ano de 1771, tendo caído em 1772 para menos de metade do máximo registado: 439 pipas. Já no caso da aguardente do Douro, a quantidade manifestada pela Companhia decresceu bastante em 1768-69, tendo de seguida recuperado rapidamente até atingir o máximo em 1772 com 2 762,65 pipas.

Cabe agora identificar os locais de origem da aguardente oriunda de fora do Alto Douro, bem como as quantidades entradas na cidade do Porto, pelo que se apresenta o quadro nº 30.

Quadro nº 30 – Aguardente originária de fora do Douro, em pipas, entrada na cidade do Porto e manifestada pela Companhia (1756-1772)

Proveniência	Aguardente
Amarante	6
Barcelos	1
Basto	593
Basto e Guimarães	237
Basto, Braga, Guimarães e Oliveira do Conde	312,34
Basto, Guimarães e Braga	575
Basto, Guimarães, Barcelos, Braga e pela parte de Vila Nova de Gaia	442
Braga	72
“Da serra”	120
Figueira da Foz	33
Guimarães	176
Guimarães e Basto	30
Guimarães, Basto e Braga	365
Mondim de Basto	132
Oliveira do Conde	768,24

“Por terra”	237
Santo Tirso	1
Travassos	53
Viana	286
Viseu	29
Total	4468,58

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

É possível constatar que as três zonas de onde proveio um número superior a 500 pipas foram, respetivamente, Oliveira do Conde de onde saíram 768,24 pipas, valor que se destaca em relação a todas as outras regiões, seguida de Basto que enviou à cidade do Porto 593 pipas e Basto, Guimarães e Braga donde provieram 575 pipas de aguardente³¹³. No total deram entrada na cidade do Porto, pela mão da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro 4 468,58 pipas, originárias de fora do Douro.

Como oportunamente referido, os produtos manifestados pela Companhia eram destinados ao abastecimento interno mas também à exportação. Neste caso, o escrivão anotava que havia sido apresentada certidão do consulado da alfândega, o que comprovava a exportação e, na generalidade, indicava os locais de destino, ficando assim garantida a isenção do tributo.

Pelo quadro nº 31 é possível observar os destinos, bem como os anos e as quantidades de produtos vínicos exportados pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1757-1772).

Quadro nº 31 – Destinos e quantidades de produtos vínicos exportados pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1757-1772)

Ano	Tipo de produto	Destino	Pipas
1757	Vinho	Brasil	2 918
1757	Aguardente	Brasil	230
1758	Aguardente	Indeterminado	186,68
1759	Vinho de feitoria	Norte e Brasil	4 519,49
1764	Vinho de feitoria	Norte, Brasil e outros portos	6 202,73
1764	Aguardente	Norte e Brasil	316
1766	Vinho de feitoria	Norte, Brasil, Angola e Moçambique	3 624,88

³¹³ Salienta-se que este valor aumenta em resultado da adição das quantidades de várias terras que estão agregadas, o mesmo acontecendo em outros casos.

1767	Vinho de feitoria	América, Norte, Angola e Moçambique	4 383,15
1768	Vinho de feitoria	Norte, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco	4 978,24
1769	Vinho de feitoria	Norte, Brasil e Moçambique	4 748,49
1770	Vinho de feitoria	América, Norte, Angola e Pará	5 336,15
1770	Aguardente	América e Angola	1 539,05
1771	Vinho de feitoria	Norte, Pará, Angola e Brasil	5 175,49
1771	Aguardente	Brasil, Pará e Maranhão	74,05
1772	Vinho de feitoria	Norte e Brasil	6 403,24
1772	Aguardente	América e Angola	93,44

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Fica claro pela análise do quadro que a Companhia exportou vinho genericamente designado, vinho de feitoria e aguardente. Ressalta também desta análise que as quantidades exportadas eram sempre inseridas pelo seu valor total, sem qualquer separação individual, no que aos destinos diz respeito, não sendo possível inferir quanto ia para cada um. No entanto, verifica-se que o Brasil e o “Norte” (englobando este a Grã-Bretanha, Hamburgo, Rússia e outras cidades do norte da Europa como as do Báltico), são os destinos mais frequentemente referidos, pelo que se deduz que eram aqueles que absorviam a maior quantidade dos produtos vînicos exportados pela Companhia. O termo genérico “América” coloca algumas dúvidas quanto ao destino efetivo, uma vez que tanto poderá ser o Brasil, tese para a qual mais nos inclinamos, como poderá significar América do Norte. É ainda possível perceber, através da análise do quadro, que o vinho sem tipo especificado foi enviado para um único destino: o Brasil, o que nos leva a supor que fosse vinho de segunda qualidade, mais barato, por isso mais acessível num mercado com um poder de compra reduzido.

O vinho de feitoria foi o mais exportado, tendo sido comercializado no maior número de mercados face aos outros produtos, nomeadamente “Norte” e Brasil, Angola, Moçambique, América, sendo que existem outras composições de destinos que variam em torno destes locais.

A aguardente também foi exportada, sendo de assinalar como destinos o “Norte”, Brasil, América e Angola, havendo outros indeterminados.

Cabe agora analisar a evolução da exportação de produtos vînicos feita pela Companhia, por anos, pelo que se apresenta o quadro nº 32.

Quadro nº 32 – Exportação de produtos v nicos da Companhia, em pipas, por anos (1756-1772)

Ano	Vinho de feitoria	Vinho	Aguardente
1757		2918	230
1758			186,68
1759	4519,49		
1764	6202,73		316
1766	3624,88		
1767	4383,15		
1768	4978,24		
1769	4748,49		
1770	5336,15		1539,05
1771	5175,49		74,05
1772	6403,24		93,44
Total	45 371,85	2918	2 439,22

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Os níveis de exportação apresentados no quadro permitem perspetivar uma especialização relativa por produto, uma vez que a Companhia expediu maioritariamente vinho de feitoria (45 371,85 pipas). Adicionalmente, é de destacar como o melhor ano 1772, pelo contributo positivo para o ganho de quota de mercado, dado que o vinho de embarque chegou às 6 403,24 pipas. Em contrapartida, as exportações de 1766 contribuíram negativamente, uma vez que foi expedido cerca de metade daquele valor, ou seja, 3 624,88 pipas, considerando-se este o pior ano para a procura externa de vinho de feitoria.

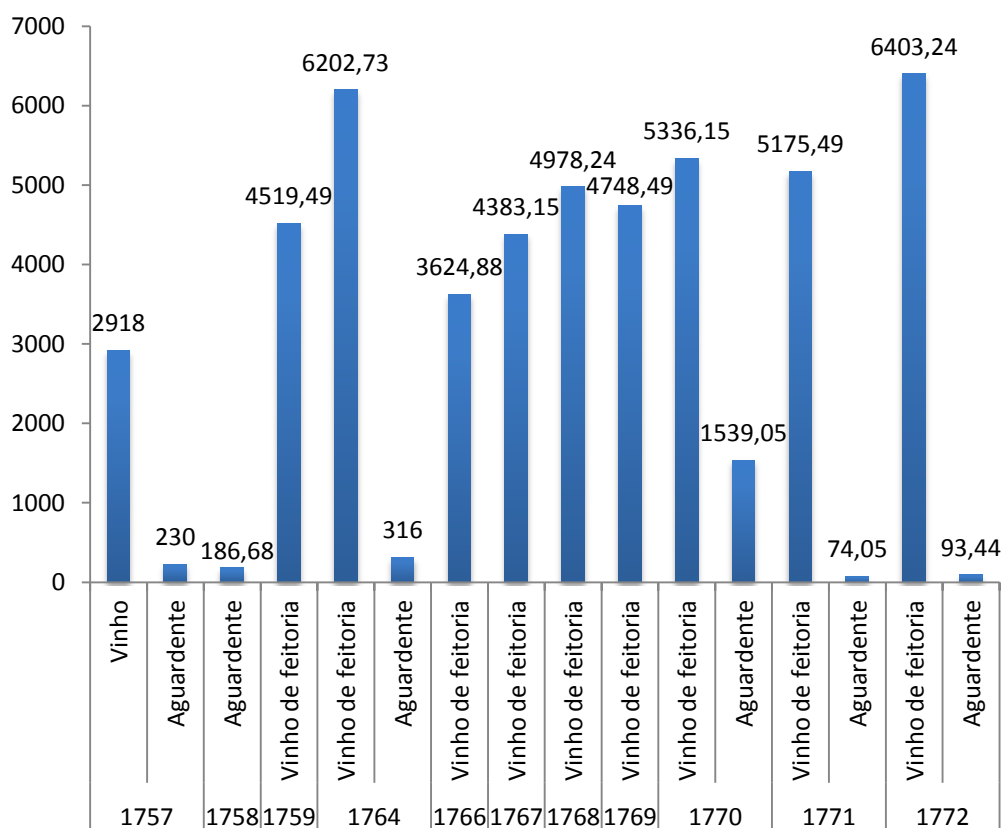
A exportação de “vinho” ocorreu apenas no ano de 1757 (2 918 pipas), não tendo qualquer peso na quota de mercado da Instituição, dado o seu caráter episódico. Em relação ao vinho de ramo, não foi identificado qualquer registo relativo à sua exportação.

Já no sector da aguardente, a quota de mercado apresenta valores abaixo dos restantes produtos (2 493,22 pipas), revelando alguma irregularidade nas quantidades exportadas, com anos de ascensão e períodos de declínio, ou mesmo ausência de transações. O melhor contributo foi dado pelo ano de 1770 em que o valor exportado atingiu as 1 539,05 pipas, assinalando-se o de 1771 como o pior, com 74,05 pipas expedidas.

Merece reparo a ausência de exportação no ano de 1765, em que não há registo para a expedição de qualquer produto por parte da Companhia.

A evolução das quantidades exportadas pode ser analisada através do gráfico nº 19.

Gráfico nº 19 – Exportação de produtos vínicos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1757-1772)



Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Apesar de a Companhia ter sido criada em 1756, só existem registos de exportação a partir do ano de 1757.

A visão de conjunto proporcionada pelo gráfico permite perceber que o esforço exportador foi concatenado em relação ao vinho de feitoria, o único produto que revela algum dinamismo no setor exportador, e apresenta uma tendência de crescimento moderado, apesar de ausente das transações no período entre 1757-1758.

No que diz respeito à aguardente, os valores exportados não foram nunca muito elevados, variando entre as 74,5 e as 316 pipas, exceto no ano de 1770 em que foi transacionada uma quantidade relativa excecional (1 539,05 pipas). Analisando criticamente este valor e tendo em conta que houve um interregno de cinco anos na sua expedição, equaciona-se como hipótese explicativa para tal ocorrência a exportação neste ano de todas as quantidades acumuladas e designadas por pipas “em ser”, o que justificaria este salto tão significativo, em que os valores exportados foram multiplicados por cerca de cinco vezes.

Tomando em consideração toda a informação, pode então concluir-se que a Companhia comercializou internamente vinho de feitoria, de ramo, “vinho”, vinho verde e aguardente e importa reter que a maior quota de mercado, destinada a satisfazer a procura doméstica, coube em primeiro lugar ao vinho de ramo (144 351,39 pipas) e em segundo lugar ao vinho de feitoria (107 745,98 pipas), sendo que os outros tipos de vinho apresentaram um carácter esporádico e valores residuais.

Em relação à aguardente, a análise mostra que tinha diferentes origens: o norte de Portugal e o Alto Douro, no entanto a maior fatia da que a Companhia fez entrar na cidade do Porto provinha do Douro vinhateiro (12 684,59 pipas).

Em contrapartida, os produtos exportados por esta Instituição foram o vinho de feitoria, cabendo-lhe a maior quota (6 403,24 pipas), mas também o “vinho” e a aguardente, tendo desaparecido dos registos o vinho de ramo. Comparando a quantidade entrada na cidade do Porto e a exportada, observa-se uma grande diferença a favor da colocada no mercado interno. Esta evidência indicia que o mercado doméstico revelava maior dinamismo do que o mercado exportador, o que irá levar a Companhia a melhorar a sua capacidade de reorientar a sua atividade para novos mercados, tais como a Rússia ou a América Inglesa, tal como se verá no capítulo III, procurando condições de competitividade para garantir melhores resultados, nomeadamente através da adequação de estratégias às especificidades de tais mercados.

No que diz respeito à geografia do comércio externo da Companhia, este é difícil de cartografar através dos registos do subsídio militar, uma vez que os destinos individuais se encontram agregados, sem que seja possível definir claramente o mercado individual mais relevante. Ainda assim, foi o “Norte” e Brasil que recebeu a maior quantidade de vinho de feitoria expedida pela Companhia (6 403,24 pipas) e, para a aguardente foi a

América, (provavelmente o Brasil) e Angola que recebeu a maior quota (1 539,05 pipas).

3. Na rota dos negócios vnicos

O comércio dos vinhos no século XVIII, nomeadamente os do Alto Douro, progrediu ou recuou de acordo com os momentos e episódios vividos na história política e econmica de Portugal, tais como a celebração do tratado de Methuen (1703), ou a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a 10 de setembro de 1756. Dada a sua importância na balança comercial, foi-lhe prodigalizada particular atenção, pelo que a sua evolução histórica esteve estreitamente dependente de decisões políticas. Sendo um produto de capital importância no comércio externo, a sua exportação dependia também de circunstâncias exógenas, tais como a concorrência que lhe era feita por outros vinhos estrangeiros, a situação econmica e financeira vivida nos países importadores ou os conflitos políticos e militares ocorridos nos palcos internacionais. São pois fatores que tiveram implicações diretas na regularidade deste comércio, pelo seu poder de afetar negativamente o setor, daí decorrendo nefastas consequências para os cofres do Estado. Em resposta, este viu-se obrigado a intervir com frequência no comércio vnico, com vista ao fomento,  regulação e ao controlo desta área de atividade econmica.

As oscilações do comércio do vinho do Alto Douro derivavam também dos níveis de produção que, por seu turno, dependiam de vários condicionantes como os climatéricos, doenças da vinha, etc. Assim, maus anos agrícolas acarretavam quebras bruscas na produção, prejudicando o comércio. Se por um lado as oscilações da oferta, por escassez, traziam consequências nefastas  comercialização do produto, também o excesso de vinho, sobretudo em anos sucessivos de sobreprodução, afetavam não só Portugal enquanto produtor, mas também outros países seus concorrentes nos mercados internacionais. É o caso da Espanha ou da França, uma vez que se tratava de fenmenos que raramente atingiam um único país e contribuíam para uma saturação dos mercados, pois consumos estáveis acarretavam dificuldades no escoamento, sobrevivendo a crise ao setor.

Pode então concluir-se que não só o volume mas também o fluxo das exportações do vinho do Alto Douro estiveram dependentes das safras produzidas e do estado dos mercados, mas também de fatores conjunturais de caráter vrio, desde conflitos militares e crises, fossem elas de teor político, econmico ou financeiro, além da sempre delicada questão das relações diplomáticas. O sucesso do vinho do Alto Douro estava ainda associado à qualidade do produto, aos preços e competitividade e

evolução de gostos, muito devendo também à atuação e dinamismo dos agentes comerciais e consulares a laborar nos diferentes mercados.

Os vinhos produzidos no Alto Douro vinham estagiar e ganhar corpo nos armazéns de Vila Nova de Gaia, antes de partir, através da barra do Porto, para além Atlântico, alimentando assim um próspero tráfego comercial, responsável pelo desenvolvimento da cidade e dinamizado pela barra do Douro, através da qual se realizava um intenso comércio com as colónias, com particular destaque para o Brasil, bem como com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha. Se os vinhos do Douro tinham a primazia no conjunto do tráfego, outras zonas de Portugal faziam também boas remessas, como o Ribatejo e a Beira que enviavam boas cargas através de portos como o de Lisboa ou Buarcos, na Figueira da Foz, sendo que o vinho da Madeira tinha ao tempo um lugar assegurado em Londres³¹⁴. É de salientar que os vinhos oriundos de outras regiões que não o Douro eram muito procurados e “sumamente desejados” pelos exportadores em consequência dos preços inferiores aos daquela zona, embora os vendessem quase ao mesmo preço do dos melhores da região duriense³¹⁵. Para proteger os vinhos do Alto Douro, foram promulgadas as primeiras leis protecionistas em 1765, 1766 e 1773, mas também discriminatórias relativamente aos restantes vinhos portugueses³¹⁶. No final do governo de Pombal, em 1776, este estadista proibiu a exportação de vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel de Outeiro, Coimbra, Figueira da Foz e Algarve, por qualquer barra do reino, em benefício dos vinhos do Douro. No ano seguinte, já sob a égide de D. Maria, foi libertada a exportação de vinhos de Monção, no entanto, foi mantida a proibição de exportar todos os outros, conservando-se o exclusivo da barra do Douro para os vinhos do Porto.

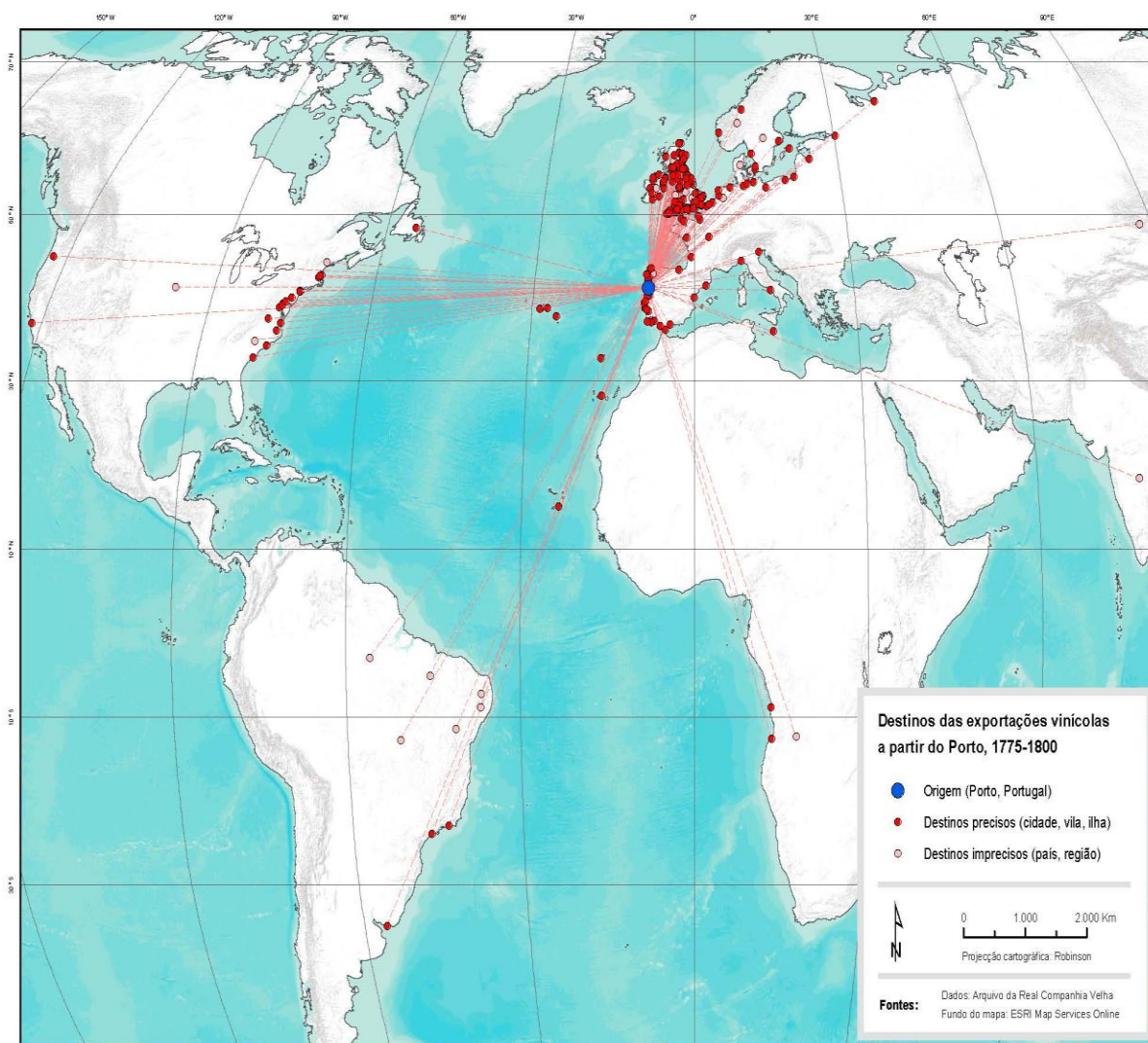
Por esta barra saíam os produtos vínicos do Alto Douro que alimentavam o comércio interno, mas sobretudo o externo, cujo fluxo se pode visualizar através do mapa nº 1.

³¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta*. Vol. V, 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1982, p. 232.

³¹⁵ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 30.

³¹⁶ “Em 1765 mandam-se arrancar as cepas plantadas nos campos do Tejo, Mondego e Vouga, medida que, indirectamente, visa proteger a produção duriense, e no ano seguinte estende-se esta repressão a algumas regiões com aptidões agrícolas para outras culturas”. (...) “Mandam-se arrancar ‘de imediato’ as vinhas plantadas em Torres Vedras, Anadia, Mogofores, Avelãs e Fermentelos”. “Como, mesmo assim, a produção das regiões concorrenciais continuasse a não diminuir o suficiente, em 1773 Pombal manda arrancar as cepas existentes nas terras de pão, nos olivais e nos soutos” (MARTINS, Conceição Andrade – “Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização”. *Análise Social*. Vol. XXIV (100), 1988 (1º), p. 402).

Mapa nº 1 – Destinos das exportações vinícolas a partir do Porto (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26 (Elaboração própria).

Para além do comércio interno e de cabotagem que cobria os principais portos da costa portuguesa, é possível visualizar através do mapa nº 1 o movimento comercial dos produtos vînicos do Alto Douro que se dirigia a quatro continentes, nomeadamente a Europa, onde se destaca a Grã-Bretanha pela intensidade do fluxo comercial que aí se concentrava, visivelmente superior a todos os outros destinos, e ainda a África, a América e a Ásia. Estão também assinalados os destinos imprecisos, que agrega várias situações, nomeadamente quando não consta o destino ou quando este é ilegível.

A concorrência em relação aos vinhos do Douro, bem como outros fatores já profusamente estudados serão responsáveis pela profunda crise que se abateu sobre este setor e fez nascer a ideia da criação de um Instituto destinado a resolvê-la e a pôr-lhe

fim. A solução para os problemas do Douro vinhateiro surgiu a 10 de setembro de 1756, através da publicação do alvará régio que instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que, com vista à consecução dos seus objetivos, foi favorecida por importantes privilégios e dotada de meios excepcionais, de acordo com a filosofia protecionista vigente na época.

3.1 A criação da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro e o seu impacto na cidade

A Companhia foi criada através de cinquenta e três parágrafos que revelam a perspectiva almejada por Pombal que pretendia, por um lado, nacionalizar o sistema comercial português, afastando ou limitando drasticamente a preponderância inglesa no trato vinícola e, por outro, resolver a crise que os vinhos do Douro conheceram sobretudo entre 1750 e 1755, consubstanciada na baixa de exportações e de preços e no desprestígio sentido no mercado britânico³¹⁷. Se se analisarem os objetivos da Instituição, situando-os no seu contexto espaço-temporal, imediatamente se percebe a existência de fortes interesses socioeconómicos que a Companhia contrariou. Resultou daí uma viva resistência popular e frequentes ataques por parte de estrangeiros, sobretudo ingleses, que iniciaram uma longa batalha de reclamações e de manobras diplomáticas desde o ano de 1756 até à década de 1770³¹⁸. As reações adversas por parte do povo culminaram no motim da Cordoaria ocorrido em 1757 que, por um lado, teve consequências dramáticas para a cidade e os seus habitantes mas, por outro, trouxe-lhe renovação e desenvolvimento através da nomeação, em 27 de fevereiro de 1757, de João de Almada e Melo, primo do Marquês e homem da sua confiança, para o regimento do Partido da cidade do Porto. Com a sua chegada em 15 de março de 1757 e a criação da Junta das Obras Públicas em 1763, abriu-se um auspicioso ciclo para a urbe portuense. Fiel executante da política pombalina, dedicou grande parte da sua vida à cidade do Porto, no que foi secundado por seu filho, Francisco de Almada e Mendonça, tendo desempenhado zelosamente as funções que lhes foram atribuídas, o que trouxe à urbe desenvolvimento e modernidade pelas alterações introduzidas no campo do urbanismo, da arquitetura e da valorização urbana, de que pode destacar-se, por

³¹⁷ SOUSA, Fernando de – “O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008, p. 265.

³¹⁸ FALCON, Francisco Calazans – “A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Contexto das Práticas Mercantilistas e Ilustradas da Época Pombalina”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008, p. 39.

exemplo, a introdução dos passeios nas ruas. Foi uma nova visão da cidade, sonhada e pensada por João de Almada e Melo e concretizada pela Junta das Obras Públicas.

Em 1761, D. José I tomou conhecimento por João de Almada e Melo da necessidade de uma intervenção na cidade em consequência de questões a corrigir, como a falta de planificação das novas zonas, que cresciam de acordo com o capricho de quem as construía, a manutenção do traçado irregular dos pavimentos e das novas ruas, que eram as estradas que iam em direção às portas e postigos das muralhas. Agravava tudo isto a abertura de transversais com os mesmos ou ainda maiores defeitos. Segundo Almada e Melo, estes problemas podiam ser corrigidos, criando-se “uma nova e regular cidade”, desde que houvesse uma planificação prévia a que obedecessem as novas construções e arruamentos³¹⁹.

Assim, na segunda metade do século XVIII, período de crescimento económico e demográfico para o Porto, apresentavam-se à cidade três problemas fundamentais, que virão a ser objeto das realizações urbanísticas da Junta das Obras Públicas. A Praça da Ribeira, que passou a estar no centro dessas realizações, no sentido de lhe ser conferida a dignidade e a monumentalidade que merecia, enquanto centro comercial da urbe; as comunicações que vieram a ser melhoradas entre esse centro e a zona alta da cidade, cada vez mais povoada; e o crescimento da zona extramuros, que foi ordenado, pois expandia-se de forma rápida mas desorganizada³²⁰.

A Junta das Obras Públicas, criada em 1763, teve pois como preocupação fundamental a alteração da realidade existente no Porto. Logo nesse ano, para além da reconstrução da Praça da Ribeira, foi aberta a Rua de S. João, permitindo a ligação à cidade alta. Passaram então a estar unidos os principais bairros situados fora de portas, com os pontos nevrálgicos da cidade intra-muros. Por conseguinte, foram encontradas soluções para os principais problemas, através do traçado de novas ruas e praças e da planificação de intervenções com vista à correção do que já existia.

Nos vinte e oito anos que esteve à frente da Junta das Obras Públicas, João de Almada e Melo levou a efeito uma obra de relevo, no contexto urbanístico da cidade do Porto, gizada de acordo com as teorias do Iluminismo. Os fundos deste organismo vieram dos impostos cobrados sobre o vinho, o sal e a carne, que financiaram os projetos e a abertura de longas e rectilíneas ruas, bem como de algumas praças.

³¹⁹ ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – “João de Almada e Melo (1703-1786): O Homem e a Cidade”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008, p. 190-191.

³²⁰ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”, in RAMOS, Luís de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 378.

O comércio dos vinhos do Alto Douro, tutelado pela Companhia, teve um forte impacto na cidade do Porto, não só na perspetiva económica, mas também na do desenvolvimento e modernização da urbe, nomeadamente nos setores social, administrativo, urbanístico e cultural. Na verdade, a cidade beneficiou de um surto de prosperidade, não só pelo estímulo trazido à economia pelos negócios do vinho do Douro, mas também pela fiscalidade sobre ele cobrada, que permitiu subsidiar muitas obras públicas³²¹. Se, por um lado, este surto de crescimento se ficou a dever diretamente aos produtos vînicos, aos negócios que estes propiciavam e à Companhia que os tutelava, por outro não se pode esquecer toda uma miríade de gente que contribuiu com o seu labor, trabalhando nas “indústrias” a eles associadas, gerando riqueza e dinamismo. É o caso de um sem número de profissões que vão desde os transportadores, como os barqueiros e almocreves, os construtores de embarcações, os tanoeiros, os mercadores, armazenistas e taberneiros.

Outro fator de inegável importância foi o rio Douro, uma autêntica *auto-estrada* para o interior, e deste para a cidade do Porto, uma vez que teve um particular destaque enquanto via privilegiada de comunicação, permitindo o transporte do vinho do Douro no dorso dos rabelos. Esta funcionalidade levou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a pôr em prática o princípio de “utilidade pública”, objeto das companhias de comércio, de acordo com o aviso de 28 de julho de 1757, melhorando as condições de navegabilidade do rio mas também a circulação das estradas do Alto Douro, dando assim utilidade aos impostos sobre vinhos, aguardentes e vinagres, que arrecadava em nome do Governo. Por conseguinte, foram numerosos os trabalhos públicos levados a cabo pela Companhia, a quem o Porto e o Douro muito devem, uma vez que, ao longo deste, abriu estradas e caminhos, construiu pontes, cais e armazéns e regulou e desimpediu o curso das suas águas, nomeadamente pela destruição de açudes, azenhas, nasceiros e pesqueiros que criavam obstáculos artificiais à navegação, bem como do Cachão da Valeira³²², tornando o Douro navegável até à fronteira de Espanha.

³²¹ Francisco Ribeiro da Silva enfatiza o crescimento citadino ocorrido na segunda metade do século XVIII, tal como exarado na ata da reunião da câmara, ocorrida a 6 de Maio de 1772: “a extensão e aumento que na povoação desta cidade tem havido de poucos anos a esta parte o não se estar vendo seria incrível, porque bairros inteiros se têm formado de novo; qualquer morador de idade não a mais avançada se recordará serem terras cultivadas e vazias o que hoje vemos bairros e ruas completas, como o sítio das Hortas, do Laranjal, e outras muitas partes que se têm acrescentado por todos os lados à cidade” (SILVA, Francisco Ribeiro da – “Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna”. *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I (2), 1996 (2ª), p. 117).

³²² Segundo Sousa Reis “era antigamente tão horroroso este “Cachaõ” que os próprios Romanos nunca se atreverão a ultrapassá-lo navegando: limitavaõ a este ponto as suas viagens pelo rio, que então se

Por seu turno, o Porto beneficiou ainda pela construção da estrada marginal até à foz do Douro e pelos cais e paredões que a Companhia construiu nas duas margens do rio e que ainda hoje prestam serviços à cidade e às suas gentes.

Pode concluir-se que o vinho contribuiu, em grande parte, para o desenvolvimento infra-estrutural, artístico e cultural da cidade do Porto e da região duriense, uma vez que financiou não só a construção de estradas no Douro, mas também as obras de navegabilidade do rio, a criação de uma Aula de Comércio no Porto e algumas das obras públicas desta cidade. E foi ainda o vinho do Alto Douro que, periodicamente, ajudou o Estado a pagar parte das suas dívidas, bem como despesas de guerra, os estudos menores e outros encargos financeiros³²³.

Se, por um lado, a criação da Companhia alavancou o crescimento da cidade, gerando aplausos, por outro provocou clivagens e alimentou desgostos. Os que vibraram e festejaram a sua instituição foi a Câmara, como lhe competia, não esquecendo que também aproveitava a alguns vereadores e à nobreza vinhateira, com interesses no Douro. Já o clero, nomeadamente os setores eclesiásticos de relevo, colocaram-se num espetro de reserva e hostilidade. Vêm depois os estrangeiros que a reprovaram e, por fim, o povo que a odiou. Ainda assim, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, apesar das vicissitudes, garantiu de forma contínua e eficaz a qualidade do vinho do Douro, o que significa que alcançou resultados profícuos e duradouros e um sucesso financeiro suficiente para garantir a sua continuidade, o que não aconteceu com outras Companhias pombalinas que acabaram por soçobrar em bem pouco tempo³²⁴.

despenhava em formidável cascata de grandíssima altura" (REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da BPMP*, II Série – 3, Porto, 1984, p. 246). As obras de demolição do Cachão da Valeira iniciaram-se em 1780, e ficaram concluídas em 1792, beneficiando sobretudo a região do Douro Superior uma vez que os seus vinhos passam a competir com os da região demarcada (MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto...* p. 309).

³²³ MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização...* p. 392.

³²⁴ "A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, constituída em 1756, enquanto instituição majestática, privilegiada, manteve-se até 1834. Mas, enquanto Sociedade Comercial, perdurou até aos nossos dias, constituindo um caso único no panorama das empresas em Portugal" (SOUSA, Fernando de – "O Legado da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) ao Alto Douro e a Portugal (1756-2006)". *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008, p. 28).

3.2 A Companhia e o poder local: uma liderança comum

A Companhia das Vinhas do Alto Douro teve grande impacto na cidade do Porto, sobretudo tendo em conta as suas múltiplas atividades, nas três províncias do norte de Portugal, desde as obras públicas que desenvolveu, até às escolas que sustentou, tendo não só contribuído para o enriquecimento de negociantes ligados aos negócios víquicos, mas também para o engrandecimento da sua cidade.

O órgão que exercia o poder e administrava a Companhia era a Junta, formada por um provedor, doze deputados, seis conselheiros e um secretário, cuja composição foi alterada pela carta régia de 16 de dezembro de 1760, o que levou à redução do número de membros que a constituíam, passando a ter um provedor, um vice-provedor, sete deputados e um secretário. Enquanto órgão máximo da Companhia desempenhava várias funções: executava as decisões régias e propunha ao rei medidas legislativas consideradas necessárias, fiscalizava a produção e o comércio dos vinhos do Alto Douro, aguardentes e vinagres, supervisionava a arrecadação de impostos do Estado que haviam sido entregues à Companhia, inspecionava os estabelecimentos do ensino técnico do Porto, bem como obras da cidade, além de negociar como qualquer outra administração de uma empresa comercial³²⁵.

A instituição da Companhia atraiu aos seus quadros diretivos muitas das famílias que, por várias gerações, estiveram representadas no governo municipal da cidade, ocupando lugares cimeiros, como vereadores, procuradores e almotacés, cargos “que conferiam honra e prestígio e eram monopolizados pelas mais importantes famílias da cidade, falando-se assim de oligarquia urbana”³²⁶. Para além da importância social proporcionada por tais cargos, os que os ocupavam também pretendiam defender os seus interesses enquanto vinhateiros, uma vez que alguns deles eram produtores, possuindo quintas no Alto Douro, enquanto outros se dedicavam aos negócios víquicos, comercializando produtos no espaço interno ou expedindo-os para outros países. Interessava-lhes ainda, ao ocupar os cargos municipais, garantir a sua posição de acionistas da Companhia das Vinhas do Alto Douro, pelo que é possível estabelecer

³²⁵ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro...* p.121 e 135.

³²⁶ PINTO, Maria Helena Barbosa – *A Vereação Municipal do Porto em 1545*, Porto, 2001. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 9. Ver também MORENO, Humberto Baquero – *As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal*, “Revista da Faculdade de Letras – História”, II série, vol. XI, Porto, 1994, p. 117-121.

paralelismo entre as duas instituições, ao nível de lideranças comuns, tal como se apresenta no quadro nº 33.

Quadro nº 33 – Liderança comum entre a Companhia das Vinhas do Alto Douro e a Câmara do Porto

Nome	Duração da Junta da Administração	Cargo na Companhia	Cargo municipal
Luís Beleza de Andrade	1756 - 1760	Provedor	Vereador
Manuel de Figueiroa Pinto	1757 - 1775	Vice-provedor; provedor	Vereador
Vicente de Noronha Leme Cernache	1757 - 1775	Provedor; vice-provedor	Vereador
Bento Luís Correia de Melo	1778 - 1781	Provedor	Vereador
Barbabé Veloso Barreto de Miranda	1781 - 1800	Provedor	Almotacé
Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca	1785 - 1788 1789 - 1826	Vice-provedor; provedor	Vereador
José de Sousa e Melo	1785 - 1788	Vice-provedor	Vereador

Fontes: SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)* ... p. 457 e seguintes; NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – “Real Companhia Velha e Câmara Municipal do Porto: Um século de direcção comum (1756-1855)”. *Douro – Estudos & Documentos*, nº 17. Porto, 2004, p. 143.

Pode concluir-se que estamos em presença de sete governantes da cidade do Porto, com cargos de liderança comuns à Câmara e à Companhia, numa proporção de cinco vereadores para seis provedores, sendo que um destes foi almotacé, e de seis vereadores para quatro vice-provedores.

Há ainda outros nomes ligados simultaneamente à Câmara e à Companhia, tais como Brás de Abreu Guimarães que foi conselheiro por carta régia de 9 de maio de 1757, deputado da Companhia nomeado por carta régia de 16 de dezembro de 1760 e de novo conselheiro indigitado em 20 de dezembro de 1771, tendo sido também procurador da cidade em 1760. João Pacheco Pereira foi deputado, nomeado por alvará de 10 de setembro de 1756, tendo sido vereador em 1757. Pedro Pedrossem da Silva foi deputado da Companhia por carta régia de 16 de dezembro de 1760, e indigitado conselheiro por carta régia de 20 de dezembro de 1771, tendo ocupado o cargo camarário de procurador da cidade em 1758³²⁷.

³²⁷ O procurador cuidava do bem estar geral da cidade, podendo tratar das finanças do concelho na ausência ou inexistência do tesoureiro (Ordenações Manuelinas, liv. 1, tit. LIII, p. 3). Os dados relativos aos cargos na Câmara foram recolhidos em “Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XII, fasc. 3-4, p. 310-316. Os cargos

Pode concluir-se, a este propósito, que ao observar-se os nomes sonantes das famílias do Porto, a primeira impressão que se tem é que quase todos passaram pelo poder municipal, o que efetivamente se verifica³²⁸. É de notar também que os governantes da cidade eram cumulativamente sócios da Companhia, pois de outro modo não podiam ocupar os lugares da Junta, conforme as condições estatutárias, que por seu turno previam o título de nobreza para os seus acionistas. Assim, as ações que detinham constam do quadro nº 34.

Quadro nº 34 – Ações da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro detidas pela elite camarária

Nome do acionista	Ações detidas
Luís Beleza de Andrade	24 ações do fundo inicial
Vicente de Noronha Leme Cernache	30 ações do fundo novo
Bento Luís Correia de Melo	10 ações do fundo novo
Barnabé Veloso Barreto de Miranda	10 ações do fundo inicial
José de Sousa e Melo	10 ações do fundo inicial
Brás de Abreu Guimarães	10 ações do fundo inicial
João Pacheco Pereira	10 ações do fundo inicial
Pedro Pedrossem da Silva	10 ações do fundo inicial

Fonte: SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006) ...* p. 64-65.

Todos os nomes que constam do quadro são possuidores de dez ou mais ações da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Era condição essencial para o provimento dos lugares da administração a posse de ações de valor mínimo de 10 000 cruzados, o que equivalia a 400 000 réis e a dez ações. Isto significa que todos os acionistas que compõem o quadro possuíam as condições para aceder aos lugares de direção. Há dois acionistas que se destacam, Luís Beleza de Andrade e Vicente Noronha Leme Cernache, sendo que o primeiro era possuidor de 24 títulos e o segundo de 30.

desempenhados na Companhia foram consultados em SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006, p. 458-459.

³²⁸ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Municipalismo e Sociedade – A Cidade do Porto desde o Advento de Pombal até às Invasões Francesas*. Porto: edição da autora, 2004. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, p. 130.

Ambos desempenharam papéis de relevo naquela Instituição, sendo que Beleza de Andrade foi o primeiro provedor e Leme Cernache viria também a ser provedor e vice-provedor, tal como se verifica através do quadro nº 35.

Estes notáveis punham em prática, já desde a primeira metade do século XVIII, um outro mecanismo para aumentar o lustre dos seus nomes e famílias, através de uma presença considerável nos órgãos de cúpula da Santa Casa da Misericórdia, onde eram investidos com frequência nos lugares de provedor, escrivão e conselheiro. Aliavam, desta forma, a liderança governativa da cidade à administração da mais prestigiada instituição de benemerência da época, que pode ser considerada como outro pilar do governo e poder da cidade³²⁹.

No que concerne aos negócios do vinho, é possível traçar outro paralelismo entre os que faziam pulsar a atividade económica da praça e os prestigiados homens da governação local, o que pode ser acompanhado através do quadro nº 35. Apesar do juiz de fora³³⁰ ser um cargo de eleição régia e não camarária, este tinha um papel importante na administração local, pelo que se optou por incluir o Dr. Barbosa Pereira, António José Coelho e Vicente José Ferreira Cardoso da Costa entre os notáveis da Câmara do Porto com interesses nos negócios do vinho, uma vez que também se envolveram nesta atividade comercial.

Quadro nº 35 – Notáveis da Câmara do Porto com interesses nos negócios do vinho

Nome	Cargo	Ano do início do cargo	Tipo de negócio
Carlos Vieira de Melo	Vereador	1756	Comércio interno
António de Freitas de Faria	Vereador	1757	Comércio interno
Pedro Henschell	Procurador da cidade	1757	Comércio interno e exportação
Pedro Pedrossen	Procurador da cidade	1758	Comércio interno
Jerónimo Leite Pereira	Vereador	1759	Exportação

³²⁹ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes – *Municipalismo e Sociedade – A Cidade do Porto desde o Advento de Pombal até às Invasões Francesas...* p. 377, nota 1243. Sobre este assunto ver: PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque O. Nunes Lemos – *Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Loja das Ideias, 1997 (Cadernos dos 500 Anos, vol. 1).

³³⁰ O juiz de fora era um oficial letrado ao serviço da Câmara, cujo cargo era remunerado e de nomeação régia. Competia-lhe presidir às sessões da vereação e decidir sobre o regimento do concelho. Cabia-lhe ainda a responsabilidade pela manutenção da justiça, pela verificação das condições das estalagens da cidade, por mandar tocar o sino a recolher, por fazer inquirições sobre o correto desempenho de vários funcionários, desde os alcaides, vereadores e tabeliães, até almotacés e escrivães, entre outros (*Ordenações Manuelinas*, liv. 1, tit. XLIV, p. 286).

Pedro Gomes de Abreu	Tesoureiro	1760	Comércio interno
Dr. António Barroso Pereira	Juiz de Fora	1776 1778	Comércio interno e exportação
Diogo Leite Pereira de Melo	Vereador	1776 1778	Comércio interno
Francisco Manuel Correia de Lacerda	Vereador	1776-1778	Comércio interno
Bento Gomes Delgado	Procurador da cidade	1776-1778	Comércio interno
Manuel de Carvalho e Silva	Procurador da cidade	1781 e 1782	Comércio interno
Manuel Lourenço Mendes	Tesoureiro	1781 e 1782	Comércio interno
Manuel de Sousa Pires	Tesoureiro	1783 e 1784	Exportação
António José Coelho	Juiz de fora	1785 e 1786	Exportação
José Pamplona Carneiro Rangel	Vereador	1785 e 1786	Comércio interno
Domingos Francisco da Silva Guimarães	Tesoureiro	1785 e 1786	Exportação
Pedro Leite de Melo Pereira	Vereador	1787 e 1790	Comércio interno
Francisco Cardia Neto	Tesoureiro	1787 e 1790	Comércio interno e exportação
Vicente Pedrossen da Silva	Vereador	1791	Comércio interno
Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca	Vereador	1791	Comércio interno
Tomás da Silva Ferraz	Vereador	1791	Comércio interno e exportação
João Ribeiro Viana	Tesoureiro	1791	Comércio interno e exportação
Vicente José Ferreira Cardoso da Costa	Juiz de fora	1792 e 1793	Comércio interno
Francisco Homem Carneiro	Vereador	1792 e 1793	Exportação
João Francisco Guimarães	Tesoureiro	1792 e 1793	Exportação e comércio com as Ilhas
António de Freitas de Faria	Vereador	1794	Comércio interno
João Bernardo de Meireles Guedes	Vereador	1794	Comércio interno
Nicolau Joaquim Pereira	Tesoureiro	1794	Comércio interno e exportação
Joaquim de Vasconcelos Cardoso e Meneses	Vereador	1797	Comércio interno
José Joaquim Pereira	Tesoureiro	1798	Exportação
José de Araújo Braga	Tesoureiro	1799	Exportação
José Francisco Monteiro Maça	Tesoureiro	1800	Exportação

Fontes: “Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XII, fasc. 3-4, pp. 310-316; Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto dos Vinhos Despachados por Sahida na Alfandega do Porto*, livs 1-26.

Pode constatar-se que uma boa parte dos elementos que compunham a elite camarária do Porto se envolveu nos negócios vînicos, quer a nível do comércio interno quer do externo. Através de uma análise mais fina das fontes compulsadas concluiu-se que estes governantes do poder local enviavam vinhos para Lisboa e costa e, por vezes, para as Ilhas. Também exportavam para a Europa e América, sobretudo para o Brasil, desde o vinho de embarque, ao vinho de lotação e de ramo, e ainda o vinagre e a aguardente.

3.3 A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – uma empresa mercantil

Os representantes dos interessados na lavoura duriense apresentaram ao Marquês de Pombal a fórmula da instituição da Companhia, pronta a ser implementada. Este aceitou-a de bom grado porque

estava em causa o mais importante artigo de exportação do país, os rendimentos do fisco, os réditos de conventos e de grandes senhores, a sorte de toda uma região. Ainda por cima, tratava-se de defender a lavoura contra o domínio dos exportadores britânicos na economia do vinho do Porto³³¹.

Ainda assim, nasceu num contexto difícil, dada a situação político-económica que se vivia à altura, desde as consequências do terramoto de 1755, a crise das pescas, a dos produtos coloniais, com destaque para o açúcar, diamantes, ouro e pedras preciosas, donde resultou a recessão do comércio brasileiro e ainda a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que traria a invasão de Portugal por forças espanholas (1762-1763).

Enquanto empresa mercantil, a Companhia desenvolveu negócios não só a nível interno mas também externo, com o norte da Europa, onde se destacou a Inglaterra como principal parceira, bem como a Rússia e a América, onde emergiu com particular importância um mercado natural, o Brasil. É de notar contudo que não lhe foi possível conduzir as suas atividades visando apenas o lucro, como qualquer empresa comercial, uma vez que se viu onerada, desde a sua origem, por um elevado número de encargos e funções que lhe foram atribuídas. Tal facto acarretou-lhe problemas de tesouraria, como por exemplo os que aconteceram a partir de 1760, obrigando o Estado a intervir. A falta

³³¹ MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 71.

de capitais para pagamento dos vinhos que comprou nesse ano ficaram a dever-se também à falta de escoamento dos que adquiriu nos dois anteriores, ou seja, em 1758 e 1759 e que permaneciam em grande parte nos armazéns. Ao longo do tempo, a empresa continuou com uma situação financeira difícil e preocupante, uma vez que mantinha dívidas de montantes muito elevados quer à fazenda real quer aos cofres de várias instituições e depósitos, o que foi sendo minimizado pela proteção governamental, através da concessão de privilégios como a possibilidade de aquisição de vinhos de embarque a preços mais baixos do que aqueles que haviam sido estabelecidos por lei. A Companhia pôde assim garantir os seus negócios e cumprir os objetivos da sua criação, por um lado evitando o monopólio da compra de vinhos pelos ingleses e, por outro, contribuindo de forma determinante para o escoamento dos vinhos do Alto Douro, ainda que muitas vezes em rota de colisão com os lavradores³³².

Enquanto empresa mercantil, a Companhia procurou assegurar mercados para escoar os produtos da sua instituição. Estes estão concatenados no espaço interno, com um comércio de cabotagem em direção à costa portuguesa e no externo ou de exportação, ancorado nos continentes africano, americano, asiático e europeu. Nas fontes compulsadas surgiram várias designações genéricas como “América”, “América Inglesa” ou “Ásia”, sendo que se torna impossível, nestes casos, saber exatamente o porto a que a Companhia destinava os produtos vínicos que comercializava. Ainda assim, podemos aventar que “América” podia reportar-se aos territórios sob tutela inglesa que viriam a constituir os EUA após a guerra de independência (1775-1783), também designados na fonte como “América Inglesa”, ou ao Brasil. Em relação à Ásia pensamos tratar-se dos territórios da Índia, sob administração portuguesa. Esta falta de precisão aconteceu também com a designação de territórios tutelados por países europeus como Angola, Moçambique ou Escócia, entre outros, o que impediu, igualmente, a identificação do porto/cidade a que se dirigiu a exportação. Acrescem ainda as dificuldades de leitura³³³ por deficiente “caligrafia”, impeditivo da identificação do destino, pelo que foi criada a rubrica “não identificados” que, apesar de tudo, contribui para o apuramento do total de exportações. Também com vista à consecução deste objetivo foi criado o item “outros”, que agrega designações que

³³² SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 166.

³³³ As dificuldades de leitura apresentadas nos livros do Arquivo da Real Companhia Velha são muito semelhantes às que foram encontradas nos livros do “subsídio militar” do Arquivo Histórico Municipal do Porto, de que foi dada nota no capítulo anterior.

correspondem à saída de produtos pela alfândega, destinados ao fornecimento das tripulações de navios, tais como: “fora da barra”; “junto à barra”; “para a fragata nau de guerra”; “para a nau de guerra”; “para a navegação”; “para bordo”; “para bordo da nau”; “para bordo do navio”; “para gastos”; “para guarda costa”; “para o capitão”; “para o corsário espanhol”; “para o corsário francês”, “para o capitão do navio”, “para os oficiais do dito navio”.

Importa agora perceber os negócios que a Companhia das Vinhas do Alto Douro realizou, enquanto empresa mercantil, não só no que ao mercado nacional diz respeito, mas também no que concerne às relações comerciais que manteve em vários continentes, com diferentes países e cidades.

3.3.1 O mercado nacional dos produtos vînicos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

No sentido de estimular o comércio interno e dar saída aos produtos da Companhia, a Junta consultou o rei acerca da utilidade recíproca de se transportar anualmente pipas do Alto Douro, do Porto para Lisboa, cujo número não excedesse as quatro mil. D. José I, através de uma carta para o provedor e deputados daquela Instituição, datada de 4 de junho de 1757, informou que havia concedido a 2 de junho tal permissão e enunciou as respetivas condições. Nesta conformidade, passaram a poder navegar para Lisboa, por conta ou sob a direção dos ditos provedor e deputados, as referidas pipas de vinho, sob a condição de serem remetidas à Junta do Comércio para as fazer repartir com equidade pelos mercadores de Lisboa, tomando as cautelas necessárias para não ser exportado, após a sua entrada naquela cidade. Para tratar estas questões ficou determinado o estabelecimento de correspondência mercantil regular entre o secretário da Junta do Comércio e o da Companhia³³⁴. Passados uns meses, já em outubro de 1757, e apesar desta concessão, o vinho chegado àquela cidade não chegava para suprir as necessidades de abastecimento, uma vez que não haviam sido remetidas mais do que setecentas e cinquenta pipas de vinho, o que motivou nova consulta ao rei sobre esta matéria. A Junta do Comércio sugeriu no seu parecer que o monarca mandasse estender a cláusula de concessão aos lavradores, permitindo-lhes carregar vinhos para Lisboa sob a direção da Companhia, nas condições anteriormente

³³⁴ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 82, s.f.

definidas³³⁵. A resolução de D. José I ocorreu a 2 de novembro de 1757, tendo determinado que fosse permitido aos lavradores enviarem vinho para Lisboa, sob a direção e guia da Companhia, desde que fosse oriundo da sua colheita, na tentativa de resolver a falta de abastecimento de vinho da praça de Lisboa, por ausência das remessas dos particulares³³⁶. A Instituição foi informada por carta régia de 5 de novembro de 1757³³⁷.

Os produtos vínicos comercializados pela Companhia, que alimentavam o comércio interno eram o vinho de embarque, o de lotação, o de ramo, o vinho sem especificação e a aguardente. O vinho de embarque, também designado de feitoria, era um produto de primeira qualidade, destinado sobretudo à exportação, ainda que pudesse ser transacionado no mercado nacional, tal como ocorre no caso vertente e consta do quadro nº 36. O vinho de lotação era um vinho inferior, composto pela mistura de vinhos provenientes de vários lotes, daí o seu nome. O vinho de ramo era um vinho corrente, vendido nas tavernas da cidade do Porto e em três léguas em redor, depois alargado para quatro, de que a Companhia das Vinhas do Alto Douro tinha o monopólio. As tavernas que o vendiam colocavam um ramo de louro pendurado à porta, que servia de identificação do local de venda. O vinho sem designação poderá ser de qualquer tipo, ainda que nos inclinemos para que seja de lotação ou de ramo.

A Companhia das Vinhas do Alto Douro desenvolvia, tal como outro mercador qualquer, a atividade comercial. Através do quadro nº 36 pode acompanhar-se a evolução anual do comércio de produtos vínicos que levou a cabo no espaço nacional, durante o período em estudo (1775-1800).

Quadro nº 36 – Comércio interno dos produtos vínicos da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	"Vinho"	Aguardente
1775				53	
1776				227,72	11
1777				113,98	
1778				269,5	51
1779	32,25		96,25		2,25
1780	291,5		2,39		

³³⁵ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 63vº.

³³⁶ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 64.

³³⁷ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 105, fl. 64-64vº.

1781	2,27				
1782	308,75		0,25		4,5
1783	112,25		1,14		
1784	84		21,25		10
1785	106,41				2
1786	242,14				
1787	173,5		1		
1788	65		10		
1789	98		103,5		
1790	156,64		9		
1791	10,62		7		
1792	31,93	0,25	17,5		
1793	116,96	0,25	2,25		
1794	83,64		13,25		
1795	83,18		16,5		
1796	195,85	0,25	14		
1797	79,72		24,75		8
1798	284,19		37		
1799	2019,42		32,74		
1800	469,13		13,25		
Total	5 047,35	0,75	423,02	664,2	88,75

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Pela análise do quadro nº 38, conclui-se que o produto mais comercializado pela Companhia das Vinhas do Alto Douro no mercado nacional foi, de longe, o vinho de embarque, com um total de 5 047,35 pipas³³⁸, o que contrasta vivamente com o vinho de lotação de que foram declaradas apenas 3/4 de pipa, nos anos em análise, pelo que se depreende que este tipo de vinho se destinava a outro tipo de mercado. No que diz respeito ao vinho de ramo saíram pela barra do Douro 423,02 pipas. Comparando este total com o do vinho de embarque, conclui-se que a Companhia transacionou no mercado nacional doze vezes mais pipas de vinho de primeira qualidade do que de vinho corrente. Estes resultados levam-nos a aventar a possibilidade de aquela Instituição, que tinha o privilégio da venda de vinho de ramo no Porto e em três léguas em redor, alargado para quatro pelo alvará de 16 de dezembro de 1760, o tenha

³³⁸ Foi tomada como referência a medida de uma pipa regulada pelo tacho da Câmara do Porto e das do Alto Douro que somava 21 almudes e seis canadas (alvará de 20.12.1773) ou 21,5 almudes (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha, Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 55).

reservado para abastecer os propostos, ou seja, os taverneiros aprovados para a sua venda, sendo possível que o mesmo tenha ocorrido com as tavernas do Douro a partir de 1773, aquando da grande devassa aí ocorrida. Por conseguinte, se a venda de vinho de ramo na cidade do Porto e em quatro léguas em redor, bem como nas tavernas do Douro, em regime de exclusivo foi um privilégio, foi também um dever a que a Companhia não pôde eximir-se, uma vez que tinha de garantir o abastecimento de forma regular e eficaz às tavernas sob a sua alçada³³⁹, pelo que o vinho corrente não saiu pela barra do Douro para o mercado nacional em quantidades expressivas.

No que concerne ao vinho não especificado foram expedidas para o mercado interno 664,2 pipas, o que corresponde à comercialização de quantidades 7,6 vezes menores do que as assinaladas para o vinho de embarque. Apesar de não estar especificada a sua tipologia, equaciona-se a possibilidade de se tratar de vinho corrente ou mesmo de vinho de lotação, dadas as pequenas quantidades comercializadas nos dois casos e do curto período em que ocorreram, 1775 a 1778. Para além da possibilidade de ter havido um engano por parte do escriba que registou os manifestos, é possível que haja outra explicação ligada às dificuldades financeiras da Companhia, uma vez que mantinha dívidas muito elevadas, e muitos vinhos por vender. Apesar de em 1774 se ter verificado alguma melhoria, ainda estavam nos seus armazéns 22 954 pipas e nos dos mercadores cerca de 40 000, à espera de comprador. Cumulativamente havia as manobras dos ingleses que tinham acordado o boicote aos vinhos da Instituição, levando alguns a considerar que estava falida ou a caminho disso. Valeu-lhe mais uma vez a ajuda governamental que se manteve nos anos seguintes, tendo sido autorizada a comprar vinhos de todas as qualidades a preços inferiores aos fixados, e a vender também a baixo preço os vinhos sequestrados pela devassa de 1772-1775 e ainda a vender vinho de embarque de baixa qualidade como vinho de ramo. Claramente que a Companhia fez tábua rasa das leis que devia cumprir e fazer cumprir, vendendo como vinho de ramo vinho de embarque e vinho de embarque como vinho de ramo, provocando a descida dos preços para os seus produtos³⁴⁰. Pode então concluir-se que a Companhia não manifestou vinhos, exceto o não especificado, entre os anos de 1775 a 1778, muito provavelmente porque tomou para si os vinhos da devassa manifestados

³³⁹ A fonte compulsada é composta pelos movimentos de saída pela alfândega dos produtos vínicos da Companhia, não havendo referências aos valores que se consumiam nas tavernas da cidade do Porto e no perímetro sob monopólio da Instituição.

³⁴⁰ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 171.

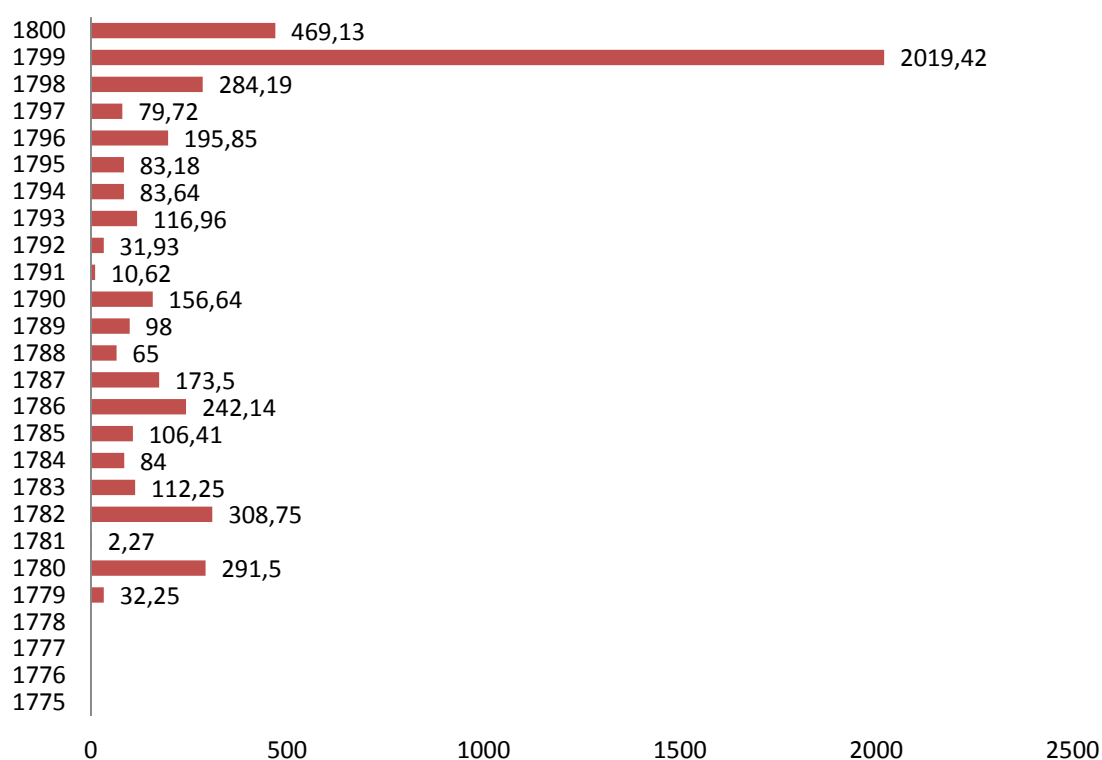
pelos seus proprietários, mas também porque vendeu o vinho de embarque como de ramo e este como de embarque, deixando de se distinguir claramente o seu tipo, podendo ser esta a razão para o aparecimento da designação genérica de vinho.

No caso da aguardente, saíram pela barra do Douro 88,75 pipas, o que corresponde a uma quantidade muito pouco expressiva se se tiver em conta o período em apreço.

Pode ainda constatar-se que as quantidades dos vários produtos comercializados pela Companhia foram bastante irregulares, ao longo dos anos. Assim, não é possível encontrar uma tendência de crescimento ou decréscimo para qualquer um dos produtos.

Para uma melhor visualização das saídas anuais de vinho de embarque pela barra do Douro, em direção ao mercado nacional, apresenta-se o gráfico nº 20.

Gráfico nº 20 – Comércio interno do vinho de embarque da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)



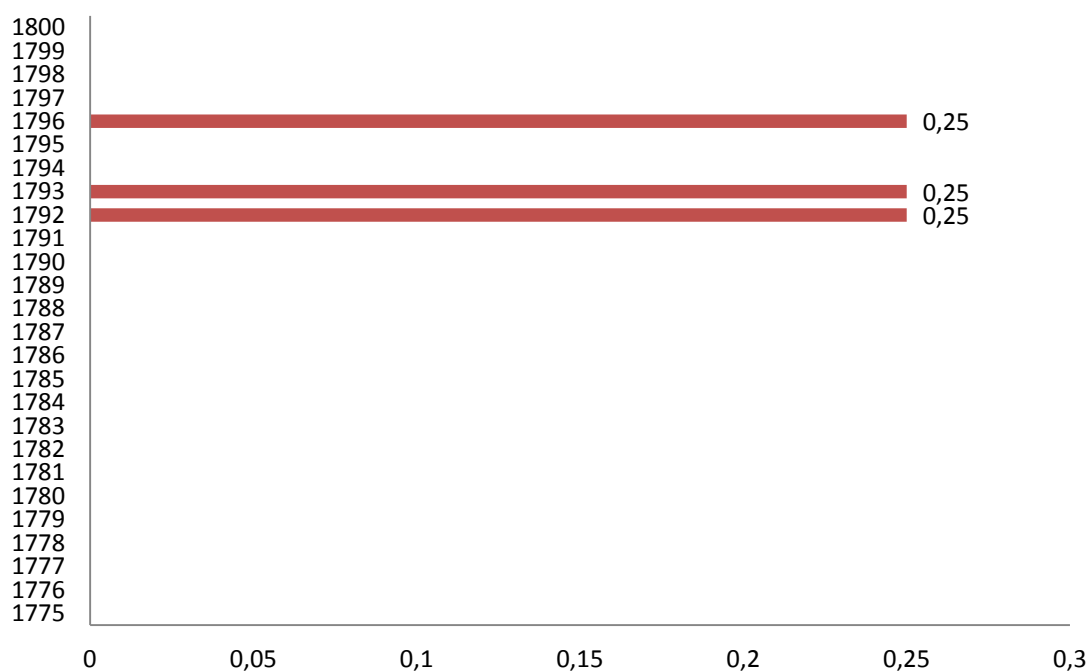
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

O gráfico nº 20 dá ideia da irregularidade ocorrida na comercialização de vinho de embarque por parte da Companhia, no mercado nacional. Fica claro, através da sua

análise, que entre os anos 1775 e 1778 não houve qualquer movimento deste produto através barra do Douro e, nos que se seguiram, não se verificou qualquer tendência nas quantidades manifestadas, sendo de assinalar oscilações substanciais de ano para ano. Merecem destaque os anos de 1781 e de 1799 dado que no primeiro foi manifestada a menor quantidade do período em estudo: 2,27 pipas e o segundo apresenta o maior volume expedido: 2 019,42 pipas, o que constitui um máximo absoluto dos anos em análise. Por último, também merecem referência pela maior expressão de comércio interno de vinho de embarque da Companhia, os anos de 1800 com 469,13 pipas, 1782 com 308,75 pipas e 1780 com 291,5 pipas.

O vinho de lotação foi comercializado em quantidades absolutamente residuais, cuja evolução pode ser acompanhada através do gráfico nº 21.

Gráfico nº 21 – Comércio interno do vinho de lotação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)

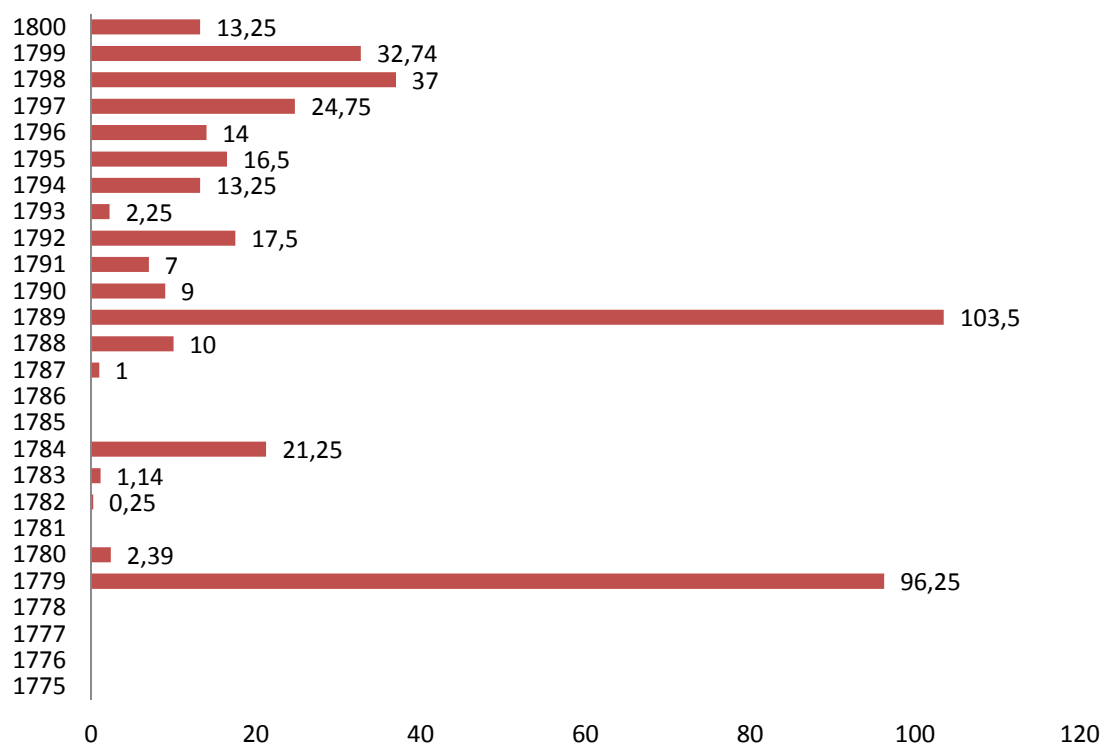


Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Facilmente se conclui que a Companhia não comercializava vinho de lotação no mercado interno, sendo residual a expressão de tal movimento nos anos de 1792, 1793 e 1796 com 0,25 pipas em cada um. Este tipo de vinho dirigia-se sobretudo para o mercado externo.

Passa agora a analisar-se o comportamento do vinho de ramo no que ao comércio interno diz respeito, através do gráfico nº 22.

Gráfico nº 22 – Comércio interno do vinho de ramo da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)

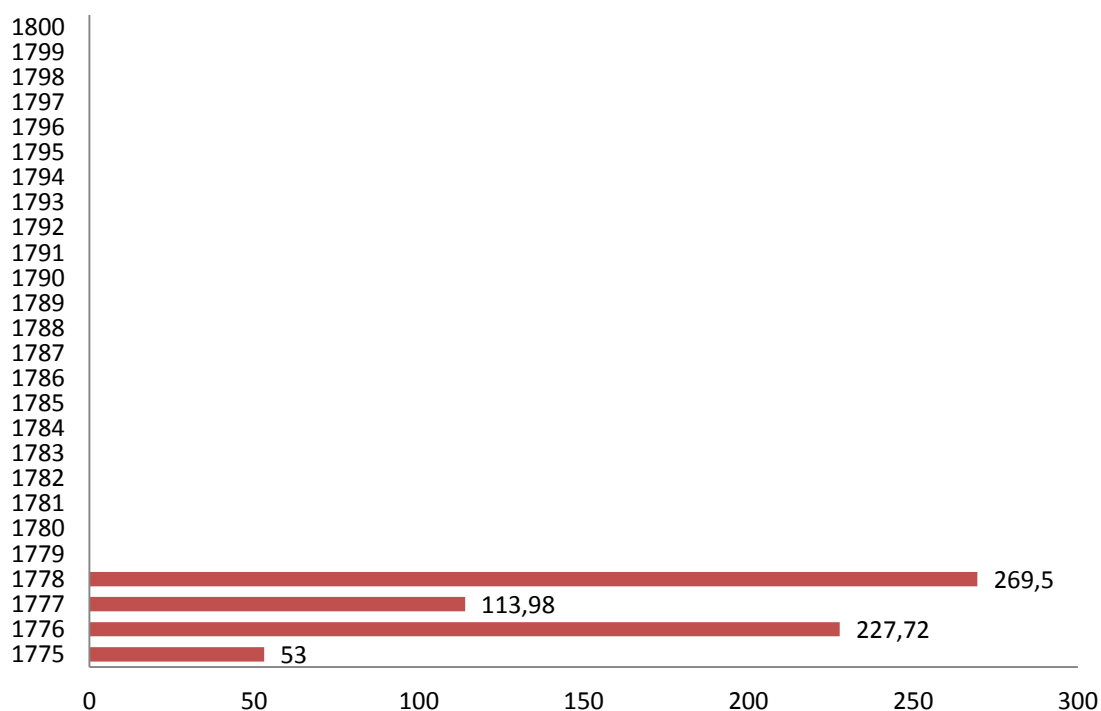


Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

O gráfico nº 22 permite concluir que houve dois períodos bastante distintos em termos de quantidades comercializadas de vinho de ramo: o que vai de 1775 a 1787 que foram muito reduzidas ou mesmo inexistentes, com exceção para o ano de 1779, com 96,25 pipas; já entre 1788 e 1800 houve manifestos em todos os anos, com o mínimo de 2,25 pipas em 1793 e o máximo em 1789 com 103,5 pipas. Conclui-se que são pouco significativas as quantidades de vinho de ramo comercializadas pela Companhia no mercado nacional, ao longo do período em apreço.

Tal como já referido, em quatro anos de manifestos, de 1775 a 1778, o registo feito pelo escrivão da Companhia não identificou os diferentes tipos de vinho saídos pela barra do Douro, tendo-os registado como “vinho”, cujas quantidades movimentadas podem ser analisadas através do gráfico nº 23.

Gráfico nº 23 – Comércio interno de “vinho” da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)



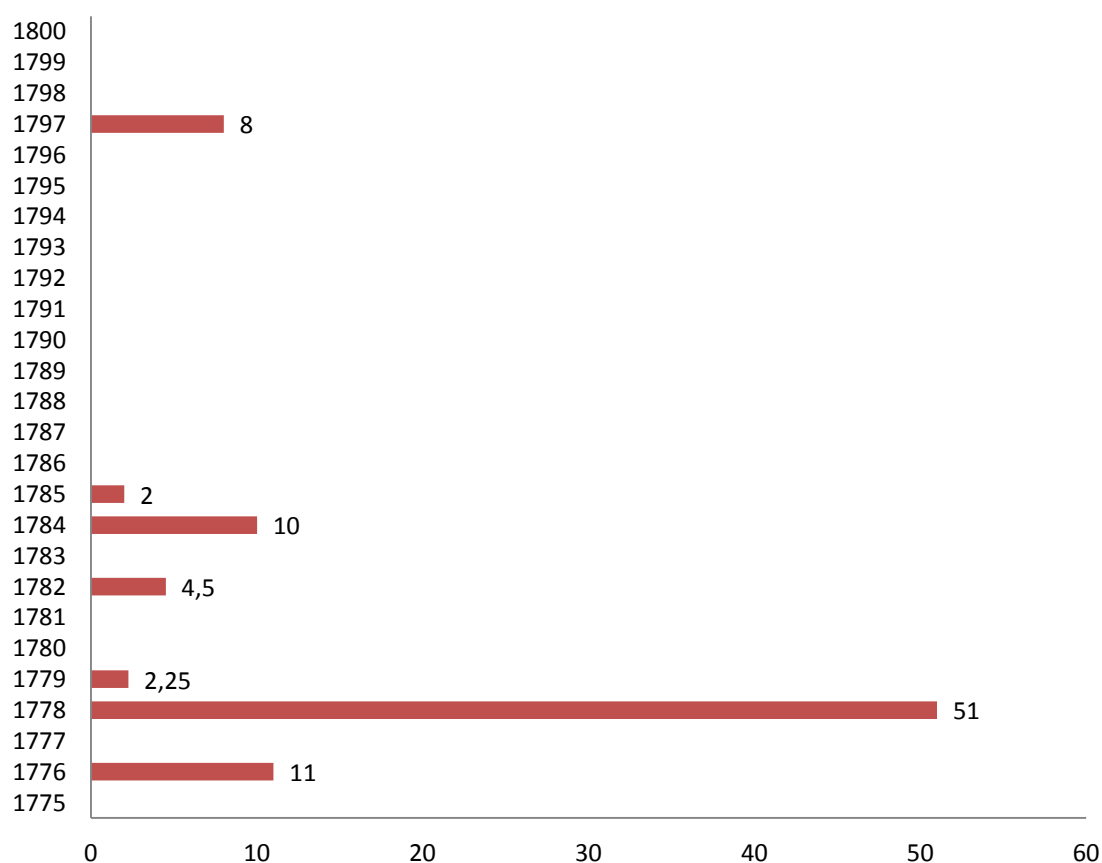
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os movimentos relativos à comercialização de “vinho” por parte da Companhia no mercado nacional apenas ocorreram em quatro anos, de 1775 a 1778. Constata-se que os valores foram pouco significativos, além de apresentarem grande assimetria. Destaca-se 1778 como o melhor ano, em que foram comercializadas 269,5 pipas, assinalando-se 1775 como aquele em que foi expedido o menor volume de “vinho”, no valor de 53 pipas.

A aguardente também alimentou o fluxo do comércio interno da Companhia. Esta detinha o privilégio exclusivo, através do alvará de 16 de dezembro de 1760, de instalar fábricas de aguardente nas três províncias do norte, Beira, Minho e Trás-os-Montes. Aos lavradores só era permitido destilarem em alambiques próprios vinhos e borras de que eram proprietários. A 16 de julho de 1769 foi concedida à Companhia autorização para o estabelecimento de fábricas em Mira e nas terras que pertenciam à Casa da Rainha e, através do alvará de 10 de Abril de 1773, foi terminantemente proibido a toda e qualquer pessoa, mesmo aos boticários, a produção de aguardente. Em contrapartida, nos locais onde a Companhia não tivesse ainda estabelecido fábricas, os

habitantes podiam dispôr das suas e transportá-las para fora do exclusivo da Companhia, não podendo navegá-las pelos rios Douro, Vouga e Mondego. Estavam nestas circunstâncias os habitantes da Guarda, Fundão, Trancoso e outros concelhos da Beira Alta. Este exclusivo alargado da Companhia foi reduzido a 7 de Janeiro de 1782 à cidade do Porto e quatro léguas em redor e no Alto Douro às terras demarcadas para o vinho de embarque e meia légua à volta das suas balizas. Esta resolução permitiu aos lavradores dispôr da sua aguardente como bem entendessem. Podiam, contudo, vendê-la por ajuste à Companhia, que a mandava provar. Tinham ainda a possibilidade de a expedir para o reino, fora da região exclusiva daquela Instituição³⁴¹.

Gráfico nº 24 – Comércio interno de aguardente da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1755-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

³⁴¹ Sousa, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 107-109.

Analisando o gráfico nº 24, verifica-se que o comércio interno de aguardente apresenta uma acentuada disparidade entre 1775 e 1800, com vários anos em que não foi comercializada qualquer pipa. Foi em 1778 que se atingiu o máximo do valor comercializado do período em análise, com 51 pipas. O mínimo verificou-se no ano de 1785 com duas pipas manifestadas. Dada a distribuição já referida, não é possível retirar qualquer conclusão quanto à evolução da quantidade de aguardente comercializada no mercado interno.

É evidente que a Companhia transacionou quantidades muito reduzidas no mercado nacional. Pondera-se a possibilidade de a causa se relacionar com o exclusivo concedido à Instituição a partir de 1760, nas três províncias do norte, para a produção e venda de aguardente destinada a tratar os vinhos de embarque. Isto significa que tinha de abastecer o mercado, nomeadamente a cidade do Porto onde se encontravam a maioria dos comerciantes, nacionais e estrangeiros, que precisavam de a adquirir para preparar os seus vinhos de feitoria³⁴², pelo que a Companhia poderá ter tido dificuldade em abastecer também o resto do país. Para contornar o problema da escassez chegou mesmo a importá-la do estrangeiro, nomeadamente em 1790-1791 e os britânicos queixaram-se diversas vezes, acusando a Instituição de falta de abastecimento. A correspondência do cônsul britânico no Porto, entre 1793 e 1800, revela exatamente tais dificuldades na sua aquisição, obrigatoriamente feita à Companhia, bem como os preços elevados que atingiu³⁴³.

Passa agora a analisar-se os portos de destino do comércio interno dos produtos vínicos da Companhia, bem como os anos de saída e as quantidades anuais de cada um deles.

³⁴² A aguardente era adicionada aos vinhos do Douro com vista à sua fortificação. Esta operação era realizada nas adegas do Douro, pelo menos desde a primeira metade do século XVIII, o que não significa que os mercadores não adiciassem mais alguma durante as lotações ou antes do embarque. Em muitos casos, ainda antes da instituição da Companhia, era adicionada aguardente ao mosto durante a fermentação para se obterem vinhos mais doces. Posteriormente e até ao início do século XIX, sobreveio a tendência para vinhos mais secos, o que levou os lavradores a fazer vinhos com fermentação completa, procedendo à adição de aguardente nos tonéis *a posteriori*, muitas vezes por altura do S. Martinho (PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 94-114).

³⁴³ Sousa, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 192-195.

Quadro nº 37 – Portos de destino e anos de manifestos do comércio interno de produtos vínicos, em pipas, da Companhia das Vinhas do Alto Douro (1775-1800)

Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	“Vinho”	Aguardente
Figueira da Foz	2,44		2,75		
1792	0,58				
1795			0,25		
1797			0,25		
1798			1		
1799	1,17		0,75		
1800	0,69		0,5		
Ilha de Faro	0,64				
1791	0,64				
Ilha do Faial	1				
1785	1				
Lisboa	5043,27	0,75	419,27	654,2	88,75
1775				53	
1776				227,72	11
1777				103,98	
1778				269,5	51
1779	32,25		96,25		2,25
1780	291,5		2,39		
1781	2,27				
1782	308,75		0,25		4,5
1783	112,25		1,14		
1784	84		20,25		10
1785	105,41				2
1786	242,14				
1787	173,5		1		
1788	65		10		
1789	98		103,5		
1790	156,64		9		
1791	9,98		7		
1792	31,35	0,25	17,5		
1793	116,96	0,25	2,25		
1794	83,64		13,25		
1795	83,18		16,25		
1796	195,85	0,25	14		
1797	79,72		24,5		8
1798	284,19		36		
1799	2018,25		31,99		
1800	468,44		12,75		
Viana			1		
1784			1		

Vila Real de Santo Ant ^o				10	
1777				10	
Total	5 047,35	0,75	423,02	664,2	88,75

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os destinos das transações da Companhia, a nível interno, foram: Figueira da Foz, Ilha de Faro, Ilha do Faial, Lisboa, Viana e Vila Real de Santo António. De realçar que Lisboa foi o principal mercado para os produtos vónicos uma vez que rececionou a quase totalidade daqueles que a Instituição destinou ao comércio interno.

O vinho de embarque foi enviado para apenas quatro destinos, sendo que para três deles as quantidades expedidas foram muito exíguas. Assim, a maior parte foi remetida para a capital, num total de 5 043,27 pipas, o que representa uma percentagem de 99,91% do vinho de embarque comercializado no mercado nacional. Em segundo lugar destaca-se a Figueira da Foz que rececionou 2,44 pipas, seguida da Ilha do Faial com uma pipa e da Ilha de Faro com 0,64. O vinho de lotação teve como destino apenas a cidade de Lisboa, onde a Companhia colocou $\frac{3}{4}$ de pipa. O vinho de ramo foi comercializado na Figueira da Foz, Lisboa e Viana, num total de 423,02 pipas. A maior quantidade (419,27) foi colocada em Lisboa, o que corresponde a uma percentagem de 99,11% do mercado deste tipo de produto. A Figueira da Foz vem em segundo lugar com 2,75 pipas, ou seja, 0,65% do total enviado, a uma grande distância dos valores recebidos por Lisboa. O terceiro e último destino foi Viana onde a Companhia comercializou uma pipa, o que corresponde a uma percentagem absolutamente irrisória. O produto designado genericamente como “vinho” foi enviado pela Companhia para dois destinos; Lisboa, que recebeu 654,2 pipas, o que corresponde a 98,5% do total e Vila Real de Santo António para onde a Instituição enviou dez pipas. A aguardente também compunha a plêiade de produtos transacionados a nível interno, tendo sido expedida para Lisboa, único destino, que recebeu 88,75 pipas.

É de assinalar o caso particular da capital que no ano de 1799 viu aumentar de forma bastante acentuada a quantidade de vinho de embarque rececionado, uma vez que nos anos anteriores as quantidades comercializadas oscilavam entre o mínimo de 2,27 pipas em 1781 e o máximo de 2 018,25 no ano de 1799, sem que no entanto tenha ultrapassado as 468,44 nos restantes anos.

Pode então concluir-se que de todos os produtos v nicos comercializados internamente pela Companhia, entre 1775 e 1800, o maior número de pipas correspondeu em primeiro lugar ao vinho de embarque, supostamente para exportação, que somou no mercado interno um total de 5 047,35 pipas, em segundo lugar o "vinho" sem tipo especificado uma vez que foram enviadas para Lisboa 664,20 pipas, ficando o vinho de ramo em terceiro lugar, pela comercialização de 423,02 pipas. A última posição coube ao vinho de lotação, uma vez que apenas foram enviadas para Lisboa é de pipa. No que   aguardente diz respeito foram comercializadas 88,75 pipas. Também ficou claro que o principal e quase único mercado para todos os produtos comercializados pela Companhia, a nível interno, foi a capital do reino.

3.3.2 O comércio externo dos produtos v nicos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

A Companhia das Vinhas do Alto Douro mantinha uma atividade comercial semelhante   que era desenvolvida pelos comerciantes registados como legítimos exportadores³⁴⁴, nacionais ou estrangeiros, nomeadamente ingleses, a comunidade mais numerosa estabelecida na cidade do Porto. Possuía porém prerrogativas, como os privilégios exclusivos, que a distinguiam das restantes forças económicas, algumas das quais com reflexos na atividade exportadora e destinadas a garantir o seu poder e estabilidade econ mica.

O quadro n  38 permite avaliar a dinâmica da exportação dos produtos v nicos comercializados pela Instituição em cada ano do período em apreço.

Quadro n  38 – Exportação de produtos v nicos da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	"Vinho"	Aguardente	Vinagre
1775	313,26				1590		
1776	1700,93				340,49	55	100
1777	3143,25				3191	494,14	303
1778	3922,34				1358,75	624,16	90
1779	3721			2303,5	4315,25	110,25	18

³⁴⁴ Pode consultar-se a lista dos "negociantes nacionais, legítimos exportadores de vinhos de embarque, aprovados desde a instituição da Companhia até 1821" em: SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006, p. 88-89.

1780	6571,25			313,39	2790	378	102
1781	4775,75			1149,5	2143,25	88	2
1782	4741,5	1720		1840	1700		2
1783	938,64		2677,5	5170		8	46
1784	3228,5		3648,5	1,25		4	
1785	2467,99		3612	1764,23			
1786	2232		2923	2018,5			
1787	2528		3684	1253,5			
1788	3256,5		2086	1816		1	
1789	3099,25		2816	3024,75			
1790	3113,75		1440	1380,25			
1791	4491,92		1130	800,42			
1792	5326,11		1374	1473,5			
1793	3387,62		763,25	799			
1794	5190		1750	1478,23			0,5
1795	5351		865	1201			
1796	774,7			844,5			
1797	1069,8		1826	589			
1798	4501,98		2502,25	675			
1799	5307,36		0,5	475,5			1
1800	7535,81			1			
Total	92 690,21	1720	33 098	30 372,02	17 428,74	1 762,55	664,5

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

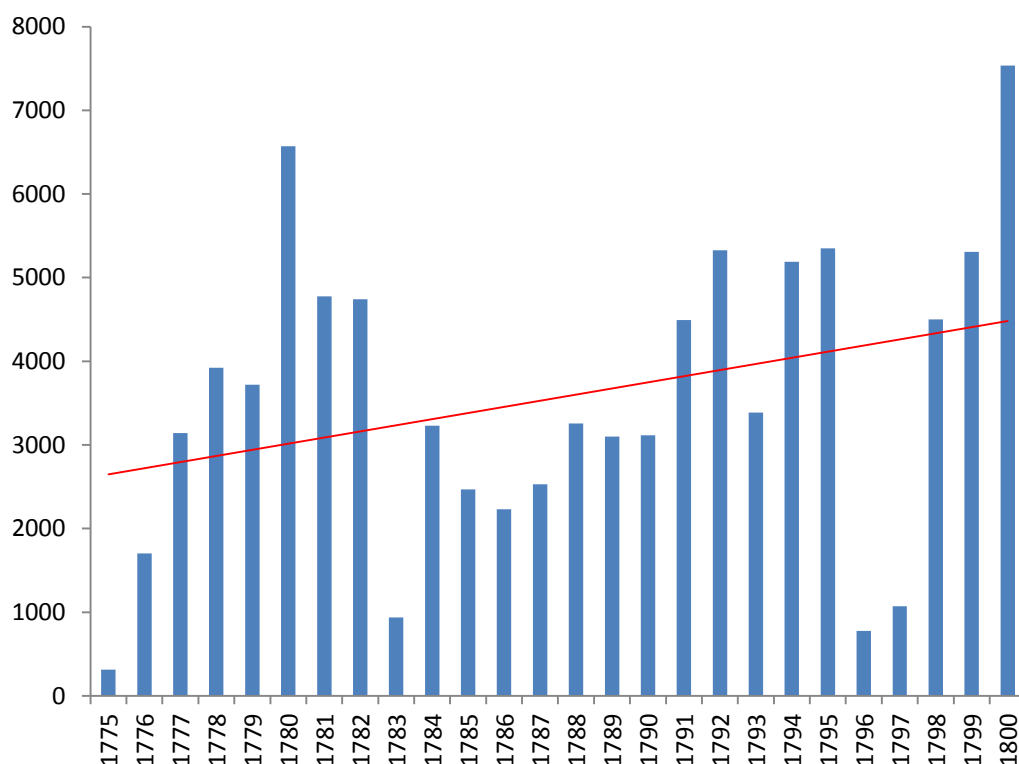
Constata-se que os produtos exportados pela Companhia, entre 1775 e 1800, eram o vinho de embarque, um vinho de primeira qualidade, também designado por vinho de feitoria, destinado à exportação, sobretudo para o mercado inglês, o vinho de embarque do Brasil, o vinho de lotação, ambos de segunda qualidade, dependendo das lotações selecionadas para as misturas que os constituíam, o vinho de ramo, para consumo corrente, o vinho sem especificação do seu tipo, a aguardente e o vinagre.

É de salientar que o termo de abertura do livro n.º 1, referente ao *Manifesto de todos os vinhos...*, fonte utilizada para inferir do trato vinícola da Companhia, data de 17 de julho de 1775, não havendo registo detalhado do início do ano até esta data. Há, contudo, um resumo que apresenta tão só os totais exportados. Assim, o provedor e deputados, em nome da empresa, exportaram 1 056 pipas e 11 almudes³⁴⁵.

³⁴⁵ Arquivo da Real Companhia Velha – “Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade” – *Relação dos vinhos despachados para o Norte desde Janeiro the o fim de Junho, em hua breve averiguação pello Consullado*, liv. 1, fls. 110-110vº.

O quadro nº 38 permite verificar desde logo que a quantidade exportada de vinho de embarque pela Companhia (92 690,21 pipas) foi cerca de três vezes superior aos valores expedidos do vinho de ramo, bem como do vinho de lotação e representa 52,87% do total da exportação de todos os outros vinhos. Como complemento ao quadro nº 38, apresenta-se o gráfico nº 25, com o objetivo de facilitar a interpretação da mesma.

Gráfico nº 25 – Exportação, em pipas, do vinho de embarque da Companhia das Vinhas do Alto Douro (1175 - 1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Focando a atenção na linha de tendência, rapidamente se conclui que ao longo dos anos em análise a quantidade exportada de vinho de embarque foi aumentando, apesar de apresentar algumas oscilações nos valores expedidos, tal como se verifica para os anos de 1783, 1796 e 1797, em que as descidas são mais acentuadas.

É passível de se inferir, através destes resultados, que houve uma melhoria da situação económica e financeira da Companhia, apesar de esta ter sido instada pelos credores, após a morte de D. José e a subida ao trono de D. Maria I, a devolver os fundos que havia transferido para os seus cofres, o que recusou, tendo informado o

Governo que a sua posição resultava dos prejuízos elevados que sofrera na compra dos vinhos do Alto Douro, a fim de evitar a baixa dos preços dos vinhos de embarque entre 1774 e 1777 e dos desfalques perpetrados pelos administradores do Rio de Janeiro e outras perdas, incluindo uma corveta carregada de vinhos, no Atlântico, e ainda devido aos pagamentos que fez à Fazenda Real, que só em 1777 ascenderam a mais de 219 contos³⁴⁶.

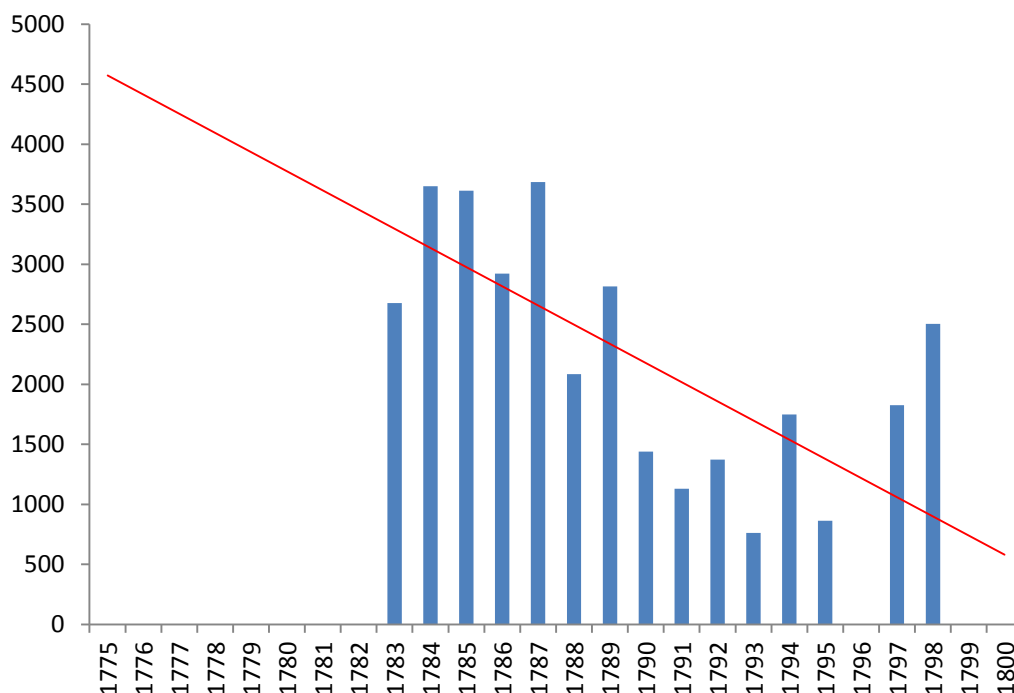
Constata-se, através do quadro nº 38, que a Companhia transacionou episodicamente no ano de 1782, 1 720 pipas de vinho de embarque do Brasil, o que representou 0,98% do total da exportação de vinhos, não voltando a fazê-lo até 1800.

O valor apurado para a comercialização de vinho de lotação foi de 33 098 pipas, cuja percentagem relativa é de 18,88%, sendo de assinalar que não houve registos de transações entre os anos de 1775 a 1782, e também nos de 1796 e 1800. Percebe-se ainda que os anos dos manifestos de "vinho" de tipo não especificado coincidem com os de inexistência da exportação de vinho de lotação, pelo que se poderá admitir que tenha havido uma transferência de quantidades deste tipo para aquele, embora não se possa excluir a possibilidade de o mesmo ter ocorrido com algumas quantidades dos restantes.

Através do gráfico nº 26, abaixo apresentado, onde se inclui uma linha de tendência, pretende-se facilitar a compreensão do comportamento do vinho de lotação, ora em análise.

³⁴⁶ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 171.

Gráfico nº 26 – Exportação, em pipas, de vinho de lotação pela Companhia das Vinhas do Alto Douro (1775 - 1800)



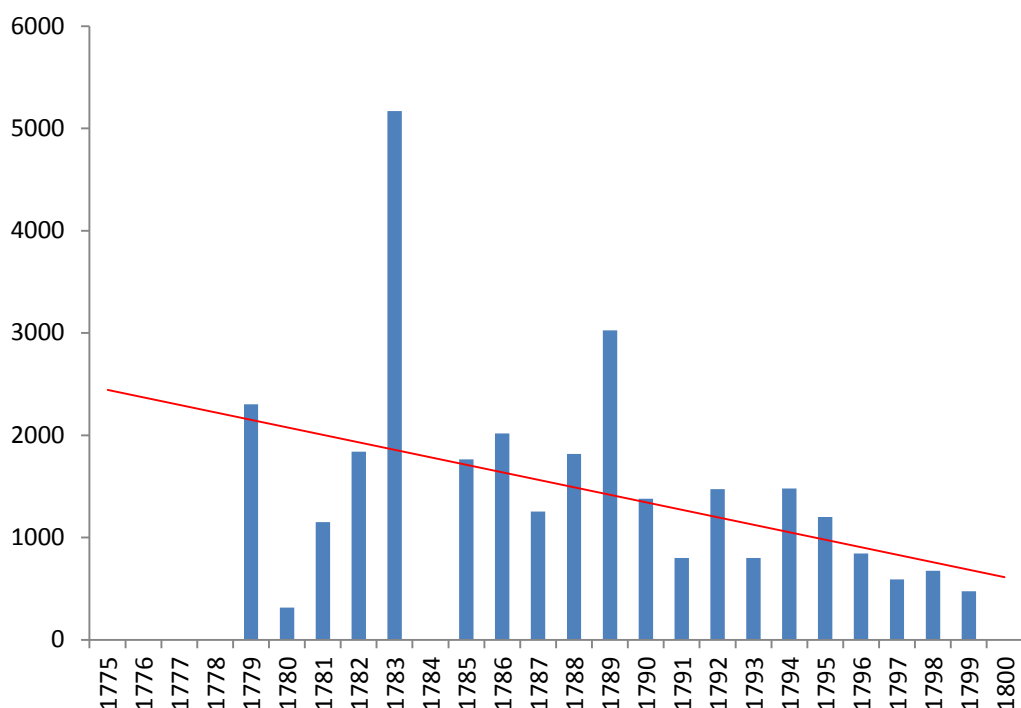
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Como se constata pelo gráfico nº 26, apesar da ausência de valores nos anos 1775-1782, é clara a tendência geral de decrescimento ao longo do período situado entre 1775 e 1800, como aliás se pode comprovar pela reta de tendência com inclinação negativa em relação ao comércio de vinho de lotação.

O vinho de ramo foi o terceiro tipo de vinho mais exportado pela Companhia, cujo valor atingiu o montante de 30 372,02 pipas, o que representou 17,32% do total dos vinhos comercializados no mercado externo, sendo de referir que a Companhia não procedeu a qualquer exportação deste tipo de produto nos anos de 1775 a 1778 e no ano de 1800 exportou apenas uma pipa.

Pretende-se esclarecer com o gráfico nº 27, elaborado a partir do quadro nº 38, a tendência das exportações de vinho de ramo realizadas pela Companhia.

Gráfico nº 27 – Exportação de vinho de ramo pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775 - 1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Este gráfico apresenta a evolução da exportação de vinho de ramo pela Companhia, tornando-se claro pela inclinação da reta de tendência que esta é de decrescimento moderado.

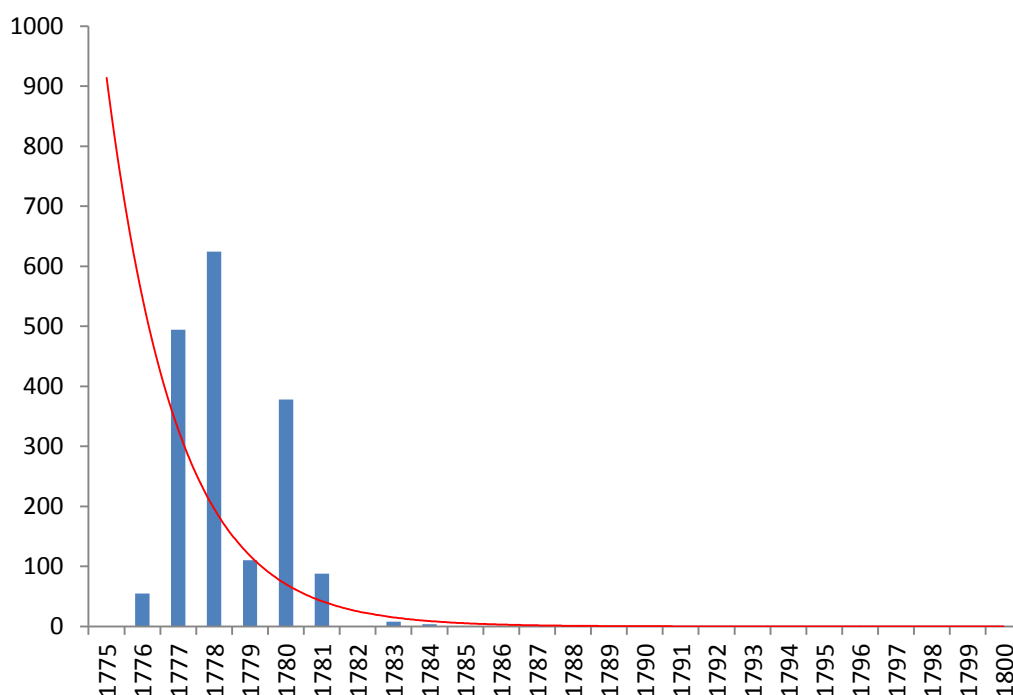
Quanto ao vinho de tipo não definido, foram exportadas 17 428,74 pipas de vinho, o que corresponde a 9,94%, tendo sido comercializado pela Companhia sob esta designação durante oito anos, isto é, entre 1775 e 1782.

Pode então concluir-se que o tipo de vinho mais exportado pela Companhia foi o de embarque, seguido do de lotação, depois o de ramo, e o "vinho" de tipo não definido e, por último, com o valor mais baixo, o vinho de embarque do Brasil.

No que concerne aos restantes produtos víquicos, a Companhia expediu 1 762,55 pipas de aguardente, sendo de destacar como os melhores anos de exportação 1778 com 624,16 pipas, 1777 com 494,15 e 1779 com 110,25 pipas. Conclui-se, por conseguinte, que é irregular o movimento de exportação de aguardente entre os anos de 1776 e 1781, ocorrendo a partir daí expedições periódicas, nomeadamente entre 1783 e 1788, acabando por desaparecer completamente, a partir deste último ano, do registo das exportações da Companhia.

O gráfico nº 28 permite compreender melhor a evolução da exportação de aguardente feita pela Companhia.

Gráfico nº 28 – Exportação de aguardente pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775 - 1800)



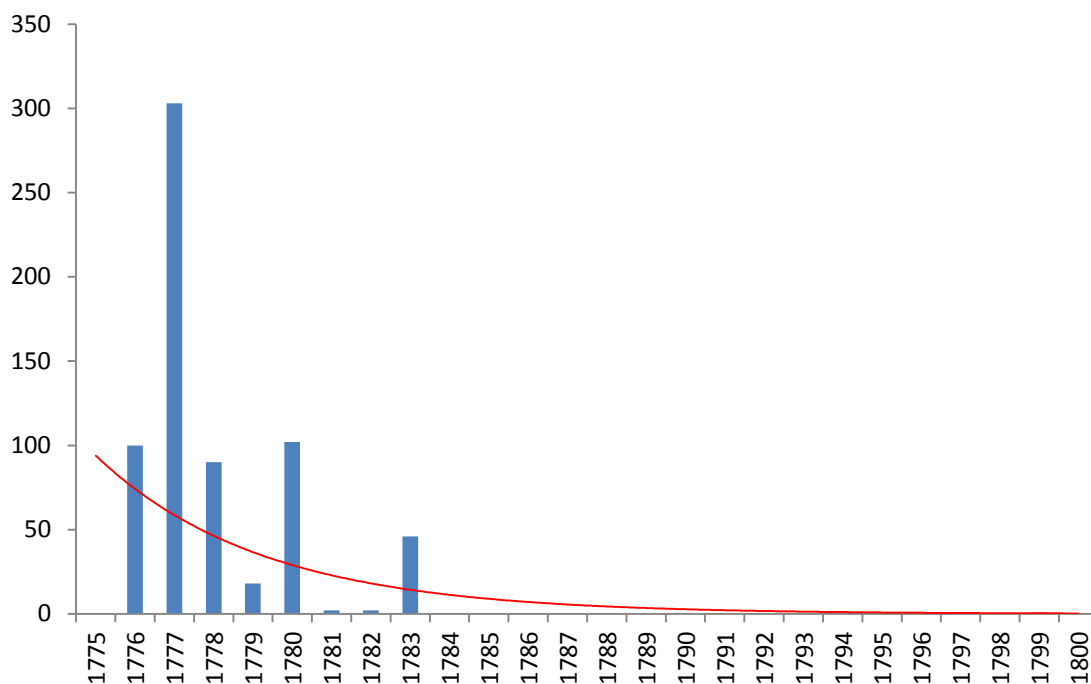
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Foi escolhida para este gráfico uma curva de tendência de aproximação exponencial, em vez da reta de tendência usada nos gráficos anteriores, uma vez que esta apresentaria valores negativos, dificultando a visualização. Conclui-se que a tendência das quantidades de aguardente exportadas pela Companhia nos anos em análise foi de decrescimento acentuado, acabando por chegar a zero pipas a partir do ano de 1785, com exceção de uma que foi exportada em 1788.

O total de vinagre comercializado no mercado externo foi de 664,5 pipas e apresenta, tal como a aguardente, oscilações bruscas uma vez que em alguns anos duplicou o número de pipas transacionadas, noutros diminuiu para valores irrisórios ou então desapareceu do registo. Destacam-se como os melhores anos para a sua exportação 1777 com 303 pipas, 1780 com 102 e 1776 com 100 pipas.

Por último, apresenta-se o gráfico nº 29 que permite avaliar a evolução da exportação do vinagre, promovida pela Companhia ao longo dos anos em análise.

Gráfico nº 29 - Exportação de vinagre pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas (1775 - 1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Analisando com especial enfoque a curva de tendência, conclui-se que nos anos de 1775 a 1800 a evolução da exportação de vinagre foi negativa. Isto deve-se principalmente ao facto de a partir do ano de 1785 não ter sido exportado qualquer quantidade deste produto, excetuando os anos de 1794, em que foi registado o movimento de $\frac{1}{2}$ pipa, e de 1799 uma também, à semelhança do ocorrido com a aguardente.

Importa agora identificar, através do quadro nº 39, os destinos para onde se dirigiam os produtos comercializados pela Companhia, cruzando-os com as quantidades por anos.

Quadro nº 39 – Exportação dos produtos v nicos da Companhia das Vinhas do Alto Douro por destinos e por anos, em pipas (1775-1800)

Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Vinagre
América	29,5						
1791	16						
1794	13,5						
América Inglesa	1860,64			35		0,5	
1780	307			35			
1783	105,14						
1784	185					0,5	
1785	228						
1786	485						
1789	50						
1790	20						
1791	177,25						
1792	150						
1794	29,25						
1795	2						
1796	6						
1797	7						
1798	1						
1799	3						
1800	105						
Angola	1044				60,49		
1775					60		
1776					0,49		
1783	100						
1786	150						
1788	120						
1789	45						
1790	169						
1792	460						
�sia	147,47						
1785	147,47						
Brasil	2788,23		26771,75	6647,48	17368,25	654	614
1775					1530		
1776					340	55	100
1777					3191	200	300
1778					1358,75	34	90
1779					4315,25	110	18
1780					2790	167	102
1781					2143,25	88	2
1782	170,25			1840	1700		2
1783				4800			

1784	1790						
1785			3612				
1786			2923				
1787			3684				
1788			2086				
1789	100		2816				
1790	151,5		1440	0,25			
1791	7		1130				
1792	76,25		1373,75	3,5			
1793	3,25		763,25				
1794	75		1750	0,23			
1795	3,75		865	0,5			
1796	5,45						
1797	33		1826	1,5			
1798	8,82		2502,25				
1799	21,83		0,5	1,5			
1800	342,13						
Dinamarca	2,75		0,25	66,14			
1776	1						
1780				66,14			
1790	1						
1792	0,5		0,25				
1794	0,25						
Espanha	117			30			
1777	10						
1778	107						
1779				30			
França	4,25						
1777	1,25						
1786	1						
1788	2						
Holanda	369,92			225,92		62,25	0,5
1776	2						
1777	6					2	
1778	194					60	
1779	20,25					0,25	
1780	2,5			56,5			
1782	15						
1783	2			134			
1784	10						
1785	3						
1786	6,5						
1787	0,5						
1788	9						
1789	20,5						
1790	11						
1791	33,42			0,42			
1792	8						

1793	10						
1794	12			18			0,5
1795	1						
1796	2			12			
1797	1,25						
1798				5			
Índia	10						
1792	10						
Inglaterra	79380,29			2304,25		282,8	
1775	309,02						
1776	1694,93						
1777	3056					282,14	
1778	3551,34					0,16	
1779	3431,25			2023,5			
1780	5008			30,75			
1781	3928,75						
1782	3427,5						
1783	630,5						
1784	1151,5					0,5	
1785	2032,29						
1786	1526,5						
1787	2353,5						
1788	2943						
1789	2709						
1790	2679						
1791	3978,75						
1792	4426,58						
1793	3263,64						
1794	4877,75						
1795	5131,25						
1796	617,75						
1797	939,75						
1798	4411,49			250			
1799	4907,75						
1800	6393,5						
Irlanda	2834,5						
1775	4						
1777	13						
1778	44						
1779	266,5						
1780	119						
1781	26						
1782	80						
1783	94						
1784	90						
1785	40						
1786	58						
1787	164						

1788	139						
1789	151,5						
1790	66,5						
1791	257						
1792	137						
1793	105						
1794	106,5						
1795	79						
1796	105						
1797	10						
1798	43,5						
1799	116						
1800	520						
Itália	1,98			1,25			
1784				1,25			
1790	0,5						
1793	1,48						
Norte	1,75						
1779	1,75						
Noruega	180,5						
1795	54						
1799	126						
1800	0,5						
Rússia	3419,03	1720	6176	20567,98		448	47
1778						310	
1779				250			
1780	1134,25			75		126	
1781	811			1149,5			
1782	1043	1720					
1783	2		2677,5	180		8	46
1784			3498,5			3	
1785	15,23			1764,23			
1786				2018,5			
1787				1253,5			
1788	36,5			1816		1	
1789	2			3024,75			
1790	6			1380			
1791	14			800			
1792	50			1470			
1793				790			
1794	54			1224			
1795	65			1060,5			
1796	21			831,5			
1797	62,05			587,5			
1798	0,75			420			
1799	102,25			473			1
Suécia	12			385			
1779	0,5						

1793	1,5			9			
1794	5			236			
1795				140			
1798	5						
Territórios Germânicos	462,4		150	109		230	3
1775	0,24						
1776	3						
1777	57					10	3
1778	26					220	
1779	0,75						
1780	0,5			50			
1782	5,75						
1783	5			56			
1784	2		150				
1785	2						
1786	5						
1787	10						
1788	7						
1789	7,25						
1790	9,25						
1791	8,5						
1792	7,78						
1793	2,75						
1794	16,75						
1795	15						
1796	17,5			1			
1797	16,75						
1798	31,42						
1799	30,53			1			
1800	174,68			1			
Não identificado	24					85	
1780						85	
1781	10						
1789	14						
Total	92 690,21	1 720	33 098	30 372,02	17 428,74	1 762,55	664,5

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Através do quadro nº 39 é possível identificar os mercados para o comércio de exportação da Companhia, bem como os volumes exportados para cada um deles e o período em que se manteve tal atividade. Estes estavam distribuídos por quatro continentes, nomeadamente a África, a América, a Ásia e a Europa, sendo que o maior número de destinos se situava neste último, o que não constitui surpresa. O número mais significativo dos mercados da Companhia estava sediado na parte setentrional

deste continente, nomeadamente na Noruega, na Suécia, na Rússia, na Dinamarca, nos territórios germânicos, na Holanda, na Inglaterra, na Irlanda³⁴⁷ e no “Norte”, que poderá englobar qualquer um destes territórios. Na parte meridional da Europa, a Companhia exportava produtos vînicos para França, Espanha e Itália. No continente africano, assinala-se Angola como mercado de destino dos seus produtos. No que concerne à América, apresentada como destino, muito provavelmente engloba o Brasil, embora também se possa referir à América Inglesa. Já para o continente asiático era a Índia o mercado de eleição. Para além destes, havia ainda destinos não identificados.

Os mercados considerados como mais relevantes, para a realização dos negócios da Companhia, foram seleccionados exclusivamente de acordo com o seu peso nas exportações. Assim, destacam-se pelo volume de vinho de embarque que receberam, por ordem de importância, a Inglaterra (79 380,29 pipas), a Rússia (3 419,03 pipas) que, apesar de estar em segundo lugar, comprou à Companhia 23 vezes menos do que o país anterior. Em terceiro lugar vem a Irlanda para onde a Companhia vendeu 2 834,5 pipas, em quarto o Brasil que comprou 2 788,23 pipas, em quinto a América Inglesa para onde se exportaram 1 860,64 pipas e, em sexto, Angola para onde a Companhia enviou 1 044 pipas. Cada um dos outros destinos recebeu abaixo das mil pipas. É de salientar a década de 90 como o melhor período de exportação deste tipo de vinho para o mercado britânico, o que pode explicar-se pela descida das taxas alfandegárias inglesas em 1787 e 1788, mas sobretudo pelo enquadramento na conjuntura de aumento de consumo que acompanhou a dinâmica de expansão da economia e da sociedade inglesas, sobretudo no último quartel do século XVIII³⁴⁸.

No que ao vinho de embarque do Brasil diz respeito, o único destino para onde a Companhia o enviou, com um valor de 1 720 pipas, foi a Rússia e não o Brasil, como a sua designação parece sugerir.

Quanto ao vinho de lotação, a Companhia comercializou-o em apenas quatro mercados que, por ordem decrescente do volume de exportação são: o Brasil onde foram colocadas 26 771,75 pipas; a Rússia que importou 6176 pipas, os territórios germânicos que compraram 150 pipas e a Dinamarca que recebeu apenas ¼ de pipa. É

³⁴⁷ A fonte compulsada apresenta a Irlanda autonomizada em relação à Grã-Bretanha. Manteve-se esse critério dado que a quota alcançada por este território é considerável e, se estivesse aglutinada ao Reino Unido perder-se-ia a noção da sua importância enquanto parceiro comercial da Companhia.

³⁴⁸ Apesar desta coincidência, Conceição Andrade Martins considera que o incremento que houve no comércio do vinho do Porto com o Reino Unido tem a ver não com o abaixamento das taxas alfandegárias, mas com a explosão do consumo (MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto* ... p. 88-89).

de salientar que no ano de 1800 não houve exportação de vinho de lotação, mas também a não houve do de embarque do Brasil, do "vinho" sem designação e o vinho de ramo foi residualmente exportado, tendo sido assinalada a comercialização de uma única pipa. Por conseguinte, é um ano anômalo em que os negócios vînicos nos mercados externos ocorreram apenas no segmento do vinho de embarque, pelo que se aventa a possibilidade de ter havido escassez na produção, com reflexos drásticos na comercialização, como acaba de ser exposto.

No que toca ao vinho de ramo, foi exportado para dez destinos, sendo que em primeiro lugar se destaca a Rússia onde foram colocadas 20 567,98 pipas, em segundo o Brasil que importou 6 647,48 pipas, ou seja, recebeu três vezes menos do que o mercado anterior. Em terceiro lugar foi identificada a Inglaterra, onde a Companhia colocou 2 304,25 pipas. Os restantes territórios importaram quantidades pouco significativas.

Apesar de a Companhia ter comercializado “vinho” em dois mercados: Angola e Brasil, foi para este último que exportou a grande maioria do produto, sendo claramente residual a quantidade restante. Dado o tipo de vinhos embarcados pela Instituição para o Brasil, considera-se que é grande a probabilidade de este “vinho” ser de lotação.

No que à aguardente diz respeito, esta foi comercializada pela Companhia em sete mercados, de entre os quais se destaca o Brasil, para onde foram exportadas 654 pipas, a Rússia que rececionou 448, a Inglaterra onde foram colocadas 282,8 pipas e os territórios germânicos para onde a Instituição exportou 230 pipas. Os restantes compraram quantidades abaixo das 100 pipas.

O vinagre foi comercializado em quatro mercados, sendo que o único que se destacou foi o Brasil, que comprou à Companhia 614 pipas. Apesar da Rússia ser o segundo destino, representou uma pequena fatia dos negócios relativos a este produto, num total de 47 pipas. Todos os outros mercados importaram abaixo deste último valor.

A análise do quadro nº 39 evidencia um claro esforço desenvolvido pela Companhia com vista ao alargamento das suas zonas de interesse comercial no estrangeiro, dado o leque de mercados identificados na composição dos seus negócios, o que viria a ser reconhecido pelo Governo, como se infere pelo aviso de 15 de junho de 1796, uma vez que foi louvado o trabalho da Junta pelo “zelo e acerto” como promoveu o comércio dos vinhos nos países estrangeiros. Foi também exortada a aproveitar a oportunidade de aumentar o seu comércio, exportando os vinhos da forma que melhor

entendesse, tendo-lhe sido dada toda a liberdade para contratar “navios neutros”³⁴⁹. Torna-se também clara a dependência do mercado inglês, onde o sucesso dos vinhos do Alto Douro se ficou a dever, ainda que indiretamente, à conflitualidade entre a França e a Inglaterra que levou os britânicos a adaptar-se ao gosto do vinho português, mais pesado, não devendo escamotear-se o contributo dado pela persistência e o trabalho de inúmeras firmas e casas comerciais que ancoraram os seus negócios nesta área de atividade económica, tal como a própria Companhia.

Para além do mercado britânico, as relações comerciais da cidade do Porto com o Brasil tiveram uma particular importância pelo desenvolvimento económico que trouxeram à urbe e que foram alavancadas com a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro. De entre os vários privilégios que lhe foram concedidos, destaca-se o monopólio do comércio exclusivo de todos os vinhos, aguardentes e vinagres exportados pela barra do Douro para as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, conforme previsto no § XIX da instituição da Companhia³⁵⁰. É de salientar que o monopólio concedido para a capitania de S. Paulo não foi utilizado, uma vez que tal comércio foi considerado pouco rentável.

Como medida de precaução, com vista a evitar a falta de géneros no abastecimento daquelas capitanias, foi criado um fundo de dez mil pipas de vinho, conforme consta do § XIII³⁵¹. Apesar da referência para se carregar vinho “bom e capaz”, o que aconteceu é que o Brasil se tornou um dos principais mercados para o escoamento dos vinhos durienses de segunda qualidade, que se vendiam melhor aí por serem mais baratos, custando 60\$000 réis a pipa, ou seja, 4\$000 réis a menos em cada uma³⁵².

Apesar de ter sido dotada de vários privilégios, a Companhia sofreu sérios desaires na sua relação com a colónia brasileira. Desde logo, alguns dos administradores viriam a provocar um enorme desfalque de que nunca recuperou totalmente e que contribuiu bastante para os resultados negativos da atividade económica, naquelas paragens. Esta Instituição acabou acusando quatro administradores de desfalque, bem

³⁴⁹ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 172.

³⁵⁰ ANTT – “Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”, *Junta do Comércio*, mç 70, cx. 224.

³⁵¹ ANTT – “Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”, *Junta do Comércio*, mç 70, cx. 224.

³⁵² REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1997, p. 192.

como o caixeiro de um deles; António Pinto de Miranda, Luís António de Miranda, António de Oliveira Durão, com uma brevíssima passagem pela administração, enquanto Tomé Gomes Moreira não foi ocupar o cargo, Pedro Martins Duarte e o seu caixeiro Domingos Ramos Cruz³⁵³.

Para além deste grave contratempo, a Instituição enfrentou outras dificuldades tais como a manipulação da opinião pública contra si, levada a cabo por todos aqueles que tinham interesses instalados e os viam agora ameaçados. Também a aguardente, vinhos e vinagres idos de Lisboa e Ilhas e vendidos a preços mais baixos, lhe fizeram grande concorrência, pois como referem os administradores no Rio de Janeiro, todos preferem o mais barato, apesar de não se comparar na qualidade³⁵⁴. Há também a considerar o elevado preço dos transportes marítimos, sobrecarregados com seguros³⁵⁵ em maré de guerra, nomeadamente a dos Sete Anos que ocorreu entre 1756 e 1763, mas também a falta de ouro, dinheiro e solimão, essencial para a fundição de ouro; a alteração da mentalidade dos consumidores em relação ao vinho branco, que passou a ser visto como prejudicial à saúde³⁵⁶; a diminuição de consumidores devido à deserção de pessoas, nomeadamente do Rio de Janeiro, de Minas, do Rio Grande do Sul e da Colónia do Sacramento, que veio a ser perdida em 1763-1764, o que acentuou a dificuldade de escoamento dos produtos da Companhia; a falta de ouro e gente de Minas que passaram a ir abastecer-se à Baía, contribuindo assim para o aumento da deserção de compradores no Rio de Janeiro, já para não falar da concorrência causada

³⁵³ Domingos Ramos Cruz foi enviado ao Rio de Janeiro pelo primeiro provedor da Companhia, Luís Beleza de Andrade e pelo deputado João Correia da Silva Figueiredo, de acordo com a carta dos administradores da Instituição no Rio de Janeiro para os seus pares na Baía, com data de 21 de setembro de 1763, informando que estes senhores tinham conseguido licença para que aquele fosse beneficiar e limpar os vinhos brancos da sua conta particular, uma vez que não havia lá quem soubesse fazê-lo, nem os apetrechos para tal. Sendo excelente a qualidade do seu trabalho, foi incumbido de limpar os da Companhia, chegados em 1760, em elevada quantidade pela pouca saída que tinham tido, para que depois de limpos lotassem com eles os tintos (REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista...* p. 197-198).

³⁵⁴ REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista...* p. 192, 219, 240.

³⁵⁵ A 17 de Março de 1763, os comissários do Rio escreveram aos da Baía referindo-se à advertência do provedor e deputados para não subirem os preços, com o que se congratularam, pois “bem basta os 10 por cento do seguro que de novo acrescerão na presente carregaçam” (REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista...* p. 234).

³⁵⁶ A 2 de Março de 1761, em carta dos administradores no Rio de Janeiro para Luís Beleza de Andrade, foi referido que o vinho branco já se reputava como prejudicial à saúde, isto por ser considerado mais quente. Em consequência não se vendia. A 19 de Abril de 1762 queixaram-se ao provedor e deputados dizendo que os vinhos brancos só se gastavam para remédios, missas, apetites, ou quando falta o tinto (REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista...* p. 228; 235-236).

pelo contrabando de vinhos estrangeiros. Por conseguinte, são muitas as vicissitudes que a Companhia teve de enfrentar no Brasil e que prejudicaram claramente a rentabilidade dos negócios que manteve com a colônia brasileira de então.

Ainda no tempo de Carvalho e Melo, em 1776, mas também no ano seguinte, já no reinado de D. Maria I, foram-lhe cerceados privilégios, nomeadamente o do exclusivo relativo à introdução dos vinhos não só no Rio de Janeiro, como também nos portos a sul desta cidade, o que levou a Instituição a voltar-se para outros destinos, nomeadamente no norte da Europa, em que se inclui o mercado russo.

O comércio exterior da Rússia desenvolveu-se sobretudo na segunda metade do século XVIII. Porém, foi sobretudo após a vitória russa na guerra do norte que os portos bálticos se tornaram os principais pontos de acesso ao comércio com aquele país³⁵⁷.

As relações comerciais com Portugal vinham sendo tentadas pela Rússia desde 1720, mas só viriam a concretizar-se depois de meados do século, não só pela insistência russa, mas sobretudo pela iniciativa de comerciantes portugueses ligados à exportação de vinhos³⁵⁸. Manuel Pinto Paiva Garcês, um comerciante portuense, rumou à Rússia em 1755 com o objetivo de colocar naquele país os vinhos do Douro e outros produtos como sal, frutas, sobretudo citrinos e produtos coloniais tais como açúcar³⁵⁹, tabaco, cacau, pau-brasil e cravo do Maranhão, pelo que a ele se deve o início das relações comerciais diretas entre os dois países.

As relações diplomáticas com a Rússia eram igualmente importantes para Portugal, ainda que difíceis de alcançar, dada a sua situação geográfica no outro extremo do continente europeu e a preponderância ao nível da política e do comércio externo, tradicionalmente controlado pela Grã-Bretanha. Ainda assim, aquelas viriam a ser estabelecidas em 1769 de forma unilateral quando a Rússia, a braços com a necessidade de assistência a uma esquadra que expedira para o Mediterrâneo, nomeou

³⁵⁷ “Les ports baltes, comme Saint-Petersbourg, Riga et Libau, devinrent les principaux points d'accès au commerce avec la Russie, et ils gardèrent cette position dominante jusqu'au XIX.e siècle. La Russie exportait vers les autres pays d'Europe du bois, du chanvre, du lin, du suif, et d'autres produits bruts, ainsi que du fer, et certains textiles, par exemple de la toile à voile. C'est au XVIII.e siècle également que commence le commerce des céréales” (RIASANOVSKY, Nicholas V. – *Histoire de la Russie des Origines a 1984*. Paris: Editions Robert Laffont, 1990, p. 309).

³⁵⁸ SÁ, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins – “Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, vol 7, p. 226.

³⁵⁹ Ribeiro da Silva refere que nos anos de 1788, 1789 e 1791 foram enviadas para a Rússia, a partir da cidade do Porto, 506 toneladas de açúcar, o que representou 4% do total fornecido pelo Brasil a esta cidade (SILVA, Francisco Ribeiro da – “Geografia do comércio portuense nos finais do século XVIII – Parceiros, produtos e capitais”. *Tripeiro*. Porto, 7ª série, 14 (6/7) Jun.-Jul. 1995, p. 171).

como seu encarregado o banqueiro lisboeta, de ascendência hamburguesa, Jean Antoine Borchers. Esta iniciativa deixava adivinhar a vontade de concretizar relações diretas entre os dois países, o que é corroborado em 1772, quando o embaixador em Haia, Zenoviov, informou o seu congénere português na mesma cidade, José Vasques da Cunha, do interesse de Catarina II em tais relações. Os privilégios alfandegários concedidos aos vinhos nacionais são também prova disso, desde que transportados por portugueses em navios portugueses, tendo entrado em vigor em 1766 para os portos de Petersburgo, Narva e Arcangel, estendendo-se em 1782 aos da Livónia, Estónia e Finlândia³⁶⁰.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Rússia ocorreram num momento em que os dois países pretendiam expandir o seu comércio. Francisco José d'Horta Machado foi nomeado ministro plenipotenciário e chegou a S. Petersburgo em fins de 1779, havendo já por essa altura relações económicas entre os dois países, uma vez que em outubro do mesmo ano partiu para S. Petersburgo a corveta N^a Sr^a da Guia, enviada pela Companhia e carregada com produtos nacionais³⁶¹. Pouco depois, já em 1780, “saíram pela Barra do Douro para S. Petersburgo e Riga alguns *géneros do paiz*, como o vinho, o azeite e a cortiça, para além do açúcar, que aqui chegava vindo do Brasil, bem assim como a própria aguardente”³⁶². O sucesso da primeira experiência da Companhia levou-a a enviar mais duas embarcações com novos carregamentos em 1780 e acentuou expectativas que a levaram a apostar na intensificação das relações comerciais com aquela região. Em 1781, instalou em S. Petersburgo uma Casa Portuguesa de Comércio, cujo objetivo específico foi ampliar o consumo dos seus produtos, e o de outros com origem no reino e colónias³⁶³. Apesar da instalação desta Casa em 1781, a Companhia já enviava, antes dessa data, aguardente e vinhos para a Rússia, como se pode verificar pelo quadro nº 39. Assim, foram exportadas pela primeira vez para aquele país 310 pipas de aguardente no ano de 1778 e, no seguinte, foram mais 250 de vinho de ramo. A partir daí a exportação foi contínua, ainda que apresentando oscilações de volume, sendo no entanto de assinalar o ano de

³⁶⁰ SÁ, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins – “Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia”... p. 224-225.

³⁶¹ SOUSA, Fernando de – *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1776-1834). A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses (1779-1781)*. Porto: CEPESE, 2012, p. 20.

³⁶² GUIMARÃES, Gonçalves – “A Alfândega do Porto e o Comércio entre a Barra do Douro e os Portos Russos do Báltico em 1820”. *Revista de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 10, 1990, p. 137.

³⁶³ SÁ, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins – “Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia... p. 228.

1800 em que não houve qualquer exportação de produtos vnicos por parte da Companhia³⁶⁴.

Apostada na intensificação das relações comerciais com a Rússia, esta Instituição ps em prática o que já havia feito no Atlântico Sul, mandando os alunos da Aula de Náutica que instituíra no Porto, em 1762, para bordo dos navios que partiam para o Báltico, para assim fazerem sob as suas ordens, a instrução prática. Tal experiência teve resultados positivos, pois como referiu o embaixador português, apenas três anos depois do incio destas viagens já os navios saídos do Porto eram acompanhados por antigos “aulistas”, com tal experiência e conhecimento, que podiam dispensar os próprios pilotos locais na passagem do estreito de Sund³⁶⁵.

O empenhamento de Horta Machado deu os seus frutos pois, em 1782, Portugal tinha assinado com a Rússia uma convenção para aderir à neutralidade armada, tendo sido firmado em dezembro de 1787 o tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países, depois ratificado em 25 de março de 1788. O ano seguinte, 1789, foi aquele em que a Companhia exportou maior quantidade de vinho de ramo para este país, 3 024,75 pipas³⁶⁶.

Se, por um lado, este sucesso nas exportações se prende inevitavelmente com os privilégios alfandegários concedidos aos vinhos portugueses, tal como referido, que já vinham de 1766 e foram ampliados em 1782, por outro prende-se com o facto de em junho de 1781 ter sido nomeado cônsul geral na Rússia José Pedro Celestino Velho, deputado da Junta da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, que terá acumulado o cargo de administrador da Casa com o de cônsul geral, a cujos esforços se devem tmbm as vantagens alcançadas por Portugal, naquele pas³⁶⁷.

O esforço feito pela Companhia das Vinhas do Alto Douro em particular e pelo país em geral, não se ficou apenas pelo mercado russo, uma vez que alargou a sua área de interesse econmico a outras zonas, nomeadamente às colnias inglesas da América que virão a constituir, após a guerra de independência, os Estados Unidos da América.

³⁶⁴ Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

³⁶⁵ SOUSA, Fernando de – *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1776-1834). A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses...* p. 21.

³⁶⁶ Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

³⁶⁷ S, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins – “Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia” ... p. 228.

Em consequência da Revolução Americana, Portugal deparou-se com um dilema. De um lado as tradicionais e importantes relações com a Grã-Bretanha, do outro, os interesses económicos resultantes do comércio recíproco entre os portos portugueses e americanos, uma vez que de lá recebíamos cereais e para lá escoávamos parte dos nossos vinhos. Ainda assim, a 4 de julho de 1776, D. José I promulgou o decreto no qual proibiu a entrada de navios provenientes da “América Setentrional Inglesa”, na tentativa de ganhar o auxílio britânico para aliviar a pressão espanhola na América do Sul³⁶⁸.

Apesar de tudo, Portugal veio a reconhecer, por decreto de D. Maria I, de 15 fevereiro de 1783, a independência dos Estados Unidos da América do Norte, tendo sido revogada a proibição da entrada nos portos nacionais dos navios norte americanos, pelo que ficavam assim criadas condições propícias ao desenvolvimento de um bom relacionamento entre os dois países. Auspícios disso foi a carta escrita por Benjamin Franklin, comissário do Congresso Continental em Paris, para D. Vicente de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal na mesma cidade, a 7 de junho de 1783, “no âmbito das negociações de um tratado de amizade e comércio entre Portugal e os Estados Unidos da América”³⁶⁹. Igualmente nesse sentido foram as instruções para o embaixador em Londres, a 2 de novembro de 1785, dirigidas a Luís Pinto de Sousa Coutinho para iniciar os contactos com John Adams, tendo em vista a celebração de um tratado de comércio com os Estados Unidos, que viria a ser firmado em 25 de abril de 1786, com a designação de *Tratado de Comércio e Amizade celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América*³⁷⁰.

Entretanto, David Humphreys apresentou carta credencial do presidente dos Estados Unidos da América, George Washington, para D. Maria I, enviada de Filadélfia a 21 de fevereiro de 1791. Por seu turno, Portugal enviou Cipriano Ribeiro Freire para os Estados Unidos, que chegou àquela cidade a 1 de outubro de 1794, com a incumbência de cuidar dos interesses de Portugal. Este remeteu, em 30 de dezembro de 1794, um ofício relativo ao comércio do vinho do Porto, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa

³⁶⁸ CUNHA, Ana Cannas da; GASPAR, Diogo (coord.) – *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997, p.43-46.

³⁶⁹ CUNHA, Ana Cannas da; GASPAR, Diogo (coord.) – *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes...* p. 56.

³⁷⁰ BRANDÃO, Fernando de Castro – *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 161.

Coutinho, sugerindo as vantagens do estabelecimento de uma agência da Companhia Geral do Alto Douro nos Estados Unidos da América. Enviou ainda, a 24 de dezembro de 1798, ao mesmo secretário de Estado, um mapa dos produtos importados de Portugal e seus domínios pelos Estados Unidos, entre outubro de 1795 e setembro de 1796, sendo aqueles constituídos por vinhos, sal, aguardente, queijo, café, algodão, cera, carvão, sabão, pimenta, calçado, amarras, e cordagem³⁷¹.

Antes da independência das treze colónias, já existia um ativo comércio entre Portugal e a América do Norte. Quando a Inglaterra deixou de exportar cereais para Portugal, depois de meados do século XVIII, tal facto obrigou os comerciantes a procurar outros mercados, pelo que o comércio de cereais se tornou muito importante no tráfico com as colónias britânicas da América. Também o arroz das colónias inglesas terá encontrado um bom mercado em Portugal, até pelo menos 1790, altura em que a produção do Brasil aumentou consideravelmente³⁷².

Inácio Palyart, agente da Companhia das Vinhas do Alto Douro e, mais tarde, cônsul geral em Filadélfia, reiterou que as principais exportações portuguesas eram constituídas pelos vinhos, sal, a que acrescentou as frutas. São géneros que tinham entrado no mercado americano, ainda durante o período colonial, por força dos tratados existentes entre Portugal e a Inglaterra, sendo que, vistos em pormenor, os produtos do reino mais relevantes eram constituídos por vinho, sal, citrinos, em que se destacavam as laranjas e os limões, lã em bruto e tecidos de lã, frutos, cortiça, marroquins, azeite, penas de galinha, biscoito, aguardente, ferro e sumagre³⁷³.

As exportações da Companhia para os Estados Unidos iniciaram-se em 1780 pelo envio de 307 pipas de vinho de embarque e 35 de vinho de ramo. As transações, entretanto interrompidas, só foram retomadas em 1783 com o envio de 105,14 pipas, mantendo-se até ao fim do período em estudo, ainda que com algumas interrupções de permeio.

O vinho de embarque foi o produto mais exportado para este destino, tendo atingido o valor de 1 860,64 pipas. Assinala-se 1786 como o melhor ano para a

³⁷¹ CUNHA, Ana Cannas da; GASPAR, Diogo (coord.) – *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes...* p. 64-66.

³⁷² RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas (1776-1822)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Letras do Porto, vol I, Porto, 1997, p. 57-58.

³⁷³ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas (1776-1822)* ... p. 89.

exportação da Companhia pelo envio de 485 pipas, seguido de 1780 e 1785, em que foram expedidas respetivamente 307 e 228 pipas. Os anos menos expressivos ocorreram na década de 90, nomeadamente nos anos de 1798, 1795 e 1799, com valores de uma, duas e três pipas, respetivamente.

Importa agora analisar os destinos da exportação dos produtos vónicos da Companhia no sentido de se perceber quais as cidades ou portos que os recebiam, bem como as quantidades de cada um deles, o que poderá fazer-se através do quadro nº 40.

Quadro nº 40 – Exportação dos produtos vónicos da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)

Continente/País/Cidade	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Vinagre
América	29,5						
“América”	29,5						
América Inglesa	1860,64			35		0,5	
Baltimore	45,25						
Boston	1						
Edenton	8						
Filadélfia	236					0,5	
Norfolk	1						
Nova Iorque	1554,39			35			
“América Inglesa”	15						
Angola	1044				60,49		
“Angola”	1044				60,49		
Ásia	147,47						
“Ásia”	147,47						
Brasil	2788,23		26771,75	6647,48	17368,25	654	614
Baía	394,92		3063,25	1190,5	2427,25	149	58
Maranhão	0,69		0,25		35		
Pará					85	20	10
Paraíba	50			20	20,25		2
Pernambuco	243		2077,75	972	1710,5	63	164
Rio de Janeiro	2094,62		21630,5	4464,98	13090,25	422	380
Rio Grande	5						
Dinamarca	2,75		0,25	66,14			
Copenhaga	1,25			66,14			
Elseneur	0,5		0,25				
“Dinamarca”	1						
Espanha	117			30			
Ferrol	117			30			
França	4,25						
Nantes	1						

Rouen	2						
Saint-Valery-en-Caux	1,25						
Holanda	369,92			225,92		62,25	0,5
Amesterdão	353,42			225,92		62,25	0,5
Ostende	15						
“Holanda”	1,5						
Índia	10						
“Índia”	10						
Inglaterra	79380,29			2304,25		282,8	
Aberdeen	391					1	
Aldeburgh	3						
Arundel	31,09						
Bristol	2050,5						
Chepstow	10						
Colchester	3						
Dover	841			30			
Dundee	4						
Edimburgo	8						
Exeter	36						
Exton	37						
Falmouth	486						
Gibraltar	301,5						
Glasgow	0,74						
Gloucester	82						
Greenock	83						
Guernsey	4036						
Hoylake	10						
Hull	4945,75					0,16	
Inverness	52						
Ipswich	92						
Kings Lynn	136,25						
Lancaster	10						
Leith	1317,23						
Liverpool	2984,97						
Londres	47799,07					281,14	
Maldon	69						
Newcastle	401						
Penzance	67					0,5	
Perth	9						
Plymouth	1641,14			517,5			
Poole	54						
Portsmouth	8626,47			1756,75			
Rochester	676						
Shoreham	13						
Southampton	413,25						
Southwold	4						
Topsham	193,5						
Weymouth	82,33						

Yarmouth	1373,5						
“Inglaterra”	6						
Irlanda	2834,5						
Belfast	40						
Cork	315,5						
Dublin	2404,5						
Limerick	15						
Waterford	39,5						
“Irlanda”	20						
Itália	1,98			1,25			
Génova	1,98			1,25			
Norte	1,75						
Norte	1,75						
Noruega	180,5						
Bergen	54						
Trondheim	126,5						
Rússia	3419,03	1720	6176	20567,98		448	47
Arcangel	227		1210,5	2215		2	
Riga	43,5		955	2691		128	
S. Petersburgo	3148,53	1720	4010,5	15661,98		318	47
Suécia	12			385			
Estocolmo	7			385			
Gotemburgo	5						
Territórios Germânicos	462,4		150	109		230	3
Altona	4						
Emden	1						
Hamburgo	457,4			3		230	3
Königsberg			150	56			
Stetin				50			
Não identificado	24					85	
Não identificado	24					85	
Total	92 690,21	1 720	33 098	30 372,02	17 428,74	1 762,55	664,5

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Verifica-se de imediato que a Inglaterra, o Brasil e a Rússia são os destinos que mais pipas dos diferentes tipos de vinho receberam nos anos de 1775-1800. Há que assinalar porém diferenças muito claras nos produtos transacionados em cada um destes mercados. No primeiro caso, a Inglaterra foi de longe o maior consumidor de vinho de embarque, um produto de primeira qualidade, do qual recebeu 79 380,29 pipas, enquanto que o valor de vinho de ramo para uso corrente foi de apenas 2 304,25, o que corresponde a 34,4 vezes menos do que a quantidade rececionada do primeiro tipo. Daqui se conclui que para Inglaterra era exportado pela Companhia apenas o melhor

vinho produzido no Alto Douro, dado que um dos seus objetivos era restabelecer a reputação do vinho do Porto no mercado inglês.

Outro pormenor a merecer reparo prende-se com a cobertura geográfica do fluxo exportador da Companhia para a Inglaterra, que ia desde a parte mais setentrional da ilha à mais meridional, descendo até à também inglesa ilha de Guernsey, num claro aproveitamento das condições de navegabilidade marítima e fluvial. Isto significa que abarcava a Escócia, a Inglaterra, Gales e a ilha de Guernsey, tendo sido identificados 40 portos/cidades de destino³⁷⁴. Entre estes destaca-se com particular ênfase a cidade de Londres que rececionou 47 799,07 pipas de vinho de embarque, seguida de Portsmouth para onde a Companhia exportou 8 626,47 pipas, o que significa que, apesar de ser o segundo mercado mais importante, recebeu uma quantidade 5,5 vezes menor do que Londres, assinalando-se em terceiro lugar a cidade de Hull, que rececionou 4 945,75 pipas.

Os primeiros negócios importantes desenvolvidos pela Companhia com a Inglaterra foram da responsabilidade de uma Junta particular, sob a dependência da sua administração, que tinha como objetivo fornecer vinhos de ramo ou inferiores às armadas britânicas³⁷⁵. Para esse efeito foram estabelecidos, sob a direção de Martinho de Melo e Castro, enviado extraordinário à corte inglesa, armazéns em Guernsey, Londres, Bristol e Hull, tendo como procurador em Londres, Manuel Vieira, com casa de comércio aí estabelecida. No ano de 1760, foram expedidas mil pipas para Inglaterra, o que obrigou a Junta particular a adquirir navios para o transporte e para a carga de regresso, composta por produtos ingleses e espanhóis, carregados em nome de Pedro Pedrossem que integrava cumulativamente a Junta particular e a Junta da Companhia. Pelo aviso de 18 de fevereiro de 1761, foi extinta a Junta particular e o fornecimento do almirantado britânico passou a ser garantido pela Companhia³⁷⁶, o que voltou a ocorrer, de acordo com os dados recolhidos, agora já sob a responsabilidade desta, no período de 1780-1782. No primeiro destes anos, os destinos da expedição foram Hull, onde a Companhia havia instalado anteriormente armazéns destinados a este abastecimento, e Portsmouth, tendo sido enviadas para aí 2 924,5 pipas de vinho de

³⁷⁴ Dado que a fonte consultada autonomiza a Irlanda e apresenta os valores da sua exportação de forma individualizada, manteve-se o mesmo critério na apresentação dos dados compulsados.

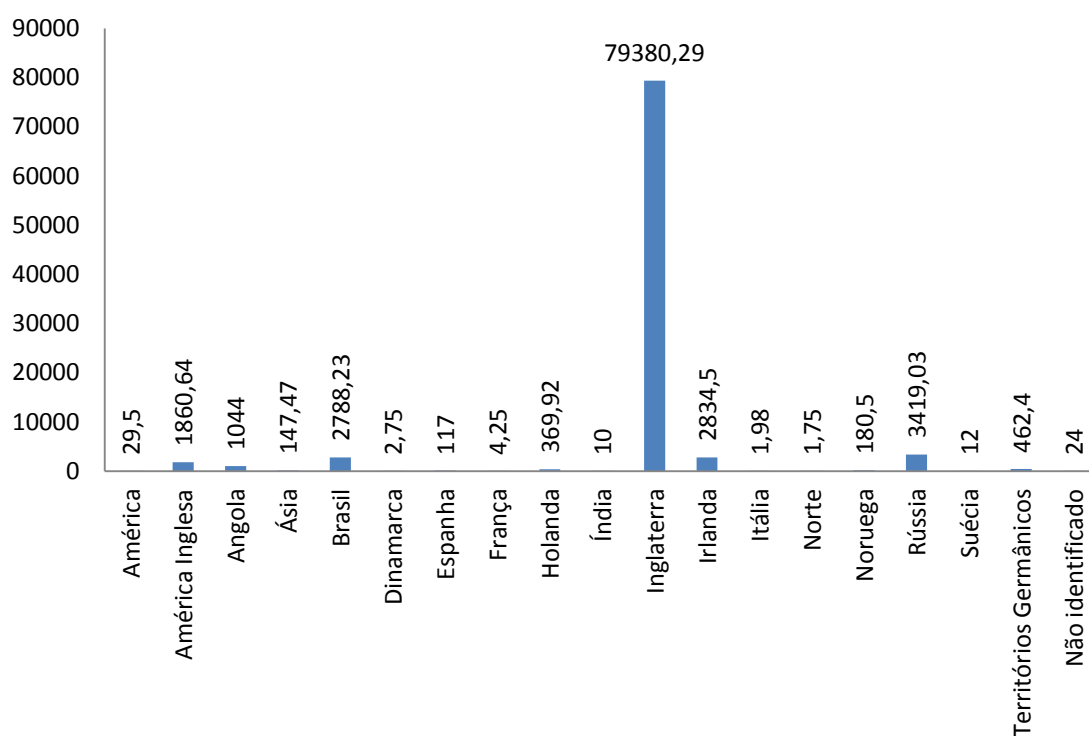
³⁷⁵ Era terminantemente proibido expedir vinhos de ramo para Inglaterra, com exceção de o seu fornecimento ser para o almirantado inglês (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro...* p. 185).

³⁷⁶ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro...* p. 183-185

embarque do Brasil e 101,25 pipas de vinho de embarque. No ano seguinte foram expedidas 2 244 pipas de vinhos designados como “lotações do Brasil”, para Portsmouth, na sua grande maioria e Londres que apenas recebeu três pipas. Já no de 1782, a exportação de vinho de “lotações do Brasil”, realizada pela Companhia, atingiu o valor de 2 088,5 pipas e foi destinada aos portos de Portsmouth e Londres, sendo que, para este último, rumaram apenas sete pipas³⁷⁷. Pode então concluir-se que os vinhos exportados pela Companhia para abastecimento da armada britânica eram acima de tudo de segunda categoria, uma vez que se tratava de vinho de “lotações do Brasil”, tendo sido colocados para esse efeito nos portos de Portsmouth, a grande maioria, Hull e Londres em quantidades pouco significativas.

Com vista a uma visualização comparada dos diferentes destinos do vinho de embarque exportado pela Companhia, passa a apresentar-se o gráfico nº 30.

Gráfico nº 30 – Comércio externo de vinho de embarque da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

³⁷⁷ Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 6-8.

Conclui-se que a Inglaterra foi de longe o mercado mais relevante para o vinho de embarque, seguido da Rússia a uma grande distância, bem como da Irlanda e do Brasil. Constatase também que a quantidade exportada para aquele destino foi cerca de 23 vezes mais elevada do que a quantidade expedida para o segundo maior mercado, a Rússia, e aproximadamente 28 vezes maior do que os valores exportados para a Irlanda e para o Brasil.

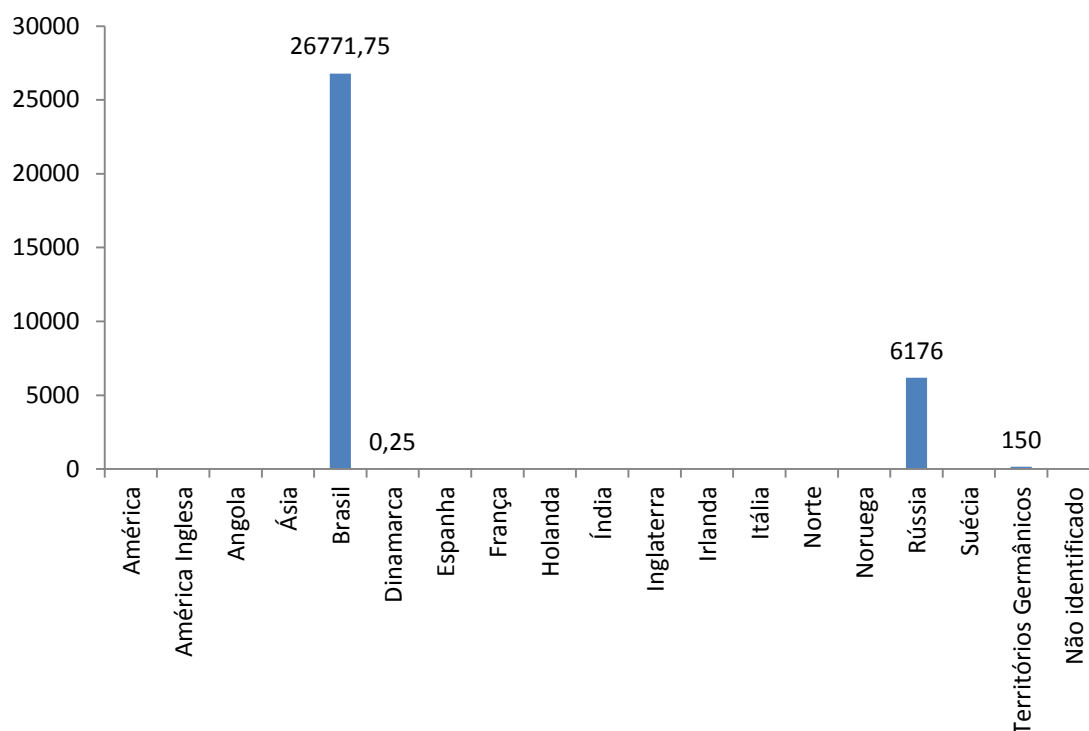
Retomando a análise do quadro nº 40, conclui-se que ocorre com o Brasil a antítese do que se verificou com a Inglaterra, dado que o vinho de embarque foi o menos exportado para o território brasileiro, o mesmo ocorrendo com a Rússia, único mercado para o vinho de embarque do Brasil³⁷⁸. É de salientar que parte do que a Companhia enviava para aquela colônia, de acordo com uma velha prática que mantinha, destinava-se a beneficiar os vinhos existentes no mercado brasileiro, e melhorar as vendas, o que ocorreu ao longo da década de 1780³⁷⁹. Por conseguinte, são os vinhos de segunda qualidade, leia-se vinho de lotação³⁸⁰, os que têm maior aceitação no Brasil, tal como se pode verificar pelo mesmo quadro, bem como pelo gráfico nº 31, abaixo apresentado, que permite comparar os movimentos relativos à exportação do vinho de lotação, nos diferentes mercados.

³⁷⁸ Por falta de relevância não se apresenta gráfico para este produto.

³⁷⁹ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 186.

³⁸⁰ Contrariamente ao que o nome sugere, e apesar de ser também um produto de qualidade inferior, o “vinho de embarque do Brasil” não foi exportado para o território brasileiro, mas integralmente para a Rússia.

Gráfico nº 31 – Comércio externo de vinho de lotação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Constata-se que o Brasil foi o destino que recebeu maior quantidade de vinho de lotação, ficando em segundo lugar a Rússia e em terceiro os territórios germânicos, muito distanciados daquele, sobretudo estes últimos. Se se compararem estes valores com os do gráfico nº 30, conclui-se que o mercado brasileiro recebeu cerca de dez vezes mais pipas de vinho de lotação, do que de vinho de embarque. Por conseguinte, os de segunda qualidade eram preferidos devido à menor capacidade aquisitiva das gentes do Brasil, uma vez que eram mais baratos 4\$000 réis em pipa, conforme oportunamente referido.

Os vinhos destinados às carregações do Brasil³⁸¹ são designados na fonte por diversas expressões: “vinho de lotação ou embarque do Brasil para o Brasil”, “vinho de

³⁸¹ A Companhia tentou introduzir no Brasil, em 1756, um produto designado por “tiborna” ou “andaia”, tendo a Junta enviado cem barris aos administradores no Rio de Janeiro, com a indicação de que era uma “bebida primorosa e de grande estimação. Pode gastar-se assim ou misturada com mais aguardente, conforme os gostos”. Este envio foi acompanhado de pedido de informação acerca da aceitação e consumo do produto na cidade do Rio de Janeiro para ser tida em conta em futuras remessas. Em carta datada de 16 de maio de 1758, os administradores no Rio de Janeiro informam que não vendem a tiborna e que, para não se perder, acordaram fortificar os vinhos com ela. Voltam a queixar-se em agosto dizendo que vendem mal as ancoretas, pois além de terem pouca venda, vieram caras. Por conseguinte, a reação do mercado não terá sido a melhor, acabando a Companhia por deixar

lotações do Brasil” ou “vinho de lotação ou embarque do Brasil para Lisboa e Costa”. Face ao exposto, aventa-se a possibilidade de o “vinho de lotação” ser o mesmo que o “vinho de embarque do Brasil”, havendo, nesse caso, duas expressões para definir o mesmo tipo de produto, ainda que estas referências sejam também usadas individualmente, ao longo da fonte. Estes vinhos que a Companhia enviava para o Brasil, nem sempre tinham grande qualidade, pois quando chegavam a meio da pipa degeneravam e em pouco tempo ficavam azedos e “deixavam pé”³⁸². Contudo eram mais baratos, o que lhes garantia uma maior capacidade de penetração no mercado brasileiro e os tornava mais competitivos uma vez que os vinhos das Ilhas e de Lisboa faziam grande concorrência aos da Companhia, dificultando a sua venda.

Em termos de conclusão em relação ao quadro nº 39, no que diz respeito aos vinhos, coloca-se o enfoque na análise conjunta dos três destinos para onde a Companhia mais exportou, sendo de salientar que a Inglaterra foi o mercado por excelência para o vinho de embarque, uma vez que a quase totalidade da exportação que aí desembarcava era constituída por vinhos de primeira qualidade, uma realidade plenamente oposta à dos outros dois maiores mercados, a Rússia, seguida do Brasil, no que diz respeito à comercialização dos produtos de segunda qualidade. Uma nota final para o caso do vinho de embarque do Brasil que, ao contrário do que o nome sugere, não foi colocado em nenhum dos anos em análise no mercado brasileiro, mas sim na Rússia, com um total de 1 720 pipas. Tal facto justifica-se pelas especificidades apresentadas por este mercado e que Domingos Gonçalves Caldas, um mercador do Porto, conhecia bem devido à experiência mercantil que granjeara naquela região. Nomeado pela Companhia das Vinhas do Alto Douro como administrador da Casa Portuguesa do Comércio da Rússia em São Petersburgo, juntamente com José Pedro Celestino Velho, Henrique de Araújo Silva e Pedro Martins Gonçalves Júnior, declinou o convite mas escreveu e ofereceu àquela Instituição as suas reflexões sobre o comércio

de enviar “tiborna” ou “andaia” (REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 183, 194).

³⁸² REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 205. “Deixar pé” é um termo usado para designar o depósito sedimentário que repousa no fundo das pipas que contêm o vinho, e que tem como inconveniente turvá-lo e deixar na boca uma desagradável sensação de resíduo, quando bebido. Esta expressão não pode ser confundida com “vinhos de pé” de Lamego, produzidos em torno da linha Lobrigos/Cambres, “aromáticos e de grande duração, que ganhavam qualidade com o envelhecimento” (PEREIRA, Gaspar Martins – “A região do vinho do Porto – origens e evolução de uma demarcação pioneira”. *Douro – Estudos e Documentos*, nº 1, Primavera 1996. Porto: GEHVID, p.185).

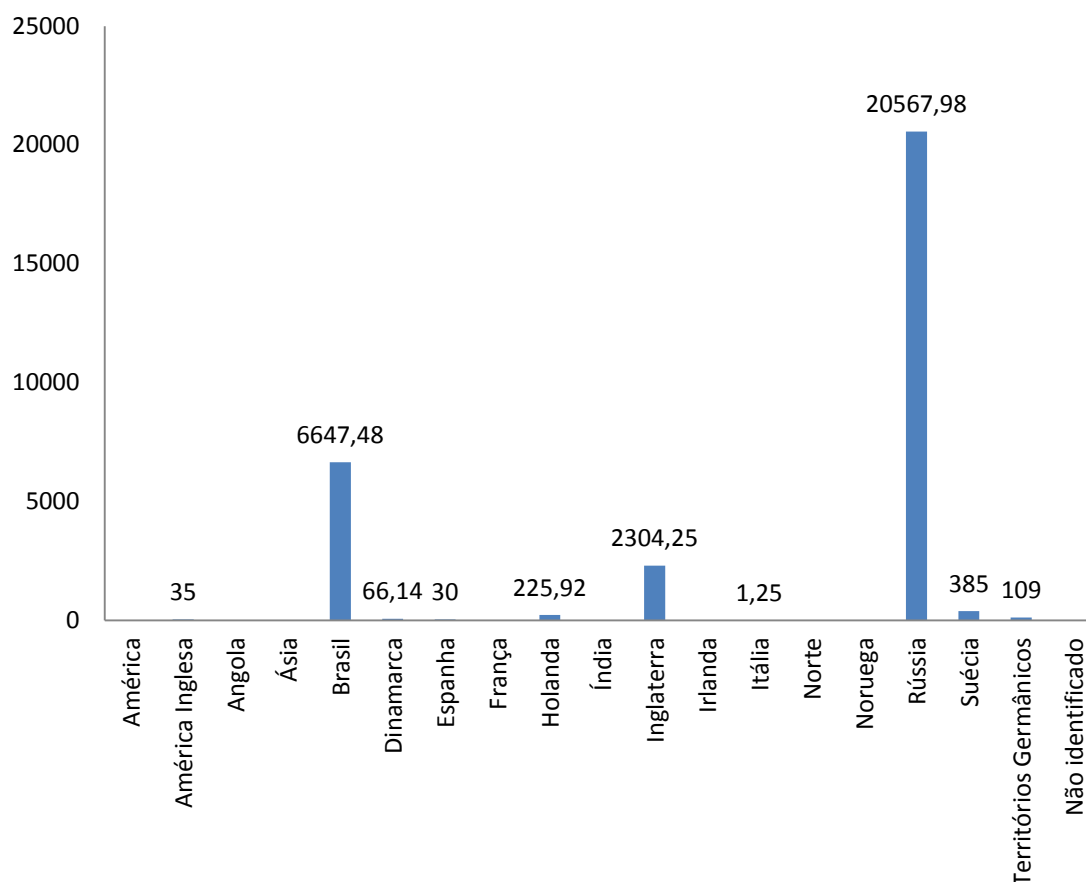
da Rússia³⁸³. Este mercador indicou dois obstáculos a vencer para a consecução da entrada dos vinhos portugueses naquele mercado. Um deles relacionava-se com os vinhos de França já instalados no império russo, cuja concorrência era necessário eliminar, o outro tinha a ver com a adequação dos vinhos nacionais ao gosto daquele povo. Para superar estes desafios, sugeriu que se mandassem de Portugal vinhos que não tivessem grandes misturas de aguardentes e que não fossem fortes, dizendo-se persuadido que cumprindo estas condições se retiraria este comércio aos franceses. Os preços eram, na sua opinião, um fator a favor dos vinhos portugueses, dado que podiam ser vendidos mais baratos do que os de França, em consequência da diferença de direitos. Nestas condições considerou que, não havendo obstáculos no gosto dos russos, em pouco tempo os vinhos nacionais viriam a ser preferidos naquele império. No que concerne ao comércio dos mercadores, deixou-lhes uma nota baseada na sua experiência, referindo que os vinhos de Portugal podiam ser exportados para o norte e para a Rússia, em boas condições de conservação, sem misturas de aguardente³⁸⁴.

Como referido, a Companhia enviou para o mercado russo 1 720 pipas de vinho de embarque do Brasil (único destino de exportação deste produto), 6 176 de vinho de lotação e, como se pode constatar pelo gráfico nº 32, abaixo apresentado, um número elevado de pipas de vinho de ramo (20 567,98). Conclui-se que eram todos vinhos de segunda qualidade, mas mais adaptados às especificidades do gosto que caracterizava o mercado russo, que preferia vinhos mais leves e menos aguardentados. Isto significa que a Companhia das Vinhas do Alto Douro conseguiu vencer a concorrência dos vinhos franceses, já instalados no império russo, concluindo-se também que pôs em prática as indicações de Domingos Gonçalves Caldas, o que lhe garantiu um desempenho assinalável, por via do esforço em orientar a sua atividade e adequá-la com sucesso àquele mercado, pouco explorado e onde os portugueses estavam, até então, sub-representados.

³⁸³ SOUSA, Fernando de – *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1776-1834). A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses...* p. 53.

³⁸⁴ SOUSA, Fernando de – *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1776-1834). A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses...* p. 217.

Gráfico nº 32 – Comércio externo de vinho de ramo da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



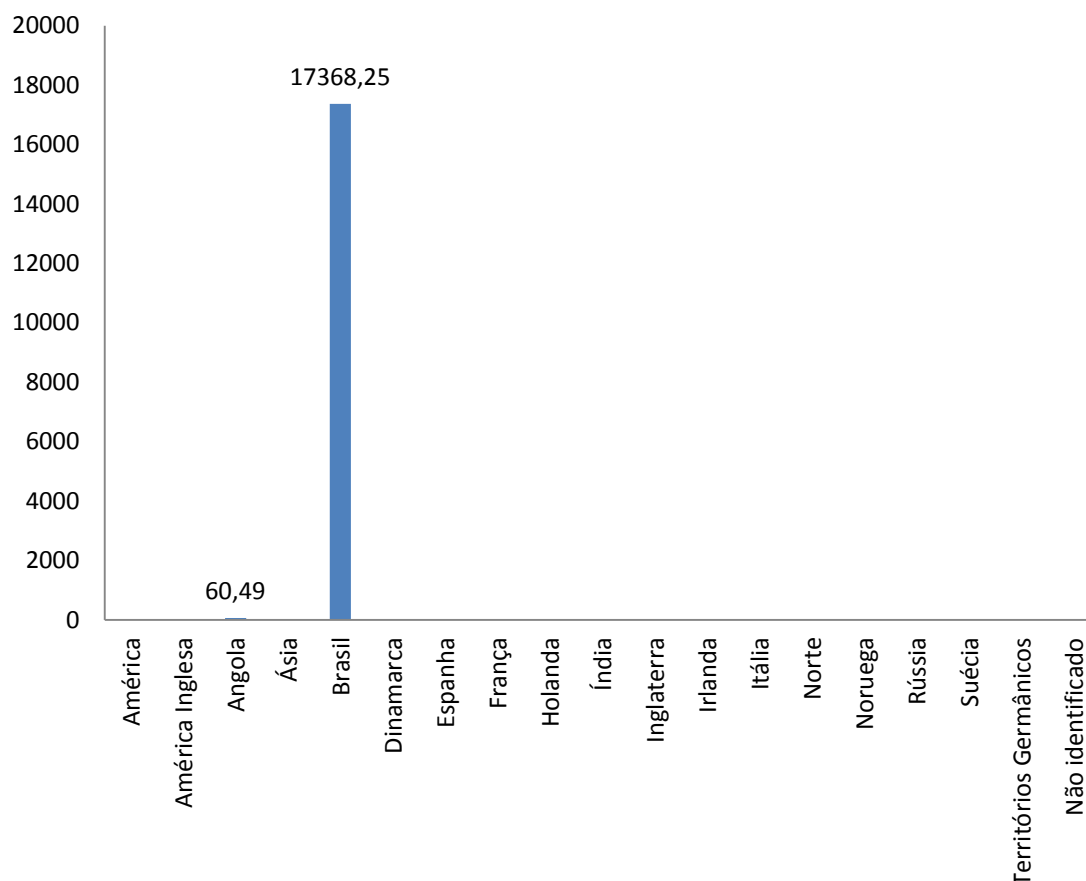
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Pela análise do gráfico, rapidamente se constata que a Rússia foi o mercado mais importante no que concerne à exportação de vinho de ramo, realizada pela Companhia, uma vez que foram expedidas para aquele mercado 20 567,98 pipas. Pode colocar-se este valor em perspetiva comparando-o com o rececionado pelo segundo maior destino deste tipo de vinho: o Brasil (6 647,48 pipas), concluindo-se que esta é uma quantidade que ronda cerca de um terço do que foi exportado para o império russo. Em terceiro lugar vem a Inglaterra, muito mais distanciada, tendo sido exportadas para aí 2 304,25 pipas de vinho de ramo.

Pode então concluir-se que a Rússia era um mercado privilegiado para a colocação dos vinhos de segunda qualidade da Companhia, de que se destaca largamente o vinho de ramo, provavelmente mais adequado ao gosto do povo russo, que preferia vinhos menos aguardentados, de acordo com a opinião avalizada de Domingos

Gonçalves Caldas. Também o Brasil, tal como a Rússia, ainda que por motivos diferentes, recebia produtos vînicos de segunda qualidade, sobretudo de lotação (26 771,75), especialmente preparados pela Companhia para este mercado e também vinho de ramo (6 647,48 pipas) e também colocou no mercado brasileiro “vinho” sem designação de tipo, em grande quantidade, tal como se pode verificar no gráfico nº 33.

Gráfico nº 33 – Comércio externo de “vinho” da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Constata-se que existem apenas dois mercados a rececionar o “vinho” exportado pela Companhia, o Brasil que se destaca de forma notória, uma vez que recebeu a quase totalidade deste produto, 17 368,25 pipas, e Angola, cujo valor para aí exportado é irrisório, 60,49 pipas.

Apesar de não termos indicação expressa da tipologia deste produto, sabemos que o Brasil era provisionado com vinhos lotados, misturando-se primeira e segunda qualidade, mas também tintos com brancos, conforme se depreende da correspondência

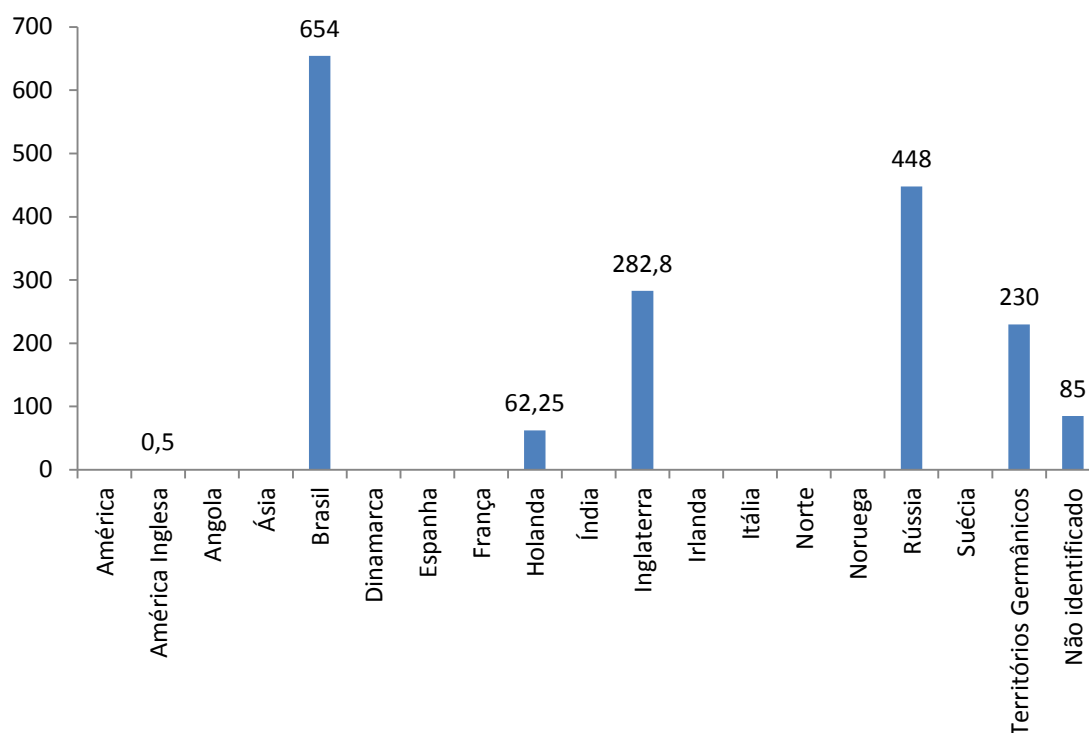
dos administradores que a Companhia possuía nas capitanias do seu monopólio exclusivo, que recorreram a este método quando a qualidade dos vinhos antigos diminuía, lotando-os em pequenas quantidades com os novos, ou recorrendo ao branco, que não tinha venda, para atestar com ele as pipas do tinto³⁸⁵. Por conseguinte, afigura-se mais provável que o “vinho” seja vinho de lotação.

Por conseguinte, os mercados que se destacaram na colocação dos produtos vînicos comercializados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro foram: a Inglaterra identificada como o mais relevante para o vinho de embarque, seguida da Rússia a grande distância, já no que diz respeito ao vinho de embarque do Brasil foi a Rússia, aliás o único mercado para a exportação deste tipo de produto, no que concerne ao vinho de lotação o destino que mais se destacou foi o Brasil, situando-se a Rússia em segundo lugar. Para a exportação do vinho de ramo inverteram-se as posições, uma vez que a Rússia se revelou o mercado mais importante, situando-se o Brasil em segundo lugar. No que diz respeito ao “vinho”, as melhores quotas resultaram da sua colocação no Brasil em primeiro lugar, seguido por Angola que, apesar de se situar na segunda posição relativa, recebeu uma quantidade irrisória.

No que diz respeito à exportação de aguardente, o Brasil foi o território que mais pipas recebeu, conforme consta do gráfico nº 34.

³⁸⁵ REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 185, 197.

Gráfico nº 34 – Comércio externo de aguardente da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Como se verifica, os mercados para onde a Companhia exportava aguardente eram, em primeiro lugar o Brasil que recebeu 654 pipas, em segundo a Rússia (448 pipas), em terceiro a Inglaterra (282,8 pipas) e em quarto lugar os territórios germânicos (230 pipas). Todos os restantes destinos receberam quantidades pouco significativas.

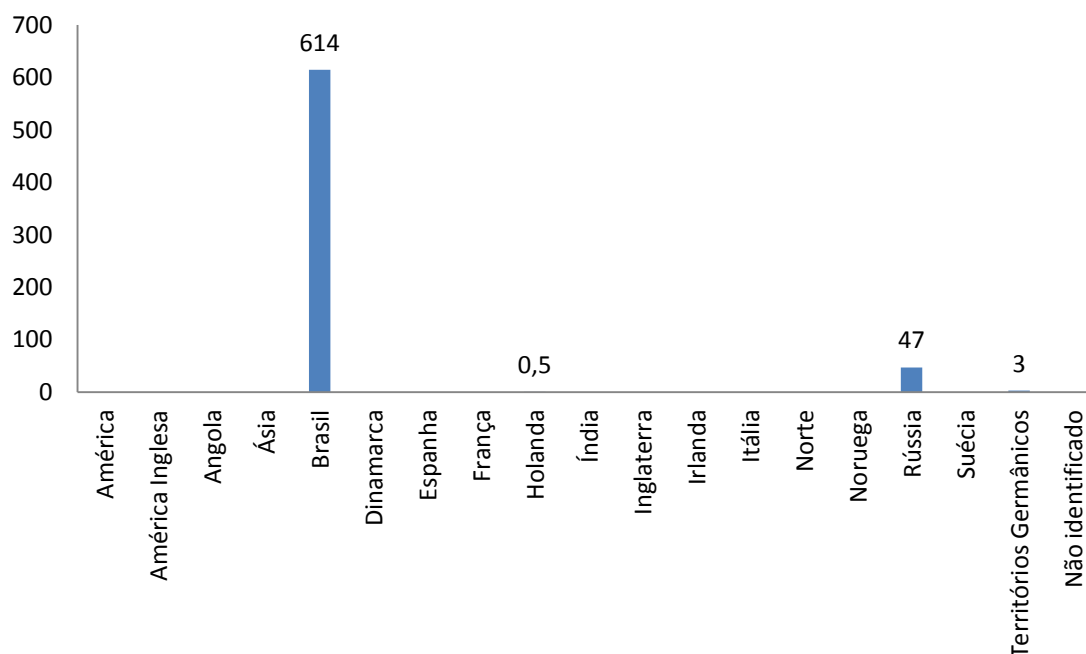
A aguardente que a Companhia exportava para o Brasil enfrentou uma séria concorrência da que provinha das Ilhas, uma vez que era mais barata e de melhor qualidade. Com o passar do tempo, a da Instituição ia tomando a cor da madeira enquanto diminuía a quantidade dentro das pipas, o que obrigava à realização de atestos. Simultaneamente iam-se vencendo os aluguéis, que tinham de se pagar sem qualquer lucro. Por todas estas razões, enquanto a aguardente da Companhia encarecia, ia diminuindo a qualidade, pelo que o provedor e deputados decidiram vendê-la sem os 20% de lucro, solução comunicada pelos administradores do Rio de Janeiro aos da Baía a 11 de novembro de 1767. Ainda assim, as vendas continuaram a arrastar-se, e a concorrência da das Ilhas manteve-se. Tomaram então a decisão, que transmitiram à

direção da Companhia a 24 de novembro de 1768, de só vender os vinhos novos para Minas juntamente com vinagres e aguardentes. Aliviaram a venda coerciva em março de 1770 perante a exiguidade da que chegou das Ilhas³⁸⁶, pelo que a Companhia beneficiou momentaneamente de uma circunstância conjuntural, mas a vulnerabilidade causada pela concorrência manteve-se, uma vez que o § XXIV da sua instituição apenas proibia que pessoas de qualquer qualidade ou condição introduzissem nas capitanias do seu monopólio: S. Paulo, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco os vinhos, vinagres e aguardentes saídos nas esquadras da cidade do Porto ou produzidos no Alto Douro, e o cerne do problema tinha a ver com as Ilhas, pelo que a Instituição não possuía armas eficazes para combater esta concorrência que arruinava o seu comércio no Brasil.

Por conseguinte, a venda de aguardente não prosperou em território brasileiro por falta de capacidade da Companhia em competir com os preços e a qualidade da oriunda da região insular, pelo que deixará de a exportar para o Brasil a partir de 1781, ano em que foi assinalada a última expedição (88 pipas).

A exportação de vinagre pode observar-se no gráfico nº 35.

Gráfico nº 35 – Comércio externo de vinagre da Companhia das Vinhas do Alto Douro, em pipas, por destino (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

³⁸⁶ REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 220, 222.

O Brasil foi o mercado mais importante para a exportação de vinagre, uma vez que rumaram para aí 614 das 664,5 pipas transacionadas nos anos em análise. O segundo maior destino, ainda que muito distanciado do anterior, foi a Rússia, para onde a Companhia exportou 47 pipas, sendo que os restantes mercados receberam apenas quantidades residuais.

Apesar de o território brasileiro ser o maior destino da exportação de vinagre da Companhia, esta deparou-se com sérias dificuldades neste mercado, à semelhança do que ocorreu com a aguardente, devido à concorrência do que ia de Lisboa e das Ilhas. Para aumentar a sua venda foi ordenado aos administradores da Baía, pelo provedor e deputados, que descessem 16% ao preço, tendo estes transmitido a ordem aos seus congéneres no Rio, a 12 de abril de 1764. Como esta solução não surtiu o efeito desejado, uma vez que continuava o marasmo nas vendas, os administradores no Rio de Janeiro informaram a direção, a 24 de novembro de 1768, que iam obrigar os clientes de vinhos da cidade a adquirir também vinagre, o que provocou grande resistência por parte dos que comerciavam este género, que se queixaram de que a medida lhes parou as vendas, devido ao preço mais elevado do da Companhia em relação ao das Ilhas. Se em termos imediatos pode ter havido alguma melhoria, o que é certo é que terá sido uma solução paliativa, uma vez que o epicentro do problema se situava na concorrência do que chegava de Lisboa e Ilhas, a preços inferiores e por isso preferido pelos clientes. Como a situação persistiu, causando prejuízos à Companhia, esta terminou a exportação em 1782, ano em que ainda enviou duas pipas de vinagre para aquele mercado, não voltando a fazê-lo até à data limite deste trabalho (1800).

Pode então concluir-se que o esforço de exportação desenvolvido pela Companhia das Vinhas do Alto Douro se ancorou em produtos vínicos diversificados, desde logo o vinho de embarque ou de feitoria, um produto de primeira qualidade, o vinho de embarque do Brasil e o vinho de lotação, ambos com características inferiores, definidas pelas lotações que os compunham, o vinho de ramo para consumo corrente, o “vinho”, cujo tipo não foi especificado pelo escrevente, a aguardente e o vinagre.

A leitura da evolução das quotas de mercado, alcançadas pela expedição de cada produto, leva-nos a concluir que o primeiro lugar coube ao vinho de embarque, dado o valor mais elevado de exportação, no que foi seguido pelo de lotação, de ramo, de “vinho” e do vinho de embarque do Brasil, transacionado episodicamente. A exportação de aguardente e de vinagre teve um comportamento pouco expressivo, tendo a sua comercialização sido francamente prejudicada, em território brasileiro, pela

concorrência ao nível de preço e qualidade, dos mesmos produtos com proveniência em Lisboa e Ilhas.

No que diz respeito à geografia do comércio externo, os mercados mais relevantes para a exportação da Companhia dividiam-se entre o continente europeu, onde se destaca a Inglaterra e a Rússia. Já no continente americano, o papel mais relevante coube ao Brasil, como seria de esperar.

A Inglaterra foi o maior destino para a exportação de vinho de embarque ou de feitoria, sendo diversificados os locais para a sua colocação, pois distribuiu-se por mercados que iam desde a região mais setentrional, em que se incluía a Escócia, descendo até à zona mais meridional, englobando a Inglaterra e Gales até à ilha de Guernsey. Adquire particular relevância a cidade de Londres, pelo maior consumo de vinho de embarque aí identificado, seguida de Portsmouth que, apesar de ocupar o segundo lugar na receção deste produto, ficou-se por valores 5,5 vezes abaixo dos verificados para a capital.

Apesar do fluxo exportador dirigido pela Companhia para o mercado britânico ser maioritariamente constituído por vinho de embarque, concluiu-se que foram enviados para este território vinhos inferiores, com vista ao abastecimento da marinha inglesa, ainda que este movimento exportador tenha sido fortuito, e assinalado apenas no período 1780-1782. Assim, os vinhos exportados pela Companhia para surtir a armada britânica eram acima de tudo vinhos de segunda categoria, dado que a fonte os identificou como “lotações do Brasil”, tendo sido direccionados fundamentalmente para Portsmouth, mas também para Hull e Londres, ainda que em menores quantidades.

Foram ainda identificados como mercados consumidores de vinho de embarque, a Rússia, apesar de os valores identificados se situarem a grande distância dos consumidos em Inglaterra; a Irlanda; e o Brasil, cujas quantidades ficaram, no entanto, 28 vezes abaixo das contabilizadas para o mercado principal.

O destino mais relevante para o vinho de lotação foi o Brasil, em segundo lugar a Rússia e em terceiro os territórios germânicos, cujos valores se encontram já muito distanciados dos que foram exportados para o Brasil.

A Rússia foi identificada como o mercado mais relevante para a exportação de vinho de ramo da Companhia, situando-se em segundo lugar a quota composta pelos valores expedidos para o Brasil, ainda que estes correspondam a apenas 1/3 do que foi expedido para o mercado russo.

O “vinho” de tipo não especificado foi comercializado pela Companhia em dois mercados: o Brasil e Angola, com posições antagónicas em relação à quota de cada um, uma vez que a quase totalidade deste produto foi exportada para o Brasil, restando uma quantidade residual que foi direcionada para Angola.

Ressuma do expendido que os negócios vînicos da Companhia, no domínio da exportação, dependem claramente do mercado britânico, uma vez que é o que absorve um volume maior das suas exportações, e que garante uma quota bastante superior ao mercado brasileiro, que lhe fica atrás no volume de transações realizado por esta Instituição. Esta realidade pode ser explicada não só pelos acordos luso-britânicos ocorridos ao longo do tempo, assunto já largamente expendido ao longo deste trabalho, mas também por questões ligadas à conjuntura político-económica internacional que se mostrou adversa aos vinhos franceses de Bordéus.

Pode inferir-se também que há uma diversificação de mercados para o vinho do Alto Douro, ocorrida na segunda metade do século XVIII, nomeadamente para a América Inglesa, para a península da Escandinávia, para o Báltico e a Rússia, ainda que, à exceção deste último país, seja pequena a quota de mercado que asseguram à exportação dos produtos vînicos da Companhia. Mais uma vez se prova o quanto as exportações estavam dependentes do mercado inglês, pois é para a Grã-Bretanha que vai o maior volume, e é também neste país que se situa o mais elevado número de portos ou cidades de destino que absorveram estes produtos.

Comparando as quotas de mercado alcançadas pelas exportações da Companhia com as do mercado doméstico, concluiu-se que aquelas apresentam um dinamismo muito acentuado, face a estas, ainda que a fonte consultada, composta por movimentos alfandegários de saída, não proporcione dados relativos às transações ocorridas na praça do Porto. Salienta-se que estes mercados: o externo e o interno, este último constituído pelo comércio de cabotagem, com epicentro acima de tudo na cidade de Lisboa, têm em comum o especial enfoque no vinho de feitoria, maioritariamente comercializado também no espaço doméstico, ainda que a diferença de valores entre ambos seja muito acentuada, pendendo positivamente para o lado da exportação. A separá-los está a transação de vinho de lotação, quase inexistente no mercado nacional, mas que assume particular importância no esforço exportador da Companhia.

Pode então concluir-se, através dos dados apurados, que foi no setor das exportações que a Companhia das Vinhas do Alto Douro consolidou os seus negócios vînicos, o que era de esperar dada a pequena dimensão do reino português. Também

ficou claro que desenvolveu um esforço evidente para diversificar mercados e agarrar novas oportunidades, nomeadamente através do mercado russo e norte americano, e que estes contribuíram para assegurar uma evolução favorável das exportações da Instituição.

4. Os mercadores do Porto – aspirações e percursos em torno dos negócios vínicos

As aspirações dos mercadores do Porto eram semelhantes às dos de Lisboa e de outras zonas do reino, entre elas o norte de Portugal, uma vez que a todos estigmatizou o desprezo tradicionalmente votado ao comerciante e sua profissão, tida como mecânica e, por conseguinte, praticada por indivíduos “populares”. O preconceito contra a profissão de comerciante manteve-se durante séculos, de tal modo que em 1689, os negociantes de tecidos de Lisboa apresentaram um protesto ao rei, enfatizando a importância do comércio e referindo que, sem ele, os países seriam pobres e as repúblicas passariam fome. Queixaram-se que eram pouco favorecidos e tão desprezados que ninguém queria ser mercador, nem ter nada a ver com tal atividade, pois era uma profissão que, socialmente, não estava acima de um carregador de peixe. Por esta razão havia poucos mercadores portugueses no país, contrariamente aos estrangeiros de todas as nações, que pululavam. Foram acusados de sugar todo o dinheiro do rei e de ser os monopolistas e açambarcadores da riqueza nacional³⁸⁷.

Imputar ao comerciante e à sua profissão a responsabilidade pelo domínio das finanças nacionais em proveito próprio não passava de um preconceito, pois seguramente que terá pesado muito mais para a diminuição de receita nos cofres do Estado a sangria contínua que, desde o reinado de D. João III ao de D. João V, resultou da emigração dos cristãos-novos que levaram consigo o talento financeiro e comercial que fez prosperar outras praças, deixando espaço para que mercadores estrangeiros de Lisboa e Porto e, sobretudo as feitorias inglesas destas cidades, tenham conseguido uma parte tão importante do comércio de exportação de Portugal, incluindo o que era feito com o Brasil, tal como já referido.

Por conseguinte, o mercador era visto como elemento de uma classe média parasitário e explorador, determinado a enriquecer à custa dos outros. Esta mentalidade só foi combatida mais sistematicamente por legislação régia no século XVIII, visando encorajar a atividade mercantil, sendo de enfatizar as medidas pombalinas facilitadoras do acesso ao título de nobreza pela aquisição de pelo menos dez ações nas companhias monopolistas, desde que os adquirentes não exercessem atividades incompatíveis com a nobreza, de entre as quais se destaca a Companhia das Vinhas do Alto Douro pela modalidade de subscrição que permitiu aos acionistas e que revestiu a forma de

³⁸⁷ BOXER, C.R. – *O Império Marítimo Português – 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 308.

numerário e de géneros, através da entrega de vinhos próprios³⁸⁸. Esta foi uma forma de angariação de capitais provindos do investimento particular, nomeadamente da aristocracia, mas também do setor mercantil, cuja atividade era tida, tal como referido, como menos dignificante por corresponder a trabalho manual, o que o Marquês contrariou através da concessão de distinções sociais, por forma a conferir ao comércio um estatuto de prestígio.

Os próprios mercadores encontraram várias formas para capitalizar o reconhecimento e a estima social a que aspiravam.

4.1 Elites do Porto – reconhecimento e mobilidade social

A falta de reconhecimento social não foi um problema de somenos no interior da classe mercantil, pelo que alguns mercadores, pelo menos os de maior envergadura, aspiravam à sua obtenção. Para o atingir podiam simplesmente abandonar o comércio e adotar estilos de vida e de comportamento nobiliários, o que dependia do nível de fortuna próprio, ainda que pudessem também aguardar a remuneração, por parte do rei³⁸⁹, de serviços prestados com caráter relevante, como por exemplo os empréstimos feitos à coroa ou a elementos da primeira nobreza, o abastecimento dos armazéns reais, armação de navios e outros serviços. Definitivamente, “o estado não é mais do que a arena onde os diferentes grupos se disputam reciprocamente na procura de rendas ou de novos direitos de propriedade”³⁹⁰. Portanto, o rei concedia honras e privilégios em troca de serviços e lealdades, mas também os proporcionava aos que ficavam apenas na corte onde, como diz Ribeiro Sanches, não tinham ocasião de fazer obras ilustres para serem agraciados por elas.

³⁸⁸ O § X da instituição da Companhia regia a forma de estabelecer os fundos da mesma e referia que “será o capital desta Companhia de hum milhão e duzentos mil cruzados, repartidos em acções de quatrocentos mil reis cada huma; ametade do qual se poderá prefazer em vinhos competentes, e capazes de receber, com que os Accionistas se quizerem interessar, e a outra ametade será precisamente em dinheiro, para que a Companhia possa assim cumprir com as obrigações de ocorrer ás urgências da lavoura, e commercio” (ANTT – Junta do Comércio, *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, cx. 224, mç.70).

³⁸⁹ A este propósito, diz Ribeiro Sanches: “os Reis tiveram mais para dar que as terras da Coroa; tanto que tiveram Comendas, Governos e Cargos lucrativos, tanto nas Conquistas, como no Reino, logo os Fidalgos começaram a cercar os Reis, e ficaram na Corte, não tendo aquelas ocasiões forçadas de obrarem ações ilustres para serem premiados por elas” (Apud ESTRELA, Paulo Jorge – *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p. 17).

³⁹⁰ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 19.

A habilitação a cavaleiro de uma das corporações religiosas militares³⁹¹ era sumamente desejada por todos os que aspiravam ao reconhecimento social, sobretudo se se tratasse da Ordem de Cristo³⁹², a mais procurada, que permitia alcançar uma aparente certidão de nobreza, ou seja, um atestado de limpeza de sangue e de diferenciação face ao universo dos ofícios mecânicos.

Por conseguinte, a procura dos hábitos das ordens militares foi grande, no entanto também foi pródiga a abertura ao seu acesso, evidente ao longo do século XVII, muitas vezes ironizada na centúria seguinte. O Conde de Saint-Priest, que ocupou o lugar de ministro plenipotenciário da França em Portugal, referiu a este propósito: “é inacreditável o envilecimento a que tinham chegado as ordens militares. Nunca jantei em casa do Marquês de Pombal com D. Luís da Cunha que não fosse servido por cavaleiros da Ordem de Cristo, a mesma que usava o Rei”³⁹³. A única exceção parece ter sido a Ordem de Malta que continuou a exigir efetivos votos aos seus cavaleiros mas, sobretudo, prova de fidalguia de linhagem dos quatro costados³⁹⁴.

Esta tendência de nobilitação através do ingresso nas ordens militares atingiu o clímax nos finais de setecentos, pois notando-se no reinado de D. Maria I a banalização das condecorações, isso originou a carta de lei de 19 de junho de 1789 para disciplinar o acesso às ordens e adotar as “providencias próprias e acomodadas a tanta dezordem e relaxação”, pois de outro modo “se chegaria por fim ao ponto extremo de ellas não serem consideradas, nem estimadas, como Insignias de honra e dignidade”³⁹⁵.

O acesso à administração municipal foi outra das vias possíveis para alcançar prestígio e rendas, ainda que outras instituições se mostrassem igualmente relevantes

³⁹¹ “Porque os preconceitos da estirpe estavam longe de abrandar e as velhas representações preservavam a sua capacidade de orientar as condutas sociais, os homens de negócio empenhavam-se em adquirir um certificado de limpeza de sangue, recorrendo para esse efeito às ordens militares ou apresentando a sua habilitação a familiares do Santo Ofício. Tratava-se, afinal, de obter uma declaração de limpeza, num meio que continuava, mais do que outros, sujeito à infâmia do vício de sangue”. (PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995, p. 93).

³⁹² “Os homens de negócio alcançavam a mercê do hábito por uma de duas vias: a renúncia por outros a seu favor ou o equivalente à prestação de serviços financeiros (a aquisição de dez ações numa das companhias privilegiadas, a introdução de mais de oito arrobas de ouro na casa da fundição de Minas Gerais ou, a partir dos últimos anos do século XVIII, a subscrição de mais de 40 contos nos primeiros empréstimos públicos” (PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*... p. 89).

³⁹³ DELLON, Charles, TOURS, François de, MONTGON, Charles Alexandre de, SAINT-PRIEST – Conde de – *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro testemunhos*. Lisboa: Lisóptima Edições, 1989, p. 157.

³⁹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 24.

³⁹⁵ ANTT – *Carta de Lei de 19 de Junho de 1789*, leis, mç. 8, nº 28.

para tal fim, como as misericórdias e as ordenanças, uma vez que os cargos de capitão-mor e de sargento-mor conferiam sempre nobreza vitalícia, qualquer que fosse a dimensão da capitania³⁹⁶. Assim, os diversos poderes locais contribuíram para a ascensão social de muitos dos que desempenharam tais cargos e, desta forma, atingiram patamares bem elevados da hierarquia social da época.

Compulsando a legislação da monarquia portuguesa, encontram-se várias referências a reconhecer como prioritária a atribuição da liderança local, nas diferentes povoações do reino, às “pessoas principais das terras”, aos “melhores dos lugares”, aos “melhores da terra”, às “pessoas da melhor nobreza”, a quem eram reservados os “principais ofícios da República”. Nesta conformidade, os arrolamentos dos elegíveis selecionavam “os principais” das terras sob o ponto de vista do estatuto nobiliárquico, que nem sempre eram os mais ricos, sobretudo se se comparar a elite de corte com a da província³⁹⁷. Esta legislação, aparentemente descriminatória, permitia um encontro de interesses; de um lado os da coroa, dada a debilidade da sua administração periférica, daí esta legislação como forma de colmatar aquela e garantir que o exercício dos mais altos cargos dos municípios caía nas mãos das elites locais, ou seja, “nas pessoas mais nobres e da governança da terra”, pois só assim tarefas relevantes como a cobrança de impostos ou o recrutamento militar poderiam ser desenvolvidas com eficácia, uma vez que envolvia os mais prestigiados a nível local, do outro lado, as próprias elites locais que usaram essa legislação como ferramenta de acesso para a entrada mas também para a permanência nos órgãos municipais, cujos cargos lhes garantiam dividendos de caráter material mas sobretudo prestígio e acumulação de capital social³⁹⁸.

A nível local, a ascensão social também se processou pelos ofícios das ordenanças e da almotaçaria. O almotacé era eleito pela Câmara e, apesar de não ser remunerado, era um cargo superior. Estavam-lhe inerentes incumbências importantes para a vida local, pelo que esta era uma das portas para ingressar na elite municipal³⁹⁹.

³⁹⁶ O reino estava dividido em capitânias-mores de ordenanças, coordenadas, por seu turno, por um capitão-mor, que devia ser o senhorio donatário ou alcaide-mor nas terras de implantação, acessorado por um sargento-mor (MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 47).

³⁹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo* ... p. 43, 56.

³⁹⁸ FERNANDES, Paulo Jorge da Silva – “Elites locais e poder municipal”. *Análise Social*. Vol. XLI (178), 2006, p. 61-62.

³⁹⁹ “Era atribuição primordial dos Almotacés cuidar do abastecimento do lugar ou do Concelho em boas condições de quantidade, qualidade e custo. A eles cabia fixar os preços de alguns géneros (por exemplo, o vinho) e fiscalizar todos. Além disso julgavam em primeira instância pequenos delitos económicos relacionados com o abastecimento. Tratava-se, por isso, de um instituto com grande

Pombal contribuiu com as suas medidas para facilitar a mobilidade social ao garantir direitos de nobreza a comerciantes. Os estatutos das companhias de comércio não só previam o título de nobreza para os seus acionistas, o que na prática favorecia a captação de investimentos, como também ofereciam isenções e privilégios aos súbditos comuns, que eram prerrogativas da nobreza e da magistratura e ainda permitiam o acesso às ordens militares. Veja-se o teor do alvará de 24 de novembro de 1764, que concedeu o privilégio de nobreza a todos os que possuísem dez ou mais ações da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro⁴⁰⁰. Por outro lado, o comércio foi oficialmente declarado “profissão nobre, necessária e proveitosa” e os comerciantes foram autorizados a instituir morgadios⁴⁰¹. Em contrapartida, os nobres que se envolveram em atividades mercantis, investindo os seus bens, não viram beliscado o seu estatuto, antes pelo contrário, a sua ascensão tornou-se mais fácil numa sociedade fortemente hierarquizada.

Em relação à primeira nobreza do reino, Jorge Pedreira refere que alguns dos seus titulares, que foram investidos nos cargos mais elevados das conquistas, não se coibiram de traficar. Apresenta, como exemplo, datado da primeira metade do século XVIII, o Conde de Assumar que aumentou significativamente o seu património, enquanto titular dos cargos mais elevados que ocupou nas conquistas⁴⁰².

Pode então concluir-se que, ao longo do consulado pombalino, entre 1750-1777, a ascensão social dos mercadores, adjudicatários e empresários bem sucedidos, conheceu um impulso assinalável, devido às companhias de comércio monopolistas criadas pelo Marquês, que envidou esforços para promover o desenvolvimento de uma classe comercial próspera. Para isso terá contribuído também a eliminação da distinção entre cristão-novo e cristão-velho, em 1773, uma achega mais para a promoção social daquele grupo sócio-profissional. A legislação pombalina possibilitou, por conseguinte, o acesso às ordens, por parte dos homens de negócio de ascendência cristã-nova e reforçou a auto-estima da burguesia, nomeadamente com a lei de 1773. Há pois que reconhecer que Pombal aspirava criar uma elite comercial capaz de ombrear com a

alcançe social e de muita importância para o desenrolar normal da vida quotidiana” (SILVA, Francisco Ribeiro da – *Quinhentos, Oitocentos (Ensaio de História)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008 p. 32).

⁴⁰⁰ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006, p. 472.

⁴⁰¹ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 299-300.

⁴⁰² PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822...)* p. 113.

burguesia mercantil de outros países e que tudo fez nesse sentido, nomeadamente através da criação da Aula do Comércio que promoveu o ensino mercantil e a adoção de métodos técnicos e profissionalizantes de aplicação prática, e também por via da tutela da Junta do Comércio sobre a atividade económica; industrial e comercial, para além do papel de destaque que proporcionou aos homens de negócio através das companhias monopolistas, tal como tratado nos capítulos anteriores, de que a criação da Real Companhia das Pescas do Algarve é mais um exemplo, esta levantada à custa dos cabedais e da experiência de mercadores da cidade do Porto, escolhidos para a levar adiante.

4.2 Os mercadores do Porto e a Real Companhia das Pescas do Algarve

Desde tempos remotos que Portugal possuía florescentes pescarias, nomeadamente no período medieval, graças ao esforço desenvolvido pela coroa, entre os séculos XII a XVI, que entretanto se desinteressou, apostando em outras rotas comerciais, como a do Atlântico e Índico. A concorrência espanhola na pesca costeira e a inglesa na longínqua, onde se pescava o bacalhau, juntamente com uma gravosa carga fiscal que recaía sobre a que se fazia em Portugal, favoreceram a importação de pescado e a decadência das pescarias nacionais⁴⁰³.

No consulado pombalino, a pesca mantinha-se decadente pelo que Pombal, no quadro do crescente papel ordenador do Estado Moderno, procedeu à reabilitação das pescarias, nomeadamente do atum, pela provisão de 13 de janeiro de 1773, tendo criado a Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino do Algarve através do alvará de 15 de janeiro do mesmo ano, a última das companhias monopolistas pombalinas, “cujo regime veio substituir a antiga organização das Almadras”⁴⁰⁴. Garantia a intervenção do Estado sobre o atum e a corvina, os peixes privilegiados ou reais, não só os mais lucrativos, mas também os de maior impacto na exportação, através do controlo

⁴⁰³ AMORIM, Inês – “A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal entre a Ilustração e o Liberalismo” in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 155.

⁴⁰⁴ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto publicações, 1997, p. 48. A Almadra era um “conjunto de redes de grande dimensão, articuladas entre si, fixas ao fundo do mar e suspensas até à superfície, para a pesca do atum. O vocábulo coexistiu durante alguns séculos com o termo *armação de pesca*, ou simplesmente *armação*, termos do mesmo significado. Caiu em desuso a partir dos finais do século XVIII e inícios do século XIX, passando somente a vigorar o termo *armação de pesca*, actualmente em uso” (SANTOS, Luís Filipe Rosa – *A Pesca do Atum no Algarve*, Loulé: s.n., 1989, p. 56).

monopolista, sendo que todos os outros se destinavam ao comércio livre. Pouco depois, com vista ao incremento da pesca e salga da sardinha no Algarve, Pombal promulgou a provisão de 31 de outubro de 1773, a que ele próprio chamou “Segunda Lei Fundamental da Restauração do Algarve”⁴⁰⁵, uma vez que catalães e espanhóis se haviam retirado de Monte Gordo, em consequência das medidas de Carlos III que, querendo proteger as pescarias espanholas, impediu a entrada de peixe salgado e seco ido de Portugal. A solução pombalina foi criar uma nova povoação; Vila Real de Santo António. “Era o tempo voluntarista das cidades criadas *ex nihilo*, pela vontade do déspota” e representa a concretização de uma política de Absolutismo Esclarecido e a incarnação de uma utopia do nosso Iluminismo possível⁴⁰⁶.

No sentido de providenciar a nova construção, Pombal enviou ordens ao governador do Algarve, a 17 de dezembro de 1773, para que mandasse delinear uma ‘vila regular’. E, em 30 do mesmo mês, uma carta régia determinava que a nova povoação fosse construída nas margens do Guadiana, frente a Espanha, junto da desaparecida Vila de Santo António de Arenilha⁴⁰⁷.

Romero Magalhães chama a atenção para o facto de Vila Real de Santo António ser uma criação política e daí a dificuldade no arranque, o que “mostra bem que foi uma decisão que não brotou de um imperativo económico, como teria sido a promoção de Monte Gordo”⁴⁰⁸.

Tal como já havia feito com as outras companhias, Pombal procurou envolver a burguesia, neste caso a da cidade do Porto, através dos seus mercadores mais abastados

⁴⁰⁵ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...* p. 61.

⁴⁰⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 116. Vila Real de Santo António “foi concebida e concretizada enquanto ‘cidade nova’, com a função primária e comum de afirmação da soberania através da marcação e colonização do território, mas também de exploração das suas potencialidades económicas” (ROSSA, Walter – “Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores”. *Monumentos*. Nº 30. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009, p. 16 e 31, nota 28).

⁴⁰⁷ CORREIA, José Eduardo Horta Correia – “Vila Real de Santo António Levantada em Cinco Meses pelo Marquês de Pombal” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal Revisitado*, vol.II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 85. “Vila Real de Santo António foi a restauração da Vila de Santo António de Arenilha, núcleo urbano desaparecido nos inícios de Seiscentos, mas cujo termo e concelho se mantiveram. A ‘refundação’ pombalina recuperou não apenas o local e a desaparecida capitalidade do território concelhio, mas também o topónimo, constando de alguns dos documentos do início do processo a designação Vila Real de Santo António de Arenilha. No entanto nada do núcleo urbano primitivo existia à data, o que não impede que se deva classificar a acção urbanizadora como ex-novo em vez de ex-nihilo. Porém, do ponto de vista do urbanismo, trata-se de uma ‘cidade nova’, sem qualquer preexistência edificada que a tenha condicionado” (ROSSA, Walter – “Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores”... p. 30, nota 2).

⁴⁰⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve Económico 1600-1773...* p. 130.

e capazes de financiamento. Para este efeito, enviou na véspera da promulgação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por intermédio de Frei João de Mansilha, uma “Carta Secretíssima”, que era nem mais nem menos do que o plano que havia concebido para a pescaria da sardinha do Algarve, com indicações minuciosas dirigidas à Junta daquela Companhia. Deviam chamar-se, separadamente e em segredo, os homens de negócio mais capazes para se envolverem neste comércio e que fossem possuidores de iates. Assinalava que já havia sido feito ao rei um pedido de privilégio de exclusividade, por vários homens de negócio da praça do Porto; Pedro Pedrossem da Silva, Manuel de Meireles e João de Basto Maia Pereira, juntamente com Manuel de Freitas Guimarães da praça de Lisboa, para estabelecimento de armações de sardinha na costa de Ovar, sendo que esta substituiria com vantagem o peixe salgado importado, a preços elevados, para abastecimento da província do Minho⁴⁰⁹.

Os homens de negócio da cidade do Porto, convocados à casa do provedor da Junta da Companhia das Vinhas do Alto Douro, Manuel de Figueiroa Pinto, no princípio de novembro de 1773, aceitaram fazer sociedades para continuar o giro do comércio e a pesca da sardinha no Algarve, substituindo assim os espanhóis que abandonaram as suas costas, onde operavam desde o princípio do século. Os objetivos destas sociedades eram a pesca, a salga e a comercialização da sardinha, “tendo como horizonte imediato a exportação para o norte, que substituiria assim as importações da Galiza”⁴¹⁰. Com vista à constituição das ditas sociedades, foram transmitidas aos mercadores da praça do Porto, separadamente, as ordens de Pombal, tendo sido admoestados para manterem absoluto sigilo. Desta convocatória resultou a formação de várias empresas, cujos elementos se apresentam através do quadro nº 41.

⁴⁰⁹ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...* p. 61.

⁴¹⁰ CORREIA, José Eduardo Horta Correia – “Vila Real de Santo António Levantada em Cinco Meses pelo Marquês de Pombal”... p. 85.

Quadro nº 41 – Sociedades constituídas para a pesca e comercialização da sardinha do Algarve

	Mercadores do Porto
1ª Sociedade	José Vieira de Azevedo
	Pedro Martins Gonçalves
	Tomé da Silva Pinto
	João Martins Araújo
2ª Sociedade	José Ribeiro Viana
	Francisco da Silva Costa Guimarães
	José Francisco Monteiro Maça
	António Pereira Xavier
	João da Rocha
3ª Sociedade	Manuel Alves Barbosa
	João de Basto Maia Pereira
	João Francisco Guimarães
	Manuel Vaz Camelo
	João Pereira de Carvalho
	Francisco Pereira dos Santos
	Francisco Cardia Neto

Fonte: CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...* p. 63.

Para além destas sociedades, constituídas com vista à pesca e comercialização da sardinha, houve ainda mercadores que, individualmente, se propuseram participar. Foi o caso de Pedro Pedrossem da Silva, senhor de enorme fortuna, representado por seu filho Vicente, e também de José Martins da Luz que se apresentou pessoalmente a Pombal, no dia 20 de novembro, propondo-se entrar no negócio com grandes cabedais e com nove iates que tinha em Setúbal, o que de imediato se concretizou.

Todos os que constituíram estas sociedades eram homens de negócio de grosso trato, com largos cabedais e experiência comercial, alguns ligados mesmo ao tráfego intercontinental e capazes, portanto, não só de assegurar a captura e salga da sardinha algarvia como de garantir a sua colocação no mercado nortenho⁴¹¹. Pertenciam ao escol da elite portuense, pois alguns eram nobilitados, outros estavam a caminho de o ser, outros ainda “viviam à lei da nobreza”, ou seja, subsistiam de fortuna própria e não da

⁴¹¹ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...* p. 63.

atividade comercial vista como “mecânica”. Pedro Pedrossem da Silva⁴¹², por exemplo, foi deputado da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro de 1756-1760, tendo sido integrado por carta régia de 9 de maio de 1757. Foi reconduzido como deputado na Junta de 1760-1771 e conselheiro na de 1771-1773⁴¹³. Os seus antepassados imigraram para o Porto em princípios do século XVII. “Era um fidalgo da Casa Real e ganhava quase 100 000 cruzados por ano na importação de aduelas para pipas e géneros alimentícios vindos de Hamburgo e da Holanda, e na exportação de géneros para o Brasil”⁴¹⁴. Como era apanágio da burguesia enriquecida do século XVIII, habilitou-se a cavaleiro professo na Ordem de Cristo a 4 de julho de 1738⁴¹⁵, tendo sido aceite desde a década de 30. Habilitou-se, com sucesso, a Familiar do Santo Ofício. Desempenhou funções na Câmara Municipal, assumindo o cargo de procurador da cidade no ano de 1758 e, em 1760, (provavelmente por mais de seis anos consecutivos) exerceu o cargo de juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Nicolau. Granjeou também a confiança das autoridades eclesiásticas da cidade do Porto, uma vez que foi nomeado procurador do Cabido em 1766 com a função de cobrar as rendas desta instituição, bem como outros benefícios, tendo ainda sido mandatado, com todos os poderes legais necessários para arrematar e arrendar, bem como fazer requerimentos em nome do Cabido. Morreu a 9 de fevereiro de 1775, com 67 anos de idade. Seu filho, Vicente Pedrossem da Silva, havia recebido, já em 1760, com apenas 13 anos de idade, o foro de Moço Fidalgo da Casa Real e a 12 de dezembro de 1764 foi aprovada a sua habilitação pela Mesa da Ordem de Cristo, mas como não havia ainda completado 18 anos, não foi aceite, o que veio a ocorrer a 7 de julho do ano seguinte, por corresponder

⁴¹² Pedro Pedrossem da Silva nasceu a 31 de Março de 1707, tendo sido batizado a 7 de Abril. Casou duas vezes. O primeiro enlace foi com D. Antónia Barbosa Joaquina de França Palhares, natural da freguesia da Sé, do qual não houve descendentes. O segundo matrimónio realizou-se com D. Ana Maria Micaela Fraga da Silva, de que resultou, em 1747, o nascimento de um único filho: Vicente Pedrossem da Silva (PEREIRA, Pedro Teixeira – “Os Pedrossem – Uma Família de Elite no Porto Setecentista”. *Douro – Estudos & Documentos*. Nº 15, 2003, p. 115-116).

⁴¹³ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Cepese, 2006, p. 457-459.

⁴¹⁴ SCHNEIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 134.

⁴¹⁵ “Surgiu-lhe um obstáculo, que era o de o avô paterno ser natural de Hamburgo o que dificultava a verificação da sua qualidade social e limpeza de sangue. Pedrossem pediu para se usarem umas inquirições efectuadas em relação aos seus primos, Carlos de Costa Almeida e Pedro de Costa Almeida, netos de um irmão de seu avô, mas entretanto, constou que o seu avô tinha sido herege. Recorreu o suplicante alegando os serviços de seu tio Manuel Correia da Silva “official maior da vedoria do Reino do Algarve”. Em princípio não obteve o hábito de Cristo, pois o voto do Conselho foi-lhe desfavorável (NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*. Porto: Universidade Portucalense, 1999, p. 108).

já aos requisitos da idade. Ainda com 17 anos ocupou o cargo de juiz da Confraria da Nossa Senhora da Soledade. No ano seguinte, casou-se com uma descendente de uma família da nobreza da cidade do Porto, D. Maria do Ó de Caminha Hopman. De ascendência materna dos Caminha, o pai era Arnaldo Hopman, holandês, mercador e cônsul da Holanda. Vicente Pedrossem da Silva esteve ligado a diversos setores da economia nacional. Fez sociedade com Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, “ilustre nobre aveirense” com quem fundou a fábrica de louça fina de Aveiro, tendo também estado ligado à indústria papelreira pois, desde 1781, senão antes, o último Pedrossem foi dono e administrador de uma fábrica de papel no lugar da Lapa, freguesia de S. Paio de Oleiros⁴¹⁶. Esteve, como o seu pai, ligado à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e à governação da cidade, tendo sido deputado na Junta da Administração de 1778-1781⁴¹⁷ e vereador em 1791, voltando a sê-lo em 1794⁴¹⁸. Faleceu a 3 de maio de 1806⁴¹⁹.

João de Basto Maia Pereira, que encabeçou a terceira sociedade, era filho de outro homem de negócio, Familiar do Santo Ofício que vivera no Brasil e neto de dois capitães de ordenanças⁴²⁰. Esteve também ligado à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, tendo sido deputado entre 1773-1775 e provedor entre 1775-1778⁴²¹.

Manuel Vaz Camelo⁴²², também com o hábito de Cristo e Familiar do Santo Ofício, era acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba “carregando navios para o Brasil”⁴²³.

⁴¹⁶ PEREIRA, Pedro Teixeira – “Os Pedrossem – Uma Família de Elite no Porto Setecentista”.... p. 116-121.

⁴¹⁷ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*... p. 457-459.

⁴¹⁸ ANÓNIMO – *Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, Vol. XII, Fasc. 3-4.

⁴¹⁹ PEREIRA, Pedro Teixeira – “Os Pedrossem – Uma Família de Elite no Porto Setecentista”... p. 124.

⁴²⁰ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*...p. 63.

⁴²¹ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*... p. 457-459.

⁴²² É provável que tivesse origem nos Camelos que provinham da linhagem dos Cunhas. D. Martim Lourenço da Cunha, casado com D. Sancha Garcia de Penha, teve vários filhos, entre os quais D. Gonçalo Martins Camelo, casado com D. Teresa Anes de Portocarreiro, filho de João Pires de Portocarreiro e de sua mulher, D. Maior (sic) Anes e Fernão Martins Camelo, casado com D. Ouroana Pereira, filha de Pedro Pires Velho e de D. Teresa Pires Pereira, que continuaram a geração, todavia o apelido de Camelo que provinha de alcunha só continuou na de D. Gonçalo Martins (FARIA, António Machado de – “Famílias Nobres. Suas Origens e suas Armas” in ZÚQUETE, Doutor Afonso Martins (dir.) – *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 130).

José Martins da Luz manteve fortes ligações à Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, tendo sido deputado na Junta da Administração de 1773-75 e negociante nacional e legítimo exportador de vinhos de embarque pelo aviso de 14 de janeiro de 1779⁴²⁴. Possuía o hábito de Cristo e era detentor de uma das principais casas da praça do Porto.

Para além dos já enunciados, outros homens de negócio que participaram no projeto pombalino das Pescarias do Algarve tiveram também interesses na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Foram eles Manuel Alves Barbosa, deputado na Junta da Administração de 1778-1781, negociante nacional e legítimo exportador de vinhos de embarque pelo aviso de 11 de novembro de 1790, João Francisco Guimarães, deputado na Junta de 1773-1775, possuidor de dez ou mais ações e negociante nacional e legítimo exportador de vinhos de embarque pelo aviso de 21 de março de 1801 e José Francisco Monteiro Maça⁴²⁵, igualmente negociante e legítimo exportador de vinhos de embarque pelo aviso de 21 de março de 1801⁴²⁶. Estes dois últimos homens de negócio foram tesoureiros na Câmara, o primeiro em 1792 e 1793 e o segundo em 1800⁴²⁷.

Cabe agora fazer o balanço do esforço dos que se envolveram, investindo os seus bens, bem como o da atividade desenvolvida pela Real Companhia das Pescas do Algarve, a última companhia monopolista, criada sob a égide pombalina. Os resultados não foram os esperados e Jacome Ratton refere isso mesmo:

Tambem me parece que a mesma Companhia não tem desempenhado o principal fim para que foi creada, isto hé, a pesca, e salgação da Sardinha, para cujo fim se creou a nova Villa de S. Antonio de Arnil, na embocadura do Guadiana, e se prohibio a importação da Sardinha salgada, que vinha de Galiza para Portugal: em consequência do que a Corte de Madrid prohibio a entrada dos Chapeos de Braga em Hespanha, os

⁴²³ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...* p. 63.

⁴²⁴ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*... p. 88.

⁴²⁵ Provavelmente membro de uma família aragonesa com procedência em D. Fortum Maza, rico-homem do Rei D. Pedro I de Aragão, cujo apelido terá tido origem na batalha de Alcorás, onde terá estado presente com trezentos homens armados de maças. Também foi encontrada referência aos deste apelido, cuja presença foi identificada na batalha de Navas de Tolosa, não se sabendo a data da sua chegada a Portugal (FARIA, António Machado de – “Famílias Nobres. Suas Origens e suas Armas”... p. 325).

⁴²⁶ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*... p. 89.

⁴²⁷ ANÓNIMO – *Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949...* Fasc. 3-4.

quaes até então tinham um grande consumo em Galiza. Ignoro qual seja o motivo da decadência da pesca, e salgação da Sardinha; mas sei que há grande falta deste género em Lisboa, e em todas as partes do Reino⁴²⁸.

Na verdade, as causas são de várias ordens. Importa desde logo apontar falhas administrativas, uma vez que os administradores, nomeados para três anos, tornaram-se vitalícios, sendo acusados de delapidar capitais, faltar com a provisão de materiais e provocar o consequente declínio das pescarias, o que pode ser avalizado pela diminuição do número de armações lançadas na altura da instalação da Companhia. Há, contudo, outro aspeto que importa tomar em consideração: além de tudo o mais, a iniciativa não agradou aos acionistas, que foram pressionados a envolver-se, sem que se tenham identificado com o projeto. “Em parte, porque as oportunidades fiscais, criadas pelo Marquês e contrariadas do lado espanhol, criaram um momento único, mas artificial que, em terminando, significariam o descalabro da iniciativa”⁴²⁹. Convém não obstante reconhecer que foi com, pelo menos aparente facilidade, que os negociantes do Porto aderiram ao projeto da nova Companhia, o que contrasta com a exposição que fizeram à Rainha D. Maria I, em que denunciaram os meios coercivos utilizados por Manuel de Figueiroa Pinto⁴³⁰, contador da Real Fazenda que, na altura, ocupava o lugar de provedor da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Pormenor também a merecer reparo é o que se prende com outra das queixas que submeteram à Soberana e que se relaciona com a falta de verdade na apresentação do negócio, pois foi-lhes dito que, através deles, negociantes da cidade do Porto, a Companhia iria substituir o comércio da sardinha, abandonado pelos catalães nas praias de Monte Gordo “de que se podião tirar consideráveis lucros, demonstrados por hum calculo, inteiramente fantastico, e apartado da verdade”⁴³¹. Há pois que reconhecer que este negócio não terá proporcionado os proventos que Pombal profetizara. Paradigmático é o caso de José Martins da Luz, cuja

⁴²⁸ RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton...* p. 200-201.

⁴²⁹ AMORIM, Inês – *A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal entre a Ilustração e o Liberalismo...*p. 158-159.

⁴³⁰ Os genealogistas colocam a origem da família Figueiroa, uma das mais nobres de Espanha, em tempos recuados. O apelido chegou a Portugal através de Martim de Figueiroa, que viveu no Porto, onde teve geração que continuou o nome da família. Também veio para Portugal, Gonçalo Garcia de Figueiroa, natural de Córdoba, que casou com D. Margarida de Loronha, filha de Duarte de Loronha e de Grácia Rodrigues de Andrade, tendo deixado descendentes (FARIA, António Machado de – “Famílias Nobres. Suas Origens e suas Armas” in ZÚQUETE, Doutor Afonso Martins (dir.) – *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, p. 217-219).

⁴³¹ CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...*p. 453-454.

casa declarou falência, ficando a Companhia das Vinhas do Alto Douro como administradora da massa falida, em que estavam incluídos os bens do seu filho, Pedro Martins da Luz. No processo relativo a essa falência existem referências concretas a Vila Real de Santo António, sendo de inferir que “tendo sofrido por muitos anos graves prejuízos, ocasionou aumenta-los com o estabelecimento de uma pescaria na Vila de Sto António de Arnilha”⁴³². Os bens e propriedades de José Martins da Luz, arrolados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, constam do quadro nº 42.

Quadro nº 42 – Bens e propriedades de José Martins da Luz arrolados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro

Descrição	Localização	Pagamento de pensão
Duas moradas de casas	Bairro de Miragaia, onde vive	2\$250
Quinta do Bulho	Freguesia de Jovim	
Quinta na Rede	Distrito de vinhos de embarque	
Quinta na Barca do Moledo	Distrito de vinhos de embarque	
Uma morada de casas	Em Cima do Muro, junto à Ribeira	28\$000
Várias propriedades	Vila Real de Santo António, Algarve	
Oito ações da CGAVAD		
Seis ações da Cª de Pernambuco		

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Fundo José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz*, liv. 1, fl. 38.

Os bens e propriedades de José Martins da Luz eram bastante vastos e distribuíam-se pela cidade do Porto, onde vivia, nomeadamente na zona de Miragaia, pelos arredores, onde se situava a quinta do Bulho e pelo próprio Douro vinhateiro, onde possuía duas quintas que ficavam dentro da zona demarcada, produtora dos melhores vinhos, nomeadamente os de primeira qualidade, designados por vinhos de embarque ou de feitoria. Tinha ainda várias propriedades em Vila Real de Santo António e era também acionista de duas companhias, de que possuía catorze ações, sendo oito da das Vinhas do Alto Douro e seis da de Pernambuco. Estes não eram, porém, os únicos bens que possuía, sendo de assinalar a propriedade, ainda que de forma parcial, de várias embarcações, conforme se apresenta no quadro nº 43.

⁴³² CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina...*p. 63.

Quadro nº 43 – lates da vila de Setúbal, propriedade de José Martins da Luz, arrolados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro

Nome	Capitão	Naturalidade	Porcentagem sobre propriedade
<i>Patacho</i> ⁴³³	João Pinto da Silva	Setúbal	62,5% = (5/8)
<i>A Luz</i>	João Baptista Lopes	Setúbal	62,5% = (5/8)
<i>O Rei dos Bichos</i>	Luís de Mesquita	Setúbal	75% = (6/8)
<i>Sol Dourado</i>	António Lopes da Cunha	Setúbal	37,5% = (3/8)
<i>Alecrim</i>	Pedro Simões	Setúbal	62,5% = (5/8)
<i>Amostrinha</i>	António José Gomes	Setúbal	33,3% = (1/3)

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Fundo José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz*, liv. 1, fl. 38.

José Martins da Luz era coproprietário em seis navios matriculados no porto de Setúbal, sendo que detinha 75% do iate *O Rei dos Bichos*, o que correspondia a 6/8. Em todos os outros possuía uma percentagem menor que era, respetivamente, em três deles, o *Patacho*, *A Luz*, e o *Alecrim* 5/8, que equivalia a 62,5%, no *Sol Dourado* 3/8 ou 37,5% e num sexto iate, designado por *Amostrinha*, tinha copropriedade de 1/3, correspondente a 33,3%. Todas as embarcações eram administradas por um procurador que Martins da Luz tinha na vila de Setúbal: João Baptista Simões. Quem fornecia tudo o que era necessário às ditas embarcações eram Vicente Gomes Parrela e José Alves Sereno, da mesma vila⁴³⁴.

Nos bens e propriedades do mercador José Martins da Luz, arrolados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro em consequência da sua falência, constam também os bens de seu filho, Pedro Martins da Luz, não tão vastos quanto os do pai, mas mesmo assim consideráveis.

⁴³³ Esta é a única referência apresentada pela fonte, sendo que o termo “patacho” designa, por norma, um tipo de embarcação e não um nome, podendo este caso configurar uma exceção, pelo que optámos por manter aquela designação.

⁴³⁴ Arquivo da Real Companhia Velha – *Fundo José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz*, liv. 1, fl. 38.

Quadro nº 44 - Bens e propriedades de Pedro Martins da Luz, arrolados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro

Descrição	Localização	Paga de pensão ⁴³⁵
Armazéns chamados do Quintal	Vila Nova de Gaia	2\$800
Propriedade	Candal, freguesia de Vila Nova	
Morada de casas	Adro de Santa Marinha, freguesia de Vila Nova	24\$000
Morada de casas	Rua de Baixo, freguesia de Vila Nova	
Morada de casas	Às Escadinhas por detrás do Cabeçudo, freguesia de Vila Nova	
Dez ações na CGAVAD		
Cinco ações na Cª de Pernambuco		

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Fundo José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz*, liv. 1, fl. 38.

As propriedades de Pedro Martins da Luz situavam-se em Vila Nova de Gaia, sendo constituídas por armazéns, que lhe rendiam aluguer, moradas de casas de que, num dos casos, auferia uma pensão, nomeadamente da que se situava no Adro de Santa Marinha, freguesia de Vila Nova, uma propriedade no Candal, zona próxima da orla marítima, em Vila Nova de Gaia e ainda ações em duas companhias, respetivamente, dez na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e cinco na de Pernambuco.

No que mais haveria a dizer sobre os resultados do exercício da Real Companhia das Pescas do Algarve, ressalta que foram desastrosos, não só para as pescarias do Algarve, como também para as sociedades então constituídas. No fim do reinado de D. José I, das 48 barcas mandadas construir, já só subsistiam dez, “uma das quais pertencente a José Martins da Luz e os negociantes que a ela se associaram perderam imensos cabedais no Algarve”⁴³⁶.

De todas as companhias monopolistas pombalinas, a única que permaneceu incólume à viragem favorável ao liberalismo económico, do último quartel do século XVIII, foi a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cuja criação teve amplos objetivos, mantendo a atividade económica ligada ao vinho, produto estruturante da economia do Porto e do norte de Portugal e que, apesar das vicissitudes que sofreu, manteve-se através dos tempos.

⁴³⁵ Na construção do quadro foi usada a nomenclatura da fonte “paga de pensão”, cujo significado se presume seja: recebe de pensão, porque se Pedro Martins da Luz não fosse o proprietário, estes bens não seriam arrolados no processo de falência.

⁴³⁶ SOUSA, Fernando de – “O Legado da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) ao Alto Douro e a Portugal (1756-2006)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº 16, 2008, p. 21.

4.3 Os mercadores e a tutela da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

A Companhia exercia uma tutela absoluta sobre a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, por via do Juízo da Conservatória, da Junta da Administração, dos seus próprios estatutos e abundante legislação produzida que regulamentava o trabalho de comissários, intendentos e oficiais. Nada era deixado ao acaso ou ao arbítrio de comerciantes, lavradores ou produtores.

Todos os anos os lavradores manifestavam à Companhia, representada pelos seus comissários, o vinho da sua lavra, sendo também feita a prova do mesmo, o que dava origem a um edital, afixado em janeiro, onde era definida a quantidade dos vinhos para o ano, a qualidade e os preços.

No que concerne aos comerciantes registados como exportadores, podiam, em circunstâncias iguais às da Companhia, comprar e exportar os vinhos de embarque, em que se incluíam os ingleses. Uns e outros estavam sujeitos aos preços estabelecidos, bem como à aprovação dos vinhos feita por aquela Instituição, sendo para tal estabelecida a feira dos vinhos da Régua, regulamentada pelo aviso de 28 de julho de 1757⁴³⁷.

Tendo em conta o § XXXI da instituição da Companhia e no que aos vinhos destinados à exportação diz respeito, estes não podiam ser enviados de casa dos lavradores para o Porto, sem serem acompanhados de cartas de guia, dirigidas à mesa da administração da Companhia que, avaliando a sua qualidade, lhes mandava colocar a marca de aprovação, podendo ser exportados em seguida. Se fossem considerados de inferior qualidade, eram marcados como tal e o seu consumo tinha de ser feito na terra ou no reino. No caso de serem identificados como próprios para embarcar para o Brasil ou para reinos estrangeiros, ser-lhes-ia dada licença para a venda, sendo que a mesa da Companhia era obrigada a fazer anualmente um registo geral de todas as pipas de vinho qualificado, para sair pela barra do Douro, sendo a marca de aprovação colocada a fogo em cada uma delas, não podendo ser introduzidos nos países estrangeiros, vinhos sem guia. Quando, em anos de abundância de produção de vinhos, a Companhia não pudesse

⁴³⁷ “Os vinhos produzidos no distrito de feitoria ou demarcação, depois de provados e classificados nas diferentes categorias pelos comissários da Companhia, após 20 de Novembro de cada ano, davam origem a um plano de regulamento para a Feira dos Vinhos, elaborado pela Companhia, o qual era remetido para o Governo. Este plano fixava a data do início da feira, dias de duração, a quantidade dos vinhos que se podiam vender para os diversos mercados e consumo no Reino, a quantidade e qualidade que cada lavrador podia vender e o preço dos mesmos” (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*... p. 91).

assegurar prontamente a venda nem para a América, nem na cidade do Porto, o § XXXIV previa a liberdade de os lavradores venderem os seus vinhos em terras onde bem lhes parecesse, desde que o fizessem onde não houvesse proibição e, se saíssem pela barra do Douro, fosse marcada a qualidade nos cascos, sendo obrigatoriamente acompanhados pela guia da Companhia, para identificação do seu destino e para impedir a exportação para países estrangeiros⁴³⁸.

De acordo com o § XXV do alvará de instituição da Companhia, os lavradores podiam exportar os vinhos da sua lavra para o Brasil através dos diretores da Companhia que, por conta e risco daqueles, os mandavam aos seus feitores para serem vendidos aos mesmos preços dos daquela Instituição, sendo embolsados depois de descontadas todas as despesas. Por conseguinte, o remanescente revertia para os lavradores⁴³⁹.

Cabe agora perceber quais as quantidades que foram transacionadas no mercado nacional, bem como identificar os mercadores, nacionais e estrangeiros que, sob a tutela da Companhia, comerciaram os produtos vínicos da sua instituição, nomeadamente os diferentes tipos de vinho, a aguardente e o vinagre.

4.3.1 Agentes, destinos e volumes dos negócios vínicos

Os agentes que operavam na praça do Porto e em cuja composição dos negócios se identificam os produtos vínicos da instituição da Companhia, podiam ser nacionais e estrangeiros. No caso dos portugueses, foram assinalados mercadores que comercializavam o vinho, a aguardente e o vinagre, residindo habitualmente na cidade no Porto, onde mantinham o seu negócio, mas também produtores, que podiam morar na urbe portuense ou no Douro, gerindo as suas quintas diretamente ou por intermédio de feitores, que enviavam o produto daquelas para a cidade do Porto e os lavradores que investiam o seu labor em terras durienses, expedindo depois o produto das suas lavras, ou vendendo-os diretamente à Companhia ou a particulares, estando sempre o desempenho de uns e de outros sob a mira tutelar desta Instituição.

A comunidade estrangeira, ancorada em torno dos negócios vínicos realizados a partir da praça do Porto, era constituída por mercadores oriundos de várias

⁴³⁸ ANTT – *Junta do Comércio, Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, mç 70, cx. 224.

⁴³⁹ ANTT – *Junta do Comércio, Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, mç 70, cx. 224.

nacionalidades, sendo que a comunidade mais numerosa era a inglesa, que se mostrava bem organizada em torno da sua feitoria. Possuidora de velhas raízes que a ligavam a Portugal, favorecidas por sucessivos tratados, conforme já referido, foi garantindo regalias e privilégios ao longo de tempo, o que lhe permitiu desfrutar de um país e de uma cidade, no caso o Porto, onde ancorou fortes interesses em torno dos produtos da instituição da Companhia.

Foi, por conseguinte, através das dinâmicas comerciais empreendidas pelas diversas comunidades de agentes, que operavam na cidade do Porto, que foi possível prover o reino dos produtos do Alto Douro e alimentar o comércio que internamente se fazia. Os totais resultantes do seu envolvimento no trato do vinho, aguardente e vinagre, aos quais se retirou os da Companhia das Vinhas do Alto Douro por ter sido tratada no capítulo três, apresentam-se em seguida, através do quadro nº 45 .

Quadro nº 45 - Comércio interno dos produtos vînicos em pipas, por anos, sob a tutela da Companhia (1775-1800)

	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Vinagre
1775				7,55	10,17	
1776	137,49			9,12	4,28	
1777			6,75	153,23	28,28	
1778	87		0,75	225,36	58,03	4
1779	442,5		6	76,24	28,59	
1780	693,69		80,02		41,79	
1781	459,81		89,87	0,75	28	6,89
1782	412,61		45,45			21,25
1783	709,97		102,92		121,75	31,5
1784	1297,96		625,75		202,22	58,64
1785	511,66		1267,71		233,74	91
1786	1171,96		1531,13		276,56	110,46
1787	1140,41	8,81	4434,3		399,94	280,34
1788	370,15	2,25	1555,97		155,73	150,23
1789	442,6	19,5	273,61		15,64	36,44
1790	537,43	4,47	127,24			13
1791	286,65		53,82			
1792	251,65		225,48		11,19	
1793	559,53	0,5	38,95		22	3,23
1794	381,01	4,25	139,46		40,19	38,26
1795	444,55	0,75	222,64		86,25	
1796	549,28	1,5	626,66		29	7
1797	5523,4	0,25	5685,5		282,72	6

1798	9041,34	1,25	4062,55		216,25	3,25
1799	1309,68	0,75	1098,3		63,09	23
1800	908,67		76,25		69,37	
Total	27 671	44,28	22 377,08	472,25	2 424,78	884,49

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Através da análise do quadro, atinente aos totais anuais transacionados internamente por todos os mercadores ativos na praça do Porto, concluiu-se que os produtos vînicos que compunham o seu trato foram o vinho de embarque, o de lotação, o de ramo, o “vinho” sem designação específica, a aguardente e o vinagre. De todos estes, o que teve maior peso económico foi o vinho de embarque, apesar de ser destinado à exportação, uma vez que foram transacionadas 27 671 pipas. Não foram identificados registos concernentes à comercialização deste produto no mercado nacional nos anos de 1775 e 1777. Os volumes de expedição foram mais significativos no fim da década de 90, nomeadamente nos anos de 1798 (9 041,34 pipas), 1797 (5 523,4) e 1799 (1 309,68 pipas). É muito provável que estes valores reflitam um aumento da oferta devido ao alargamento da área da região produtora, proporcionada pelas novas demarcações subsidiárias ocorridas em 1788 e em 1791, e da melhoria da navegabilidade do rio Douro, a principal via de transporte dos vinhos, em consequência das obras de demolição do Cachão da Valeira, iniciadas em 1780, que tornaram possível o acesso ao Douro superior.

Já o ano em que foi identificado o menor número de expedições de vinho de embarque (87 pipas), foi o de 1778.

O vinho de lotação, tradicionalmente enviado para o Brasil, teve no ano de 1787 o início da sua comercialização no mercado nacional, que se manteve até 1790, sendo depois interrompida até 1792. Foi retomada no ano seguinte em que se assinala o menor envio, ½ pipa, do período em apreço (1775-1800). O movimento comercial deste produto terminou em 1799. Merece reparo a quantidade exígua permanentemente expedida de vinho de lotação para abastecimento do mercado interno, pelo que se pode concluir que não se tratava de um produto com grande apreço no espaço nacional.

O vinho de ramo ou vinho corrente ocupou o segundo lugar nas preferências dos consumidores portugueses. Este só começou a ser comercializado no ano de 1777, ainda que com valores muito exíguos, tendo sido assinalado o aumento do volume das transações a partir de 1780. Os melhores anos para os negócios com este tipo de produto

ocorreram em 1797 (5 685,5 pipas), 1798 (4062,55), 1788 (1 555,97) e 1786 (1 531,13 pipas). Por antítese foi registado o menor volume de transações no ano de 1778, em que o valor comercializado foi absolutamente residual, uma vez que não ultrapassou $\frac{3}{4}$ de pipa. Pormenor a merecer reparo é a coincidência entre os melhores anos para os valores transacionados de vinho de embarque e de vinho de ramo (1797; 1798), o que sugere um período de abundante produção no Alto Douro⁴⁴⁰, que contrasta com o ano de 1800 em que ocorre uma descida drástica na comercialização de vinho de ramo, e uma descida moderada de vinho de embarque.

O “vinho” sem especificação de tipo foi transacionado no espaço nacional durante um curto período de tempo: 1775-1779; 1781, o último registo assinalado, após a interrupção de um ano. O volume das suas transações corresponde ao terceiro lugar em relação aos totais comercializados dos outros tipos de vinho. Ainda assim os valores são pouco significativos. O melhor ano foi o de 1778 em que ocorreu a expedição de 225,36 pipas e o pior correspondeu ao de 1781 com o valor de $\frac{3}{4}$ de pipa.

A aguardente foi transacionada no mercado português em todos os anos deste estudo, à exceção de 1782 e 1790-91. A comercialização de maiores volumes ocorreu em 1787 (399,94 pipas), 1797 (282,72), 1786 (276,56 pipas). Diametralmente oposto foi identificado o ano de 1776 em que foram transacionadas no mercado nacional 4,28 pipas de aguardente, o que correspondeu, por conseguinte, ao pior ano.

O vinagre foi episodicamente comercializado em 1778, só voltando a sê-lo de novo no período de 1781-1790, identificando-se nova irregularidade entre 1791-92, depois em 1795 e 1800. A maior expedição de pipas deste produto ocorreu em 1787 (280,34) e o pior ano para a sua comercialização foi assinalado em 1793 (3,23 pipas).

Pode então concluir-se que o vinho mais vendido no mercado nacional foi o vinho de embarque ou de feitoria, seguido do vinho de ramo, resultado da intervenção conjunta de todas as comunidades de mercadores ligados ao trato. Na posição oposta foi identificado o “vinho” sem especificação e o vinho de lotação, este destinado sobretudo

⁴⁴⁰ A exportação de um ano não refletia, *stricto sensu*, a produção do anterior, dado que o vinho tinha de passar pelo processo de envelhecimento. Apesar da atenção proporcionada por Pombal a todas as operações concernentes ao vinho do Porto, a legislação produzida deixa perceber uma preocupação menor com as normas atinentes àquele processo, uma das características também importantes deste vinho. O envelhecimento realizava-se de forma pouco uniforme, uma vez que uns exportavam os seus vinhos no ano a seguir à produção, os chamados vinhos novos ou de novidade, outros deixavam-nos estagiar por três anos nos seus armazéns, antes de os exportarem. A prática de exportar vinhos com nove meses a dois anos, considerados como novos, para o mercado inglês, virá a ser criticada, mais tarde, pelo barão de Forrester (PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 100).

ao mercado brasileiro. Uma vez que ambos foram menos transacionados pelos mercadores, conclui-se que os interesses dos consumidores portugueses, alocados ao mercado interno, gravitavam em torno dos dois primeiros produtos: vinho de embarque e vinho de ramo. A aguardente apresentou alguma regularidade no abastecimento do mercado doméstico, ainda que tenha estado ausente da comercialização nos anos de 1782 e nos de 1790-91. Já a venda de vinagre apresentou hiatos em vários anos, revelando por conseguinte maiores oscilações do que a aguardente fornecida ao território nacional.

4.3.1.1 Portugueses nos negócios víquicos - transversalidade social

As fontes compulsadas permitem não só apurar os valores totais comercializados no espaço nacional, como também os nomes dos comerciantes e de todos aqueles que sem fazerem da mercância a sua profissão habitual, como os produtores, nomeadamente proprietários de quintas no Douro e também lavradores, comercializaram produtos víquicos sob a tutela da Companhia. As fontes permitem ainda diferenciar as quantidades e os tipos de vinhos, aguardente e vinagre transitados no território nacional, e ainda esclarecer os destinos para onde foram transacionados. Assim, foi possível construir uma longa lista e identificar as pessoas ligadas a esta atividade comercial que, pela sua extensão, se apresenta extra texto, sob a designação de anexo nº 3 – Comércio interno de produtos víquicos, em pipas, dos mercadores portugueses (1775-1800). Trata-se de um número bastante elevado de intervenientes que poderá não corresponder à realidade, uma vez que é possível que haja duplicação de nomes, dado que o registo terá sido feito pouco uniformemente, ao longo dos vários anos da fonte. Assim, umas vezes foram inscritos todos os apelidos do manifestante, outras apenas o nome próprio e um dos sobrenomes, apesar de se tratar provavelmente da mesma pessoa. Por exemplo, Manuel Rodrigues pode ser o mesmo que Manuel Rodrigues Bento ou Manuel Teixeira pode ser Manuel Teixeira de Abreu e Vicente Ferreira pode corresponder a Vicente José Ferreira, mas também a Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. É de considerar então a possibilidade de haver uma duplicação ou mesmo uma triplicação de nomes (identificámos cerca de 150 casos prováveis) pelo que os mercadores portugueses envolvidos no comércio interno não serão 1957 mas, por questões relacionadas com os registos, rondarão os 1800.

Para além dos nomes dos que comerciaram produtos v́nicos sob a tutela da Companhia, da referida lista constam tamb́m os destinos, os produtos comercializados e as respetivas quantidades. Pela sua ańlise ́ posśvel perceber que houve v́rios manifestantes que desenvolveram como estrat́gia de comercializaçaõ no mercado nacional uma poĺtica de diversificaçaõ geogŕfica, uma vez que colocaram os produtos que compunham os seus neǵcios em diferentes destinos. Esta preocupaçaõ teŕ tido como objetivo ampliar oportunidades de coḿrcio e reduzir riscos, uma vez que quanto maior for o ńmero de mercados atingidos, menor seŕ a dependênci. Para aĺm da diversidade de mercados apresentada, deteta-se ainda a variaçaõ de produtos comercializados, o que teŕ contribúdo para expandir a oferta de neǵcio nos mercados onde operavam. Por conseguinte, o processo de diversificaçaõ patente na lista constitui uma t́cnica destinada ao crescimento e foi implementada por alguns dos que se envolveram no trato v́nico, uma vez que se trata de uma ferramenta para maximizar o retorno ecońmico e minimizar o risco acarretado pela dependênci de um ś mercado. Foram identificados 88 portugueses que enviaram produtos v́nicos para dois destinos no territ́rio nacional, nove que os comercializaram em trê mercados: Ant́nio Bernardes da Silva que expediu vinho de embarque, de lotaçã, de ramo, aguardente e vinagre, para a Ilha Terceira, Lagos e Lisboa; Ant́nio Joś Vaz Ferreira que vendeu vinho de ramo, aguardente e vinagre para Alcácer do Sal, Lisboa e Setúbal; o capitão Joã Francisco Guimarões que comercializou vinho de embarque e “vinho” na Ilha da Madeira, Ilha Terceira e Lisboa; Ferreira, Cunha e Rocha, provavelmente uma firma, que enviou apenas vinho de embarque (756,75 pipas) para a Figueira da Foz, Lisboa e Setúbal; Francisco da Silva Costa Guimarões que expediu vinho de embarque, de ramo e “vinho” para Lisboa, Monte Gordo e Vila Real de Santo Ant́nio; Joã Baptista Correia que expediu vinho de embarque, de ramo, aguardente e vinagre para a Figueira da Foz, Lisboa e Setúbal; Joaquim Ferreira Sampaio que comercializou vinho de embarque e de ramo na Figueira da Foz, Lisboa e Setúbal; Joś da Cruz da Assunçaõ que vendeu vinho de embarque, de ramo e aguardente para a Ilha da Madeira, Lisboa e Setúbal, e Joś Eleut́rio Barbosa de Lima que enviou vinho de embarque (235,19 pipas) para a Figueira da Foz, Lisboa e Setúbal. A operar em quatro mercados do territ́rio nacional foram identificados apenas dois manifestantes: Cipriano Ribeiro Guimarões que comercializou vinho de embarque, de ramo, aguardente e vinagre no Algarve, Lisboa, Monte Gordo e Setúbal, e tamb́m Joś e Joaquim de Oliveira Lopo, provavelmente irmãos que constituíram uma sociedade comercial, que expediram vinho

de embarque e de ramo para a ilha da Madeira, Lisboa, Setúbal e Viana. Apenas João Henrique de Magalhães foi identificado a comercializar vinho de embarque, de ramo e aguardente em cinco mercados: Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Setúbal e Viana.

A diversificação de mercados e de produtos, bem como o volume das transações constituem o barómetro do sucesso ou fracasso das estratégias gizadas por aqueles que ancoraram a sua atividade mercantil na praça do Porto e no Alto Douro, visando a obtenção de êxito nos negócios vînicos. Através dos quadros nº 46 e nº 47 é possível identificar os vinte elementos mais bem sucedidos no mercado interno, no que concerne ao vinho de embarque e de ramo.

Quadro nº 46 – Vinte maiores mercadores portugueses a operar no mercado interno de vinho de embarque

Nome	Vinho de embarque (em pipas)
Desembargador Francisco de Almada Melo e Mendonça	1099
Custódio da Rocha Leão	1026,5
Manuel Joaquim de Azevedo*	930,41
João Nogueira*	876,25
José da Cruz da Assunção*	761
Ferreira Cunha e Rocha	756,75
Francisco de Paula Delgado*	717,5
João Henrique de Magalhães*	659,21
Manuel Ferreira dos Guimarães*	578,59
Bernardo José Gonçalves*	479
José Pinto Monteiro*	467,12
Manuel da Costa Brandão	450
José Pinto da Cunha Godinho*	426,14
João Pinto de Queirós	378,75
Bernardino José de Oliveira	365
José Fernandes Aveiro*	338,22
Cunha Filho e Correia*	327,25
José António de Barros	325,16
João António Pinheiro*	303,5
António de Sousa Lobo*	271,02

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

* Os nomes assinalados com asteriscos foram aprovados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro como legítimos exportadores de vinhos de embarque (SOUZA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 88-89).

Quadro nº 47 – Vinte maiores mercadores portugueses a operar no mercado interno de vinho de ramo

Nome	Vinho de ramo (em pipas)
Francisco de Paula Delgado*	957
Desembargador Francisco de Almada Melo e Mendonça	889
João Baptista Correia	774,5
Manuel de Sá Couto	770,5
Cipriano Ribeiro Guimarães	689,75
Bernardo José Gonçalves*	650,22
Manuel Joaquim de Azevedo*	585
António de Sousa Lobo*	548,48
Custódio da Rocha Leão	373
António da Cunha Guimarães*	371
Manuel de Sousa Pinto	332
José Pereira Ferraz*	307,5
António José Vaz Ferreira	224,25
José Manuel Chiape	218
Manuel Ferreira Barbosa	216,75
António Francisco Rodrigues	215,47
Ferraz Filho e Correia	201,75
António Alvares	200
João da Silva Pinto da Fonseca	186
Tomás da Silva Peixoto	180

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

* Os nomes assinalados com asteriscos foram aprovados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro como legítimos exportadores de vinhos de embarque (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 88-89).

Do quadro nº 46 constam os vinte elementos que transacionaram o maior número de pipas de vinho de embarque no mercado interno e do quadro nº 47, faz parte o mesmo número dos que mais se destacaram na comercialização de vinho de ramo. Pela análise comparada dos dois quadros conclui-se que são comuns ao comércio dos dois tipos de vinhos catorze elementos, de entre os quais se destaca o desembargador Francisco de Almada e Mendonça, primo do Marquês de Pombal, que encabeça a lista dos que comerciaram o vinho de embarque e se situa em segundo lugar na dos que mais expediram vinho de ramo para o território nacional. Este não fazia da mercância a sua principal atividade, sendo por conseguinte proprietário de terras no Alto Douro, vendendo a produção destas.

Ressuma também da análise do quadro referente ao vinho de embarque que dos vinte elementos que a compõem, treze (assinalados com asterisco) são cumulativamente

“legítimos exportadores de vinhos de embarque, aprovados desde a Instituição da Companhia até 1821”⁴⁴¹ e que, por conseguinte, ampliaram os seus mercados, uma vez que implementaram a estratégia de destinar uma parcela da composição dos seus negócios ao mercado interno e outra ao externo, maximizando lucros e minimizando riscos. Foram também identificadas na mesma lista duas sociedades comerciais.

No que diz respeito ao vinho de ramo, foram assinalados seis legítimos exportadores aprovados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro. Quatro deles são comuns aos nomes dos exportadores já identificados na lista do vinho de embarque e os restantes dois: António da Cunha Guimarães e José Pereira Ferraz não comerciaram vinho de embarque no espaço nacional, ainda que sejam também exportadores aprovados. Foi ainda referenciada uma sociedade comercial que transacionou vinho de ramo neste mercado.

Na composição dos negócios dos portugueses que comerciavam no mercado interno (anexo nº 3) identifica-se o vinho de embarque (19 017,32 pipas), vinho de lotação (41,03 pipas), vinho de ramo (21 523,15 pipas), vinho sem designação específica (249,6 pipas), aguardente (1 825,45 pipas) e vinagre (884,49 pipas). É de assinalar que o produto mais comercializado pelos nacionais no espaço doméstico foi o vinho de ramo, ou seja, o vinho de consumo corrente, ficando em segundo lugar o vinho de embarque, ou seja, o vinho de primeira qualidade com menos 2 505 pipas transacionadas. O terceiro produto mais vendido foi a aguardente, seguido pelo vinagre. Foram irrisórios os valores de “vinho” de tipo não especificado e de vinho de lotação.

Os registos dos que comercializavam no espaço interno eram anteceditos dos títulos, honoríficos uns, definidores de estamentos sociais e sócio-profissionais outros, o que permite constatar que o interesse no universo do trato vínico foi bastante transversal à sociedade portuguesa de setecentos. Desde logo o clero, regular e secular se destaca pelo elevado número de intervenientes com interesses nos vinhos do Alto Douro, não se podendo escamotear a este propósito foros e rendas que recebiam, assim como os bens fundiários que detinham naquela zona e lhes proporcionavam produção própria, em parte consumida pelos proprietários, muitos deles institutos religiosos, desde os frades Lóios do Convento de Santo Elói, aos de S. Francisco do Mosteiro do mesmo nome, de S. Lourenço, que se reporta ao Colégio e Convento de São Lourenço dos Jesuítas,

⁴⁴¹ Pode consultar-se a listagem dos “negociantes nacionais, legítimos exportadores de vinhos de embarque, aprovados desde a Instituição da Companhia até 1821” em SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 88-89.

Carmelitas Calçados, Descalços, e respetivos Conventos, numa miríade difícil de enumerar.

Pelo manuseamento dos dados compulsados ao longo da fonte, foram emergindo nomes ligados à nobreza do reino, atraídos pela prosperidade dos negócios que cresciam na cidade do Porto, onde pululava um grande número de comerciantes, de pequeno, médio e grande porte, sendo sobretudo os ingleses os que compunham este último segmento. Detentora de propriedades no Alto Douro, a nobreza aproveitou para desenvolver interesses económicos no mercado vínico, comercializando a sua produção no território nacional. Foram identificados no escambo interno o Barão de Alverca, o Conde da Cunha, o Conde de Bobadela, o Conde de Resende, o Conde de Vale dos Reis, a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El Rei e outros fidalgos cujo registo é antecedido pelo título de “Dom”, que também marcaram presença neste setor, enviando produtos para diferentes zonas do país, fruto da produção das quintas que mantinham no Alto Douro.

Os militares interessaram-se igualmente pelo trato vínico, tendo sido identificadas diversas patentes a comercializar este tipo de produtos no mercado nacional, como a de sargentos-mores (quatro), capitães (32) e capitães-mores (dois), bem como coronéis (quatro).

Também se tornou nítido, à medida que foi crescendo o apuramento daqueles que se envolveram na comercialização destes produtos que os letrados, nomeadamente desembargadores (51) e bacharéis, estes últimos designados pelo título de “doutor”⁴⁴² (25), também estavam envolvidos nos negócios que se reportavam aos produtos vinícolas, transacionando-os no mercado nacional.

A transversalidade social identificada para os grupos sócio-profissionais também perpassou o género, uma vez que não são só elementos masculinos os que foram detetados a comercializar produtos vínicos no mercado interno. Foram inventariados vários casos de envolvimento de mulheres, num total de 63. Algumas constituíram sociedades comerciais com os filhos, após a morte dos maridos, adotando como designação comercial o termo “viúva”, a anteceder o nome da firma. Foram identificados os casos da Viúva Arantes e Filhos, da Viúva Guimarães e Filho e da Viúva Lopes da Costa e Filho que, pelos vistos, estão em minoria. Portanto, não era incomum estarem mulheres a participar destes negócios no norte do país, como

⁴⁴² Este título também foi identificado em elementos do clero, normalmente agregado a outros, como por exemplo: Reverendo doutor.

Custódia Clara do Nascimento, entre outras, uma produtora que não só enviava os seus produtos para o mercado interno, como também os exportava, nomeadamente para o Brasil, como adiante se verá.

Pode então concluir-se que a sociedade portuguesa, em geral, da segunda metade de setecentos, abraçou as oportunidades proporcionadas pelo crescimento dos negócios víquicos que se realizavam na cidade do Porto, tendo sido transversalmente envolvida por interesses comerciais ligados aos produtos do Alto Douro.

Cabe agora analisar os destinos do comércio interno dos produtos da instituição da Companhia, por anos, dinamizado pelos mercadores portugueses.

Quadro nº 48 – Destinos do comércio interno de produtos víquicos, em pipas, dos mercadores portugueses (1775-1800)

Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Vinagre
Alcácer do Sal			43	0,25		
1778				0,25		
1787			43			
Algarve			60			
1785			60			
Caminha			0,25			
1790			0,25			
Castro Marim				0,5		
1777				0,5		
Coimbra	0,25					
1789	0,25					
Faial				6		
1776				6		
Fão			1			
1789			1			
Faro	17,28					
1779	17					
1788	0,28					
Figueira da Foz	30,13		344,24		6	7
1781					3	
1782			0,25			
1783			1,25			
1785			0,23			
1786	0,5		1		1	
1787			20,78			
1788			0,5			
1789			0,75			
1790	0,24		0,48			
1792	0,25		0,25			
1793	0,23					

1794			33		2	
1795	21,22		66			
1796	2,25		219,5			7
1797	1		0,25			
1798	1,5					
1799	0,19					
1800	2,75					
Ilha da Madeira	2,5			0,5	4	
1781				0,5	4	
1794	2					
1800	0,5					
Ilha de S. Miguel	2,75			0,25		
1779				0,25		
1791	2,75					
Ilha Terceira	1,75		0,59	2,75		
1775				2		
1777				0,75		
1782	0,25					
1784			0,5			
1791	1,5		0,09			
Lagos	0,75					
1800	0,75					
Lisboa	18790,68	41,03	20701,78	215,42	1762,26	794,69
1775					0,49	
1776					0,49	
1777			2	92,84	12,28	
1778			0,5	92,67	6,89	4
1779	74,5		3	29,91	8	
1780	578,09		70,02		32,04	
1781	158,47		76,87		13	6,09
1782	214,47		36,15			21,25
1783	569,24		91,92		54,75	31,5
1784	1088,96		594		73,48	50,64
1785	348,69		1154,22		127,05	91
1786	798,39		1494,04		211,87	92,46
1787	961,56	8,81	4122,46		286,63	255,34
1788	192,7	2,25	1532,72		137,73	119,23
1789	266,26	19,5	253,88		15,5	36,44
1790	384	4,47	110,01			13
1791	127,9		47,48			
1792	103,93		214,23		11,19	
1793	101,14	0,5	32,87		22	3,23
1794	229,33	1	94,49		18,19	38,26
1795	169,33	0,75	72,16		86,25	
1796	279,38	1,5	146,66		29	
1797	4046,18	0,25	5539		281,72	6

1798	6727,72	1,25	3876,55		201,25	3,25
1799	913,86	0,75	1088,05		63,09	23
1800	456,58		48,5		69,37	
Monchique	14					
1796	14					
Monte Gordo			38	0,98		
1775				0,98		
1785			38			
Peniche	0,25					
1788	0,25					
S. Martinho			80			
1787			80			
Setúbal	149,54		130,48	1	50,46	82,8
1775					3,45	
1776					3,3	
1777				0,25		
1778				0,25		
1779				0,5	10,34	
1781			3,25			0,8
1782			2,25			
1783			1			
1784			2,25		0,14	8
1785			2,17		4,23	
1786	0,28		6,5		14	18
1787	1,01		101,48		13	25
1788			0,75		2	31
1789	5,5		0,5			
1790	5,5		0,25			
1791			1			
1792	0,25		0,75			
1793	2,25		0,33			
1794	4		0,5			
1795	63,25					
1796	14		1			
1797	20		4			
1798	4		2			
1799	19					
1800	10,5		0,5			
Valença				0,12		
1776				0,12		
Viana	7,44		72,83	16,16	2,73	
1775				1,08		
1776				0,33		
1777				1,5		
1778			0,25	6,75		
1779				6,5	0,25	
1780			0,5			
1781			0,5		1	

1782			1,55			
1783	0,09		2			
1784			1,5		0,25	
1785	0,23		1,23		1,23	
1786	0,25		0,84			
1787	0,23		1			
1788			0,5			
1789			0,48			
1792			1			
1793			1			
1794	0,5					
1795	2,5		0,23			
1797	2,5		60			
1798	1,14					
1800			0,25			
Vila do Conde			46,5			
1784			11			
1787			0,25			
1797			35,25			
Vila Real de Santo Antº			4,48	5,67		
1776				1,67		
1777				4		
1781			4			
1783			0,25			
1785			0,23			
Total	19 017,32	41,03	21 523,15	249,6	1 825,45	884,49

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Foram identificados 23 destinos para o comércio interno dos portugueses, sendo que Lisboa se destaca em primeiro lugar, não só porque apresentou maior regularidade na receção dos produtos vónicos, mas também porque absorveu a maior quantidade. Na capital do reino foram colocadas 18 790,68 pipas de vinho de embarque que também seguiu para outros destinos, desde logo Setúbal e Figueira da Foz que, todavia, ficaram muitíssimo aquém, com valores, respetivamente de 149,54 e 30,13 pipas, o mesmo acontecendo com outros mercados que rececionaram valores residuais como por exemplo a Ilha de S. Miguel, a Ilha Terceira, Peniche ou mesmo Lagos.

Quanto ao vinho de lotação, este foi transacionado num único destino: Lisboa, tendo sido contabilizadas apenas 41,03 pipas. Tendo em conta este valor, pode concluir-se que se trata de um produto comercializado noutros mercados.

Em contrapartida, no que toca ao vinho de ramo, foram identificados muitos mais destinos para a sua receção; treze no total, tendo-se destacado Lisboa mais uma vez, para onde foram enviadas 20 701,78 pipas. A Figueira da Foz ficou em segundo lugar enquanto mercado para este produto, e recebeu 344,24 pipas, ou seja, 60,1 vezes menos do que o valor rececionado pela capital, por conseguinte a uma distância muito grande daquela. A este mercado seguiu-se Setúbal, ainda mais distante das quantidades enviadas para Lisboa, e que se quedaram por apenas 130,48 pipas. A partir daqui todos os restantes destinos receberam abaixo de uma centena de pipas de vinho de ramo.

O “vinho” não especificado teve um peso bastante pequeno no negócio dos portugueses, uma vez que foram comercializadas apenas 249,6 pipas, no período em estudo, e identificados doze destinos para a sua receção. Entre estes destaca-se Lisboa, que recebeu 215,42 pipas. Seguiu-se Viana e Vila Real de Santo António onde foram colocadas respetivamente 16,16 e 5,67 pipas de “vinho”.

A aguardente foi transacionada em cinco mercados, tendo-se destacado Lisboa que rececionou 1 762,26 pipas, seguida de Setúbal para onde foram expedidas 50,46, Figueira da Foz que recebeu seis pipas, Ilha da Madeira quatro e Viana que apenas absorveu 2,73 pipas.

No que toca ao vinagre, foi Lisboa que recebeu o maior número de pipas, no valor de 794,69, seguida de Setúbal e Figueira da Foz, para onde foram enviadas, respetivamente 82,8 e 7 pipas.

Pode então concluir-se que Lisboa foi o principal recetor de produtos vínicos e o mercado preferencial dos comerciantes portugueses a operar na praça do Porto, tendo demonstrado, através do volume de produtos transacionados, regularidade na comercialização ao longo do período em estudo.

Além dos comerciantes portugueses envolvidos neste negócio, cabe destacar o papel desempenhado pelos mercadores estrangeiros com interesses no comércio vinícola da cidade do Porto.

4.3.1.2 Mercadores britânicos e o comércio interno

Os britânicos há muito que possuíam estatuto de privilégio em Portugal, tal como já referido, o que atraiu uma comunidade numerosa que, na cidade do Porto, se organizou em torno da feitoria inglesa, ancorando os seus interesses económicos em torno dos negócios vínicos. Apesar das contrariedades que a criação da Companhia das Vinhas do

Alto Douro lhes trouxe e que motivou inúmeras queixas e pressões, exercidas ao mais alto nível sobre a esfera do poder em Portugal, os ingleses sempre porfiaram, mantendo a luta contra aquela Instituição, enquanto garantiam os seus interesses económicos, crescendo e prosperando.

Nesta conformidade, foram identificados 90 mercadores ingleses, cuja composição dos negócios gravitava em torno dos produtos vînicos, operando a partir da praça do Porto, o que pode constatar-se pela observação do anexo nº 4, designado por: comércio interno de produtos vînicos, por anos e destinos, dos mercadores britânicos (1775-1800), onde se apresenta uma lista com os nomes dos que desenvolveram a sua atividade comercial no espaço português, e constam também os produtos do seu interesse, bem como os destinos do seu comércio interno, e ainda os anos em que permaneceram em atividade.

Ao analisar os valores totais movimentados, no que toca a cada um dos produtos que comerciaram: vinho de embarque (6 550,51 pipas), vinho de ramo (595,98 pipas), “vinho” (211,76 pipas) e aguardente (595,26 pipas), conclui-se que o mercado interno português não foi propriamente o que mais interessou a esta comunidade, sobretudo se se comparar estes valores com os da sua exportação que, como se verá, são muito mais expressivos.

No que toca aos destinos domésticos para onde enviaram os seus produtos, sete no total, Lisboa, Figueira da Foz, Ilha de S. Miguel, Viana, Faro, Setúbal e Ilha da Madeira, conclui-se que a capital foi iniludivelmente o mercado que recebeu o maior volume de todo o tipo de mercadorias e foi também o mais solicitado por todos os ingleses que comercializaram os produtos do Alto Douro, uma vez que apenas cinco mercadores dos 90 os não enviaram para ali.

Pode então concluir-se que os mercadores britânicos, a operar na praça do Porto, colocaram o enfoque num único produto: o vinho de embarque, embora também se tenham interessado pelo vinho de ramo, de que movimentaram, no entanto, quantidades onze vezes menores. Todos os outros valores são pouco significativos, não tendo sido identificado qualquer registo para a transação de vinagre. Ainda assim e apesar do particular interesse pelo vinho de embarque, os vinte maiores mercadores ingleses, conforme se pode observar pelo quadro que se segue, estão abaixo do desempenho dos igualmente maiores vinte portugueses.

Quadro nº 49 – Vinte maiores mercadores ingleses a operar no mercado interno de vinho de embarque

Nome	Vinho de embarque (em pipas)
Burmester Nash	863,28
Guilherme Warre & Cª	529,33
Clemente Searle	492,12
Guilherme Campion	403,49
Guilherme Warre	393,58
Duarte Molloy	353,75
João Allen	330,67
Burmester Nash & Cª	313,85
Thomas Staford	293,93
Campion Offley Hesketh	263,19
Neuman Land e Hunt	181,29
Staford Sewann Knoysley e Staford	178
Guilherme Babington	174,91
Bearsley Webb e Frend	166
João Searle & Cª	122,73
Bearsley Webb	112,89
Campion Offley	112,75
Smith Penell	110,47
Carlos Page	98,95
Harris Staford e Filhos	89,62

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Se se comparar os valores do quadro nº 46, referente ao desempenho dos vinte melhores mercadores portugueses de vinho de embarque, no mercado doméstico, com os do nº 49, referente ao mesmo produto, mas comercializado pelos ingleses, conclui-se que os valores transacionados pelos comerciantes nacionais são mais elevados, o mesmo ocorrendo com o vinho de ramo, um produto com uma presença bastante restrita na composição dos negócios dos britânicos.

Assim, os ingleses comerciaram no mercado português vinho de embarque (6 550,51 pipas), vinho de ramo (595,98 pipas), “vinho” (211,76 pipas) e aguardente (595,26 pipas). Estes totais, comparados com os dos mercadores portugueses ficam bastante aquém. Convém no entanto tomar em conta que o número de envolvidos é muito discrepante, por conseguinte não há proporcionalidade entre os efetivos de cada comunidade e os totais que comercializaram. Podem ser aduzidas algumas causas, desde logo a dispersão de mercados onde os portugueses colocavam os seus produtos. Ainda

que a sua diversificação possa reduzir riscos, não parece que os nacionais tenham, através desta estratégia, maximizado o retorno, uma vez que há muitos exemplos de envio de quantidades residuais, o que mantém custos e delapida benefícios. Assim, a menor diversificação de mercados e concentração sobretudo na cidade de Lisboa, levada a cabo pelos ingleses, prova que estes estavam mais bem organizados devido a uma alocação mais eficaz dos produtos que comerciavam. Deve também ser levada em linha de conta que os portugueses diversificaram mais a oferta de produtos do que os ingleses. Apesar de em teoria esta opção poder ser uma ferramenta de sucesso, não o parece ter sido para os portugueses, dado o esforço financeiro que implicava colocar pequenas quantidades em mercados diferentes, com pouca capacidade de absorção e exígua oferta de oportunidades de negócio. É de considerar ainda que os ingleses possuíam mais capitais e experiência, uma vez que os mercadores que operavam na praça do Porto eram profissionais, o que deixava em desvantagem a miríade de portugueses que com eles competia e que não passavam, na maioria dos casos, de pequenos comerciantes que tentavam sobreviver num mercado tão concorrencial, (ainda assim em menor escala do que os mercados externos), para além dos lavradores e produtores que apenas viviam do esforço do seu trabalho, (ainda que pudesse haver produtores e lavradores ricos, o que seria uma minoria) com menos meios para angariar clientes, distribuir produtos e enfrentar tão acérrima rivalidade de interesses.

Como é consabido, de entre os mercadores estrangeiros fixados na urbe portuense, os britânicos são os mais numerosos, no entanto há outras comunidades que também contribuíram para o dinamismo atingido pela cidade do Porto, na segunda metade do século XVIII, pelo que importa acompanhar o seu desempenho.

4.3.1.3 Mercadores de outras nacionalidades no comércio interno de produtos vínicos

Apesar de Portugal ser um país geograficamente periférico em relação à Europa, a sua ligação a este continente foi profunda ao longo dos tempos, uma vez que sob o ponto de vista económico, manteve relações comerciais com diferentes mercados, bem como com comerciantes de várias nacionalidades, não se podendo porém perder de vista outros continentes igualmente importantes nesta perspetiva.

Um dos mercados onde Portugal desenvolveu atividade económica situava-se na Europa setentrional, onde um conjunto alargado de cidades mercantis fundou a Liga Hanseática, tendo sido estabelecidas relações comerciais, sobre firmes alicerces, desde o

século XV⁴⁴³. Estas perduraram e, no decorrer do século XVIII, já a Hansa se esboroara por completo, mantinha-se o comércio com os hamburgueses, alguns deles entretanto radicados na cidade do Porto, onde se envolveram no trato vínico, comerciando no território português e como adiante se verá, exportando também.

Quadro nº 50 – Mercadores hamburgueses no comércio interno de produtos vínicos, em pipas (1775-1800)

Nome/Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente
Amsink e Robinson	4,73				
Lisboa	4,73				
1794	3				
1797	0,5				
1798	1				
1799	0,23				
Amsink Presct			0,25		
Lisboa			0,25		
1782			0,25		
Carlos Frederico Sprogel	14				
Lisboa	14				
1786	14				
Cristóvão Guerner	38,75		7,75		
Lisboa	38,75		7,75		
1786	38,5		2		
1787			5,25		
1790	0,25		0,5		
Cristóvão Guerner & C^a	0,25		1		
Lisboa	0,25		1		
1788			1		
1800	0,25				
Inácio António Henschell, filho			3		
Lisboa			3		
1788			0,5		
1790			2		
1792			0,5		
Inácio e Pedro Henschell, filho e pai	1,5	2	3,25		
Lisboa	1,5	2	3,25		
1787			1		
1789			0,75		
1791	0,5				
1792	0,5		1,5		
1794	0,5	2			

⁴⁴³ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Relações com a Hansa” in SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, 1975, p. 187-188.

Manuel Guerner	449,58		14,25		
Lisboa	449,58		14,25		
1790			0,25		
1794	2,25				
1796	12		14		
1797	2,5				
1798	410,33				
1799	2,5				
1800	20				
Nicolau Köpke	43,55		43,5	3,5	1,03
Figueira da Foz	5,25				
1786	0,25				
1791	5				
Lisboa	38,11		43,5	3,5	1,03
1779				3,5	
1780			2,5		
1781			2		
1782	0,5		2		
1783	3,75				
1784	3				
1785	4,47				
1786	5,25		4,75		0,14
1787	3,75		1		0,75
1788	3,25		9,5		
1789	3,75		8		0,14
1790	1,75		8,25		
1791	1,25		3,25		
1792	0,39		2,25		
1799	4,5				
1800	2,5				
Setúbal	0,19				
1785	0,19				
Nicolau Köpke & Cª	11,75		3		
Lisboa	11,75		3		
1787			2		
1793			1		
1794	0,5				
1795	0,75				
1796	0,5				
1797	1,5				
1798	8,5				
Pedro Henckell			1		
Lisboa			1		
1788			1		
Rodolfo Amsink	19,5		9,25		
Figueira da Foz	1				
1788	1				
Lisboa	18,5		9,25		

1780	8,75				
1782	1,25				
1788	2				
1789	1		1		
1790	2,5		2		
1791			1		
1792			1		
1793	2		2		
1795			0,25		
1796	1		2		
Total	583,61	2	86,25	3,5	1,03

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Apesar de muito distanciados dos portugueses e dos ingleses, no volume de transações em território nacional, os cidadãos de Hamburgo comerciaram vinho de embarque (583,61 pipas), de lotação (2 pipas), de ramo (86,25 pipas), “vinho” (3,5 pipas) e aguardente (1,03 pipas). Por conseguinte, foi o vinho de embarque o produto mais relevante na composição dos seus negócios, uma vez que os volumes referentes aos restantes produtos apresentam valores pouco significativos.

A comunidade hamburguesa estava representada, na cidade do Porto, por um número restrito de cidadãos (doze) que comercializavam produtos vînicos, de entre os quais sobressaem claramente duas sociedades comerciais, ainda que possam ser mais, dada a conjugação de Amsink com outros nomes, provavelmente seus sócios, o mesmo acontecendo com Pedro Henschell, cuja presença é assinalada por duas vezes.

Em relação aos destinos onde comerciaram conclui-se que os seus principais clientes se situavam em Lisboa, em cujo mercado colocaram a grande maioria do que comercializaram, sendo residual o que remeteram para a Figueira da Foz e sobretudo para Setúbal.

A cidade do Porto, na segunda metade de setecentos era, por conseguinte, um centro económico ativo, possuidor de um importante núcleo portuário, em que o comércio desempenhou um papel de destaque e movimentou um volume considerável de bens e capitais, envolvendo por isso um alargado universo composto por todos aqueles que pretendiam multiplicar os seus cabedais através da atividade comercial, nomeadamente estrangeiros, como os franceses, apesar de se tratar de uma comunidade pouco numerosa.

Quadro nº 51 – Mercadores franceses no comércio interno de produtos v\u00ednicos, em pipas (1775-1800)

Nome/Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente
Bernardo de Clamouse e Brown	547,82	2,25		
Lisboa	513,82	2,25		
1785	0,47	2		
1786	0,6			
1787	1			
1788	1			
1789	1,25			
1790	2,75			
1791	7,25			
1792	6,5	0,25		
1794	10,5			
1795	51,5			
1796	30,75			
1797	82,5			
1798	240,25			
1799	71			
1800	6,5			
Set\u00fabal	34			
1794	2			
1795	12			
1796	13			
1799	5			
1800	2			
Domingos Brown	23	3,25		
Lisboa	23	3,25		
1782	23			
1784		1		
1787		2		
1792		0,25		
Filipe Chabert		0,5		
Lisboa		0,5		
1787		0,5		
Honorato Fournier		2,1		0,05
Antelmo junto a Cacilhas		0,55		0,05
1787		0,55		0,05
Lisboa		1,55		
1787		1,55		
Jacome Bellon		0,5		
Lisboa		0,5		
1789		0,5		
Jo\u00e3o Mounier	0,5		0,39	
Lisboa	0,5		0,39	
1779			0,39	

1781	0,5			
João Pedro Salabert	0,25	0,75		
Lisboa	0,25	0,75		
1793		0,5		
1794	0,25	0,25		
Lourenço Dubois	0,23	11,97	5	0,25
Lisboa	0,23	11,97	5	0,25
1777			1,5	
1778			2	
1779		1,75	1,5	
1780				0,25
1782		1,5		
1783		1,75		
1784		6,5		
1785	0,23	0,47		
Manuel Bellon		1,5		
Lisboa		1,5		
1788		1		
1792		0,25		
1797		0,25		
Reinaldo Oudinot	0,23			
Figueira da Foz	0,14			
1798	0,05			
1799	0,09			
Lisboa	0,09			
1798	0,09			
Total	572,03	22,82	5,39	0,3

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Operavam no Porto dez mercadores franceses que, em conjunto, movimentaram uma pequena fatia dos negócios vînicos, tendo dividido os seus interesses pelo vinho de embarque (572,03 pipas), que enviaram para Lisboa, Setúbal e Figueira da Foz, pelo vinho de ramo (22,82 pipas), que comerciaram em Lisboa e Antelmo, junto a Cacilhas, pelo “vinho” sem especificação (5,39 pipas), que foi colocado em Lisboa e pela aguardente (0,3 pipa) que foi transacionada na mesma cidade e Antelmo.

Há um pormenor a merecer reparo que se prende com o facto de um só mercador, Bernardo de Clamouse e Brown, comerciar a quase totalidade de vinho de embarque, uma vez que só ele negociou 547,82 das 572,03 pipas transacionadas no cômputo dos mercadores franceses, a quem interessou quase exclusivamente o vinho de embarque, apesar da reduzida importância do seu comércio.

As relações entre Portugal e a Holanda revestiram-se de um carácter de conflitualidade, nomeadamente em consequência das agressões perpetradas nos territórios ultramarinos, com graves prejuízos para o império português. E, ainda que Portugal tenha conseguido recuperar territórios perdidos, escapou-lhe definitivamente a sua posição de proeminência no Oriente. Pese embora esta conflitualidade, isso não impediu que cidadãos holandeses se tivessem mudado para Portugal, nomeadamente para a cidade do Porto onde se instalaram, constituindo, na segunda metade do século XVIII, uma pequena comunidade com interesses económicos no trato vínico.

Quadro nº 52 – Mercadores holandeses no comércio interno de produtos vínicos, em pipas (1775-1800)

Nome/Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente
António van Zeller	0,19			
Lisboa	0,19			
1790	0,19			
Daniel Bull	39,89	27	1	1,49
Lisboa	39,89	27	1	1
1777			1	
1784	3			
1785	1,14			
1787	0,25			
1788	1,25			
1789	0,5			
1790	1,5			
1792	1			
1796	10,5			
1797				1
1800	20,75	27		
Viana				0,49
1776				0,49
Daniel Bull & C^a	24,25	5		
Lisboa	24,25	3		
1786	3			
1794	1			
1795	2,5			
1797	5,5			
1798	8,25	3		
1799	4			
Viana		2		
1794		2		
Francisco Bull	20			
Lisboa	20			
1784	20			

Henrique e António van Zeller	811	3		
Lisboa	811	3		
1798	811	3		
Henrique Pedro van Zeller	0,5	2		
Lisboa	0,5	2		
1789		1		
1790	0,25	1		
1791	0,25			
João van Zeller		4,22		
Lisboa		4,22		
1786		2,25		
1793		0,75		
1794		1,22		
João van Zeller & C^a	0,75	1		
Lisboa	0,75	1		
1789	0,75			
1791		1		
Pedro e Arnaldo van Zeller	2	15,75		
Ilha Terceira	0,5			
1791	0,5			
Lisboa	1	15,75		
1783	0,5	1		
1785		2		
1786		5		
1787		7,75		
1791	0,25			
1793	0,25			
Setúbal	0,5			
1782	0,5			
Pedro van Zeller	3	6		
Lisboa	3	6		
1781		1		
1782	3	1		
1784		1,5		
1785		1		
1786		1,5		
Pedro van Zeller & C^a	3			
Lisboa	3			
1788	3			
Van Zeller e Dresque	1			
Lisboa	1			
1780	1			
Total	905,58	63,97	1	1,49

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os produtos que compunham os negócios dos mercadores holandeses, em que assume um particular destaque a família dos van Zeller⁴⁴⁴, envolvidos no trato vinícola foram o vinho de embarque (905,58 pipas), que enviaram para Lisboa, Ilha Terceira e Setúbal, o vinho de ramo (63,97 pipas) e o “vinho” (uma pipa), ambos comercializados unicamente em Lisboa e a aguardente (1,49 pipas), que transacionaram em Lisboa e Viana. Pode então concluir-se que os mercadores holandeses se interessaram sobretudo pela comercialização de vinho de embarque, no mercado nacional, dado o valor tão pouco significativo dos restantes produtos que transacionaram e o principal destino que elegeram para o seu comércio foi a cidade de Lisboa.

As relações entre Portugal e as cidades italianas ocorreram entre o fim do século XIII e o início do século XIV, após a abertura das rotas comerciais de Génova, Pisa e Veneza para a Inglaterra e a Flandres, pelo que desde cedo se instalaram mercadores italianos no reino português. Por seu turno, as dinâmicas mercantis proporcionadas pela cidade do Porto grangearam-lhe prestígio e interesse económico, o que atraiu uma comunidade de mercadores italianos que, não tendo grande expressão, nem pelo número de efetivos, nem tampouco pelo volume de negócios que gerou, importa não obstante tomar em conta pelo contributo que ofereceu à construção do surto de prosperidade que animou a urbe portuense, em meados de setecentos.

⁴⁴⁴ A família Zeller era proveniente do ducado de Gueldre, nos Países Baixos. João van Zeller era filho do primeiro casamento de Arnaldo van Zeller e veio para Portugal onde desempenhou o cargo de cônsul do rei da Prússia, em Lisboa. Em 1687 casou na cidade do Porto com Francisca Pipper, filha de Pedro Ossem e de Luísa Pipper, sua esposa e tiveram um filho, Pedro Francisco van Zeller, que foi coronel de dragões e comandante e governador do forte de S. Neutel, em Chaves. Casou com D. Maria Joseja (sic) Barbosa da Silva Teixeira de Andrade Pinto, de cuja união resultou uma filha que foi Viscondessa de Montalegre de que derivam os Viscondes de Vila Garcia, representantes da família van Zeller. Do segundo matrimónio de Arnaldo van Zeller com Emerance van der Steger, nasceu em 1661 um único filho: Luís van Zeller que casou com Joana Harles, de cuja união resultou o nascimento de vários descendentes, entre eles Arnaldo van Zeller que, nascido em Roterdão no ano de 1702, veio para Portugal onde casou em 1735 com D. Ana Francisca Henckell, filha de Pedro Henckell, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e de sua esposa, D. Ana Maria Palmer. Também teve o hábito da mesma Ordem, tendo falecido no Porto no ano de 1766 (FARIA, António Machado de – “Famílias Nobres. Suas Origens e suas Armas”... p. 569-571).

Quadro nº 53 – Mercadores italianos no comércio interno de produtos v nicos, em pipas (1775-1800

Nome/Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo
Domingos Vandelly			0,25
Lisboa			0,25
1790			0,25
Jerónimo Rossi	1,48		5,22
Lisboa	1,48		5,22
1785	1,23		0,47
1786			1
1787			2,5
1788	0,25		
1789			0,25
1792			1
João Baptista Fontana	10,75	1,25	35,75
Figueira da Foz			26
1795			26
Lisboa	9,25	1,25	9,75
1779			1,25
1781			2
1784			0,5
1786			0,5
1787			0,5
1788			2
1790			0,5
1792	2,5		1
1793	0,5		
1794	0,75	1,25	
1795	0,5		
1796	0,75		1,25
1797	0,75		
1798	0,75		0,25
1799	0,25		
1800	2,5		
Setúbal	1,5		
1792	0,5		
1798	1		
João Baptista Fontana & C�	1		
Lisboa	1		
1791	1		
José António Rosse			4,75
Lisboa			4,75
1777			4,75
Vicente Masonechi	0,72		
Lisboa	0,72		
1796	0,19		

1797	0,25		
1799	0,28		
Total	13,95	1,25	45,97

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

A composição dos negócios dos mercadores italianos que comerciavam na praça do Porto era constituída pelo vinho de embarque que enviaram para Lisboa e Setúbal, o vinho de lotação que comercializaram em Lisboa e o vinho de ramo que transacionaram na capital e na Figueira da Foz. A sua quota de mercado foi ínfima, tendo em conta os valores das suas expedições, sendo o maior volume 45,97 pipas de vinho de ramo, seguido de 13,95 de vinho de embarque e 1,25 de vinho de lotação.

Pode concluir-se que a comunidade italiana que se envolveu no trato vinícola e operou na cidade do Porto foi economicamente pouco expressiva, sendo de assinalar que se interessou em primeiro lugar pelo vinho de ramo, em segundo pelo de embarque, ainda que em quantidades residuais.

Na análise das fontes houve contudo mercadores cuja nacionalidade não foi possível identificar claramente, cujo contributo pode ser analisado através do quadro nº 54.

Quadro nº 54 – Mercadores de nacionalidade não identificada no comércio interno de produtos vínicos, em pipas (1775-1800)

Nome/Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente
Alexandre José Picalluga	0,25			
Lisboa	0,25			
1799	0,25			
António Jorge Notary	0,5			
Lisboa	0,5			
1789	0,5			
António Lourenço Pollery		1,25		
Lisboa		1,25		
1788		1,25		
Carlos Dubar	3,75	25,98		
Figueira da Foz	0,25	0,25		
1787	0,25			
1789		0,25		
Lisboa	3,5	25,73		
1783	2			
1784		5		
1785		4,23		
1786		6		

1787		5		
1788	0,25	3		
1789	1	0,5		
1797	0,25	2		
Francisco Dimichellis	0,19			
Lisboa	0,19			
1799	0,19			
Francisco Ridel		1		
Lisboa		1		
1785		1		
Isabel Wengasten	0,25			
Lisboa	0,25			
1789	0,25			
João Brunhie	0,5		1	1
Lisboa	0,5		1	1
1779			1	1
1783	0,5			
João Callahan	1,25			
Lisboa	1,25			
1797	0,5			
1798	0,5			
1799	0,25			
João Edallo	0,5			
Lisboa	0,5			
1793	0,5			
João Mulus		1		
Lisboa		1		
1783		1		
João Pedro Mioule		0,23		
Lisboa		0,23		
1785		0,23		
Jorge Cancelier		0,25		
Lisboa		0,25		
1798		0,25		
Jorge Laigle		0,25		
Lisboa		0,25		
1796		0,25		
José Auffediner		0,25		
Lisboa		0,25		
1790		0,25		
Lourenço Donichelui		2		
Lisboa		2		
1798		2		
Luís Grouteau	11,62	0,75		
Lisboa	11,62	0,75		
1783		0,75		
1786	11,25			
1793	0,37			

Mathias Biffignand	0,19			
Lisboa	0,19			
1796	0,19			
Tadeu Vasmayer				0,25
Lisboa				0,25
1786				0,25
Thomas Futigerth	1			
Viana	1			
1784	1			
Vicente Emery		4,98		
Coimbra		0,25		
1788		0,25		
Lisboa		4,73		
1784		0,5		
1785		0,23		
1786		1,5		
1789		2,5		
Total	20	37,94	1	1,25

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

São pois 21 mercadores de nacionalidade não identificada com interesses económicos no trato vínico, que comerciaram vinho de embarque para Lisboa, Figueira da Foz e Viana; vinho de ramo, o produto com maior expressão no seu trato, apesar dos valores ínfimos, que expediram para Lisboa, Figueira da Foz, Viana e Coimbra; e ainda “vinho” e aguardente, que apenas transacionaram na capital do reino.

Os valores das suas transações são exíguos, uma vez que ao longo do período em estudo comercializaram apenas 20 pipas de vinho de embarque, 37,94 de ramo, uma de “vinho” e 1,25 de aguardente.

Foi ainda identificado um mercador espanhol, Francisco Luís Gaioso de Lemos, cônsul de Espanha, que enviou para Lisboa, em 1787, uma pipa de vinho de ramo.

4.3.2 O comércio externo de produtos vínicos

Tal como referido, a Companhia exercia um controlo apertado sobre o Alto Douro, o que significa que não deixou margem ao arbítrio de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estivessem ligados aos produtos vínicos aí produzidos.

No que concerne à exportação, esta podia ser desenvolvida pela própria Companhia, em igualdade de circunstâncias com os mercadores estrangeiros e os nacionais aprovados e registados como legítimos exportadores, ficando reservada para

eles a compra de vinhos de embarque durante todo o mês de janeiro. Os negociantes não exportadores também podiam adquiri-los, mas só a partir de 1 de fevereiro. O objetivo desta medida era, tal como exarado no alvará de 17 de outubro de 1769, exportar o máximo da produção, de tal modo que não restasse em Portugal “uma gota” de vinho de feitoria⁴⁴⁵.

Os lavradores podiam exportar os vinhos das suas lavras, nomeadamente para o Brasil, sob a tutela da Companhia, sempre que não estivessem de acordo com o § XIV da sua instituição, que estipulava o preço de 25 mil réis a pipa de melhor qualidade e 20 mil réis a de qualidade inferior, mas ainda assim capazes para carregaço⁴⁴⁶. Sublinhe-se que os proprietários de quintas e de vinhas no Douro, alguns deles residentes na cidade do Porto, estavam sujeitos às mesmas condições dos lavradores.

Quadro nº 55 - Exportação anual de produtos vónicos, em pipas (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	“Vinho”	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
1775	10678,75				59,25	0,61	14	0,7
1776	20794,71				189,3	1,56		44,21
1777	23719,15				225,41	0,3		34,84
1778	19900,16			1,5	85,78	4,02		18
1779	25438,42			8,75	121,28	4,26		18,47
1780	24133,8			39,59	118	32,48		15,6
1781	18026,69	121,5	50	48,5	138,43	11,89		24,96
1782	22559,89			15,87	90,48	1,11		23,8
1783	17972,22			469,32		16,34		65,99
1784	23101,87		21,5	395,48		26,77		451,29
1785	21579,69			255,17		51,56		267,38
1786	19911,8		162,63	215,07		66,2		308,44
1787	30257,59		210,32	286,98		55,42		625,78
1788	32915,98		176,11	152,24		47,94		394,87
1789	36005,35		218,61	102,91		16,28		334,52
1790	42999,43		201,12	108,51				151,18
1791	40458,38		31	77,46		1,05		217,78
1792	49507,82		35,47	82,86		0,08		204,41
1793	27349,52		32,75	44,52		1		255,2
1794	47011,56		34,39	141,17		2		535,55
1795	47562,56		33,25	184,67				620,05

⁴⁴⁵ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 92.

⁴⁴⁶ ANTT – *Junta do Comércio, Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, mc 70, cx. 224.

1796	37253,75		37,25	275,47		7		321,78
1797	22057,11		20,25	1893,18		285		309,25
1798	50623,54		10,19	905,65		0,09		59,72
1799	48064,75		27	404,73				199,83
1800	47043,79			93				70,8
Total	806 928,28	121,5	1 301,84	6 202,6	1 027,93	632,97	14	5 574,40

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os resultados apresentados no quadro reportam-se ao comércio de exportação desenvolvido por todos os agentes económicos em atividade na praça do Porto, à exceção da Companhia das Vinhas do Alto Douro, cujos valores referentes ao comércio externo foram retirados, uma vez que esta foi objeto de estudo individual no capítulo três.

Os produtos vînicos que constituíram o fluxo exportador a partir da barra do Douro, foram o vinho de embarque, o de embarque do Brasil, o de lotação, o de ramo, o “vinho” não especificado, a aguardente, a cachaça do Brasil⁴⁴⁷ e o vinagre. Comparando os valores, individualmente considerados, conclui-se que o vinho de embarque supera largamente todos os outros, tendo sido exportadas 806 928,28 pipas. O produto cujo fluxo se situa em segundo lugar é o vinho de ramo, com um valor de 6 202,6 pipas. Pode concluir-se de imediato que as quantidades exportadas do vinho de primeira qualidade foram 130 vezes superiores ao vinho de consumo corrente. Todos os outros valores se situam bastante abaixo, sendo que a quantidade menor se reporta à cachaça do Brasil, com catorze pipas, que foi comercializada episodicamente num único ano: 1775, tendo desaparecido totalmente dos registos a partir daí, no que foi seguida do vinho de embarque do Brasil, cuja quantidade transacionada foi de 121,5 pipas em 1771. Pormenor a merecer reparo é a comercialização de “vinho” sem designação entre 1775-1782, não voltando a ser registado no período em estudo, o que coincide parcialmente com a ausência de exportação de vinho de lotação entre 1775-1780, ainda que o mesmo se verifique em outros anos, nomeadamente no biénio 1782-83 e em 1800. A mesma coincidência, ainda que parcial, ocorre com o vinho de ramo, dado que não

⁴⁴⁷ A cachaça do Brasil era aguardente feita localmente com uma parte de melaço de cana-de-açúcar e três partes de água. Esta prejudicava a venda da aguardente da Companhia das Vinhas do Alto Douro no Brasil, dada a concorrência que lhe fazia por ser mais barata, o que atraía não só os negros, mas também os brancos em grande número, conforme a queixa apresentada pelos administradores do Rio ao provedor e deputados da Companhia das Vinhas do Alto Douro a 6 de setembro de 1765 (REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 193).

houve exportação entre 1775-1777, sendo o valor de 1778 de 1,5 pipa, absolutamente residual, mantendo-se porém uniforme a partir daí, à exceção do ano de 1800, em que se verificou um afundamento. Em conclusão, afigura-se possível que o “vinho” possa ser vinho de lotação e vinho de ramo, que o escrivão não identificou e que foi comercializado durante a ausência das outras qualidades de vinho.

O produto que apresentou maior regularidade no fluxo exportador, durante o período amostral (1775-1800), foi o vinho de embarque, cujos valores anuais apresentaram oscilações relativamente pequenas até ao ano de 1786. A partir daí ocorreu um claro aumento da quota de exportação, uma vez que os totais anuais para o período 1787-1800 revelaram uma evolução particularmente favorável. Outros produtos como o vinho de ramo e o vinagre também contribuíram positivamente para o sucesso dos negócios víquicos nos mercados externos.

A distribuição da exportação de produtos víquicos por mercados geográficos diversificados foi uma estratégia posta em prática pelos exportadores que, a partir da praça do Porto, lutaram pela competitividade externa dos produtos que compunham os seus negócios.

Quadro nº 56 – Destinos da exportação dos produtos víquicos (1775-1800)

Destino	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	340,75			1		0,05		0,19
América Espanhola	68			1	3			3
América Inglesa	14 912,68			0,75		20,09		1,67
Angola	796,83		0,25	115	226,5	10,5		51,49
Ásia	3,94			2,48				7
Báltico				54				
Brasil	1 674,71		1222,09	2660,81	798,43	299,52		5411,36
Cabo Verde	8							
Dinamarca	1183			202				
Espanha	367,99	4		11,84		8		10,28
França	406,02			2,5				
Holanda	1 204,68	24	50	554,42		285		4,98
Inglaterra	652 632,3		0,5	57,18		4,64	1	40,56
Irlanda	117 951,56	93,5		5,75				15,68
Itália	305,74			0,75				
Malta	0,25			2,28				
“Norte”	1,5							
Noruega	5 371,27							

Rússia	1 742,93		15,5	1731,7		3,17		18,9
Suécia	1 667,47			1,73				
Territórios Germânicos	5 448,5		3,5	786,41		1	13	9,29
Não identificado	360,24		10					
Outros	479,92			11		1		
Total	806 928,28	121,5	1 301,84	6 202,6	1 027,93	632,97	14	5 574,40

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

O esforço de exportação desenvolvido pelas forças em atividade na praça do Porto dispersou-se por vários continentes, desde logo a Europa que, sem oferecer surpresa, é aquele onde os produtos vînicos se distribuem por mais territórios. Na zona mais setentrional do continente destaca-se a Noruega, a Suécia, a Rússia, o Báltico, englobando provavelmente as antigas cidades hanseáticas, a Dinamarca, os territórios germânicos, a Holanda, a Inglaterra, a Irlanda e o “Norte”, que poderá englobar qualquer um destes territórios. Mais a sul da Europa os produtos vînicos eram exportados para França, Espanha, Itália e para a ilha de Malta. No continente africano, assinala-se Angola e Cabo Verde como mercados de destino das exportações a partir da praça do Porto. No que concerne ao continente americano, foi assinalada a América Espanhola, a América Inglesa, o Brasil e ainda a “América” que pode englobar qualquer um dos outros mercados deste continente. Já para o continente asiático não foi identificado nenhum destino específico, pelo que é provável que a designação “Ásia” se refira à Índia. Para além destes, havia ainda destinos não identificados. Para as situações de saída pela barra do Douro tais como “para bordo da nau”; “para bordo do navio”; “para fora da barra”; “para a fragata nau de guerra”; “para a nau de guerra”; “para a navegação”, foi criado o item “outros”.

Tomando em consideração toda a informação contida no quadro, conclui-se que os produtos vînicos, comercializados pelos agentes económicos, foram expedidos para 21 destinos claramente identificados, a partir da barra do Douro.

Os resultados salientam a relevância do mercado inglês para as exportações de vinho de embarque (652 632,3 pipas), cuja importância é secundada pela Irlanda⁴⁴⁸ que também se destacou como mercado de exportação deste tipo de produto, pela dimensão do volume de pipas aí colocadas (117 951,56 pipas). Apesar de menos importante do

⁴⁴⁸ Dado que a Irlanda é apresentada como destino autónomo na fonte consultada e não é englobada no Reino Unido, foi mantido o mesmo critério, até porque são bastantes significativos os valores dos produtos vînicos aí colocados.

que os dois mercados anteriores, é de assinalar a América Inglesa pela relevância das exportações deste tipo de vinho (14 912,68 pipas). Outros contributos, ainda que menos significativos, foram dados pelos territórios germânicos (5 448,5 pipas), pela Noruega (5 371,27 pipas), pela Rússia (1 742,93 pipas), pelo Brasil (1 674,71 pipas), pela Suécia (1 667,47 pipas). Os restantes mercados receberam quantidades menos substanciais, destacando-se Malta como o menos significativo (1/4 de pipa).

Em relação à exportação de vinho de ramo, o segundo produto mais importante, dirigiu-se para o Brasil (2 660,81 pipas) e a Rússia (1 731,7 pipas), que constituem os principais destinos para a colocação deste produto. No que concerne aos restantes mercados de exportação, importa referir que os valores aí colocados estão abaixo das mil pipas, por conseguinte são pouco significativos tendo em conta o período em estudo.

Analisando a dimensão dos totais de vinagre exportados (5 574,40 pipas), verifica-se que a maior parte foi colocado no Brasil (5 411,36). Os restantes mercados receberam valores muito aquém deste, nomeadamente Angola (51,49 pipas), em segundo lugar. Em relação aos restantes destinos, as exportações apresentam uma diminuição ainda mais acentuada, assinalando-se a “América” como o mercado geográfico com menor peso nas exportações portuguesas de vinagre (0,19 de pipa).

No que concerne aos restantes produtos vînicos exportados pela barra do Douro, é evidente uma clara diminuição relativa no volume das exportações. Assim, o vinho de embarque do Brasil, cujos valores totais expedidos foram pouco significativos (121,5 pipas), foi colocado em grande parte na Irlanda (93,5 pipas). O vinho de lotação foi exportado quase exclusivamente para o Brasil (1 222,09 pipas) uma vez que o segundo maior destino, a Rússia, apenas recebeu 15,5 pipas. O “vinho” foi colocado em três mercados: o Brasil que recebeu a maior quantidade (798,43 pipas), Angola (226,5) e a América Espanhola com um contributo muito diminuto (3 pipas).

Com vista a obter-se as posições relativas em relação ao volume recebido em cada destino, passa a apresentar-se o quadro nº 57, que apresenta a distribuição percentual dos produtos vînicos pelos diferentes mercados de destino.

Quadro nº 57 – Distribuição percentual da exportação de produtos v́nicos pelos mercados de destino (1775-1800)

Destino	% Vinho de embarque	% Vinho de embarque do Brasil	% Vinho de lotaçaõ	% Vinho de ramo	% Vinho	% Aguardente	% Cachaça do Brasil	% Vinagre
América	0,0422%			0,0161%		0,0079%		0,0034%
América Espanhola	0,0084%			0,0161%	0,2918%			0,0538%
América Inglesa	1,8481%			0,0121%		3,1739%		0,0300%
Angola	0,0987%		0,0192%	1,8541%	22,0346 %	1,6589%		0,9237%
Ásia	0,0005%			0,0400%				0,1256%
Báltico				0,8706%				
Brasil	0,2075%		93,8741 %	42,8983 %	77,6736 %	47,3196 %		97,0751 %
Cabo Verde	0,0010%							
Dinamarca	0,1466%			3,2567%				
Espanha	0,0456%	3,2922%		0,1909%		1,2639%		0,1844%
França	0,0503%			0,0403%				
Holanda	0,1493%	19,7531 %	3,8407%	8,9385%		45,0260 %		0,0893%
Inglaterra	80,8786 %		0,0384%	0,9219%		0,7331%	7,1429%	0,7277%
Irlanda	14,6174 %	76,9547 %		0,0927%				0,2813%
Itália	0,0379%			0,0121%				
Malta				0,0368%				
Norte	0,0002%							
Noruega	0,6656%							
Rússia	0,2160%		1,1906%	27,9189 %		0,5008%		0,3390%
Suécia	0,2066%			0,0279%				
Territórios Germânicos	0,6752%		0,2689%	12,6787 %		0,1580%	92,8571 %	0,1667%
Não identificado	0,0446%		0,7681%					
Outros	0,0595%			0,1773%		0,1580%		
Total	100%	100 %	100 %	100 %	100%	100%	100%	100%

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Considerando os dados oferecidos pelo quadro⁴⁴⁹, evidencia-se uma clara relação entre mercados geográficos e a composição dos produtos exportados, ou seja, deteta-se uma nítida especialização daqueles em relação a estes. Tendo em conta que os mercados tidos por relevantes são identificados exclusivamente de acordo com o peso

⁴⁴⁹ Algumas quantidades são tão pequenas que houve necessidade de recorrer a quatro casas decimais, pois de outro modo os valores ficariam reduzidos a zero.

nas exportações, e tomando em consideração que a amostra (para o vinho de embarque) é constituída por 19 destinos, então considera-se que a Inglaterra representa, no seu conjunto, 80,88% das exportações deste vinho, denunciando-se uma clara especialização em relação a este produto, por parte do referido mercado, uma vez que os totais rececionados de outras mercadorias apresentam valores residuais.

Em relação ao vinho de embarque do Brasil, o mercado preferencial para a sua receção foi a Irlanda, cujo valor percentual foi de 76,95, o que revela, tal como ocorreu com a Inglaterra, uma especialização relativa por produto. O mesmo ocorreu com o vinho de lotação, em que a maior percentagem coube ao Brasil (93,87 por cento).

No que concerne ao vinho de ramo, o mercado geográfico com maior peso na exportação foi o Brasil (42,9 por cento), seguido da Rússia (27,92 por cento), dos territórios germânicos (12,68 por cento), pulverizando-se as restantes quantidades por vários outros destinos em pequenas percentagens, não sendo por conseguinte evidente, neste caso, uma clara especialização por produto e por destino geográfico.

As exportações de “vinho” tiveram como mercados privilegiados o Brasil (77,67%) e Angola (22,03%). A aguardente distribuiu-se fundamentalmente pelo Brasil (47,32%) e pela Holanda (45,03%). Já no que toca à cachaça do Brasil, o mercado especializado para a sua comercialização foram os territórios germânicos (92,86%) e em relação ao vinagre foi o Brasil que se destacou pela elevada percentagem aí colocada (97,08%).

Importa então reter, no que concerne aos destinos conjuntos das exportações dos agentes económicos ancorados no trato vínico, com exceção da Companhia das Vinhas do Alto Douro, que o Brasil foi o mercado privilegiado para a exportação do vinho de lotação, do de ramo, do “vinho”, da aguardente e do vinagre. A Inglaterra foi o mercado preferencial da exportação de vinho de embarque. Já a Irlanda foi o melhor cliente para o vinho de embarque do Brasil e a cachaça do Brasil foi quase integralmente consumida nos territórios germânicos.

4.3.2.1 Exportadores nacionais dos produtos vînicos

A exportação era feita pelos mercadores nacionais, sendo que os produtores também podiam fazê-la, por sua conta e risco, nomeadamente para o Brasil, por intermédio da Companhia, o mesmo acontecendo com os lavradores no que à produção das suas lavras diz respeito, desde que os exportassem através daquela Instituição.

Quadro nº 58 – Exportação portuguesa de produtos vnicos, em pipas, por anos (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
1775	370,98				45,76	0,61	12	0,7
1776	387,05				189,3	0,56		4,21
1777	323,32				225,41	0,3		19,79
1778	86,34			1,5	82,28	2,52		17,75
1779	10505,87			8,25	121,03	0,2638		17,2238
1780	6643,34			29,59	115,5	12,39		14,92
1781	6423,57	121,5		44	138,43	11,89		24,96
1782	2942,24			14,37	88,98	1,11		22,75
1783	2200,98			462,66		16,34		64,99
1784	2388,29		5,5	391,48		26,77		450,74
1785	1967,92			248		51,56		266,4
1786	1256,74		162,13	215,07		66,2		308,44
1787	2470,04		210,32	274,98		55,42		625,5
1788	1844,75		172,11	152,24		47,9438		393,87
1789	4298,75		217,86	102,91		16,28		334,52
1790	7053,33		201,12	108,51				91,18
1791	6862,11		31	77,21		1,05		217,73
1792	7993,08		34,97	82,86		0,08		203,91
1793	4755,91		32,75	44,27		1		255,2
1794	9266,81		34,39	141,17		2		535,55
1795	11077,51		33,25	184,67				616,55
1796	10756,37		37,25	275,47		7		317,28
1797	5643,21		20,25	1835,18		285		308,75
1798	14271,17		10,19	734,65		0,09		52,72
1799	12243,09		27	404,73				193,8
1800	10927,02			80				70,1
Total	144 959,79	121,5	1 230,09	5 913,77	1 006,69	606,38	12	5 429,53

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Tomando em conta a visão de conjunto apresentada no quadro n 58 , conclui-se que o esforço de exportação desenvolvido pelos portugueses apresenta uma expressão relevante.

A liderança destas transações, considerando os valores apurados para todos os produtos, coube ao vinho de embarque que demonstra algum dinamismo no setor exportador (144 959,79 pipas). Comparando estes dados com os valores recolhidos para a comercialização do mesmo produto no mercado interno, conclui-se que foi muito menor o valor dos negócios aí perpetrados pelos portugueses (19 017,32 pipas). Pode

então concluir-se que o vinho de embarque foi um produto maioritariamente ancorado no esforço de exportação por eles desenvolvido.

O vinho de ramo alcançou o segundo lugar, uma vez que foram colocadas no mercado exterior 5 913,77 pipas pelos exportadores nacionais, o que em termos de grandeza significa um desempenho 24,5 vezes menor do que o que foi atingido na expedição do vinho de embarque. Comparando este valor com os totais transacionados no mercado doméstico (21 523,15 pipas), conclui-se que a comercialização do vinho de ramo no mercado exportador sofreu um declínio acentuado, pelo que o produto mais vendido pelos comerciantes nacionais no mercado externo foi o vinho de embarque, enquanto no espaço doméstico foi o de ramo. Os outros tipos de vinho apresentam valores residuais de exportação: é o caso do vinho de lotação (1 230,09 pipas), do “vinho” (1006,69 pipas) e do de embarque do Brasil (121,5 pipas).

O vinagre merece destaque pela regularidade na exportação e pelo valor atingido (5 429,53 pipas), pouco menos do que o vinho de ramo, uma vez que apenas os separa cerca de 500 pipas. Todos os outros produtos apresentam quantidades de exportação pequenas e até mesmo residuais como a aguardente (606,38 pipas), mas sobretudo a cachaça do Brasil (12 pipas).

Há um outro aspeto que ressuma da análise do quadro e que tem a ver com o perfil de regularidade apresentada pelos movimentos de exportação que, de forma decrescente, têm a seguinte ordenação: vinho de embarque, vinagre, vinho de ramo, aguardente e vinho de lotação. Por contraste salienta-se a irregularidade do movimento exportador da cachaça do Brasil, do vinho de embarque do Brasil e do “vinho.

Quadro nº 59 – Exportação anual de produtos v́nicos dos portugueses, em pipas, por destino (1775-1800)

Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	45,5			1		0,05		0,19
1783				1		0,05		0,19
1794	8							
1795	26,5							
1796	11							
América Espanhola				1	3			3
1782					3			1
1783				1				2
América Inglesa	4046,45			0,5				0,35

1778								0,25
1779	1,75							
1780	1,59							
1783	50							
1784	78,75							
1785	126,47							
1786	28,5							0,1
1787	215,73							
1788	190							
1789	144,23							
1790	133			0,5				
1791	353,25							
1792	86,34							
1793	182,34							
1794	577,5							
1795	127							
1796	379							
1797	984							
1798	346,25							
1799	40,75							
Angola	776,33		0,25	115	214,5	10,5		31,49
1776					90			
1777					124,5			13
1783								2
1784	38,09			1		1,5		
1786	0,5			2		1		7,25
1787	158,5			37				
1788	0,25		0,25	4,5		8		7
1789	25							
1790	264			3				0,74
1791	45							
1792	1,74			0,5				1,5
1793	98,5							
1794	76,75							
1795	45			67				
1796	23							
Ásia	3,94			2,48				7
1785	3,7			2,23				7
1786	0,24			0,25				
Báltico				54				
1796				54				
Brasil	1635,14		1216,84	2640,62	789,19	299,52		5319,58
1775					45,76	0,61		0,7
1776					99,3	0,56		4,21
1777					100,91	0,3		6,79
1778				1,5	82,28	2,52		17,22
1779				6,5	121,03	0,26		15,52
1780					115,5	12,3		14,42

1781	1				138,43	3,3		13,48
1782	11,57			0,94	85,98	1,11		15,8
1783	193,48			444,91		15,9		60,55
1784	325,7			371,73		25,18		449,61
1785	63,21			239,3		49,56		258,98
1786	18,03		162,13	208,57		65,15		300,07
1787	55,22		210,32	235,98		55,37		623,5
1788	33,41		171,86	144,99		39,89		386,87
1789	166,65		214,36	96,74		16,28		333,95
1790	126,33		201,12	95,26				85,63
1791	43,02		31	73,21		1,05		217,34
1792	26,97		34,97	74,11		0,08		201,13
1793	40,48		32,75	39,77		1		253,2
1794	43,78		34,39	67,42		2		535,55
1795	36,53		33,25	113,16				614,55
1796	74,18		33,25	78,47		7		306,28
1797	90,21		20,25	44,43				289,75
1798	217,09		10,19	55,9		0,09		52,58
1799	32,26		27	203,73				193,8
1800	36,02			44				68,1
Cabo Verde	8							
1798	8							
Dinamarca	725			73				
1781	16							
1798	10			73				
1799	699							
Espanha	127	4		10,84		8		10,28
1777	0,75							
1778	0,75							
1780				0,5				
1781	120	4		0,5		8		6
1782	0,25			2,09				4,28
1783				7				
1786	5							
1788				0,25				
1790				0,25				
1798				0,25				
1799	0,25							
França	80,75			2,25				
1778	0,25							
1782				1				
1783	10			0,5				
1784	0,5			0,75				
1785	16							
1793	4							
1794	50							
Holanda	478,26	24		527,42		285		4,98
1775	0,37							

1776	2,26						
1777	0,57						
1778	0,75						
1779	256						
1780	10,25			0,5			
1781	2	24		0,5			
1782				0,25			
1783	12						
1784	10						
1785	5,47						
1786	12						
1787	17						
1788	2,84						
1789	3,25			0,67			0,25
1790	4			0,25			0,25
1791	4,5			0,5			0,39
1792	7			0,75			1,09
1793	14			1,25			
1794	32			46,75			
1796	18,5						
1797	61			335	285		3
1798	1			141			
1800	1,5						
Inglaterra	83274,37		0,5	49,18	0,14		23,16
1775	316,61						
1776	334,47						
1777	286						
1778	36,25						0,28
1779	9504,37			1,75			1,6138
1780	4883,75			23,59			0,35
1781	4086,75			18,25	0,09		4,89
1782	2232,39			4,09			0,53
1783	1574,75			0,5	0,05		
1784	930,75						
1785	1656,98						
1786	988,22						
1787	1320,5						2
1788	1178,75						
1789	2811,5		0,5				
1790	4616,75						
1791	4813,4						
1792	6315						
1793	3135,5						
1794	5107,25						
1795	5957,35			0,5			
1796	3748,75						
1797	2316,5						11,5
1798	5714,08						

1799	4025,75			0,5				
1800	5382							2
Irlanda	48429,1	93,5		5,75				15,68
1775	54							
1776	48,83							
1777	35							
1778	43,25							
1779	715,75							
1780	1514,25			1				
1781	2190,07	93,5		1,5				
1782	668			0,75				
1783	357,75							
1784	982,25							
1785	74							
1786	183,25							
1787	688,5							
1788	432							
1789	1146			0,5				0,09
1790	1837			0,25				0,09
1791	1582,25							
1792	1545,25							
1793	1272,5							2
1794	3147,28							
1795	4124,73			0,5				2
1796	5837,69							7
1797	1651			0,25				4,5
1798	7048			0,5				
1799	6578,75			0,5				
1800	4671,75							
Itália	208,51			0,75				
1776	0,23							
1787	6							
1790	1			0,5				
1791	0,19							
1792	1,5							
1793	6,09			0,25				
1794	130							
1795	12,5							
1796	51							
Malta	0,25			2,28				
1795	0,25			2,28				
Noruega	1143,75							
1779	24							
1780	231,75							
1782	19							
1795	276							
1799	383							
1800	210							

Rússia	1402,81		9,5	1671,2		3,17		8,81
1779	2							
1780				2,5		0,09		0,15
1781	4			14,25		0,5		
1782	2,5			5,25				1
1783				7,25		0,34		0,25
1784	5,5		5,5	17		0,09		1,13
1785	10			6,47		2		0,42
1786	17,5			3,25		0,05		0,83
1787	5			2		0,05		
1788	4			2,5		0,05		
1789				5				0,23
1790	63			8,5				4,47
1791				3,5				
1792	6			7,5				0,19
1793				3				
1794	30			27				
1795	345,56			1,23				
1796	281,25		4	143				
1797	265			1039,5				
1798	341,5			207,5				0,14
1799	10			139				
1800	10			26				
Suécia	611,78							
1791	0,5							
1792	0,28							
1794	16,25							
1796	2							
1797	60							
1798	75							
1799	325,25							
1800	132,5							
Territórios Germânicos	1874,1		3	751,5			12	5,01
1775							12	
1776	1,26							
1777	1							
1778	5,09							
1779	1							0,09
1780	1,75			1,5				
1781	3,75			4,5				0,59
1782	5,78							0,14
1783	3			0,5				
1784	3,75			1				
1785	12,09							
1786	3,5			1				0,19
1787	3,59							
1788	3,5							
1789	2,12		3					

1790	0,25							
1792	3							
1793	2,5							
1794	48							
1795	124,34							
1796	330							4
1797	215,5			416				
1798	474,25			256				
1799	143,83			61				
1800	481,25			10				
Não identificado	42							
1779	1							
1784	13							
1790	8							
1791	20							
Outros	46,75			5				
1781				4,5				
1782	2,75							
1795	1,75							
1798	36			0,5				
1799	4,25							
1800	2							
Total	144959,79	121,5	1230,09	5913,77	1006,69	606,38	12	5429,53

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Foi possível, através dos dados compaginados na fonte, assinalar 22 mercados de destino⁴⁵⁰ na geografia do comércio externo dos produtos vînicos dos portugueses. Alguns apresentam um carácter episódico, por isso pouco relevante, outros permanente, revelando regularidade ao longo dos anos.

A Inglaterra, um mercado de excelência para a colocação do vinho de embarque dos portugueses, que aí mantiveram atividade comercial durante todos os anos em estudo, emergiu claramente nas quotas de exportação. Os valores máximos expedidos ocorreram nos anos de 1779 (9 504,37 pipas), 1792 (6 315 pipas), 1795 (5 957,35 pipas), 1798 (5 714,08 pipas), 1800 (5 382 pipas) e 1794 (5 107,25 pipas). Há ainda anos cuja relevância dos valores exportados é considerável, mas já abaixo das 5 000 pipas. Os anos de menor expressão ocorreram entre 1775-1778, com um valor mínimo

⁴⁵⁰ Os dados relativos à Irlanda são apresentados na fonte de forma autónoma, o que mantivemos ao longo deste trabalho por se tratar de um grande destino para a exportação de produtos vînicos. Se fosse englobada na designação Reino Unido, perder-se-ia a noção do apreciável volume de negócios por ela proporcionados. A designação Inglaterra engloba também a Escócia e Gales, mas não a Irlanda.

relativo de 36,25 pipas em 1778 e um máximo relativo de 334,47 pipas em 1776. Pode então concluir-se que o melhor ano para os negócios de exportação de vinho de embarque dos portugueses foi 1779 e o pior foi o de 1778.

Outro grande destino das exportações portuguesas foi a Irlanda, que recebeu vinho de embarque em todos os anos do presente estudo, apesar de ser, como era de esperar, um mercado menor do que o inglês. Foram aí comercializadas maiores quantidades entre os anos de 1794-1796, com valores situados entre 3 147,28 e 5 837,69 pipas, sendo o ano de maior exportação; 1799 com 6 578,75 pipas. Os piores anos ocorreram em 1775, 1777-1778 e 1785, com valores a oscilar entre as 35 e as 74 pipas.

A América Inglesa, constituída pelas colónias que, após a guerra de independência, deram origem aos EUA, também se revelou um mercado interessante para a exportação de vinho de embarque, ainda que os valores apurados revelem níveis de comercialização muito menores do que os destinos anteriores. O horizonte temporal para o lançamento das exportações neste mercado ocorreu em 1779 e perdurou até 1799, com alguns hiatos pelo meio, apresentando menores oportunidades de negócio do que os dois mercados anteriores. Os anos mais expressivos, reveladores de maior desempenho exportador foram os de 1797 (984 pipas), 1794 (577,25 pipas) e 1791 (353,25 pipas). Pelo contrário, a diminuição mais assinalável de quota ocorreu nos anos de 1786 (1,5), 1780 (1,59) e 1779 (1,75).

Adicionalmente, é de destacar a existência de outros mercados que, apesar de apresentarem valores inferiores, são ainda assim de tomar em consideração. É o caso dos territórios germânicos, o Brasil, a Rússia e a Noruega, onde foram comercializados valores acima das mil pipas, sendo de ressaltar contudo que se trata de quantidades irrisórias se se tiver em conta os anos em estudo.

Um pormenor a merecer reparo prende-se exatamente com o Brasil, uma vez que só a partir de 1781 se inicia a exportação de vinho de embarque para aí, ainda que de forma incipiente, uma pipa apenas, mas que vai aumentando progressivamente, mantendo-se até 1800, apesar de o fluxo exportador manifestar um perfil oscilatório de altos e baixos. É provável que este facto não tenha tanto a ver com o gosto dos consumidores brasileiros, que não apreciavam sobremaneira o vinho encorpado e “carrascão” de primeira qualidade, mas sim pela necessidade de beneficiar as pipas de vinho inferior que continuavam em “ser” no Brasil, à semelhança da prática da Companhia que enviava tais vinhos para esse mesmo fim, durante a década de 1780, cujo exemplo os

exportadores portugueses, provavelmente, replicaram. Ainda assim é possível que houvesse no Brasil quem consumisse este tipo de vinho

No que toca aos restantes destinos da exportação de vinho de embarque, as quotas de exportação dos portugueses não oferecem relevância em termos de oportunidades de negócio.

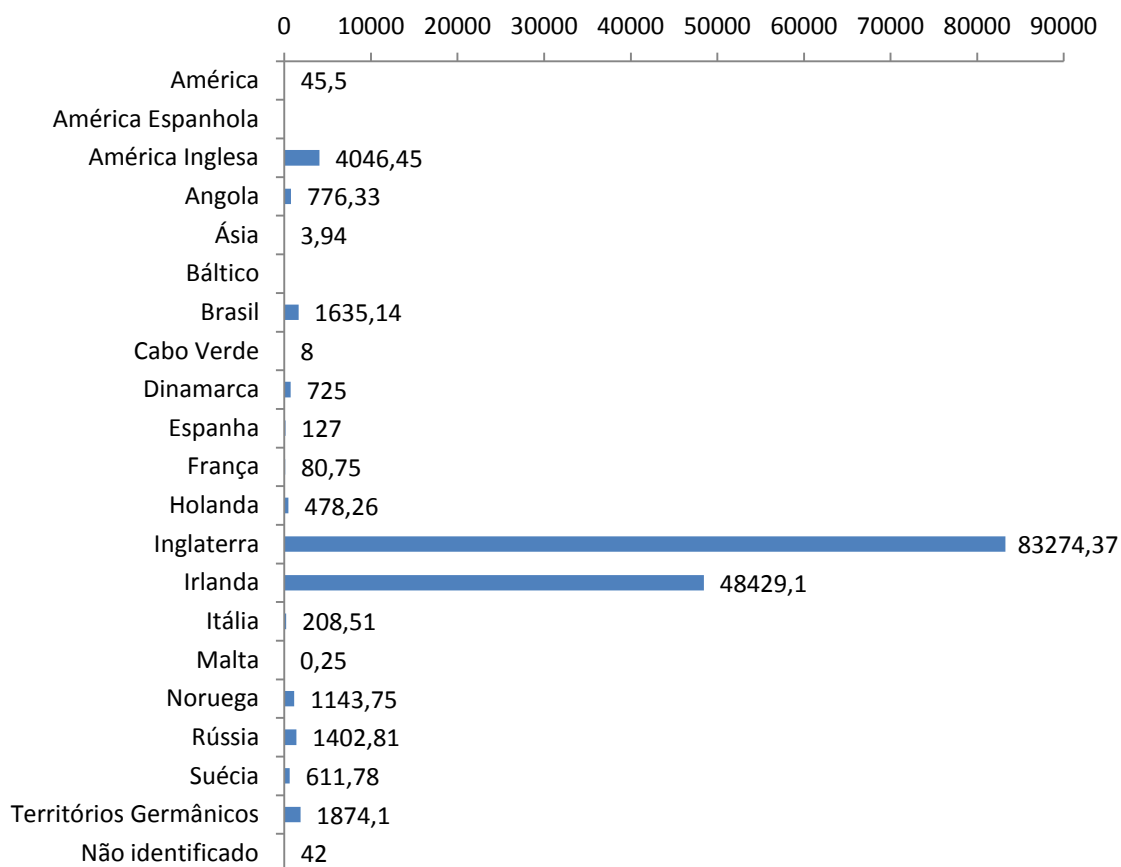
No que concerne aos outros tipos de vinho, é de assinalar o carácter esporádico da exportação do vinho de embarque do Brasil, bem como a fraca expressão do vinho de lotação e do "vinho", sendo de observar que só a partir da década de oitenta é que surge referência à exportação do de lotação que desaparece dos registos em 1799. Trata-se de um produto mais barato, mas também de qualidade inferior, destinado ao mercado brasileiro com vista a garantir a concorrência com os vinhos para aí enviados das Ilhas e de outras zonas do país, que chegavam àquele mercado com preços inferiores aos praticados em relação aos vinhos do Alto Douro, causando prejuízos aos negócios da Companhia naquele mercado, sendo combatido por medidas pontuais postas em prática pelos administradores sem grande sucesso, tal como já desenvolvido no terceiro capítulo, atinente à atividade económica desenvolvida por aquela Instituição.

No que diz respeito ao vinho de ramo, as quantidades exportadas são ínfimas, 5 913,77 pipas, se se comparar com os valores do vinho de embarque e se se tiver em conta os 26 anos do período em estudo.

A aguardente revela alguma irregularidade na expedição, apresentando valores residuais entre 1775-1782, o que ocorre também na década de 90, no que se reporta ao seu maior mercado, o Brasil, desaparecendo do registo das exportações dos portugueses em vários anos, pelo que ocorre exportação esporádica.

No que ao vinagre diz respeito, a quase totalidade da exportação portuguesa (5 429,53 pipas) foi expedida para o Brasil, onde foram transacionadas 5 319,58 pipas, pelo que os restantes mercados receberam quantidades irrisórias deste produto.

Gráfico nº 36 – Exportação de vinho de embarque pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800) ⁴⁵¹



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Sete mercados (Inglaterra, Irlanda, América Inglesa, territórios germânicos, Brasil, Rússia e Noruega), salientaram-se pelos contributos positivos que deram à exportação de vinho de embarque. A liderança coube destacadamente à Inglaterra, maioritariamente ancorada no esforço das exportações dos portugueses, que rececionou cerca do dobro das quantidades adquiridas pela Irlanda.

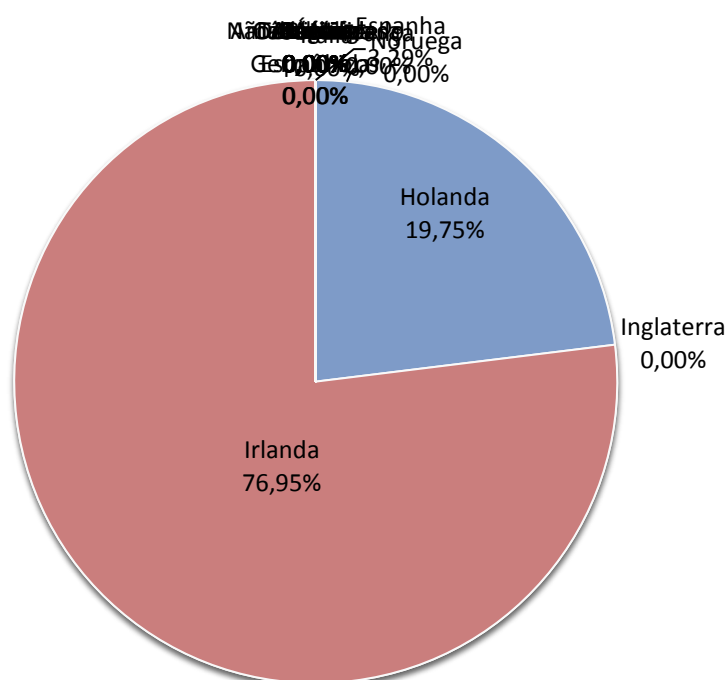
Apesar da forte oscilação no peso relativo de cada um dos principais mercados de destino, os esforços de exportação dos portugueses tendem a apresentar uma concentração excessiva em dois mercados, o que significa que as oportunidades de exportação que aproveitaram concentraram-se nos fatores de proximidade histórica e geográfica, o que não é de estranhar dado o ancestral relacionamento com o Reino Unido. Por outro lado, a leitura da evolução dos valores exportados e dos mercados

⁴⁵¹ Não se apresenta um gráfico circular dado que algumas quantidades são tão pequenas que se torna impossível a sua representação de modo a proporcionar legibilidade, pelo que se optou por um gráfico de barras horizontais.

alcançados pelas exportações demonstra a dificuldade em alargar e diversificar os mercados.

É de salientar que, aquando da demarcação da região do Alto Douro, foi proibida a exportação para o Reino Unido dos vinhos produzidos fora da zona demarcada, bem como a lotação destes com vinhos de ramo, quer nas adegas, quer nos armazéns dos comerciantes, sujeitos às mesmas condições, pelo que só podiam ser exportados para aquele mercado os vinhos de melhor qualidade.

Gráfico nº 37 – Exportação de vinho de embarque do Brasil pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)



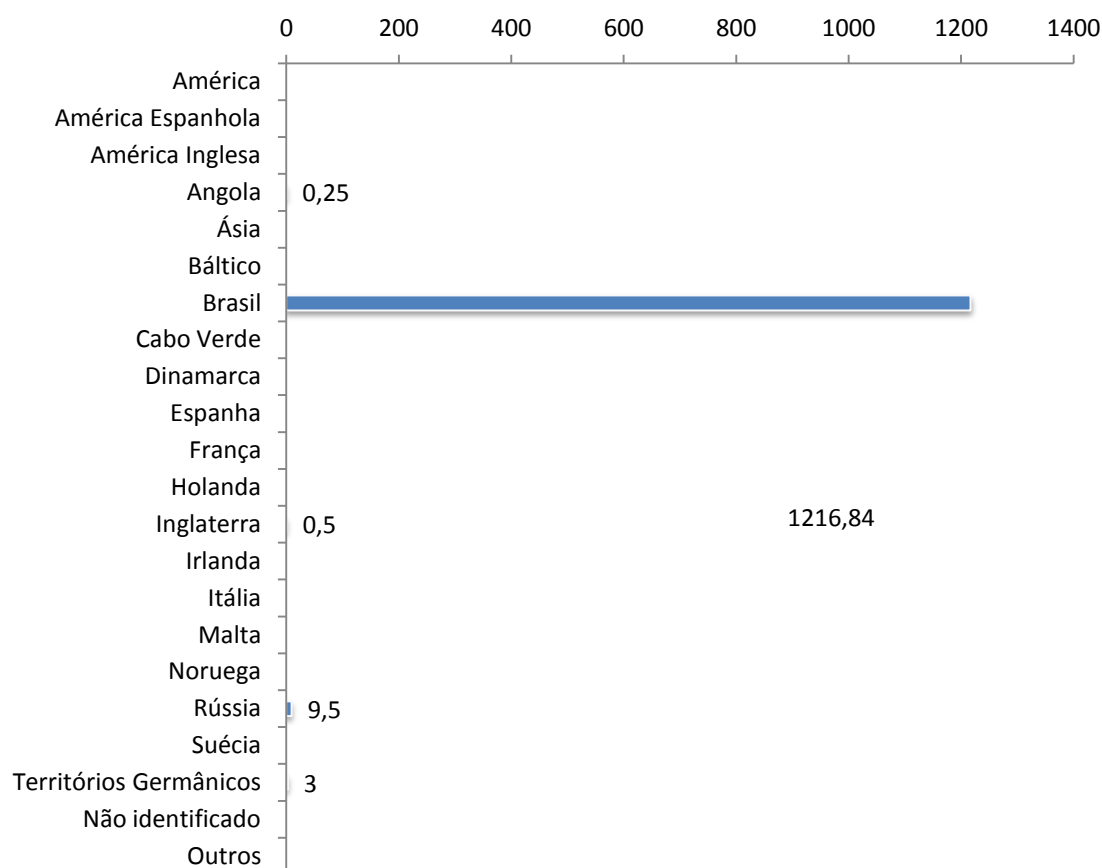
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Conclui-se através do gráfico que, contrariamente ao que o nome sugere, o vinho de embarque do Brasil não foi aí colocado, mas sim na Irlanda (76,95%), na Holanda (19,75 %) e em Espanha (3,29%).

Por conseguinte, a sua exportação para o mercado irlandês destaca-se pelo contributo que deu ao escoamento deste produto, ainda que o volume de transações tenha sido pouco relevante (93,5 pipas). Este produto teve uma procura pouco dinâmica, não só neste mercado mas também nos restantes, provavelmente por se tratar de um

produto de qualidade inferior e, por isso, incapaz de desencadear uma exportação quantitativamente favorável.

Gráfico nº 38 – Exportação de vinho de lotação pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)



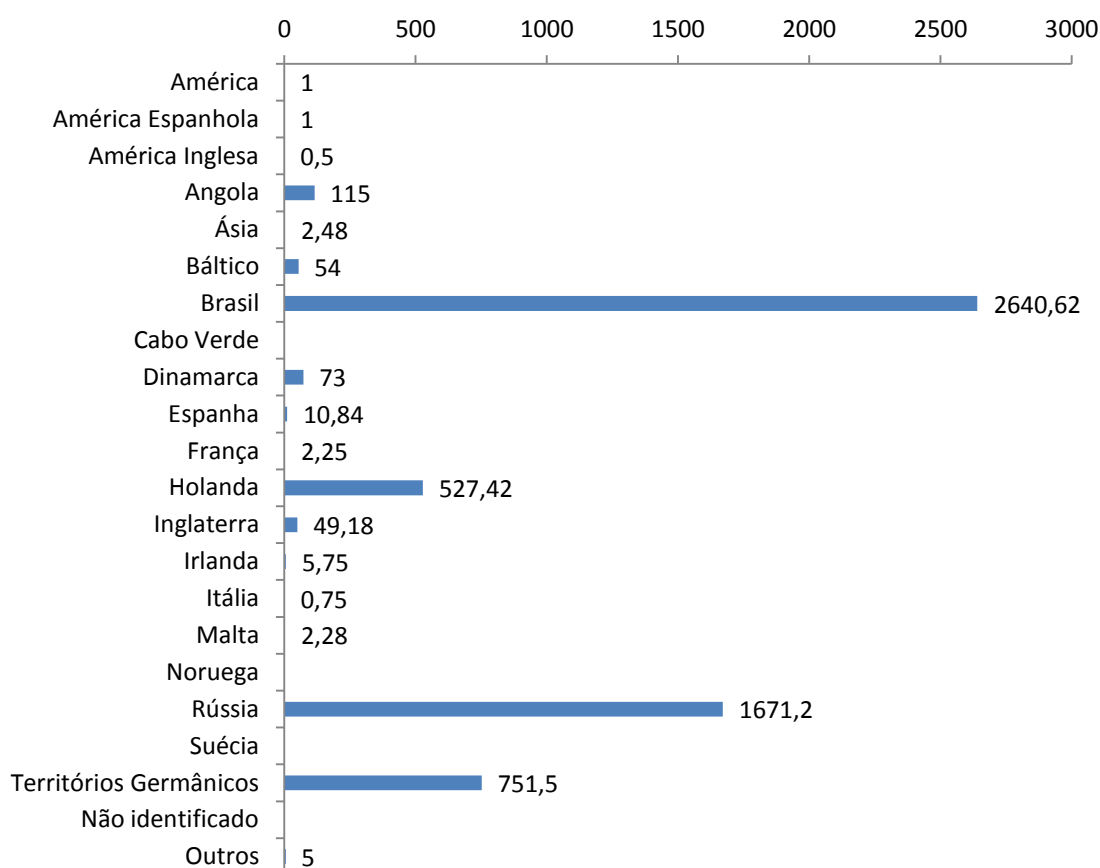
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Num contexto de continuada contenção de valores no que se reporta à exportação do vinho de lotação, dada a pouca saída nos mercados externos, o Brasil sobressai pelo maior peso nas transações aí realizadas pelos portugueses. Assim, comparando as quantidades exportadas para os vários mercados, conclui-se que se trata de um produto cujo consumo era quase integralmente garantido no Brasil. É de salientar que este tipo de vinho era preparado com vista às carregações para abastecer o mercado brasileiro e resultava de lotações de tintos e brancos, sendo ambos de primeira, segunda e terceira qualidades, em que prevaleciam os vinhos tintos⁴⁵². Gaspar Martins Pereira

⁴⁵² SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 207.

considera que o vinho de lotação resultava da mistura nos armazéns de Gaia de colheitas produzidas em diferentes anos ou provenientes de diferentes categorias, mas só de primeira ou segunda qualidades de embarque, uma vez que era terminantemente proibido misturar vinho de embarque com o de ramo⁴⁵³.

Gráfico nº 39 – Exportação de vinho de ramo pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

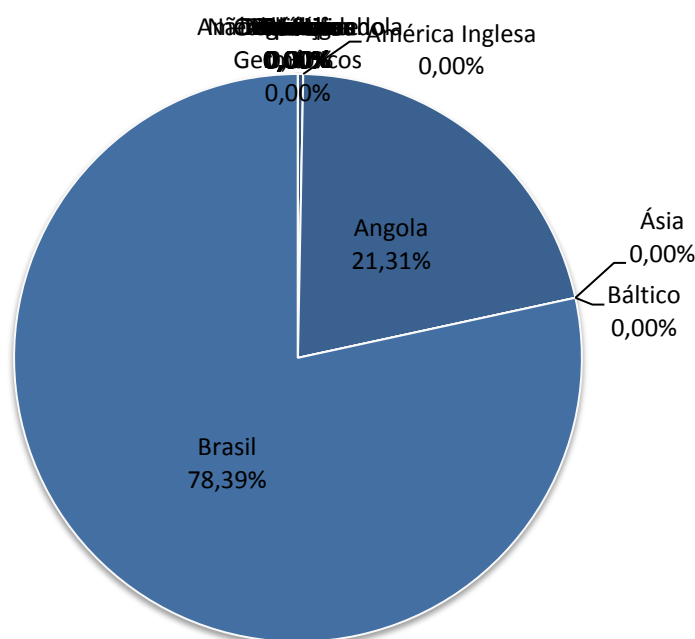
A leitura da evolução das quotas de mercado alcançadas pelos exportadores portugueses em relação ao vinho de ramo demonstra que o grande destino para onde convergiu este produto foi o Brasil (2 640,62 pipas). Revela também uma forte oscilação no peso relativo de cada um dos restantes mercados e oferece uma pulverização de valores disseminados por dezassete outros destinos. Ainda assim é possível identificar, em termos relativos, mais três mercados importantes, apesar dos

⁴⁵³ PEREIRA, Gaspar Martins – “Na Infância de um Grande Vinho: entre o ‘Vinho de Pé’ e o ‘Port Wine’”. In *A Festa (Comunicações ao VIII Congresso Internacional “A Festa”*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII/Universitária Editora, 1992, p. 545-555.

valores que recepcionaram serem pouco significativos. São eles a Rússia (1 671,2 pipas), os territórios germânicos (751,5 pipas) e a Holanda (527,42 pipas).

Em linha com o já observado, importa enfatizar que os resultados apurados para a exportação de vinho de ramo para o Brasil são inequivocamente baixos (2 640,62 pipas), tendo em conta os 26 anos do estudo, apesar de se tratar do mercado mais importante, o que se pode justificar pela forte concorrência feita pelos vinhos de consumo da Figueira da Foz, de Lisboa e das Ilhas, o que provocou o afastamento de produtores e exportadores de vinho corrente, do mercado brasileiro⁴⁵⁴.

Gráfico nº 40 – Exportação de “vinho” pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)

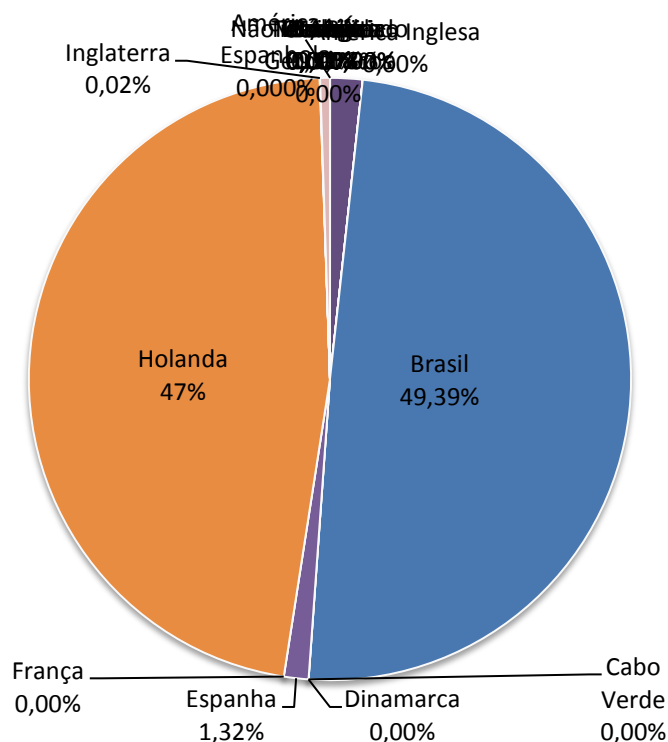


Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Conclui-se, a partir da análise do gráfico, que o “vinho” foi expedido para três mercados, cabendo a maior fatia ao Brasil, 78,39%, o que significa que seriam, na sua maior parte, pipas de vinho de lotação. Com uma percentagem bastante distanciada ficou Angola, onde foi comercializado 21,31%. O último mercado de colocação deste tipo de vinho foi a América Espanhola, que se ficou por uma quota mínima de 0,30%.

⁴⁵⁴ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha...* p. 195.

Gráfico nº 41 – Exportação de aguardente pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)



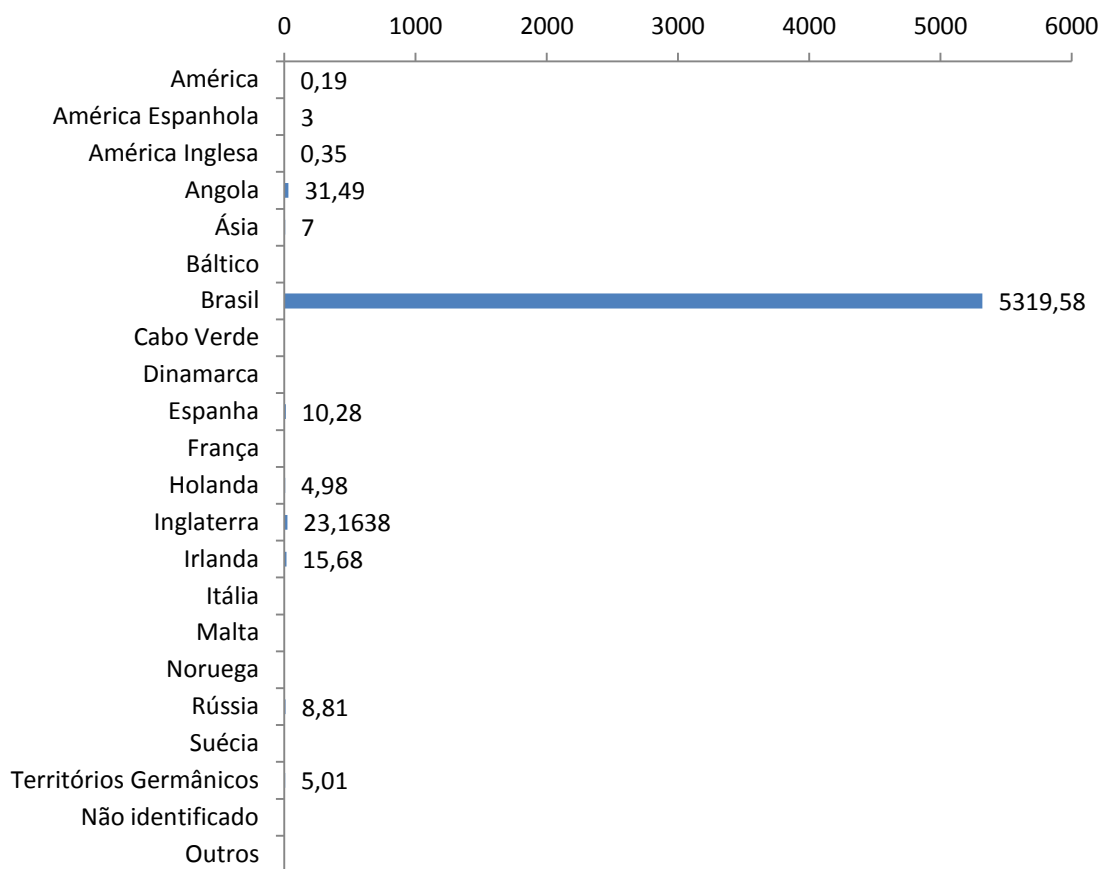
Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

No que concerne à aguardente, importa referir que foi expedida para o Brasil, Holanda, Angola, Espanha, Rússia, Inglaterra e América, que poderá significar o Brasil, ou os territórios da América Espanhola ou Inglesa. Os destinos que se destacam pelas percentagens comercializadas são o Brasil (49,39%) e a Holanda (47%). Já os restantes mercados apresentaram quantidades muitíssimo menores: Angola (1,73%) e Espanha (1,32%). Abaixo de 1% situou-se a Rússia, Inglaterra e América.

O consumo da aguardente do Alto Douro no Brasil não era muito elevado, não só devido à concorrência da das Ilhas, que era de melhor qualidade e mais barata, mas também devido à cachaça que se fazia naquela terra, com uma parte de melaço de cana-de-açúcar e três partes de água⁴⁵⁵.

⁴⁵⁵ REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a mentalidade e o trato mercantil setecentista...* p. 193.

Gráfico nº 42 – Exportação de vinagre⁴⁵⁶ pelos portugueses, em pipas, por destinos (1775-1800)



Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

A evolução da exportação de vinagre, desenvolvida pelos portugueses, apresenta uma larga dispersão por 12 mercados, onde se assinalam valores muito pouco significativos, com exceção do Brasil, praticamente o único destino para este produto, uma vez que aí foram colocadas 5 319,58 das 5 429,53 pipas comercializadas pelos exportadores nacionais. As quotas rececionadas pelos restantes mercados foram ínfimas e variaram entre 0,19 de pipa, exportada para a América, provavelmente o Brasil, e 31,49 pipas enviadas para Angola, o segundo mercado em termos de quantidades relativas.

⁴⁵⁶ Tal como ocorrido com gráficos anteriores, nomeadamente com os do vinho de embarque, de lotação e de ramo, o do vinagre não está feito em forma circular porque a percentagem do Brasil é tão elevada e as dos outros países tão pequenas, que estas se tornavam ilegíveis. Optou-se então pelo gráfico de barras com as quantidades absolutas.

De tudo o que fica exposto ressalta que a Inglaterra era o mercado preferencial para a exportação dos portugueses no que toca ao vinho de embarque. Já no que diz respeito ao vinho de embarque do Brasil era a Irlanda. Os restantes tipos de vinho: de lotação, “vinho” e vinho de ramo foram expedidos, em primeiro lugar, para o Brasil, o mesmo acontecendo com a aguardente e o vinagre. Os vinhos para ali expedidos eram, acima de tudo, de segunda qualidade, ainda que o vinho de ramo ou de consumo corrente tenha atingido uma quota superior àqueles, neste mercado. A explicação reside no facto de o de primeira qualidade ser “cascarrão” e, por isso, tido como impróprio para o consumo de mesa diário dado o clima tropical do Brasil, mas também conotado por ser prejudicial à saúde e “íngrato” ao gosto⁴⁵⁷, além de que sendo mais caro era também menos procurado.

O esforço levado a cabo pelos portugueses para a internacionalização dos produtos víquicos foi desenvolvido por um número elevado de exportadores, ainda assim menor do que o apurado para os que se envolveram no comércio interno. Dada a extensão da lista composta por aqueles, uma vez que para além do nome, apresenta também os destinos dos mercados de exportação eleitos por cada mercador, foi colocada em extra texto com a designação de anexo nº 5 – Exportadores portugueses de produtos víquicos, em pipas, por destino (1775-1800).

O número de exportadores apurados pode, na prática, ser menor, dada a possibilidade de duplicação ou mesmo triplicação de nomes, tal como já abordado para o comércio interno, por falta de uniformidade de critério no seu registo, uma vez que o escriba nem sempre usou os mesmos sobrenomes para identificar o comerciante, provocando a ilusão de se tratar de indivíduos diferentes.

Os portugueses apostaram numa base exportadora alargada, composta por 20 mercados, situados fundamentalmente na Europa, ainda que tenham aproveitado oportunidades de exportação para outros continentes, nomeadamente para o americano, onde se destaca o Brasil em primeiro lugar pelo número de mercadores envolvidos, a América Inglesa, a América Espanhola. Também marcaram presença na Ásia, e em África, através de Angola e de Cabo Verde.

O esforço de exportação dos portugueses concentrou-se em primeiro lugar no Brasil, tendo sido identificados 1425 exportadores que contribuíram para acentuar a importância comercial deste destino, conferindo assim um assinalável dinamismo ao

⁴⁵⁷ SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)... p. 166.

mercado, ainda que muitos deles, lavradores ou proprietários de vinhedos no Alto Douro, exportassem pequenas quantidades que comercializavam sob a tutela da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Em segundo lugar destacou-se a Inglaterra pelo número de portugueses (248) que viram no seu mercado oportunidades de negócio, exportando para aí os seus produtos vînicos. O número de exportadores identificados a operar na Irlanda (137) enfatizam a importância deste mercado e colocam-na em terceiro lugar na preferência dos mercadores nacionais e a Rússia ascende ao quarto lugar pelo envolvimento de 136 exportadores. Continuando em linha com o horizonte das preferências de parceiros comerciais, assinala-se em quinto lugar os territórios germânicos, onde se identificaram a operar comercialmente 85 mercadores portugueses. Com um número menor assinalou-se a Holanda, em cujo mercado se envolveram 79 exportadores, o que lhe confere o sexto lugar. Os outros destinos apresentam níveis de envolvimento pouco expressivos por parte dos exportadores nacionais.

Pode concluir-se que as oportunidades de exportação, aproveitadas pelos portugueses, concentraram-se sobretudo na Europa, ainda que estas tenham ocorrido em outros continentes, devido às facilidades conferidas por fatores de proximidade histórica e geográfica, ou só histórica como é o caso do Brasil. Não obstante, a Rússia foge a estes quesitos, o que significa que os exportadores nacionais procuraram expandir os seus negócios e diversificar os seus mercados, nomeadamente naqueles onde os portugueses estavam sub-representados, no que beneficiaram das dinâmicas de investimento proporcionadas pelo esforço da própria Companhia das Vinhas do Alto Douro que desenvolveu um plano de ação concertado em mercados como o russo ou o da América Inglesa.

Através dos dados apurados, foi ficando claro que os exportadores usaram como estratégia, sobretudo os que revelaram uma atividade mais dinâmica, a diversificação de produtos e de mercados com vista à diminuição de riscos e à maximização do lucro, evidência esta que pode ser constatada na informação disponível no quadro nº 60.

Quadro nº 60 – Vinte maiores exportadores portugueses de vinho de embarque, em pipas (1775-1800)

20 maiores exportadores portugueses	Vinho de embarque (em pipas)
José Monteiro de Almeida*	23 662,31
João Henrique de Magalhães*	8 339,11
José da Cruz da Assunção*	7 709,76
Ferreira Cunha e Fallon	6 164,68
José Pinto Monteiro*	6 047,79
Joaquim Ferreira Sampaio*	5 887,83
Joaquim José Fernandes da Silva*	5 820,23
Manuel Ferreira dos Guimarães*	5 188,72
Ferreira Cunha e Rocha	4 977,58
José Eleutério Barbosa de Lima*	4 915,03
Ferreira Cunha e Fallon & C ^a	4 551,12
Ferraz Filho e Correia	3 951,5
José e Joaquim de Oliveira Lopo*	3 612
Barbosa de Lima & C ^a	2 956,25
António Alvares da Cruz e Sousa*	2 838,5
Alvares Gouveia & C ^a	1 533,5
José de Oliveira Lopo*	1 475,45
Pedro Mavinhé da Costa*	1 460,44
António da Cunha Guimarães*	1 419,34
João da Cruz da Assunção*	1 355,5

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

* Os nomes assinalados com asteriscos foram aprovados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro como legítimos exportadores de vinhos de embarque (SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ...* p. 88-89).

Os nomes assinalados no quadro com asterisco foram aprovados como legítimos exportadores pela Companhia das Vinhas do Alto Douro. Todos eles apostaram na diversificação de mercados, expedindo os produtos que compunham os seus negócios para mais de dois destinos, à exceção de Barbosa de Lima & C^a. Houve mesmo quem exportasse para onze mercados diferentes como José Monteiro de Almeida ou João Henrique de Magalhães.

Comparando a lista dos vinte melhores mercadores que exportavam vinho de embarque com a dos vinte melhores a operar no mercado interno, comercializando o mesmo produto, identificaram-se quatro comerciantes comuns: João Henrique de Magalhães, José da Cruz da Assunção, José Pinto Monteiro e Ferreira Cunha e Rocha,

provavelmente uma sociedade comercial. Isto prova que outra das estratégias postas em prática pelos mercadores com vista a aumentar o retorno económico e a correr menos riscos foi destinar uma parcela dos seus produtos ao mercado interno e outra ao externo, o que lhes permitia alargar a plataforma de clientes e diminuir a dependência de um só mercado, alijando os riscos a isso inerentes.

Os três maiores mercadores nacionais que lideraram as exportações de vinho de embarque foram: José Monteiro de Almeida, que expediu 23 662,31 pipas, João Henriques de Magalhães que exportou 8 339,11 pipas, sendo este um valor cerca de três vezes menor do que o anterior. O terceiro maior foi José da Cruz da Assunção que fez sair pela barra do Douro 7 709,76 pipas de vinho de embarque. Perante a análise da evolução dos resultados de exercício dos vinte principais exportadores deste tipo de produto, conclui-se que apenas o primeiro da lista se situa num nível de exportação expressivo. Todos os outros registaram uma diminuição significativa, marcadamente abaixo do patamar do primeiro, o que é sintomático de um déficit de recursos humanos qualificados nos setores da exportação, em meados de setecentos e que as políticas pombalinas procuraram melhorar, não tendo sido completamente sucedidas apesar dos esforços desenvolvidos e das políticas implementadas, conforme oportunamente desenvolvido. Esta diferença tão acentuada nos resultados é ainda sinónimo da falta de capacidade dos exportadores nacionais em definir estratégias e alocar recursos à captura das principais oportunidades de negócio, no que deveriam ser ajudados pela diplomacia económica, na mão dos cônsules, um catalisador cuja atividade se encontrava ainda num patamar em evolução, o que tornou difícil focalizar o esforço de acompanhamento na ação dos mercadores e no combate às suas debilidades de penetração, em mercados com interesse económico.

As fontes compulsadas permitiram traçar a distribuição dos destinos de exportação dos portugueses por mercados geográficos, bem como a composição desse fluxo por produtos. Através de uma análise mais fina foi possível identificar os mercados individuais constituídos pelos portos/cidades de destino eleitos, tal como consta do quadro nº 61.

Quadro nº 61 – Exportação portuguesa de produtos v nicos, em pipas, por destino especificado (1775-1800)

Porto/cidade de destino	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	45,5			1		0,05		0,19
América	45,5			1		0,05		0,19
América Espanhola				1	3			3
Montevideu				1	3			3
América Inglesa	4046,45			0,5				0,35
Alexandria	15,5							
Baltimore	473,5							
Beverly	4							
Boston	215,75							
Cape Ann	4,5							
Charleston	16							
Edenton	3							
Filadélfia	2238,63							0,1
Havre De Grace	0,75							
Maryland	2,75							
Norfolk	31,5							
Nova Iorque	984,34			0,5				0,25
Salem	18							
Terra Nova	35,98							
Virgínia	2,25							
Angola	776,33		0,25	115	214,5	10,5		31,49
Benguela	0,74							
Angola	775,59		0,25	115	214,5	10,5		31,49
�sia	3,94			2,48				7
�sia	3,94			2,48				7
Báltico				54				
Báltico				54				
Brasil	1635,14		1216,84	2640,62	789,19	299,52		5319,58
Baía	115,96		109,26	366,73	162,99	4,5		1591,31
Grão Pará e Maranhão	634,58		534,94	1108,84	40,33	273,48		231,56
Paraíba	1,73			4,25	3,5	0,05		4,67
Pernambuco	369,76		143,73	291,78	179,51	8,46		696,08
Rio de Janeiro	513,11		428,91	867,02	401,84	13,03		2795,27
Santos				2	1,02			0,19
��Brasil��								0,5
Cabo Verde	8							
Cabo Verde	8							
Dinamarca	725			73				
Copenhaga	725			73				
Espanha	127	4		10,84		8		10,28

Baiona	0,25							
Bilbau				0,25				
Cádiz				7,5				
Corunha	120,25	4		1		8		10
Ferrol	1,25							
Galiza	0,25			0,5				
Málaga				0,59				0,28
Marín	5							
Muros, Galiza				0,25				
Pontevedra				0,75				
França	80,75			2,25				
Bordéus				1				
Havre	16							
Lyorne	54							
Nantes				0,75				
Rouen				0,5				
Saint-Valery-en-Caux	10,75							
Holanda	478,26	24		527,42		285		4,98
Amesterdão	222,89	24		512,17		285		4,73
Middelburg	253							
“Holanda”	2,37			15,25				0,25
Inglaterra	83274,37		0,5	49,18		0,14		23,16
Aberdeen	6							
Bristol	5577,72			15,25				0,16
Chelmsford	0,5							
Chepstow	89							
Colchester	900,75							
Dartmouth	0,25							
Douglas	27							
Dover	36							
Dumfries	8							
Dunbar	10							
Dundee	1							
Escócia	144,43							
Exeter	31							
Exton	258,5							
Falmouth	385,05							
Gibraltar	426							
Glasgow	114,75							
Gloucester	555							
Greenock	700,75							2
Guernsey	11113			2		0,09		0,3
Hoylake	40							
Hull	3039,75							
Ilha de Man	51,25							
Inverness	12							
Ipswich	808,83							
Jersey	29,5							

Kings Lynn	1305,35							
Lancaster	363,75							
Leith	2239,25			0,25				
Liverpool	6244,08		0,5	0,5				2
Londonderry	248							
Londres	38137,72			17,34		0,05		16,79
Maldon	205							
Narford	13							
Newcastle	181,25							
Norwich	4							
Penzance	20							
Plymouth	1193,97			1,75				
Poole	11							
Portsmouth	946,27			11,59				1,91
Rochester	409							
Shoreham	5							
Southampton	2334			0,5				
Stockton-on-Tees	2							
Sunderland	116							
Swansea	5							
Topsham	1998,2							
Truro	28							
Wakefield	6,5							
Weymouth	25							
Wisbech	98							
Woodbridge	5							
Yarmouth	2764							
Irlanda	48429,1	93,5		5,75				15,68
Belfast	626							
Cork	8601,75			1,25				
Drogheda	284,5							
Dublin	30940,07	93,5		4,25				8,68
Dundalk	25							
Galway	2575,78							
Limerick	2234,75			0,25				
Newry	229,5							
Sligo	94							
Waterford	2404,25							7
“Irlanda”	413,5							
Itália	208,51			0,75				
Génova	200,51			0,75				
Veneza	8							
Malta	0,25			2,28				
“Malta”	0,25			2,28				
Noruega	1143,75							
Bergen	769							
Trondheim	374,75							
Rússia	1402,81		9,5	1671,2		3,17		8,81

Arcangel	58		5,5	9,25		0,5		
Riga	235,25		4	269,73				0,73
S. Petersburgo	1109,56			1392,22		2,67		8,08
Suécia	611,78							
Estocolmo	372,53							
Gotemburgo	238,75							
Köping	0,5							
Territórios Germânicos	1874,1		3	751,5			12	5,01
Altona	2,5							
Danzig	0,25							
Emden	0,75							
Hamburgo	1767,1		3	751,5			12	5,01
Lübeck	103,5							
Não identificado	42							
Não identificado	42							
Outros	46,75			5				
Bordo da nau	2,75							
Fora da barra	44							
Junto à barra				0,5				
Para o Corsário Espanhol				4,5				
Total	144959,79	121,5	1230,09	5913,77	1006,69	606,38	12	5429,53

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Através do quadro apresentado, infere-se que existe uma interação positiva entre os portos de destino e o volume de transações ocorridas, ou seja, quanto maior a diversificação de mercados individuais, maior a alocação de produtos. Esta evidência está presente nos mercados mais relevantes como a Inglaterra, onde o esforço de exportação foi direcionado para 53 portos/cidades de destino, o que traduz um desempenho assinalável dos exportadores nacionais que aí colocaram 83 274,37 pipas de vinho de embarque. O mesmo ocorreu com a Irlanda, que rececionou 48 429,1 pipas do mesmo produto em onze portos/cidades de destino. O caso do Brasil também deve ser assinalado pelo seu contributo para as exportações nacionais, não só de vinho de embarque (1 635,14 pipas), mas também de lotação (1 216,84 pipas), de ramo (2 640,62 pipas) e de “vinho” (789,19 pipas), que foram colocados em sete mercados individuais, ou seja, sete portos/cidades.

O desempenho dos exportadores nacionais revela, neste caso, a capacidade de conjugar diferentes estratégias que passam pela diversificação de mercados, mas também de produtos, o que demonstra um esforço acrescido de orientação da atividade para o mercado exterior, tirando partido da tutela da Companhia das Vinhas do Alto

Douro e da proximidade histórica com o Brasil e histórico-geográfica com a Inglaterra. Ainda assim merece reparo a falta de expressão das exportações de produtos vînicos dos portugueses, fora da Europa, que manteve ano após ano quotas pouco significativas, à exceção do Brasil, o que denota dificuldades em apostar em novos mercados e implementar dinâmicas de investimento com vista a expandir a base exportadora.

4.3.2.2 Exportadores britânicos

Tal como já referido, os ingleses eram, de entre a comunidade de mercadores estrangeiros estabelecidos na cidade do Porto, os mais numerosos. É consabido que os tratados celebrados entre Portugal e a Grã-Bretanha muito concorreram para a fixação de apreciável número de negociantes desta nacionalidade, não sendo despiciendas também, enquanto favorecedoras desta imigração, as circunstâncias políticas que conduziram a Inglaterra a conflitar frequentemente com a França, provocando o quase abandono da importação do vinho francês, e determinando a fixação no Porto de um crescente número de ingleses cujos interesses se ancoraram, em grande medida, no trato vinícola.

Quadro nº 61 - Exportação anual de produtos vînicos, em pipas, dos exportadores britânicos (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
1775	9832,27				1	
1776	19499,66					
1777	23218,88					15,05
1778	19740,07					
1779	13961,28			4		1
1780	14668,15		5	20,09		0,09
1781	11139,64		3			
1782	19156,74					1,05
1783	15512,71					0,5
1784	20175,93		1			
1785	18971,23					
1786	18350,85					
1787	27316,46		11,5			
1788	30720,5					
1789	31337,94	0,25				
1790	35085,36					
1791	32806,73					0,05
1792	40647,27	0,5				0,5
1793	22019,42					

1794	36582,5					
1795	34654,55					3,5
1796	25252,07					4,5
1797	15311,15					0,5
1798	34973,72					1
1799	34197,47					0,28
1800	33327,52					
Total	638 460,07	0,75	20,5	24,09	1	28,02

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os resultados apresentados para ano de 1775 estão desfocados da realidade, uma vez que se reportam às quantidades transacionadas apenas a partir do mês de julho, data de início da fonte compulsada, pelo que são dados parciais.

Na análise do quadro, merece destaque a discrepância existente entre a quantidade de pipas de vinho de embarque exportadas pelos ingleses, 638 460,07 pipas e os restantes produtos vînicos; vinho de lotação ($\frac{3}{4}$ de pipa), vinho de ramo (20,5 pipas), aguardente (24,09 pipas), cachaça do Brasil (uma pipa) e vinagre (28,02 pipas), que são valores muito pequenos. Este facto indicia uma clara especialização por produto vînico, neste caso o vinho de embarque e por destino geográfico das exportações dos mercadores ingleses, para o seu país de origem, o que não constitui surpresa.

O período que decorre desde o início do registo até 1781 pauta-se por um desempenho exportador menos significativo por parte dos ingleses. A partir do ano de 1782 inicia-se um ciclo de crescimento, embora ainda não consolidado, uma vez que há alguma desaceleração da exportação pela queda de valores, nomeadamente no período de 1783, e 1785-1786, sendo que este último ano marca a viragem para uma tendência de crescimento, que se manteve até 1800, ainda que contrariada episodicamente no ano de 1793, pela descida dos valores de exportação.

A quota de mercado alcançada pelas exportações dos ingleses, em relação ao único produto com expressão nos seus negócios, o vinho de embarque, comparada com a dos portugueses, apresenta uma acentuada diferença, uma vez que o valor atingido por aqueles (638 460,07 pipas) se multiplica 7,7 vezes em relação ao dos portugueses (83 274,37 pipas). Conclui-se que as exportações dos britânicos não sofreram qualquer efeito negativo associado à especialização num único produto vînico e que os portugueses apresentavam debilidades que os impediam de competir verdadeiramente pela captura de melhores oportunidades de negócio e de crescer acentuadamente nos mercados externos. Assim, os comerciantes nacionais não passaram de médios e

pequenos exportadores impreparados, face ao profissionalismo e à alocação de investimentos e recursos detidos pelos ingleses, que lhes permitiu garantir quotas de exportação muito mais elevadas.

Quadro nº 63 - Exportação anual de produtos vînicos dos mercadores britânicos, em pipas, por destino especificado (1775-1800)

Destino	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	221					
1777	100					
1780	100					
1790	1					
1798	20					
América Espanhola	67					
1796	67					
América Inglesa	9089,01			20,09		1,32
1775	4,81					
1776	155,33					
1777	140,5					
1778	334,25					
1779	747,75					1
1780	2080,25			20,09		0,09
1781	2,75					
1782	365,75					
1783	691,75					
1784	96,25					
1785	5,97					
1786	17,57					
1787	65,59					
1788	3,25					
1789	31,46					
1790	104,87					
1791	363,98					
1792	133,89					
1793	295,5					
1794	707,88					
1795	281,93					
1796	375					
1797	771,75					
1798	718,67					
1799	587,06					0,23
1800	5,25					
Angola	18					
1787	18					
Brasil	16,52	0,75	10			0,05
1787			10			

1788	1,5					
1789	2,5	0,25				
1790	0,83					
1791	0,25					0,05
1792	1	0,5				
1793	9,5					
1794	0,25					
1796	0,5					
1800	0,19					
Dinamarca	248,25					
1777	13,75					
1782	4					
1786	20					
1789	20					
1790	35					
1791	0,5					
1793	20					
1795	15					
1797	120					
Espanha	239,99					
1776	0,24					
1784	22					
1785	81					
1786	50					
1789	0,75					
1792	4,5					
1796	81,5					
França	321,63					
1782	0,25					
1784	122,25					
1785	0,74					
1787	30,14					
1788	1,5					
1792	1					
1793	0,5					
1794	165,25					
Holanda	503,59					
1777	2,37					
1778	127					
1779	41,5					
1780	0,25					
1783	38					
1784	68,25					
1785	11,47					
1786	5					
1787	4					
1788	2					
1789	12					

1790	4					
1791	6					
1792	15					
1793	80					
1794	86,5					
1798	0,25					
Inghilterra	551973,1		4	3	1	16,65
1775	8669,36				1	
1776	17832,66					
1777	20584,45					5,05
1778	17910,88					
1779	11260,59			3		
1780	12146,28					
1781	10681,89		3			
1782	16901,49					1,05
1783	11865,96					0,5
1784	15674,18		1			
1785	18306,74					
1786	17360,78					
1787	23933,84					
1788	28103,75					
1789	27689,11					
1790	31235,21					
1791	29435,44					
1792	37540,2					0,5
1793	18297,02					
1794	29713,84					
1795	29571,96					3,5
1796	20021,23					4,5
1797	13106,59					0,5
1798	29140,72					1
1799	25954,35					0,05
1800	29034,58					
Irlanda	68070,71					
1775	1099,84					
1776	1501,01					
1777	2327,28					
1778	1226,94					
1779	1243,25					
1781	307,25					
1782	1573,25					
1783	2502,5					
1784	4070					
1785	321,28					
1786	871,25					
1787	3172,5					
1788	2560,75					
1789	3576,23					

1790	3675					
1791	2977,37					
1792	2934,23					
1793	2939,25					
1794	5361,83					
1795	4057,5					
1796	4649,53					
1797	946,75					
1798	4595,33					
1799	5867,84					
1800	3712,75					
Itália	71,96					
1776	2					
1777	1					
1786	0,5					
1787	1,5					
1788	1					
1789	0,25					
1790	10					
1791	6,75					
1792	2,5					
1793	9,23					
1794	26					
1795	11,23					
Noruega	3702,02					
1775	57,49					
1778	132,75					
1779	656					
1780	257					
1781	135					
1782	292					
1783	250,75					
1784	48,5					
1785	201,03					
1793	328,5					
1794	288,5					
1795	111					
1798	65					
1799	878,5					
Rússia	97,39					10
1776	2					
1777						10
1785	12					
1787	0,14					
1789	0,25					
1794	6					
1795	10					
1796	24					

1797	43					
Suécia	1051,25					
1783	88,5					
1798	317,25					
1799	645,5					
Territórios Germânicos	2057,13		1,5			
1775	0,77					
1776	6,42					
1777	4,78					
1778	2					
1779	4,19					
1780	4					
1781	0,5					
1782	2,5					
1783	75,25					
1784	12,5					
1785	15					
1786	7,5					
1787	2		1,5			
1788	11,5					
1789	3,39					
1790	7,95					
1791	16,44					
1792	14,95					
1793	18,92					
1794	226,45					
1795	585,68					
1796	23,73					
1797	288,96					
1798	47,5					
1799	220,25					
1800	454					
Não identificado	316,75					
1777	44,75					
1779	7					
1782	0,75					
1784	62					
1785	16					
1786	12,25					
1787	88,75					
1788	35,25					
1789	2					
1790	11,5					
1793	21					
1799	15,5					
Outros	394,77		5	1		
1778	6,25					
1779	1			1		

1780	80,37		5			
1781	12,25					
1782	16,75					
1786	6					
1795	10,25					
1796	9,58					
1797	34,1					
1798	69					
1799	28,47					
1800	120,75					
Total	638 460,07	0,75	20,5	24,09	1	28,02

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os valores apurados no que concerne à exportação anual, distribuída por mercados de destino dos comerciantes ingleses, revelam que a Inglaterra se destaca em relação aos restantes mercados e assume-se como o principal cliente da exportação de vinho de embarque dos que operavam na cidade do Porto, como seria de esperar, onde foram colocadas 551 973,1 pipas, tendo-se identificado, em todos os anos do vertente estudo, expedição regular para este país, a partir da barra do Douro.

A Irlanda também contribuiu para um bom desempenho das exportações inglesas de vinho de embarque, enquanto segundo mercado geográfico com maior peso, demonstrando um apreciável dinamismo neste setor, pela aquisição de 68 070,71 pipas. O perfil do fluxo de exportação que converge para aí apresenta regularidade em todos os anos, apesar de contrariada pela ausência de valores em 1780.

A América Inglesa situou-se na terceira posição relativa enquanto mercado de destino das exportações dos ingleses (9 089,01 pipas). Apesar de ter recebido produtos vínicos em todos os anos deste estudo, apresenta acentuadas variações anuais, com perdas assinaláveis, seguidas de recuperações. O melhor ano para o fluxo exportador dos ingleses foi o de 1780 (2 080,25 pipas) e o pior foi o de 1781 (2,75 pipas). Por conseguinte, a irregularidade dos valores anuais sugere uma redução de competitividade deste mercado, para os exportadores ingleses.

A Noruega, em quarto lugar (3 702,02 pipas), rececionou o vinho de embarque exportado pelos ingleses durante catorze anos, mantendo-se ausente enquanto mercado para os produtos que compunham os seus negócios quase outros tantos (doze). Os restantes destinos ficaram aquém destes valores.

Pode concluir-se que existe uma grande oscilação no peso relativo de cada um dos mercados dos comerciantes ingleses, e que os seus negócios apresentam uma

elevada concentração dos esforços de exportação em dois destinos: a Inglaterra e a Irlanda. Por outro lado, constata-se uma especialização de produto uma vez que comercializaram apenas vinho de embarque, dadas as ínfimas quantidades transacionadas dos outros produtos vînicos.

Foram identificados 121 exportadores ingleses que ancoraram os seus interesses económicos na praça do Porto, em torno dos negócios vînicos, tal como consta do anexo nº 6 – Exportadores ingleses de produtos vînicos, em pipas, por destino (1775-1800). Apesar do seu número ser muito inferior ao dos portugueses, que ultrapassavam o milhar, enquanto os britânicos se ficaram por pouco mais de uma centena, os valores apurados não podem deixar de evidenciar o sucesso dos negócios que empreenderam, apesar de terem concentrado a sua atividade exportadora fundamentalmente em dois mercados geográficos: Inglaterra e Irlanda. Se por um lado a concentração pode ser um risco, neste caso foi um sucesso, uma vez que era aí que se encontrava a procura mais dinâmica e o maior potencial para escoar os produtos e assim assegurar uma evolução favorável da exportação. Estes fatores, aliados às condições necessárias que detinham para a expansão e consolidação dos seus negócios, nomeadamente apoio financeiro através de sociedades comerciais que constituíram (foram identificadas 23, tal como consta do anexo nº 6), cobertura de riscos, nomeadamente através de seguros e apoio da feitoria inglesa, multiplicaram por 7,7 vezes os resultados da sua exportação comparada com a dos portugueses, em muito maior número.

No sentido de inventariar e distinguir os comerciantes britânicos que mais exportaram, apresenta-se o quadro nº 64 com a lista dos vinte maiores, tendo por referência a expedição de vinho de embarque.

Quadro nº 64 – Vinte maiores exportadores britânicos de vinho de embarque, em pipas (1775-1800)

20 maiores exportadores brînicos	Vinho de embarque
Thompson Croft	37721,40
Campion Offley Hesketh	36528,34
Guilherme Warre	33286,87
João Searle	29950,95
Lambert Kingston	27961,03
Thomas Staford	24087,79
Perry Frend Nassau e Thompson	22335,15
Guilherme Warre & Cª	20963,31
Neuman Land e Hunt	20467,23

Bearsley Webb	20381,12
Offley Campion Hesketh & C ^a	18914,40
Guilherme Babington	18453,98
João Nevill	17562,14
Guilherme Campion	17508,10
Guilherme Brook	16946,36
Francisco Bearsley	16749,46
Harris Stafor e Filhos	16403,26
Thomas Lambert	16184,29
Diogo Brett	15822,37
Pennell e Smith	15270,72

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Destaca-se em primeiro lugar Thompson Croft, que exportou 37 721,40 pipas de vinho de embarque, em segundo lugar Campion Offley Hesketh que expediu 36 528,34 pipas, cerca de menos mil do que o primeiro e, em terceiro lugar Guilherme Warre que fez sair pela barra do Douro 33 286,87 pipas, valor este que demonstra uma descida que ronda as 3 000 pipas, situando-se todos os outros abaixo destes valores.

Se se compararem as quantidades exportadas pelos mercadores portugueses com os valores expedidos pelos britânicos, concluiu-se que os destes eram muito superiores e que o melhor português, distanciado dos restantes, corresponde a um exportador médio britânico. Todos os restantes melhores exportadores portugueses correspondem a pequenos exportadores britânicos.

Merece reparo a exportação de vinho de embarque para o Brasil feita pelos ingleses, ainda que não registre números significativos, atividade que lhes estava vedada por imperativo legislativo. É de salientar também que o monopólio do comércio exclusivo de todos os vinhos, aguardentes e vinagres nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, concedido à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro pelo § XIX da sua instituição⁴⁵⁸, os impedia de negociar com estas regiões, ainda que se deva ter em conta a perda desse privilégio aquando da chegada ao poder de D. Maria I.

⁴⁵⁸ ANTT – *Junta do Comércio*, Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, mc 70, cx. 224.

Quadro nº 65 – Exportação de produtos vînicos, em pipas, dos britânicos para o Brasil

Nome/Ano/Destino	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinagre
Guilherme Warre	0,5			
1790	0,5			
Baía	0,25			
Pernambuco	0,25			
Jerónimo Campion		0,5		
1792		0,5		
Rio de Janeiro		0,5		
João Allen	10,5		10	
1787			10	
Grão Pará e Maranhão			10	
1792	1			
Grão Pará e Maranhão	1			
1793	9,5			
Grão Pará e Maranhão	9,5			
João Baptista Campion	0,25	0,25		
1789		0,25		
Rio de Janeiro		0,25		
1794	0,25			
Rio de Janeiro	0,25			
José Perry	4,58			0,05
1788	1,5			
Pernambuco	1,5			
1789	2,5			
Baía	0,5			
Pernambuco	2			
1790	0,33			
Baía	0,33			
1791	0,25			0,05
Rio de Janeiro	0,25			0,05
Neuman Land e Hunt	0,19			
1800	0,19			
Rio de Janeiro	0,19			
Thomas Nash	0,5			
1796	0,5			
Baía	0,5			
Total	16,52	0,75	10	0,05

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Foram identificados sete mercadores que exportaram pequenas quantidades de produtos vînicos para a colónia brasileira. Tudo leva a crer que fossem destinados a

algum tipo de oferta e não ao comércio, tendo em conta a exiguidade dos valores e os custos inerentes à sua colocação naquele mercado, sem retorno possível através da comercialização. Importa mencionar que todas as exportações constantes do quadro ocorreram após a revogação do monopólio exclusivo da Companhia para todos os vinhos, aguardentes e vinagres através do alvará de 9 de agosto de 1777, já no reinado de D. Maria I.

Para colocar em perspetiva o movimento exportador dos ingleses e perceber quais os mercados geográficos mais importantes, através da identificação dos portos/cidades de destino e da sua relação com as quantidades expedidas, apresenta-se o quadro nº 66.

Quadro nº 66 - Exportação dos mercadores britânicos de produtos vînicos, em pipas, por destino especificado (1775-1800)

Destino	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	221					
América	221					
América Espanhola	67					
Santa Cruz	67					
América Inglesa	9089,01			20,09		1,32
Alexandria	605,75					0,23
Baltimore	511,5					
Beverly	4					
Boston	329,05					
Camp Verde	100,5					
Carolina	127					
Charleston	47,5					
Filadélfia	1833,65					
Marble	0,25					
Maryland	9					
Norfolk	32,25					
Nova Iorque	5020,34			20		1
Salem	7,25					
Terra Nova	210,47			0,09		0,09
Virgínia	92,75					
Wilmington	7					
América Inglesa	150,75					
Angola	18					
Angola	18					
Brasil	16,52	0,75	10			0,05
Baía	1,58					
Pernambuco	3,75					
Rio de Janeiro	0,69	0,75				0,05
Grão Pará e Maranhão	10,5		10			

Dinamarca	248,25					
Copenhaga	138,75					
Elseneur	109,5					
Espanha	239,99					
Barcelona	50					
Biscaia	0,24					
Cádiz	93					
Málaga	16,5					
Tenerife	80,25					
França	321,63					
Bordéus	0,25					
Dunkerque	122,25					
Lyorne	165,75					
Saint-Valery-en-Caux	1,74					
França	31,64					
Holanda	503,59					
Amesterdão	227,84					
Middelburg	38					
Ostende	237,75					
Inglaterra	551973,1		4	3	1	16,65
Aberdeen	1651,48					
Aldbrough	86,5					
Aldeburgh	33					
Alloa	20					
Arundel	46					
Ayr	24					
Barnstaple	64,75					
Belford	99,75					
Berwick	137,65					
Bristol	46354,47					0,3
Castletown	50					
Chepstow	2019,65					
Chester	1642,25					
Colchester	4979,17					
Dartmouth	1345,4					
Deal	16					
Dornoch	20					
Douglas	372					4
Dover	3884,75					5
Dumfries	537,45					
Dundee	254,5					
Duns	266					
Escócia	7439,15					
Exeter	306,18					
Exton	64,47					
Falmouth	2419,81					
Gibraltar	3446,67					
Glasgow	1651,01					

Gloucester	4181,73					
Greenock	8130,14					
Guernsey	23055,31					
Harwich	26,5					
Hastings	14					
Hoylake	2157,25					
Hull	48061,15					1
Ilha de Man	846,25					5
Inverness	385,25					
Ipswich	2816,5					
Jersey	503,75					
Kings Lynn	36751,92					
Kirkwall	20					
Lancaster	3039,26					
Leith	20572,66					
Liverpool	31484,86					1
Londonderry	1453					
Londres	192897,04					0,3
Lossiemouth	31					
Lynn	1					
Macduff	4					
Maldon	2355,98					
Milford	25					
Montrose	50,25					
Narford	0,49					
Newcastle	14313,48					
Newhaven	3454,53					
Newport	18					
Norwich	19					
Paddington	1					
Padstow	135,5					
Penzance	328,75					
Perth	282,68					
Plymouth	6792,53					0,05
Pool	42,5					
Poole	1413,72					
Portsmouth	4046,63		4			
Portsoy	226					
Rochdale	7					
Rochester	3887,82					
Scarborough	20					
Seaham	2					
Shanklin	6					
Shoreham	611,28					
Shotton	319,47					
Southampton	26833,1					
Southwold	59					
Stockton-on-Tees	641,5					

Sunderland	366,75					
Swansea	36,75					
Teignmouth	3,98					
Topsham	9735,21			3		
Truro	181					
Waterford	3					
Weymouth	745,91					
Whitby	305,25					
Whitehaven	470,9					
Wigtown	220,75					
Wisbech	221					
Woodbridge	198					
Yarmouth	17829,76				1	
York	97					
Irlanda	68070,71					
Belfast	4189,31					
Cork	7051,23					
Donegal	21					
Drogheda	44,25					
Dublin	46588,09					
Dundalk	128					
Galway	121,25					
Killybegs	87,78					
Limerick	1941,59					
Newry	2					
Sligo	1383,98					
Waterford	4506,29					
Irlanda	2005,94					
Itália	71,96					
Génova	71,71					
Nápoles	0,25					
Noruega	3702,02					
Bergen	2876,21					
Trondheim	710,56					
Noruega	115,25					
Rússia	97,39					10
Riga	3					
S. Petersburg	94,39					10
Suécia	1051,25					
Estocolmo	555,5					
Gotemburgo	495,75					
Territórios Germânicos	2057,13		1,5			
Altona	75,5					
Danzig			1			
Hamburgo	1591,63		0,5			
Rostock	229					
Stetin	161					
Não identificado	316,75					

Não identificado	316,75					
Outros	394,77		5	1		
Corsário francês				1		
Fora da barra	323,82					
Fragata Nau de guerra	0,5					
Nau de guerra	52,87					
Navegação	10					
Para a nau de guerra	5,5					
Para bordo	0,33					
Para gasto no mar	0,5					
Para gastos	0,25					
Para guarda costa			5			
Para o capitão	1					
Total	638460,07	0,75	20,5	24,09	1	28,02

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

A geografia do comércio externo dos ingleses distribui-se por dezoito destinos, onde sobressai a Inglaterra pelo número de portos/cidades identificadas (noventa) para a receção dos seus produtos, o que denota um desempenho assinalável dos exportadores, bem como uma grande capacidade em diversificar os mercados individuais, o que compensa os riscos inerentes à concentração da atividade exportadora fundamentalmente em apenas dois mercados geográficos: a Inglaterra e a Irlanda.

A cidade que mais se destacou foi Londres que recebeu 192 897,04 pipas, ou seja, recebeu quatro vezes mais do que a cidade de Hull para onde exportaram a segunda maior quantidade de pipas de vinho de embarque: 48 061,15. Outras cidades/portos de destino também importantes na receção da exportação dos britânicos foram, por ordem decrescente de importância: Bristol, 46 354,47 pipas; Kings Lynn, 36 751,92; Liverpool, 31 484,86; Southampton, 26 833,1; ilha de Guernsey, 23 055,31, Leith, 20 572,66; Yarmouth, 17 829,76, Newcastle, 14 313,48 pipas. Todas as outras cidades rececionaram valores abaixo das 10 000 pipas.

A Irlanda, considerada autonomamente em relação ao Reino Unido, pelas razões já aduzidas, assume particular dinamismo como o segundo maior mercado para a colocação de produtos vînicos, sobretudo vinho de embarque, por parte dos mercadores britânicos. Dos treze portos/destinos aí identificados, destacam-se quatro: Dublin para onde foram exportadas 46 588,09 pipas de vinho de embarque, Cork que rececionou

7 051,23 pipas, o que corresponde a cerca de sete vezes menos do que o destino anterior, Waterford (4 506,29 pipas) e Belfast (4 189,31 pipas).

A América Inglesa ocupou o terceiro lugar no que diz respeito às oportunidades de exportação aproveitadas pelos mercadores ingleses, ainda que os valores da quota aí colocada se tenha ficado por níveis marcadamente abaixo da Irlanda e sobretudo da Inglaterra. Foram assinalados dezassete portos/cidades de destino para a receção de vinho de embarque, sendo de destacar Nova Iorque (5 020,34 pipas) e Filadélfia (1 833,65 pipas). Os restantes destinos apresentam valores pouco significativos, abaixo das 1 000 pipas.

A Noruega, dada a quota de mercado das exportações inglesas (3 702,02 pipas), situou-se em quarto lugar, sendo de assinalar a cidade de Bergen para onde foram expedidas 2 876,21 pipas de vinho de embarque.

Os territórios germânicos, já muito distanciados dos mercados mais relevantes, ocuparam a quinta posição enquanto destino geográfico da exportação dos ingleses. Como destino individual destaca-se a cidade de Hamburgo para onde foram expedidas 1 591,63 pipas de vinho de embarque.

Tomando em consideração todos os dados apresentados, conclui-se que os mercadores ingleses concentraram a sua estratégia comercial, fundamentalmente, em dois mercados geográficos, como referido. Apesar de ser uma estratégia com pouca diversidade, trata-se de mercados pivot dado os assinaláveis ganhos de quota de exportação, muito por via do dinamismo e elevado potencial da procura aí existente em relação aos produtos vînicos (leia-se vinho de embarque) do Alto Douro, em boa parte consequência da conflitualidade quase constante entre a França e a Inglaterra que determinou a adaptação do gosto dos ingleses ao vinho exportado pelos seus concidadãos, a partir da barra do Douro.

No contributo dos mercados individuais para a elevada quota das exportações de vinho de embarque, destacaram-se fundamentalmente Londres (192 897,04 pipas) e Dublin (46 588,09 pipas).

Todos os restantes mercados geográficos e respetivos portos/cidades de destino, ofereceram um contributo pouco expressivo para a quota das exportações dos mercadores ingleses.

4.3.2.3 Exportadores de outras nacionalidades

Apesar do mercado dos produtos v nicos ser controlado acima de tudo pelos exportadores ingleses e portugueses, foram identificados mercadores de outras nacionalidades a operar na praça do Porto, ainda que sejam pouco significativos os valores envolvidos no seu fluxo exportador,   exceção do vinho de embarque.

Quadro n  67 - Exportação anual de produtos v nicos, em pipas, dos mercadores de outras nacionalidades (1775-1800)

Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
1775	475,5			13,49		1	
1776	908				1		40
1777	176,95						
1778	73,75			3,5	1,5		0,25
1779	971,27		0,5	0,25			0,25
1780	2822,31		5	2,5			0,59
1781	463,48	50	1,5				
1782	460,91		1,5	1,5			
1783	258,53		6,66				0,5
1784	537,65	16	3				0,55
1785	640,54		7,17				0,98
1786	304,21	0,5					
1787	471,09		0,5				0,28
1788	350,73	4					1
1789	368,66	0,5					
1790	860,74						60
1791	789,54		0,25				
1792	867,47						
1793	574,19		0,25				
1794	1162,25						
1795	1830,5						
1796	1245,31						
1797	1102,75		58				
1798	1378,65		171				6
1799	1624,19						5,75
1800	2789,25		13				0,7
Total	23 508,42	71	268,33	21,24	2,5	1	116,85

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Apesar da composição dos negócios dos exportadores de outras nacionalidades ser constituída por vinho de embarque, de lotação, de ramo, de “vinho”, de aguardente, de cachaça do Brasil e de vinagre, assinala-se o contributo da exportação deste primeiro produto como particularmente expressiva (23 508,42 pipas). Em contraste, os valores

que expediram, relativos aos restantes produtos v nicos, apresentam um contributo insignificante para a evolução da sua quota de exportação, dada a sua exiguidade.

A leitura da evolução das quotas de mercado alcançadas por estes exportadores demonstra que existem diferenças notórias que se podem agrupar por ciclos. Assim, assinalam-se vários períodos de crescimento: 1779-1780, destacando-se este último ano como o melhor para as transações destes comerciantes (2 822,31 pipas) e também toda a década de 1790, salientando-se 1800 como o segundo melhor ano de exportação (2 789,25 pipas). Os ciclos de contração ocorreram em 1777-1778, sendo de assinalar o valor deste último ano como o mais baixo de todo o período estudado (73,75 pipas) e ainda 1781-1789.

Quadro n  68 - Exportação anual de produtos v nicos, em pipas, dos mercadores de outras nacionalidades por destino (1775-1800)

Destino/Ano	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	74,25						
1794	1,5						
1795	0,25						
1796	0,25						
1798	70,5						
1799	1,75						
América Espanhola	1						
1789	1						
América Inglesa	1777,22		0,25				
1775	0,47						
1783	4,5						
1789	3						
1790	50						
1791	79,25		0,25				
1793	87						
1794	285,5						
1795	135,25						
1796	307,5						
1797	300,25						
1798	329						
1799	195,5						
Angola	2,5			12			20
1775				12			
1776							20
1796	0,5						

1797	1						
1798	1						
Brasil	23,05	4,5	10,19	9,24			91,73
1775				1,49			
1776							20
1778				3,5			0,25
1779				0,25			
1780				2,5			
1782	7		1,5	1,5			
1783	8,5		1,5				0,5
1784	1		1				0,55
1785	0,19		3,94				0,98
1786	0,5						
1787	0,5		0,25				
1788	0,25	4					1
1789	0,81	0,5					
1790	1						60
1791	0,75						
1792	0,05						
1793	0,75						
1795	1,25						
1796	0,25						
1798							6
1799	0,25						1,75
1800			2				0,7
Dinamarca	209,75		129				
1780	0,25						
1796	1						
1797	88						
1798	70,5		118				
1800	50		11				
Espanha	1		1				
1777	0,5						
1783			1				
1788	0,5						
França	3,64		0,25				
1776	0,02						
1777	0,34						
1783	0,09						
1785	0,19						
1787			0,25				
1790	0,25						
1792	2						
1794	0,75						
Holanda	222,83	50	27				
1775	1						
1778	1						
1780	8,64						

1781		50					
1783	4						
1784	14,5						
1785	6,19						
1786	2						
1787	0,5						
1789	0,5						
1790	0,25						
1791	1,5						
1792	3,25						
1794	57						
1797	120,5						
1798	1		27				
1800	1						
Inghilterra	17384,83		4		1,5		0,75
1775	408,47						
1776	780,47						
1777	171						
1778	64,75				1,5		
1779	959,64						0,25
1780	2284,5		3				0,5
1781	417,5						
1782	419,84						
1783	217,75						
1784	339,5						
1785	574,41						
1786	288						
1787	439,25						
1788	341						
1789	344,5						
1790	769,75						
1791	604,75						
1792	855						
1793	447						
1794	612						
1795	1035,25						
1796	442						
1797	299						
1798	645,25		1				
1799	1142,25						
1800	2482						
Irlanda	1451,75						
1775	40						
1776	103						
1778	4						
1779	2,25						
1780	20						
1781	22						

1782	16,5						
1783	1						
1784	98						
1785	20						
1787	21						
1789	6						
1790	19						
1791	102						
1793	6						
1794	55						
1795	92,5						
1796	312						
1797	99						
1798	136,5						
1799	210						
1800	66						
Itália	25,27						
1776	0,96						
1779	0,14						
1784	1						
1792	3,23						
1793	4,19						
1794	10						
1795	5,75						
Norte	1,5						
1777	1,5						
Noruega	525,5						
1780	483,5						
1784	40						
1800	2						
Rússia	242,73	6	60,5				0,09
1780			0,5				0,09
1784		6					
1785	4,23		2				
1786	0,25						
1788	0,25						
1795	63						
1796	80						
1797	93		58				
1798	2						
Suécia	4,44		1,73				
1779	0,5						
1781			0,5				
1785	0,19		1,23				
1792	1						
1793	2,5						
1797	0,25						
Territórios Germânicos	1517,27	0,5	33,41		1	1	4,28

1775	25,07					1	
1776	23,55				1		
1777	3,61						
1778	4						
1779	7,49		0,5				
1780	22,42		1,5				
1781	23,98						
1782	15,57						
1783	22,69		4,16				
1784	43,65		2				
1785	35,14						
1786	13,46	0,5					
1787	9,84						0,28
1788	8,73						
1789	12,85						
1790	20,49						
1791	1,29						
1792	2,94						
1793	26,75		0,25				
1794	140,5						
1795	497,25						
1796	101,81						
1797	101,75						
1798	94,75		25				
1799	69,44						4
1800	188,25						
Não identificado	1,49	10					
1775	0,49						
1779	1						
1784		10					
Outros	38,4		1				
1779	0,25						
1780	3						
1781			1				
1782	2						
1798	28,15						
1799	5						
Total	23508,42	71	268,33	21,24	2,5	1	116,85

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

A atividade económica desenvolvida pelos exportadores de outras nacionalidades ancorou-se, primordialmente, em quatro dos dezassete mercados geográficos onde estabeleceram relações comerciais, tendo em conta os seus níveis de exportação, (não contabilizando o “não identificado” e “outros”).

Analisando as quotas resultantes da atividade económica que mantiveram com os seus parceiros comerciais, assinalaram-se como as mais relevantes as que correspondem aos mercados geográficos da Inglaterra (17 384,82 pipas), América Inglesa (1 777,22 pipas), territórios germânicos (1517,27 pipas) e Irlanda (1451,71 pipas).

No que respeita aos restantes, assinala-se uma evolução pouco significativa das exportações aí colocadas, que se situam abaixo das mil pipas.

Quadro nº 69 – Distribuição dos exportadores e firmas de produtos vînicos, em pipas, de outras nacionalidades, por destino de exportação (1775-1800)

Nacionalidade/Destino/Nome	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
Francesa	5535,24	4	1				61
América	74,25						
Bernardo de Clamouse e Brown	74						
Domingos Brown & Cª	0,25						
América Inglesa	690,5						
Bernardo de Clamouse e Brown	690,5						
Brasil	2,75	4	1				61
Bernardo de Clamouse	0,5						
Bernardo de Clamouse & Cª		4					1
Bernardo de Clamouse e Brown	1,25		1				60
Domingos Brown	0,5						
João Luís de Laroque	0,5						
Espanha	0,5						
Jacques Paqueth	0,5						
França	0,55						
Bernardo de Clamouse e Brown	0,19						
Carlos Levasseur	0,36						
Holanda	2,39						
Bernardo de Clamouse e Brown	2						
Filipe Chabert	0,25						
João Mounier	0,14						
Inglaterra	4246,99						
Bernardo de Clamouse	132,47						
Bernardo de Clamouse & Cª	12						
Bernardo de Clamouse e Brown	4075,27						
Domingos Brown	12,25						
Domingos Brown & Cª	1						
João Mounier	14						
Irlanda	387						
Bernardo de Clamouse & Cª	185						
Bernardo de Clamouse e Brown	202						

Itália	0,73						
Lourenço Dubois	0,73						
Norte	1,5						
Jacques Leconte	1,5						
Territórios Germânicos	128,08						
Bernardo de Clamouse e Brown	127,99						
Filipe Chabert	0,09						
Hamburguesa	10884,14	60,5	46,94	17	1	1	3,21
América Espanhola	1						
Nicolau Köpke	1						
América Inglesa	966,47		0,25				
Amsink e Robinson	108,25						
Cristóvão Guerner	4						
Cristóvão Guerner & C ^a	48						
Manuel Guerner	720,5						
Nicolau Köpke	22,47		0,25				
Nicolau Köpke & C ^a	63,25						
Angola	2,5			12			
Manuel Guerner	2,5						
Nicolau Köpke				12			
Brasil	2,5	0,5	8,19	5			2,43
Cristiano Nicolau Köpke & C ^a	0,5						
Manuel Guerner			2				0,7
Nicolau Köpke	2	0,5	6,19	5			1,73
Dinamarca	10,5						
Amsink e Robinson	10,5						
França	0,75						
Nicolau Köpke & C ^a	0,75						
Holanda	32,69	50	27				
Amsink e Robinson	1						
Carlos Frederico Sprogel	6						
Cristóvão Guerner	14	50					
Manuel Guerner			27				
Nicolau Köpke	7,19						
Rodolfo Amsink	4,5						
Inglaterra	8320,63		2				0,5
Amsink e Robinson	633						
Carlos Frederico Sprogel	35						
Carlos Frederico Sprogel & C ^a	43						
Cristiano Nicolau Köpke & C ^a	19						
Cristóvão e Manuel Guerner	50						
Cristóvão Guerner	86						
Cristóvão Guerner & C ^a	2						
Manuel Guerner	331,5						
Nicolau e Joaquim Köpke	4						
Nicolau Köpke	4724,42		2				0,5
Nicolau Köpke & C ^a	949,75						
Rodolfo Amsink	1442,96						

Irlanda	727						
Amsink e Robinson	2						
Cristiano Nicolau Köpke & C ^a	18,5						
Cristóvão Guerner	83						
Manuel Guerner	362						
Nicolau e Joaquim Köpke	8						
Nicolau Köpke	138						
Nicolau Köpke & C ^a	112,5						
Rodolfo Amsink	3						
Itália	1,83						
Cristóvão Guerner & C ^a	0,5						
Nicolau Köpke	1,19						
Rodolfo Amsink	0,14						
Noruega	2						
Nicolau Köpke	2						
Rússia	19,73	2					
Cristiano Nicolau Köpke & C ^a	15						
Nicolau Köpke	4,73	2					
Suécia	3,75						
Nicolau Köpke	3,5						
Nicolau Köpke & C ^a	0,25						
Territórios Germânicos	791,05	7,5		1	1	0,28	
Amsink e Robinson	109,25						
Cristiano Nicolau Köpke & C ^a	48,5						
Cristóvão Guerner	28,47						
Cristóvão Guerner & C ^a	24						
Inácio António Henschell, filho	0,47				1		
Inácio e Pedro Henschell, filho e pai	0,5						
João Henschell	0,75	1					
José Severim	1			1			
Manuel Guerner	239,25						
Nicolau Köpke	103,11	5					0,28
Nicolau Köpke & C ^a	82						
Pedro Henschell	0,5						
Rodolfo Amsink	142,75	1,5					
Rodolfo Amsink & C ^a	10,5						
Não identificado	1,49	10					
Nicolau Köpke	0,49	10					
Rodolfo Amsink	1						
Outros	0,25						
Rodolfo Amsink	0,25						
Holandesa	6801,36	6	214,5	1,5			6,59
América Inglesa	119						
Daniel Bull	66						
Daniel Bull & C ^a	52						
Pedro e Arnaldo van Zeller	1						
Brasil	17			1,5			6,25

Daniel Bull & Cª							6
Francisco Bull							0,25
Pedro e Arnaldo van Zeller	9,5						
Pedro van Zeller	7,5			1,5			
Dinamarca	199,25		129				
Daniel Bull	51		11				
Daniel Bull & Cª	148		118				
Pedro van Zeller	0,25						
Espanha			1				
Pedro van Zeller			1				
França	2,25						
Daniel Bull	2						
João van Zeller & Cª	0,25						
Holanda	187						
Daniel Bull	1,5						
Daniel Bull & Cª	177,5						
João van Zeller	2						
Pedro e Arnaldo van Zeller	4						
Pedro van Zeller	2						
Inglaterra	4643,82		1				0,25
Bartolomeu João Bull	20						
Daniel Bull	2522,73						
Daniel Bull & Cª	1453,5						
Francisco Bull	53						
João van Zeller	76						
Pedro e Arnaldo van Zeller	170,75		1				0,25
Pedro van Zeller	342,84						
Van Zeller & Cª	2						
Van Zeller e Dresque	3						
Irlanda	278						
Daniel Bull	185						
Daniel Bull & Cª	65						
Francisco Bull	12						
Pedro e Arnaldo van Zeller	16						
Itália	7,5						
Daniel Bull & Cª	7,5						
Noruega	523,5						
Daniel Bull	483,5						
Francisco Bull	40						
Rússia	223	6	58,5				0,09
Daniel Bull	80	6	58				
Daniel Bull & Cª	143						
Pedro e Arnaldo van Zeller			0,5				0,09
Suécia	0,19						
Daniel Bull	0,19						
Territórios Germânicos	565,7		25				
António van Zeller	0,5						
Daniel Bull	205,05						

Daniel Bull & Cª	336,81		25				
Francisco Bull	1,87						
Pedro e Arnaldo van Zeller	0,5						
Pedro van Zeller	9,84						
Van Zeller e Dresque	11,13						
Outros	35,15						
Daniel Bull	2						
Henrique e António van Zeller	30,65						
Van Zeller & Cª	2,5						
Italiana	91,51		1				2,05
Brasil	0,05		1				2,05
Augusto de Lodovico Time	0,05						
Jerónimo Rossi							1,75
João Baptista Fontana			1				0,3
Holanda	0,25						
João Baptista Fontana	0,25						
Inglaterra	56,5						
Fontana Gomes e Fontana	2						
Fontana Irmãos e Rosse	20						
João Baptista Fontana	23,5						
João Baptista Fontana & Cª	11						
Itália	14,71						
Jerónimo Rossi	0,48						
João Baptista Fontana	10,23						
Zignano Izolla & Cª	4						
Territórios Germânicos	20						
João Baptista Fontana	20						
Não identificada	196,17	0,5	4,89	2,74	1,5		44
América Inglesa	1,25						
João Brunhie	1,25						
Angola							20
Não identificado							20
Brasil	0,75			2,74			20
Higinio Somois				0,25			
João Tomás Gautier	0,75						
O Capitão do Navio				1			
Oficiais do dito navio				1			
Não identificado				0,49			20
Espanha	0,5						
Julião Tomasine	0,5						
França	0,09		0,25				
Capitão Glier			0,25				
Salvador Torelle	0,09						
Holanda	0,5						
Francisco Beckett e Christóvão Sehlegel	0,25						
Luís Bovet	0,25						
Inglaterra	116,89		1		1,5		

João Brunhie	7,5						
João Callahan	2						
João Westsor e outros	0,39						
Jorge Lendssay					1,5		
Pennok Ward	69						
Roberto Barlou			1				
Não identificado	38						
Irlanda	59,75						
Diogo Cadaman	3						
João António Patrone	38						
João Brunhie	0,5						
João Callahan	16						
Simão Brunhm	0,25						
Tomás Baynn	2						
Itália	0,5						
Francisco Luís Loromier	0,5						
Suécia	0,5		1,73				
Capitão Pedro Frenstrom	0,5						
Daniel Schellir			1,23				
Lourenço Estron			0,5				
Territórios Germânicos	12,44	0,5	0,91				4
Capitão Bouveoffe	0,09						
Capitão Huestje Fookler	0,61						
Cristian Henrick Ruther	0,6						
Francisco Ridel	0,65						
Geraldo van Hak							4
João Abraão Winter	1						
João Cristóvão Sohlegel			0,16				
Joaquim Glezuig			0,25				
José Bautsch	0,56						
José Henell	2	0,5					
Oluff Pedro Rucebeeses	0,25		0,5				
Pedro Iurgensen	0,25						
Trausque	0,24						
Trausque & Cª	0,19						
Não identificado	6						
Outros	3		1				
João Whicoal	3						
Para o Corsário Espanhol			1				
Total	23 508,42	71	268,33	21,24	2,5	1	116,85

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Os níveis de exportação dos mercadores de outras nacionalidades em que se incluem os hamburgueses, holandeses, franceses, italianos e nacionalidade não identificada, permitem perspetivar a sua capacidade de adequação aos mercados de

exportação, sendo que as nacionalidades mais ativas na diversificação destes foi a holandesa (catorze), seguida da hamburguesa (treze), da não identificada (doze), da francesa (onze) e da italiana (quatro).

Os mercados geográficos com maior peso nas exportações dos holandeses foram: a América Inglesa (6 801,36 pipas), seguida da Inglaterra (4 643,82 pipas), dos territórios germânicos (565,7 pipas), da Noruega (523,5 pipas), sendo os restantes pouco relevantes, dado os totais rececionados.

A geografia da exportação hamburguesa teve como enfoque: a Inglaterra (8 320,63 pipas), a América Inglesa (966,47 pipas) e os territórios germânicos (791,05 pipas). Os restantes mercados geográficos contribuíram com quantidades muito exíguas para a construção da quota destes exportadores.

Os mercadores de nacionalidade não identificada contrastam com os exportadores holandeses e hamburgueses pela redução dos valores relativos que movimentaram, apesar de terem pulverizado a sua atividade por doze mercados de exportação, a que não corresponde uma evolução positiva do volume aí transacionado. Assinalam-se, como principais destinos, apesar das quantidades exíguas, a América Inglesa (196,17 pipas) e a Inglaterra (116,89 pipas).

A atividade exportadora dos franceses registou uma expressão moderada, tendo sido identificados como principais mercados para a sua exportação a Inglaterra (4 246,99 pipas), a América Inglesa (690,5 pipas) e a Irlanda (387). Os restantes têm uma relevância diminuta na construção da quota exportadora destes mercadores.

A comunidade italiana, ancorada na exportação de produtos vînicos, foi não só pouco numerosa, como teve um desempenho pouco assinalável pelo volume das suas transações nos mercados externos. O principal destino geográfico que acolheu o fluxo exportador dos seus comerciantes foi a Inglaterra (56,5), sendo ínfimos os valores rececionados pelos restantes mercados.

Merece reparo que, apesar da interdição legislativa do comércio de estrangeiros com o Brasil, todas as comunidades que constituem os mercadores de outras nacionalidades se envolveram no escambo de negócios vînicos com a colónia portuguesa, ainda que as quantidades assinaladas sejam pouco expressivas. No caso dos holandeses, destaca-se Daniel Bull & C^a pela transação de seis pipas de vinagre e Pedro e Arnaldo van Zeller que comercializaram 9,5 pipas de vinho de embarque. Os hamburgueses também exportaram pequenas quantidades, destacando-se Nicolau KopKe pela diversidade de produtos: duas pipas de vinho de embarque, ½ pipa de vinho

de lotação, 6,19 pipas de vinho de ramo, cinco de “vinho” e 1,73 de vinagre. Salienta-se que os irmãos Kopke: Joaquim e Nicolau solicitaram a matrícula de comerciantes à Junta do Comércio que manifestou dúvidas acerca de tal concessão a 30 de abril de 1776, argumentando que aqueles tinham casa de negócio no Porto e navios próprios para comerciar com o Brasil e não só, uma vez que o faziam também com reinos estrangeiros. Gozavam de privilégios inerentes à sua condição de cidadãos hamburgueses, pois faziam tramitar as suas causas nesta conservatória, sobretudo Joaquim Kopke, enquanto cônsul. Já quando lhes interessava usufruíam do privilégio de nacionais, pois embora fossem filhos de pai hamburguês, eram naturais do Porto. A Junta do Comércio considerou que Nicolau Kopke devia desistir do privilégio da nação hamburguesa e Joaquim Kopke devia permanecer inabilitado, enquanto comerciante, durante o mandato de cônsul. Não parece que este parecer tenha sido tido em conta, uma vez que Nicolau Kopke foi eleito como vice-provedor e intendente dos vinhos de embarque da Companhia das Vinhas do Alto Douro, por provisão régia⁴⁵⁹.

A comunidade de italianos ancorados nos negócios vînicos a operar na cidade do Porto também se envolveu na exportação para o Brasil, bem como os mercadores de nacionalidade não identificada e os franceses. Os valores movimentados são exíguos, sendo de salientar o caso do que parece ser uma sociedade constituída pelo francês Bernardo de Clamouse & Brown que exportou para aquela colónia uma pipa e um quarto de pipa de vinho de embarque, uma de ramo e 60 de vinagre. As quantidades envolvidas são pouco significativas, pelo que o retorno retirado da sua comercialização será proporcionalmente reduzido, depois de pagos todos os custos até à sua colocação junto do consumidor brasileiro. Por outro lado esta exportação reveste-se de um carácter episódico, pelo que se aventa a hipótese de não se tratar de negócios.

Adicionalmente foi possível identificar, através da informação compulsada, os portos/cidades de destino, ou seja, os mercados individuais para a exportação dos produtos vînicos dos mercadores de outras nacionalidades.

⁴⁵⁹ ANTT – *Junta do Comércio*, liv. 117, fl. 150-151.

Quadro nº 70 – Exportação dos produtos vnicos, em pipas, dos mercadores de outras nacionalidades por destino especificado (1775-1800)

País/Cidade	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
América	74,25						
América	74,25						
América Espanhola	1						
Baía de Honduras	1						
América Inglesa	1777,22		0,25				
Alexandria	22						
Baltimore	338,25						
Boston	299,25						
Carolina	1						
Charleston	55						
Filadélfia	404,75						
New England	0,47						
Norfolk	434,75						
Nova Iorque	178,5						
Terra Nova	3,25						
Virnia	40						
América Inglesa			0,25				
Angola	2,5			12			20
Luanda	0,5						
Angola	2			12			20
Brasil	23,05	4,5	10,19	9,24			91,73
Baía	0,86		1,97	3,99			7,23
Grão Pará e Maranhão	18	4					1
Pernambuco	2,25		5,75	2,25			1
Rio de Janeiro	1,94	0,5	2,47	3			82,5
Dinamarca	209,75		129				
Copenhaga	209,75		129				
Espanha	1		1				
Corunha	0,5						
Ferrol	0,5						
Granada			1				
França	3,64		0,25				
Dunkerque	2						
Lyorne	0,75						
Rouen	0,09		0,25				
Saint-Valery-en-Caux	0,21						
França	0,59						
Holanda	222,83	50	27				
Amesterdão	216,83	50	27				
Den Burg	6						
Inglaterra	17384,83		4		1,5		0,75

Aberdeen	4,75						
Belford	36,25						
Bristol	1444		1				0,25
Chester	10						
Colchester	12						
Dover	59,22						
Dundee	3,5						
Edimburgo	16						
Escócia					1,5		
Exton	21						
Falmouth	6,5						
Gibraltar	23,23		1				
Gloucester	16,5						
Greenock	403						
Guernsey	1501,75						
Harwich	2						
Hoylake	13						
Hull	1227,47						
Ilha de Man	88						
Ipswich	85						
Kings Lynn	232						
Lancaster	4						
Leith	207,75						
Liverpool	2356,23						
Londres	7881,4		2				0,5
Maldon	91,5						
Newcastle	172,75						
Plymouth	131						
Poole	20,89						
Portsmouth	212,25						
Rochester	125						
Southampton	323,39						
Sunderland	5						
Topsham	156,5						
Torbay	50						
Weymouth	1						
Wisbech	46						
Yarmouth	395						
Irlanda	1451,75						
Belfast	40						
Cork	402,5						
Dublin	675,25						
Galway	36						
Limerick	29						
Sligo	199						
Waterford	44						
Irlanda	26						
Itália	25,27						

Génova	25,27						
Norte	1,5						
Norte	1,5						
Noruega	525,5						
Trondheim	483,5						
Noruega	42						
Rússia	242,73	6	60,5				0,09
Arcangel		6					
Königsberg	54		58				
Riga	11,25		0,5				0,09
S. Petersburgo	177,48		2				
Suécia	4,44		1,73				
Estocolmo	3,25		1,23				
Suécia	1,19		0,5				
Territórios Germânicos	1517,27	0,5	33,41		1	1	4,28
Danzig	3,75						
Emden	14						
Hamburgo	1492,52	0,5	33,16		1	1	4,28
Stetin	7		0,25				
Não identificado	1,49	10					
Não identificado	1,49	10					
Outros	38,4		1				
Bordo da nau	2						
Bordo do navio	11,25						
Fora da barra	22,15						
Fragata Nau de guerra	3						
Navegação			1				
Total	23 508,42	71	268,33	21,24	2,5	1	116,85

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

O mercado mais relevante para a exportação dos mercadores de outras nacionalidades foi a Inglaterra, uma vez que aí colocaram a maior quota de vinho de embarque, o único produto com expressão nas suas transações e onde também foi identificado o maior número de mercados individuais, consubstanciado em 38 cidades/portos de destino. Salienta-se, como exceção, o movimento exportador da comunidade holandesa que foi maioritariamente direcionado para a América Inglesa, onde foram identificados doze mercados individuais, o que coloca este destino geográfico em segundo lugar, não obstante os valores de receção serem bastante inferiores aos que foram colocados em Inglaterra.

De entre as cidades para onde os mercadores de outras nacionalidades direcionaram a sua exportação destacam-se: Londres (7 881,4 pipas); Liverpool

(2 356,23 pipas); Bristol (1 444 pipas); a ilha de Guernsey (1 501,75); Hull (1 227,47 pipas) e na América Inglesa: Norfolk (434,75); Filadélfia (404,75 pipas); e Baltimore (338,25 pipas).

Pelo número de destinos individuais referenciados na receção da exportação destes comerciantes, a Irlanda foi o terceiro mercado geográfico mais importante, sendo os portos de destino mais relevantes: Dublin (675,25 pipas) e Cork (402,5 pipas)

A França situa-se em quarto lugar pelo número de mercados individuais (cinco), embora as quantidades exportadas individualmente para cada um deles não apresentem qualquer relevância.

Ex aequo com quatro mercados individuais de receção destaca-se: o Brasil, onde se salienta o Grão Pará e Maranhão para onde foram exportadas 18 pipas, a Rússia, onde sobressai S. Petersburgo (177,48) e os territórios germânicos, onde se evidencia Hamburgo (1 492,52 pipas).

Conhecidos que estão os tipos de vinho comercializados sob a tutela da Companhia das Vinhas do Alto Douro pelas diferentes comunidades de mercadores ou pela própria Instituição, importa agora perceber qual deles é afinal o tão apreciado “Port” ou “Port Wine” que os britânicos não dispensavam após o jantar.

Na opinião de Gaspar Martins Pereira, o termo “vinho do Porto” tem uma utilização restrita na documentação portuguesa do século XVIII, o que efetivamente se constata pela fontes por nós compulsadas, em que não existe qualquer referência àquela designação. Já na documentação inglesa para a mesma época se verifica o inverso, uma vez que são recorrentes as expressões “Port” ou “Port Wine”. Estas têm como correspondência, na documentação portuguesa do mesmo período, as designações de “vinho fino”, “vinho de feitoria” e “vinho de embarque”.

Tendo em conta as diferentes categorias e classificações dos vinhos, são referenciados três grandes tipos após a instituição da Companhia das Vinhas do Alto Douro, de acordo com as demarcações feitas na região do Douro e outra legislação pombalina. São eles: o vinho de feitoria ou de embarque, que é equivalente ao vinho do Porto, o vinho separado ou de embarque para o Brasil e Báltico, que poderá considerar-se como equivalente a vinho do Porto de qualidade inferior e vinho de ramo que equivalia a vinho de consumo corrente para abastecer as tavernas da cidade do Porto e do Douro. É ainda de assinalar que, qualquer destes tipos de vinho, mas sobretudo o primeiro e o último se subdividiam em diferentes categorias de acordo com a

demarcação⁴⁶⁰, mas também com a classificação que lhes era atribuída, anualmente, pelos provadores da Companhia. Nesta perspetiva, o vinho de embarque podia ser de primeira ou de segunda qualidade, o que implicava a prática de diferentes preços para cada uma, bem como a sua alocação a destinos diversos. Em suma, quando surge a designação de “vinho de primeira qualidade” ou “vinho de embarque” ou “vinho de feitoria”, isso significa que se trata de vinho do Porto que, como se viu, era maioritariamente exportado para Inglaterra.

Em relação ao vinho de lotação, este era resultante da mistura de vinhos oriundos de colheitas de diferentes anos ou de diferentes categorias, tipos de vinho ou lotas, mas só de primeira e segunda qualidades de embarque, dado que era absolutamente proibido lotar vinho de embarque com vinho de ramo, o que acarretava severas punições para os infratores que incorressem em tal falta⁴⁶¹.

Passando em revista o que foi expendido ao longo do capítulo, há vários aspetos a reter. Ressalta desde logo a aspiração dos comerciantes em alijar o fardo da estigmatização social que sobre eles pendia e que foi combatido por legislação régia do século XVIII, com especial enfoque nas medidas pombalinas que visaram promover o prestígio e a capacidade técnica deste grupo sócio-profissional. Os próprios mercadores, nomeadamente os da região norte, e da sua capital em particular, a cidade do Porto, forjaram oportunidades com vista ao mesmo fim, desde o acesso às ordenanças, aos cargos municipais e aos de outras instituições prestigiantes como a Misericórdia, não divergindo da restante burguesia nacional em aproveitar as portas de acesso à mobilidade social que lhe foram franqueadas, entre elas a participação nos capitais das companhias por ações, nomeadamente nos da Companhia das Vinhas do Alto Douro que atraiu à sua direção elementos das melhores famílias da urbe portuense, o mesmo ocorrendo com a Real Companhia das Pescas do Algarve que chamou a si, por iniciativa

⁴⁶⁰ De acordo com a demarcação, as vinhas eram classificadas para “vinho de feitoria”, (o mesmo seria dizer para vinho do Porto), ou para “vinho de ramo”, (que equivalia a vinho de mesa), sendo que os vinhos provenientes de umas não se podiam misturar com as oriundas das outras e nas adegas de “vinho de feitoria” era totalmente proibida a entrada de “vinho de ramo” e vice-versa.

⁴⁶¹ PEREIRA, Gaspar Martins – “Na Infância de um Grande Vinho: entre o ‘Vinho de Pé’ e o ‘Port Wine’”. In *A Festa (Comunicações ao VIII Congresso Internacional “A Festa”...* p. 545-555. Pode consultar-se ainda a este propósito, do mesmo autor: – *A região do vinho do Porto – origens e evolução de uma demarcação pioneira*. “Douro – Estudos e Documentos”, nº I, Primavera 1996. Porto: GEHVID, p. 177-194; – *Um vinhedo milenar, um vinho universal*. In *Enciclopédia dos Vinhos do Porto e Douro*. Lisboa: Ed. Chaves Ferreira, 1998, p. 36-37; – *Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia*. “Douro – Estudos e Documentos”, nº 5, Primavera 1998. Porto: GEHVID, p. 161-175; – *A evolução das técnicas vitivinícolas no Douro oitocentista*. In *Os vinhos licorosos e a história*. “Actas do Seminário Internacional “Os vinhos licorosos e a história””. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 225-237.

pombalina, os melhores mercadores da cidade do Porto para promover a pesca da sardinha no Algarve e a sua venda no norte do país, o que se revelou um projeto mal gizado, com graves repercussões entre os que se viram envolvidos.

As diferentes comunidades que ancoraram os seus interesses económicos na cidade do Porto e tinham os produtos vínicos na composição dos seus negócios, eram tutelados pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, sendo que a mais numerosa, como seria de esperar, era a dos portugueses, seguida pela inglesa, com ancestrais raízes no país, forjadas no escopo dos vários tratados anglo-portugueses.

No espaço nacional, os produtos transacionados, sob a tutela daquela Instituição, foram: o vinho de embarque, o de lotação, o de ramo, o “vinho” (sem designação), a aguardente e o vinagre. Concluiu-se que as melhores oportunidades de negócio, que ocorreram neste mercado, resultaram da maior procura de vinho de embarque, situando-se o de ramo em segundo lugar. Em relação aos outros produtos, as vendas apresentaram uma diminuição muito acentuada face ao valor da quota atingida pelo produto mais solicitado.

O número de mercadores portugueses envolvidos no mercado interno foi muito elevado, ultrapassando o milhar, ainda que alguns nomes possam ter sido duplicados ou mesmo triplicados em consequência da metodologia de registo que, por falta de uniformidade na utilização de patronímicos, abriu a possibilidade referida. Na composição dos seus negócios foi identificado o vinho de embarque, o de lotação, o de ramo, o “vinho”, a aguardente e o vinagre. O produto que mais comercializaram foi o vinho de ramo, seguido do vinho de embarque, com uma diferença de cerca de 2 500 pipas. O terceiro e quarto produtos mais transacionados pelos mercadores nacionais, não obstante a exiguidade de valores, foi a aguardente e o vinagre. Para os restantes: “vinho” e vinho de lotação, foram assinaladas quotas com valores irrisórios.

No que diz respeito ao interesse no universo do trato vínico, concluiu-se que este foi bastante transversal no que concerne à sociedade portuguesa de setecentos, dado que foram identificados intervenientes oriundos do clero, regular e secular, da fidalguia, do exército, com identificação de várias patentes, letrados e bacharéis, destacando-se ainda a intervenção de mulheres, algumas das quais constituíram sociedades comerciais com os filhos, após a morte dos maridos, usando a designação de “viúva” a anteceder o nome da firma.

Os agentes portugueses diversificaram os mercados para o trato vínico em que se envolveram, no entanto é a cidade de Lisboa que se destaca, não só pela regularidade na receção, mas também pela maior quota aí comercializada de todos os produtos vínicos.

A segunda comunidade mercantil mais numerosa a operar na cidade do Porto foi a inglesa que, organizada em torno da feitoria britânica prosperou, ancorando os seus interesses em torno dos negócios vínicos. Não obstante ser a segunda mais numerosa de entre as que se dedicaram ao trato no espaço nacional, os seus efetivos eram pouco mais de uma centena, por conseguinte muito abaixo do número identificado para a comunidade portuguesa. Os produtos que comercializaram foram: o vinho de embarque, que se destaca maioritariamente dos restantes produtos, o vinho de ramo, o “vinho” e a aguardente, com valores muito reduzidos. Perante o valor da quota que alcançaram para cada produto, concluiu-se que o mercado interno português não os interessou sobremaneira, pelo que o deixaram para os nacionais, sobretudo se se compararem estes valores com os da sua exportação, que atingiu patamares muito mais significativos. Os destinos que elegeram para transacionar os seus produtos foram menos diversificados do que os escolhidos pelos portugueses, porém ambas as comunidades selecionaram Lisboa como o principal mercado para as suas expedições.

Apesar de as comunidades portuguesa e britânica serem as mais numerosas, outras há a operar no mercado nacional que merecem destaque pelo contributo que deram ao dinamismo da economia, ainda que em menor dimensão. É o caso da hamburguesa que comercializou, acima de tudo, vinho de embarque e selecionou Lisboa como o mercado mais importante, a francesa também pouco numerosa, com a mesma orientação nos negócios que implementou, bem como a holandesa e a italiana, sendo que esta manifestou maior interesse pela comercialização de vinho de ramo, o mesmo acontecendo com os mercadores de nacionalidade não identificada que, no entanto, mantiveram o seu interesse pela cidade de Lisboa, que elegeram como principal mercado.

A exportação dos produtos da instituição da Companhia era tutelada por esta, quer fosse desenvolvida pelos mercadores nacionais ou estrangeiros. Os produtos que compunham o fluxo exportador eram o vinho de embarque, o vinho de embarque do Brasil, o vinho de lotação, o “vinho”, a aguardente, a cachaça do Brasil e o vinagre. A maior quota de exportação coube ao vinho de embarque, que foi seguida pela do vinho de ramo. Em relação aos outros produtos, as exportações apresentaram uma diminuição

acentuada face aos valores daquele, assinalando-se para a cachaça do Brasil a quota com menor valor.

Os mercados de exportação situaram-se na Europa, América, Ásia e África. No continente europeu destacou-se a Inglaterra como o mercado de excelência para o vinho de embarque, a Irlanda para o vinho de embarque do Brasil e os territórios germânicos para a cachaça do Brasil. No continente americano, destacou-se o Brasil, como o principal mercado para o vinho de lotação, o de ramo, o “vinho”, a aguardente e o vinagre.

No que diz respeito à exportação dos mercadores portugueses, concluiu-se que o produto que mais comercializaram foi o vinho de embarque, seguido pelo vinho de ramo que, apesar de se situar em segundo lugar, apresenta uma quota com valores muito inferiores aos atingidos pelas transações do vinho de primeira qualidade. Comparando o valor da quota deste com a alcançada no mercado doméstico para o mesmo produto, ficou claro que o vinho de embarque foi maioritariamente colocado nos mercados externos, enquanto o vinho de ramo obteve a liderança no território nacional. Os restantes vinhos apresentaram valores residuais, bem como a aguardente. Já o vinagre atingiu uma quota próxima do vinho de ramo, o produto expedido em segundo lugar, tendo em conta os valores alcançados.

O número identificado para os exportadores portugueses foi muito elevado, situando-se acima do milhar. A maior parte tinha negócios com o Brasil, sendo de supor que muitos deles seriam lavradores e proprietários de vinhas no Alto Douro, que para ali exportavam pequenas quantidades.

Os principais destinos para o seu fluxo exportador foram: a Inglaterra onde colocaram, acima de tudo, o vinho de embarque, tendo-se destacado a cidade de Londres como o principal destino, a Irlanda para onde enviaram a maior parte do vinho de embarque do Brasil, destacando-se a cidade de Dublin e para o território brasileiro o vinho de lotação, o “vinho”, o vinho de ramo, a aguardente e o vinagre.

No que diz respeito à exportação dos britânicos, foi identificada uma enorme diferença entre o valor da quota de vinho de embarque e a referente aos outros produtos vînicos que comercializaram, tais como vinho de lotação, vinho de ramo, aguardente, cachaça do Brasil e vinagre. Comparando a quota de exportação que alcançaram para o vinho de embarque com a que foi identificada para os portugueses relativamente ao mesmo produto, conclui-se que a dos britânicos é muito superior e que o maior exportador nacional, bastante distanciado de todos os outros, corresponde a um

exportador britânico médio e que os restantes exportadores portugueses correspondem a pequenos exportadores britânicos.

No que concerne à exportação dos mercadores de outras nacionalidades, em que se incluem hamburgueses, holandeses, franceses, italianos e mercadores de nacionalidade não identificada, destaca-se o vinho de embarque como o produto mais importante na composição dos seus negócios, sendo que todos os restantes produtos tiveram um papel pouco significativo na construção de quotas de exportação. Os mercados mais importantes para onde enviaram os seus produtos foram a Inglaterra, a América Inglesa, os territórios germânicos e a Irlanda.

Com efeito, após a leitura comparada das quotas concernentes aos mercadores que compunham as diferentes comunidades que ancoraram a sua atividade nos negócios vînicos e que contribuíram com o seu dinamismo para o engrandecimento da urbe portuense, na segunda metade de setecentos, conclui-se que a liderança na obtenção das melhores oportunidades de comércio coube aos britânicos, que revelaram a capacidade de consolidar os seus negócios a partir da cidade do Porto, evidenciando dinâmicas de investimento e de crescimento, apesar das vicissitudes que enfrentaram, nomeadamente com a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, que nunca aceitaram. Os portugueses, por seu turno, nunca conseguiram garantir quotas comparáveis ao desempenho daqueles por falta das condições necessárias para a expansão e consolidação dos seus negócios, pese embora todo o esforço feito para os dotar das capacidades técnicas e profissionalizantes que lhes permitisse crescer e internacionalizar a sua atividade comercial.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo do presente estudo foi analisada a situação económica vivida em Portugal na segunda metade do século XVIII, tendo sido enfatizadas as dificuldades por que passava o setor produtivo e comercial, e elencadas as coordenadas de mudança com vista a solucionar o quadro de pusilanimidade económico-social vigente.

A Junta do Comércio que tinha a seu cargo a coordenação das atividades comerciais, viria a revelar algumas debilidades, nomeadamente no que concerne à cidade do Porto, uma vez que os mercadores aí ancorados sofreram deliberações discriminatórias, nomeadamente no que diz respeito à habilitação para início de atividade, uma vez que só podiam abrir loja se possuíssem a experiência de seis anos de caixeiro em Lisboa, pois a adquirida no Porto não era reconhecida. Por conseguinte, a entidade reguladora, composta na sua maioria por mercadores da capital, ainda que houvesse dois deputados a representar a cidade do Porto, mas que manifestamente não tinham peso, afastou a concorrência pois evitou a entrada de novos elementos na atividade comercial, desenvolvida na segunda praça do reino.

O arbítrio de questões cíveis entre comerciantes, nomeadamente no que diz respeito a falências arrastavam-se nas mãos da Junta do Comércio, pondo a nu a sua incapacidade nesta matéria, ainda que a falta de documentos escritos e de livros de contas prejudicasse o andamento dos processos. Os mercadores do Porto não puderam usufruir de benefícios e indultos que o rei concedia aos falidos de boa-fé, através do alvará de 13 de novembro de 1756, uma vez que só eram concedidos aos mercadores de Lisboa.

A concessão de monopólios, privilégios exclusivos, benesses e financiamentos pelo Estado, através da Junta do Comércio, não alavancou a produtividade como esperado, antes pelo contrário, favoreceu o marasmo pela anulação da concorrência. Por outro lado, o regulador não fiscalizou de forma eficaz, como lhe competia, o cumprimento das contrapartidas, tal como a obrigatoriedade do ensino de aprendizes ou a revelação do segredo de fabrico na Junta do Comércio. Não obstante o habitual incumprimento, não houve lugar a sanção. Esta realidade melhorará no reinado de D. Maria I, não só no que aos privilégios e monopólios diz respeito, mas também aos financiamentos de privados, uma vez que o Estado deixou de ser concebido como

agente económico determinante e privilegiado e perdeu o seu carácter tão inteiramente interventivo em favor dos agentes económicos individuais.

A criação da Aula do Comércio pelo alvará de 18 de maio de 1759 veio colmatar a falta de preparação técnica da burguesia portuguesa em ciência mercantil. Graças ao ensino profissionalizante administrado foram sentidos evidentes progressos plasmados, por exemplo, na maior capacidade e dinamismo revelados por mercadores portugueses no comércio com o Brasil, por conta própria, deixando de ser simples agentes de firmas estrangeiras, sobretudo inglesas. Ainda assim, os mercadores portugueses não disputaram as melhores oportunidades de negócio e não alcançaram as quotas de mercado mais elevadas, comparativamente com os britânicos, exceto no mercado interno, menos dinâmico dado que o reino era pequeno, pouco povoado e macrocéfalo, com o centro nevrálgico em Lisboa, ainda que o Porto fosse a segunda praça, mas pouco mais existindo em termos de procura.

As companhias de comércio por ações, em que o próprio Estado criou os seus monopólios e administrou contratos de exclusividade, permitiu-lhe tutelar a produção e o consumo e, com os inerentes privilégios de carácter financeiro e fiscal, ofereceu sucesso garantido aos agentes económicos que se envolveram, nomeadamente nas operações de tráfego colonial, em que o próprio Estado se inclui, não obstante a opinião crítica de que os que lucraram com estas companhias foram apenas alguns, poucos, comerciantes e empresários ricos.

Se uns viram inconvenientes na criação de companhias monopolistas, outros viram sucessos, nomeadamente nas que Pombal fundou com vista ao desenvolvimento do comércio e ao estímulo da economia brasileira, êxitos estes que não impediram a sua abolição pela coroa, uma vez que, com a morte de D. José e o afastamento de Pombal, as companhias até aí protegidas entraram em declínio e D. Maria acabou por extingui-las, terminando privilégios exclusivos da Companhia das Vinhas do Alto Douro, que perdurou.

Por conseguinte, as coordenadas de mudança não alavancaram o desenvolvimento do país na proporção desejada, sobretudo no aspeto comercial, o mais atentamente estudado neste trabalho, uma vez que os mercadores nacionais, nomeadamente os que operavam na cidade do Porto, nunca disputaram com sucesso as maiores quotas de comercialização nos mercados mais dinâmicos e propiciadores das melhores oportunidades de negócio, concentradas nas mãos dos britânicos, em relação a um dos principais produtos nacionais: os vinhos do Alto Douro.

No segundo capítulo foi abordado o subsídio militar, um imposto que recaiu sobre a cidade do Porto e seu termo no contexto da guerra da Restauração e que foi objeto de estudo entre 1756, ano da criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro e 1772, data em que a coleta deixou de estar sob alçada camarária e passou para a jurisdição daquela Instituição. Concluiu-se que o subsídio militar teve início no contexto da Guerra da Restauração, através do acórdão de 18 de fevereiro de 1659 ainda que na perspectiva de coleta voluntária, tomando posteriormente caráter obrigatório, que perdurou até ao reinado de D. Maria I, tendo então a despesa com o regimento de defesa da cidade passado para a responsabilidade do erário régio, em 1799. Esta fonte possibilitou a identificação nominal dos que operavam na cidade do Porto, nacionais e estrangeiros, bem como a definição dos seus negócios e o volume de produtos que movimentaram.

Concluiu-se que foram os britânicos que lideraram o setor do vinho na cidade do Porto, uma vez que manifestaram 70,28%, seguidos de longe pelos portugueses que se ficaram pelos 24,58% , tendo as restantes nacionalidades uma expressão pouco significativa. Em relação a todos os outros produtos foram os nacionais que manifestaram maior quantidade ao subsídio militar, nomeadamente de aguardente, bacalhau, sal, ferro e couros. Em relação aos meios de sola, meios de sola atanada e couros atanados manifestaram 100% das entradas na cidade.

A Companhia das Vinhas do Alto Douro também manifestou os produtos da sua instituição ao subsídio militar, tendo-se destacado o vinho de ramo no volume dos manifestos, seguido do de embarque, com uma diferença de cerca de trinta e sete mil pipas. Manifestou ainda “vinho” sem designação, uma quantidade insignificante de vinho verde e aguardente, a maior parte oriunda do Douro, mas também de outras regiões, maioritariamente situadas no norte do país.

O subsídio militar também permite acompanhar os movimentos de exportação dos manifestantes, uma vez que a coleta só recaía sobre os produtos consumidos na cidade, ficando isentos os exportados mediante a apresentação da certidão do consulado da alfândega, sendo anotado no manifesto a quantidade e o destino do produto exportado.

No que diz respeito à nacionalidade dos mercadores que operavam na cidade do Porto, concluiu-se que os portugueses eram a comunidade mercantil mais numerosa. Exportaram para três continentes: África, tendo-se identificado Angola como destino, América, onde foi referenciado o Brasil e Europa onde foi assinalado o “Norte”, bem

como a ilha britânica de Guernsey e a Irlanda, tendo sido ainda assinalados mercados não identificados designados por “embarcou” e “para fora do reino”.

Os produtos que exportaram foram o vinho, a aguardente, o ferro e o sal. O vinho foi para o “Norte”, para o “Norte e Brasil” e para destino não identificado, designado por “embarcou”, tendo ido ainda um valor mínimo “para fora do reino”. Quantidades menos expressivas rumaram ao Brasil, considerado genericamente, o mesmo acontecendo com Angola, Rio de Janeiro e Baía. Valores residuais foram para a ilha inglesa de Guernsey, para a Irlanda e para Pernambuco.

A aguardente exportada pelos mercadores nacionais teve como destinos o Brasil, local não identificado, designado por “embarcou”, o “Norte e Brasil”, o Grão Pará e Maranhão, o norte da Europa e Pernambuco, sendo que de todos, o Brasil foi o seu principal mercado externo.

Os portugueses exportaram ferro para um único destino que foi o Brasil e o sal foi para o “Norte”, Rio de Janeiro, Brasil genericamente designado e ainda para destino não especificado, referido como “embarcou”, sendo identificado o norte da Europa como o mercado preferencial da exportação do sal português, sendo seguido do Brasil.

Para além dos portugueses, também os britânicos exportaram produtos manifestados ao subsídio militar. A composição das suas exportações concentrou-se em três produtos: o vinho, a aguardente e o sal, sendo que a grande maioria se dedicou à transação de vinhos. Na geografia do seu comércio externo foram assinalados o “Norte”, que ocupa o topo da tabela, “Norte e Brasil”, destinos não especificados, designados por “embarcou” e “para fora do reino” e Angola, como os mercados que elegeram para as suas transações.

A aguardente também foi exportada pelos britânicos, que expediram a maior parte para o “Norte”, para destinos não especificados, designados por “para fora do reino” e “embarcou”. Também transacionaram sal, ainda que num único destino: o “Norte”.

As restantes nacionalidades têm um papel pouco significativo na atividade económica desenvolvida na cidade do Porto, sendo de assinalar que os portugueses, apesar de mais numerosos, não obtiveram as maiores quotas no comércio exportador. Esse papel coube aos ingleses.

No que diz respeito à exportação da Companhia não existem registos para os anos de 1756, dado que só foi instituída a 10 de setembro. O seu esforço exportador concentrou-se no vinho de feitoria, o único produto que revela algum dinamismo e

apresenta uma tendência de crescimento moderado. O vinho de ramo não foi exportado e o “vinho” e a aguardente foram-no em quantidades pouco significativas.

Também foi possível identificar, através da fonte, a forma como os agentes económicos estruturaram a sua atividade, nomeadamente através da capacidade para gerar apoios e solidariedades; umas familiares, que se identificam nos manifestos, ainda que nem sempre de forma sistemática; outras de carácter meramente profissional, por via de sociedades ou relações próximas com caixeiros, “companheiros”, leia-se sócios, ou fiadores, cuja função era a de satisfazer a coleta, na impossibilidade do manifestante.

Por conseguinte, os portugueses deixaram escapar para as mãos dos britânicos não só cabedais mas também oportunidades de negócio de vinho, pelo que os mercadores nacionais não passaram de pequenos e médios exportadores, sendo que, muitos deles, se limitaram simplesmente a sobreviver no mercado interno. Também ficou claro que o esforço desenvolvido por Pombal, através das coordenadas de mudança que implementou, não surtiu o efeito desejado, nomeadamente no que diz respeito ao fortalecimento da burguesia nacional e à aquisição, por parte dela, das competências mercantis que necessitava para enfrentar a concorrência dos mercadores estrangeiros no mercado doméstico, bem como a competição internacional em condições de competitividade, por forma a criar oportunidades de exportação relevantes, no período compreendido entre 1756 e 1772.

No terceiro capítulo, cujos marcos temporais se situam entre 1756-1800, foi abordado o impacto que a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro teve sobre a cidade do Porto. Concluiu-se que, de entre as reações adversas à sua instituição, se destacou o motim da Cordoaria em 1757 que trouxe à urbe portuense, em sua consequência, João de Almada e Melo, primo e homem de confiança do Marquês que, à frente da Junta das Obras Públicas promoveu a renovação e modernidade na cidade. Por seu turno, o comércio dos vinhos do Alto Douro também provocou um surto de prosperidade uma vez que contribuiu, em grande parte, para o desenvolvimento infra-estrutural, artístico e cultural da cidade do Porto e da região duriense, pois financiou não só a construção de estradas no Douro, mas também as obras de navegabilidade do rio, a criação de uma Aula de Comércio no Porto e algumas das obras públicas desta cidade. Por conseguinte, foi importante o impacto dos negócios do vinho em geral e da criação da Companhia em particular sobre a cidade do Porto e a região vinhateira.

Foi comum elementos das famílias mais importantes da cidade procurarem cargos camarários, em instituições de benemerência como a Misericórdia, ou mesmo na

direção da Companhia das Vinhas do Alto Douro, com vista a abrilhantar o nome de família e a garantir interesses ligados aos negócios vînicos que mantinham, tendo-se efetivamente verificado que uma boa parte dos elementos que compunham a elite camarária do Porto se envolveu nos negócios vînicos, quer a nível do comércio interno quer do externo. Através de uma análise mais fina das fontes compulsadas concluiu-se que estes governantes do poder local enviavam vinhos para Lisboa e costa e, por vezes, para as Ilhas. Também exportavam para a Europa e América, sobretudo para o Brasil, desde o vinho de embarque, ao vinho de lotação e de ramo, e ainda o vinagre e a aguardente.

A Companhia comercializava no mercado interno vinho de embarque, de lotação, de ramo, “vinho” sem especificação e aguardente. O produto mais comercializado foi, de longe, o vinho de embarque, o que contrasta vivamente com o vinho de lotação cujo registo foi de $\frac{3}{4}$ de pipa, pelo que se deduz que este tipo de vinho se destinava ao mercado exportador. A quantidade de “vinho” colocado no mercado interno atingiu valores reduzidos, bem como o vinho de ramo. Aliás, comparando o total de transações do vinho corrente com o do vinho de embarque, conclui-se que a Companhia transacionou no mercado nacional doze vezes mais pipas de vinho de primeira qualidade do que de vinho de ramo. Analisando estes valores deduz-se que a Instituição não apostou no mercado interno, o que poderá explicar-se por um lado, pela obrigação de prover de vinho de ramo as tavernas da cidade do Porto e três léguas em redor, alargado para quatro e, por outro, pela possibilidade de preferir os mercados externos que ofereciam maior dinamismo e melhores oportunidades de negócio, ainda que também não se deva perder de vista que a Companhia sofria a concorrência de outros mercadores com quem competia no mercado nacional, que era exíguo, pois o reino era pequeno, pouco povoado, logo oferecia uma procura reduzida. No que diz respeito à aguardente, a Companhia transacionou quantidades muito reduzidas no mercado nacional. Pondera-se a possibilidade de a causa se relacionar com o exclusivo concedido à Instituição a partir de 1760, nas três províncias do norte, para a produção e venda de aguardente destinada a tratar os vinhos de embarque. Isto significa que tinha de abastecer o mercado, nomeadamente a cidade do Porto onde se encontravam a maioria dos comerciantes, nacionais e estrangeiros, que precisavam de a adquirir para preparar os seus vinhos de feitoria. Concluiu-se ainda que no que respeita aos mercados de destino, o principal e quase único para todos os produtos comercializados pela Companhia, a nível interno, foi a capital do reino.

Em relação às exportações, o tipo de vinho que mais exportou foi o de embarque, seguido do de lotação, depois o de ramo, o “vinho” de tipo não definido e, por último, com o valor mais baixo, o vinho de embarque do Brasil. A Companhia também expediu aguardente, ainda que seja irregular o seu fluxo exportador. O vinagre comercializado no mercado externo apresenta, tal como a aguardente, oscilações bruscas uma vez que em alguns anos duplicou o número de pipas transacionadas, noutros diminuiu para valores irrisórios ou então desapareceu do registo.

Em relação aos principais destinos, a Inglaterra e a Rússia destacaram-se pelo volume de vinho de embarque que receberam, ainda que este último país, apesar de estar em segundo lugar, comprou à Companhia menos 23 vezes do que o país anterior. O vinho de embarque do Brasil foi integralmente colocado na Rússia e não no Brasil, como a sua designação parece sugerir. O vinho de lotação foi comercializado acima de tudo no Brasil e na Rússia. O de ramo foi exportado em primeiro lugar para a Rússia, que se destaca e em segundo para o Brasil que recebeu três vezes menos do que o mercado anterior. O “vinho” foi comercializado no Brasil, bem como a aguardente, exportada também para a Rússia e Inglaterra, e outros mercados com valores bastante menores. O vinagre foi comercializado em quatro mercados, sendo que o único que se destacou foi o Brasil. Apesar da Rússia ser o segundo destino, representou uma pequena fatia dos negócios relativos a este produto. Todos os outros destinos importaram abaixo deste último valor.

Por conseguinte, a Rússia era um mercado privilegiado para a colocação dos vinhos de segunda qualidade da Companhia, de que se destaca largamente o vinho de ramo, provavelmente mais adequado ao gosto do povo russo, que preferia vinhos menos aguardentados, de acordo com a opinião avalizada de Domingos Gonçalves Caldas, um comerciante do Porto com experiência comercial naquela área geográfica, que facultou à Companhia importantes informações. Também o Brasil, tal como a Rússia, ainda que por motivos diferentes, recebia produtos vînicos de segunda qualidade, sobretudo de lotação, especialmente preparados pela Companhia para este mercado e também vinho de ramo e “vinho” sem designação de tipo. Comparando as quotas alcançadas pelas exportações da Companhia com as do mercado doméstico, concluiu-se que aquelas apresentam um dinamismo muito acentuado, face a estas, ainda que a fonte consultada, composta por movimentos alfandegários de saída, não proporcione dados relativos às transações ocorridas na praça do Porto. Por conseguinte, enquanto empresa mercantil, a Companhia desenvolveu uma atividade comercial pouco relevante no mercado

doméstico, com epicentro na cidade de Lisboa, denotando, em contrapartida, um dinamismo significativo na exportação de vinho de embarque, de lotação e de ramo, devido a um assinalável esforço em adequar estratégias de comercialização a novos mercados como o da América Inglesa e da Rússia, que absorveu sobretudo vinhos de segunda qualidade, o que contrasta com a Inglaterra, o principal destino para o vinho de embarque. Pormenor a merecer destaque é a quase ausência de transação de vinho de lotação no mercado nacional que contrasta com a importância dos valores exportados pela Companhia.

É provável que a falta de dinamismo manifestado no mercado interno tenha a ver também com a competição a que a Instituição estava sujeita, uma vez que o reino tinha pequena dimensão e o espaço comercial era disputado também pelos mercadores portugueses e estrangeiros. Por outro lado, o evidente esforço feito pela Instituição para diversificar destinos de exportação e oportunidades de negócio, nomeadamente através da aposta em novos mercados como o russo e o norte americano, pode ter ocorrido como solução para compensar as dificuldades sentidas no Brasil devido à concorrência feita aos seus produtos pelos vinhos, aguardente e vinagres que iam de Lisboa e Ilhas, mais baratos e de melhor qualidade e, por isso, preferidos.

Ficou claro que a Companhia revelou capacidade enquanto empresa mercantil para alcançar novas zonas de interesse económico e adequar as suas estratégias de mercado às especificidades requeridas e que os mercados onde comercializou foram, na generalidade, os que ofereceram uma procura mais dinâmica e apresentaram maior potencial para assegurar uma evolução favorável das suas exportações.

No quarto capítulo, que abarca o período 1775-1800, foi abordado o papel desempenhado na atividade económica pelas diversas comunidades de mercadores ancorados na cidade do Porto, e em cuja composição dos negócios foram identificados os produtos vínicos da instituição da Companhia. Também foi passado em revista a adesão de homens de negócio da praça do Porto à Companhia das Reais Pescas do Algarve, de acordo com o plano gizado por Pombal, que não terá sido preparado por estudos prévios de viabilidade suficientes em relação à exequibilidade do projeto. Claramente não foram previstos os riscos de deixar a povoação de Monte Gordo, já com tradições piscatórias enraizadas, para ir criar *ex nihilo* Vila Real de Santo António, assim como não foram devidamente ponderadas as dificuldades resultantes da pesca de sardinha no Algarve para abastecimento do norte de Portugal, o que no século XVIII traria dificuldades acrescidas. Por outro lado, um projeto desta envergadura obrigava a

um acompanhamento e fiscalização constantes para evitar abusos e outros desmandos, dado que a Companhia das Pescas do Algarve havia sido implantada numa região periférica face ao poder central e aos centros de decisão, o que abria espaço a faltas de zelo e outras impunidades. O resultado foi catastrófico para alguns comerciantes que perderam grandes quantias, nunca se viram ressarcidos e nunca obtiveram retorno pelos investimentos feitos, acabando instalações, bens e equipamentos na maior ruína e alguns deles na falência. Por conseguinte, trata-se da implementação de um mau projeto a que os mercadores do Porto aderiram por várias razões possíveis, talvez por desconhecimento cabal do mesmo, por medo de enfrentar a vontade do Marquês que os mandou convocar para que aceitassem o projeto, ou talvez por falta de cálculo de riscos de um negócio que lhes foi apresentado como excelente, o que é de estranhar, dada a experiência dos envolvidos.

Os interesses identificados em relação ao universo dos negócios víquicos foi bastante abrangente, tendo-se identificado elementos do clero regular e secular, da fidalguia, várias patentes do exército, letrados e bacharéis, bem como mulheres, algumas das quais constituíram sociedades comerciais com os filhos, após a morte dos maridos, usando a designação de “viúva” a anteceder o nome da firma. Concluiu-se, por conseguinte, que foi bastante transversal à sociedade portuguesa de meados de setecentos o interesse pelo trato vínico.

O número de mercadores portugueses envolvidos no mercado interno foi muito elevado, ultrapassando o milhar, ainda que alguns nomes possam ter sido duplicados ou mesmo triplicados em consequência da metodologia de registo que, por falta de uniformidade na utilização de patronímicos, abriu a possibilidade referida. Na composição dos seus negócios foi identificado o vinho de embarque, o de lotação, o de ramo, o “vinho”, a aguardente e o vinagre. O produto que mais comercializaram foi o vinho de ramo, seguido do vinho de embarque, com uma diferença de cerca de 2 500 pipas. O terceiro e quarto produtos mais transacionados pelos mercadores nacionais, não obstante a exiguidade de valores, foi a aguardente e o vinagre. Para os restantes: “vinho” e vinho de lotação, foram assinaladas quotas com valores irrisórios.

Os agentes portugueses diversificaram os mercados para o trato vínico em que se envolveram, no entanto é a cidade de Lisboa que se destaca, não só pela regularidade na receção, mas também pela maior quota aí comercializada de todos os produtos víquicos.

A segunda comunidade mercantil mais numerosa a operar na cidade do Porto foi a inglesa, não obstante o número dos seus efetivos ser pouco mais de uma centena, por conseguinte muito abaixo do número identificado para a comunidade portuguesa. Os produtos que comercializaram foram: o vinho de embarque, que se destaca maioritariamente dos restantes produtos, o vinho de ramo, o “vinho” e a aguardente, com valores muito reduzidos. Perante o valor da quota que alcançaram para cada produto, concluiu-se que o mercado interno não os interessou sobremaneira, pelo que o deixaram para os portugueses, sobretudo se se compararem estes valores com os da sua exportação, que atingiu quantidades muito mais significativas. Os destinos que elegeram para transacionar os seus produtos foram menos diversificados do que os escolhidos pelos portugueses, porém ambas as comunidades selecionaram Lisboa como o principal mercado para as suas expedições.

Apesar de as comunidades portuguesa e britânica serem as mais numerosas, outras há a operar no mercado nacional ainda que o seu contributo tenha sido pequeno, dado que se trata de comunidades pouco numerosas.

No que diz respeito à exportação dos mercadores portugueses, concluiu-se que o produto que mais comercializaram foi o vinho de embarque, seguido pelo vinho de ramo que, apesar de se situar em segundo lugar, apresenta uma quota com valores muito inferiores aos atingidos pelas transações do vinho de primeira qualidade. Comparando o valor da quota deste com a alcançada no mercado doméstico para o mesmo produto, fica claro que o vinho de embarque foi maioritariamente colocado nos mercados externos, enquanto o vinho de ramo obteve a liderança no território nacional. Os restantes vinhos apresentaram valores residuais, bem como a aguardente. Já o vinagre atingiu uma quota próxima do vinho de ramo, o produto expedido em segundo lugar.

O número identificado para os exportadores portugueses foi muito elevado, situando-se acima do milhar. A maior parte tinha negócios com o Brasil, sendo de supor que muitos deles seriam lavradores e proprietários de vinhas no Alto Douro, que para ali exportavam pequenas quantidades. Os principais destinos para o seu fluxo exportador foram: a Inglaterra onde colocaram, acima de tudo, o vinho de embarque, tendo-se destacado a cidade de Londres como o principal destino, a Irlanda para onde enviaram a maior parte do vinho de embarque do Brasil, destacando-se a cidade de Dublin e para o território brasileiro o vinho de lotação, o “vinho”, o vinho de ramo, a aguardente e o vinagre.

No que diz respeito à exportação dos britânicos, foi identificada uma enorme diferença entre o valor da quota de vinho de embarque e a referente aos outros produtos vînicos que comercializaram, tais como vinho de lotação, vinho de ramo, aguardente, cachaça do Brasil e vinagre. Comparando a quota de exportação que alcançaram para o vinho de embarque com a que foi identificada para os portugueses relativamente ao mesmo produto, conclui-se que a dos britânicos é muito superior e que o maior exportador nacional, bastante distanciado de todos os outros, corresponde a um exportador britânico médio e que os restantes exportadores portugueses correspondem a pequenos exportadores britânicos.

No que concerne à exportação dos mercadores de outras nacionalidades, em que se incluem hamburgueses, holandeses, franceses, italianos e mercadores de nacionalidade não identificada, destaca-se o vinho de embarque como o produto mais importante na composição dos seus negócios, sendo que todos os restantes produtos tiveram um papel pouco significativo na construção de quotas de exportação. Os mercados mais importantes para onde enviaram os seus produtos foram a Inglaterra, a América Inglesa, os territórios germânicos e a Irlanda.

Com efeito, após a leitura comparada das quotas concernentes aos mercadores que compunham as diferentes comunidades que ancoraram a sua atividade nos negócios vînicos e que contribuíram com o seu dinamismo para o engrandecimento da urbe portuense, na segunda metade de setecentos, conclui-se que a liderança na obtenção das melhores oportunidades de comércio coube aos britânicos, que revelaram a capacidade de consolidar os seus negócios a partir da cidade do Porto, evidenciando dinâmicas de investimento e de crescimento, apesar das vicissitudes que enfrentaram, nomeadamente com a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, que nunca aceitaram. Os portugueses, por seu turno, nunca conseguiram garantir quotas comparáveis ao desempenho daqueles por falta das condições necessárias para a expansão e consolidação dos seus negócios, pese embora todo o esforço feito para os dotar das capacidades técnicas e profissionalizantes que lhes permitisse crescer e internacionalizar a sua atividade comercial.

Terminado que está este estudo, inevitavelmente se impõe a questão: onde está o vinho do Porto, está entre as categorias abordadas? Na verdade, não foram encontradas referências a vinho de Porto nas fontes compulsadas, dado tratar-se de um termo pouco comum na documentação portuguesa do século XVIII, não obstante ser vulgar na inglesa da mesma época. No entanto ele existe efetivamente entre os diferentes tipos de

vinho estudados. Assim, quando surge a designação de “vinho de primeira qualidade” ou “vinho de embarque” ou “vinho de feitoria”, isso significa que se trata de vinho do Porto que, como se viu, era maioritariamente exportado para Inglaterra.

Em relação ao vinho de lotação, este era resultante da mistura de vinhos oriundos de colheitas de diferentes anos, categorias ou tipos de vinho ou lotas, mas só de primeira e segunda qualidades de embarque, dado que era absolutamente proibido lotar vinho de embarque com vinho de ramo, o que acarretava severas punições para os infratores que incorressem em tal falta.

Uma das limitações deste estudo prende-se com a dificuldade de leitura oferecida pelas fontes, dada a descontinuidade de grafia e a ausência de conhecimentos linguísticos dos escribas, pelo que realizavam uma escrita fonética ou aportuguesavam os nomes dos mercadores estrangeiros, bem como dos mercados de receção do fluxo exportador.

Outra limitação deste estudo tem a ver com a descontinuidade de dados recolhidos pelo desaparecimento de quatro livros dos *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, o que provocou um hiato de quatro anos, pelo que a análise realizada apresenta-se naturalmente incompleta.

Este trabalho que agora termina traz um inevitável contributo ao estado do conhecimento relativo ao trato vínico, ao papel da Companhia das Vinhas do Alto Douro enquanto empresa mercantil e ao comércio da cidade do Porto, ainda que com limitações, mas que podem ser vistas como oportunidades para melhorar o que foi aqui tratado e também como propostas a retomar em futuras investigações, nomeadamente a partir do riquíssimo espólio da Companhia das Vinhas do Alto Douro, à guarda da Real Companhia Velha, que encerra muitos caminhos à espera de quem os trilha.

Anexos

Anexo 1 - Mercadores portugueses que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome/Ano do manifesto	Vinho em pipas	Aguardente em pipas	Bacalhau em quintais	Ferro em quintais	Meios de Sola	Meios de sola atada	Couros	Couros atados	Rasas de sal
Adriano da Cunha			25,53						
1765			25,53						
Adriano Machado Braga			62	97					
1765			62						
1771				97					
Agostinho de Barros e Araújo	103								
1756	33								
1757	70								
Agostinho Soares			568,46						
1766			568,46						
Alexandre Guedes Vicente	206,5								
1756	206,5								
Alexandre Luís Balsemão	70								
1756	70								
Alferes António Pereira de Araújo	222								
1770	46								
1771	109								
1772	67								
Ana Joaquina			110						
1757			110						
Anastácio Ferreira da Costa				243					
1759				243					
André da Costa Lima			20						4844
1756			20						1688
1758									2652
1766									504
André da Rocha	5								
1756	5								
André Pinto	20								
1758	20								
António José Gonçalves			124						
1771			124						
António Alves	28		190,44						
1766	28								
1770			144,44						
1771			46						
António Barbosa				144,75					
1772				144,75					

António Botelho									1228
1767									1228
António Carlos Arantes			3759,16						
1768			493,09						
1769			879,98						
1770			783,26						
1771			992,96						
1772			609,85						
António Carvalho			46						672
1765									672
1767			46						
António Coelho	8								
1772	8								
António Cordeiro	5								
1772	5								
António da Costa Faria	74,5		80						
1756	74,5								
1757			80						
António da Cunha Guimarães			5352,64						
1766			870,07						
1767			367,67						
1768			852,96						
1769			709,86						
1770			940,85						
1771			1000,69						
1772			610,5						
António da Silva Chamorro		3	10724,59						
1756			1080						
1757			80						
1758		3	1104						
1759			3926						
1764			1349,25						
1765			2165,27						
1766			264						
1768			272						
1769			484,07						
António da Silva Maia				352,37					7974
1764									2192
1765									3862
1767									1920
1771				352,37					
António de Almeida Dias	523,5								
1771	251,5								
1772	272								
António de Araújo			50						

1757			50						
António de Araújo Gomes	849,46	128							
1757		10							
1758		18							
1759	62	98							
1764	121,5								
1765	126,5								
1766	155,5	2							
1767	192,73								
1768	191,23								
António de Freitas de Faria	633,73								
1756	150								
1757	90,73								
1758	55								
1759	98								
1764	146								
1766	13								
1767	81								
António de Matos	6								
1772	6								
António de Melo Pereira		30							
1759		30							
António de Moura	4		1832						
1756	4		1282						
1758			550						
António de Paiva Porto									844
1767									844
António de Queirós	347,5	1							
1756	347,5	1							
António de Sousa Lobo			472,76						
1771			204						
1772			268,76						
António de Sousa Ribeiro				153,5					
1765				153,5					
António Dias de Carvalho				821					
1756				542					
1771				279					
António Dias Guimarães			184	58					
1771			184	58					
António do Rosário Gouveia	49								
1756	49								
António dos Santos Barbosa			7673,05						
1756			808						
1757			130						
1758			406						

1759			1271						
1764			537,5						
1765			627,25						
1766			1001,14						
1767			353,9						
1768			758,27						
1769			1265,03						
1770			448,95						
1771			66						
António dos Santos Gomes						618			
1767						618			
António Fernandes da Silva				536,25					
1759				187,75					
1771				348,5					
António Ferreira Guimarães			1132						
1756			112						
1757			132						
1758			286						
1759			278						
1764			300						
1765			24						
António Ferreira Pinto			166						
1757			166						
António Ferreira Pinto Basto			2465,48						
1764			1164,25						
1765			1161,23						
1766			140						
António Francisco de Oliveira				38,5					
1772				38,5					
António Geraldo	40								
1772	40								
António Godinho Neves					29				
1767					29				
António Gomes				70					
1771				70					
António Gonçalves			33,84						
1765			31,84						
1766			2						
António Gonçalves dos Santos						200			
1756						200			
António Gonçalves Guimarães			4301,13						
1759			348						
1764			531,62						
1765			374,37						
1766			231,96						

1767			359,14						
1768			491,58						
1769			667,55						
1770			551,9						
1771			392,57						
1772			352,39						
António José									1001
1767									1001
António José da Fonseca									1512
1766									840
1768									336
1769									336
António José da Silva Chamorro			130						
1767			130						
António José da Silva Gonçalves			17,26						
1770			17,26						
António José de Almeida			4						
1772			4						
António José de Figueiredo		23							
1759		23							
António José de Pinho	107,5								
1756	107,5								
António José de Távora	341,5								
1756	341,5								
António José Fernandes			11,59						
1770			11,59						
António José Gonçalves da Silva			80						
1772			80						
António José Vassalo	156,5	2							
1756	156,5	2							
António Leite	10								
1772	10								
António Leite Teixeira	65								
1756	65								
António Luís Virões	4			3295,87					
1756	4								
1765				740,5					
1766				1077,25					
1767				1478,12					
António Monteiro	21								
1772	21								
António Pereira			30						
1756			30						
António Pereira Carneiro	44,5								
1767	44,5								

António Pereira de Matos	81,5								
1756	81,5								
António Pereira de Vasconcelos			10						
1757			10						
António Pereira Xavier					2050				
1769					2050				
António Perfeito	81								
1772	81								
António Pinto	13								
1772	13								
António Pinto da Mota			1003,13						
1756			378						
1757			180						
1764			2						
1765			443,13						
António Rodrigues			78						30316
1764									6276
1765									11794
1766									12246
1767			44						
1768			34						
António Rodrigues Capela	49								
1756	49								
António Rodrigues Pinto da Silva			24						
1769			24						
António Sequeira Teixeira	457,5								
1756	457,5								
António Soares de Mendonça	28								
1756	28								
António Teixeira	19								
1772	19								
António Teixeira da Fonseca	304								
1756	260								
1757	44								
António Teixeira Machado			60						
1765			2						
1766			58						
António Vicente			200						
1770			38						
1771			100						
1772			62						
António Vieira de Abreu	47	1							
1756	47	1							
Apolónia Maria de Oliveira				174					1782
1765				73,25					

1766									368
1767				100,75					1414
Baltasar de Abreu	12								
1756	12								
Barnabé de Oliveira Maia				133					
1771				133					
Bartolomeu da Rocha	398,5		58						
1757			58						
1759	398,5								
Bento Alves de Sousa			145,58						
1768			145,58						
Bento da Costa									1024
1766									1008
1768									16
Bento da Costa Couto			8893,35						7548
1756			1604						
1757			112						
1758			978,75						
1759			1361						
1764			54,25						926
1765			1469,25						
1766			425,02						1912
1767			733,97						4710
1768			793,32						
1769			954,13						
1770			407,65						
Bento Fernandes da Costa									25
1768									25
Bento Gonçalves França				21809					
1756				3701					
1757				1899,75					
1758				2999,75					
1759				2056,5					
1764				4352					
1765				3539					
1766				3261					
Bento José de Faria			5254,71						
1765			376						
1766			929,85						
1767			784,25						
1768			526						
1769			1187,1						
1770			526,19						
1772			925,3						
Bento Luís Rodrigues			706,71						

1769			471,12						
1770			224						
1772			11,59						
Bento Salgado	90								278447
1756	90								
1758									32756
1759									35277
1764									32141
1765									32245
1766									23138
1767									29234
1768									19293
1769									25908
1770									25275
1772									23180
Bernardo da Cunha	166								
1756	166								
Bernardo de Sousa			158						
1769			158						
Bernardo de Sousa Vieira			1202,58						
1767			40						
1768			146						
1769			444,01						
1770			270						
1772			302,57						
Bernardo José	28								
1772	28								
Bernardo José Gonçalves e Cª			555,53						
1772			555,53						
Bernardo Monteiro			231,21						
1764			3,75						
1766			10,86						
1767			172,6						
1768			44						
Bernardo Monteiro Pinto			58						
1765			58						
Bernardo Pinto			117						
1756			101						
1767			16						
Bernardo Pinto de Araújo			66						
1757			66						
Cª Geral de Pernambuco e Paraíba				430	109395	19089			
1759				430					
1764					37986				
1766						17021			

1767				8056				
1768				11964				
1769				15912				
1770				18254				
1771				11197				
1772				6026	2068			
Caetano de Madeira	5							
1772	5							
Caetano José Teixeira	291,5	29						15694
1756	85,5	3						
1759		26						458
1764								13889
1769	63							1347
1771	104							
1772	39							
Caetano Luís Alves da Rocha				1822				
1769				1822				
Caetano Moreira da Silva	191,5							
1756	191,5							
Caetano Soares	39							
1756	39							
Capitão António Borges								468
1766								468
Capitão António Borges Ribeiro	53							
1756	53							
Capitão António de Sousa Pires				4203				
1769				2289				
1770				1914				
Capitão António Godinho				36				
1768				36				
Capitão António Lopes Gonçalves		3						
1758		3						
Capitão António Lopes Guimarães		7						
1759		7						
Capitão Domingos Alves Vale								5156
1764								336
1765								3980
1766								672
1767								168
Capitão Félix José da Fonseca								2711
1759								2711
Capitão Gaspar Rodrigues de Sousa	35,5							
1756	23,5							
1759	12							
Capitão João Monteiro da Rocha	525			708				

1769	300,5								
1771	78,5								
1772	146				708				
Capitão José Borges da Cunha e Sousa		176,5							
1758		78							
1759		86,5							
1764		7							
1765		5							
Capitão José Botelho		90							
1759		90							
Capitão José Cardoso	150								
1756	150								
Capitão José de Sequeira Leitão	142,5								
1756	142,5								
Capitão Luís Alves da Rocha					2077				
1771					2077				
Capitão Manuel Quaresma					1176				
1769					1176				
Capitão-mor Inácio José de Figueiredo	120								
1772	120								
Capitão-mor José Maria	63								
1772	63								
Carlos Peixoto da Silva			5243,03						
1756			374						
1757			586						
1758			79						
1759			984						
1764			761						
1765			768,18						
1766			379,28						
1767			374						
1768			378						
1769			559,56						
Clara Maria			10						
1771			10						
Clara Maria de Jesus			95,75						
1765			95,75						
Cristóvão da Cunha Silva									1780
1764									1780
Custódia Clara do Nascimento	64								
1756	64								
Custódio Ferreira Nunes			603						1624
1756			593						
1764			10						

1766									1624
Custódio Luís da Silva Souto	298								
1771	298								
Diogo Alves	2186,73								
1771	1361,23								
1772	825,5								
Diogo Alves e C^a	610,5								
1770	610,5								
Diogo de Moura	20								
1772	20								
Diogo Ferreira	27								
1772	27								
Diogo José Ferreira	2								
1772	2								
Dionísio de Pinho				1523,12					
1764				1076,75					
1765				446,37					
Dionísio Freire									17616
1758									17616
Dom António de Noronha Meneses	47								
1770	47								
Dom Manuel de Noronha Meneses	52	3	14						
1758	52								
1759		3	14						
Domingos Alves									54518
1758									22398
1759									32120
Domingos Alves Biscaíno									306789
1764									39634
1765									39169
1766									37835
1767									43034
1768									39940
1769									53600
1770									53577
Domingos Alves da Silva			4533,64	128,5					
1756			228						
1757			140						
1759			1014						
1764			908						
1765			894,37						
1766			241,21						
1767			531	50,5					
1768			459,04	78					
1769			118						

Domingos Alves de Sousa			2377,63	61					31684
1756			328						
1757			50						
1758									16375
1759			82						11949
1765			242,12						
1766			236						
1767			376,07	61					
1768			378,39						
1769			312						
1770			162						
1771			211,03						
1772									3360
Domingos Alves Guedes de S. José	46,5								
1756	46,5								
Domingos da Costa Silva	113								
1757	113								
Domingos de Araújo Silva			3369,63	230,25					2544
1756			558						
1759			172,75						
1764			502						
1765			197,3						
1766			258						
1767			266						
1768			611,57						
1769			426						
1770			320						
1771			58	38,25					
1772				192					2544
Domingos Fernandes Cruz Lada			1423						1260
1756			480						
1757			160						
1758			330						
1759			453						1260
Domingos Ferreira Pinto			646,38						
1766			646,38						
Domingos Ferreira Pinto Basto			5522						
1767			662,89						
1768			976,22						
1769			1219						
1770			849,45						
1771			1093,57						
1772			720,85						
Domingos Fragueiro									19633
1759									1878

1764									4872
1765									5628
1766									3815
1767									3440
Domingos Francisco da Silva Guimarães				107					
1771				107					
Domingos Francisco Guimarães		2	4	909					1241
1758		2		502					
1765				407					
1766			4						300
1769									941
Domingos Gomes	39								
1756	39								
Domingos Gonçalves Caldas	3374,32	17							
1756	56								
1757	65								
1758	540,5								
1759	868	17							
1764	402								
1765	377								
1766	418								
1767	418								
1768	75,82								
1771	77								
1772	77								
Domingos Henrique	256,5								
1756	256,5								
Domingos José Pinheiro				249,75					
1772				249,75					
Domingos Lourenço									19196
1758									8845
1764									1176
1765									2579
1766									2078
1767									2728
1768									1790
Domingos Luís da Silva Souto				2750,37					
1772				2750,37					
Domingos Martins da Costa					10427				
1764					2515				
1769					5179				
1770					2733				
Domingos Martins Gonçalves				2109,25					
1765				2109,25					

Domingos Pereira	464,5	10,5							
1756	407,5	1							
1759		9,5							
1772	57								
Domingos Ribeiro dos Santos	171,5								
1772	171,5								
Dr. Amaro Pereira de Aguiar	11								
1756	11								
Dr. Francisco Pereira Chaves	10,5								
1759	10,5								
Dr. José António	55								
1772	55								
Dr. José António de Sousa de Faria	76								
1756	76								
Dr. José Carvalho	5								
1772	5								
Dr. José Joaquim	19								
1772	19								
Dr. Manuel Fernandes Nunes	11,5								
1756	11,5								
Dr. Manuel José Osório da Fonseca	21								
1765	21								
Estevão Rodrigues			6,71						
1767			6,71						
Feliciano Alves de Sousa			292						
1756			184						
1765			108						
Feliciano Alves de Sousa da Fonseca	145								
1756	145								
Félix Marinho de Barros								593	
1756								593	
Fernando da Costa Reis			7563,72						
1764			249,5						
1765			668,36						
1766			478,57						
1767			808,57						
1768			1092,25						
1769			1236,22						
1770			849,36						
1771			1218,05						
1772			962,79						
Fernando de Azevedo Mota									25
1767									25
Fernando José			40	366					
1756			40	366					

Filipe Rodrigues de Miranda			30						
1757			30						
Fr. António Correia	165								
1772	165								
Fr. Eusébio de Santa Rosa de Lima	25								
1764	15								
1765	10								
Francisca Joana de Freitas	160,5	19,5							
1756	66	18,5							
1758	28,5								
1759	66	1							
Francisca Teresa de Araújo					297				
1768					297				
Francisco António da Costa	15184,47		66						
1764	642,5								
1765	668,5								
1766	352,5								
1767	1117,5								
1768	2088,5		66						
1769	2879,09								
1770	2183								
1771	2386,5								
1772	2866,37								
Francisco António de Carvalho	705								
1758	88,5								
1759	88,5								
1764	267								
1765	261								
Francisco António Rodrigues			3,62						
1764			3,62						
Francisco Borges	41								
1772	41								
Francisco Cardia Neto			316,03	43	3548				45895
1758									28084
1759									13995
1766									3816
1767					80				
1768			316,03	43	963				
1770					491				
1771					601				
1772					1413				
Francisco Claro Fernandes	792,23								
1764	374,5								
1766	75								
1767	301								

1768	41,73								
Francisco Correia de Araújo	5,5	0,58							
1756	5,5	0,58							
Francisco Correia Mano			34						
1764			34						
Francisco da Silva				40					
1765				40					
Francisco da Silva Costa Guimarães			10686,78						
1756			2204						
1757			80						
1758			1114						
1759			1842						
1764			985,87						
1765			898,07						
1767			351,15						
1768			312,6						
1769			519						
1770			537,5						
1771			1613,1						
1772			229,46						
Francisco da Silva Negócio	21								
1759	21								
Francisco de Oliveira Baptista			2946,95						
1764			606						
1765			190,47						
1766			230						
1767			431,47						
1768			212						
1769			370						
1770			297						
1771			610						
Francisco de Oliveira Maia			13						
1766			13						
Francisco de Oliveira Monteiro	65								
1756	65								
Francisco de Paiva	15,5								
1756	15,5								
Francisco de Sampaio			12						
1766			12						
Francisco Gomes da Silva	5		87,85						
1766			13						
1767			53,42						
1768			9,42						
1769	5		12						
Francisco Guião	164								

1764	164								
Francisco José da Silva			3053,28	485					
1764			44						
1765			301						
1766			162	120					
1767			338						
1768			210						
1769			617,34						
1770			360	235,75					
1771			786,43	129,25					
1772			234,5						
Francisco José do Vale	14								
1772	14								
Francisco José Duarte									1344
1772									1344
Francisco José Fonseca	107		36897,49						
1757			1359						
1758			2439,5						
1759			5289,5						
1764			5050,75						
1765			3620,16						
1766			1234,14						
1767			1131,44						
1768	53,5		3056,09						
1769	53,5		4098,32						
1770			4881,34						
1771			3084,01						
1772			1653,21						
Francisco José Fonseca e Cª	650,24								
1772	650,24								
Francisco José Vaz Guimarães				15593,75					
1767				6600,75					
1769				3911,5					
1771				2975,62					
1772				2105,87					
Francisco Lopes			1						
1766			1						
Francisco Martins Cordeiro	31								
1772	31								
Francisco Martins da Luz									1400
1766									1400
Francisco Mavinher			220						
1756			220						
Francisco Pinto da Silva	15								
1772	15								

Francisco Pupo Correia		7							
1756		7							
Francisco Silva Guimarães	5,5								
1756	5,5								
Francisco Xavier de Oliveira				71,5					
1772				71,5					
Gabriel Afonso Ribeiro	126								
1769	100,5								
1771	25,5								
Gabriel Caetano Ribeiro	294								
1765	294								
Gaspar Barbosa					2321				
1764					635				
1768					1686				
Gaspar Barbosa Carneiro					3074				
1767					3074				
Geraldo Belens					83				
1767					83				
Gonçalo de Oliveira Dias				149					
1772				149					
Gregório de Oliveira	49								
1759	49								
Gualter Gomes	166								
1757	40								
1758	126								
Henrique José	11								
1772	11								
Henrique Moreira Pinto									10746
1764									3750
1765									6996
Henrique Taveira	29								
1772	29								
Henrique Teles	28								
1756	28								
Inácio Gomes			11,57						
1770			11,57						
Isidoro de Carvalho dos Santos				164,75					
1772				164,75					
Jacinta do Amaral	1								
1772	1								
Jacinto José Pereira			4720,82						
1764			475,5						
1765			678,78						
1766			206						
1767			748,59						

1768			746,03						
1769			595,2						
1770			623,35						
1771			70						
1772			577,35						
Jerónimo de Sousa	5								
1772	5								
Jerónimo José de Sá Souto Mayor	3	5							
1756	3	5							
Joana da Silva de Mendonça			5221,64						
1758			66						
1759			387						
1764			514						
1766			541,59						
1767			539,75						
1768			641,53						
1769			1113,11						
1770			633,93						
1771			590,71						
1772			194						
Joana Maria			278						
1769			92						
1770			186						
Joana Maria Engrácia Caetana Pereira	37								
1764	37								
Joana Maria Estrelada			528						
1757			326						
1759			202						
João de Almeida Monteiro	15								
1756	15								
João Alves	10								
1772	10								
João Alves de Araújo		5							
1759		5							
João Alves Souto	106								
1757	53								
1758	53								
João Baptista			27						
1768			27						
João Baptista Gomes				864,5					12597
1769									1824
1771				864,5					
1772									10773
João Baptista Soares Lima				80,25					

1759				80,25					
João Barbosa			36						
1771			36						
João Barbosa Pinto			262						
1770			222						
1772			40						
João Barquer Machado	3700,24	51,5	11,25					1286	
1756	381,5		11,25						
1757	716	51,5							
1758	857,5								
1759	1040,74								1286
1764	354,5								
1765	170								
1766	180								
João Cabral			32						
1772			32						
João Caetano da Silva	110								
1772	110								
João Carvalho	39								
1772	39								
João Correia da Silva	705	35							
1765	345	17,5							
1766	360	17,5							
João Correia da Silva Castelo Branco	532,5	18							
1759	322,5	18							
1772	210								
João Correia da Silva de Figueiredo	449								
1764	449								
João da Costa Lima	997,5								
1769	461								
1771	235,5								
1772	301								
João da Rocha	298								
1772	298								
João da Silva			5296,64						
1756			1068						
1757			666						
1758			52						
1759			296						
1764			519,75						
1765			610						
1766			224						
1767			398						
1768			323,35						
1769			482,17						

1770			390						
1771			267,35						
João da Silva Canedo				4229,25					
1758				354					
1759				610					
1764				601,5					
1766				426					
1769				432,25					
1771				705,5					
1772				1100					
João da Silva Coelho Linhares			817,78						
1769			476						
1770			162						
1772			179,78						
João da Silva Leite			593,19						
1767			593,19						
João de Araújo			136						
1771			136						
João de Azevedo	52								
1772	52								
João de Bastos Maia	4								40
1765	4								
1767									40
João de Carvalho Magalhães	63								
1757	63								
João de Magalhães Lima			781,58						
1768			417,58						
1771			254						
1772			110						
João de Oliveira Maia				392					
1771				240					
1772				152					
João de Pinho			284,32						
1770			218						
1771			64,32						
1772			2						
João de Pinho Carvalho			347						
1769			347						
João de Queirós	35								
1772	35								
João de Sousa Lima	151								
1759	151								
João Dias			422,02						
1772			422,02						
João Dias Guimarães			2003,77						

1765			491,09						
1766			22						
1767			192						
1768			230						
1769			411,47						
1770			415,2						
1771			242						
João Dinis Fraga		2							
1758		2							
João Domingos António	50		714						
1756	50		644						
1757			70						
João Félix de Queirós	58								
1772	58								
João Fernandes dos Santos			56	146					
1756			56						
1758				146					
João Francisco Guimarães				143					
1771				143					
João Freire	1242,24	6,5							
1758	554,74	6,5							
1759	687,5								
João Gomes da Silva Guimarães	150,5								
1771	150,5								
João Henrique de Magalhães	90								
1772	90								
João José Gouveia	6								
1772	6								
João Lopes			408,48						
1769			14						
1770			38						
1772			356,48						
João Marques	20			742,37					
1765				402,62					
1766				110,75					
1767				229					
1772	20								
João Martins de Araújo	2								443993
1758									2622
1764									38059
1765									42944
1766	2								60314
1767									89148
1768									101024
1769									109882

João Pacheco Pereira	284								
1756	284								
João Pereira			50						
1765			50						
João Pereira da Silva Guimarães			76						
1767			42						
1769			14						
1770			18						
1772			2						
João Peres	409,5	8							
1756	44,5								
1759	365	8							
João Ribeiro			1321,84						
1759			264						
1769			704,21						
1770			176						
1771			177,62						
João Ribeiro da Fonseca			2134,38						
1757			36						
1764			801,5						
1765			69,25						
1766			763,63						
1767			298						
1768			162						
1772			4						
João Ribeiro Viana	348,5				204959		500	400	109665
1764					18973				
1766					2319				
1767					47449				
1768	128				28506				
1769	220,5				31095				16563
1770					27013				37548
1771					16790				53864
1772					32814		500	400	1690
João Rodrigues de Miranda	6								
1772	6								
João Rodrigues Viana			27,01						
1769			21,01						
1770			6						
João Salgado									2526
1758									2526
João Soares de Carvalho	11								
1756	11								
João Tavares de Pinho	47,5			170					
1756				120					

1759			50					
1764	47,5							
Joaquim da Silva Franco	1149		22					
1756	459		22					
1757	408							
1758	275							
1759	7							
Joaquim dos Santos								1075
1769								1075
Joaquim José da Costa Seabra			2120,96					
1764			507					
1765			328					
1766			146					
1767			196,94					
1768			172					
1769			495,01					
1770			42					
1771			232					
1772			2					
Joaquim José Souto					2891			
1767					147			
1769					469			
1770					1947			
1772					328			
Joaquim Leite de Faria								722
1770								722
Joaquim Leite Ferreira								27644
1772								27644
Joaquim Xavier Gamito								20
1767								20
Joaquina Leocádia	21							
1772	21							
José Alves Braga			12404,54					
1764			2804,5					
1765			6344,93					
1766			1057,21					
1767			2197,89					
José Alves da Cruz	24,5							
1756	24,5							
José António de Lima								3054
1759								3054
José António dos Santos			240					
1766			114					
1767			126					
José António Fernandes		30,5		294				

1757		21,5							
1759		9		294					
José Antônio Pereira	90,73								
1757	90,73								
José Caetano			352						
1765			352						
José Caetano Pereira de Moura	25								
1765	25								
José Caetano Pinto			958						
1766			158						
1767			286						
1768			188						
1769			168						
1770			158						
José Cardoso de Carvalho Fonseca	22,5								
1756	9								
1759	13,5								
José Carlos Teixeira			236	572,5					
1770			104						
1771			132	296,25					
1772				276,25					
José Carneiro de Sampaio						690			
1756						690			
José Carvalho			4111,6						
1756			344						
1757			118						
1758			90						
1759			134						
1764			616,12						
1765			374,43						
1766			94,5						
1767			359,77						
1768			304						
1769			631,34						
1770			468,75						
1771			576,67						
José Carvalho dos Reis			260						
1772			260						
José Correia	44								
1756	44								
José Correia de Aguiar	40	2,5	7252,78	66,12					3360
1756			966						
1757			696						
1758			735						
1759		2,5	1762						

1764			536,37						3360
1765			314,62	66,12					
1766			207						
1767	40		408						
1768			569,96						
1769			321,12						
1770			337,14						
1771			319,55						
1772			80						
José da Rocha	63								
1765	63								
José da Silva Chaves	157								
1764	81								
1772	76								
José de Azevedo	10391,24	2							200
1756	1956,5								
1757	340,5	2							
1758	2612								
1759	5306								
1765	176,24								
1768									200
José de Faria Guimarães		31							
1759		31							
José de Figueiredo									20
1770									20
José de Freitas	60								
1772	60								
José de Oliveira	862		94						
1756	432								
1757	150								
1758	280								
1767			94						
José de Oliveira Barreto	116								
1771	32								
1772	84								
José de Oliveira Leal	9029,5	13							
1759	1256,5	13							
1764	1004								
1765	1108								
1766	1185,5								
1767	790								
1768	778,5								
1769	763,5								
1770	450								
1771	527,5								

1772	1166								
José de Pinho			788,67						
1768			788,67						
José de Pinho Carvalho			4749,1						
1766			349,25						
1767			520,4						
1769			1382,71						
1770			860,23						
1771			755,81						
1772			880,67						
José de Pinho e Sousa	254						601		
1756	254								
1764							601		
José de Seabra									11296
1772									11296
José de Sousa Martins				264,5					
1764				264,5					
José dos Santos Neto									19666
1758									19666
José Fernandes Lima									3694
1766									3694
José Fernandes Nunes	36,5								
1758	36,5								
José Ferreira	7								
1772	7								
José Ferreira Pinto Arouca	222								
1771	21								
1772	201								
José Francisco			34						
1764			34						
José Francisco Correia			2829,68						
1764			265,5						
1765			187,5						
1766			116						
1767			449,05						
1768			343						
1769			625,52						
1770			394,8						
1771			251,91						
1772			196,39						
José Francisco de Pinho			172						
1771			154						
1772			18						
José Francisco dos Santos				33,75					
1772				33,75					

José Francisco Monteiro Massa	676		1659,02	1659,5					2374
1758	255								
1759	421		118	1659,5					2374
1770			1541,02						
José Francisco Santiago			82						
1772			82						
José Francisco Viana			118						
1756			118						
José Godinho			1464,85						
1766			194,39						
1768			324						
1769			316						
1770			630,46						
José Godinho Ferreira			856	770,12					
1767			460	318,75					
1771				225,25					
1772			396	226,12					
José Gomes			26						
1768			26						
José Gomes da Silva			76						
1765			26						
1767			38						
1769			12						
José Gonçalves da Cruz			280						
1756			280						
José Gonçalves de Araújo	236								6757
1756	176								
1757	60								
1758									6757
José Gonçalves Palhares			7805,38						
1756			244						
1757			50						
1758			138						
1759			1316						
1764			760,75						
1765			653,4						
1766			411,63						
1767			604,52						
1768			817,99						
1769			1098,17						
1770			651,5						
1771			518,46						
1772			540,93						
José Guedes Dinis Bonito	36								
1772	36								

José Joaquim de Sequeira	3								
1772	3								
José Leite de Faria	910,23								
1764	371,5								
1765	412,73								
1766	126								
José Lopes Barros									6910
1764									2307
1765									2422
1766									2181
José Lopes da Costa	120	1	11241,21						
1756			1504						
1757	120		946						
1758			1746						
1759		1	2315						
1764			1319						
1765			1490,21						
1766			528,29						
1767			205,19						
1768			574,88						
1769			602,62						
1770			6						
1772			4						
José Loureiro de Matos			2288,94						
1764			154						
1765			185,96						
1766			477,65						
1767			375,1						
1768			180						
1769			554,82						
1770			294,83						
1772			66,56						
José Luís			18						
1770			18						
José Manuel	27								
1772	27								
José Manuel de Abreu Pinto	258,5								
1772	258,5								
José Marques de Oliveira	314,5	1							
1757	56								
1758	56								
1759	202,5	1							
José Martins da Luz	1052,5								
1769	677,5								
1770	375								

José Mavinher			30						
1758			30						
José Monteiro de Carvalho	10163,07	26							
1756	1229,5	20							
1759	53	6							
1764	1880,5								
1765	1868,19								
1766	1785								
1768	3196,87								
1769	150								
José Monteiro Rabelo	49								
1772	49								
José Monteiro Teixeira	14								
1772	14								
José Oliveira Maia			28						
1766			28						
José Pereira	26								
1772	26								
José Pereira da Silva Basto e C^a				176,75					
1771				176,75					
José Pinto Alves de Oliveira			380						
1756			380						
José Pinto da Cunha	2472,5	10							
1756	145,5								
1757	36								
1758	80	7							
1759	322								
1764	490								
1765	465,5	3							
1766	217								
1767	147								
1768	248								
1769	178,5								
1771	143								
José Pinto Miragaia									4156
1772									4156
José Ribeiro			808,25						
1756			86						
1764			70						
1766			440						
1767			82,25						
1768			42						
1770			18						
1771			70						
José Rodrigues			234						

1764			234						
José Rodrigues Braga	6								
1772	6								
José Rodrigues de Azevedo			1819,15						
1759			481,75						
1765			136,25						
1766			230,4						
1767			355,09						
1768			109,65						
1770			112						
1771			196						
1772			198						
José Rodrigues dos Santos									1338
1764									1338
José Teixeira Felgueiras			2377,8						
1756			92						
1764			228						
1765			452,45						
1767			352,44						
1768			271,14						
1769			714,34						
1770			265,42						
1772			2						
José Teixeira Guimarães			106,54						
1772			106,54						
José Vicente de Andrade Beleza	5669,5	2							
1756	1364,5	2							
1759	34								
1764	470,5								
1765	658								
1767	790								
1768	1188,5								
1769	732								
1771	432								
José Vicente e Cª	1954,5								
1766	1115								
1770	839,5								
José Vieira de Azevedo	55,5		8567,77	2179,75					2884
1756	55,5		3390						
1757			1880						
1758			418						
1759			598						
1764				1071					
1765			312	230,25					
1767			29,89						2884

1768			1939,88						
1771				878,5					
José Vieira de Castro			5023,95						
1756			892						
1757			610						
1758			624						
1759			1080						
1764			531,75						
1765			409,75						
1766			254,52						
1767			464,92						
1768			157						
José Vieira de Melo	237		1727,36						
1765			62						
1766			401,04						
1767			455,32						
1768			236						
1769			393						
1770			24						
1771	134		34						
1772	103		122						
Josefa Teresa	12								
1772	12								
Lázaro Rodrigues			1963,3						
1766			114,68						
1767			170						
1768			191,57						
1769			234,72						
1770			438						
1771			532,32						
1772			282						
Leonardo Correia	5								
1756	5								
Lourenço de Almeida Dias	345,5	25,39							
1756	296,5	1,39							
1757	49								
1759		24							
Lourenço Huet Bacelar	85								
1756	32								
1764	53								
Lucas José dos Santos Cardoso			186						
1770			186						
Lucas Pereira de Faria	65								
1756	65								
Luís António de Amorim				37,5					4377

1770									4377
1772				37,5					
Luís Beleza de Andrade	10825,2								
1764	1548								
1765	1541,93								
1766	1762,18								
1767	2745,69								
1768	1462,68								
1769	970,14								
1770	698,56								
1772	96								
Luís Botelho	25								
1772	25								
Luís da Silva Leite			5811,42						
1756			17,5						
1758			248						
1759			1231,5						
1764			339,37						
1765			514,34						
1766			364						
1767			593,19						
1768			571,64						
1769			646,89						
1770			393,05						
1771			527,91						
1772			364						
Luís de Almeida Moraes	117,5								
1756	39,5								
1757	78								
Luís de Araújo	5								
1772	5								
Luís de Magalhães Coutinho	80								
1759	80								
Luís Fernandes	27								
1759	19								
1772	8								
Luís José	26								
1772	26								
Luís Manuel	29								
1772	29								
Luís Pereira da Fonseca	144,5								
1756	144,5								
Luís Pereira de Almeida					5933			600	
1756					5933				
1758								600	

Luís Pinto de Azevedo	862,5		4874,21					25746
1766			139,32					9526
1767			296					8356
1768			950,71					1350
1769			1301,5					
1770			708					2472
1771	423		714					
1772	439,5		764,67					4042
Luís Ribeiro Peixoto			1596					
1756			1206					
1759			96					
1765			214					
1767			46					
1768			34					
Luís Rodrigues	3							
1772	3							
Luísa da Silva								336
1772								336
Luísa Ferreira	23							
1756	23							
Luísa Maria	36,04							
1767	19							
1768	17,04							
Luísa Maria da Silva	10							
1766	10							
Manuel Afonso Rodrigues								10638
1769								10638
Manuel Alves	15		1256					29546
1756			1006					
1757			250					
1772	15							29546
Manuel Alves de Oliveira	178,5							
1772	178,5							
Manuel Alves do Adro	119	13						
1758	39							
1759	80	13						
Manuel Alves Pinto			140					
1771			72					
1772			68					
Manuel Alves Souto	175,5							
1758	175,5							
Manuel António			2					
1767			2					
Manuel António da Fonseca			16					
1765			16					

Manuel António Rendeiro	87								
1772	87								
Manuel Botelho			620,25						
1756			66						
1757			25,37						
1764			154,5						
1765			374,37						
Manuel Botelho de Almeida	66,5		52,71						3360
1756	66,5								
1766			52,71						3360
Manuel Carvalho	28		170,75						
1756	28								
1764			120,75						
1765			50						
Manuel Coelho			52						
1756			52						
Manuel Coelho Bastos									2008
1767									772
1769									1236
Manuel Coelho de Sampaio	78								
1756	78								
Manuel Correia de Azevedo									29260
1758									29260
Manuel Correia Dias				93,75					
1772				93,75					
Manuel da Assunção			2419						
1756			1373						
1757			956						
1758			90						
Manuel da Costa Pereira			652,75	107,5					
1756			652,75	107,5					
Manuel da Silva	29								
1772	29								
Manuel da Silva Monteiro			980,25						
1767			980,25						
Manuel de Almeida	3733	161							
1756	1137,5	89							
1757	1279	38							
1758	1304,5	34							
1772	12								
Manuel de Araújo	12								
1772	12								
Manuel de Azevedo	70								
1759	70								
Manuel de Meireles Guimarães			1103,82						

1767			182						
1768			34						
1769			310,32						
1770			220,32						
1771			144						
1772			213,17						
Manuel de Miranda	1								
1772	1								
Manuel de Oliveira Dias			1598						
1756			898						
1757			148						
1758			390						
1759			162						
Manuel de Oliveira Pedroso			230						
1756			196						
1764			34						
Manuel de Sá Monteiro			2,46	3701,62					26690
1764				1986					
1765				1036,87					
1766				185					3360
1768			2,46	20					6910
1769									16420
1772				473,75					
Manuel de Sequeira Pinto	155		2916,76						
1764			248						
1765			272						
1766			315						
1767			414,52						
1768			423,03						
1769			444,13						
1770			331,91						
1771			264,17						
1772	155		203,97						
Manuel de Sousa			10,86						
1772			10,86						
Manuel de Sousa Coutinho	33								
1772	33								
Manuel Dias	5								
1772	5								
Manuel do Couto Landim	20,5								
1756	10,5								
1759	10								
Manuel do Nascimento Pereira Dias				11					
1771				11					
Manuel dos Reis Sardoura						64			

1759						64			
Manuel Duarte Silva			2389,6	5360,25					
1756			917						
1757			396	214					
1765				1770					
1766			1076,6						
1767				1457,87					
1771				526,37					
1772				1392					
Manuel Duarte Silva e Cª				2789,75					
1766				2789,75					
Manuel Fernandes			2,75						
1770			2						
1772			0,74						
Manuel Fernandes Cruz Lada	11,5								16012
1756	11,5								
1758									6762
1759									9250
Manuel Fernandes de Sousa			592						
1756			592						
Manuel Fernandes Pereira	138,5	6							
1756	138,5								
1757		4							
1759		2							
Manuel Ferreira Ramos	66		238	82					
1756			238	82					
1757	31								
1758	35								
Manuel Ferreira Velho		8			10963	437		363	
1758		4							
1759		4				437		363	
1764					2710				
1767					3534				
1768					515				
1769					377				
1770					1573				
1771					740				
1772					1514				
Manuel Francisco da Costa	635		686,15	30					
1756	316								
1764	163		320						
1765	156		92						
1766			128,15						
1767				30					
1770			100						

1771			46						
Manuel Francisco da Silva Guimarães				2696,5					
1765				863,5					
1768				336					
1770				300					
1771				581					
1772				616					
Manuel Francisco de Almeida	489,5								
1756	409,5								
1757	80								
Manuel Francisco Regadas			4242,37						
1756			905						
1757			399,5						
1758			442						
1759			1540,62						
1764			435,25						
1765			398						
1766			76						
1767			46						
Manuel Gomes	33		56						
1769			56						
1772	33								
Manuel Gomes Ribeiro	2603,5								
1768	372,5								
1769	100								
1771	786								
1772	1345								
Manuel Gonçalves			1670,49						
1767			104						
1768			258						
1769			359,16						
1770			213,52						
1771			456,75						
1772			279,05						
Manuel Gonçalves Pereira			159,49	374,75					
1766			159,49						
1767				150					
1769				224,75					
Manuel Guedes Vicente	497,5	1							
1756	265,5	1							
1757	103								
1758	102								
1765	27								
Manuel Joaquim Gaioso				407,25					

1765				407,25					
Manuel Joaquim Pereira			4						
1772			4						
Manuel José de Araújo Basto	24		3567,03	2565,75					
1764			1380						
1765			663	28,75					
1766			479,2	358,75					
1767			352	651					
1768			349,58	582,75					
1769			260	830,75					
1770			83,25						
1771	12								
1772	12			113,75					
Manuel José de Azevedo			160,85	22,5					
1770			160,85						
1771				22,5					
Manuel José de Azevedo Ferreira			469,57	56,87					
1771			254						
1772			215,57	56,87					
Manuel José Gamito									12
1768									12
Manuel José Lopes			160						
1757			160						
Manuel José Ventura			3,61						
1768			3,61						
Manuel Lopes			74						
1756			10						
1771			64						
Manuel Lopes da Costa	334								
1756	216								
1757	118								
Manuel Lopes Neto									203,5
1768									203,5
Manuel Lopes Ribeiro			391	298					4
1766			123						
1767			42						
1768			226	119,25					4
1771				38					
1772				140,75					
Manuel Lopes Ribeiro Guimarães			12						90
1767									90
1769			12						
Manuel Luís Gaiosio									3024
1765									3024
Manuel Martins			4,1						

1766			4,1						
Manuel Mendes Vagos									1880
1769									1880
Manuel Monteiro	363,96								
1764	124,5								
1766	59,5								
1767	101,5								
1768	8,73								
1769	69,73								
Manuel Pereira de Sampaio	137,5	0,5							
1756	137,5	0,5							
Manuel Pereira Fernandes	12	12							
1764		12							
1772	12								
Manuel Pinto	2								
1758	2								
Manuel Pinto Cardoso	20,5								
1757	20,5								
Manuel Pinto Chaves	138,5								
1772	138,5								
Manuel Pinto de Azevedo			4						
1770			4						
Manuel Pinto França						25684			
1756						7781			
1758						17903			
Manuel Pires Barbosa		23							
1759		23							
Manuel Ribeiro dos Santos			2286						
1756			596						
1757			648						
1758			334						
1759			708						
Manuel Rodrigues Braga	570	3							4924
1756	317	3							
1757	161								
1759	92								
1769									4924
Manuel Rodrigues Pimentel	117,5		370	1054,87					
1756	44,5		64						
1765				75					
1766				301,12					
1768				342,75					
1770			40	336					
1771			266						
1772	73								

Manuel Simões Barros							200	60	
1756							200	60	
Manuel Soares Ferreira	382,5								
1756	219								
1757	96,5								
1758	67								
Manuel Teixeira Mourão	29								
1759	29								
Manuel Vaz Camelo					4217				
1771					4217				
Manuel Vieira			18						
1756			18						
Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho	88,5								
1756	49								
1759	39,5								
Marcelino Alves de Oliveira	143,5								
1756	93,5								
1757	50								
Marcelino Carneiro			1247	150					
1756			667						
1757			70						
1758			120						
1764			60						
1766			238						
1767				150					
1768			62						
1772			30						
Marcos Varela	52								
1756	36,5								
1757	15,5								
Maria do Amor Divino			242,39						
1770			210,39						
1771			32						
Maria Engrácia Caetana Pereira	499								
1758	204,5								
1759	196								
1767	98,5								
Maria Engrácia de Sousa	455	1							
1756	455	1							
Maria Jacinta do Amaral	7								
1772	7								
Maria Pinta Vieira de Sediellos	5								
1756	5								
Mariana de Mendonça			2971,85						

1767			200,25						
1768			353,83						
1769			879,28						
1770			482						
1771			580,32						
1772			476,16						
Mariana Francisca Pereira de Melo	235,5								
1756	235,5								
Mariana Teresa			114						
1768			42						
1769			54						
1770			18						
Marta de São Boaventura									25344
1758									12634
1759									12710
Martinho de Magalhães Faria e Sousa	64								
1757	34								
1758	30								
Miguel António de Almeida	114,5								
1771	114,5								
Miguel da Fonseca França	79								
1756	79								
Padre António Rabelo	4								
1772	4								
Padre Fr. Domingos do Desterro Religioso de S Francisco	39								
1756	39								
Padre Francisco Pinheiro da Congregação desta cidade	5								
1756	5								
Padre Jerónimo de Sousa	6								
1772	6								
Padre João de Almeida Monteiro	36								
1756	36								
Padre João de Carvalho	24								
1772	24								
Padre João José da Costa	3								
1756	3								
Padre José Inácio	137								
1772	137								
Padre Manuel da Conceição	24								
1772	24								
Padre Manuel de Sequeira	61								
1764	61								
Padre Manuel Mourão	7								

1772	7								
Padre Manuel Teixeira	14								
1772	14								
Padre Silvestre da Silva da Congregação desta cidade	19								
1756	19								
Padres da Congregação do Oratório desta cidade	77								
1756	77								
Padres Lóios	18,5								
1759	18,5								
Pantaleão da Cunha e Faria	104,5								
1764	14								
1772	90,5								
Pantaleão Pinto			1542						
1756			504						
1757			474						
1758			104						
1759			172						
1766			250						
1767			38						
Paulo Fernandes			600						
1756			600						
Paulo Fernandes Viana	74								
1756	37								
1757	37								
Paulo Lourenço de Araújo	31								2850
1756	31								
1758									2196
1766									654
Pedro Cabral Gusmão de Cernadelo	45								
1756	45								
Pedro da Costa Leal			1504,48						
1757			40						
1767			394						
1769			771,1						
1770			295,37						
1772			4						
Pedro de Oliveira Ramos	5503,74	28	316	1183,5					
1756	459,5	28	316						
1757	628,5								
1758	747,74			429,75					
1759	527			185					
1764	547,5								
1765	213								
1766	534								

1767	694			235					
1768	1152,5			333,75					
Pedro João					38				
1768					38				
Pedro José de Carvalho	8								
1772	8								
Pedro Martins Gonçalves	260,5			438					
1756	175,5								
1757	73								
1758	12								
1759				152					
1771				286					
Pedro Pinto da Cunha		191							
1756		63,5							
1757		42,5							
1758		76							
1759		9							
Pedro Soares			986,89						
1764			20						
1766			23,1						
1767			220,61						
1768			202,11						
1769			220,14						
1770			156,04						
1771			138,33						
1772			6,52						
Plácido António Correia	274								
1764	274								
Rafael José Pimentel	862,5								
1767	165								
1768	337								
1769	360,5								
Rdo. Abade Manuel da Costa Guimarães	84								
1757	84								
Rdo. António Moreira da Cruz									12
1769									12
Rdo. Dr. Manuel de Sousa Silva	25,5								
1756	25,5								
Rdo. João Cardoso do Vale	14								
1756	14								
Rdo. Rodrigo José de Sequeira	86								
1772	86								
Religiosas do Convento de Monchique	33								
1757	33								

Rodolfo Fernandes									4252
1772									4252
Rodrigo da Costa Pinto	10								
1770	10								
Rodrigo de Almeida	17								
1772	17								
Rosa de Sousa			60						
1764			60						
Rosa Maria Pereira			2461,35						
1764			1582						
1765			879,35						
Salvador de Carvalho da Costa			500						
1756			500						
Sargento-mor Domingos Ferreira Lima			6619,62						
1756			2105						
1757			752						
1758			1909						
1759			1853,62						
Sargento-mor Manuel Guedes dos Santos	116								
1764	116								
Sebastião Leme	17								
1772	17								
Sebastião Dias da Cruz		146,5							
1756		146,5							
Sebastião Gomes de Oliveira			2233,25						
1770			652,5						
1771			870,72						
1772			710,02						
Silvestre da Fonseca	9								
1772	9								
Silvestre dos Santos	11								
1772	11								
Silvestre José Gomes			1833,93	339,5					
1764			10						
1767			489,03	137					
1768			364						
1769			295,25	160					
1770			152						
1771			343,64	42,5					
1772			180						
Silvestre Lopes Ribeiro	5106	1							16705
1756	335	1							
1764	874								7255
1765	835								9450

1766	605								
1767	384								
1768	518								
1769	803								
1770	752								
Simão Pereira Leitão	61								
1772	61								
Simoa do Espírito Santo			200						
1757			100						
1759			100						
Teodósio Monteiro Porto			2						139434
1759									6214
1764									15064
1765									15544
1766			2						16195
1767									21976
1768									17453
1769									21273
1770									19997
1772									5718
Tomás dos Santos			24						
1771			24						
Tomé da Silva Porto	120,5								
1770	120,5								
Tomé Saldanha	9	0,29							
1756	9	0,29							
Ventura José Fortuna								326	
1766								326	
Vicente de Távora e Noronha	31								
1756	31								
Vicente Luís de Miranda			416						31338
1766			50						
1768			32						
1769			210						
1771			124						28271
1772									3067
Vitória Maria									188553
1758									37427
1764									25634
1765									24418
1766									26568
1767									14648
1768									9481
1769									13971
1770									19532

1772									16874
Total	130540,43	1423,76	322912,82	87922,75	370247	46782	1301	2342	2110416,5

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Anexo 2 - Mercadores britânicos que manifestaram produtos ao subsídio militar (1756-1772)

Nome/Ano do manifesto	Vinha (pipas)	Aguardente (pipas)	Bacalhau (quintais)	Ferro (quintais)	Sal (rasas)
Adam Standert	5597,21	3		988,5	
1757	1739	3			
1765	1843,63				
1766	1854			988,5	
1767	160,58				
Adam Standert e C^a	9430	66			
1756	2745				
1758	2596				
1759	2823,5	56			
1764	1265,5	10			
Alexandre Robertson	2045,96				
1764	271,73				
1765	200,73				
1767	119				
1768	269				
1769	341				
1770	349				
1771	495,5				
Alexandre Robertson e C^a	382				
1772	382				
Alexandre Robertson Henley	271	18			
1759	271	18			
Antônio de Oliveira Beckett					1644
1769					1644
Arturio Holdsvarte			305		5152
1757			305		
1758					5152
Arturio Holdsvarte e C^a					2120
1764					2120
Carlos Etty	11106,82	6			
1764	2396,74	6			
1765	3071,74				
1767	2957,34				
1768	2681				
Carlos Etty e C^a	20524,7				
1766	3161,5				
1769	4721,32				
1770	4873,37				
1771	4189,5				
1772	3579				
Carlos Page	2494,23				
1766	247				

1767	183,5				
1768	377,5				
1769	592,5				
1770	509,5				
1771	584,23				
Carlos Page e Cª	476,5				
1772	476,5				
Cristóvão Croft	325				
1759	325				
Diogo Archibald	6561,47	178			2016
1756	2476,23	62			
1757	1088	20			
1759	1025,5	96			2016
1764	1071,74				
1765	900				
Diogo Archibald e Cª	2434,5				
1758	1521,5				
1766	913				
Diogo Bell	3846,74	19,39			
1756	1807,5	9,39			
1757	1658	10			
1758	381,24				
Diogo Bell e Cª	1265,74	31			
1759	1265,74	31			
Diogo Bouman	5647,71	14			
1756	1949,75	14			
1764	1141				
1765	1221,23				
1766	1214,73				
1769	121				
Diogo Bouman e Cª	6425,45	1			
1757	678				
1759	897,24				
1767	1263				
1768	1164,97				
1769	679,5				
1770	687	1			
1771	1055,73				
Diogo Bouman e Franklin	718,24				
1772	718,24				
Diogo Brett e Cª	3726				
1770	3726				
Diogo Brett e Pearce	1682				
1771	1682				
Diogo Brett e Pearce e Cª	1614,5				

1772	1614,5				
Diogo Mcann	20				
1771	20				
Diogo Stuart	3144				
1766	653,5				
1767	373				
1768	374,5				
1769	298,5				
1770	546				
1771	475				
1772	423,5				
Diogo Stuart e C^a	7771,73	101,73	16		
1756	1505	16			
1757	300	7			
1758	951,5				
1759	1989,73	77,73			
1764	1560,5	1	16		
1765	1465				
Diogo Tulk	5493,74				
1764	44				
1765	303				
1766	185				
1767	231				
1768	722,74				
1769	948				
1770	936,5				
1771	1067,5				
1772	1056				
Diogo Wood	5566,67	1			5014
1756	532	1			
1757	288,5				
1759	551,5				
1764	683,5				
1765	444				
1766	583,5				
1767	485,73				5014
1768	455,5				
1769	325				
1770	362,93				
1771	403,5				
1772	451				
Diogo Wood e C^a	340,5				
1758	340,5				
Duarte Lambert	483,24				
1759	483,24				

Duarte Lambert e C^a	2294,23				
1756	1025				
1757	727				
1764	304,23				
1765	238				
Duarte Mcann	28		20,27		
1772	28		20,27		
Duarte Molloy	32,5				
1768	32,5				
Duarte Woodmas		12			
1758		12			
Francisco Bearsley	10671,97	12,47	1094,75		
1756	1745,74	0,24			
1757	641				
1758	1223,73	3			
1759	1194,5	7,23			
1764	657,5				
1765	1004,5				
1766		2			
1767	1222		1094,75		
1770	320,5				
1771	2518,5				
1772	144				
Francisco Bearsley e C^a	9339,46				
1759	588,73				
1766	1872				
1768	1585,5				
1769	1452				
1770	1709,23				
1772	2132				
Francisco Young	3152,32				
1765	260,09				
1766	253,73				
1767	282				
1768	291				
1769	560				
1771	622,5				
1772	883				
Francisco Young e C^a	613,24				
1770	613,24				
Fryer Helmes	1006,5	16			
1756	1006,5	16			
Guilherme Bearsley	3453,23	35,29			
1756	879	22,5			
1757	685,5	6,5			

1758	141,73	6,29			
1771	1172				
1772	575				
Guilherme Bearsley e Cª	133				
1770	133				
Guilherme Jewson	21				
1758	10,5				
1759	10,5				
Guilherme Jewson e Cª	626				
1771	77,5				
1772	548,5				
Guilherme Pawson	304,73	21	1214		
1756			1214		
1757	304,73	21			
Guilherme Pawson e Cª	1343,47	38			
1756	730	30			
1758	613,47	8			
Guilherme Routh	1026				
1768	49				
1769	216				
1770	201				
1771	324				
1772	236				
Guilherme Warre	22913,62	77,63			
1756	3434,23	20			
1757	2259	9			
1758	2296,5	8,63			
1759	2455,89	40			
1765	2710				
1766	1496,5				
1767	2349				
1768	3290,5				
1769	2622				
Guilherme Warre e Cª	12079,24				
1764	2272,24				
1770	3194				
1771	3702				
1772	2911				
Guilherme Wharthon	654				
1771	267				
1772	387				
Henrique Berne	5970,95	19			
1756	1013,24				
1758	498,74	1			
1759	614	18			

1764	487				
1765	650,5				
1766	667				
1767	622				
1768	697,46				
1769	721				
Henrique Berne e C^a	400	1			
1757	400	1			
Henrique Diogo Bull	45				
1756	33				
1757	12				
Henrique Haugton	1422,7				
1768	1422,7				
Henrique Haugton e C^a	1286,5				
1769	1286,5				
Hiques Vells	2353,97	11			131
1758	425,23				
1759	164,5	11			131
1765	252				
1766	465,5				
1767	618				
1768	265,74				
1769	163				
Hiques Vells e C^a	1570,5	15			
1756	1001	15			
1757	569,5				
João Caulet e C^a	2747,73	6			
1756	914	3			
1757	400	3			
1758	513,73				
1759	920				
João Claes	7582,06		8		1342
1766	992,23				1342
1767	1093				
1769	2107,5				
1770	3389,32		8		
João Claes e C^a	9828,64		417,94		
1764	510,5				
1765	858				
1768	1853,14				
1769	1369				
1771	3012,5				
1772	2225,5		417,94		
João Colling	763				
1764	54,5				

1765	64				
1766	154				
1767	182				
1768	132				
1770	91,5				
1772	85				
João Colling e C^a	91,5				
1771	91,5				
João Farmer	858,93		605,13		
1764	5,43				
1765	13,5		605,13		
1766	194				
1769	124				
1770	103,5				
1771	418,5				
João Farmer e C^a	283,24		887,15		
1766			887,15		
1767	283,24				
João Fryer e C^a	399				
1757	399				
João Hesketh e C^a	1267				
1772	1267				
João Hitchcock	20,5				
1758	20,5				
João Jewson	56				
1756	56				
João Marshall	355,5				
1765	149,5				
1766	126,5				
1767	79,5				
João Nevill	5515,79	1			
1756	479,5				
1757	202,87				
1758	450,5				
1759	631,18	1			
1764	477				
1765	447,73				
1766	355				
1767	269				
1768	352,5				
1769	285,5				
1770	516,5				
1771	582				
1772	466,5				
João Olivell	3146,23		15139,07		25319

1764					4445
1767					10670
1768	497		2040,34		2362
1769	520,5		920,83		
1770	587,73		855,11		
1771	715,5		1116,6		
1772	825,5		10206,16		7842
João Page	693,5	4,29			
1756	693,5	4,29			
João Page e Cª	1212,67	7,13			
1757	474,58	2			
1758	361,08	2,63			
1759	377	2,5			
João Perry	4407,3	10			
1758	91,5	10			
1764	568,73				
1765	815,23				
1766	1132				
1767	971				
1768	828,84				
João Perry e Cª	5534,5				
1769	1535,5				
1770	1311,5				
1771	1442				
1772	1245,5				
João Roo	296				
1756	296				
João Samson	5695,93				
1764	89,5				
1765	529,5				
1766	449				
1767	600,43				
1768	542				
1769	853,5				
1770	651				
1771	937				
1772	1044				
João Searle	688				
1769	688				
João Searle e Cª	2573,5				
1770	1021,5				
1771	586				
1772	966				
João Swarbreck	4543,5	140,5			
1756	2044	54			

1757	615	60,5			
1758	843	26			
1764	1041,5				
João Swarbreck e C^a	3615,23	23,5			
1759	1235,5	23,5			
1765	1124,5				
1766	1255,23				
João Vade	94				
1758	94				
João Vade e C^a	84				
1757	45				
1758	39				
João Witte	248				
1764	248				
João Witte e C^a	287,31				
1765	238,53				
1766	48,78				
Jorge Allen	996,5				
1758	144,5				
1759	198				
1764	265				
1765	231				
1766	151				
1767	7				
Jorge Bullimore					1624
1759					1624
Jorge Wye	458,09				
1767	111				
1768	347,09				
Jorge Wye e C^a	3918,91		1787,12		
1765	237				
1766	168,24				
1769	818,42				
1770	1122,24				
1771	878,5				
1772	694,5		1787,12		
Matheus Testas	7085		1525		
1756	1158,5		1525		
1757	638				
1759	919				
1764	994,5				
1765	901,5				
1766	1166				
1767	1307,5				
Matheus Testas e C^a	941,5				

1758	941,5				
Oliveira Beckett	23262,85	6			
1764	1350	6			
1765	1825,5				
1766	1756				
1767	2017				
1768	4466,79				
1769	4717,28				
1770	262				
1771	4502,5				
1772	2365,78				
Oliveira Beckett e C^a	2993,18				
1770	2993,18				
Page Campion e C^a	923,24				
1764	376,24				
1765	547				
Paulo White	28,5				
1769	28,5				
Ricardo Plunkett	1195				
1759	174,5				
1765	315,5				
1766	150				
1767	111				
1770	127,5				
1771	316,5				
Ricardo Thompson	14100,47		6		
1764			4		
1765	1791,5				
1766	2173,5				
1767	2372,24				
1768	2149,5				
1769	1390				
1770	1287,23				
1771	1370,5		2		
1772	1566				
Ricardo Thompson e C^a	1398,23	83,5			
1758	649	61			
1759	749,23	22,5			
Ricardo Tidswel	3577				
1764	528,5				
1765	807				
1766	863,5				
1769	471,5				
1771	906,5				
Ricardo Tidswel e C^a	5511,78	31			

1756	1050,5	14			
1757	557,5	1			
1758	576,78	5			
1759	785	11			
1767	599				
1768	762				
1770	550				
1772	631				
Roberto Archibald	57				
1769	19				
1770	19				
1771	19				
Roberto Porrett e C^a	4264	78,41			
1756	3117,5	76,73			
1758	1146,5	1,68			
Samuel Weaver	308,5				
1771	116				
1772	192,5				
Simão Nutte	2305,23	64,89			
1756	715	28			
1758	901	7,5			
1759	689,23	29,39			
Simão Nutte e C^a	402,5	2,5			
1757	402,5	2,5			
Thomas Croft	12457,73	101,73	10		
1757	765,73	2			
1758	1031	26,5			
1759	1453	73,23			
1766	1423,5				
1767	1297				
1769	1219,5		10		
1770	1661,5				
1771	1699				
1772	1907,5				
Thomas Croft e C^a	3258,73	52			
1756	1523,23	52			
1768	1735,5				
Thomas Dawson	629,5	2	989		
1757	244,5	1			
1758	385	1			
1759			989		
Thomas Dawson e C^a	489,87	6,19			
1756	478	6			
1759	11,87	0,19			
Thomas Delaney	577				

1770	84				
1771	140				
1772	353				
Thomas Evans	281,5				
1771	94,5				
1772	187				
Thomas Lambert	5329		73		
1766	445				
1767	1093,5		71		
1768	1295				
1769	910		2		
1770	1585,5				
Thomas Lambert e C^a	4585,23				
1770	344,73				
1771	2251,5				
1772	1989				
Thomas Staford	2222,93		28920,14		7523
1764	205,73		3339,75		
1765	567,73		4558,14		3714
1766	392,73				
1767	463,24		8610,53		3809
1768	36,5				
1769	182		1879,06		
1770			9241,36		
1771	375				
1772			1291,28		
Thomas Staford e C^a	1178,97		29754,95		5706
1766	331,5		7058,82		5706
1768	251,24		5663,17		
1770	344,73				
1771	29,5		5916,61		
1772	222		11116,33		
Thomas Turner	1385				
1771	380				
1772	1005				
Thomas Wilkinson	1161,5	6			
1756	774,5	3			
1757	387	3			
Thomas Wilkinson e C^a	1274,92	21,5			
1758	570,92	8			
1759	704	13,5			
Townsend Wettenhall	8474,89	14			
1756	849,5	1			
1758	609	5			
1759	622,5	8			

1764	404,5				
1765	698				
1766	755				
1767	516				
1768	676,89				
1769	794,5				
1770	794,5				
1771	899,5				
1772	855				
Townsend Wettenhall e C^a	530				
1757	530				
Total	372590,82	1359,68	82772,55	988,5	57591

Fonte: AHMP – *Manifestos da contribuição dos géneros gravados como Subsídio Militar desta cidade*, livs. 38-50.

Anexo 3 - Comércio interno de produtos v nicos, em pipas, dos mercadores portugueses (1775-1800)

Nome/Destino	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Vinagre
Abade António Manuel Camelo			1,25			
Lisboa			1,25			
Abade de Fonte Boa					5	
Lisboa					5	
Abade de S. Bento	0,5					
Lisboa	0,5					
Abade de S. Bento de Refoios					1	
Lisboa					1	
Abade de Sever Baltasar de Sousa Dragão			80			
Lisboa			80			
Abade de Viariz	0,47					
Lisboa	0,47					
Abade do Mosteiro de S. Bento da Vitória			0,14			
Lisboa			0,14			
Abade do Mosteiro de S. Marcos			0,25			
Figueira da Foz			0,25			
Abade João Ferreira de Seixas			2			
Lisboa			2			
Abade José António Esteves	1					
Lisboa	1					
Abade José Ferreira das Neves			33			
Lisboa			33			
Abade Manuel Marinho					2	
Lisboa					2	
Adriano Afonso					2	
Lisboa					2	
Adriano Machado Braga	0,25					
Lisboa	0,25					
Agostinho Domingues Nunes	4,14		3,5			
Lisboa	4,14		3			
Setúbal			0,5			
Agostinho José Pereira			4			
Vila Real de Santo Antão			4			
Agostinho Neto de Matos	0,75					
Lisboa	0,75					
Agostinho Pereira Silva				0,49		
Monte Gordo				0,49		
Agostinho Pio da Silva			2,5			
Lisboa			2,5			
Agostinho Soares				0,25		

Setúbal				0,25		
Albino António	0,5					
Lisboa	0,5					
Albino António da Cunha Novais	3					
Lisboa	3					
Alexandre André Nunes Leal de Gusmão			1			
Lisboa			1			
Alexandre António Bom e Filho	0,25					
Lisboa	0,25					
Alexandre Barbosa de Abreu & Lima			55			
Lisboa			55			
Alexandre Coelho Fragoso			2			
Lisboa			2			
Alexandre José da Costa		0,5	1	0,3		
Lisboa		0,5	1	0,3		
Alexandre José Ferreira Brandão	6,24		4,82		1	
Lisboa	6,24		4,82		1	
Alexandre Ribeiro			7,47			
Lisboa			7,47			
Alvares Gouveia & Cª	145					
Lisboa	145					
Álvaro José Rodrigues					5	
Lisboa					5	
Álvaro Leite Pereira			0,23			
Lisboa			0,23			
Álvaro Rodrigues					2	
Lisboa					2	
Amaro Dias	0,09					
Lisboa	0,09					
Amaro José Cardoso					2	
Setúbal					2	
Amaro Pereira Soares & Cª	1					
Lisboa	1					
Ana Borges de Sá			110			
Lisboa			110			
Ana Maria Aurélia					1	
Lisboa					1	
Ana Vitória da Silva				0,47		
Vila Real de Santo Antº				0,47		
André Alves					4	
Lisboa					4	
André Lopes da Costa	0,47					
Lisboa	0,47					
André Pereira					1	
Setúbal					1	
António Alexandre Pereira			0,25			
Viana			0,25			

António Alvares			200		5	
Lisboa			120		5	
S. Martinho			80			
António Alvares da Costa			12			
Lisboa			12			
António Alvares da Cruz e Sousa	135,5		2,73			
Lisboa	135,5		2,73			
António Alvares de Canedo					2	
Lisboa					2	
António Alvares Pereira	2					
Lisboa	2					
António Alvares Pinto Vilar			59			
Lisboa			59			
António Alvares Ribeiro			4,23		1	
Lisboa			4,23		1	
António Alves Ferreira			0,25			
Lisboa			0,25			
António Baptista			6			
Lisboa			6			
António Barbosa Barros	0,25					
Lisboa	0,25					
António Bernardes da Silva	6	0,25	3,28		5	1
Ilha Terceira			0,09			
Lagos	0,75					
Lisboa	5,25	0,25	3,19		5	1
António Bernardo Alvares da Silva			0,5			
Lisboa			0,5			
António Caetano de Sousa e Faria			51			
Lisboa			51			
António Carlos Arantes			0,34			
Lisboa			0,25			
Viana			0,09			
António Coelho de Carvalho	0,25					
Lisboa	0,25					
António Coelho Sampaio	0,5		0,5			
Lisboa	0,5		0,5			
António Correia			1			
Lisboa			1			
António Correia Leitão da Fonseca					2	
Lisboa					2	
António da Costa	0,14					
Lisboa	0,14					
António da Costa Barros Guimarães			0,25			
Lisboa			0,25			
António da Costa Moreira					1	
Lisboa					1	
António da Costa Sampaio			0,25			

Lisboa			0,25			
António da Cunha			0,48			
Lisboa			0,48			
António da Cunha Guimarães	121		371		2	
Lisboa	121		371		2	
António da Fonseca Pinto			8			
Lisboa			8			
António da Rocha Soares	0,32					
Lisboa	0,32					
António da Silva Basto & Cª					22	
Lisboa					22	
António da Silva do Amaral					0,14	
Lisboa					0,14	
António da Silva Monteiro			0,25			
Lisboa			0,25			
António da Silva Pereira			0,5			
Lisboa			0,5			
António da Silva Portela			1,07			
Lisboa			1,07			
António da Silva Ribeiro				0,44		
Lisboa				0,44		
António da Silva Ribeiro Guimarães	8		1,25			
Lisboa	8		1,25			
António da Silveira Pinto da Fonseca	23					
Lisboa	23					
António de Abreu					3	
Lisboa					3	
António de Almeida			7			
Lisboa			7			
António de Barros Vilas Boas			0,25			
Lisboa			0,25			
António de Freitas	2,25		0,75		1	
Lisboa	2,25		0,75		1	
António de Freitas Barreto Queirós			13			
Lisboa			13			
António de Freitas de Faria			20			
Lisboa			20			
António de Meireles Sousa					1	
Lisboa					1	
António de Miranda					2	
Lisboa					2	
António de Moraes			6			
Lisboa			6			
António de Moraes Cardoso Garcês			5			
Lisboa			5			
António de Moura			0,25			
Lisboa			0,25			

António de Moura Coutinho de Almeida			18			
Lisboa			18			
António de Sequeira					2	
Lisboa					2	
António de Sousa Azevedo			30			
Lisboa			30			
António de Sousa de Cables					3	
Lisboa					3	
António de Sousa Lobo	271,02		548,48			
Lisboa	271,02		548,48			
António de Sousa Melo de Vasconcelos			20			
Lisboa			20			
António de Sousa Reis	12					
Lisboa	12					
António Dias de Castro				0,25		
Lisboa				0,25		
António Dias Ferreira	2,23	0,25	1,98			
Lisboa	2,23	0,25	1,98			
António e Francisco Rodrigues de Oliveira	1,15					
Lisboa	1,15					
António Feliciano Aparício			0,5			
Lisboa			0,5			
António Felix de Campos			0,59			
Lisboa			0,59			
António Fernandes			0,25			
Lisboa			0,25			
António Fernandes da Costa			0,25			
Lisboa			0,25			
António Fernandes da Costa Pereira	2	2,25	1,75			
Lisboa	2	2,25	1,75			
António Fernandes da Silva	1,75		1,75			
Lisboa	1,75		1,75			
António Fernandes Ferreira					1	
Lisboa					1	
António Ferreira Braga			0,5			
Lisboa			0,5			
António Ferreira Cabral			1			
Lisboa			1			
António Ferreira Cabral Pais de Amaral			2			
Lisboa			2			
António Ferreira de Moura	2,48					
Lisboa	2,48					
António Ferreira dos Santos	6,5		1			
Lisboa	6,5		1			
António Ferreira Pacheco			0,25			
Lisboa			0,25			
António Francisco						15

Lisboa						15
António Francisco Chaves	0,25					
Lisboa	0,25					
António Francisco Pereira			0,75			
Lisboa			0,75			
António Francisco Ribeiro Guimarães			2,25			
Lisboa			2,25			
António Francisco Rodrigues	30		215,47			
Lisboa	30		215,47			
António Francisco Rodrigues de Oliveira	0,5					
Lisboa	0,5					
António Freitas de Araújo Ferreira	0,25					
Lisboa	0,25					
António Gerales Bernardes			1			
Setúbal			1			
António Gomes	3		0,5		6,25	7,75
Lisboa	3		0,5		6,25	7,75
António Gomes de Almeida			0,5			
Lisboa			0,5			
António Gonçalves					2	
Lisboa					2	
António Gonçalves de Castro	0,23					
Lisboa	0,23					
António Gonçalves de Valdigem			15			
Lisboa			15			
António Joaquim de Pinho			0,25			
Lisboa			0,25			
António Joaquim Mendes de Araújo			23,42			
Lisboa			23,42			
António Joaquim Peixoto	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
António Jorge Coimbra					5	
Lisboa					5	
António José			2		2	
Lisboa			2		2	
António José Alvares			13			
Lisboa			13			
António José Cardoso	29					10
Lisboa	29					10
António José Carneiro	48,78		4,71			
Lisboa	48,78		4,71			
António José Cesar	0,25					
Lisboa	0,25					
António José Coimbra					2	
Lisboa					2	
António José da Costa Oliveira					2	
Lisboa					2	

António José da Cruz da Assunção	0,5					
Lisboa	0,5					
António José da Cunha			0,25			
Lisboa			0,25			
António José da Cunha Reis	1,73		30,96			0,75
Lisboa	1,73		29,96			0,75
Setúbal			1			
António José da Silva			0,92			
Lisboa			0,92			
António José de Araújo Guimarães			6			
Lisboa			6			
António José de Carvalho			3		1	
Lisboa			3		1	
António José de Carvalho Basto			0,75			
Lisboa			0,75			
António José de Figueiredo			1			
Setúbal			1			
António José de Freitas			7		1	
Lisboa			7		1	
António José de Meireles					2	
Lisboa					2	
António José de Mesquita			162			
Lisboa			162			
António José de Miranda	5,03		2,25		2,7	
Lisboa	5,03		2,25		2,7	
António José de Oliveira e Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
António José de Sampaio	0,25					
Lisboa	0,25					
António José Dias de Azevedo & Cª			1			
Lisboa			1			
António José dos Santos	4					
Lisboa	4					
António José dos Santos Nogueira	0,14					
Lisboa	0,14					
António José Duarte	0,25		6,73			12
Lisboa	0,25		6,73			12
António José Duarte Silva	0,25		5,75			
Lisboa	0,25		5,75			
António José Estácio			0,5			
Lisboa			0,5			
António José Fernandes			6,25	4		4
Lisboa			6,25			4
Vila Real de Santo Antº				4		
António José Fernandes Boucinha			21			
Lisboa			21			
António José Fernandes Silva			15			

Lisboa			15			
António José Ferreira Leal					4	
Lisboa					4	
António José Gonçalves	0,14					
Lisboa	0,14					
António José Guimarães			1,75			
Lisboa			1,75			
António José Machado					7	
Lisboa					7	
António José Pereira	7		0,25			
Lisboa	7		0,25			
António José Pereira de Castro			0,25			
Lisboa			0,25			
António José Pereira de Faria	0,05		0,23			
Lisboa	0,05		0,23			
António José Pereira Gordo			4			
Lisboa			4			
António José Pimentel			38			
Lisboa			38			
António José Pinto Gonçalves			0,5			
Lisboa			0,5			
António José Rebelo	0,5					
Lisboa	0,5					
António José Rebelo Guimarães	5,75					
Lisboa	5,75					
António José Ribeiro	0,42		0,63			
Lisboa	0,42		0,63			
António José Ribeiro Cardoso			17,75			
Lisboa			17,75			
António José Ribeiro da Silva			0,5			
Lisboa			0,5			
António José Ribeiro de Faria	0,78		0,25			
Lisboa	0,78		0,25			
António José Ribeiro Guimarães			2			
Lisboa			2			
António José Rodrigues			1,25			
Lisboa			1,25			
António José Soares			4			
Lisboa			4			
António José Soares da Mota			1,5			
Lisboa			1,5			
António José Soares da Silva	2					
Lisboa	2					
António José Soares Pinto						4
Lisboa						4
António José Tavares			0,25			
Lisboa			0,25			

António José Teixeira Duarte	0,25					
Lisboa	0,25					
António José Trindade			24			
Lisboa			24			
António José Vaz			37		1	
Lisboa			37		1	
António José Vaz Ferreira			224,25		8	1
Alcácer do Sal			15			
Lisboa			195		2	
Setúbal			14,25		6	1
António Leite Teixeira			1			
Lisboa			1			
António Lopes					0,23	
Setúbal					0,23	
António Lopes da Cunha						1
Lisboa						1
António Luís					1	
Lisboa					1	
António Luís Alves			1,5			
Lisboa			1,5			
António Luís Alves Soares Pinto					20	
Lisboa					20	
António Luís da Fonseca			28,25			
Lisboa			28,25			
António Luís Dias					1	
Lisboa					1	
António Luís Fernandes	0,5		2			
Lisboa	0,5		2			
António Luís Ferreira			0,25			
Lisboa			0,25			
António Luís Machado					2	
Lisboa					2	
António Luís Pacheco					5	
Lisboa					5	
António Luís Pereira de Andrade					1	
Lisboa					1	
António Luís Ribeiro			10			
Lisboa			10			
António Luís Vieira			1			
Lisboa			1			
António Manuel de Oliveira			0,23			
Lisboa			0,23			
António Manuel de Oliveira & Cª	60		3			
Lisboa	60		3			
António Manuel de Oliveira e Silva			0,28			
Lisboa			0,28			
António Maria Furtado de Mendonça			1			

Lisboa			1			
António Marques de Canelas			10			
Lisboa			10			
António Martins			4			
Lisboa			4			
António Martins Alvares de Almeida	0,09					
Lisboa	0,09					
António Martins Basto				0,5		
Lisboa				0,5		
António Martins da Cruz			0,25			
Lisboa			0,25			
António Martins de Carvalho			3,5			
Lisboa			3,5			
António Mendes de Magalhães Leite					5	
Lisboa					5	
António Miguel					2	
Lisboa					2	
António Moreira de Valadares			0,25			
Lisboa			0,25			
António Pedro de Alcântara Sá Lopes	0,25					
Ilha Terceira	0,25					
António Peixoto Guimarães	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
António Pereira					11	
Lisboa					11	
António Pereira Braga			0,25			
Lisboa			0,25			
António Pereira Cardoso			0,5			
Lisboa			0,5			
António Pereira da Rocha	1		0,5			
Lisboa	1		0,5			
António Pereira de Almeida			0,23			
Figueira da Foz			0,23			
António Pereira de Carvalho			42			
Lisboa			42			
António Pereira de Melo			0,23			
Lisboa			0,23			
António Pereira de Mesquita			1			
Lisboa			1			
António Pereira dos Santos	8					
Lisboa	8					
António Pereira Duarte			7,5			
Lisboa			7,5			
António Pereira Fernandes					4	
Lisboa					4	
António Pereira Freixieiro					1	
Setúbal					1	

António Pereira Guimarães					1	
Lisboa					1	
António Pereira Ribeiro	0,25					
Lisboa	0,25					
António Pereira Tavares		0,25				
Lisboa		0,25				
António Perfeito Pereira Pinto			0,5			
Lisboa			0,5			
António Pinheiro e Manuel Gomes			13			
Lisboa			13			
António Pinheiro Lobo			0,25			
Lisboa			0,25			
António Pinto Cabral			1			
Lisboa			1			
António Pinto da Serdoura			0,47			
Lisboa			0,47			
António Pinto da Silva Videira			0,23			
Lisboa			0,23			
António Pinto Galdrão			5			
Lisboa			5			
António Pinto Pereira	0,48		10,53			
Figueira da Foz			0,5			
Lisboa	0,48		10,03			
António Pinto Rosa	0,23					
Lisboa	0,23					
António Pires da Silva	0,5		0,5			
Figueira da Foz			0,5			
Lisboa	0,5					
António Ribeiro Braga	41		30,47			
Lisboa	41		30,47			
António Ribeiro da Fonseca			13			
Lisboa			13			
António Ribeiro da Silva			4			
Lisboa			4			
António Ribeiro da Silva Guimarães						9
Lisboa						9
António Ribeiro da Silva Queirós			0,25			
Lisboa			0,25			
António Ribeiro de Castro	0,5					
Lisboa	0,5					
António Ribeiro de Mesquita Pimenta	0,75		2			
Lisboa	0,75		2			
António Ribeiro de Vilar de Massada			1			
Lisboa			1			
António Ribeiro dos Santos	0,53		0,75		1,5	
Figueira da Foz	0,05					
Lisboa	0,48		0,75		1,5	

António Ribeiro Guimarães			1,5			
Lisboa			1,5			
António Rodrigues Barbosa	0,09					
Lisboa	0,09					
António Rodrigues da Silva			0,5			
Lisboa			0,5			
António Rodrigues da Silva Guimarães	0,34					
Lisboa	0,34					
António Rodrigues de Azevedo	2,75		0,25			
Figueira da Foz	2,75		0,25			
António Rodrigues de Oliveira	2,5					
Viana	2,5					
António Rodrigues Jordão			12			
Lisboa			12			
António Setaro			0,5			
Lisboa			0,5			
António Soares da Costa					3	
Lisboa					3	
António Tavares de Castro			0,25			
Lisboa			0,25			
António Tavares de Pinho					1	
Lisboa					1	
António Tavares Ferreira			13			
Alcácer do Sal			13			
António Teixeira					11	
Lisboa					11	
António Teixeira de Magalhães			8			
Lisboa			8			
António Teixeira de Melo			3,47			
Lisboa			3,47			
António Teixeira Machado				0,19		
Lisboa				0,19		
António Teixeira Mendes					5	
Lisboa					5	
António Teixeira Rebelo Cabral			0,09			
Lisboa			0,09			
António Tomás de Almeida			1,5			
Lisboa			1,5			
António Tomás de Almeida da Silva			2,75			
Lisboa			2,75			
António Vieira Caldas			0,5			
Lisboa			0,5			
António Xavier Monteiro				0,25		
Lisboa				0,25		
Arcipreste de Lamego António Pinheiro da Fonseca			1			
Lisboa			1			
Aurélio Tomás Teixeira e Leão Teixeira					3	

Lisboa					3	
Aurélíio Tomás Teixeira Falcão					4	
Lisboa					4	
Bacharel José Dias Mourão			1			
Lisboa			1			
Balio de Leça Manuel José de Azevedo	1,5					
Lisboa	1,5					
Baltasar Luís					3	
Lisboa					3	
Baltasar Luís de Moura					1	
Lisboa					1	
Baltasar Luís Lopes e Gervásio Martins					7	
Lisboa					7	
Baltasar Vicente	0,25					
Lisboa	0,25					
Baptista João				0,09		
Lisboa				0,09		
Barão de Alverca			1			
Lisboa			1			
Barbosa de Lima & Cª	5,75					
Lisboa	5,75					
Barnabé de Oliveira Maia	0,75		17,25			
Lisboa	0,75		6,25			
Vila do Conde			11			
Bento Alvares de Sousa			10			
Lisboa			10			
Bento Alvares e Teresa Maria Teixeira					2	
Lisboa					2	
Bento António de Abreu e Brito			1,25			
Lisboa			1,25			
Bento Borges			0,19			
Lisboa			0,19			
Bento da Cunha Jácome					5	
Lisboa					5	
Bento de Sequeira Santos	1,25		13,25		104,5	
Lisboa	1,25		13		104,5	
Setúbal			0,25			
Bento Ferreira de Queirós			0,5			
Lisboa			0,5			
Bento Francisco Correia	0,75		1,75			
Lisboa	0,75		1,5			
Viana			0,25			
Bento Gomes Delgado	1,5					
Lisboa	1,5					
Bento Gomes Duarte	110					
Lisboa	110					
Bento José da Costa					1	

Lisboa					1	
Bento José da Silva Braga	3,73	0,97	3,53			
Lisboa	3,73	0,97	3,53			
Bento José de Faria	49		0,5			20
Lisboa	49		0,5			20
Bento José Dias					2	
Lisboa					2	
Bento José Gonçalves			3,25			17
Lisboa			3,25			17
Bento José Gonçalves de Faria	64,5					
Lisboa	64,5					
Bento José Lopes	0,14					
Lisboa	0,14					
Bento José Rodrigues	0,25		3,25			
Lisboa	0,25		3,25			
Bento José Vilaça	9,25		13,25			
Lisboa	9,25		13,25			
Bento Luís da Costa			1,75			
Lisboa			0,75			
Viana			1			
Bento Luís da Costa Sousa	1		0,25			
Lisboa	1					
Viana			0,25			
Bento Luís Pinto					2	
Lisboa					2	
Bento Rodrigues Guimarães			6			
Lisboa			6			
Bernardino António do Outeiro	0,23		0,5		2	
Lisboa	0,23		0,5		2	
Bernardino José de Oliveira	365					
Lisboa	365					
Bernardo António Marques	0,5		3			
Lisboa	0,5		3			
Bernardo António Monteiro	0,5				7,34	
Lisboa	0,5					
Setúbal					7,34	
Bernardo da Fonseca			9			7
Lisboa			9			7
Bernardo de Lemos	0,25					
Viana	0,25					
Bernardo de Sousa Vieira			111,75			
Lisboa			111,75			
Bernardo Ferreira					2	
Lisboa					2	
Bernardo Ferreira da Costa	0,75					
Lisboa	0,75					
Bernardo Joaquim da Costa	0,25					

Lisboa	0,25					
Bernardo José de Magalhães					3	
Lisboa					3	
Bernardo José de Melo	3					
Lisboa	3					
Bernardo José de Oliveira Basto			0,5			
Lisboa			0,5			
Bernardo José de Sousa e Silva			0,5			
Lisboa			0,5			
Bernardo José Ferreira Azevedo	0,14					
Lisboa	0,14					
Bernardo José Gonçalves	479		650,22			
Lisboa	478,5		650,22			
Setúbal	0,5					
Bernardo José Leite Pereira					17	
Lisboa					17	
Bernardo José Machado					12	
Lisboa					12	
Bernardo José Monteiro França			12	0,25		
Lisboa			12			
Viana				0,25		
Bernardo Nogueira Pires	35		159,25			37
Lisboa	35		159,25			37
Bernardo Pereira Rodrigues	0,25					
Lisboa	0,25					
Bernardo Teixeira			0,5			
Lisboa			0,5			
Bernardo Teixeira Falcão de Andrade					18	
Lisboa					18	
Bispo de Lamego			98			
Lisboa			98			
Bispo de Pinhel			2			
Lisboa			2			
Brás da Costa Guimarães			0,7			
Lisboa			0,7			
Brás da Fonseca e Sousa			3,25			
Lisboa			3,25			
Brás de Abreu Aranha e Araújo	31		3,5			
Lisboa	31		3,5			
Caetano Diogo Parreiras e Silva			0,23			
Lisboa			0,23			
Caetano José de Almeida e Silva	2,75	0,25	0,75			
Ilha de S. Miguel	2,75					
Lisboa		0,25	0,75			
Caetano José dos Santos	8,25		0,72		0,5	32
Lisboa	8,25		0,72		0,5	22
Setúbal						10

Caetano José Pereira Marinho			8,5			
Lisboa			8,5			
Caetano Maurício	0,25					
Lisboa	0,25					
Caetano Parreiras e Silva Pais Correia			0,25			
Lisboa			0,25			
Caetano Reina			2			
Lisboa			2			
Camilo Lélis Costa Alvares Pereira	0,37					
Lisboa	0,37					
Camilo Pereira Soares Laroche	4	2	1		3	
Lisboa	4	2	1		3	
Capitão António Cardoso Pinheiro			5			
Lisboa			5			
Capitão António da Costa Barros			8,5			
Lisboa			8,5			
Capitão António de Sousa Pires			0,25			
Lisboa			0,25			
Capitão António Francisco Pinheiro			1,5			
Lisboa			1,5			
Capitão António José da Costa					1	
Lisboa					1	
Capitão António Luís da Piedade				1,25		
Lisboa				1,25		
Capitão António Pinto Machado			18			
Lisboa			18			
Capitão Bento Inácio			98			
Lisboa			98			
Capitão Constantino José de Faria	109,75		3,72			
Lisboa	109,75		3,72			
Capitão Diogo Gomes Barroso	0,81					
Lisboa	0,81					
Capitão Domingos da Fonseca	0,25					
Lisboa	0,25					
Capitão Felix Cardoso de Lima			0,25			
Lisboa			0,25			
Capitão Francisco Borges			18			
Lisboa			18			
Capitão Francisco Cardia Neto	20,25		0,5	1		
Lisboa	20,25		0,5	1		
Capitão João António de Moraes			0,25			
Lisboa			0,25			
Capitão João de Carvalho dos Santos					3	
Lisboa					3	
Capitão João Francisco Guimarães	31,5			1,25		
Ilha da Madeira				0,5		
Ilha Terceira	1,5			0,75		

Lisboa	30					
Capitão João Peixoto de Faria			1			
Lisboa			1			
Capitão João Ribeiro dos Santos			18	1		
Lisboa			18	1		
Capitão José António			0,25			
Lisboa			0,25			
Capitão José António de Meneses			1			
Lisboa			1			
Capitão José Caetano					2	
Lisboa					2	
Capitão José da Rocha			2			
Lisboa			2			
Capitão José Francisco da Silva	1,62		0,75			
Lisboa	1,62		0,75			
Capitão José Manuel Marinho						34
Lisboa						34
Capitão José Monteiro Guedes de Vasconcelos	0,25					
Lisboa	0,25					
Capitão José Rebelo de Fontes			9			
Lisboa			9			
Capitão Lino António Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Capitão Manuel António Correia			17			
Lisboa			17			
Capitão Manuel José da Cunha Pinto	10				7	
Lisboa	10				7	
Capitão Manuel José Gonçalves					3	
Lisboa					3	
Capitão Manuel Teixeira Duarte	0,37					
Lisboa	0,37					
Capitão-mor José António do Canal			12			
Lisboa			12			
Capitão-mor José Leite de Melo				53		
Lisboa				53		
Carlos António Basto						9
Lisboa						9
Carlos Brandão Alvo de Azevedo	0,25					
Lisboa	0,25					
Carlos Correia Pinto de Figueiredo			4			
Lisboa			4			
Carlos Ferreira Soares	11					
Lisboa	11					
Carlos José de Campos		0,5	2			
Lisboa		0,5	2			
Carlos José Rosado	0,5		7,73			
Lisboa	0,5		7,73			

Carlos Martins de Miranda	3,89		6			0,5
Lisboa	3,89		6			0,5
Carlos Vieira				0,13		
Viana				0,13		
Carlos Vieira de Melo			1			
Lisboa			1			
Catarina Clara de Sousa César			2			
Lisboa			2			
Cipriano de Sousa Ferreira			0,3			
Viana			0,3			
Cipriano Ribeiro Guimarães	138		689,75		6	17
Algarve			60			
Lisboa	138		580,75		6	17
Monte Gordo			38			
Setúbal			11			
Clara Rosa do Espírito Santo			0,25			
Lisboa			0,25			
Comendador Francisco Pereira de Vasconcelos			2,73			
Lisboa			2,73			
Companhia de Pernambuco		15	15	80		
Lisboa		15	15	80		
Conde da Cunha	0,39					
Lisboa	0,39					
Conde de Bobadela				0,56		
Viana				0,56		
Conde de Resende			0,25	0,09		
Lisboa			0,25	0,09		
Conde de Vale de Reis	2					
Lisboa	2					
Conde de, ilegível			1			
Lisboa			1			
Cónego			1			
Viana			1			
Cónego António da Conceição Falcão			0,5			
Lisboa			0,5			
Cónego Evangelista António Pinto Pereira			27,28			
Figueira da Foz			0,5			
Lisboa			26,78			
Cónego Francisco Marques			0,5			
Lisboa			0,5			
Cónego José Cruz Campos	0,05					
Lisboa	0,05					
Cónego José de Carvalho e Fonseca			1,25			
Lisboa			1,25			
Cónego José Luís Campos	0,09		0,25	0,25		
Lisboa	0,09		0,25	0,25		
Cónego José Maria e Sousa			1			

Lisboa			1			
Coronel de Valença				0,5		
Viana				0,5		
Coronel de Viana				1		
Viana				1		
Coronel Dom Tomás			0,75			
Lisboa			0,5			
Viana			0,25			
Coronel José Ferreira Pinto	2		15,14	0,25		
Lisboa	2		15,14	0,25		
Correia Moreira de Coimbra	0,75		0,75			
Lisboa	0,75		0,75			
Cristóvão Barbosa Alves da Rocha			0,5			
Lisboa			0,5			
Cristóvão Dias de Castro			21,25			
Lisboa			21,25			
Cunha Filho e Correia	327,25		7			
Lisboa	327,25		7			
Custódio Baralha Alves da Rocha			1,75			
Lisboa			1,75			
Custódio Barata Alves de Sousa	0,09		0,25			
Lisboa	0,09		0,25			
Custódio Barbosa			5			
Lisboa			5			
Custódio Barbosa Alves Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Custódio Barbosa da Silva					5	
Lisboa					1	
Setúbal					4	
Custódio da Rocha			76			
Lisboa			76			
Custódio da Rocha Leão	1026,5		373		4,14	
Lisboa	1026,5		373		4,14	
Custódio de Abreu Ribeiro					2	
Lisboa					2	
Custódio de Gouveia Mourão	129,65		0,5			
Lisboa	129,65		0,5			
Custódio dos Santos Alves de Brito			1,25			
Lisboa			1,25			
Custódio Fernandes Gonçalves	0,25					
Lisboa	0,25					
Custódio Fernandes Guimarães & Cª	0,5		1			
Lisboa	0,5		1			
Custódio José Carneiro					4	
Lisboa					4	
Custódio José de Abreu	0,25		0,14			
Lisboa	0,25		0,14			

Custódio José de Sequeira Tedim			0,19			
Lisboa			0,19			
Custódio José Gonçalves			55			
Lisboa			55			
Custódio José Gonçalves & Cª			18			
Lisboa			18			
Custódio José Guimarães			18			
Lisboa			18			
Custódio José Guimarães & Cª	165		1			
Figueira da Foz	1					
Lisboa	164		1			
Custódio José Teixeira					2	
Lisboa					2	
Custódio Manuel					1	
Lisboa					1	
Custódio Manuel da Cunha					1	
Lisboa					1	
Custódio Manuel e João Manuel					1	
Lisboa					1	
Custódio Moreira Dias			0,7			
Lisboa			0,7			
Custódio Ribeiro Braga	2,25		0,25			
Lisboa	2,25		0,25			
Custódio Ribeiro Braga e Filhos			0,25			
Lisboa			0,25			
Custódio Rocha Leão			1			
Lisboa			1			
Custódio Teixeira Pinto			58			
Lisboa			58			
Damaso António Ribeiro Pereira			0,25	0,5		
Lisboa			0,25	0,5		
Damaso Coelho	2,5		7	3		
Lisboa	2,5		6	3		
Viana			1			
Damião Pereira da Silva Menezes					1	
Lisboa					1	
Daniel José da Costa			0,23		3	
Lisboa			0,23		3	
Desembargador Alexandre Nunes Leal de Gusmão			3			
Lisboa			3			
Desembargador Alvares de Sousa						20
Lisboa						20
Desembargador Anacleto José				0,5		
Lisboa				0,5		
Desembargador António Alves	0,25					
Lisboa	0,25					
Desembargador António Alves da Cunha				0,5		

Lisboa				0,5		
Desembargador António Barroso Pereira			1			
Lisboa			1			
Desembargador António Feliz de Contreiras	0,33					
Lisboa	0,33					
Desembargador António José da Silva			1			
Lisboa			1			
Desembargador António José de Araújo e Sousa			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador António José de Oliveira Damásio			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador António Raimundo de Pina			0,5			
Lisboa			0,5			
Desembargador Bernardo António de Faria Barros			0,14			
Lisboa			0,14			
Desembargador Estanislau José Brandão			0,43			
Lisboa			0,43			
Desembargador Francisco António Pinheiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador Francisco de Almada Melo e Mendonça	1099		889			
Lisboa	1096		889			
Setúbal	3					
Desembargador Francisco de Azevedo Coutinho	0,23		0,25			
Lisboa	0,23		0,25			
Desembargador Francisco Feliciano Veloso da Costa				1		
Lisboa				1		
Desembargador Francisco José Barbosa Fagundes Guião	0,25		2			
Lisboa	0,25		2			
Desembargador Francisco José de Faria Abreu Guião			4,23			
Lisboa			4,23			
Desembargador Gusmão				1		
Lisboa				1		
Desembargador João da Costa Borges			1,13			
Lisboa			1,13			
Desembargador João de Amorim Pereira			2,75			
Lisboa			2,75			
Desembargador João José de Abreu e Silva			4			
Lisboa			4			
Desembargador João José de Faria Abreu Guião			0,7			
Lisboa			0,7			
Desembargador João José de Lima Viana			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador João Mendes da Costa			30			11
Lisboa			30			11
Desembargador João Peres				1		

Lisboa				1		
Desembargador José da Silva Pinto Carvalho			1,5			
Lisboa			1,5			
Desembargador José de Castro Henriques	0,25		0,5			
Lisboa	0,25		0,5			
Desembargador José de Oliveira Pinto Botelho	0,25					
Lisboa	0,25					
Desembargador José de Pina Coutinho			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador José Fernandes Nunes	2		78,25	1		
Lisboa	2		78,25	1		
Desembargador José Joaquim da Silva Pedrosa			0,25	0,25		
Lisboa			0,25	0,25		
Desembargador José Joaquim de Almeida Araújo				0,69		
Lisboa				0,69		
Desembargador José Joaquim Toscano Figueiredo			2			
Lisboa			2			
Desembargador José Pedro Baima			2			
Lisboa			2			
Desembargador José Pedro Machado Torres	0,25					
Lisboa	0,25					
Desembargador Luís António Vaz			0,5			
Lisboa			0,5			
Desembargador Luís Ribeiro Godinho			0,5			
Lisboa			0,5			
Desembargador Manuel Caetano de Sá e Sousa			0,5			
Figueira da Foz			0,5			
Desembargador Manuel da Costa Ferreira			0,25	0,25		
Lisboa			0,25	0,25		
Desembargador Manuel da Silva Veiga						0,25
Lisboa						0,25
Desembargador Manuel de Carvalho			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador Manuel de Matos			0,75			
Lisboa			0,75			
Desembargador Manuel Francisco da Silva Vieira			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador Martins Gonçalves			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador Miguel Pereira Pinto			41			
Lisboa			41			
Desembargador Pedro de Melo Breyner			2,75			
Lisboa			2,75			
Desembargador Sebastião Xavier			0,25			
Lisboa			0,25			
Desembargador Vicente José da Silva						7
Lisboa						7

Desembargador Vitor da Silva Freire			0,09			
Lisboa			0,09			
Diogo Alão			1			
Lisboa			1			
Diogo de Castro				0,14		
Lisboa				0,14		
Diogo José Ferreira			39			
Lisboa			39			
Diogo José Martins	5					
Lisboa	5					
Diogo José Souto	0,75		1,5			
Lisboa	0,75		1,5			
Diogo Leite Pereira de Melo			0,25			
Viana			0,25			
Diogo Lopes de Carvalho	1					
Lisboa	1					
Diogo Martins			0,25	0,5		
Lisboa			0,25	0,5		
Diogo Pereira Forjaz				0,25		
Viana				0,25		
Diogo Pinto			8			
Lisboa			8			
Dionísio da Silva Guimarães	1,5		1,25			
Lisboa	1,5		1,25			
Dionísio José			0,64	0,34		
Lisboa			0,64	0,34		
Dionísio José Aparício			1,14			
Lisboa			1,14			
Dionísio Tavares da Silva e Sousa	0,25		0,75			
Lisboa	0,25		0,75			
Dom Álvaro Xavier Botelho			1			
Lisboa			1			
Dom António da Silveira Pinto	3,12					
Lisboa	3,12					
Dom Baltasar Gregório Garcia	0,25		1,25			
Lisboa	0,25		1,25			
Dom Baltasar Vicente Garcia	0,23		2,5			
Lisboa	0,23		2,5			
Dom Carlos de Menezes	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
Dom Diogo de Sousa Magalhães			27			
Lisboa			27			
Dom Francisco de Almeida Beja e Noronha	0,14					
Lisboa	0,14					
Dom Gastão José da Gama Couto			0,69	1		
Lisboa			0,69	1		
Dom João Correia de Sá	0,5		2,5			

Lisboa	0,5		2,5			
Dom João do Porto	0,5					
Lisboa	0,5					
Dom João Sousa				0,12		
Valença				0,12		
Dom José Correia de Sá e Dom Lourenço Correia de Sá			1			
Lisboa			1			
Dom José de Aguillar e Meneses			0,25			
Lisboa			0,25			
Dom José de Almeida			0,25			
Lisboa			0,25			
Dom José de Amorim			2			
Lisboa			2			
Dom José Maria de Sousa Botelho Mourão	1		2			
Lisboa	1		2			
Dom Lourenço Correia de Sá	0,23		2,61			
Lisboa	0,23		2,61			
Dom Manuel de Noronha e Meneses de Mesquita			84			
Lisboa			84			
Dom Miguel António de Melo			0,75			
Lisboa			0,75			
Dom Nuno Xavier Botelho			2			
Lisboa			2			
Dom Pedro Vasques da Cunha			1,28			
Lisboa			1,28			
Dom prior Geral da Congregação de Santo Elói			10			
Lisboa			10			
Dom Rodrigo Xavier			0,25			
Viana			0,25			
Dom Tomás Felix Geraldo			2			
Viana			2			
Dom Vasco Manuel de Figueiredo			1			
Lisboa			1			
Dom Vicente Gregório Garcia	0,39		8,11	0,25		
Lisboa	0,39		8,11	0,25		
Domingos Alvares de Arnóia					1	
Lisboa					1	
Domingos Alvares de Sousa	0,9					20
Lisboa	0,25					
Setúbal	0,65					20
Domingos Barbosa			1,5			
Lisboa			1,5			
Domingos da Cunha					2	
Lisboa					2	
Domingos da Cunha Machado e seu filho					2	
Lisboa					2	
Domingos da Silva Ribeiro			0,48			

Lisboa			0,48			
Domingos de Abreu Vale Guimarães			59			
Lisboa			59			
Domingos de Araújo Silva				0,25	8	
Lisboa				0,25	8	
Domingos de Brito	0,25					
Lisboa	0,25					
Domingos de Castro			0,23		4	
Ilha da Madeira					4	
Lisboa			0,23			
Domingos de Freitas Vale					2	
Lisboa					2	
Domingos de Oliveira					7	
Lisboa					7	
Domingos Dias			8			
Lisboa			8			
Domingos do Rosário Nascimento			3,53		0,09	
Lisboa			3,53		0,09	
Domingos Fernandes Alvares	0,12		11,25		5	1
Lisboa	0,12		11,25		5	
Setúbal						1
Domingos Ferreira da Silva Couto					15	
Lisboa					15	
Domingos Ferreira da Silva Guimarães	6,5		28,5		3,5	
Lisboa	6,5		28,5		3,5	
Domingos Ferreira de Araújo			1,75			
Lisboa			1,75			
Domingos Ferreira Pinto			65			
Lisboa			65			
Domingos Ferreira Pinto Basto	6,5		21,5			10
Lisboa	6,5		21,5			10
Domingos Ferreira Pinto e Filhos			117		16	
Lisboa			117		16	
Domingos Francisco de Azevedo	11		3,5			
Lisboa	11		3,5			
Domingos Francisco Guimarães	6					
Lisboa	6					
Domingos Gomes Pinto			0,25			
Lisboa			0,25			
Domingos Gonçalves Caldas	0,5					
Lisboa	0,5					
Domingos Gonçalves da Cunha			0,75			
Lisboa			0,75			
Domingos Gonçalves de Macedo					2	
Lisboa					2	
Domingos José			4			
Lisboa			4			

Domingos José Antunes Guimarães	0,37				0,09	
Lisboa	0,37				0,09	
Domingos José da Cunha	2					
Lisboa	2					
Domingos José de Almeida			1			
Lisboa			1			
Domingos José de Mesquita e Melo	1	1,25	0,73		0,97	
Lisboa	1	1,25	0,73		0,97	
Domingos José de Sequeira			29			
Lisboa			29			
Domingos José Gomes Pinto			0,25			
Lisboa			0,25			
Domingos José Monteiro	0,25				1	
Lisboa	0,25				1	
Domingos José Pinto			6,25			
Lisboa			6,25			
Domingos José Pinto Vila Lobos	0,5		0,73			
Lisboa	0,5		0,73			
Domingos José Soares			0,25			
Lisboa			0,25			
Domingos José Vieira			69			
Lisboa			69			
Domingos Lopes Pereira Barbosa	27,23		0,25			
Lisboa	27,23		0,25			
Domingos Luís da Silva Souto	0,09					
Viana	0,09					
Domingos Martins da Costa	2,5		18			
Lisboa	2,5		18			
Domingos Martins Gonçalves	5		15,73			
Lisboa	5		15,73			
Domingos Pereira Pinto			0,23			
Lisboa			0,23			
Domingos Pinto Moreira			6			
Lisboa			6			
Domingos Pinto Pereira			0,25			
Lisboa			0,25			
Domingos Pires	1		1	0,5		10
Lisboa	1		1	0,5		
Setúbal						10
Domingos Pires Alves			1			
Lisboa			1			
Domingos Pires de Castro	0,5					
Lisboa	0,5					
Domingos Pires Martins	1					
Lisboa	1					
Domingos Ribeiro da Cunha			0,23			
Lisboa			0,23			

Domingos Ribeiro dos Santos	20,75		1			
Lisboa	20,75		1			
Domingos Rodrigues Correia	50					
Lisboa	50					
Domingos Vieira da Costa			0,5			
Lisboa			0,5			
Dona Ana de Noronha Leme Sernache	0,5		0,25			
Lisboa	0,5		0,25			
Dona Ana Joaquina de Araújo França			0,25		2	
Lisboa			0,25		2	
Dona Ana Maria de Jesus	0,19					
Lisboa	0,19					
Dona Ana Teodora da Silva Chaves			5			
Lisboa			5			
Dona Antónia Joaquina Salomé de Azevedo			27			
Lisboa			27			
Dona Clara Rosa			1,73			
Lisboa			1,73			
Dona Engrácia Maria Pereira			19			
Lisboa			19			
Dona Escolástica Raimunda			0,09			
Lisboa			0,09			
Dona Francisca Teresa de Mansilha			20			
Lisboa			20			
Dona Genoveva Conceição de Altei					1	
Lisboa					1	
Dona Genoveva Gertrudes da Veiga Coelho					3	
Lisboa					3	
Dona Inácia Maria Pereira			13			
Lisboa			13			
Dona Josefa Bernarda de Sousa			12			
Lisboa			12			
Dona Josefa Maria Pereira	26					
Lisboa	26					
Dona Leonarda Maria Massa					1	
Lisboa					1	
Dona Luísa Maria			33			
Lisboa			33			
Dona Margarida Leonor			0,25			
Lisboa			0,25			
Dona Maria Bernarda Luís Leite					1	
Lisboa					1	
Dona Maria Carneiro			0,5			
Ilha Terceira			0,5			
Dona Maria Inácia Guedes Pinto	0,5		0,5			
Lisboa	0,5		0,5			
Dona Maria Joaquina Correia Borges			14			

Lisboa			14			
Dona Maria Teixeira da Cunha					1	
Lisboa					1	
Dona Maria Teresa			0,75		2	
Lisboa			0,75		2	
Dona Quitéria Liberata			9			
Lisboa			9			
Dona Rita Joaquina de Barros	2,25					
Lisboa	2,25					
Dona Sebastiana Joaquina					5	
Lisboa					5	
Dona Teresa Margarida			13			
Lisboa			13			
Dr António da Silva Almeidas			0,25			
Lisboa			0,25			
Dr António José de Neiva					5	
Lisboa					5	
Dr António Pereira da Mota			1			
Lisboa			1			
Dr Basílio Gonçalves Magro					1	
Lisboa					1	
Dr Filipe Custódio			0,5			
Lisboa			0,5			
Dr Filipe de Faria Andrade			0,5			
Lisboa			0,5			
Dr Francisco de Sousa	0,25					
Lisboa	0,25					
Dr João de Moura			0,25			
Lisboa			0,25			
Dr João Rodrigues			7			
Lisboa			7			
Dr José Bento Lopes	0,5		0,75			
Lisboa	0,5		0,75			
Dr José da Fonseca			8			
Lisboa			8			
Dr José Dinis			6			
Lisboa			6			
Dr José Francisco Monteiro		0,5				
Lisboa		0,5				
Dr José Lourenço Pinto			0,09			
Lisboa			0,09			
Dr José Pinto Vila Lobos			0,25			
Lisboa			0,25			
Dr José Vicente Ferreira Cardoso			0,5			
Lisboa			0,5			
Dr José Vitorino	0,25				0,25	
Lisboa	0,25				0,25	

Dr Luís da Silva Pereira e Oliveira	1					
Lisboa	1					
Dr Luís de Sousa Machado					1	
Lisboa					1	
Dr Manuel da Silva Pereira Berredo			0,5			
Figueira da Foz			0,5			
Dr Manuel Ferreira da Costa			103		3	
Lisboa			103		3	
Dr Manuel Gomes da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Dr Manuel José de Barros	217,66		24,5			
Figueira da Foz			7			
Lisboa	217,66		17,5			
Dr Mateus José de Magalhães Teixeira			2			
Lisboa			2			
Dr Vicente José Ferreira Cardoso			0,23			
Lisboa			0,23			
Duarte de Sousa Coutinho				1		
Lisboa				1		
Elias José da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Estêvão Rodrigues	10,25				10	
Lisboa	10,25				10	
Faustino Salustiano da Costa e Sá			0,25			
Lisboa			0,25			
Feliciano de Almeida Vidal	0,48					
Lisboa	0,48					
Felix Anes Jácome			0,25			
Viana			0,25			
Felix Barreto de Mendonça Gama			0,33			
Lisboa			0,33			
Felix de Campos Piralho			0,25			
Lisboa			0,25			
Felix José Soares			2,23			
Lisboa			2,23			
Fernando Asse de Belem	0,5					
Lisboa	0,5					
Fernando José de Magalhães					1	
Lisboa					1	
Fernando Pinto de Almeida	0,09					
Lisboa	0,09					
Fernando Pinto Pimentel			0,37			
Lisboa			0,37			
Ferraz Filho e Correia	81,25		201,75			
Figueira da Foz	20		110			
Lisboa	61,25		91,75			
Ferreira Cunha e Fallon	11,5		35			

Figueira da Foz	2					
Lisboa	9,5		35			
Ferreira Cunha e Fallon & Cª			11			
Lisboa			11			
Ferreira Cunha e Rocha	756,75					
Figueira da Foz	1					
Lisboa	738,75					
Setúbal	17					
Ferreira Pinto e Teixeira			58			
Lisboa			58			
Filipe Alvares Pires			17			
Lisboa			17			
Filipe António de Sousa Guimarães			0,25			
Lisboa			0,25			
Filipe da Cunha Vale			0,25			
Lisboa			0,25			
Filipe José de Sousa	0,83		1,25			
Figueira da Foz	0,28					
Lisboa	0,55		1,25			
Filipe Nery			1			
Lisboa			1			
Filipe Nery da Silva	1					
Lisboa	1					
Filipe Nery de Campos			0,25			
Lisboa			0,25			
Filipe Pereira					2	
Lisboa					2	
Fr António de S. João	0,5					
Lisboa	0,5					
Fr António de S. José			0,25			
Figueira da Foz			0,25			
Fr António do Nascimento Geral dos Carmelitas		0,25				
Lisboa		0,25				
Fr António Vieira			1,75			
Lisboa			1,75			
Fr Bento de Maria Santíssima			2			
Setúbal			2			
Fr Bernardo Beltrão	2					
Lisboa	2					
Fr Bernardo José de Santa Clara			0,5			
Lisboa			0,5			
Fr Caetano da Purificação			0,75			
Lisboa			0,75			
Fr Domingos da Conceição			1,47			
Lisboa			1,47			
Fr Duarte Lourenço, o Balio			1			
Lisboa			1			

Fr Felisberto de Seixas			0,28			
Figueira da Foz			0,28			
Fr Gaspar de S. José			0,25			
Lisboa			0,25			
Fr João da Purificação Santinhos			0,25			
Lisboa			0,25			
Fr João das Chagas					2	
Lisboa					2	
Fr João de Jesus Nazaré		0,25				
Lisboa		0,25				
Fr João Hipólito de S. Tomás	1					
Lisboa	1					
Fr Joaquim Cardoso	0,14					
Lisboa	0,14					
Fr José de Caneses	0,14					
Lisboa	0,14					
Fr José de Moura			1,25			
Lisboa			1,25			
Fr José de S. João			0,23			
Setúbal			0,23			
Fr José de Santa Clara			2			
Lisboa			2			
Fr José Pinto de Sousa			1			
Lisboa			1			
Fr Luís de S. José			10			
Lisboa			10			
Fr Luís de S. Vicente			1,5			
Lisboa			1,5			
Fr Manuel da Cumieira	0,23					
Lisboa	0,23					
Fr Manuel da Purificação	0,25					
Lisboa	0,25					
Fr Manuel de S. Bernardo	0,25					
Lisboa	0,25					
Fr Manuel de S. Carlos			11,25			
Lisboa			11,25			
Fr Manuel de S. Joaquim				0,23		
Viana				0,23		
Fr Manuel de Santa Catarina			47			
Lisboa			43			
Setúbal			4			
Fr Manuel de Santa Catarina de Sena			63			
Lisboa			63			
Fr Manuel do Espírito Santo			0,25			
Lisboa			0,25			
Fr Marcos de Jesus Maria			0,25			
Lisboa			0,25			

Fr Pascoal de S. Tomás			2,5			
Lisboa			2,5			
Fr Patrício da Silva			4			
Lisboa			4			
Francisco Alvares dos Reis Lousada	0,19					
Figueira da Foz	0,19					
Francisco António da Fonseca			8			
Lisboa			8			
Francisco António de Carvalho			10			
Lisboa			10			
Francisco António de Castro	1		12,03			
Figueira da Foz			11,5			
Lisboa	1		0,53			
Francisco António de Figueiredo Lobo					1	
Lisboa					1	
Francisco António de Moraes	23					
Lisboa	23					
Francisco António Pinheiro da Fonseca			0,56			
Lisboa			0,56			
Francisco António Ribeiro	0,09					
Lisboa	0,09					
Francisco Baptista			0,75			0,25
Lisboa			0,75			0,25
Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez	2,37		28,76		0,38	0,6
Lisboa	2,37		27,76		0,38	0,6
Viana			1			
Francisco Baptista Mendes			0,5			
Lisboa			0,5			
Francisco Carneiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Carneiro de Figueiredo			1,44			
Lisboa			1,44			
Francisco Coelho da Costa	1		0,5			
Lisboa	1		0,5			
Francisco da Costa	0,25		0,97			
Lisboa	0,25		0,97			
Francisco da Costa Caetano			5,69			
Lisboa			5,69			
Francisco da Silva Coimbra	0,25					
Lisboa	0,25					
Francisco da Silva Costa Gomes				0,25		
Lisboa				0,25		
Francisco da Silva Costa Guimarães	3,5		4	2,2		
Lisboa	3,5		4	1		
Monte Gordo				0,49		
Vila Real de Santo Antº				0,71		
Francisco da Silva Ferreira Guimarães						1

Setúbal						1
Francisco da Silva Freire Guimarães			1			
Lisboa			1			
Francisco da Silva Guimarães			1			
Lisboa			1			
Francisco de Almeida			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco de Almeida Regadas	10,25					
Lisboa	10					
Viana	0,25					
Francisco de Azevedo Coutinho			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco de Mesquita			11			
Lisboa			11			
Francisco de Oliveira			0,5	1,5		
Lisboa			0,5	1,5		
Francisco de Oliveira Baptista			0,16			
Lisboa			0,16			
Francisco de Oliveira Tavares	0,5		17,97			
Lisboa	0,5		17,97			
Francisco de Paula Beltrão			27			
Lisboa			27			
Francisco de Paula Delgado	717,5		957		90	
Lisboa	717,5		957		90	
Francisco de Paula Gonçalves	0,25					
Lisboa	0,25					
Francisco de Sousa Abreu					1	
Setúbal					1	
Francisco de Sousa Coutinho			32			
Lisboa			32			
Francisco de Sousa Ferreira	0,5					
Lisboa	0,5					
Francisco de Sousa Ferreira Guimarães			1,25			
Lisboa			1,25			
Francisco Duarte Rodrigues	263,75					2
Lisboa	263,75					2
Francisco Feliciano Velho da Costa			1			
Lisboa			1			
Francisco Ferraz			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Ferraz da Costa			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Ferreira			10			
Lisboa			10			
Francisco Ferreira dos Santos			0,09			
Lisboa			0,09			
Francisco Ferreira Lisboa			1,23			

Lisboa			1,23			
Francisco Ferreira Sampaio			0,5			
Lisboa			0,5			
Francisco Gomes de Carvalho			1,56			
Lisboa			1,56			
Francisco Gomes Veloso de Azevedo	0,41					
Lisboa	0,41					
Francisco Gonçalves e João António da Fonseca					2	
Lisboa					2	
Francisco Gonçalves Ribeiro					2	
Lisboa					2	
Francisco Guedes de Carvalho			1			
Lisboa			1			
Francisco Guedes de Carvalho e Meneses			0,75			
Lisboa			0,75			
Francisco José Carvalho					3	
Lisboa					3	
Francisco José Correia			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco José da Rocha Pimentel			1,5			
Lisboa			1,5			
Francisco José de Araújo Basto	45		0,25			
Lisboa	45		0,25			
Francisco José de Carvalho					2	
Lisboa					2	
Francisco José de Carvalho Basto			2,25			
Lisboa			2,25			
Francisco José de Faria			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco José de Faria Barbosa			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco José de Lacerda						12
Lisboa						12
Francisco José de Moura	1		5,16			
Lisboa	1		5,16			
Francisco José de Oliveira			1,25			
Lisboa			1,25			
Francisco José de Pinho						4
Lisboa						4
Francisco José de Sousa					2	
Figueira da Foz					2	
Francisco José Florido			0,23			
Lisboa			0,23			
Francisco José Gonçalves da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco José Gonçalves Guimarães						23
Lisboa						23

Francisco José Peixoto de Carvalho					1	
Lisboa					1	
Francisco José Pereira	0,25		1,25			
Lisboa	0,25		1,25			
Francisco José Pereira da Silva	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
Francisco José Rebelo	0,5					
Lisboa	0,5					
Francisco José Rodrigues	101		74,25			6
Lisboa	101		74,25			6
Francisco José Teixeira			9			
Lisboa			9			
Francisco José Teixeira Neto Guimarães	52				19,37	
Lisboa	52				19,37	
Francisco José Vieira			0,23			
Vila Real de Santo Antº			0,23			
Francisco José Vieira Barbosa			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Lamy	0,73		9,35			
Lisboa	0,73		9,35			
Francisco Lopes			1,5			
Lisboa			1,5			
Francisco Lopes Coutinho					1	
Lisboa					1	
Francisco Lopes da Cunha Coutinho					1	
Lisboa					1	
Francisco Lopes Teixeira					6	
Lisboa					6	
Francisco Luís Galvão	0,75					
Lisboa	0,75					
Francisco Manuel Araújo	1,5					
Lisboa	1,5					
Francisco Manuel Correia			0,5			
Lisboa			0,5			
Francisco Manuel Correia de Lacerda	0,05		0,75			
Lisboa	0,05		0,75			
Francisco Manuel da Costa	1					
Lisboa	1					
Francisco Manuel de Araújo			1,75			
Lisboa			1,75			
Francisco Manuel Joaquim Guimarães	0,09					
Lisboa	0,09					
Francisco Manuel Pinto da Fonseca			16			
Lisboa			16			
Francisco Marçal da Silva			3			
Lisboa			3			
Francisco Marcelino da Silva	7		13,25		2	

Lisboa	7		13,25		2	
Francisco Maria Lino da Silva	0,75					
Lisboa	0,75					
Francisco Martins Vieira			0,5			
Lisboa			0,5			
Francisco Monteiro					2	
Lisboa					2	
Francisco Monteiro de Azevedo					3	1
Setúbal					3	1
Francisco Monteiro de Gouveia					2	
Lisboa					2	
Francisco Novais Moreira			1,25			
Lisboa			1,25			
Francisco P. Montes	0,25					
Lisboa	0,25					
Francisco Peixoto da Fonseca					1	
Lisboa					1	
Francisco Pereira de Carvalho					19	
Lisboa					19	
Francisco Pereira Ramos			5,5			
Lisboa			5,5			
Francisco Pereira Soares		1				
Lisboa		1				
Francisco Pereira Vasconcelos			2,2			
Lisboa			2,2			
Francisco Plácido de Assis Calheiros			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Rebelo			14			
Lisboa			14			
Francisco Rebelo de Carvalho			0,56			
Lisboa			0,56			
Francisco Rodrigues da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Francisco Rodrigues de Oliveira	0,25					
Lisboa	0,25					
Francisco Rodrigues Roque			2			
Lisboa			2			
Francisco Soares de Albergaria Pereira	22,5		12			
Lisboa	22,5		12			
Francisco Soares de Mesquita			6			
Lisboa			6			
Francisco Teixeira			9			
Lisboa			9			
Francisco Vicente Barbosa	2					
Lisboa	2					
Francisco Vicente Machado de Barros					3	
Lisboa					3	

Francisco Vieira de Castro			2			
Lisboa			2			
Francisco Xavier Arantes				0,25		
Lisboa				0,25		
Francisco Xavier Correia			12			
Lisboa			12			
Francisco Xavier da Costa Basto	2,25					
Lisboa	2,25					
Francisco Xavier da Mota	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
Francisco Xavier Teixeira Macedo Andrade					5	
Lisboa					5	
Freitas e Monteiro	23,14		3			10
Lisboa	23,14		3			10
Frutuoso Ferreira Dias			0,33			
Setúbal			0,33			
Frutuoso Machado					50	
Lisboa					50	
Gabriel Afonso Ribeiro			1,5			
Lisboa			1,5			
Gabriel da Costa Carvalho			0,5			
Lisboa			0,5			
Gabriel de Azevedo Lobo			14			
Lisboa			14			
Gabriel Pereira da Rocha			50			
Lisboa			50			
Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca	3,39		16,47			
Lisboa	3,39		14,97			
Setúbal			1,5			
Gaspar Ferreira de Canelas			10			
Lisboa			10			
Gaspar Leite de Faria					2	
Lisboa					2	
Gaspar Setaro			1,5			
Lisboa			1,5			
Gaudénio Fontana			1			
Lisboa			1			
Gomes Barroso	0,5					
Lisboa	0,5					
Gonçalo Cristóvão			1			
Lisboa			1			
Gonçalo de Oliveira Dias	42,25		2,98			2
Lisboa	42		2,98			2
Viana	0,25					
Gonçalo de Sousa da Silva Alcoforado					1	
Lisboa					1	
Gonçalo José da Silva Pinto			1			

Lisboa			1			
Gonçalo Pereira da Silva	1		2			
Lisboa	1		2			
Governador de Viana				0,25		
Viana				0,25		
Governador deste bispado			0,25			
Lisboa			0,25			
Gregório Rodrigues e Gregório filho			3	0,5		
Lisboa			3	0,5		
Gualberto Teixeira					2	
Lisboa					2	
Guardião de S. Francisco de Lisboa			20			
Lisboa			20			
Guardião do Real Seminário de Brancanes			6			
Setúbal			6			
Henrique da Silva			0,72			
Lisboa			0,72			
Henrique da Silva Carneiro			1			
Lisboa			1			
Henrique de Araújo Lima	4,5		6			
Lisboa	4,5		6			
Henrique José Borges			16			
Lisboa			16			
Henrique José Osório			3			
Lisboa			3			
Henrique Manuel de Carvalho			2			
Lisboa			2			
Hipólito Beleza de Andrade	0,25					
Lisboa	0,25					
Inácio da Costa Lima			0,5			
Lisboa			0,5			
Inácio José de Sousa Azevedo	1					
Viana	1					
Isabel Caetana			22			
Lisboa			22			
Isabel Gonçalves da freguesia de Sever			7			
Lisboa			7			
Isidoro Coelho			5			
Lisboa			5			
Isidoro de Carvalho			0,25		2,05	3
Lisboa			0,25		2,05	3
Jacinto de Neive			0,5			
Lisboa			0,5			
Jacinto José de Matos			1			
Lisboa			1			
Jacinto Lopes Cardoso	0,25					
Lisboa	0,25					

Jacinto Manuel de Miranda	30		78			
Lisboa	30		78			
Jacinto Nogueira			10			
Lisboa			10			
Jaime Valha			0,25			
Lisboa			0,25			
Jerónimo Afonso da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Jerónimo Carneiro			0,37			
Lisboa			0,37			
Jerónimo de Carvalho Rebelo e Meneses	4		0,59			
Lisboa	4		0,59			
Jerónimo de Carvalho Rodrigues			9			
Lisboa			9			
Jerónimo Dias de Castro			0,5			
Lisboa			0,5			
Jerónimo José da Costa Pinto		0,25	1,5			
Lisboa		0,25	1,5			
Jerónimo José Rodrigues			0,5			
Lisboa			0,5			
Jerónimo Luís da Costa Guimarães			0,25			
Lisboa			0,25			
Jerónimo Luís de Castro Pereira			0,5			
Lisboa			0,5			
Jerónimo Pacheco de Andrade					4	
Lisboa					4	
Jerónimo Pereira Leite			1			
Lisboa			1			
Jerónimo Rodrigues			2			
Lisboa			2			
Jerónimo Rodrigues Lopes	0,25					
Lisboa	0,25					
Joana Luísa Pimentel de Valdigem			5			
Lisboa			5			
Joana Margarida dos Remédios			10			
Lisboa			10			
João Pilrão			0,25			
Lisboa			0,25			
João Aires			12			
Lisboa			12			
João Alvares Basto	63,23	0,75	25,15			
Lisboa	63,23	0,75	25,15			
João Alvares Pereira			13			
Lisboa			13			
João Alves Rodrigues		0,5	11,25			
Lisboa		0,5	11,25			
João António da Costa			0,25			

Lisboa			0,25			
João António da Silva	0,5					
Lisboa	0,5					
João António de Barros Guimarães			146			
Lisboa			146			
João António de Sá Pereira			0,5			
Figueira da Foz			0,5			
João António dos Reis					2	
Lisboa					2	
João António Gil			15			
Lisboa			15			
João António Lopes Fernandes	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
João António Pinheiro	303,5		37			
Lisboa	303,5		37			
João António Pinheiro & Cª	3,75		86			
Figueira da Foz			86			
Lisboa	3,75					
João António Rodrigues					4	
Lisboa					4	
João António Vidal	9		102			
Lisboa	9		102			
João António Vidal & Cª	20					
Lisboa	20					
João António Vidal e Bento José de Faria			130			
Lisboa			130			
João Araújo Braga				0,49		
Vila Real de Santo Antº				0,49		
João Baptista Correia	2		774,5		8	13
Figueira da Foz			20			
Lisboa	2		752,5		8	13
Setúbal			2			
João Baptista de Sousa Araújo			1			
Lisboa			1			
João Baptista de Vasconcelos	0,39					
Lisboa	0,39					
João Baptista Gomes	2,75		0,77			
Lisboa	2,75		0,77			
João Baptista Lima			1			
Lisboa			1			
João Baptista Lopes	0,25					
Lisboa	0,25					
João Baptista Lopes Ferraz	1,74		3,28			
Lisboa	1,74		3,28			
João Baptista Resende	0,25		0,75			
Lisboa	0,25		0,75			
João Bernardo Cardoso da Costa			0,5			

Lisboa			0,5			
João Bernardo da Fonseca			0,5			
Lisboa			0,5			
João Bernardo de Meireles Guedes	1		1,75		2	
Lisboa	1		1,75		2	
João Bernardo França			0,25			
Lisboa			0,25			
João Bernardo Vieira			8			
Lisboa			8			
João Borges de Azevedo					2	
Lisboa					2	
João Cabral					2	
Lisboa					2	
João Cardoso			2			
Lisboa			2			
João Cardoso Baptista			4			
Lisboa			4			
João Carlos Ribeiro de Sousa			0,5			
Lisboa			0,5			
João Coelho da Costa	1,65		0,5			
Lisboa	1,65		0,5			
João Correia de Aguiar			0,5			
Lisboa			0,5			
João Correia de Lacerda	0,28					
Lisboa	0,28					
João Correia Martinho			3			
Lisboa			3			
João Correia Pacheco			0,48			
Lisboa			0,48			
João Correia Pacheco Pereira			0,25			
Lisboa			0,25			
João Crisóstomo de Faria			2			
Lisboa			2			
João da Costa Peixoto	0,73		1,47			
Lisboa	0,73		1,47			
João da Costa Rios			0,14			
Lisboa			0,14			
João da Cruz da Assunção	25					
Faro	17					
Lisboa	8					
João da Rocha			1			
Lisboa			1			
João da Silva			0,75			
Lisboa			0,75			
João da Silva Abreu			7,5			
Lisboa			7,5			
João da Silva Brandão				2		

Ilha Terceira				2		
João da Silva Coelho	0,78		4,73			10
Lisboa	0,78		4,5			10
Viana			0,23			
João da Silva de Queirós						6
Lisboa						6
João da Silva Mendes	2		31,5		35	
Lisboa	2		31,5		35	
João da Silva Pinto da Fonseca			186			
Lisboa			186			
João da Silva Soares			0,47			
Lisboa			0,47			
João de Abreu Guimarães			0,25			
Lisboa			0,25			
João de Aguiar de Meneses			0,5			
Setúbal			0,5			
João de Almada			0,25			
Lisboa			0,25			
João de Almada Dias					2	
Lisboa					2	
João de Araújo Braga	0,14			0,5		
Castro Marim				0,5		
Lisboa	0,14					
João de Bastos Maia			3			
Lisboa			3			
João de Brito Cardoso	1,75		9			
Lisboa	1,75		9			
João de Faria Gouveia			1,5			
Lisboa			1,5			
João de Figueiroa Pinto			0,75			
Lisboa			0,75			
João de Macedo			8			
Lisboa			8			
João de Matos Coelho			0,5	0,5		
Lisboa			0,5	0,5		
João de Mesquita Velho			54			
Lisboa			54			
João de Oliveira			118			
Lisboa			118			
João de Sá			1,25			8
Setúbal			1,25			8
João de Sousa	82,25					
Lisboa	82,25					
João de Sousa Gomes				0,75		
Lisboa				0,75		
João Dias Alão			0,25			
Lisboa			0,25			

João do Couto			46			
Lisboa			46			
João Feliz da Fonseca			4			
Lisboa			4			
João Fernandes Cruz	1,75					
Lisboa	1,75					
João Fernandes da Costa	1,2		11,72	2,5		
Lisboa	1,2		11,72	2,5		
João Fernandes Pereira					1	
Lisboa					1	
João Ferreira					2	
Lisboa					2	
João Ferreira Dias	3,25					
Lisboa	3,25					
João Ferreira dos Santos			4			
Lisboa			4			
João Ferreira Duarte	12,5					
Lisboa	12,5					
João Ferreira Gouveia	0,5					
Lisboa	0,5					
João Francisco				0,5	4	
Lisboa				0,5	4	
João Francisco da Rocha			0,25			
Lisboa			0,25			
João Francisco de Macedo	0,5					
Lisboa	0,5					
João Francisco de Paiva	0,25					
Lisboa	0,25					
João Francisco Pereira	0,09					
Lisboa	0,09					
João Gomes	52					
Lisboa	52					
João Gomes de Abreu				0,25		
Lisboa				0,25		
João Gomes de Araújo			0,25			
Lisboa			0,25			
João Gonçalves	1					
Lisboa	1					
João Gualberto Teixeira Botelho					7	
Lisboa					7	
João Henrique	2,5					
Lisboa	2,5					
João Henrique de Magalhães	659,21		1		1	
Faro	0,28					
Figueira da Foz	0,42					
Lisboa	655,62		1		1	
Setúbal	1,25					

Viana	1,64					
João Inácio Pereira de Azambuja			1			
Setúbal			1			
João Joaquim Cardoso e Melo			0,5			
Lisboa			0,5			
João José Bernardes			0,25			
Lisboa			0,25			
João José da Costa	1					
Lisboa	1					
João José da Costa e Silva	35,5					
Lisboa	35,5					
João José da Silva			0,47			
Lisboa			0,47			
João José das Neves			1			
Lisboa			1			
João José de Abreu	0,25					
Lisboa	0,25					
João José de Gouveia	0,37		18			
Lisboa	0,37		18			
João José Gomes, negociante de Barcelos					5	
Lisboa					5	
João José Vieira	51,59					
Lisboa	51,59					
João Leite de Barros					1	
Lisboa					1	
João Leite de Melo			50			
Lisboa			50			
João Leite Pereira Ribeiro					1	
Lisboa					1	
João Lopes da Silva Ferraz	0,25		6			
Lisboa	0,25		6			
João Lopes Ferraz			2			
Lisboa			2			
João Lopes Ferraz de Beça	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
João Lopes Ferraz, Filho e Correia	1,25		1,75			
Lisboa	1		1,75			
Setúbal	0,25					
João Lopes Guimarães	1,5					
Lisboa	1,5					
João Lopes Pereira da Silva			0,75			
Lisboa			0,75			
João Luís Barbosa				0,25		
Lisboa				0,25		
João Luís da Costa Alão	0,5		1,25			
Lisboa	0,5		1,25			
João Luís de Sousa			3,75	1,5		

Lisboa			3,5	1,5		
Viana			0,25			
João Machado					1	
Lisboa					1	
João Manuel Costa de Mesquita			7,25			
Lisboa			7,25			
João Manuel da Costa			0,75			
Lisboa			0,75			
João Manuel da Guerra					2	
Lisboa					2	
João Manuel de Mesquita			0,5			
Lisboa			0,5			
João Manuel Pereira					2	
Lisboa					2	
João Manuel Ribeiro					1	
Lisboa					1	
João Marques					7	
Lisboa					7	
João Marques Pereira			0,25			
Lisboa			0,25			
João Mendes da Silva	1					
Setúbal	1					
João Monteiro					1	
Lisboa					1	
João Monteiro de Carvalho	1		0,5			
Lisboa	1					
Setúbal			0,5			
João Monteiro de Fontes			37			
Lisboa			37			
João Moreira Garcês			1			
Lisboa			1			
João Nogueira	876,25		0,5			
Figueira da Foz	0,5					
Lisboa	875,75		0,5			
João Pedro Rangel	84					
Lisboa	84					
João Pedro Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
João Peixoto da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
João Peixoto de Melo	0,05					
Lisboa	0,05					
João Pereira da Fonseca						4
Setúbal						4
João Pereira de Carvalho			2			
Setúbal			2			
João Pereira de Castro	1,5					

Lisboa	1,5					
João Pereira de Pinho					5	
Lisboa					5	
João Peres Henriques			0,5			
Lisboa			0,5			
João Pinto Correia			7			
Lisboa			7			
João Pinto de Queirós	378,75					
Lisboa	378,75					
João Pinto Pereira					1	
Lisboa					1	
João Pinto Soares			3,26	1	7	
Lisboa			3,26	1	7	
João Raimundo			1			
Lisboa			1			
João Ribeiro Braga	1					
Lisboa	1					
João Ribeiro da Fonseca			45			
Lisboa			45			
João Ribeiro da Fonseca Torres						15
Lisboa						15
João Ribeiro da Silva Guimarães			0,25			
Lisboa			0,25			
João Ribeiro das Neves Guimarães			3,23			
Lisboa			3,23			
João Ribeiro de Carvalho	0,19					
Lisboa	0,19					
João Ribeiro Pereira			2,23			
Lisboa			2,23			
João Ribeiro Viana	26,43		12,59	3,25		
Lisboa	26,43		12,59	3,25		
João Roberto da Fonseca Torres	171,47		80			3,5
Lisboa	171,47		80			3,5
João Rodrigues Costa Negreiros	0,25					
Lisboa	0,25					
João Rodrigues da Costa			14			
Figueira da Foz			14			
João Rodrigues de Valdigem			7			
Lisboa			7			
João Rodrigues Guimarães	0,5		1			0,09
Lisboa	0,5		0,25			0,09
Setúbal			0,75			
João Taveira de Magalhães			29,5			
Lisboa			29,5			
João Teixeira Carneiro			44			
Lisboa			44			
João Veloso dos Santos			0,5			

Lisboa			0,5			
João Vicente Pereira			0,73			
Lisboa			0,73			
João Vieira de Andrade			0,25			
Lisboa			0,25			
João Vieira de Carvalho		0,25	76,75			
Lisboa		0,25	76,75			
João Vilela Basto					2	
Lisboa					2	
Joaquim Alvares Nogueira			7			
Lisboa			7			
Joaquim António de Morais Teixeira			1,25			
Lisboa			1,25			
Joaquim António Leite de Morais			1			
Lisboa			1			
Joaquim Bento Raimundo de Melo			2,22			
Lisboa			2,22			
Joaquim da Costa Lima	138,46		88,5			
Lisboa	138,46		88,5			
Joaquim de Castro da Fonseca	1					
Lisboa	1					
Joaquim de Oliveira					11	
Lisboa					11	
Joaquim de Oliveira Lopo	51		21			13,75
Lisboa	51		21			13,75
Joaquim de Vasconcelos Cardoso e Meneses	0,25		1			
Lisboa	0,25		1			
Joaquim dos Santos						11
Setúbal						11
Joaquim Fernandes da Silva	10					
Lisboa	10					
Joaquim Fernandes de Sousa	0,25					
Lisboa	0,25					
Joaquim Ferreira Sampaio	93,5		18,25			
Figueira da Foz	1					
Lisboa	87,5		18,25			
Setúbal	5					
Joaquim Gomes Fogaça			0,75			
Lisboa			0,75			
Joaquim José da Cunha Andrade	0,5		1,75			
Lisboa	0,5		1,75			
Joaquim José da Veiga Castro Ferreira			0,5			
Lisboa			0,5			
Joaquim José de Barros		1				
Lisboa		1				
Joaquim José de Freitas e Guerra					1	
Lisboa					1	

Joaquim José de Lima			0,25			
Lisboa			0,25			
Joaquim José de Mansilha			10			
Lisboa			10			
Joaquim José de Sousa			0,25			
Lisboa			0,25			
Joaquim José de Sousa Pires	2,59					
Lisboa	2,59					
Joaquim José Fernandes da Silva	3,25		21			
Lisboa	3,25		21			
Joaquim José Frazão	0,25		2			
Lisboa	0,25		2			
Joaquim José Gomes			0,25	0,49		
Lisboa			0,25			
Viana				0,49		
Joaquim José Gomes de Abreu	0,23		0,39	0,5		
Lisboa	0,23		0,25			
Viana			0,14	0,5		
Joaquim José Pinto			1			
Lisboa			1			
Joaquim José Rodrigues	1,25		1,75			
Lisboa	1,25		1,75			
Joaquim José Sequeira Almeida				0,5		
Lisboa				0,5		
Joaquim José Vaz Ferreira			2			
Lisboa			2			
Joaquim Leite de Azevedo e Araújo					16	
Lisboa					16	
Joaquim Lopo da Silveira	0,5		0,25			
Lisboa	0,5		0,25			
Joaquim Luís dos Santos			12			
Setúbal			12			
Joaquim Novais Moreira dos Reis	0,5					
Lisboa	0,5					
Joaquim Pereira de Almeida	0,5		0,25			
Lisboa	0,5					
Vila Real de Santo Ant ^o			0,25			
Joaquim Pereira Monteiro			0,5			
Lisboa			0,5			
Joaquim Pinto de Azevedo Meireles	0,14		0,09			
Lisboa	0,14		0,09			
Joaquim Ramos de Araújo		0,25				
Lisboa		0,25				
Joaquim Ribeiro de Brito	60					
Lisboa	60					
Joaquim Rodrigues da Costa			1			
Lisboa			1			

Joaquim Rodrigues de Faria			0,23			
Lisboa			0,23			
Joaquim Saraiva de Sampaio do Amaral			0,5			
Lisboa			0,5			
Joaquim Soares Pinto			0,5	0,25		
Lisboa			0,5			
Setúbal				0,25		
Joaquim Teixeira Machado	0,5		2			
Lisboa	0,5		2			
Jorge António de Oliveira e Senhorinha de Oliveira					2	
Lisboa					2	
Jorge Luís Teixeira			0,25			
Lisboa			0,25			
José Alvares			4			
Lisboa			4			
José Alvares de Andrade					2	
Lisboa					2	
José Alvares Pinto Vilar	0,5		39			
Lisboa	0,5		39			
José Alves Reboredo			10			
Lisboa			10			
José Anastácio da Silva			0,14			
Lisboa			0,14			
José Anastácio de Figueiredo			1			
Lisboa			1			
José André de Miranda			28			
Lisboa			28			
José António	0,5		5			
Lisboa	0,5		5			
José António Alvares					1	
Lisboa					1	
José António Alves da Silva					1	
Lisboa					1	
José António Correia	0,25					
Lisboa	0,25					
José António da Conceição Monteiro			0,25			
Lisboa			0,25			
José António da Silva			0,5			
Lisboa			0,5			
José António de Azeredo Lobo	0,23					
Lisboa	0,23					
José António de Barros	325,16		10,86			
Lisboa	325,16		10,86			
José António de Barros Teixeira Lobo	1					
Lisboa	1					
José António de Castro	171,84					
Lisboa	171,84					

José António de Miranda					1	
Lisboa					1	
José António de Oliveira			1,3			
Lisboa			1,3			
José António de Sousa Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
José António do Souto					2	
Lisboa					2	
José António dos Santos			6			
Lisboa			6			
José António Ferreira Carros			0,5			
Lisboa			0,5			
José António Guedes Mourão			34			
Lisboa			34			
José António Lopes Fernandes	0,5					
Lisboa	0,5					
José António Machado	0,25		3,2		3	
Lisboa	0,25		3,2		3	
José António Machado Ferreira	0,5		1,48			
Lisboa	0,5		1,48			
José António Machado Ferreira & C^a	0,5		0,25			
Lisboa	0,5					
Vila do Conde			0,25			
José António Monteiro			1,5			
Lisboa			1,5			
José António Pinto			4			
Vila do Conde			4			
José António Pinto Correia Cardoso			2			
Lisboa			2			
José António Ribeiro dos Santos					1	
Lisboa					1	
José António Rodrigues					1	
Lisboa					1	
José António Tavares			1			
Lisboa			1			
José António Teixeira	0,23					
Lisboa	0,23					
José António Vidal			5,25			
Lisboa			5,25			
José Antunes	0,18					
Lisboa	0,18					
José Arantes de Oliveira			1			
Lisboa			1			
José Ataíde de Melo					4	
Lisboa					4	
José Baltasar Alvares			16			
Lisboa			16			

José Baptista Correia			88			
Lisboa			88			
José Barbosa Carneiro			0,25			
Lisboa			0,25			
José Barbosa de Madureira	0,5					
Lisboa	0,5					
José Barroso Pereira					5	
Lisboa					5	
José Bento Bernardes			0,25			
Lisboa			0,25			
José Bento da Costa					3	
Lisboa					3	
José Bento da Fonseca				0,25		
Lisboa				0,25		
José Bernardo Ferreira Azevedo			0,25			
Lisboa			0,25			
José Bernardo Mendes			0,5			
Lisboa			0,5			
José Borges de Carvalho			40			
Lisboa			40			
José Brandão	15,71		3			12
Lisboa	15,71		3			12
José Caetano				4		
Lisboa				4		
José Caetano de Andrade			1			
Lisboa			1			
José Caetano de S. José de Godim			11			
Lisboa			11			
José Caetano Ribeiro de Sousa			0,25			
Lisboa			0,25			
José Cardoso de Faria			0,25			
Lisboa			0,25			
José Cardoso de Fontes					2	
Lisboa					2	
José Carlos da Costa			4,23			
Lisboa			4,23			
José Carlos Martins			0,25			
Lisboa			0,25			
José Carlos Teixeira	68		30		12	
Lisboa	68		30		12	
José Coelho			0,23			
Lisboa			0,23			
José Coelho da Silva					1	
Lisboa					1	
José Correia de Aguiar	11	1	167,18			
Lisboa	2,5	1	166,68			
Setúbal	8,5		0,5			

José Correia de Melo			0,47			
Lisboa			0,47			
José Correia de Sá	1					
Lisboa	1					
José Correia dos Santos			0,75			
Lisboa			0,75			
José Correia Maia			15,5			
Lisboa			15,5			
José Custódio Pinto Machado			32,75		2	
Lisboa			32,75		2	
José da Costa			5			
Lisboa			5			
José da Costa de Castro			1,25			
Lisboa			1,25			
José da Costa de Oliveira	0,5		0,25			
Lisboa	0,5		0,25			
José da Costa Neiva			0,75			
Lisboa			0,75			
José da Costa Pinto				0,09		
Lisboa				0,09		
José da Costa Reis				1,25		
Lisboa				1,25		
José da Costa Ribeiro				0,25		
Lisboa				0,25		
José da Costa Santiago	0,53		3			
Lisboa	0,53		3			
José da Cruz da Assunção	761		7,25		1	
Ilha da Madeira	2					
Lisboa	663,5		7,25		1	
Setúbal	95,5					
José da Cunha Pinheiro					2	
Lisboa					2	
José da Madre de Deus Delgado			2			
Lisboa			2			
José da Silva					12	
Lisboa					12	
José da Silva Almeida			0,25	0,25		
Lisboa			0,25	0,25		
José da Silva de Carvalho	0,05					
Lisboa	0,05					
José da Silva e Manuel da Silva					11	
Lisboa					11	
José da Silva Machado e António de Macedo					4	
Lisboa					4	
José da Silva Vieira			0,5			
Lisboa			0,5			
José de Almeida Celorico			0,23			

Lisboa			0,23			
José de Araújo Botelho			9			
Lisboa			9			
José de Araújo Braga	0,75	0,25	130,75			
Lisboa	0,75	0,25	130,75			
José de Barros			0,25			
Lisboa			0,25			
José de Basto Maia Pereira			4			
Lisboa			4			
José de Beça Correia			1			
Lisboa			1			
José de Brito Cardoso					5	
Lisboa					5	
José de Castro	0,22					
Lisboa	0,22					
José de Gouveia Coutinho			12			
Lisboa			12			
José de Magalhães Leite					1	
Lisboa					1	
José de Magalhães Teixeira	0,75					
Lisboa	0,75					
José de Mesquita					8	
Lisboa					8	
José de Mesquita da freguesia de Fontes					5	
Lisboa					5	
José de Mesquita de Lobrigos			25			
Lisboa			25			
José de Mesquita Magalhães					4	
Lisboa					4	
José de Moraes			6			
Lisboa			6			
José de Oliveira Barreto	0,5		27,4			
Lisboa	0,5		27,4			
José de Oliveira Basto			2,09			
Lisboa			2,09			
José de Oliveira Borges			1			
Lisboa			1			
José de Oliveira Henriques			0,25			
Lisboa			0,25			
José de Oliveira Leal	9,5					
Lisboa	9,5					
José de Oliveira Lopo	68,11		25,5		5	5
Lisboa	67,88		25,5		5	5
Viana	0,23					
José de Paiva Ribeiro	0,5		11,1	0,5		
Lisboa	0,5		11,1	0,5		
José de Sá Carvalho				0,25		

Lisboa				0,25		
José de Seabra da Silva			3			
Lisboa			3			
José de Sousa			1,5			
Lisboa			1,5			
José de Sousa Cardoso			0,25			
Lisboa			0,25			
José de Vasconcelos de Melo			0,19			
Lisboa			0,19			
José Dias da Silva			0,47			
Lisboa			0,47			
José Dias de Lima	0,25		6,5			
Lisboa	0,25		6,5			
José Dias de Oliveira	0,5					
Lisboa	0,5					
José Dias de Sá			1,96			
Lisboa			1,96			
José do Espírito Santo Cardoso	35					
Lisboa	35					
José do Vale e Gouveia			4,5			
Lisboa			4,5			
José dos Reis	8,23		6			
Lisboa	8,23		6			
José dos Santos Neto			0,75			
Lisboa			0,75			
José Duarte Ribeiro			2			
Lisboa			2			
José e Joaquim de Oliveira Lopo	259,75		23,5			
Ilha da Madeira	0,5					
Lisboa	258		23,5			
Setúbal	0,25					
Viana	1					
José Eleutério Barbosa de Lima	235,19					
Figueira da Foz	0,23					
Lisboa	233,71					
Setúbal	1,25					
José Fernandes Aveiro	338,22		100			
Lisboa	338,22		100			
José Fernandes Cruz	55,96					
Lisboa	55,96					
José Fernandes da Silva	20					
Lisboa	20					
José Fernandes Lima			1		1	
Lisboa			1		1	
José Ferreira da Fonseca			11			
Lisboa			11			
José Ferreira de Canelas			14			

Lisboa			14			
José Ferreira de Carvalho			0,5			
Lisboa			0,5			
José Ferreira de Carvalho e Couto			0,25			
Lisboa			0,25			
José Ferreira de Moura	0,25		8			
Lisboa	0,25		8			
José Ferreira Guimarães			0,5			
Lisboa			0,5			
José Francisco Almeida Pereira Lacerda			1			
Lisboa			1			
José Francisco Bernardes	0,75		2			
Lisboa	0,75		2			
José Francisco de Abreu	0,75		0,75			
Lisboa	0,75		0,75			
José Francisco de Pinho			0,25			
Lisboa			0,25			
José Francisco dos Santos Azevedo						13
Lisboa						13
José Francisco dos Santos Maia			25			
Lisboa			25			
José Francisco Ferreira	0,23		0,25			
Lisboa	0,23		0,25			
José Francisco Gonçalves			1			
Lisboa			1			
José Francisco Lourenço			0,23			
Lisboa			0,23			
José Francisco Monteiro	0,14		0,37			
Lisboa	0,14		0,37			
José Francisco Monteiro Massa	0,34			0,5		
Lisboa	0,34			0,5		
José Francisco Rodrigues	0,25					
Lisboa	0,25					
José Francisco Torcato Monteiro	1,25	0,5	6,25			
Figueira da Foz			6			
Lisboa	1,25	0,5	0,25			
José Garcia de Moraes			1,25			
Lisboa			1,25			
José Gomes da Silva	5					6
Lisboa	5					6
José Gomes de Carvalho					5	
Lisboa					5	
José Gomes Fogaça	1	0,5	1			
Lisboa	1	0,5	1			
José Gomes Ramalho			12			
Lisboa			12			
José Gonçalves					1	

Lisboa					1	
José Gorgel					2	
Lisboa					2	
José Guedes de Magalhães Osório			2			
Lisboa			2			
José Guedes de Valdigem			19			
Lisboa			19			
José Guedes do lugar do Almeirão			26			
Lisboa			26			
José Guedes Leite de Figueiredo	40					
Lisboa	40					
José Guedes Pinto					3	
Lisboa					3	
José João Pinto de Queirós	1					
Lisboa	1					
José Joaquim					7	
Lisboa					7	
José Joaquim Alves Moniz			0,5			
Lisboa			0,5			
José Joaquim da Costa					16	
Lisboa					16	
José Joaquim de Sequeira e Almeida			128			
Lisboa			97			
Vila do Conde			31			
José Joaquim Emauz			0,5			
Lisboa			0,5			
José Joaquim Monteiro			35			
Lisboa			35			
José Jorge de Queirós					1	
Lisboa					1	
José Leandro	0,23					
Viana	0,23					
José Leandro Betencourt			0,5			
Viana			0,5			
José Leite de Melo Pereira Vasconcelos	26		30		25,5	
Lisboa	26		30		19,5	
Setúbal					6	
José Leite Pereira	0,6		50			
Lisboa	0,6		50			
José Loureiro da Costa			3			
Lisboa			3			
José Lourenço da Silva	0,23		0,23			
Lisboa	0,23		0,23			
José Lourenço do Vale				1		
Lisboa				1		
José Luís Alvares de Moura					2	
Lisboa					2	

José Luís Campos	0,75					
Lisboa	0,75					
José Luís Campos de Mesquita Pirralho	0,25	0,25	1,25			
Lisboa	0,25	0,25	1,25			
José Luís de Magalhães	0,25					
Lisboa	0,25					
José Luís dos Anjos			0,25			
Lisboa			0,25			
José Luís Pereira			0,5			
Lisboa			0,5			
José Luís Pimenta e Maria do Carmo			16,75			
Lisboa			16,75			
José Machado Braga	0,25					
Coimbra	0,25					
José Manuel			19			
Lisboa			19			
José Manuel Abreu Pinto	40					
Lisboa	40					
José Manuel António	1					
Lisboa	1					
José Manuel Chiape			218			
Lisboa			218			
José Manuel do Couto Garrido	40		12,25			
Lisboa	40		12,25			
José Manuel Marim	1,5		1,22			62
Lisboa	1,5		1,22			62
José Manuel Moreira			1			
Lisboa			1			
José Manuel Rangel de Quadros			14			
Lisboa			14			
José Maria de Sequeira e Queirós			11			
Lisboa			11			
José Marques da Cruz			13			
Lisboa			13			
José Marques Leite					3	
Lisboa					3	
José Martins da Cruz			1			
Setúbal			1			
José Martins da Luz	20	0,56	6,5	0,95		
Lisboa	20	0,56	2,5	0,95		
Setúbal			4			
José Martins de Carvalho						16
Lisboa						16
José Martins Ferreira			7			
Lisboa			7			
José Maurício de Abreu e Lima	0,09		0,23			
Lisboa	0,09		0,23			

José Mendes de Oliveira	0,64		0,25		1,23	
Lisboa	0,64		0,25			
Viana					1,23	
José Monteiro Alvarenga	45,64				7	
Lisboa	45,64				7	
José Monteiro Ardôño	84		59			
Lisboa	84		59			
José Monteiro de Almeida	188,26		11,25		24	
Figueira da Foz			0,25			
Lisboa	188,26		11		24	
José Monteiro de Mendonça			40			
Lisboa			40			
José Nicolau Pupo			0,25			
Lisboa			0,25			
José Nogueira de Abreu			0,7			
Lisboa			0,7			
José Paiva Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
José Pamplona Carneiro Rangel	1,83		3,06			
Lisboa	1,83		3,06			
José Pedro Antunes Pereira	0,28					
Lisboa	0,28					
José Pedro de Carvalho	0,6					
Lisboa	0,6					
José Pedro Pinto e Meireles			0,25			
Lisboa			0,25			
José Peixoto de Melo	0,5					
Lisboa	0,5					
José Pereira Basto			1,5		2	
Lisboa			1,5		2	
José Pereira Bernardes			0,25			
Viana			0,25			
José Pereira da Mota Pimentel					4	
Lisboa					4	
José Pereira da Silva	2		0,5			
Lisboa	2		0,5			
José Pereira de Abreu	0,25				2	
Lisboa	0,25				2	
José Pereira de Faria			0,25			
Lisboa			0,25			
José Pereira de Mesquita			6			
Lisboa			6			
José Pereira de Miranda						0,23
Lisboa						0,23
José Pereira Ferraz	27,98	0,25	307,5			
Lisboa	27,98	0,25	307,5			
José Pereira Pinto	2		3			

Lisboa	2		3			
José Pinto Barbosa	30					
Lisboa	30					
José Pinto da Cunha			0,14		3	
Lisboa			0,14		3	
José Pinto da Cunha Godinho	426,14					
Lisboa	426,14					
José Pinto da Fonseca			0,09			
Lisboa			0,09			
José Pinto de Meireles					2	
Lisboa					2	
José Pinto de Mesquita					7	
Lisboa					7	
José Pinto de Queirós			0,25			
Lisboa			0,25			
José Pinto e Luís Vieira			18			
Lisboa			18			
José Pinto Guedes			7			
Lisboa			7			
José Pinto Machado			9			
Lisboa			9			
José Pinto Monteiro	467,12		105			
Figueira da Foz			33			
Lisboa	467,12		72			
José Pinto Pereira			1			
Lisboa			1			
José Pinto Pimentel de Almeida			67,06			
Lisboa			67,06			
José Pinto Resende	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
José Pires da Fraga			5			
Lisboa			5			
José Ramos	0,19					
Lisboa	0,19					
José Ribeiro					1	
Lisboa					1	
José Ribeiro Braga	38		50			7
Figueira da Foz			50			7
Lisboa	38					
José Ribeiro da Costa			0,25			
Lisboa			0,25			
José Ribeiro da Silva			8,14		2	
Lisboa			8,14		2	
José Ribeiro de Brito			0,75			
Lisboa			0,75			
José Ribeiro de Carvalho	0,05					
Lisboa	0,05					

José Ribeiro de Moraes			13			
Lisboa			13			
José Ribeiro de Oliveira			1			
Lisboa			1			
José Ribeiro Monteiro			36			
Lisboa			36			
José Ricardo de Noronha	0,14					
Lisboa	0,14					
José Rodrigues			1,5			
Lisboa			1,5			
José Rodrigues Albino			0,07			
Lisboa			0,07			
José Rodrigues Carneiro Borges			61			
Lisboa			61			
José Rodrigues de Freitas					2	
Lisboa					2	
José Rodrigues de Matos			6			
Lisboa			6			
José Rodrigues Patinho	0,25					
Lisboa	0,25					
José Soares				0,25		
Setúbal				0,25		
José Soares de Barbosa			2,25			
Lisboa			2,25			
José Távora de Magalhães			18			
Lisboa			18			
José Teixeira			0,23		1	
Lisboa			0,23		1	
José Teixeira Barbosa	3		1,75			
Lisboa	3		1,75			
José Teixeira de Carvalho			14			
Lisboa			14			
José Teixeira de Melo			0,5			
Lisboa			0,5			
José Urbano Pereira de Melo			1			
Lisboa			1			
José Vaz Pinto Guedes	0,19					
Lisboa	0,19					
José Vicente Arantes Pereira	0,23					
Lisboa	0,23					
José Vicente da Fonseca e Gouveia	0,05		5,96			0,23
Lisboa	0,05		5,96			0,23
José Vicente de Freitas e Silva			0,25			0,25
Lisboa			0,25			0,25
José Vieira de Carvalho			6			
Lisboa			6			
José Vieira Pedroso			0,5			

Lisboa			0,5			
José Xavier de Oliveira Barros			1,5			
Lisboa			1,5			
Julião de Oliveira & Cª			13			
Lisboa			13			
Justino António da Silva	0,09					
Lisboa	0,09					
Leandro Anastácio de Carvalho e Fonseca	1,3		6,75			
Lisboa	1,3		6,75			
Leão Teixeira					2	
Lisboa					2	
Leão Teixeira de Andrade					3	
Lisboa					3	
Leão Teixeira Falcão					17	
Lisboa					17	
Leite Pinheiro e Viúva Vieira			11			
Lisboa			11			
Leonardo José			4			
Lisboa			4			
Leonardo José dos Santos	10		112			
Lisboa	10		112			
Lima Ribeiro & Cª	1		13			
Lisboa	1		13			
Lopes Oliveira & Cª	1,25					
Lisboa	1,25					
Lourenço de Carvalho			1,47		5	
Lisboa			1,47		5	
Lourenço dos Reis			2,25			
Lisboa			2,25			
Lourenço José			55			
Lisboa			55			
Lourenço José Brandão					2	
Lisboa					2	
Lourenço José da Cunha			0,5			
Lisboa			0,5			
Lourenço Tomás					5	
Lisboa					5	
Lucas Coelho Pereira			2,75			
Lisboa			2,75			
Lucas Fernandes de Castro	1		0,25			
Lisboa	1		0,25			
Lucas Marques Lobo			2,43			
Figueira da Foz			0,23			
Lisboa			2,2			
Luís Alvares de Sousa	0,14					
Setúbal	0,14					
Luís Alves da Rocha	0,25		0,25		2	

Lisboa	0,25		0,25		2	
Luís António da Cunha Machado					2	
Lisboa					2	
Luís António de Amorim	3,06		25			
Lisboa	3,06		25			
Luís António de Azevedo e Cunha	0,25					
Lisboa	0,25					
Luís António de Castro	4					
Lisboa	4					
Luís António de Sousa Reis			0,5			
Lisboa			0,5			
Luís António de Sousa Reis e Filho	49,56		10			
Lisboa	49,56		10			
Luís António dos Reis	0,5					
Lisboa	0,5					
Luís António Gomes Correia			0,25			
Lisboa			0,25			
Luís António Ribeiro			1			
Lisboa			1			
Luís António Ribeiro Braga						1,5
Lisboa						1,5
Luís António Vieira	2					
Lisboa	2					
Luís António Vieira Morais	6					
Lisboa	6					
Luís Brandão			0,5			
Lisboa			0,5			
Luís Correia de Almeida Carvalhais	86		21,5			
Lisboa	86		21,5			
Luís Correia dos Santos	90			15	3	
Figueira da Foz					3	
Lisboa	90			15		
Luís Correia Leite	0,37					
Lisboa	0,37					
Luís da Costa Macedo e Castro			0,25			
Lisboa			0,25			
Luís de Almeida			10			
Lisboa			10			
Luís de Almeida Morais			1,25			0,23
Lisboa			1,25			0,23
Luís de Figueiredo			7			
Lisboa			7			
Luís de Melo de Macedo			21			
Lisboa			21			
Luís de Moura de Mendonça	0,5					
Lisboa	0,5					
Luís Domingues			10			

Lisboa			10			
Luís Ferreira Gomes			77			8
Lisboa			77			8
Luís Francisco Gregório			6,47			
Lisboa			6,47			
Luís Francisco Pereira Pinto de Mansilha				0,5		
Lisboa				0,5		
Luís José de Queirós			0,25			
Lisboa			0,25			
Luís Machado Teixeira	0,28					
Lisboa	0,28					
Luís Manuel da Costa					10	
Lisboa					10	
Luís Manuel Teixeira de Carvalho			1			
Lisboa			1			
Luís Pedro Brederod de Andrade			0,25			
Lisboa			0,25			
Luís Pereira da Costa	0,25		0,25			
Lisboa	0,25		0,25			
Luís Pereira da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Luís Pinto de Faria			0,5			
Lisboa			0,5			
Luís Pinto Ramos			0,5			
Lisboa			0,5			
Luís Pinto Rodrigues			2			
Lisboa			2			
Luís Rodrigues dos Santos			4			
Lisboa			4			
Luís Rodrigues Pinheiro	1,5		2			
Lisboa	1,5		2			
Luís Teixeira Pinto	0,25					
Lisboa	0,25					
Luís Teixeira Portela			0,5			
Lisboa			0,5			
Luísa Caetana Pereira da Silva			45,23			
Lisboa			45,23			
Manuel Afonso					2	
Lisboa					2	
Manuel Alvares	0,56				2	
Lisboa	0,56				2	
Manuel Alvares Barbosa	0,25		135,75		12	
Lisboa	0,25		135,5		12	
Setúbal			0,25			
Manuel Alvares Carneiro	50		0,25			
Lisboa	50		0,25			
Manuel Alvares da Cruz	110,5					

Lisboa	110,5					
Manuel Alvares Pinto					1	
Lisboa					1	
Manuel Alvares Pinto Vilar	64		38			
Lisboa	64		38			
Manuel Alvares Ponaz			22			
Lisboa			22			
Manuel Alves da Costa			0,23			
Lisboa			0,23			
Manuel Alves da Costa Paiva			2			
Lisboa			2			
Manuel Alves da Guerra					1	
Lisboa					1	
Manuel Alves de Magalhães e Brito					4	
Lisboa					4	
Manuel Alves de Oliveira	0,01		0,5			
Lisboa	0,01		0,5			
Manuel Alves de Sousa						0,8
Setúbal						0,8
Manuel Alves do Couto					3	
Lisboa					3	
Manuel Alves Jácome					5	
Lisboa					5	
Manuel Alves Pereira					1	
Lisboa					1	
Manuel Alves Póvoas						3
Lisboa						3
Manuel Alves Ribeiro			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel Alves Teixeira					7	
Lisboa					7	
Manuel António			4,5			
Lisboa			4,5			
Manuel António Afonso					3	
Lisboa					3	
Manuel António Alves					3	
Lisboa					3	
Manuel António Borges e Vicente da Cunha Lousada					2	
Lisboa					2	
Manuel António da Costa	0,25		45,48			11
Alcácer do Sal			15			
Lisboa	0,25		30,48			11
Manuel António da Costa Guimarães	70,75		15			15
Lisboa	56,75		15			
Setúbal	14					15
Manuel António de Araújo	2,34		1,03			
Lisboa	2,34		1,03			

Manuel António de Araújo Guimarães					6	
Lisboa					6	
Manuel António de Barros	14					
Lisboa	14					
Manuel António de Magalhães				0,75	1	
Lisboa				0,75	1	
Manuel António Machado					2	
Lisboa					2	
Manuel António Marques					2	
Lisboa					2	
Manuel António Pereira de Figueiredo					2	
Lisboa					2	
Manuel António Ribeiro Guimarães		2	2,75			
Lisboa		2	2,25			
Setúbal			0,5			
Manuel António Teixeira					2	
Lisboa					2	
Manuel Arriscado de Lacerda					1	
Lisboa					1	
Manuel Baltasar Borges			3			
Lisboa			3			
Manuel Barbosa			1			
Lisboa			1			
Manuel Barroso					1	
Lisboa					1	
Manuel Basto Dias Ferreira			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel Borges			24			
Lisboa			24			
Manuel Borges de Azevedo					17	
Lisboa					17	
Manuel Caetano dos Santos	4,7		1,75			
Lisboa	4,7		1,75			
Manuel Caetano Ferreira			12			
Lisboa			12			
Manuel Caetano Ferreira de Santo Agostinho			30			
Lisboa			30			
Manuel Cardoso de Carvalho					2	
Setúbal					2	
Manuel Carvalho da Silva	0,75		10	1	0,71	
Lisboa	0,75		10	1	0,71	
Manuel Chiappe			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel Correia Lopes			1			
Lisboa			1			
Manuel Crisóstomo da Fonseca			0,25			
Lisboa			0,25			

Manuel da Costa			133			
Lisboa			133			
Manuel da Costa Brandão	450		13			
Lisboa	450		13			
Manuel da Costa Silva	80,25		117,5			
Lisboa	80,25		117,5			
Manuel da Cruz Maia			1			
Lisboa			1			
Manuel da Cunha Vale	1					
Lisboa	1					
Manuel da Fonseca			4			
Lisboa			4			
Manuel da Mota			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel da Silva Baptista			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel da Silva Coutinho			4			
Lisboa			4			
Manuel da Silva Monteiro			0,75			
Lisboa			0,75			
Manuel da Silva Teles					2	
Lisboa					2	
Manuel da Veiga Campos	32					40
Lisboa	32					40
Manuel de Almeida Pinto	10			0,5		
Lisboa	10			0,5		
Manuel de Almeida Ribeiro			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel de Basto Almeida			0,79			10
Lisboa			0,79			10
Manuel de Carvalho	1,25					
Lisboa	1,25					
Manuel de Carvalho Silva	2,25		1	1,5		4
Lisboa	2,25		1	1,5		4
Manuel de Figueiroa Pinto	0,34		37,97		2	
Lisboa	0,34		37,97		2	
Manuel de Gouveia			2			
Lisboa			2			
Manuel de Matos Pereira e Maria Guedes			21			
Lisboa			21			
Manuel de Meireles Sousa			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel de Sá Couto			770,5			
Lisboa			770,5			
Manuel de Sá Monteiro	0,5		8,25		4	
Figueira da Foz					1	
Lisboa	0,5		8,25		3	

Manuel de Sá Vasconcelos			2			
Lisboa			2			
Manuel de Sousa Basto			28			
Lisboa			28			
Manuel de Sousa e Silva	17		0,25			
Lisboa	3		0,25			
Monchique	14					
Manuel de Sousa Monteiro	1,5					
Lisboa	1,5					
Manuel de Sousa Pinto	50		332			16
Lisboa	50		332			16
Manuel de Sousa Pires			29			
Lisboa			29			
Manuel de Sousa Silva	5,25		2			
Lisboa	5,25		2			
Manuel Dias Bravo	60,25		174,25		9	4,23
Lisboa	60,25		174,25		9	4,23
Manuel Dias Monteiro	40				1	
Lisboa	40				1	
Manuel do Amaral					11	
Lisboa					11	
Manuel do Nascimento				0,25		
Lisboa				0,25		
Manuel do Nascimento Pereira Dias	27,75		2,48	1		
Lisboa	27,75		2,48	1		
Manuel dos Anjos	39,47					
Lisboa	39,47					
Manuel Duarte					4	
Lisboa					4	
Manuel Duarte Pereira Guimarães			1		8	
Lisboa			1		8	
Manuel Duarte Silva				6		
Faial				6		
Manuel Falcão Costa e Meneses			67			
Lisboa			67			
Manuel Felix Correia Maia	0,12		2,12			
Lisboa	0,12		2,12			
Manuel Fernando de Abreu			13			
Lisboa			13			
Manuel Ferreira Barbosa	0,25		216,75	0,5		
Lisboa	0,25		168,75	0,5		
Setúbal			48			
Manuel Ferreira Cardoso			23			
Lisboa			23			
Manuel Ferreira Correia de Carrazedo					2	
Lisboa					2	
Manuel Ferreira da Cruz			2			

Lisboa			2			
Manuel Ferreira de Carvalho			4			
Lisboa			4			
Manuel Ferreira dos Guimarães	578,59		5,25			
Lisboa	578,09		5,25			
Setúbal	0,5					
Manuel Ferreira dos Guimarães & Cª	12,23					
Lisboa	12,23					
Manuel Ferreira Nobre		3				
Lisboa		3				
Manuel Ferreira Velho			2		1	
Lisboa			2		1	
Manuel Francisco Correia			0,12			
Lisboa			0,12			
Manuel Francisco da Cruz	270		22			
Lisboa	270		22			
Manuel Francisco da Silva	0,5	0,5	1,5			6
Lisboa	0,5	0,5	1,5			6
Manuel Francisco de Oliveira		0,75				
Lisboa		0,75				
Manuel Francisco Gonçalves			0,25			
Setúbal			0,25			
Manuel Francisco Guimarães	1,64		1,25		10	34
Lisboa	1,39		1,25		10	34
Setúbal	0,25					
Manuel Francisco Guimarães & Cª			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel Francisco Ribeiro			1	0,75		
Lisboa			1	0,75		
Manuel Francisco Ribeiro Guimarães	0,5		3,25			
Lisboa	0,5		3,25			
Manuel Garcia de Aguiar e Silva	1,75		112			
Lisboa	1,75		112			
Manuel Garcia de Aguiar e Silva & Cª			75			
Lisboa			75			
Manuel Gomes de Carvalho					4	
Lisboa					4	
Manuel Gomes e João Gonçalves					1	
Lisboa					1	
Manuel Gomes Franco			159,5			
Lisboa			159,5			
Manuel Gomes Ribeiro	2					
Lisboa	2					
Manuel Gomes Soares			5			
Lisboa			5			
Manuel Gonçalves da Costa			8			
Lisboa			8			

Manuel Gonçalves Ferreira						5
Lisboa						5
Manuel Inácio Baptista	0,25		57			
Lisboa	0,25		57			
Manuel Inácio Pereira da Costa	52,5		60			
Lisboa	52,5		60			
Manuel João Barbosa			46			
Lisboa			46			
Manuel João da Cunha			1			12
Lisboa			1			12
Manuel João da Cunha Magalhães						3
Lisboa						3
Manuel Joaquim de Azevedo	930,41		585		56	
Lisboa	930,41		585		56	
Manuel Joaquim Lopes Pereira Negrão	0,25					
Lisboa	0,25					
Manuel Joaquim Pereira da Silva			1			
Lisboa			1			
Manuel José					6	
Lisboa					6	
Manuel José de Sequeira			75			93
Lisboa			75			93
Manuel José Alves					2	
Lisboa					2	
Manuel José Alves Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel José Alves Viana	0,25		55			
Lisboa	0,25		55			
Manuel José Barbosa	0,5		11,5		3	
Lisboa	0,5		11,5			
Setúbal					3	
Manuel José Borges					14	
Lisboa					14	
Manuel José Borges Lousada			23		2	
Lisboa			23		2	
Manuel José Campos			2			
Lisboa			2			
Manuel José Coelho						7,75
Lisboa						7,75
Manuel José Correia de Lacerda			0,75			
Lisboa			0,75			
Manuel José da Costa Sampaio					2	
Lisboa					2	
Manuel José da Cruz			1,25			
Lisboa			1,25			
Manuel José da Cruz Lousada					3	
Lisboa					3	

Manuel José da Silva	0,5		0,25			
Lisboa	0,5		0,25			
Manuel José da Silva Braga			8			
Lisboa			8			
Manuel José de Amorim	0,25					
Lisboa	0,25					
Manuel José de Araújo Basto			54		2	
Lisboa			54		2	
Manuel José de Azevedo Rocha de Melo					1	
Lisboa					1	
Manuel José de Campos	0,19					
Figueira da Foz	0,19					
Manuel José de Campos Graça			23			
Lisboa			23			
Manuel José de Carvalho			7			
Lisboa			7			
Manuel José de Magalhães			0,78			
Lisboa			0,78			
Manuel José de Neiva Cardoso					1	
Lisboa					1	
Manuel José de Oliveira			1			
Lisboa			1			
Manuel José de Oliveira Braga	0,64		2			0,26
Lisboa	0,64		2			0,26
Manuel José de Oliveira Souto			1,25			
Lisboa			1,25			
Manuel José de Sousa					1	
Lisboa					1	
Manuel José do Cabo			5			
Lisboa			5			
Manuel José do Couto					1	
Lisboa					1	
Manuel José Estácio Brandão	2		2,72			
Lisboa	2		2,72			
Manuel José Fernandes & Cª			13			
Lisboa			13			
Manuel José Fernandes da Cunha			12,5			
Lisboa			12,5			
Manuel José Ferreira Carneiro	0,23					
Lisboa	0,23					
Manuel José Fonseca				1		
Lisboa				1		
Manuel José Francisco					2	
Lisboa					2	
Manuel José Gomes		0,75				
Lisboa		0,75				
Manuel José Gomes Pinto	0,75					

Lisboa	0,75					
Manuel José Joaquim			8			
Lisboa			8			
Manuel José Lopes					2	
Lisboa					2	
Manuel José Marques de Lemos						3
Lisboa						3
Manuel José Nogueira				0,3		
Lisboa				0,3		
Manuel José Novais					2	
Lisboa					2	
Manuel José Pereira				0,25		
Ilha de S. Miguel				0,25		
Manuel José Pereira da Silva			13			
Lisboa			13			
Manuel José Pinheiro Basto			1,75			
Lisboa			1,75			
Manuel José Pires			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel José Ribeiro dos Santos			1			
Lisboa			1			
Manuel José Ribeiro Guimarães	0,14					
Lisboa	0,14					
Manuel José Soares					2	
Lisboa					2	
Manuel José Teixeira	0,14					
Lisboa	0,14					
Manuel José Teixeira Leite					6	
Lisboa					6	
Manuel Leitão Pinheiro			0,75			
Lisboa			0,75			
Manuel Leite de Oliveira			104			
Lisboa			104			
Manuel Leite Lobo					5	
Lisboa					5	
Manuel Lopes					3,3	
Setúbal					3,3	
Manuel Lopes da Costa Silva			11,47		11,37	3
Lisboa			1,75		4,28	3
Setúbal			9,72		7,09	
Manuel Lopes Ribeiro Guimarães	14,61		0,25			
Lisboa	14,61					
Setúbal			0,25			
Manuel Lourenço de Miranda	0,5		0,5			
Lisboa	0,5		0,5			
Manuel Luís de Andrade					1	
Lisboa					1	

Manuel Luís Ferreira de Carvalho			0,25		1	
Lisboa			0,25		1	
Manuel Luís Gaioso			1,23	0,75		
Lisboa			1,23	0,75		
Manuel Luís Teixeira de Carvalho da Cunha Pinto					15	
Lisboa					15	
Manuel Luís Virões	0,47		1,45			
Lisboa	0,47		1,45			
Manuel Machado					2	
Lisboa					2	
Manuel Marques da Costa Vale			6,5			
Lisboa			6,5			
Manuel Marques Ferreira			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel Martins Cardoso	1		28,19			
Lisboa	1		28,19			
Manuel Martins Couto			0,23		2,25	
Lisboa			0,23		2	
Viana					0,25	
Manuel Martins Monteiro	4,25	0,75	1,75	0,14		
Lisboa	4,25	0,75	1,5	0,14		
Viana			0,25			
Manuel Martins Pinto	6					
Lisboa	6					
Manuel Mendes de Moraes e Castro	0,5					
Lisboa	0,5					
Manuel Mendes de Oliveira	0,5					
Lisboa	0,5					
Manuel Monteiro Pereira	69,75		70,5	3,84		
Lisboa	69,75		70,5	3,84		
Manuel Moreira Bessa						9
Lisboa						9
Manuel Moreira Ferreira					2	
Lisboa					2	
Manuel Moreira Garcês	0,3		3,22			
Lisboa	0,3		2,75			
Setúbal			0,47			
Manuel Pamplona Rangel			0,14			
Lisboa			0,14			
Manuel Peixoto de Queirós					5	
Lisboa					5	
Manuel Pereira Coelho					4	
Lisboa					4	
Manuel Pereira da Costa			0,25			
Lisboa			0,25			
Manuel Pereira da Silva Berredo			0,25			
Figueira da Foz			0,25			

Manuel Pereira de Carvalho			1			
Lisboa			1			
Manuel Pinheiro de Oliveira			1			
Lisboa			1			
Manuel Pinto de Paredes de Arcão			10			
Lisboa			10			
Manuel Pires de Poiães					2	
Lisboa					2	
Manuel Portugal Calhorda					1,25	
Viana					1,25	
Manuel Ramos Vieira			40			
Lisboa			40			
Manuel Ribeiro de Araújo	1					
Lisboa	1					
Manuel Ribeiro de Lobrigos			9			
Lisboa			9			
Manuel Ribeiro de Mesquita Pinto	2,47		9,95			
Lisboa	2,47		9,95			
Manuel Rodrigues			5			
Lisboa			5			
Manuel Rodrigues Bento			2,91			
Lisboa			2,91			
Manuel Rodrigues Ferreira de Freixieiro					2	
Lisboa					2	
Manuel Rodrigues Passos					16	
Lisboa					16	
Manuel Rodrigues Pimentel	3					
Lisboa	3					
Manuel Soares Borges			0,5			
Lisboa			0,5			
Manuel Soares de Pinho	0,14					
Lisboa	0,14					
Manuel Teixeira			1			
Lisboa			1			
Manuel Teixeira de Abreu			0,6			
Lisboa			0,6			
Manuel Teixeira de Carvalho	0,75		4,25			
Lisboa	0,75		4,25			
Manuel Tomás de Figueiredo Rocha Pinto	2,82		7,19	1		
Lisboa	2,82		7,19	1		
Manuel Vieira de Carvalho			26			
Lisboa			26			
Manuel Vilelo Varela					3	
Lisboa					3	
Marcelino José de Oliveira			1			
Lisboa			1			
Marcos José Fernandes Neiva			0,5			

Lisboa			0,5			
Marcos Pereira					1,5	
Lisboa					1,5	
Maria Alvarenga de Valdigem			4			
Lisboa			4			
Maria Dias			5			
Lisboa			5			
Maria Engrácia Machada					2	
Lisboa					2	
Maria Gouveia			1			
Lisboa			1			
Maria Guedes			37			
Lisboa			37			
Maria José					1	
Lisboa					1	
Maria José Viúva					1	
Lisboa					1	
Maria Luísa			10			
Lisboa			10			
Maria Monteiro	0,25					
Lisboa	0,25					
Maria Osório			1			
Lisboa			1			
Maria Teresa de Araújo			0,25			
Lisboa			0,25			
Maria Venância			12			
Lisboa			12			
Mariana Correia			4			
Lisboa			4			
Mariana de Barros			0,75			
Lisboa			0,75			
Martinho Afonso de Miranda					1	
Lisboa					1	
Martinho José de Araújo	0,19		0,09			
Lisboa	0,19		0,09			
Matias Lourenço de Araújo	0,28		0,25			
Lisboa	0,28		0,25			
Matias Rodrigues			8			
Lisboa			8			
Matos Teixeira e Empson	47					
Lisboa	47					
Maurício José de Oliveira	0,09					
Lisboa	0,09					
Maximiano José da Serra	0,25					
Lisboa	0,25					
Mello e Neiva			3			0,23
Lisboa			3			0,23

Mello e Neiva & Cª	83,96	0,5	5,71			
Lisboa	83,96	0,5	5,71			
Mestre de campo Teodoro Gonçalves			3			
Lisboa			3			
Miguel António de Araújo e Abreu			3			
Lisboa			3			
Miguel Borges de Oliveira e Andrade					19	
Lisboa					19	
Miguel Borges e Manuel Alvares de Oliveira					2	
Lisboa					2	
Miguel da Costa Faria	0,14		0,14	0,25		
Lisboa	0,14		0,14	0,25		
Miguel de Oliveira			0,23			
Setúbal			0,23			
Miguel Dias					0,49	
Lisboa					0,49	
Miguel Dias da Cruz	41,75		8,75		1,51	
Lisboa	41,75		7,75		1,51	
Viana			1			
Miguel José Fernandes	1					
Lisboa	1					
Miguel Peixoto					6	
Lisboa					6	
Miguel Pereira			7			
Lisboa			7			
Miguel Pereira da Silva & Cª	12					
Lisboa	12					
Miguel Pereira de Barros	0,28		2,75			
Lisboa	0,28		2,75			
Miguel Ventim			0,5			
Lisboa			0,5			
Miguel Vicente Brandão Vilas Boas			1,46			
Lisboa			1,46			
Ministro do Convento da Santíssima Trindade			8			
Lisboa			8			
Mordomo de Luís Pinto de Sousa			3			
Lisboa			3			
Mordomo do Sr. Bispo			0,25			
Lisboa			0,25			
Murph e Freitas	20,73					
Lisboa	20,73					
Nicolau da Silva Gomes			0,25			
Lisboa			0,25			
Nicolau de Miranda Silva e Alarcão			0,19			
Lisboa			0,19			
Nicolau Francisco Guimarães	4,5		6,1			
Lisboa	4,5		6,1			

Nicolau Joaquim Pereira	2		7		18	
Lisboa	2		7		18	
Padre António Alves de Lemos			1			
Lisboa			1			
Padre António de Carvalho				0,59		
Lisboa				0,59		
Padre António José				2		
Lisboa				2		
Padre António José Ferreira António Joaquim			0,28			
Lisboa			0,28			
Padre António José Ribeiro			0,25			
Lisboa			0,25			
Padre António Portugal			0,25			
Viana			0,25			
Padre António Teixeira de Morais			27			
Lisboa			27			
Padre Carlos José Tavares			0,98			
Lisboa			0,75			
Viana			0,23			
Padre Depósito Congregado			0,14			
Lisboa			0,14			
Padre fr António de Santa Ana do Vale			0,23			
Lisboa			0,23			
Padre fr Francisco Joaquim de S. José Cardoso	0,25					
Lisboa	0,25					
Padre fr João das Dores				5		
Viana				5		
Padre fr João de Sacedra	0,25					
Lisboa	0,25					
Padre fr Joaquim de S. José	0,58		0,25			
Lisboa	0,58		0,25			
Padre fr Joaquim de S. José Cardoso			0,25			
Lisboa			0,25			
Padre fr Joaquim de S. Teotónio			3			
Lisboa			3			
Padre fr Manuel Regente				6		
Viana				6		
Padre Francisco Portugal			1	0,75		
Lisboa			0,5			
Viana			0,5	0,75		
Padre Gervásio Falcão					2	
Lisboa					2	
Padre guardião de S. Francisco da Cidade	11,23					
Lisboa	11,23					
Padre Heitor Pinto			0,19			
Lisboa			0,19			
Padre Inácio José			0,16			

Lisboa			0,16			
Padre João Pinto					7	
Lisboa					7	
Padre José Cardoso	4					
Lisboa	4					
Padre José Gomes de Abreu				0,09		
Lisboa				0,09		
Padre José Moreira, José Pinto Medeiros			34			
Lisboa			34			
Padre José Pereira da Mota					2	
Lisboa					2	
Padre Leonardo José da Costa			107			
Lisboa			107			
Padre Luís António de Carvalho			13		1	
Lisboa			13		1	
Padre Luís Mendes de Vasconcelos			0,48			
Lisboa			0,48			
Padre Luís Teixeira Falcão, Aurélio Tomás					11	
Lisboa					11	
Padre Manuel Alves Vilela				0,5		
Alcácer do Sal				0,25		
Setúbal				0,25		
Padre Manuel da Trindade			0,47			
Lisboa			0,47			
Padre Manuel de Oliveira Pinto			0,09			
Lisboa			0,09			
Padre Manuel José Gomes Ribeiro					3	
Lisboa					3	
Padre mestre dr fr Pedro da Trindade			2			
Lisboa			2			
Padre Nuno Gomes Pacheco					15,09	
Lisboa					15,09	
Padre prior do Carmo Calçado de Lisboa			6,25			
Lisboa			6,25			
Padre prior do convento de Corpus Christi			58			
Lisboa			58			
Padre prior do Convento de S Lourenço da Cidade			1			
Lisboa			1			
Padre prior do Convento dos Carmelitas de Carnide de Lisboa			15			
Lisboa			15			
Padre prior do convento dos Remédios dos Carmelitas Descalços de Lisboa			70			
Lisboa			70			
Padre prior dos Carmelitas Descalços			11			
Lisboa			11			
Padre procurador da Terra Santa			1			
Lisboa			1			

Padre procurador geral do Convento de Mafra					0,5	
Lisboa					0,5	
Padre Propósito da Congregação			8			
Lisboa			8			
Padre Propósito da Congregação do Oratório de Lisboa			8			
Lisboa			8			
Padre Torcato Francisco Monteiro			0,5			
Lisboa			0,5			
Pantalião da Cunha e Faria	0,09		0,25			
Lisboa	0,09		0,25			
Pantalião Nunes de Azevedo	0,5					
Lisboa	0,5					
Paulo José Pereira			5			
Lisboa			5			
Paulo José Teixeira			13			
Lisboa			13			
Paulo José Teixeira de Azevedo			8			
Lisboa			8			
Pedro Alexandre					3	
Lisboa					3	
Pedro António Teixeira					2	
Lisboa					2	
Pedro António Teixeira de Carvalho					2	
Lisboa					2	
Pedro Caetano de Passos			0,25			
Caminha			0,25			
Pedro da Cunha Carneiro			1			
Lisboa			1			
Pedro de Carvalho			4			
Lisboa			4			
Pedro do Rosário Ribeiro	0,39		0,25			0,5
Lisboa	0,39		0,25			0,5
Pedro Gil & Cª			27			
Lisboa			27			
Pedro Gomes de Abreu			0,5			
Lisboa			0,5			
Pedro Guedes Pinto			109			
Lisboa			109			
Pedro Jacinto	7		0,25			
Lisboa	7		0,25			
Pedro José de Abreu Guimarães			130			
Lisboa			70			
Viana			60			
Pedro Leite Pereira de Melo	0,19		1,25			
Lisboa	0,19		1,25			
Pedro Luís da Costa	2					
Lisboa	2					

Pedro Machado					1	
Lisboa					1	
Pedro Martins Gonçalves				1		
Lisboa				1		
Pedro Mavinhé da Costa	6					
Lisboa	5,75					
Peniche	0,25					
Pedro Peixoto Cabral de Vasconcelos					3	
Lisboa					3	
Pedro Ribeiro França	0,5		0,75			
Figueira da Foz			0,25			
Lisboa	0,5		0,5			
Pedro Setaro			2,25			
Lisboa			1,75			
Setúbal			0,5			
Plácido Lino dos Santos Teixeira	0,5					
Lisboa	0,5					
Prior do Carmo			67			
Lisboa			67			
Prior do Colégio de S. Lourenço			6			
Lisboa			6			
Prior do Convento dos Remédios dos Carmelitas Descalços de Lx^a			26			
Lisboa			26			
Prior do Real Colégio de Santa Rita de Lisboa			4			
Lisboa			4			
Prior dos Carmelitas Calçados de Lisboa			15			
Lisboa			15			
Prior dos Carmelitas Gonçalo do Espírito Santo			5			
Lisboa			5			
Prior e mais padres Irlandeses do Colégio do Corpo Sto de Lx^a			3			
Lisboa			3			
Procurador do Convento de S. Francisco			0,25			
Lisboa			0,25			
Procurador-geral da Casa de Santo Elói			12			
Lisboa			12			
Procurador-geral de S. Bernardo						0,09
Lisboa						0,09
Procurador-geral do Convento de S. Domingos			0,5			
Lisboa			0,5			
Provedor	0,5		1			
Lisboa	0,5		0,5			
Viana			0,5			
Provedor Barnabé Veloso Barreto de Miranda	2,62		3,25			
Lisboa	2,62		3,25			
Quitéria Caetana			6			
Lisboa			6			

Quitéria Liberata e Luís Caetano Cabral			4			
Lisboa			4			
Rafael de Oliveira de Andrade					14	
Lisboa					14	
Raimundo José Borges			30			
Lisboa			30			
Reitor da Casa de Santo Elói desta cidade			2			
Lisboa			2			
Reverendo abade António Alves Coelho			0,5			
Viana			0,5			
Reverendo abade de Abasses Domingos Moreira					7	
Lisboa					7	
Reverendo abade de Avintes				0,25		
Viana				0,25		
Reverendo abade de Sanfins					5	
Lisboa					5	
Reverendo abade de Várzia			1			
Lisboa			1			
Reverendo abade Francisco de Macedo					1	
Lisboa					1	
Reverendo abade José Ferreira de Seixas	12					
Lisboa	12					
Reverendo António de Moraes Pereira			26			
Lisboa			26			
Reverendo António do Couto e Abreu					2	
Lisboa					2	
Reverendo António do Couto Ribeiro					1	
Lisboa					1	
Reverendo António Ferreira de Santa Maria	0,5		0,25			
Lisboa	0,5		0,25			
Reverendo António José de Neiva e outros					4	
Lisboa					4	
Reverendo António José de Sampaio			0,5			
Lisboa			0,5			
Reverendo António José do Couto	0,47		0,14			
Lisboa	0,47		0,14			
Reverendo António Marques Gomes			0,75			
Figueira da Foz			0,25			
Lisboa			0,5			
Reverendo António Nunes de Figueiredo			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo António Pinto de Miranda				0,25		
Lisboa				0,25		
Reverendo Bernardo de Sousa Pinto			0,5			
Lisboa			0,5			
Reverendo Bernardo Francisco de Sá					1	
Lisboa					1	

Reverendo Cláudio Gurgel			1			
Lisboa			1			
Reverendo cónego António Joaquim de Carvalho			2			
Lisboa			2			
Reverendo cónego José Joaquim de Azevedo Ferreira			1			
Fão			1			
Reverendo Custódio Pinto					1	
Lisboa					1	
Reverendo Domingos Borges					1	
Lisboa					1	
Reverendo Domingos de Araújo Silva				0,5	16	
Lisboa				0,5	16	
Reverendo Domingos Dias de Carvalho	0,5		1			
Lisboa	0,5		1			
Reverendo Dr. Álvaro Xavier	0,5					
Lisboa	0,5					
Reverendo Dr. Caetano Luís Alves Pinto					2	
Lisboa					2	
Reverendo Francisco de Mesquita Alvares Ferreira					7	
Lisboa					7	
Reverendo Francisco de Sales Pinto			0,23			
Lisboa			0,23			
Reverendo Francisco de Viterbo e Sousa			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo Francisco Inácio Malheiro			1			
Lisboa			1			
Reverendo Francisco José do Vale					1	
Lisboa					1	
Reverendo Francisco José Gonçalves	0,25					
Lisboa	0,25					
Reverendo Francisco Manuel de Mariz Sarmento			1,25		5,25	
Lisboa			1,25		5,25	
Reverendo Francisco Nogueira Pires			6			
Lisboa			6			
Reverendo Gregório José de Carvalho					5	
Lisboa					5	
Reverendo Inácio José Pereira do Lago					1	
Lisboa					1	
Reverendo Inácio Pereira Machado					1	
Lisboa					1	
Reverendo João Baptista			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo João Cardoso de Mendonça Figueiredo			82		18	
Lisboa			82		18	
Reverendo João Custódio Pinto			5			
Lisboa			5			
Reverendo João de Moura Seco			1			

Lisboa			1			
Reverendo João Jácome do Lago			0,09			
Viana			0,09			
Reverendo João Jorge			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo João Ribeiro Bacellar	0,07					
Lisboa	0,07					
Reverendo Joaquim José da Silva	0,25		0,5			
Lisboa	0,25		0,5			
Reverendo Joaquim Pinto de Carvalho			3			
Lisboa			3			
Reverendo José António Tavares de Azevedo			4			
Lisboa			4			
Reverendo José Caetano da Costa Ferreira					1	
Lisboa					1	
Reverendo José Caetano de Gouveia					4	
Lisboa					4	
Reverendo José Carlos Pinto de Azevedo			1			
Lisboa			1			
Reverendo José César Botelho de Amorim			0,25			
Vila do Conde			0,25			
Reverendo José Coelho Borges	20		0,47			
Lisboa	20		0,47			
Reverendo José Custódio Pimenta			32			
Lisboa			32			
Reverendo José da Cruz					1	
Lisboa					1	
Reverendo José de Almeida Dias			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo José de Castro Ferreira	0,75		2			
Lisboa	0,75		2			
Reverendo José Duarte			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo José Felix Cerveira			15			
Lisboa			15			
Reverendo José Joaquim			0,5			
Lisboa			0,5			
Reverendo José Joaquim Pereira da Costa			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo José Vitorino da Silva			1,25			
Lisboa			1,25			
Reverendo Leopoldo José de França			0,5			
Lisboa			0,5			
Reverendo Luís de Almeida Dias			19			
Lisboa			19			
Reverendo Manuel António da Guerra					1	
Lisboa					1	

Reverendo Manuel da Costa Cabral			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo Manuel da Costa Pereira					2	
Lisboa					2	
Reverendo Manuel Ferreira Velho			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo Manuel Gonçalves da Cruz			11			
Lisboa			11			
Reverendo Manuel Joaquim de Oliveira	0,14		0,85			
Lisboa	0,14		0,85			
Reverendo Manuel Pereira Moutinho			1			
Lisboa			1			
Reverendo Manuel Ramos Vieira			115,09			3,5
Lisboa			115,09			3,5
Reverendo Manuel Rodrigues			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo Manuel Vicente			1			
Lisboa			1			
Reverendo Manuel Vitorino			17			
Lisboa			17			
Reverendo Manuel Xavier de Mendonça			4			
Lisboa			4			
Reverendo Miguel Alves Pinto					3	
Lisboa					3	
Reverendo Paulo da Cunha					1	
Lisboa					1	
Reverendo Pedro Pires Nunes			0,5			
Lisboa			0,5			
Reverendo prior do Convento dos Carmelitas de Carnide			18			
Lisboa			18			
Reverendo Reitor do Colégio de Santo Agostinho de Lisboa			6			
Lisboa			6			
Reverendo Rodrigo de Mendonça			0,25			
Lisboa			0,25			
Reverendo Severino Pereira Monteiro			28			
Lisboa			28			
Reverendo Simão da Silva Costa			3			
Lisboa			3			
Reverendo Superior da Congregação	1					
Lisboa	1					
Reverendo Venancio Feliz Vidal da Gama			0,37			
Lisboa			0,37			
Ricardo Luís Pinto de Faria			1			
Lisboa			1			
Rocha Ribeiro & Cª	0,5		0,75			
Lisboa	0,5		0,75			

Rodrigo António de Araújo Lima			1,14			
Lisboa			1,14			
Rodrigo António Guimarães			0,25			1
Lisboa			0,25			1
Rodrigo Eufrásio Machado	0,25		0,23			
Lisboa	0,25		0,23			
Rodrigo José de Sousa Freitas			0,25			
Lisboa			0,25			
Roque Soares	0,25		0,23			
Lisboa	0,25		0,23			
Rosa Maria da Rua					3	
Lisboa					3	
Rosário Formosa			0,25			
Lisboa			0,25			
Salvador da Graça	0,09					
Lisboa	0,09					
Salvador Fonseca	0,23					
Lisboa	0,23					
Salvador Francisco da Costa Braga	2					
Lisboa	2					
Sargento-mor Anastácio Gomes			0,75			0,25
Lisboa			0,75			0,25
Sargento-mor João Baptista de Carvalho Vale e Vasconcelos	103,25				49	
Lisboa	103,25				49	
Sargento-mor José de Sousa Melo			1,44	0,14		
Lisboa			1,44	0,14		
Sargento-mor José Moreira da Costa	0,25					
Lisboa	0,25					
Sebastião Correia			0,25			
Lisboa			0,25			
Sebastião Correia de Sá			0,5			
Lisboa			0,5			
Sebastião Dias da Cruz	2		4			
Lisboa	2		4			
Sebastião Diogo Ferreira da Ascensão	0,25		0,75			
Lisboa	0,25		0,75			
Sebastião Diogo Ferreira de Ana Paz			1,75			
Lisboa			1,75			
Sebastião Gomes			0,75			
Lisboa			0,75			
Sebastião Gomes Costa	2,45		19,14			
Lisboa	2,45		19,14			
Sebastião Gomes Costa Pacheco	1		3,5			
Lisboa	1		3,5			
Sebastião Gonçalves de Rio Mau					1	
Lisboa					1	
Sebastião Teixeira Coutinho					3	

Lisboa					3	
Sebastião Teixeira de Carvalho					1	
Lisboa					1	
Serafim Pacheco de Andrade					2	
Lisboa					2	
Severino António			1,46			
Lisboa			1,46			
Severino José da Silva			0,25			
Lisboa			0,25			
Silvestre José			7			
Lisboa			7			
Simão da Silva Ferraz			0,25			
Lisboa			0,25			
Simão Guedes Coutinho			14			
Lisboa			14			
Simão José de Azevedo	0,5					
Lisboa	0,5					
Simão Marques Leitão	0,25					
Lisboa	0,25					
Tadeu António de Faria			31			
Lisboa			31			
Teixeira e Moraes	17		44			
Lisboa	17		44			
Teodoro Pamplona			0,5			
Lisboa			0,5			
Teodósio José de Moura					5	
Lisboa					5	
Teodósio Monteiro Porto			2			
Lisboa			2			
Teresa Caetana Borges					3	
Lisboa					3	
Teresa Clara de Sousa César e Lencastre			5			
Lisboa			5			
Tiago António Pereira Bandeira			0,25			
Lisboa			0,25			
Timóteo José Pinto					3,5	
Setúbal					3,5	
Tomás António Vieira Caldas			0,23			
Lisboa			0,23			
Tomás Correia de Carvalho	10		0,25			
Lisboa	10		0,25			
Tomás Costa	0,25		0,5			
Lisboa	0,25		0,5			
Tomás da Rocha Pinto	43,95		8		4	
Lisboa	43,95		8		4	
Tomás da Silva Ferraz	0,25		1			
Lisboa	0,25		1			

Tomás da Silva Peixoto			180			
Lisboa			180			
Tomás de Aquino Almeida	0,09		1,25			
Lisboa	0,09		1,25			
Tomás Joaquim Correia Maciel			1			
Lisboa			1			
Tomás José Ferreira Braga			1			
Lisboa			1			
Tomás Manuel de Azevedo	0,25					
Lisboa	0,25					
Ventura José Fortuna	0,5		1,75			
Setúbal	0,5		1,75			
Veríssimo José de Araújo				0,25		
Lisboa				0,25		
Vicencia Teixeira de Carvalho					5	
Lisboa					5	
Vicente da Silva Basto					5	
Lisboa					5	
Vicente de Noronha				2,25		
Lisboa				2,25		
Vicente Ferreira	48					
Lisboa	48					
Vicente José Ferreira			0,5			
Lisboa			0,5			
Vicente José Ferreira Cardoso da Costa	0,25		0,5			
Lisboa	0,25		0,5			
Vicente José Rodrigues de Valdigem			6			
Lisboa			6			
Vicente Leonardo			0,37			
Lisboa			0,37			
Vicente Pedrossem			1			
Lisboa			1			
Vicente Pereira	25					
Lisboa	25					
Vigário Domingos Francisco Correia Pereira			18			
Lisboa			18			
Viscondessa de Vila Nova de Souto de El Rei					3	
Lisboa					3	
Vitor José Soares		1				
Lisboa		1				
Vitorino José Mascarenhas	11,37		48	3		
Figueira da Foz	0,19		1,25			
Lisboa	11,18		46,75	3		
Viúva Arantes e Filhos	0,33					
Figueira da Foz	0,33					
Viúva Guimarães e Filho			8,75			
Lisboa			8,75			

Viúva Lopes da Costa e Filho	0,25		0,5			
Lisboa	0,25		0,5			
Total	19017,32	41,03	21523,15	249,6	1825,45	884,49

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Anexo 4 - Comércio interno de produtos v nicos , por anos e destinos, dos mercadores britânicos (1775-1800)

Nome/Destino/Nome	Vinho de embarque	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente
Administradores de Francisco Arcediago				3
Lisboa				3
1777				3
Archer & C^a	3	28		
Figueira da Foz	0,5			
1792	0,5			
Ilha de S. Miguel	0,75			
1792	0,75			
Lisboa	1,75	28		
1791	1			
1792	0,25			
1793	0,5			
1797		28		
Bearsley Webb	112,89			
Lisboa	112,89			
1791	16			
1792	30			
1793	0,5			
1794	11,5			
1795	0,5			
1796	10			
1797	7			
1798	15,14			
1799	22,25			
Bearsley Webb e Frend	166			54
Figueira da Foz	10,5			
1787	10			
1788	0,5			
Lisboa	155,5			54
1786	57			24
1787	50,75			25
1788	27,25			5
1789	15			
1790	5,5			
Burmester Nash	863,28			
Figueira da Foz	0,5			
1797	0,5			
Lisboa	862,78			
1789	2,78			
1797	783,25			
1799	12,25			
1800	64,5			
Burmester Nash & C^a	313,85	78		
Figueira da Foz	2	78		

1791	0,5			
1792	0,5			
1794	1			
1795		18		
1796		60		
Lisboa	311,85			
1790	1,5			
1791	11,5			
1792	12,09			
1793	13,51			
1794	7,75			
1795	3,5			
1796	16,75			
1798	245,25			
Campion Offley	112,75			15
Lisboa	112,75			15
1797	6,5			
1798				15
1799	34,5			
1800	71,75			
Campion Offley Hesketh	263,19			20
Lisboa	263,19			20
1791	5,5			
1792	5			
1793	7,5			
1794	8			20
1795	2,5			
1796	28,5			
1797	146,19			
1798	60			
Capitão Diogo White		0,25		
Lisboa		0,25		
1788		0,25		
Carlos Harris	0,14		0,5	3
Lisboa	0,14		0,5	3
1778			0,5	3
1798	0,14			
Carlos Harris & Cª	15,05			
Lisboa	14,8			
1797	14,41			
1799	0,39			
Viana	0,25			
1797	0,25			
Carlos Murph	42,21	7		
Lisboa	42,21	7		
1780	9,71	7		
1781	12,25			
1784	20,25			

Carlos Page	98,95	0,5		
Lisboa	98,95	0,5		
1782	0,5			
1784	0,5			
1785	0,47			
1786	2,5			
1787	1,75			
1788		0,5		
1789	1			
1790	0,5			
1791	1			
1792	2			
1793	0,5			
1794	1,23			
1795	2			
1796	2			
1797	82			
1798	1			
Claes e Bailey			1	
Lisboa			1	
1777			1	
Clemente Searle	492,12	1		
Lisboa	492,12	1		
1779	69			
1780	12			
1781	103			
1782	88,75			
1783	20			
1784	17			
1788	40,5			
1789	43,5			
1790	0,5			
1791	2,75			
1792	3,25			
1793	4			
1794	3			
1795	4,33			
1796	3,75			
1797	1,75	0,75		
1798	34	0,25		
1799	33,04			
1800	8			
Diogo Brett	12,5		7	180,23
Figueira da Foz	0,75			
1786	0,25			
1787	0,5			
Lisboa	11,75		7	180,23
1777			7	10

1778				23,14
1779	1			
1780	1			
1781	1			
1782	1,5			
1783				42
1784	2,5			42,35
1785	2			32,23
1787	1,75			30,51
1788	1			
Diogo Brett & C^a	1			15
Lisboa	1			15
1786	1			15
Dona Ana Nevill	0,25	1,5		
Lisboa	0,25	1,5		
1787		1		
1788		0,25		
1792	0,25	0,25		
Duarte Molloy	353,75			1
Lisboa	353,75			1
1781	7			
1782	11,25			
1783	12			
1784	23			1
1785	22			
1786	28			
1787	24			
1788	21			
1789	28,5			
1790	30			
1791	6,75			
1792	9,75			
1793	16,25			
1794	16,5			
1795	16			
1796	20,75			
1797	19,5			
1798	6			
1799	2,5			
1800	33			
Francisco Arcediago				1
Lisboa				1
1777				1
Francisco Bearsley	40,23			30
Lisboa	40,23			30
1784				10
1785	2,23			15
1786	31			

1787	5			5
1788	2			
Francisco Bearsley & Cª		4		0,3
Lisboa		4		0,3
1786				0,3
1795		4		
Francisco e Marcos Archer	1,25	16,5		
Figueira da Foz		16,5		
1794		7		
1795		9,5		
Lisboa	1,25			
1794	0,75			
1795	0,5			
Francisco Reis Pery		0,25		
Lisboa		0,25		
1781		0,25		
Guilherme Babington	174,91	1	0,5	3
Lisboa	174,91	1	0,5	3
1778			0,5	
1780	55,5			
1781	26,59			
1782	19,25			
1783	1,25			
1784	2,75	1		
1785	3,17			
1786	3,5			
1787	2,25			
1788	1,25			3
1789	3,1			
1790	4,71			
1791	3			
1792	0,75			
1793	5,25			
1795	2			
1796	3			
1797	1,5			
1798	27,5			
1799	3,75			
1800	4,84			
Guilherme Babington & Cª	5			
Lisboa	5			
1794	5			
Guilherme Brook	14,72			50
Lisboa	14,72			50
1780	0,25			5
1781				5
1782	2,25			
1783	3			10

1784	2,75			10
1785	6,47			20
Guilherme Burford			2	
Viana			2	
1775			2	
Guilherme Campion	403,49		5	10
Faro	392,49			
1776	137,49			
1778	87			
1779	168			
Lisboa	11		5	10
1778			4,5	10
1779	11		0,5	
Guilherme Myller	26,75			
Lisboa	26,5			
1798	24			
1800	2,5			
Viana	0,25			
1800	0,25			
Guilherme Routh			0,25	3
Lisboa			0,25	3
1778				2
1779			0,25	1
Guilherme Warre	393,58	143,48	19,94	6
Figueira da Foz	0,5			
1791	0,5			
Lisboa	388,08	143,48	19,94	6
1777			1	2
1778			17,94	
1779			1	4
1780	1,25			
1781	3,5			
1782	4,39			
1783	2,64			
1784	7,25			
1785	10,47			
1786	18,59	3,25		
1787	19	0,23		
1788	12			
1789	19			
1790	9,75			
1791	17,75			
1797	69			
1798	86,99	140		
1799	106,5			
Setúbal	5			
1797	5			
Guilherme Warre & Cª	529,33	25		

Figueira da Foz	0,16			
1796	0,16			
Lisboa	529,17	25		
1790	4			
1792	11,17			
1793	377,5			
1794	30,25			
1795	22,25			
1796	6	25		
1800	78			
Guilherme Wharton			1	
Lisboa			1	
1777			0,5	
1778			0,5	
Harris e Irmãos	37			
Lisboa	37			
1799	2,25			
1800	34,75			
Harris Staford e Filhos	89,62			
Lisboa	88,62			
1791	18			
1792	23,39			
1793	6,89			
1794	10,58			
1795	13,37			
1796	16,39			
Setúbal	1			
1793	1			
Henrique Burmester Nash & C^a		3		
Lisboa		3		
1798		3		
João Allen	330,67	33	34	
Lisboa	326,2	33	28	
1778			15	
1779			13	
1780	23			
1784	13			
1785	33,7			
1786	52			
1787		33		
1788	26			
1789	26,75			
1790	12			
1791	11			
1792	8			
1793	9			
1794	8			
1795	34			

1796	20			
1797	10			
1798	8			
1799	10			
1800	21,75			
Viana	4,47		6	
1776			1	
1777			2	
1778			3	
1789	0,5			
1790	0,47			
1792	3			
1799	0,5			
João Claes			0,5	
Lisboa			0,5	
1777			0,5	
João Gibson	0,14			
Lisboa	0,14			
1786	0,14			
João Hesketh	9			
Lisboa	9			
1784	4			
1785	5			
João Mackoll	0,25			
Lisboa	0,25			
1794	0,25			
João Nevill	9,03	3		
Lisboa	9,03	3		
1781	0,25			
1782	0,5			
1783	0,25	1,5		
1784		0,5		
1785	0,46			
1786	0,5	1		
1787	1,57			
1789	2,5			
1790	1			
1791	1,25			
1792	0,75			
João Nevill & Cª	1			
Lisboa	1			
1787	1			
João Perry	32			
Faro	32			
1779	32			
João Searle	35,57	1,75	2	
Lisboa	34,32	1	2	
1777			1	

1778			1	
1783	1			
1784	2,75			
1785	0,23			
1786	1			
1787	0,25			
1788	0,75			
1789	0,75			
1790	7,5			
1792	11,59	1		
1800	8,5			
Viana	1,25	0,75		
1783	0,25	0,5		
1788	0,25			
1790	0,25			
1792	0,25			
1795	0,25	0,25		
João Searle & Cª	122,73	34		
Lisboa	122,23	34		
1787	0,23			
1791	23,75			
1793	1			
1794	1	1		
1796	0,25	33		
1797	40,25			
1798	52,75			
1799	3			
Viana	0,5			
1794	0,25			
1796	0,25			
Jorge João Suane	0,5			
Lisboa	0,5			
1792	0,5			
Jorge Swann & Cª	0,73			
Lisboa	0,73			
1799	0,09			
1800	0,64			
Jorge Wye	60		5	
Lisboa	38		5	
1778			2,5	
1779	2		2,5	
1782	3			
1783	20			
1784	3			
1785	4			
1787	2			
1797	1			
1798	2			

1800	1			
Setúbal	22			
1784	22			
Jorge Wye & Filho	3	6		
Lisboa	2,5	6		
1794	1			
1796	1	6		
1800	0,5			
Viana	0,5			
1796	0,5			
José Harris	0,5	0,25		
Lisboa	0,5	0,25		
1795		0,25		
1796	0,5			
José Nassau		0,25		
Lisboa		0,25		
1799		0,25		
José Perry	62,82	0,5		
Lisboa	62,82	0,5		
1783	5,25			
1784	6,5			
1786	2,5			
1787	10,25	0,5		
1788	0,5			
1790	36,82			
1791	1			
José Perry & Cª	2,25			
Lisboa	2,25			
1786	0,25			
1788	2			
Lambert Kingston	15,48	53		7
Figueira da Foz		6		
1795		6		
Lisboa	15,48	47		7
1786				4
1788	1,25			3
1790	0,5			
1792	1			
1794	0,37			
1796	8,33	30		
1797	1,12			
1798	0,58	17		
1799	1,83			
1800	0,5			
Lambert Kingston & Cª	0,14			
Lisboa	0,14			
1793	0,14			
Lovel Penell	1		0,25	

Faro	1			
1779	1			
Ilha da Madeira			0,25	
1781			0,25	
Neuman Land e Hunt	181,29	42		
Figueira da Foz	0,5			
1799	0,25			
1800	0,25			
Lisboa	177,45	42		
1791	2,25			
1792	3,75			
1793	1,75			
1794	2			
1796	10,5	34		
1797	43,75			
1798	104	8		
1799	4,26			
1800	5,19			
Setúbal	1,25			
1791	1,25			
Viana	2,09			
1790	0,75			
1792	0,09			
1793	0,25			
1796	0,5			
1799	0,5			
Nevil Knowsley e Snoann	0,25			
Lisboa	0,25			
1788	0,25			
Offley Campion Hesketh	87,75			25
Lisboa	87,75			25
1786	76,25			5
1787	5,5			15
1788	3,5			5
1790	2,5			
Page & Cª	2,25			
Lisboa	2,25			
1799	1,25			
1800	1			
Pedro Archer		0,5		
Lisboa		0,5		
1782		0,5		
Pennell e Smith	22,75	42		
Figueira da Foz		20		
1795		20		
Lisboa	22,5	22		
1791	5,25			
1792	0,25			

1793	1,75			
1795	1			
1796	6,25	15		
1797	4,5			
1798	1,5	7		
1799	1			
1800	1			
Viana	0,25			
1800	0,25			
Perry Frend e Nassau	76,16	0,5		
Lisboa	75,83	0,5		
1791	4,5			
1792	5,5			
1793	2	0,5		
1798	51,83			
1800	12			
Setúbal	0,33			
1798	0,33			
Perry Frend Nassau e Thompson	25,3			
Lisboa	25,3			
1794	5,5			
1795	2,55			
1796	6,75			
1797	3,5			
1799	7			
Ricardo Tidswell	6,47		3,25	0,73
Figueira da Foz			0,25	0,23
1775				0,23
1779			0,25	
Lisboa	6,47		3	0,5
1778			2	
1779			1	
1780				0,5
1781	0,25			
1782	0,5			
1783	0,25			
1784	5			
1785	0,47			
Samuel Abbott	12,5			
Lisboa	12,5			
1797	10,25			
1799	1,75			
1800	0,5			
Samuel Kinsgton	0,5			
Lisboa	0,5			
1782	0,5			
Samuel Knight	9			
Lisboa	9			

1784	4			
1785	5			
Samuel Weaver	36,5		8	10
Lisboa	36,5		8	10
1778			8	
1779				1
1780	0,25			4
1781				2
1782	1			
1784	15,25			2
1785	10			1
1786	10			
Sargento-mor Alexandre Macdonell		2,5		
Lisboa		2,5		
1789		1,25		
1790		1,25		
Sewann Knoysly & C^a		16		
Lisboa		16		
1797		16		
Sewann Knoysly e Sewann	3,14	35		
Figueira da Foz		34		
1796		34		
Lisboa	3,14	1		
1794	1,75			
1795	1,25			
1796	0,14	1		
Smith Penell	110,47			2
Lisboa	108,72			2
1782	30			
1783	33			
1784	20,25			
1785	24,47			2
1787	1			
Viana	1,75			
1784	1,75			
Staford Sewann Knoysley e Staford	178	10,25		
Lisboa	178	10,25		
1797	96,5			
1798	46,75	0,25		
1799	21,25	10		
1800	13,5			
Stephenson e Searle			0,49	
Viana			0,49	
1775			0,49	
Sucessores de Francisco Arcediago			0,25	3
Lisboa			0,25	3
1778			0,25	3
Thomas Delaney	10,92			

Lisboa	10,92			
1781	3			
1782	0,75			
1783	4			
1785	2,17			
1786	1			
Thomas Fitzgerald		2		
Viana		2		
1788		1		
1789		1		
Thomas Kuffe	28,5			
Lisboa	28,5			
1798	28,5			
Thomas Lambert	43			28
Lisboa	43			28
1775				6
1781	42			
1783				7
1784				10
1785	1			5
Thomas Newman	8,73			
Lisboa	3,98			
1780	2			
1783	1,5			
1785	0,23			
1790	0,25			
Setúbal	4,5			
1789	3			
1790	1,5			
Viana	0,25			
1783	0,25			
Thomas Snou	70,25		0,5	2
Figueira da Foz	2			
1783	2			
Lisboa	65,25		0,5	2
1779			0,5	
1782	1			
1786	8			
1787	10,25			2
1788	8			
1797	2,25			
1798	20,25			
1799	10,5			
1800	5			
Setúbal	3			
1787	3			
Thomas Staford	293,93		120,33	123
Figueira da Foz	0,23			

1787	0,23			
Lisboa	293,22		118,75	123
1775			1	
1777			37,5	
1778			67,75	10
1779	67		12,5	3
1780	0,89			
1781	102			
1782	4,5			
1783	27,25			8
1784	8,5			53
1785	21,47			26
1786	4,21			1
1787	21,25			22
1788	15,92			
1789	7,73			
1790	12,5			
Setúbal	0,25			
1789	0,25			
Viana	0,23		1,58	
1777			0,39	
1779			1,19	
1789	0,23			
Thompson Croft	74,48	4		
Lisboa	74,48	4		
1787	0,83			
1788	1			
1789	1			
1790	4,5			
1792	1,25			
1794	2,75			
1795	15			
1796	8,5	4		
1797	9,5			
1798	8,75			
1799	7,48			
1800	13,92			
Thompson Croft & C^a	4			
Lisboa	4			
1786	2			
1793	2			
Wye Snou	7,25			
Figueira da Foz	0,25			
1792	0,25			
Lisboa	7			
1789	6			
1793	1			
Wye Snou & C^a	3,5			

Figueira da Foz	0,25			
1790	0,25			
Lisboa	3,25			
1790	0,25			
1791	3			
Total	6550,51	595,98	211,76	595,26

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Anexo 5 - Exportadores portugueses de produtos v nicos, em pipas, por destino (1775-1800)

Nome/Destino	Vinho de embarque	Vinho de embarque do Brasil	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Vinho	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
Abade de Sever José Manuel Pereira				30				
Terr�t�rios Germânicos				30				
Abreu e C�				1				
Rússia				1				
Adriano Machado Braga					2,75	0,01		1,16
Brasil					2,75	0,01		1,16
Agostinho Carneiro Sampaio					0,5			
Brasil					0,5			
Agostinho Dias Nunes	0,24							
Brasil	0,24							
Agostinho Domingues Nunes	0,18			1,5				23
Brasil	0,18			1,5				23
Agostinho José Gaspar					0,03	0,01		
Brasil					0,03	0,01		
Agostinho Neto de Matos			0,25	3,5				7,98
Brasil			0,25	3,5				7,98
�gueda Leocádia de Santa Teresa				0,5				
Brasil				0,5				
Alexandre António de Araújo Lobo				54				
Báltico				54				
Alexandre Coelho Abreu					0,14			
Brasil					0,14			
Alexandre Coelho de Moura				1,33				
Brasil				1,33				
Alexandre José da Costa								4
Brasil								4
Alexandre José de Lemos				3				1
Brasil				3				1
Alexandre José Ferreira Brandão	541,5							
Inglaterra	406,5							
Irlanda	135							
Alexandre José Gomes Ferreira			0,25					
Brasil			0,25					
Alvares Gouveia & C�	1533,5							
América Inglesa	446							
Angola	70							
França	48							
Holanda	13							

Inglaterra	594,5							
Irlanda	194,5							
Itália	167,5							
Ana Angélica Senhorinha						1		
Brasil						1		
Ana de Sousa			0,25					
Brasil			0,25					
Ana Francisca de Sousa					0,25			
Brasil					0,25			
Ana Maria			0,25					
Brasil			0,25					
Ana Maria da Silva				0,5				
Brasil				0,5				
Ana Maria de Jesus e Brito								10
Brasil								10
Ana Maria de Ressurreição					0,25			
Brasil					0,25			
Ana Maria Jacinta				36				
Holanda				25				
Territórios Germânicos				11				
Ana Rosa					0,25			
Brasil					0,25			
Ana Violante Xavier			0,25					
Brasil			0,25					
André Alves Leite Ribeiro				34				
Rússia				34				
André de Azevedo	3			2,5				
Brasil	3			2,5				
André de Azevedo Rebelo			2					
Brasil			2					
André de Sousa Baptista					0,3			
Brasil					0,3			
André Fernandes Lima					0,25	0,02		
Brasil					0,25	0,02		
André Manuel Arnaud	0,75							
América Inglesa	0,75							
André Rodrigues da Costa								0,34
Brasil								0,34
Antónia Maria de Matos	0,25							
Brasil	0,25							
Antónia Maria de Vasconcelos				0,05				
Brasil				0,05				
António Alvares					0,23			
Brasil					0,23			

António Alvares da Cruz e Sousa	2838,5							
América Inglesa	94							
Angola	40							
Brasil	4							
Holanda	3							
Inglaterra	1929							
Irlanda	768,5							
António Alvares dos Reis					1,5			0,5
Brasil					1,5			0,5
António Alvares dos Reis Lousada	0,25							
Brasil	0,25							
António Alvares Pinto Vilar	17			80				
Holanda	17							
Rússia				80				
António Alves da Silva								1
Brasil								1
António Alves dos Reis				0,25				
Brasil				0,25				
António Alves Rodrigues					0,23			
Brasil					0,23			
António Bernardes da Silva	1,84		0,25	2,48	4,75	0,02		1,75
Angola	0,5							
Brasil	1,34		0,25	2,48	4,75	0,02		1,75
António Bernardes Martins					1,5			
Brasil					1,5			
António Brandão	2							
Inglaterra	2							
António Caetano				0,47				
Brasil				0,47				
António Caetano Duarte	0,5			0,5				
Brasil	0,5			0,5				
António Cardia Neto					1			
Brasil					1			
António Cardoso de Moraes Garcês	44							
Inglaterra	44							
António Cardoso Pereira	1			0,5				
Brasil	1			0,5				
António Carlos Arantes	24							
Inglaterra	24							
António Carneiro da Silva			0,25					28
Brasil			0,25					28
António Carvalho da Silva	0,25							0,14
Brasil	0,25							0,14
António Coelho								0,89

Brasil								0,89
Antônio Coelho Sampaio	221			3,22		2		
América Inglesa	2							
Brasil				0,47		2		
Holanda				0,5				
Inglaterra	139			0,25				
Irlanda	36							
Rússia	44			2				
Antônio Correia de Matos				0,47				
Brasil				0,47				
Antônio da Costa					0,05			
Brasil					0,05			
Antônio da Costa Abreu			0,25					
Brasil			0,25					
Antônio da Costa Barbosa					0,23			
Brasil					0,23			
Antônio da Costa Barros Guimarães				2				0,64
Brasil				2				0,64
Antônio da Costa Couto					1			
Brasil					1			
Antônio da Costa Lopes			0,5					
Brasil			0,5					
Antônio da Costa Pinto								3
Brasil								3
Antônio da Cruz Costa				0,5				0,25
Rússia				0,5				0,25
Antônio da Cunha Guimarães	1419,34							
Holanda	4							
Inglaterra	1180,59							
Irlanda	234,75							
Antônio da Mota								0,5
Brasil								0,5
Antônio da Rocha					1,5			
Brasil					1,5			
Antônio da Silva Leão				45				
Rússia				45				
Antônio da Silva Lisboa					1,5			
Brasil					1,5			
Antônio da Silva Maia								16
Brasil								16
Antônio da Silva Monteiro	0,5			5				0,33
Brasil	0,5			5				0,33
Antônio da Silva Ribeiro Guimarães	0,25			1,5				
Brasil	0,25			1,5				

António da Trindade				0,5				
Inglaterra				0,5				
António Dantas Araújo					0,09			
Brasil					0,09			
António de Almeida Benevides				2				
Brasil				2				
António de Almeida Dias				0,5				
Inglaterra				0,5				
António de Azevedo								0,09
Brasil								0,09
António de Basto Maia Pereira				3				
Brasil				3				
António de Freitas	532,75				0,25			
América Inglesa	10,25							
Brasil					0,25			
Inglaterra	140							
Irlanda	382,5							
António de Freitas Araújo	642							
Inglaterra	6							
Irlanda	636							
António de Freitas Araújo Ferreira	212							
Brasil	17							
Inglaterra	44							
Irlanda	131							
Não identificado	20							
António de Freitas Barreto Queirós								21
Brasil								21
António de Freitas da Guerra			0,25					
Brasil			0,25					
António de Freitas Pimentel				0,5		0,23		
Brasil				0,5		0,23		
António de Melo					0,25			
Brasil					0,25			
António de Melo Pais	0,25				0,25			
Brasil	0,25				0,25			
António de Moraes Borges				51				
Rússia				42				
Territórios Germânicos				9				
António de Moraes Borges de Carvalho				15				
Territórios Germânicos				15				
António de Moura Coutinho de Almeida Carvalhais				75				
Holanda				75				
António de Seixas Correia			3	1,5				
Brasil			3	1,5				

António de Sousa					1			
Brasil					1			
António de Sousa Barbosa					0,5			0,44
Brasil					0,5			0,44
António de Sousa Barros				0,5				
Brasil				0,5				
António de Sousa Espertete					0,25			
Brasil					0,25			
António de Sousa Lobo	1329,73		0,25	12,5				2,4
Angola	170,25							
Brasil	1,23		0,25	12,5				2,4
Inglaterra	868,75							
Irlanda	280							
Rússia	0,5							
Territórios Germânicos	9							
António de Sousa Pires Alvares	0,48			3,5				105,23
Brasil	0,48			2,5				105,23
Holanda				1				
António de Sousa Reis				1,75				0,19
Brasil				1				
Territórios Germânicos				0,75				0,19
António Dias Ferreira	4,73		1,25	7,71				0,46
Brasil	4,73		1,25	7,71				0,46
António dos Santos					1			
Brasil					1			
António dos Santos Barbosa	215							
Inglaterra	205							
Não identificado	10							
António dos Santos Silva	0,25							
Brasil	0,25							
António Duarte Sampaio					0,25			
Brasil					0,25			
António Fernandes				0,23				
Brasil				0,23				
António Fernandes da Costa				1,25				
Brasil				1,25				
António Fernandes da Costa Pereira			0,25					
Brasil			0,25					
António Fernandes da Silva	0,25			1,25				
Espanha	0,25			1,25				
António Fernandes da Silva Cardoso			0,25					
Brasil			0,25					
António Fernandes de Oliveira	0,25							
Brasil	0,25							

António Fernandes Grilo			0,5					
Brasil			0,5					
António Fernandes Lima	148			0,5	1,23			
Brasil				0,5	1,23			
Inglaterra	148							
António Fernandes Lima Couto	1							
Brasil	1							
António Ferreira de Matos				14				
Holanda				14				
António Ferreira de Moura	237							
Inglaterra	229							
Irlanda	8							
António Ferreira dos Santos								1
Brasil								1
António Francisco					0,72			28
Brasil					0,72			28
António Francisco Cidade				1				
Brasil				1				
António Francisco da Costa				6				
Brasil				6				
António Francisco da Silva				0,75				
Brasil				0,75				
António Francisco dos Santos				1				0,47
Brasil				1				0,47
António Francisco dos Santos Cidade				4				0,47
Brasil				4				0,47
António Francisco Lima								1
Brasil								1
António Francisco Maia				8				2,2
Brasil				8				2,2
António Francisco Ribeiro Maia	0,09							
Brasil	0,09							
António Gaiosio				0,25				
Espanha				0,25				
António Gomes Fogaça				0,25				
Espanha				0,25				
António Gomes Viana					1,5			
Brasil					1,5			
António Gonçalves da Silva	0,5			1,5				0,97
Brasil	0,5			1,5				0,97
António Gonçalves dos Santos	72,73			0,48				
América Inglesa	7							
Brasil	0,73			0,48				
Inglaterra	36							

Irlanda	29							
António Gonçalves Silva	0,25			3,5				1,25
Brasil	0,25			3,5				1,25
António Jacinto Machado			0,75		0,5			
Brasil			0,75		0,5			
António Joaquim de Basto Maia Pereira				2,25				
Brasil				2,25				
António Joaquim de Castro			0,25					
Brasil			0,25					
António Joaquim José de Castro	0,25							
Brasil	0,25							
António José Alves de Brito				1				
Brasil				1				
António José Alves Guimarães					0,25	0,01		
Brasil					0,25	0,01		
António José Borges	0,25		0,25					
Brasil	0,25		0,25					
António José Cardoso				40				16
Brasil				40				16
António José Carneiro	767,75			5		1		29,25
Brasil				5		1		25,5
Inglaterra	767,75							3,75
António José Coelho								11
Brasil								11
António José Coelho de Castro	0,25							
Brasil	0,25							
António José da Cunha Coelho								15
Brasil								15
António José da Silva								0,75
Brasil								0,75
António José da Silva Sousa				0,14				
Brasil				0,14				
António José de Araújo Braga			1					
Brasil			1					
António José de Araújo Lima					0,25			
Brasil					0,25			
António José de Figueiredo Tavares	238							
Irlanda	238							
António José de Lemos	0,73		2,25	14,46				3,96
América Espanhola				1				2
Brasil	0,73		2,25	13,46				1,96
António José de Macedo				0,19				
Brasil				0,19				
António José de Miranda				0,48	0,25			

Brasil				0,48	0,25			
António José de Oliveira					0,25			20
Brasil					0,25			20
António José de Sousa				0,05				
Brasil				0,05				
António José Dias de Azevedo	30							
Inglaterra	30							
António José Dias Martins								5
Brasil								5
António José Duarte	1			6,09	0,53	0,09		1,5
Brasil				3,5	0,53			1,2
Inglaterra	1			2,59		0,09		0,3
António José Duarte Silva			0,5	6				8
Brasil			0,5	6				8
António José Fernandes					0,49			
Brasil					0,49			
António José Fernandes Boucinha				1,5				0,84
Brasil				1,5				0,84
António José Fernandes Guimarães			0,25					
Brasil			0,25					
António José Ferreira					1,5			0,75
Brasil					1,5			0,75
António José Guimarães	1							
Itália	1							
António José Machado Braga								44
Brasil								44
António José Monteiro	3			0,5				
Brasil				0,5				
Inglaterra	3							
António José Moreira					0,25			
Brasil					0,25			
António José Moreira Guerra	0,25		1,23					
Brasil	0,25		1,23					
António José Pereira	0,25			0,23	2,99	0,09		
Brasil	0,25			0,23	2,99	0,09		
António José Pereira Codeços	0,19		2,25	6,5				2,25
Brasil	0,19		2,25	6,5				2,25
António José Pereira de Faria								4
Brasil								4
António José Pereira Guimarães	1							
Brasil	1							
António José Pinto Gonçalves & Cª								22,84
Brasil								22,84
António José Pinto Medeiros				12				

Territórios Germânicos				12				
António José Rebelo	80							
Inglaterra	80							
António José Rebelo Guimarães	38,71							
Brasil	0,71							
Holanda	1							
Rússia	30							
Territórios Germânicos	7							
António José Ribeiro			0,25	0,47	9,99			8
Brasil			0,25	0,47	9,99			8
António José Ribeiro Cardoso				19				
Rússia				19				
António José Ribeiro Guimarães	3							
Inglaterra	3							
António José Ribeiro Teixeira	1							0,48
Brasil	1							0,48
António José Rodrigues	0,47			4,5	0,5			
Brasil	0,47			4,5	0,5			
António José Rodrigues Barbosa			1					
Brasil			1					
António José Rodrigues da Silva Praça	38							
Inglaterra	38							
António José Serra	0,25							
Brasil	0,25							
António José Silva					1,5			
Brasil					1,5			
António José Soares					1,5			0,25
Brasil					1,5			0,25
António José Soares da Silva				1				7,45
Brasil				1				7,45
António José Teixeira	1							
Brasil	1							
António José Teixeira Guimarães								0,23
Brasil								0,23
António José Vieira						1		
Brasil						1		
António Leal Peixoto				2				
Brasil				2				
António Lopes				0,03				
Brasil				0,03				
António Lopes de Araújo			1,25	0,05		0		
Brasil			1,25	0,05		0		
António Loureiro de Matos								0,19
Espanha								0,19

António Luciano de Matos				0,25				
Espanha				0,25				
António Luís de Almeida Benevides				1,66				
Brasil				1,66				
António Luís do Couto	0,23							
Brasil	0,23							
António Luís Fernandes	1,75		0,25	1				
Brasil	1,75		0,25	1				
António Luís Ferreira			1					0,01
Brasil			1					0,01
António Luís Leite				0,02				
Brasil				0,02				
António Luís Pacheco	20			12				
Holanda				12				
Inglaterra	20							
António Luís Pacheco Guimarães	148,5							
Holanda	2							
Irlanda	146,5							
António Manuel de Oliveira & Cª				1,75				
Brasil				1,75				
António Martins				0,75	0,49			
Brasil					0,49			
Rússia				0,75				
António Martins da Silva	0,25							
Brasil	0,25							
António Martins de Carvalho	10							17
Brasil								17
Inglaterra	10							
António Martins de Oliveira			0,25					
Brasil			0,25					
António Martins Magalhães						1,5		
Brasil						1,5		
António Martins Viana	0,25			0,25				
Brasil	0,25			0,25				
António Miguel	904							
Holanda	253							
Inglaterra	331							
Irlanda	320							
António Monteiro Alvarenga	3							0,28
Brasil	3							0,28
António Moreira Guimarães					0,25			
Brasil					0,25			
António Moreira Pitada	2							
Inglaterra	2							

António Nunes Peres					1			
Brasil					1			
António Pedro Felizardo			0,23					
Brasil			0,23					
António Peixoto					0,73			
Brasil					0,73			
António Peixoto Guimarães	1			0,75	26	4,05		0,39
Brasil					26	4,05		0,39
Inglaterra	1			0,75				
António Pereira Cardoso	0,8							
Brasil	0,8							
António Pereira Cardoso de Araújo								0,25
Brasil								0,25
António Pereira de Faria								5
Brasil								5
António Pereira de Lucena			0,5					
Brasil			0,5					
António Pereira de Mesquita			0,75					
Brasil			0,75					
António Pereira dos Santos	22		0,5	53,28				0,34
América Inglesa	15							
Brasil	7		0,5	53,28				0,34
António Pinheiro					0,39			
Brasil					0,39			
António Pinto					1			0,3
Brasil					1			0,3
António Pinto da Silva				0,25				
Brasil				0,25				
António Pinto de Miranda				5,5				
Brasil				5,5				
António Pinto de Sousa	0,25		1,25	3,5	2,75			
Brasil	0,25		1,25	3,5	2,75			
António Pinto Guimarães					0,75	2		0,25
Brasil					0,75	2		0,25
António Pinto Lopes				3,5				29,47
Brasil				3,5				29,47
António Pinto Monteiro					1,48			
Brasil					1,48			
António Pinto Silva					0,73			
Brasil					0,73			
António Ribeiro Braga	202			2				25
Brasil	4			2				25
Inglaterra	126							
Irlanda	70							

Territórios Germânicos	2							
António Ribeiro da Silva	0,25							
Brasil	0,25							
António Ribeiro da Silva Queirós	0,25							
Brasil	0,25							
António Ribeiro de Faria	270,25							
Inglaterra	270,25							
António Ribeiro dos Santos				2				
Brasil				2				
António Ribeiro Guimarães	1,75							
Inglaterra	1,75							
António Rodrigues Braga					3,38			
Brasil					3,38			
António Rodrigues da Silva Praça	20							
Inglaterra	20							
António Rodrigues de Azevedo			0,25	29				
Brasil			0,25					
Holanda				29				
António Rodrigues Jordão				11				
Rússia				11				
António Sousa Barbosa					0,49			0,23
Brasil					0,49			0,23
António Sousa Viana					0,49			
Brasil					0,49			
António Tavares de Carvalho			1,5	4				76
Brasil			1,5	4				76
António Teixeira de Melo				0,5				
Inglaterra				0,5				
António Teixeira de Sousa				1				
Brasil				1				
António Vieira da Silva					0,49	1		
Brasil					0,49	1		
António Vieira Palheiro				1,5	1			
Brasil				1	1			
Territórios Germânicos				0,5				
António Vieira Rodrigues	0,14		0,25	0,25				
Brasil	0,14		0,25	0,25				
Araújo Lemos & Cª			0,25					
Brasil			0,25					
Artur dos Santos Ferreira								2
Brasil								2
Bacharel João dos Santos Azevedo					0,25			
Brasil					0,25			
Bacharel Manuel Gonçalves da Cruz	1							

Angola	1							
Balio de Leça Manuel José de Azevedo	445,57			1,33	2			152,09
Brasil				1,33	2			152,09
Inglaterra	286,5							
Irlanda	159,07							
Barbosa de Lima & Cª	2956,25							
Inglaterra	2629,25							
Irlanda	327							
Barnabé de Oliveira Maia	72		1	36,75				95,7
Brasil	4		1	16,75				95,7
Holanda	2							
Rússia	51			20				
Territórios Germânicos	15							
Bartolomeu da Rocha				0,25				
Brasil				0,25				
Bento Alvares de Sousa				5				
Rússia				5				
Bento António de Abreu					0,5			
Brasil					0,5			
Bento António de Abreu e Brito	0,75			24				8,23
Brasil	0,75			23,5				8,09
Rússia				0,5				0,14
Bento António do Couto				0,5				
Brasil				0,5				
Bento da Costa	5				0,49			
Brasil					0,49			
Holanda	1							
Territórios Germânicos	4							
Bento da Costa Couto					0,5			
Brasil					0,5			
Bento da Costa Cruz				0,25				
Brasil				0,25				
Bento Ferreira da Silva			0,25					
Brasil			0,25					
Bento Ferreira dos Santos	0,5			1,25	0,5			
Brasil	0,5			1,25	0,5			
Bento Ferreira Soares				1,5				0,23
Rússia				1,5				0,23
Bento José Carneiro	0,25		0,5		0,5			13,8
Brasil	0,25		0,5		0,5			13,8
Bento José da Costa				34				
Rússia				34				
Bento José da Silva Braga	0,5							
Brasil	0,5							

Bento José de Carvalho	0,25			0,75	2,38			
Brasil	0,25			0,75	2,38			
Bento José de Castro	4							
Inglaterra	4							
Bento José de Faria	0,6		0,5	0,25				
Brasil	0,6		0,5	0,25				
Bento José de Sousa Lima								4
Brasil								4
Bento José Ferreira				0,47				
Brasil				0,47				
Bento José Gonçalves	10							
Irlanda	10							
Bento José Gonçalves Guimarães				2				0,5
Brasil				2				0,5
Bento José Rodrigues			0,5					0,23
Brasil			0,5					0,23
Bento Ribeiro Gomes					1,77			
Brasil					1,77			
Bento Ribeiro Guimarães					0,5			
Brasil					0,5			
Bernarda Maria					0,23			
Brasil					0,23			
Bernardino António do Outeiro	2,93			0,62	1			0,19
Brasil	2,93			0,62	1			0,19
Bernardo António de Castro			0,21					
Brasil			0,21					
Bernardo da Fonseca	0,5							1
Brasil								1
Holanda	0,5							
Bernardo de Jesus				0,09				
Brasil				0,09				
Bernardo de Sousa Vieira			0,5					
Brasil			0,5					
Bernardo José				0,5	0,7			
Brasil				0,5	0,7			
Bernardo José Alves								10
Brasil								10
Bernardo José Braga					1,09			
Brasil					1,09			
Bernardo José de Aguiar	0,25			0,09				
Brasil	0,25			0,09				
Bernardo José de Barros				0,5				
Brasil				0,5				
Bernardo José de Carvalho				0,05				

Brasil				0,05				
Bernardo José de Melo	312,25							
Inglaterra	186							
Irlanda	126,25							
Bernardo José de Oliveira	0,25			0,19				
Brasil	0,25			0,19				
Bernardo José Ferreira	0,25		0,5					
Brasil	0,25		0,5					
Bernardo José Ferreira Azevedo	1,04		10,69	1,25				0,19
Brasil	1,04		10,69	1,25				0,19
Bernardo José Gonçalves	226,5		1,5	140		43		86,68
América Inglesa	20							
Brasil	0,5		1,5	41				86,68
Holanda						43		
Inglaterra	72,75							
Irlanda	133,25							
Territórios Germânicos				99				
Bernardo José Lopes				0,09				
Brasil				0,09				
Bernardo José Vieira			0,25					
Brasil			0,25					
Bernardo Pereira de Sousa					2			1,5
Brasil					2			1,5
Bernardo Pinto de Araújo					0,25			
Brasil					0,25			
Bernardo Rodrigues Salgado	0,09							
Brasil	0,09							
Boaventura Gonçalves Chaves	0,56							0,25
Brasil	0,56							0,25
Bonifácio Correia			1					2
Brasil			1					2
Bonifácio Correia Pinto			1,5					8,5
Brasil			1,5					8,5
Brás de Oliveira Chamiço	0,75			0,25				
Irlanda	0,75			0,25				
Brás José Ferreira					0,25			
Brasil					0,25			
Caetano José Carneiro			0,44					
Brasil			0,44					
Caetano José de Almeida e Silva	1							8,64
Brasil	1							8,64
Caetano José de Sousa								2
Brasil								2
Caetano José dos Santos	0,25		0,5	22	1,48			27,5

Brasil	0,25		0,5	22	1,48			27,5
Caetano José Gomes					0,19			
Brasil					0,19			
Caetano José Pinto	0,25							
Brasil	0,25							
Caetano Manuel de Sousa Mesquita	40							
Inglaterra	40							
Camossa Filho e Silva				2				
Brasil				2				
Capitão António Bernardo					1,5			
Brasil					1,5			
Capitão António Coelho Pereira					5	0,19		
Brasil					5	0,19		
Capitão António da Costa Barros				1,75	4,5			
Brasil				1,75	4,5			
Capitão António de Freitas Soares					1,5			0,25
Brasil					1,5			0,25
Capitão António de Sousa Pires	1,39		1,25	4,48	3,75			185,9
Brasil	1,39		1,25	4,48	3,75			185,9
Capitão António Francisco Torres			0,25	1,25	1			
Brasil			0,25	0,25	1			
Territórios Germânicos				1				
Capitão António José Correia				12				
Rússia				12				
Capitão António José Taveira				14				
Rússia				14				
Capitão António Pinto Machado	0,25							38
Brasil	0,25							38
Capitão Constantino José de Faria	15		1,73		0,14	0,07		10,5
Angola	5							
Brasil	10		1,73		0,14	0,07		10,5
Capitão Diogo Gomes Barroso	7,75		2,75	20,78				131,93
Brasil	7,75		2,75	20,78				131,93
Capitão do navio José Martins da Costa					1,49			
Brasil					1,49			
Capitão Francisco Cardia Neto	0,25		10		2			1
Brasil	0,25		10		2			1
Capitão Guilherme Garcia	0,5							
Inglaterra	0,5							
Capitão João Barbosa	10							
Inglaterra	10							
Capitão João da Costa				2	1			
Brasil				2	1			
Capitão João Francisco Gomes					1,5			

Brasil				1,5			
Capitão João Francisco Guimarães	121,94		3,5	0,5			31,25
Brasil	1,44		2,5	0,5			31
Irlanda	120,5						
Territórios Germânicos			1				0,25
Capitão João Peixoto de Faria			2,23				14
Brasil			2,23				14
Capitão João Rodrigues Xavier	2						
Inglaterra	2						
Capitão José António Lima				4,24	0,05		0,19
Brasil				4,24	0,05		0,19
Capitão José Bento				1			
Brasil				1			
Capitão José da Rocha					0,05		0,37
Brasil					0,05		0,37
Capitão José da Silva Ferreira Cruz			3				
Rússia			3				
Capitão José Francisco da Silva	0,8						
Brasil	0,8						
Capitão José Rebelo de Fontes			5				
Rússia			5				
Capitão José Vicente				0,5			
Brasil				0,5			
Capitão Manuel da Costa		0,5					
Inglaterra		0,5					
Capitão Manuel Dias de Oliveira		0,25					
Brasil		0,25					
Capitão Manuel Gonçalves				0,5			
Brasil				0,5			
Capitão Manuel José da Cunha Pinto							20
Brasil							20
Capitão Manuel José Gonçalves	0,48						
Brasil	0,48						
Capitão Manuel Marques Viana	1		2	2			8,5
Brasil				2			8,5
Inglaterra	1		2				
Capitão Manuel Rodrigues	0,25						
Holanda	0,25						
Capitão Manuel Teixeira Duarte	0,5		11,39	4			36
Brasil	0,5		11,39	4			36
Capitão Miguel Peres Lima	1		0,25	1,75			0,5
Brasil			0,25	1,75			0,5
Territórios Germânicos	1						
Capitão Teodósio da Cruz				1	0,09		

Brasil					1	0,09		
Capitão Vitório Falcão			0,25	2				
Brasil			0,25	2				
Capitão-mor Manuel Martins Machado					1,75			
Brasil					1,75			
Carlos José dos Santos					0,19			
Brasil					0,19			
Carlos José Vieira Rebelo								1,3
Brasil								1,3
Carlos Martins de Miranda	72		1					
Brasil			1					
Inglaterra	72							
Carmina Setaro				2				
Rússia				2				
Carvalho Silva & Cª				2				
Brasil				2				
Catarina Perpétua Loureira				0,25				
Brasil				0,25				
César Rodrigues					0,49			
Brasil					0,49			
Cipriano Ribeiro Guimarães	533,25		2,5	9		15		28,23
Brasil	44		2,5	9		15		28,23
Espanha	0,25							
Inglaterra	431,5							
Irlanda	51,5							
Itália	6							
Clemência Maria de Santa Ana					0,05			
Brasil					0,05			
Clemente José Baptista					0,02			
Brasil					0,02			
Comandante do bergantim de guerra Lévre	0,25							
Outros	0,25							
Companhia de Pernambuco					2,5			
Brasil					2,5			
Constantino Dinis de Oliveira			0,25					
Brasil			0,25					
Constantino José					0,5			
Brasil					0,5			
Coronel Manuel de Almeida	0,25							
Angola	0,25							
Cristóvão Dias de Castro	38							
Inglaterra	38							
Cristóvão Henrique Ruter	0,5							
Territórios Germânicos	0,5							

Cunha Filho e Correia	360							
Irlanda	360							
Cunhas de Faria	1,49							
Inglaterra	1,49							
Custódio Baralha Alves da Rocha	0,5							
Holanda	0,5							
Custódio Barbosa Alves Ribeiro	0,5							
Territórios Germânicos	0,5							
Custódio da Rocha Leão	21		0,25					
Brasil			0,25					
Inglaterra	2							
Noruega	19							
Custódio de Gouveia					4,5			
Brasil					4,5			
Custódio de Gouveia Mourão	102,12			12,75	2,25			12,92
Brasil	3,12			12,75	2,25			12,92
Inglaterra	99							
Custódio de Sousa Pinto					0,05			
Brasil					0,05			
Custódio dos Santos				0,5				
Brasil				0,5				
Custódio Fernandes Guimarães & C^a				0,5				
Brasil				0,5				
Custódio José de Abreu	0,23							
Brasil	0,23							
Custódio José de Faria			0,25					
Brasil			0,25					
Custódio José de Sousa	0,25							
Brasil	0,25							
Custódio José de Sousa Pinto	0,25							
Brasil	0,25							
Custódio José Leite de Barros				10				
Territórios Germânicos				10				
Custódio José Moreira	0,25		1,5					
Brasil	0,25		1,5					
Custódio José Pereira					0,25			
Brasil					0,25			
Custódio José Pinto			0,5					
Brasil			0,5					
Custódio Moreira de Sá			0,25					
Brasil			0,25					
Custódio Ribeiro					0,73			
Brasil					0,73			
Custódio Ribeiro Braga	112,25			1,5	3			0,75

Brasil	0,25			1,5	3			0,75
Inglaterra	82							
Irlanda	30							
Custódio Ribeiro Braga e Filhos				2				0,5
Brasil				2				0,5
Custódio Ribeiro de Castro	1			0,23		0,08		
Brasil				0,23		0,08		
Não identificado	1							
Custódio Rodrigues	36,5		1	1				
Brasil			1	1				
Inglaterra	36,5							
Damaso Coelho				1				
Espanha				1				
Desembargador António Alves da Cunha			0,25		0,5			
Brasil			0,25		0,5			
Desembargador António Barroso Pereira	0,5							
Brasil	0,5							
Desembargador António de Brito de Amorim				0,5				
Brasil				0,5				
Desembargador António Feliciano Silva				1,25				0,23
Brasil				1,25				0,23
Desembargador António Gomes Ribeiro			0,5					0,23
Brasil			0,5					0,23
Desembargador António Luís de Sousa Leal				2				
Brasil				2				
Desembargador Francisco de Almada Melo e Mendonça	35							
Outros	35							
Desembargador Francisco de Azevedo Coutinho	0,25		0,25					
Brasil	0,25		0,25					
Desembargador Francisco José Barbosa Fagundes Guião								2
Brasil								2
Desembargador João de Almeida Pereira	0,25							
Brasil	0,25							
Desembargador João de Amorim Pereira	0,25		0,25	1,73				
Brasil	0,25		0,25	1,73				
Desembargador José de Amorim	0,14							
Brasil	0,14							
Desembargador José Joaquim Toscano Figueiredo					0,23			
Brasil					0,23			
Desembargador José Pedro Machado Torres	0,3							
Brasil	0,3							
Desembargador Luís Ribeiro Godinho			0,25	0,25				
Brasil			0,25	0,25				

Desembargador Manuel Caetano da Silva					0,25			
Brasil					0,25			
Desembargador Manuel de Carvalho				1,5				
Brasil				1,5				
Desembargador Manuel Joaquim Bandeira					0,47	0,05		0,47
Brasil					0,47	0,05		0,47
Desembargador Matias José Ribeiro	0,87							0,23
Brasil	0,87							0,23
Desembargador Miguel Carlos					0,5			
Brasil					0,5			
Desembargador Rodrigo Coelho					0,06			
Brasil					0,06			
Desembargador Vicente José da Silva	1,03				0,09			
Brasil	1,03				0,09			
Diogo Alves	114							
Inglaterra	106							
Irlanda	8							
Diogo Lopes					1,19			
Brasil					1,19			
Diogo Lopes de Carvalho				0,19	0,19			
Brasil				0,19	0,19			
Diogo Pereira					0,49			
Brasil					0,49			
Dionísio da Silva Guimarães				3	0,25			0,47
Brasil				1,5	0,25			0,47
Espanha				1,5				
Dionísio Lopes Porto	0,25							
Brasil	0,25							
Dom António de Allen Castro	2							
Inglaterra	2							
Dom António de Amorim da Gama Lobo	0,51							0,19
Brasil	0,51							0,19
Dom Manuel de Noronha e Meneses de Mesquita				18				
Holanda				18				
Dom Vicente Gregório Garcia	0,25							
Brasil	0,25							
Domingos Alvares de Sousa	1084,5				0,48			30
Brasil					0,48			30
Inglaterra	936,5							
Irlanda	148							
Domingos Coelho Sampaio				0,25				8
Brasil				0,25				8
Domingos da Costa				0,25				
Brasil				0,25				

Domingos da Silva Ferreira Gomes	0,75							
Inglaterra	0,75							
Domingos de Sousa Ribeiro	0,25							
Brasil	0,25							
Domingos de Sousa Vale					0,5			0,14
Brasil					0,5			0,14
Domingos do Rio						0,5		
Brasil						0,5		
Domingos do Rosário	2,12							0,25
Brasil	2,12							0,25
Domingos do Rosário Nascimento	111		38,5	44,25	7			90,12
Brasil	111		38,5	44,25	7			90,12
Domingos Fernandes Alvares	112		3	54,84				
Brasil			3	54,84				
Rússia	112							
Domingos Ferreira					3			
Brasil					3			
Domingos Ferreira & Cª	16							
Irlanda	16							
Domingos Ferreira da Silva								0,25
Inglaterra								0,25
Domingos Ferreira da Silva Guimarães	46	4		39,72		14		6
Angola	46			39		6		
Brasil				0,47				
Espanha		4				8		6
Inglaterra				0,25				
Domingos Ferreira de Araújo			0,09					
Brasil			0,09					
Domingos Ferreira Pinto Basto	0,23							
Brasil	0,23							
Domingos Francisco da Silva Guimarães					2			
Brasil					2			
Domingos Francisco de Azevedo				0,25				
Espanha				0,25				
Domingos Francisco Ribeiro					26			
Brasil					26			
Domingos Gomes Pinto	4		0,5	15,5				117,04
Brasil	4		0,5	15,5				117,04
Domingos Gonçalves				0,09				
Brasil				0,09				
Domingos Gonçalves Caldas	3							
Irlanda	3							
Domingos Gonçalves Chaves	0,25					1		
Brasil	0,25					1		

Domingos João					2			
Brasil					2			
Domingos José					0,25			
Brasil					0,25			
Domingos José Antunes Guimarães	1		0,75	1				1,39
Brasil	1		0,75	1				1,39
Domingos José de Almeida Ribeiro				3				0,28
Brasil				3				0,28
Domingos José Gonçalves								35
Brasil								35
Domingos José Pereira			0,23					
Brasil			0,23					
Domingos Lopes								1
Brasil								1
Domingos Luís da Silva Souto				0,5				
Inglaterra				0,5				
Domingos Martins da Costa	20,63		2,25	23,55	16,49	0,93		26,3
Brasil	20,63		2,25	23,55	16,49	0,93		26,3
Domingos Martins Gonçalves			1,99	3,94				
Brasil			1,99	3,94				
Domingos Moreira Maia	0,75		0,25	0,25	0,25			
Brasil	0,75		0,25	0,25	0,25			
Domingos Nogueira			0,5					
Brasil			0,5					
Domingos Pires	0,25		0,25					
Brasil	0,25		0,25					
Domingos Pires de Miranda			0,75					
Brasil			0,75					
Domingos Ribeiro				0,25				
Brasil				0,25				
Domingos Ribeiro dos Santos	133							
América Inglesa	10							
Brasil	2							
Holanda	11							
Inglaterra	97							
Irlanda	13							
Domingos Rodrigues Nascimento					9			
Brasil					9			
Domingos Vieira da Costa								6
Brasil								6
Dona Ana Angélica de Araújo	0,25					2		
Brasil	0,25					2		
Dona Ana Ferraz				0,5				
Brasil				0,5				

Dona Ana Gertrudes de Beça	1							
Brasil	1							
Dona Ana Maria de Jesus			15					10
Brasil			15					10
Dona Ana Teodora da Silva Chaves				22				
Rússia				22				
Dona Ana Teresa				1				
Brasil				1				
Dona Joana Maria de Meneses	1							
Brasil	1							
Dona Joana Teresa de Carvalho	0,75		0,25		0,7			
Brasil	0,75		0,25		0,7			
Dona Luísa Maria				22				
Rússia				22				
Dona Maria Rosa Angélica Camelo de Lemos	8,89		4	1	0,75			4,39
Brasil	8,89		4	1	0,75			4,39
Dona Mariana do Nascimento e Almada Leite	0,25		0,25	2,5				0,23
Brasil	0,25		0,25	2,5				0,23
Dona Rita Joaquina de Barros				1,75				0,47
Brasil				1,75				0,47
Dr José Francisco Monteiro			0,75					
Brasil			0,75					
Dr José Lourenço Pinto	0,59		0,25					
Brasil	0,59		0,25					
Dr Lucas Coelho	0,19							
Brasil	0,19							
Dr Luís da Silva Pereira e Oliveira				22				
Rússia				22				
Dr Manuel Ferreira da Costa	0,5			20,25				
Brasil	0,5			0,25				
Rússia				20				
Dr Manuel José de Barros	702		1	3,81				24,7
América Inglesa	35							
Brasil	1,75		1	3,81				24,7
Inglaterra	440							
Irlanda	222,5							
Suécia	0,5							
Territórios Germânicos	2,25							
Elias António Lopes				1				
Brasil				1				
Equipagem do Anjo do Sr.					1,5			
Brasil					1,5			
Equipagem do Navio					5,47			
Brasil					5,47			

Estêvão Dias				1	1			
Brasil				1	1			
Estêvão Dias Baião	0,25		0,5	7,47	2,5			1,5
Brasil	0,25		0,5	7,47	2,5			1,5
Estêvão Rodrigues	61							
Inglaterra	21							
Irlanda	40							
Euquério José				0,34				0,09
Espanha				0,34				0,09
F. Joaquim José de Lima				1				
Brasil				1				
Faria Oliveira Pinto & C^a								10
Brasil								10
Feliciano de Almeida Vidal	825,5			4,5	3			0,94
Angola					1			
Brasil				3	2			0,94
Inglaterra	664			1,5				
Irlanda	160							
Territórios Germânicos	1,5							
Felix da Silva	0,5							
Inglaterra	0,5							
Felix José Coimbra	0,25							
Brasil	0,25							
Felix José de Basto					0,28			
Brasil					0,28			
Felix Rodrigues de Barros				0,28				
Brasil				0,28				
Ferraz Filho e Correia	3951,5			13				
Brasil	15							
Dinamarca	317							
Holanda	7							
Inglaterra	941,5							
Irlanda	2335,5							
Noruega	210							
Rússia				13				
Territórios Germânicos	125,5							
Ferraz Francisco e Correia	3							
Itália	3							
Ferreira Cunha e Fallon	6164,68							
América Inglesa	138,68							
Inglaterra	2191,25							
Irlanda	3824,25							
Itália	1							
Territórios Germânicos	9,5							

Ferreira Cunha e Fallon & Cª	4551,12							
América Inglesa	180							
Holanda	1							
Inglaterra	2594,59							
Irlanda	1775,53							
Ferreira Cunha e Rocha	4977,58							
América Inglesa	5,75							
Espanha	0,25							
Inglaterra	2495,25							
Irlanda	1967,5							
Suécia	24							
Territórios Germânicos	484,83							
Filipe da Cunha					0,5			
Brasil					0,5			
Filipe Duarte	0,25							
Brasil	0,25							
Filipe Duarte da Fonseca	0,25							
Brasil	0,25							
Filipe Duarte da Fonseca Ferraz	0,75		0,5					
Brasil	0,75		0,5					
Filipe José Pereira Couto	942,5							
Brasil	30							
Inglaterra	363							
Irlanda	549,5							
Filipe Miguel Barghan				0,25				
Territórios Germânicos				0,25				
Florentino José de Moraes	0,25							
Brasil	0,25							
Fr André do Nascimento					18			
Brasil					18			
Fr António da Madre de Deus					42			5
Brasil					42			5
Fr António da Vitória					21			1
Brasil					21			1
Fr António de Jesus	0,09							
Brasil	0,09							
Fr António de S. João Evangelista					0,09			
Brasil					0,09			
Fr António do Coração de Maria				0,23		0,02		
Brasil				0,23		0,02		
Fr António do Menino Deus					37			
Brasil					37			
Fr António do Menino Jesus	1,26		198	75	41			
Brasil	1,26		198	75	41			

Fr Bernardo Beltrão	0,25							
Brasil	0,25							
Fr Caetano da Conceição	0,25							
Brasil	0,25							
Fr Caetano da Purificação	0,5			0,5				
Brasil	0,5			0,5				
Fr Domingos da Conceição			10					
Brasil			10					
Fr Domingos de S. Raimundo Rocha				0,43				
Brasil				0,43				
Fr Francisco de Jesus e Santa Ana Barros			0,25					
Brasil			0,25					
Fr Francisco de S. Tomás			6					
Brasil			6					
Fr João de Santa Maria Madalena	1							
Brasil	1							
Fr João Teixeira	2							
Inglaterra	2							
Fr Joaquim de Santa Ana				0,09				
Brasil				0,09				
Fr José de Campos			0,25	0,25				0,5
Brasil			0,25	0,25				0,5
Fr José de S. Tomás de Aquino	0,05							0,05
Brasil	0,05							0,05
Fr José de Santa Angela de Fulgino	0,09							
Brasil	0,09							
Fr Marcos de Jesus Maria			0,25					
Brasil			0,25					
Fr Miguel de Santa Ana					0,23			
Brasil					0,23			
Francisca Maria de Jesus	0,09							
Brasil	0,09							
Francisca Teresa de Mesquita	0,25							0,09
Brasil	0,25							0,09
Francisco Alvares Costa				0,97	3,87	3		0,19
Brasil				0,97	3,87	3		0,19
Francisco Alvares de Sousa Lemos				0,5				
Brasil				0,5				
Francisco Alves da Cruz					0,25			
Brasil					0,25			
Francisco Alves de Sousa Guimarães								2
Brasil								2
Francisco António da Costa	12							
Irlanda	12							

Francisco António da Silva								0,75
Brasil								0,75
Francisco António de Amorim				0,5				
Brasil				0,5				
Francisco António de Castro				5,59				4,47
Brasil				5,59				4,47
Francisco António de Moraes					0,5			
Brasil					0,5			
Francisco António Guimarães				0,25				
Brasil				0,25				
Francisco António Leça				1,5				0,14
Brasil				1,5				0,14
Francisco António Leça & Cª				11,5				6
Brasil				11,5				6
Francisco António Rodrigues				0,03				
Brasil				0,03				
Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez	0,14		0,25					
Brasil	0,14		0,25					
Francisco Coelho					0,23			
Brasil					0,23			
Francisco Coelho Pereira				0,5				
Brasil				0,5				
Francisco da Costa	0,25							
Itália	0,25							
Francisco da Costa Caetano			0,25					
Brasil			0,25					
Francisco da Costa Guimarães					1,5			
Brasil					1,5			
Francisco da Costa Rios	0,5							
Brasil	0,5							
Francisco da Rocha Leão	2,21		1,44	0,5	0,25			0,65
Brasil	2,21		1,44	0,5	0,25			0,65
Francisco da Silva					1			
Brasil					1			
Francisco da Silva Braga				1				
Brasil				1				
Francisco da Silva Costa				5				
Brasil				5				
Francisco da Silva Costa Guimarães	71,25			2,25	3			2,08
América Espanhola					3			1
Brasil				1				0,83
Dinamarca	16							
Inglaterra	26,25							
Irlanda	25			0,25				

Rússia	4			1				0,25
Francisco da Silva Gomes			0,25					
Brasil			0,25					
Francisco da Silva Guimarães Pinto Basto					0,23			
Brasil					0,23			
Francisco da Silva Pereira				1				
Brasil				1				
Francisco de Almeida Regadas	49,5							
Inglaterra	8,5							
Irlanda	41							
Francisco de Moura								7
Brasil								7
Francisco de Oliveira Silva	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco de Sousa Ferreira				0,23				
Brasil				0,23				
Francisco de Sousa Ferreira Guimarães				0,5				
Brasil				0,5				
Francisco de Sousa Neto					0,19			
Brasil					0,19			
Francisco de Sousa Pereira Guimarães	0,25							0,5
Brasil	0,25							0,5
Francisco de Sousa Silva					0,23			
Brasil					0,23			
Francisco Dias Soares	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco dos Santos Soares	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Duarte Rodrigues	235		1					
América Inglesa	30							
Brasil	4,5		1					
Inglaterra	20,5							
Irlanda	2,5							
Rússia	15							
Suécia	162,5							
Francisco Ferreira da Lapa				0,25				
Brasil				0,25				
Francisco Ferreira Lima	1		0,25	1,75		0,84		
Brasil	1		0,25	1,75		0,84		
Francisco Ferreira Sampaio	179							
Inglaterra	179							
Francisco Gaioso				4,5				
Outros				4,5				
Francisco Gomes Castro						0,09		

Brasil						0,09		
Francisco Gomes Veloso de Azevedo	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Gonçalves da Costa			0,5	5	0,5			
Brasil			0,5	5	0,5			
Francisco Homem Carneiro	80							
Inglaterra	60							
Irlanda	20							
Francisco Januário de Almeida Freire				30				
Rússia				30				
Francisco José Barbosa				0,25				3
Brasil				0,25				3
Francisco José Correia	0,23							
Brasil	0,23							
Francisco José da Silva	0,09			0,23	0,04	0,02		0,04
Brasil	0,09			0,23	0,04	0,02		0,04
Francisco José da Silva Leça	0,09							0,09
Brasil	0,09							0,09
Francisco José de Andrade	2							
Inglaterra	2							
Francisco José de Araújo Basto	48,5							41
Brasil								41
Holanda	3,5							
Inglaterra	25							
Rússia	20							
Francisco José de Lima				1,5				1,33
Brasil				1,5				1,33
Francisco José de Moraes				0,25				
Brasil				0,25				
Francisco José de Moura	0,25		0,25					21
Brasil	0,25		0,25					21
Francisco José de Oliveira	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco José de Sousa	0,25					2		
Brasil	0,25					2		
Francisco José dos Santos				1,5				0,5
Brasil				1,5				0,5
Francisco José Ferreira da Costa	1,75							
Brasil	1,75							
Francisco José Fonseca	29,22							
Inglaterra	29,22							
Francisco José Gonçalves Guimarães						1		
Brasil						1		
Francisco José Monteiro de Carvalho								0,14

Brasil								0,14
Francisco José Peixoto Basto	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco José Ribeiro								0,64
Brasil								0,64
Francisco José Ribeiro de Macedo								1,52
Brasil								1,52
Francisco José Rodrigues	87					50		10,5
Brasil								10,5
Holanda						50		
Rússia	87							
Francisco José Sampaio								0,5
Brasil								0,5
Francisco José Vaz						2		
Brasil						2		
Francisco José Vaz Guimarães			0,25	0,5		3		
Brasil			0,25	0,5		3		
Francisco José Vieira	0,5		0,25	0,25	0,5			
Brasil	0,5		0,25	0,25	0,5			
Francisco Lopes			0,25	0,46				
Brasil			0,25	0,46				
Francisco Luís	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Luís da Rocha								8
Brasil								8
Francisco Luís do Nascimento	70							
Inglaterra	70							
Francisco Luís Galvão	1,5		0,5					0,42
Brasil	1,5		0,5					0,42
Francisco Luís Rocha e Moura								42
Brasil								42
Francisco Machado Peixoto	0,25			0,25				7,41
Brasil	0,25			0,25				7,41
Francisco Manuel	0,19							
Brasil	0,19							
Francisco Manuel da Costa				0,23				
Brasil				0,23				
Francisco Manuel de Araújo			0,25					
Brasil			0,25					
Francisco Marcelino da Silva	1,26		2,5	1				
Brasil	1,26		2,5	1				
Francisco Maria Chiape								4
Rússia								4
Francisco Martins	10							

Inglaterra	10							
Francisco Mendes								11
Brasil								11
Francisco Mendes Guimarães			0,25					
Brasil			0,25					
Francisco Moreira	39							
Rússia	39							
Francisco Moreira & Cª				1				6
Brasil								6
Inglaterra				0,5				
Irlanda				0,5				
Francisco Moreira dos Santos								4
Brasil								4
Francisco Mulai	70							
Irlanda	70							
Francisco Neto Carneiro	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Paixão					0,25			
Brasil					0,25			
Francisco Pereira de Oliveira			0,25	0,75				
Brasil			0,25	0,25				
Territórios Germânicos				0,5				
Francisco Pereira Lima								1
Brasil								1
Francisco Pereira Ramos	1							
Inglaterra	1							
Francisco Pinheiro de Figueiredo				1		0,25		
Rússia				1		0,25		
Francisco Reiper					0,49			
Brasil					0,49			
Francisco Rodrigues								7
Brasil								7
Francisco Rodrigues Freitas	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Soares Ferreira	0,83							0,23
Brasil	0,83							0,23
Francisco Teixeira				18				
Holanda				18				
Francisco Vieira da Silva								0,47
Brasil								0,47
Francisco Vieira de Castro	0,25							
Brasil	0,25							
Francisco Xavier Arantes	70							
Inglaterra	70							

Francisco Xavier da Mota				1				6
Brasil				1				6
Francisco Xavier da Silva				0,25				
Irlanda				0,25				
Francisco Xavier de Araújo					2			0,75
Brasil					2			0,75
Francisco Xavier de Lima	1							
Inglaterra	1							
Francisco Xavier de Oliveira	0,5							0,09
Inglaterra	0,5							0,09
Frederico Guilherme	0,09							
Territórios Germânicos	0,09							
Freitas e Monteiro				2				0,73
Brasil				2				0,73
Gabriel Afonso Ribeiro	0,25							
Brasil	0,25							
Gabriel da Costa Carvalho				1,5				0,5
Brasil				1,5				0,5
Gabriel Martins de Oliveira				0,5				0,59
Brasil				0,5				0,59
Gabriel Ribeiro	0,23							
Itália	0,23							
Gabriel Rodrigues Nunes	30							
Inglaterra	30							
Gaspar Alvares Barbosa	33							
Inglaterra	5							
Irlanda	28							
Gonçalo José Martins	1			1,5				0,97
Brasil				1				0,47
Inglaterra	1			0,5				0,5
Gonçalo José Moreira			0,5					
Brasil			0,5					
Gonçalo Oliveira Dias	6,99		1	26,22	5,99			102,36
Angola	0,74			0,5				1,5
Brasil	5,75		1	25,72	5,99			100,61
Inglaterra	0,5							0,25
Gregório José da Silva	0,25			0,25				
Inglaterra				0,25				
Irlanda	0,25							
Gregório Rodrigues e Gregório filho	0,5							
Holanda	0,5							
Gualter Ribeiro Guimarães	20			8				
Brasil				7,5				
Inglaterra	20							

Territórios Germânicos			0,5				
Guilherme da Costa Ramos	0,25						
Brasil	0,25						
Henrique da Silva			1				
Brasil			1				
Henrique da Silva Carneiro			4,75				
Brasil			4,75				
Henrique de Araújo Lima	1,74	9,5	7,83	2,74			38,6
Brasil	1,74	9,5	7,83	2,74			38,6
Henrique Francisco da Cunha							1,5
Brasil							1,5
Henrique José de Oliveira			1		1,23		2,5
Brasil			1		1,23		2,5
Inácio José de Azevedo e Maria Bernarda			21				
Territórios Germânicos			21				
Inácio Pereira Pinto	1,5		4	1,5			0,19
Brasil	1,5		2,5	1,5			0,19
Inglaterra			0,5				
Rússia			1				
Inácio Pereira Pinto Cidade	0,5						
Brasil	0,5						
Inácio Pinto da Silva	0,25			0,25			
Brasil	0,25			0,25			
Inocência Cândido				0,23			
Brasil				0,23			
Inocência Cândido Alves Pereira		0,23		0,5			
Brasil		0,23		0,5			
Isabel Maria Monteiro							5
Brasil							5
Isidoro de Carvalho			1				
Brasil			1				
Isidoro Gonçalves	0,5						
Espanha	0,5						
Jacinto José Pereira	30						9
Brasil							9
Inglaterra	30						
Jacinto José Pereira Couto	45,5						
Irlanda	45,5						
Jacinto Manuel de Miranda			0,48				
Brasil			0,48				
Jacob do Outeiro	6,06	0,28	0,25	0,55			0,23
Brasil	6,06	0,28	0,25	0,55			0,23
Jerónimo Alves da Costa			0,5				
Brasil			0,5				

Jerónimo da Costa do Rosário				0,25				
Brasil				0,25				
Jerónimo da Silva Vieira			0,5	0,5				
Brasil			0,5	0,5				
Jerónimo de Carvalho	0,25		1					
Brasil	0,25		1					
Jerónimo de Carvalho Rebelo e Meneses	0,25			2,28				
Malta	0,25			2,28				
Jerónimo de Sousa Carvalho				0,47				
Brasil				0,47				
Jerónimo Dias da Silva								6
Brasil								6
Jerónimo Dias da Silva Guimarães								31
Brasil								31
Jerónimo Dias de Castro	540,5			1				0,09
Inglaterra	540,5							
Territórios Germânicos				1				0,09
Jerónimo Gonçalves da Costa				0,5				
Brasil				0,5				
Jerónimo Leite Pereira	0,25							
Brasil	0,25							
Jerónimo Luís de Castro Pereira			0,25					
Brasil			0,25					
Jerónimo Pereira de Mesquita	0,7							
Brasil	0,7							
Joana Basto Maia					1			
Brasil					1			
Joana Jacinta					0,25			
Brasil					0,25			
Joana José Brito Correia Azevedo	0,25							
Brasil	0,25							
João Alvares				0,04				
Brasil				0,04				
João Alvares Basto	12,57							
Brasil	0,57							
Territórios Germânicos	12							
João Alvares da Cunha	0,25							
Brasil	0,25							
João Alvares Pereira								15,25
Brasil								15,25
João Alves de Abreu Guimarães	1,5		0,75					0,26
Brasil	1,5		0,75					0,26
João Alves Rodrigues				0,25				
Espanha				0,25				

João António								1
Brasil								1
João António da Costa								21
Brasil								21
João António de Barros Guimarães	30			22		30		
Holanda						30		
Rússia				5				
Suécia	30							
Territórios Germânicos				17				
João António de Barros Guimarães & Cª								4
Brasil								4
João António de Castro	0,25							
Brasil	0,25							
João António de Mansilha				85				
Rússia				85				
João António de Mesquita				9				
Rússia				9				
João António de Mesquita Velho				10				
Rússia				10				
João António de Paiva				0,25				
Brasil				0,25				
João António Frausque	0,84							
Territórios Germânicos	0,84							
João António Glama			4					
Rússia			4					
João António Guimarães	0,59		0,25					
Brasil	0,59		0,25					
João António Pereira				2				0,5
Brasil				2				0,5
João António Pereira de Lima				5				11,39
Brasil				5				11,39
João António Pinheiro	595			11,5				
Brasil	161			11,5				
Inglaterra	231							
Irlanda	18							
Rússia	5							
Territórios Germânicos	180							
João António Pinheiro & Cª	872,75							
América Inglesa	6							
Brasil	30							
França	6							
Inglaterra	229,5							
Irlanda	279,5							
Itália	26							

Rússia	202							
Territórios Germânicos	93,75							
João António Vidal	50,25			11				10
Brasil	0,25							10
Inglaterra	20							
Irlanda	30							
Territórios Germânicos				11				
João Antunes								0,25
Brasil								0,25
João Baptista								0,5
Brasil								0,5
João Baptista Correia	1			0,23				
Brasil				0,23				
Inglaterra	1							
João Baptista de Sousa						0,09		0,69
Brasil						0,09		0,69
João Baptista Gomes	311,75			3,25				3
Brasil				3				3
Inglaterra	127							
Irlanda	184,75							
Rússia				0,25				
João Baptista Guimarães			6			3		
Brasil			6			3		
João Baptista Lopes	1,25							
Brasil	1,25							
João Baptista Lopes Ferraz	3,25		2,5	0,25				9,48
Brasil	3,25		2,5	0,25				9,48
João Barbosa da Cruz	10,49							
Inglaterra	10,49							
João Barbosa de Madureira				1,5				
Brasil				1,5				
João Barbosa Viana	1,5			0,5				
Inglaterra	1,5							
Irlanda				0,5				
João Barquer Machado	5							
Inglaterra	5							
João Bento da Rocha			0,25					
Brasil			0,25					
João Bernardo Lopes				10				
Rússia				10				
João Cabral	50							
Inglaterra	50							
João Caetano					0,5	0,05		
Brasil					0,5	0,05		

João Caetano de Abreu								0,19
Brasil								0,19
João Carlos Monteiro								3
Brasil								3
João Carlos Xavier	0,25							
Brasil	0,25							
João Coelho	0,5		0,25					
Brasil	0,5		0,25					
João Coelho da Costa	0,75		2,75	1,25				2,95
Brasil	0,75		2,75	1,25				2,95
João Correia da Costa	0,25		0,37	0,5				
Brasil	0,25		0,37	0,5				
João Crisóstomo	2							
Irlanda	2							
João da Costa					1			
Brasil					1			
João da Costa de Andrade	1					0,34		
Brasil	1					0,34		
João da Costa de Azevedo				0,75				
Brasil				0,75				
João da Costa Genovês	760,5							
Inglaterra	665							
Irlanda	95,5							
João da Costa Guimarães				1,5				
Brasil				1,5				
João da Costa Lima	641,75							
Inglaterra	293							
Irlanda	297,5							
Noruega	51,25							
João da Costa Peixoto					1			
Brasil					1			
João da Cruz da Assunção	1355,5							
América Inglesa	40							
Holanda	6							
Inglaterra	976,25							
Irlanda	308,25							
Noruega	25							
João da Rocha	23				0,5			
Brasil					0,5			
Inglaterra	23							
João da Rocha e João Bento da Rocha	10							
Inglaterra	10							
João da Silva Brandão				1				10,47
Brasil				1				10,47

João da Silva Campos	0,25							
Brasil	0,25							
João da Silva de Carvalho					2			
Brasil					2			
João da Silva de Poiares				14				
Holanda				14				
João da Silva de Sousa	0,25							
Brasil	0,25							
João da Silva Ferraz	0,25			0,16				
Brasil	0,25			0,16				
João da Silva Machado				0,25				
Inglaterra				0,25				
João da Silva Mendes				76,5				
Brasil				61,5				
Territórios Germânicos				15				
João da Silva Pereira	27			10				
Inglaterra	27			10				
João da Silva Pinto da Fonseca				30				
Brasil				30				
João de Abreu					0,25			
Brasil					0,25			
João de Abreu Celorico				1				
Rússia				1				
João de Abreu Guimarães	0,25							
Brasil	0,25							
João de Alcântara Alves	0,25							
Inglaterra	0,25							
João de Almeida Ribeiro					0,25			
Brasil					0,25			
João de Araújo Braga	0,25							
Brasil	0,25							
João de Barros Freire								2
Brasil								2
João de Bastos Maia					2,5	2		
Brasil					2,5	2		
João de Brito Cardoso	189,5							
Holanda	1							
Inglaterra	58							
Irlanda	130,5							
João de Campos				0,28				
Brasil				0,28				
João de Campos da Silva Cruz				224,92				
Brasil				96,5				
Holanda				94,42				

Rússia				34				
João de Campos Silva				10				
Holanda				10				
João de Campos Vilar			0,25	3,28				
Brasil			0,25	3,28				
João de Castro				0,05				
Brasil				0,05				
João de Deus						0,11		0,01
Brasil						0,11		0,01
João de Deus Silva				18,05		2,19		1
Brasil				18,05		2,19		1
João de Freitas Ribeiro								18
Brasil								18
João de Magalhães Lima			0,5					
Brasil			0,5					
João de Matos Coelho	0,25			0,25	0,25			
Brasil	0,25			0,25	0,25			
João de Oliveira Lopo	70							
Irlanda	70							
João de Paiva					111			13
Angola					111			13
João de Sá Monteiro				1,5				
Rússia				1,5				
João de Sousa Alcoforado	0,05							
Brasil	0,05							
João de Sousa Chaves					1			
Brasil					1			
João de Sousa de Carvalho	0,75		0,25	2	0,5	0,05		0,55
Brasil	0,75		0,25	2	0,5	0,05		0,55
João de Sousa Guimarães					0,5			
Brasil					0,5			
João de Sousa Machado				0,5				
França				0,5				
João de Sousa Teles	0,5							
Brasil	0,5							
João de Souto					0,23			
Brasil					0,23			
João do Rego						1		
Brasil						1		
João Domingos					0,5			
Brasil					0,5			
João Domingos dos Santos						0,05		
Brasil						0,05		
João dos Santos					0,25	0,02		

Brasil					0,25	0,02		
João Duarte Cardina								10
Brasil								10
João Fernandes Cruz	17,5							
Irlanda	17,5							
João Ferreira de Carvalho			0,25					
Brasil			0,25					
João Ferreira de Carvalho e Couto	0,5							
Brasil	0,5							
João Ferreira de Sousa				1				
Brasil				1				
João Ferreira Duarte	140,5							
Irlanda	140,5							
João Ferreira Seabra	0,14							
Brasil	0,14							
João Francisco Bernardes			0,25					
Brasil			0,25					
João Francisco da Costa			0,25					
Brasil			0,25					
João Francisco Leça					1			
Brasil					1			
João Francisco Vilela					0,5			
Brasil					0,5			
João Frederico				1	0,98			
Brasil					0,98			
Territórios Germânicos				1				
João Gomes Fogaça			1					
Brasil			1					
João Gonçalves	509,5							
Inglaterra	474							
Irlanda	35,5							
João Gonçalves de Oliveira				2,5		0,44		0,25
Brasil				2,5		0,44		0,25
João Henrique	37,48							
Brasil	0,48							
Irlanda	37							
João Henrique de Magalhães	8339,11				1			13,75
América Inglesa	6,23							
Brasil	13,66				1			7,5
Holanda	1,5							0,25
Inglaterra	4831,47							
Irlanda	3003,5							6
Não identificado	8							
Noruega	250							

Outros	3							
Rússia	45							
Suécia	171,25							
Territórios Germânicos	5,5							
João Inácio Pereira	0,25							
Brasil	0,25							
João Jacob	0,53							
Territórios Germânicos	0,53							
João José Brás				2,75				0,25
Rússia				2,75				0,25
João José Carvalho					1,49			
Brasil					1,49			
João José da Costa	1,25			0,25				
Brasil				0,25				
Irlanda	1,25							
João José da Costa e Silva	72,5							
Irlanda	72,5							
João José da Costa Pereira				0,25				
Brasil				0,25				
João José da Silva Campos			0,25	2,95				5,7
Brasil			0,25	2,95				5,7
João José da Silva Canedo	0,25							
Brasil	0,25							
João José de Abreu				1				
Brasil				1				
João José de Araújo Faria	0,25				0,25			2,65
Brasil	0,25				0,25			2,65
João José de Faria	156			2				1,56
Brasil	10			2				1,56
Holanda	2							
Inglaterra	144							
João José de Lemos Ribeiro								17
Brasil								17
João José de Magalhães				0,05				
Brasil				0,05				
João José Guedes				5				
Rússia				5				
João José Vieira	113							
Inglaterra	111							
Irlanda	2							
João Leite da Luz				1				
Brasil				1				
João Lopes da Silva Ferraz			0,25	0,5				
Brasil			0,25	0,5				

João Lopes de Carvalho				1				
Brasil				1				
João Lopes Ferraz	7,5							
França	0,5							
Inglaterra	7							
João Lopes Ferraz, Filho e Almeida	336							
Inglaterra	336							
João Lopes Ferraz, Filho e Correia	397		0,5			6		
Angola	5							
Brasil	0,5		0,5			6		
Holanda	7,5							
Inglaterra	384							
João Lopes Guimarães	39			13,5				
Brasil				0,25				
Holanda				11,25				
Rússia	39			2				
João Luís				0,25				
Holanda				0,25				
João Luís da Costa Alão			0,25					
Brasil			0,25					
João Luís de Sousa	1046,16		1,75	18,97				13,98
Brasil	67,19		0,25	16,47				13,47
Holanda	3,97			1,75				0,23
Inglaterra	963,5							
Irlanda	10			0,75				0,09
Rússia	1,5		1,5					0,19
João Luís Fraga						20		
Holanda						20		
João Manuel Costa de Mesquita	0,09							
Brasil	0,09							
João Manuel de Sousa Vale				4,5		2		4
Brasil				4,5		2		4
João Manuel Soares	0,09							
Brasil	0,09							
João Marques	0,5							
Brasil	0,5							
João Marques Brandão				1				
Brasil				1				
João Marques Pereira			0,25	2				0,47
Brasil			0,25	2				0,47
João Monteiro Maia	0,27							
Brasil	0,27							
João Moreira Maia					0,5			
Brasil					0,5			

João Nogueira	489,74			0,25				
América Inglesa	27							
Ásia	0,24			0,25				
Inglaterra	253,5							
Irlanda	209							
João Pedro do Monte				0,75				
França				0,75				
João Pedro Rangel	99							
Inglaterra	40							
Irlanda	59							
João Pereira da Silva	0,5							
Inglaterra	0,5							
João Pereira de Carvalho	2			7,47	10			6,94
Brasil				6,47	10			6,69
Inglaterra	2			1				0,25
João Pereira dos Santos					0,23			
Brasil					0,23			
João Pereira Leitão			0,5	6,48				
Brasil			0,5	6,48				
João Pereira Leitão e Domingos do Rosário								0,7
Brasil								0,7
João Pereira Leite				0,05				
Brasil				0,05				
João Pereira Salazar					1			
Brasil					1			
João Pereira Soares	0,25		1	10,5				8,97
Brasil	0,25		1	10,5				8,97
João Pinheiro de Aragão	1							
Brasil	1							
João Pinto da Cunha								6
Brasil								6
João Pinto de Lemos				0,5				
Brasil				0,5				
João Pinto de Queirós				1				
Inglaterra				1				
João Pinto de Sousa			0,5	0,25				
Brasil			0,5	0,25				
João Pinto Soares	2,14		3	19,72	1,4			80,98
Brasil	2,14		3	19,72	1,4			80,98
João Ramos de Araújo	0,5							
Brasil	0,5							
João Ribeiro					1,59			
Brasil					1,59			
João Ribeiro Braga	30,75							

Irlanda	28						
Territórios Germânicos	2,75						
João Ribeiro da Fonseca	127						
Holanda	2						
Inglaterra	53						
Irlanda	72						
João Ribeiro das Neves Guimarães	0,5						
Holanda	0,5						
João Ribeiro de Brito					0,5		
Brasil					0,5		
João Ribeiro de Mesquita	0,5		2,5	0,25			
Brasil	0,5		2,5	0,25			
João Ribeiro Guimarães							6
Brasil							6
João Ribeiro Pereira							0,25
Brasil							0,25
João Ribeiro Viana	535,97		0,25	8,25	9	3,07	185,14
Brasil	4,47		0,25	7,25	9	3,07	184,89
Inglaterra	186			1			0,25
Irlanda	345						
Itália	0,5						
João Roberto da Fonseca Torres	5		0,25				20
Brasil			0,25				20
Inglaterra	5						
João Rodrigo de Carvalho	0,25						
Brasil	0,25						
João Rodrigues da Costa	38,5			202			2
Irlanda							2
Rússia	38,5			182			
Territórios Germânicos				20			
João Rodrigues Guimarães	3,5			5	2,5		8,27
Brasil	0,5			1,5	2,5		7,44
Inglaterra	3						
Rússia				3,5			0,69
Territórios Germânicos							0,14
João Rodrigues Lima				1	2		0,53
Brasil					2		0,39
Inglaterra				1			0,14
João Rodrigues Pereira Xavier	0,75						
Brasil	0,75						
João Rodrigues Pinheiro							0,14
Brasil							0,14
João Teodósio Lopes				1,5			0,47
Brasil				1,5			0,47

João Vieira de Carvalho				84				
Rússia				84				
Joaquim António de Abreu	1,5							
Irlanda	1,5							
Joaquim António Leite de Moraes			0,5					
Brasil			0,5					
Joaquim Correia de Andrade						0,01		
Brasil						0,01		
Joaquim da Costa Lima	53							
Irlanda	53							
Joaquim Dantas de Araújo				0,5				
Angola				0,5				
Joaquim de Moraes Moreira dos Reis								4
Brasil								4
Joaquim de Oliveira Lopes	47							
Irlanda	47							
Joaquim de Oliveira Lopo	760			18				
América Inglesa	37,75							
Brasil	0,25							
Inglaterra	213,5							
Irlanda	503,5							
Rússia				18				
Suécia	5							
Joaquim de Sousa Alcoforado	0,5							
Inglaterra	0,5							
Joaquim de Sousa Picão	185							0,56
Brasil								0,56
Territórios Germânicos	185							
Joaquim dos Reis Leça				0,5				
Angola				0,5				
Joaquim Ferreira Sampaio	5887,83							
América Inglesa	1134							
Dinamarca	382							
Inglaterra	3239,99							
Irlanda	1107,75							
Territórios Germânicos	24,09							
Joaquim Francisco				0,25				
Brasil				0,25				
Joaquim Gomes dos Santos					0,02	0,02		
Brasil					0,02	0,02		
Joaquim Gomes Santos					1	0,47		0,47
Brasil					1	0,47		0,47
Joaquim Gonçalves da Costa			0,25					2
Brasil			0,25					2

Joaquim José Coelho	0,14							
Brasil	0,14							
Joaquim José Correia				0,07	0,02	0,01		
Brasil				0,07	0,02	0,01		
Joaquim José da Mota				0,5				
Brasil				0,5				
Joaquim José de Barros				4,75	5,25			12,44
Brasil				4	5,25			12,44
Inglaterra				0,75				
Joaquim José de Carvalho				0,5	1			0,59
Brasil				0,5	1			0,59
Joaquim José de Lima								0,23
Rússia								0,23
Joaquim José de Sousa				0,23				12,14
Brasil				0,23				12,14
Joaquim José de Sousa Pires	305,5		2,5	18,25				84,25
Brasil	53,75		2,5	18				84,25
Espanha				0,25				
Holanda	12							
Inglaterra	100							
Irlanda	92,75							
Rússia	47							
Joaquim José Fernandes	1			1				0,56
Brasil	1			1				0,56
Joaquim José Fernandes da Silva	5820,23			277				
Inglaterra	23							
Irlanda	5783,23							
Rússia				90				
Territórios Germânicos	14			187				
Joaquim José Gonçalves								7,5
Brasil								7,5
Joaquim José Lima				0,5	1			
Brasil					1			
Rússia				0,5				
Joaquim José Malta						0,28		
Brasil						0,28		
Joaquim José Rodrigues								0,56
Brasil								0,56
Joaquim José Santa Ana	1			2				
Inglaterra	1							
Rússia				2				
Joaquim José Souto					12,5			0,44
Brasil					12,5			0,44
Joaquim Luís dos Reis				0,25				

Brasil				0,25				
Joaquim Martins Viana	0,25							0,23
Brasil	0,25							0,23
Joaquim Novais Moreira dos Reis				0,25				
Brasil				0,25				
Joaquim Pedro Anjo				1,5				
Brasil				1,5				
Joaquim Pereira				0,25	0,03	0,01		
Brasil					0,03	0,01		
Espanha				0,25				
Joaquim Pereira de Almeida								28
Brasil								28
Joaquim Pereira Monteiro	0,21							
Brasil	0,21							
Joaquim Pinto Macho				0,23				
Brasil				0,23				
Joaquim Pires Ferreira	0,25							
Brasil	0,25							
Joaquim Ramos de Araújo			0,25					
Brasil			0,25					
Joaquim Ribeiro de Brito	0,25			1				
Brasil	0,25			1				
Joaquim Rodrigues da Costa	0,5			1				1,5
Brasil				1				1,5
Rússia	0,5							
Joaquim Teixeira Machado	628							
Inglaterra	628							
Jorge da Costa					0,25			
Brasil					0,25			
José Agostinho Barbosa			0,5					10,14
Brasil			0,5					10,14
José Almeida Celorico				1				
Rússia				1				
José Alvares de Abreu Guimarães	0,25							
Brasil	0,25							
José Alvares Moreira				0,5				
Brasil				0,5				
José Alves da Costa								0,44
Brasil								0,44
José António	1,27		1,75	3,76	2,48			1,23
Brasil	1		1,75	3,76	2,48			1,23
Inglaterra	0,27							
José António Alvares								23
Brasil								23

José António Alvedo				0,97				
Brasil				0,97				
José António Alves da Cunha								5
Brasil								5
José António Alves de Sousa	1,25			1				
Brasil	1,25			1				
José António Azevedo Lobo	0,25							
Brasil	0,25							
José António Correia					1			
Brasil					1			
José António da Cruz			0,25					
Brasil			0,25					
José António da Natividade			0,75	1				
Brasil			0,75	1				
José António da Silveira				1,5				
Brasil				1,5				
José António da Veiga				0,5				
Brasil				0,5				
José António de Abreu Silva			0,75					
Brasil			0,75					
José António de Araújo	0,25							
Brasil	0,25							
José António de Araújo Silva	5		0,25					
Brasil	5		0,25					
José António de Azevedo				0,5				12
Brasil				0,5				12
José António de Castro	107							69,2
Brasil	69							69,2
Inglaterra	28							
Irlanda	10							
José António de Miranda								8
Brasil								8
José António de Sousa Lobo	0,25							
Brasil	0,25							
José António de Sousa Rafael								5
Brasil								5
José António de Sousa Silva	0,25							
Brasil	0,25							
José António dos Santos			0,5					
Brasil			0,5					
José António e Manuel de Abreu					0,01	12		0,02
Brasil					0,01	12		0,02
José António Gonçalves	0,25							1
Brasil	0,25							1

José António Guimarães			0,5					
Brasil			0,5					
José António Machado	2,5							
Rússia	1							
Territórios Germânicos	1,5							
José António Machado Ferreira & Cª	2,5			1,5				
Rússia				1,5				
Territórios Germânicos	2,5							
José António Pacheco	0,05							
Brasil	0,05							
José António Pereira					0,48			
Brasil					0,48			
José António Rios					0,3			
Brasil					0,3			
José António Rocha	654,25							
Inglaterra	531,25							
Irlanda	123							
José António Vidal				4				
Rússia				4				
José Baltasar Alvares				62				
Rússia				25				
Territórios Germânicos				37				
José Barbosa Carneiro	1,94		0,5					
Brasil	1,94		0,5					
José Barbosa de Carvalho	0,5							
Brasil	0,5							
José Barbosa de Madureira	2,84		1,25	11,75		4,5		36,22
Angola	1,09			7,5		4,5		16,99
Brasil	1,75		1,25	4,25				19,23
José Beléns				0,5				
Brasil				0,5				
José Bento Leitão	8,34		17,25	57,36	53,08	1,14		34,47
Brasil	8,34		17,25	57,36	53,08	1,14		34,47
José Bernardes de Araújo					0,25			
Brasil					0,25			
José Bernardo					0,25			
Brasil					0,25			
José Bernardo da Silva				0,23				
Brasil				0,23				
José Botelho Guedes				28				
Rússia				28				
José Brandão	187							
América Inglesa	38							
Brasil	1							

Inglaterra	28							
Rússia	120							
José Caetano Vale				1,5				
Brasil				1,5				
José Cardoso Coelho			0,25					
Brasil			0,25					
José Cardoso de Magalhães						0,04		
Brasil						0,04		
José Carlos de Magalhães Meneses				17				
Rússia				17				
José Carlos Teixeira	3			0,97		1		29
Brasil				0,5		1		29
Inglaterra	3							
Rússia				0,47				
José Constantino Vale				3,5	5			2,89
Brasil				3,5	5			2,89
José Correia				0,75				
Brasil				0,75				
José Correia da Costa				0,25				
Brasil				0,25				
José Correia da Silva				0,5				
Brasil				0,5				
José Correia de Aguiar	336	117,5	0,5	31,75	1	1,5		4,48
América Inglesa	4							
Brasil	0,75		0,5	30,75	1	1,5		4,48
Cabo Verde	8							
Holanda	4,5	24						
Inglaterra	20,25							
Irlanda	175	93,5						
Rússia	61,25			1				
Suécia	47							
Territórios Germânicos	15,25							
José Correia dos Santos	0,25							
Brasil	0,25							
José Correia Maia				8				
Holanda				8				
José Custódio Pinto Machado				29,5				
Rússia				29,5				
José da Costa			0,25					
Brasil			0,25					
José da Costa Azevedo				2,5	2,5			1,25
Brasil				2,5	2,5			1,25
José da Costa Pereira	2,25		0,39	0,05		1		
Brasil	2,25		0,39	0,05		1		

José da Costa Pinto				0,25				
Brasil				0,25				
José da Costa Santiago				3				
Holanda				3				
José da Costa Santos			1					
Brasil			1					
José da Cruz	1							
Irlanda	1							
José da Cruz da Assunção	7709,76							8
América	34,5							
América Inglesa	186,25							
Brasil	21,26							
Inglaterra	1201,5							
Irlanda	5807,75							4
Noruega	80							
Rússia	40							
Suécia	105							
Territórios Germânicos	233,5							4
José da Cunha Monteiro	1							
Inglaterra	1							
José da Rocha Pinto				0,5				
Rússia				0,5				
José da Silva	1				0,25	1,09		
Brasil					0,25	1,09		
Inglaterra	1							
José da Silva Ferreira	0,14		0,5					6,09
Brasil	0,14		0,5					6,09
José da Silva Gaia				0,25				
Brasil				0,25				
José da Silva Lemos	0,09							
Brasil	0,09							
José da Silva Maltês				0,5				
Brasil				0,5				
José da Silva Velho	0,5							
Brasil	0,5							
José da Silva Vieira	2			1,5	0,99			
Brasil				1,5	0,99			
Inglaterra	2							
José de Almeida	1			0,75				
Brasil				0,25				
Holanda	1			0,5				
José de Almeida Celorico				8,5				
América Inglesa				0,5				
Inglaterra				0,5				

Irlanda			0,5				
Rússia			7				
José de Araújo			3				
Brasil			3				
José de Araújo Braga	7,72	36	32,54	2	1		164,03
Brasil	7,72	36	32,54	2	1		164,03
José de Araújo Lima			1				
Brasil			1				
José de Basto Maia Pereira	0,23	0,5	1,23				9
Brasil	0,23	0,5	1,23				9
José de Lima				1,75			
Brasil				1,75			
José de Miranda			0,5				
Brasil			0,5				
José de Miranda do Outeiro				0,53			
Brasil				0,53			
José de Oliveira Barreto	1,5						
Brasil	1,5						
José de Oliveira Henriques	0,25						0,25
Brasil	0,25						0,25
José de Oliveira Leal	209,25						
Inglaterra	115,25						
Irlanda	94						
José de Oliveira Lopo	1475,45						0,1
América Inglesa	56,73						0,1
Angola	60						
Brasil	11,5						
Inglaterra	1148,72						
Irlanda	198,5						
José de Paiva	0,25	0,25	0,98				0,73
Brasil	0,25	0,25	0,98				0,73
José de Paiva Ribeiro	2,75	45					58
Brasil	0,75	45					58
Irlanda	2						
José de Pinho							6
Brasil							6
José de Sá Carvalho	0,25			1,5			
Brasil				1,5			
Holanda	0,25						
José de Sousa							1
Brasil							1
José de Sousa Cavadas				1			
Brasil				1			
José de Sousa de Carvalho	0,05	0,5		0,5			

Brasil	0,05		0,5		0,5			
José de Sousa Pinto				0,25				
Inglaterra				0,25				
José de Sousa Rocha	10							
Rússia	10							
José Dias Alvares				1				
Brasil				1				
José Dias de Lima	1,89			2	5,99			1,78
Brasil	0,89			1,5	5,99			1,78
Inglaterra	1			0,5				
José Dias de Sousa	1							
Brasil	1							
José Dias Guimarães					0,09			
Brasil					0,09			
José Dias Rangel					1			
Brasil					1			
José do Couto	0,69		0,25					0,25
Brasil	0,69		0,25					0,25
José do Espírito Santo			0,5					
Brasil			0,5					
José do Espírito Santo Cardoso	50,5							
Territórios Germânicos	50,5							
José do Espírito Santo Teixeira						2		
Brasil						2		
José do Vale				29				
Territórios Germânicos				29				
José Domingos de Oliveira				4,5				
Rússia				4,5				
José Domingos de Sousa								0,51
Brasil								0,51
José dos Reis	181,5				1			10
Brasil	0,25				1			10
Inglaterra	181,25							
José dos Santos					1,5			16
Brasil					1,5			16
José dos Santos Neto			0,73	2	5,55			4,25
Brasil			0,73	2	5,55			4,25
José Duarte dos Reis				0,25				
Brasil				0,25				
José Duarte Silva	161,25							
Inglaterra	5							
Irlanda	156,25							
José e Joaquim de Oliveira Lopo	3612			9				
América Inglesa	174							

Brasil	29,5			4				
Inglaterra	287,5							
Irlanda	2852							
Noruega	269							
Territórios Germânicos				5				
José Eleutério Barbosa de Lima	4915,03				0,1			
América Inglesa	556,5							
Angola	228							
Brasil	40,98				0,1			
França	25							
Inglaterra	3741,41							
Irlanda	314							
Territórios Germânicos	9,14							
José Estêvão da Costa			0,75					
Brasil			0,75					
José Fernandes Aveiro	39,5			42		112		30
Brasil	3							30
Holanda	34			16		112		
Irlanda	2,5							
Rússia				26				
José Fernandes Carvalho					1			
Brasil					1			
José Fernandes Cruz	437,75							
Angola	42							
Brasil	15							
Inglaterra	218,75							
Irlanda	162							
José Fernandes da Silva	95,16							
Brasil	0,16							
Inglaterra	95							
José Fernandes de Araújo	2			1,5				
Brasil				1,5				
Inglaterra	2							
José Fernandes Lima	302				0,5			0,25
Brasil					0,5			0,25
Inglaterra	275							
Irlanda	27							
José Fernandes Teixeira				0,25				
Brasil				0,25				
José Ferreira de Carvalho	1,75		0,75	0,75				0,39
Brasil	1,75		0,75	0,75				0,39
José Ferreira de Carvalho e Couto	0,75		0,25	10,25				0,33
Brasil	0,75		0,25	10,25				0,33
José Ferreira dos Santos				3,75	1,75			

Brasil				2,25	1,75			
Espanha				1				
Inglaterra				0,5				
José Ferreira Guimarães					1,5			0,64
Brasil					1,5			0,64
José Ferreira Leão			0,25	0,48				
Brasil			0,25	0,48				
José Ferreira Pinto Arouca			0,5					0,23
Brasil			0,5					0,23
José Ferreira Santos					0,24			
Brasil					0,24			
José Ferreira Vila Nova				0,25				
Brasil				0,25				
José Francisco					0,23			
Brasil					0,23			
José Francisco Aveiro								8
Brasil								8
José Francisco Bernardes				0,5				
Brasil				0,5				
José Francisco da Costa				0,25				
Brasil				0,25				
José Francisco da Costa Guimarães	0,5		0,5					
Brasil	0,5		0,5					
José Francisco da Rocha	0,5		0,5	1,5				0,23
Brasil	0,5		0,5	1,5				0,23
José Francisco de Carvalho			0,5					
Brasil			0,5					
José Francisco de Freitas Guimarães								8
Brasil								8
José Francisco de Macedo				0,5				
Brasil				0,5				
José Francisco de Pinho								14
Brasil								14
José Francisco Dias					0,23			
Brasil					0,23			
José Francisco do Nascimento	0,25							0,25
Inglaterra	0,25							0,25
José Francisco dos Santos				0,25				
Brasil				0,25				
José Francisco dos Santos Maia			205	102,73	6	120		141,94
Brasil			205	100,23	6	120		141,33
França				0,5				
Inglaterra				1				0,14
Rússia				1				0,47

José Francisco Lourenço			0,25					
Brasil			0,25					
José Francisco Monteiro	0,09		1					
Brasil	0,09		1					
José Francisco Monteiro Massa	0,5			11,5				10
Brasil	0,5			1,5				10
Rússia				10				
José Francisco Ribeiro					0,02	0,02		
Brasil					0,02	0,02		
José Francisco Rodrigues	0,25		0,75		1			
Brasil	0,25		0,75		1			
José Francisco Tavares				0,84				10
Brasil				0,84				10
José Francisco Torcato Monteiro	10,12			4,5				0,73
Brasil	10,12			0,5				0,73
Rússia				4				
José Gomes da Silva				4				
Brasil				4				
José Gonçalves					0,5			0,25
Brasil					0,5			0,25
José Gonçalves da Costa				0,5				
Brasil				0,5				
José Gonçalves de Araújo	0,75							
Brasil	0,75							
José Gonçalves Salgado								0,19
Brasil								0,19
José Gonçalves Teixeira	0,25							
Brasil	0,25							
José Guedes Vicente	0,57							
Brasil	0,57							
José Henriques da Silva Pereira				15				
Rússia				15				
José Inácio da Cunha	0,25			0,5				
Brasil				0,5				
França	0,25							
José Inácio Soares				0,25				
Brasil				0,25				
José Joaquim					1			
Brasil					1			
José Joaquim Alves Cruz	0,25							
Brasil	0,25							
José Joaquim Barbosa								3
Holanda								3
José Joaquim da Estrela				0,19				

Brasil				0,19				
José Joaquim da Silva Rangel								0,25
Brasil								0,25
José Joaquim de Sequeira e Almeida				92				
Brasil				19				
Dinamarca				73				
José Joaquim de Sousa					1			
Brasil					1			
José Joaquim Guedes				7,5				
Brasil				7,5				
José Joaquim Pereira								1
Brasil								1
José Joaquim Sequeira	6,5			6				
Brasil	6,5			6				
José Jorge de Queirós				20				
Holanda				20				
José Leite de Melo Pereira Vasconcelos								103
Brasil								103
José Lemos e João Sousa					0,28			0,28
Brasil					0,28			0,28
José Lopes da Costa	0,5				0,5			0,3
Brasil					0,5			0,3
Inglaterra	0,5							
José Lopes da Cruz				0,23				
Ásia				0,23				
José Lopes Monteiro de Paradela				6				
Rússia				6				
José Lopes Salgado				2				1
Brasil				2				1
José Lopes Salgado Guimarães				1				
Brasil				1				
José Loureiro				0,25				
Brasil				0,25				
José Lourenço da Silva	0,34							
Brasil	0,34							
José Lucas				0,5				
Outros				0,5				
José Luís	51,5				2,97			
Brasil					2,97			
Inglaterra	51,5							
José Luís Baptista	70							
América Inglesa	70							
José Luís de Andrade								0,25
Brasil								0,25

José Luís de Moraes				0,23				
Brasil				0,23				
José Luís de Sequeira					0,5			0,75
Brasil					0,5			0,75
José Luís Fraga				3				
Holanda				3				
José Luís Pereira	2			0,5	0,5			0,19
Brasil					0,5			
Inglaterra	2			0,5				0,19
José Luís Pinto	0,75							
América Inglesa	0,75							
José Machado Braga			1,25	2				0,5
Brasil			1,25	2				0,5
José Manuel					0,02	0,02		
Brasil					0,02	0,02		
José Manuel Abreu Pinto	50			20				
Rússia	50			20				
José Manuel Chiape	7			46				
Rússia	7							
Territórios Germânicos				46				
José Manuel de Oliveira					1,5			
Brasil					1,5			
José Manuel de Sousa	0,5							
Irlanda	0,5							
José Manuel do Couto Garrido	534,75		100	12	2			1,5
Brasil	116,25		100	12	2			1,5
Inglaterra	323,5							
Irlanda	95							
José Manuel Marques			0,5					
Brasil			0,5					
José Manuel Pereira				0,05		1		
Brasil				0,05		1		
José Manuel Teixeira	0,25							
Brasil	0,25							
José Maria de Sousa	0,5							
Angola	0,5							
José Martins				0,25				
Irlanda				0,25				
José Martins da Cruz Viana						2		
Brasil						2		
José Martins da Luz	72							
Inglaterra	72							
José Martins Mourão	0,14							0,14
Brasil	0,14							0,14

José Mendes				0,34				
Inglaterra				0,34				
José Mendes de Oliveira	1		29,5	15,25				3,8
Brasil	1		29,5	15,25				3,8
José Mendes Leite	3			6				
Brasil	3			6				
José Miranda Outeiro					0,19			
Brasil					0,19			
José Monteiro Almeida					0,23			
Brasil					0,23			
José Monteiro Alvarenga	273,25							
Brasil	16							
Inglaterra	257,25							
José Monteiro da Cruz					0,25			
Brasil					0,25			
José Monteiro da Fonseca	12,25							
Brasil	0,25							
Irlanda	12							
José Monteiro da Fonseca Pinheiro			0,5	0,25				
Brasil			0,5	0,25				
José Monteiro de Almeida	23662,31			75				
América Inglesa	1							
Brasil	1,25			75				
Dinamarca	10							
Holanda	14							
Inglaterra	21991,06							
Irlanda	1496							
Noruega	10							
Outros	1,75							
Rússia	40							
Suécia	65							
Territórios Germânicos	32,25							
José Moreira					0,02	0,02		
Brasil					0,02	0,02		
José Moreira da Cruz	0,23				0,25			0,23
Brasil	0,23				0,25			0,23
José Moreira Garcês				2,97				0,5
Brasil				2,97				0,5
José Nogueira dos Santos					1,46			
Brasil					1,46			
José Oliveira Leal	40,83							
Irlanda	40,83							
José Pedro Celestino Velho	2,49							
Territórios Germânicos	2,49							

José Pedro Maia			0,5					
Brasil			0,5					
José Peixoto de Araújo						1		
Brasil						1		
José Peixoto de Melo								16
Brasil								16
José Pereira Cardoso	0,5							0,71
Brasil	0,5							0,71
José Pereira da Costa				0,25				
Brasil				0,25				
José Pereira da Silva	1,09				0,25			
Brasil	1,09				0,25			
José Pereira de Abreu	1,98					0,5		0,23
Brasil	1,98					0,5		0,23
José Pereira de Araújo	0,75							
Brasil	0,75							
José Pereira de Carvalho				2				
Brasil				2				
José Pereira de Faria								32
Brasil								32
José Pereira de Sousa			0,25					
Brasil			0,25					
José Pereira dos Reis					0,49			
Brasil					0,49			
José Pereira dos Santos				0,5	1			0,44
Brasil				0,5	1			0,44
José Pereira Ferraz	29							
Inglaterra	28							
Itália	1							
José Pereira Lavra				0,25				
Brasil				0,25				
José Pereira Leitão			0,25					
Brasil			0,25					
José Pereira Miranda				0,23				
Brasil				0,23				
José Pereira Neto				0,5				
Brasil				0,5				
José Pereira Pinto			6					
Brasil			6					
José Pereira Salazar					0,5			
Brasil					0,5			
José Pereira Soares				2	2			
Brasil				2	2			
José Pinheiro Rego Guimarães								0,75

Brasil								0,75
José Pinto								4
Brasil								4
José Pinto da Costa	1							
Inglaterra	1							
José Pinto da Cunha			0,5					
Brasil			0,5					
José Pinto da Cunha Godinho	6							
Inglaterra	6							
José Pinto da Fonseca			0,25					
Brasil			0,25					
José Pinto Leal						2		
Brasil						2		
José Pinto Lopes			0,25	3				0,94
Brasil			0,25	3				0,94
José Pinto Machado				1		0,05		
Brasil						0,05		
Irlanda				1				
José Pinto Monteiro	6047,79					1		17,5
América Inglesa	40,75							
Angola	26							
Brasil	122,07					1		14
Inglaterra	2175,5							
Irlanda	3616,69							3,5
Noruega	50							
Outros	4							
Suécia	1,53							
Territórios Germânicos	11,25							
José Pinto Rosa						0,5		
Brasil						0,5		
José Ribeiro Braga	890,75			2				17,7
América Inglesa	32							
Brasil	1,75			2				17,7
Inglaterra	561							
Irlanda	296							
José Ribeiro da Fonseca								0,09
Territórios Germânicos								0,09
José Ribeiro de Brito	53			2,75				4,89
Brasil	40			2				4,89
Inglaterra	13			0,75				
José Ribeiro de Lemos								60
Brasil								60
José Rocha					2			
Brasil					2			

José Rodrigues Basto				0,19				
Brasil				0,19				
José Rodrigues Botelho	0,25							
Brasil	0,25							
José Rodrigues Guimarães				1	1,5			
Brasil					1,5			
Territórios Germânicos				1				
José Rodrigues Pinheiro								4
Brasil								4
José Rodrigues Póvoas					0,49			
Brasil					0,49			
José Teixeira Barbosa	0,25							
Brasil	0,25							
José Teixeira Guimarães	0,25							10
Brasil	0,25							10
José Teles de Araújo				3,5	0,24			0,19
Brasil					0,24			
Rússia				3,5				0,19
José Ventura Ferreira				1,5				
Brasil				1,5				
José Ventura Fortuna			0,5	3,5				1,42
Brasil			0,5	3,5				1,42
José Vicente da Fonseca e Gouveia	0,23							
Brasil	0,23							
José Vicente de Castro				0,25				
Irlanda				0,25				
José Vicente Pereira				1				
Brasil				0,5				
Rússia				0,5				
José Vieira				0,5				
Brasil				0,5				
José Vieira da Costa	16,5		0,25					
Brasil	0,5		0,25					
Holanda	16							
José Vieira de Azevedo	95				1			0,3
Brasil					1			0,3
Inglaterra	95							
José Vieira de Castro								0,25
Brasil								0,25
José Vieira Lisboa			0,5					
Brasil			0,5					
Josefa Luísa					0,44			0,09
Brasil					0,44			0,09
Josefa Maria Teresa	0,09							

Brasil	0,09							
Lázaro Rodrigues				1	2			0,25
Brasil				1	2			0,25
Leandro José Pinto			0,84	1,5				
Brasil			0,84	1,5				
Leite Pinheiro e Viúva Vieira				37				
Rússia				37				
Lima Ribeiro & Cª	54,56							
Rússia	54,56							
Lourenço de Araújo					0,98			
Brasil					0,98			
Lourenço de Araújo Guimarães	0,75			0,5	2			0,48
Brasil	0,75			0,5	2			0,48
Lourenço Fernandes de Sousa	0,72							
Brasil	0,72							
Lourenço José								0,19
Brasil								0,19
Lourenço José da Gama	0,03					0,01		
Brasil	0,03					0,01		
Lourenço José dos Reis				0,09				
Brasil				0,09				
Lourenço Pereira Bernardes	0,25		1	0,23	0,25			
Brasil	0,25		1	0,23	0,25			
Lourenço Vieira Bernardes				0,5				
Brasil				0,5				
Lousada Amaral Viana & Cª								105
Brasil								105
Lucas Fernandes de Castro					0,25			
Brasil					0,25			
Lucas Marques Lobo			0,75	4,5				6,18
Brasil			0,75	4,5				6,18
Luciano José da Cunha	0,23							
Brasil	0,23							
Luís Alvares da Silva				0,25				
Brasil				0,25				
Luís Alves				0,5				0,25
Brasil				0,5				0,25
Luís Alves da Rocha			4	7,75	8,25			29,88
Brasil			4	4,25	8,25			29,88
Espanha				3				
Rússia				0,5				
Luís António	10							
Brasil	10							
Luís António de Amorim	622,49			0,25				41

Brasil				0,25				41
Holanda	2,49							
Inglaterra	300							
Irlanda	320							
Luís António de Castro	13							
Inglaterra	13							
Luís António de Sousa	0,25							
Inglaterra	0,25							
Luís António de Sousa Basto	50							
Inglaterra	50							
Luís António de Sousa Reis								11
Brasil								11
Luís António de Sousa Reis e Filho	4			1,5				8,5
Brasil				1,5				8,5
Inglaterra	4							
Luís António Duarte					0,5			
Brasil					0,5			
Luís António Machado				0,25				
Brasil				0,25				
Luís António Ribeiro Braga								10
Brasil								10
Luís António Ribeiro Guimarães	0,07							2
Brasil	0,07							
Inglaterra								2
Luís António Vieira	101							4,25
Brasil								4,25
Inglaterra	56							
Irlanda	45							
Luís António Vieira Moraes	3							
Irlanda	3							
Luís Bernardo da Costa	0,5			0,25				
Brasil	0,5			0,25				
Luís Correia dos Santos	484,5				0,48			
América Inglesa	11,5							
Brasil					0,48			
Inglaterra	300							
Irlanda	170,25							
Outros	2,75							
Luís da Costa Macedo e Castro				1				
Brasil				1				
Luís da Fonseca Santos				0,25				
Brasil				0,25				
Luís da Silva Leite				1,5				0,94
Brasil				1,5				0,94

Luís da Silva Santa Ana	0,25		0,5					
Brasil	0,25		0,5					
Luís de Almeida			0,25					
Brasil			0,25					
Luís de Almeida Moraes			0,75					0,09
Brasil			0,75					0,09
Luís de Melo de Macedo				17				
Rússia				17				
Luís Duarte				0,97				
Brasil				0,47				
Inglaterra				0,5				
Luís Ferreira					0,25			0,6
Brasil					0,25			0,6
Luís Ferreira Gomes			0,25					9
Brasil			0,25					9
Luís José de Faria				0,5				0,5
Brasil				0,5				0,5
Luís Manuel da Silva	0,05							
Brasil	0,05							
Luís Manuel Virões	1,25							
Brasil	1,25							
Luís Martins da Costa				0,5				
Brasil				0,5				
Luís Martins Viana				0,47				
Brasil				0,47				
Luís Miguel Pinto e Gouveia				28				
Holanda				14				
Territórios Germânicos				14				
Luís Pereira Gaia					0,5			
Brasil					0,5			
Luís Pereira Guedes				11				
Rússia				11				
Luís Pinto Rodrigues	1		0,75					0,14
Brasil	1		0,75					0,14
Luís Rodrigues				0,25				
Brasil				0,25				
Luís Rodrigues Pinheiro	1,12		3,5					
Brasil			0,5					
Territórios Germânicos	1,12		3					
Luís Rodrigues Pinheiro & Cª			1					
Brasil			1					
Manuel Alvares				0,14	0,08			
Brasil				0,14	0,08			
Manuel Alvares Barbosa	95,7		2	266,5	3,5			51,27

América Inglesa	5							
Ásia	3,7			2				7
Brasil			2	263	3,5			44,08
Inglaterra	71							
Irlanda	16							
Rússia				1,5				0,19
Manuel Alvares Carneiro	0,5		1,25	3,03				20
Brasil	0,5		1,25	3,03				20
Manuel Alvares da Cruz	193,25							
Inglaterra	109							
Irlanda	63,25							
Territórios Germânicos	21							
Manuel Alvares de Sousa Carqueija	0,5		4	7				
Brasil			4	5,5				
Inglaterra	0,5							
Irlanda				0,5				
Rússia				1				
Manuel Alvares Pinto	19							
Brasil	10							
Inglaterra	9							
Manuel Alvares Pinto Vilar	40							
América Inglesa	3							
Angola	11							
Rússia	26							
Manuel Alves Carqueija	1,5							
Holanda	0,5							
Inglaterra	1							
Manuel Alves da Costa					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel Alves da Cruz Rios	0,25				0,5			
Brasil	0,25				0,5			
Manuel Alves da Silva					2			
Brasil					2			
Manuel Alves de Carvalho	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Alves de Sousa	0,49				0,5			
Brasil					0,5			
Holanda	0,49							
Manuel Alves Machado					1			
Brasil					1			
Manuel Alves Patrício			1					
Brasil			1					
Manuel Alves Rodrigues Nunes				0,16				
Brasil				0,16				

Manuel António Álvaro				0,33				
Brasil				0,33				
Manuel António Álvaro Pinto da Fonseca	0,94		0,44					
Brasil	0,94		0,44					
Manuel António Alves Pinto					0,25			
Brasil					0,25			
Manuel António Alvo					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel António Amaro	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel António Araújo					0,25			
Brasil					0,25			
Manuel António Barbosa						0,5		
Brasil						0,5		
Manuel António Cardoso								11
Brasil								11
Manuel António Cardoso Figueiredo	0,19							
Brasil	0,19							
Manuel António da Costa								2
Brasil								2
Manuel António da Costa Guimarães	272							48
Angola	5							
Brasil								48
Holanda	10							
Inglaterra	120							
Irlanda	119							
Rússia	16							
Territórios Germânicos	2							
Manuel António da Costa Silva	0,28		1	0,25				0
Brasil	0,25		1	0,25				
Inglaterra	0,03							0
Manuel António da Mota					0,5			0,75
Brasil					0,5			0,75
Manuel António de Araújo	11,49		4,75	24,56	0,75			23,25
Brasil	11,49		4,75	24,56	0,75			23,25
Manuel António de Barros			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel António de Matos			0,5					
Brasil			0,5					
Manuel António Fernandes								11
Brasil								11
Manuel António Gomes				16				
Holanda				16				
Manuel António Lopes Moreira				6				

Rússia				6				
Manuel António Nogueira								3
Brasil								3
Manuel António Pereira dos Santos			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel António Teixeira de Moraes				6				
Territórios Germânicos				6				
Manuel Barbosa				0,5	0,03			
Brasil				0,5	0,03			
Manuel Botelho Teixeira				8				
Holanda				8				
Manuel Caetano dos Santos	0,5							
Brasil	0,5							
Manuel Caetano Ferreira de Santo Agostinho			16	0,28				
Brasil			16	0,28				
Manuel Carneiro dos Santos				1,25				0,25
Brasil				1,25				0,25
Manuel Carneiro Ribeiro	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Carneiro Silva	0,23							
Brasil	0,23							
Manuel Carvalho da Silva	1					0,51		
Brasil	1					0,51		
Manuel Coelho Basto								80
Brasil								80
Manuel Coelho da Rocha	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Coelho da Silva			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel Correia Dias de Sampaio	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Correia Silva					1			
Brasil					1			
Manuel Crisóstomo								0,19
Brasil								0,19
Manuel Crisóstomo da Fonseca			0,5					0,42
Brasil			0,5					0,42
Manuel da Costa				1,25				2
Brasil				0,25				2
Rússia				1				
Manuel da Costa Barros					1			
Brasil					1			
Manuel da Costa Basto	2,25			0,5	2			
Brasil	2,25			0,5	2			

Manuel da Costa Brandão	57							
Holanda	2							
Inglaterra	1							
Rússia	54							
Manuel da Costa Silva								3
Brasil								3
Manuel da Cunha Vale			0,5		1			
Brasil			0,5		1			
Manuel da Fonseca, cirurgião					0,09			
Brasil					0,09			
Manuel da Graça	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel da Luz				0,23				
Brasil				0,23				
Manuel da Mota	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel da Mota de Carvalho						0,03		
Brasil						0,03		
Manuel da Silva					1,49			
Brasil					1,49			
Manuel da Silva Belem			0,5					
Brasil			0,5					
Manuel da Silva Chedas	1			1,5				0,37
Brasil	1			1,5				0,37
Manuel da Silva Coutinho						30		
Holanda						30		
Manuel da Silva Lima				1				
Brasil				0,5				
Rússia				0,5				
Manuel da Silva Machado					2			
Brasil					2			
Manuel da Silva Monteiro								0,39
Brasil								0,39
Manuel da Silva Pampolina	30							
Inglaterra	30							
Manuel da Silva Passos								2
Brasil								2
Manuel da Veiga Campos	38,25							
América Inglesa	38							
Brasil	0,25							
Manuel de Almeida Pinto	91							
Inglaterra	75							
Irlanda	16							
Manuel de Azevedo				0,5				

Brasil				0,5				
Manuel de Azevedo Maia					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel de Basto de Almeida Torres						1		
Brasil						1		
Manuel de Brito	2							
Inglaterra	2							
Manuel de Campos Francisco Albuquerque					0,09			
Brasil					0,09			
Manuel de Carvalho	0,84			0,19				
Brasil				0,19				
Itália	0,84							
Manuel de Figueiroa Pinto	0,56			0,55		0,05		
Brasil	0,56			0,55		0,05		
Manuel de Medeiros					1			0,5
Brasil					1			0,5
Manuel de Meireles Sousa	0,5				0,46			0,25
Brasil	0,5				0,46			0,25
Manuel de Pinho e Silva	0,25			0,07				
Brasil	0,25			0,07				
Manuel de Sá Brandão	1							
Brasil	1							
Manuel de Sá e Sousa				0,47				
Brasil				0,47				
Manuel de Sá Monteiro	138		2	14		0,5		1,17
Brasil			2	12				1,17
Inglaterra	138							
Rússia				2		0,5		
Manuel de Sampaio			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel de Sousa Carqueija				0,5				0,75
Brasil				0,5				0,75
Manuel de Sousa e Silva	50							
América Inglesa	32							
Inglaterra	18							
Manuel de Sousa Machado					0,05			
Brasil					0,05			
Manuel de Sousa Monteiro	0,5				0,19			
Brasil	0,5				0,19			
Manuel de Sousa Nogueira					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel de Sousa Pinto	17,25			71,25				1
Brasil				19				
Holanda								1

Inglaterra	17,25			0,25				
Rússia				52				
Manuel de Sousa Pires				5,5	8,5	0,05		40,89
Brasil				5	8,5			40,89
França				0,25				
Inglaterra				0,25		0,05		
Manuel de Sousa Silva	60				0,05	0		
Brasil					0,05	0		
Rússia	60							
Manuel de Veiga Campos								0,5
Brasil								0,5
Manuel Dias Baião					2,25			
Brasil					2,25			
Manuel Dias Duarte					0,25			
Brasil					0,25			
Manuel Dias Monteiro	105,5							
Inglaterra	105,5							
Manuel do Nascimento	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel do Nascimento Pereira Dias	3,8		0,5	1,75				0,6
Brasil	3,8		0,5	1,75				0,6
Manuel Domingues					0,05			
Brasil					0,05			
Manuel Domingues Torres	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel dos Anjos	220,25							
América Inglesa	6							
Espanha	120							
Inglaterra	53,25							
Irlanda	41							
Manuel Duarte Pereira Guimarães				0,25				
França				0,25				
Manuel Esteves Alves				1	0,07	0,02		0,19
Brasil				1	0,07	0,02		0,19
Manuel Felizardo				1				
Brasil				1				
Manuel Fernandes Betencourt	1,5			0,5				
Rússia	1,5			0,5				
Manuel Fernandes Varziella				1				
Brasil				1				
Manuel Ferreira								0,25
Territórios Germânicos								0,25
Manuel Ferreira Barbosa					3			
Brasil					3			

Manuel Ferreira da Cruz			0,25					
Angola			0,25					
Manuel Ferreira da Silva					2			
Brasil					2			
Manuel Ferreira da Silva e José Cardoso Pontes				18				
Holanda				10				
Rússia				8				
Manuel Ferreira da Silva e seu cunhado				12				
Territórios Germânicos				12				
Manuel Ferreira da Silva Guimarães					2,09			
Brasil					2,09			
Manuel Ferreira de Araújo				0,44				
Brasil				0,44				
Manuel Ferreira de Carvalho					0,19	0,14		
Brasil					0,19	0,14		
Manuel Ferreira de Oliveira	1,67		0,5	0,09				
Brasil	1,67		0,5	0,09				
Manuel Ferreira de Paiva	1							
Brasil	1							
Manuel Ferreira dos Guimarães	5188,72			0,47	0,64	0,25		35
América Inglesa	102,5							
Brasil	59			0,47	0,64	0,25		35
Espanha	5							
Holanda	22,75							
Inglaterra	4612,97							
Irlanda	380							
Territórios Germânicos	6,5							
Manuel Ferreira dos Santos	357,5			1				0,53
Brasil				1				0,25
Inglaterra	357,5							0,28
Manuel Ferreira Oliveira					0,23			
Brasil					0,23			
Manuel Ferreira Velho	7,24			0,48	0,89			0,25
Brasil	0,5			0,25	0,89			0,25
Rússia				0,23				
Territórios Germânicos	6,74							
Manuel Francisco					0,23			
Brasil					0,23			
Manuel Francisco Correia				0,75				
Brasil				0,75				
Manuel Francisco da Silva	0,5							
Brasil	0,5							
Manuel Francisco de Freitas Guimarães								8
Brasil								8

Manuel Francisco de Macedo					0,75			
Brasil					0,75			
Manuel Francisco de Pinho			0,5					30
Brasil			0,5					30
Manuel Francisco dos Santos Cardoso				0,5				
Brasil				0,5				
Manuel Francisco dos Santos Seixas	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Francisco Ferraz Costa				0,25				
Itália				0,25				
Manuel Francisco Gomes				0,25	2			0,5
Brasil					2			0,5
Holanda				0,25				
Manuel Francisco Guimarães	996,06		2,25	13				58,33
Brasil	0,5		2,25	12,25				58,33
Holanda	5,31							
Inglaterra	951			0,25				
Irlanda	39			0,5				
Territórios Germânicos	0,25							
Manuel Francisco Pereira	3							
Inglaterra	3							
Manuel Francisco Pinheiro	0,25			2,5	0,5			3
Brasil	0,25			2,5	0,5			3
Manuel Francisco Ribeiro				0,25				
Brasil				0,25				
Manuel Francisco Ribeiro Guimarães								12
Brasil								12
Manuel Francisco Rodrigues								4
Brasil								4
Manuel Francisco Soares				0,25	0,32	0,03		0,3
Brasil				0,25	0,32	0,03		0,3
Manuel Garcia de Aguiar e Silva	436							
América Inglesa	20							
Irlanda	416							
Manuel Garcia de Aguiar e Silva & Cª				55				
Brasil				30				
Rússia				25				
Manuel Gomes dos Santos				0,07				
Brasil				0,07				
Manuel Gomes Lobeiro				4				
Holanda				4				
Manuel Gomes Ribeiro	170,14							
Inglaterra	143							
Irlanda	25,25							

Territórios Germânicos	1,89							
Manuel Gonçalves					1	0,02		
Brasil					1	0,02		
Manuel Gonçalves da Costa				4,5	2			
Brasil				4,5	2			
Manuel Gonçalves da Silva					0,25			
Brasil					0,25			
Manuel Gonçalves de Araújo				1				
Brasil				1				
Manuel Gonçalves Lima	1			1				
Brasil	1			1				
Manuel Henrique da Silva			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel Inácio Pereira da Costa	202,5							11
Brasil	1,5							11
Holanda	7							
Inglaterra	159							
Rússia	5							
Territórios Germânicos	30							
Manuel Inácio Teixeira								18
Brasil								18
Manuel Joaquim de Azevedo	164							
América	11							
Inglaterra	148							
Itália	1							
Rússia	4							
Manuel Joaquim Lembrout				0,25				
Brasil				0,25				
Manuel Joaquim Ramos	0,25							0,14
Brasil	0,25							0,14
Manuel José	0,09							
Brasil	0,09							
Manuel José Alves Viana			0,25					
Brasil			0,25					
Manuel José Barbosa								5
Brasil								5
Manuel José Carneiro								8
Brasil								8
Manuel José da Cunha				1	0,25			7
Brasil				1	0,25			7
Manuel José da Rocha								28
Brasil								28
Manuel José da Silva e Sousa								3
Brasil								3

Manuel José de Amorim	70,93							
Inglaterra	70,93							
Manuel José de Araújo Basto				98,5				
Brasil				2,5				
Territórios Germânicos				96				
Manuel José de Campos	1,25		0,5	11				27,35
Brasil	1,25		0,5	11				27,35
Manuel José de Campos Graça								0,23
Brasil								0,23
Manuel José de Carvalho	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel José de Freitas Guimarães								0,23
Brasil								0,23
Manuel José de Matos				1,5				
Brasil				1,5				
Manuel José de Oliveira Souto	2			0,5				0,24
Brasil	2			0,5				0,24
Manuel José de Sousa Melo								4,5
Brasil								2,5
Inglaterra								2
Manuel José Dias Ferreira								4
Brasil								4
Manuel José Dias Guimarães								25
Brasil								25
Manuel José Estácio Brandão			0,25	1	0,25			5
Brasil			0,25	1	0,25			5
Manuel José Fernandes				0,23				14
Brasil				0,23				14
Manuel José Fernandes & Cª								9
Brasil								9
Manuel José Fernandes da Rocha								5
Brasil								5
Manuel José Gomes					0,49			0,23
Brasil					0,49			0,23
Manuel José Leal	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel José Machado				0,14				
Brasil				0,14				
Manuel José Machado de Oliveira								6
Brasil								6
Manuel José Rebelo Basto	0,37							
Brasil	0,37							
Manuel José Ribeiro da Silva	0,5							
Brasil	0,5							

Manuel José Ribeiro Guimarães	4							
Inglaterra	4							
Manuel José Rodrigues Pena								1
Brasil								1
Manuel José Veloso	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel José Veloso Rebelo								28
Brasil								28
Manuel José Viana					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel Lopes da Cunha					0,75			
Brasil					0,75			
Manuel Lopes Ferraz	1				0,25			
Brasil	1				0,25			
Manuel Lopes Ferraz e Filho				0,25				
Brasil				0,25				
Manuel Lopes Loureiro	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Lopes Ribeiro Guimarães	232,89		4,5	15		1		9,25
Brasil	27		0,5	15		1		9,25
França	1							
Holanda	0,25							
Inglaterra	124,8							
Irlanda	74							
Rússia	4		4					
Territórios Germânicos	1,84							
Manuel Lopes Trindade				0,28				
Brasil				0,28				
Manuel Lourenço Mendes	30							
América Inglesa	30							
Manuel Luís Cardoso	0,5			0,37				
Brasil	0,5			0,37				
Manuel Luís Coelho								3
Brasil								3
Manuel Luís Coelho de Almeida	0,42							0,09
Brasil	0,42							0,09
Manuel Luís Cruz					0,25			
Brasil					0,25			
Manuel Luís de Magalhães			1	10,5				19,14
Brasil			1	10,5				19,14
Manuel Luís Gaioso	0,75							
Espanha	0,75							
Manuel Luís Galvão								10
Brasil								10

Manuel Luís Gonçalves de Vila Nova				1				
Brasil				1				
Manuel Luís Pacheco	0,14							0,25
Brasil	0,14							0,25
Manuel Luís Porto					1			
Brasil					1			
Manuel Luz	0,09							
Brasil	0,09							
Manuel Machado					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel Martins Couto	105,5			0,25				21,33
Brasil	1,5			0,25				21,33
Inglaterra	89							
Irlanda	15							
Manuel Martins de Abreu				0,47				
Brasil				0,47				
Manuel Martins Monteiro	10,75		5,84	19,69				12,22
Brasil	10,75		5,84	19,19				11,85
Rússia				0,5				0,37
Manuel Mendes de Morais e Castro	0,25							1,16
Brasil	0,25							1,16
Manuel Mendes de Oliveira	0,5		0,25	0,23				17
Brasil	0,5		0,25	0,23				17
Manuel Monteiro e outros				2				
Brasil				2				
Manuel Monteiro Pereira	281,5			1				
Angola	4							
Brasil	12			1				
Inglaterra	161							
Irlanda	104,5							
Manuel Moreira da Costa	4							
Inglaterra	4							
Manuel Moreira Godinho				0,5				
Brasil				0,5				
Manuel Peixoto da Silva						0,03		
Brasil						0,03		
Manuel Pereira					1			
Brasil					1			
Manuel Pereira Dias do Nascimento								0,59
Brasil								0,59
Manuel Pereira da Costa	1							
Irlanda	1							
Manuel Pereira Ramos	34							1,8
Brasil								1,8

Inglaterra	21							
Irlanda	13							
Manuel Pereira Soares	0,5							
Inglaterra	0,5							
Manuel Pereira Viana de Lima	912							
Inglaterra	25							
Irlanda	887							
Manuel Pinto de Oliveira				11				
Rússia				11				
Manuel Pinto Francisco					0,5			
Brasil					0,5			
Manuel Pinto Franco								0,5
Brasil								0,5
Manuel Portugal Calhorda	771,6			117				0,53
América Inglesa	1,09							0,25
Brasil	0,14							
Inglaterra	721,37							0,28
Irlanda	43							
Rússia	6			117				
Manuel Ribeiro Braga	0,19			0,25				
Brasil	0,19			0,25				
Manuel Ribeiro de Mesquita Pinto	467							
Inglaterra	467							
Manuel Rodrigues	0,09							
Brasil	0,09							
Manuel Rodrigues Bento				0,75				
Brasil				0,75				
Manuel Rodrigues de Faria	0,14							3
Brasil	0,14							3
Manuel Rodrigues Nunes	0,25		0,25	1,57				
Brasil	0,25		0,25	1,57				
Manuel Rodrigues Pacheco	0,25							
Brasil	0,25							
Manuel Rodrigues Pimentel	8							
Inglaterra	8							
Manuel Rodrigues Souto	0,23			0,31				
Brasil	0,23			0,31				
Manuel Rodrigues Vidal				1				
Brasil				1				
Manuel Sousa Machado					0,23			
Brasil					0,23			
Manuel Teixeira				2				
Brasil				2				
Manuel Teixeira dos Santos						1		

Brasil					1		
Manuel Tomás de Figueiredo Rocha Pinto	0,5	0,25	1	3			
Brasil	0,5	0,25	1	3			
Manuel Vaz Carneiro		0,5	3,68				
Brasil		0,5	3,68				
Manuel Vaz Carneiro, herdeiros		0,5					
Brasil			0,5				
Manuel Vaz de Mesquita		6					
Rússia		6					
Manuel Velho Carpinteiro		0,49					
Brasil			0,49				
Manuel Veloso Tavares	0,23						
Brasil	0,23						
Manuel Ventura Pinheiro	1,23						
Brasil	0,23						
Inglaterra	1						
Manuel Xavier Ribeiro da Granja		8					
Rússia		8					
Manuel Xavier Ribeiro de Vilarinho		13					
Territórios Germânicos		13					
Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho		5					
Rússia		5					
Marcelino Alves de Oliveira	6,5						
Inglaterra	6,5						
Marcos José da Graça		0,5					
Brasil		0,5					
Marcos José de Matos		8		1			
Brasil		8		1			
Maria da Graça Sousa Monteiro				0,5			
Brasil				0,5			
Maria Josefa de Jesus		0,09					
Brasil		0,09					
Maria Raimunda		0,44					
Brasil		0,44					
Maria Teresa de Oliveira	0,5	12					
Brasil	0,5	12					
Maria Teresa do Couto		0,25					
Brasil		0,25					
Maria Teresa do Sacramento	0,05			0,23			
Brasil	0,05			0,23			
Mariana Josefa		0,25					
Brasil		0,25					
Mariana Teresa		0,05					
Brasil		0,05					

Martinho Lopes					0,49			
Brasil					0,49			
Mateus dos Santos					1			
Brasil					1			
Mateus Pereira					0,25			
Brasil					0,25			
Matias da Fonseca	0,25				0,25			
Brasil	0,25				0,25			
Matos Teixeira e Empson	250							
América Inglesa	250							
Mello e Neiva				9,75				2,25
Brasil				9				2,25
Inglaterra				0,75				
Mello e Neiva & Cª	219,25			1,5				33,5
Brasil				1,5				33,5
Inglaterra	207,25							
Territórios Germânicos	12							
Miguel António da Costa								5
Brasil								5
Miguel da Costa Faria	0,25				0,5			
Brasil	0,25				0,5			
Miguel Dias da Cruz	12,48			9	4			3,9
Brasil	0,48			6,5	4			3,9
Inglaterra	12							
Rússia				2,5				
Miguel dos Santos					1			
Brasil					1			
Miguel Pereira de Barros	5,37			2				0,39
Brasil	5,37			2				0,39
Miguel Setaro				0,25				
Rússia				0,25				
Miguel Vicente Brandão Vilas Boas	0,98			0,51				
Brasil	0,98			0,51				
Murph e Freitas	50							
Irlanda	50							
Nicolau dos Santos	1							
Inglaterra	1							
Nicolau Joaquim Pereira	71,5			14		9,4		10,19
Brasil	31,5			13		9,4		10,19
Irlanda	40							
Rússia				1				
Nuno Alvares Pereira					0,16			
Brasil					0,16			
Oliveira Faria								23

Brasil								23
Oliveira Faria & Cª								102
Brasil								102
Oliveira Souto e Moura								0,33
Brasil								0,33
Padre António de Sousa Rosa				0,25				
Brasil				0,25				
Padre António Ferreira da Cruz					0,24			
Brasil					0,24			
Padre António José					0,5			
Brasil					0,5			
Padre António José Ferreira	0,5			0,23	0,59	0,05		0,5
Brasil	0,5			0,23	0,59	0,05		0,5
Padre António José Ribeiro			0,23		2			0,39
Brasil			0,23		2			0,39
Padre António Teixeira				8	0,19			
Brasil					0,19			
Territórios Germânicos				8				
Padre Bento José dos Santos					0,24			
Brasil					0,24			
Padre Bernardo de Melo				0,5				
Brasil				0,5				
Padre Caetano José Ferreira					0,23			
Brasil					0,23			
Padre Caprlão João da Expectação					1			
Brasil					1			
Padre Custódio Barbosa			0,25	0,25				
Brasil			0,25	0,25				
Padre Custódio de S. Luís	0,5							
Brasil	0,5							
Padre Custódio Gomes					0,05			
Brasil					0,05			
Padre Custódio Marques					0,07			
Brasil					0,07			
Padre Domingos José Teixeira			0,25					
Brasil			0,25					
Padre Domingos Peres Ferreira					1,25			
Brasil					1,25			
Padre Felix Rodrigues				0,56				
Brasil				0,56				
Padre Fernando António Madureira					1,64			
Brasil					1,64			
Padre fr Bernardo de Santo Angelo	1		6					
Brasil	1		6					

Padre fr José do Desterro	1,06		11	33,38	23			
Brasil	1,06		11	33,38	23			
Padre fr Manuel de Santa Rosa			17	5				1
Brasil			17	5				1
Padre Francisco Martins Cerqueira					0,24			
Brasil					0,24			
Padre Geral da Província da Conceição do Rio					9			
Brasil					9			
Padre Gregório Dias				0,09				
Brasil				0,09				
Padre Jerónimo José Ribeiro				1				
Brasil				1				
Padre João António Gonçalves					2,5			
Angola					2,5			
Padre João Pinheiro				0,25	0,09	0,14		
Brasil				0,25	0,09	0,14		
Padre João Pinto					0,23			
Brasil					0,23			
Padre João Pinto Ferreira					0,25			
Brasil					0,25			
Padre João Teixeira da Rocha				41				
Brasil				10				
Rússia				31				
Padre João Teixeira de Lemos	0,25							
Brasil	0,25							
Padre Joaquim Fernandes Barbosa				0,09				
Brasil				0,09				
Padre Joaquim Gomes Sobral			0,25					
Brasil			0,25					
Padre José Baptista da Costa					0,09			
Brasil					0,09			
Padre José Cardoso						0,28		
Brasil						0,28		
Padre José Clemente								2,5
Brasil								2,5
Padre José de Miranda				0,02		0,02		
Brasil				0,02		0,02		
Padre José de Pinho Almeida Lima			0,25					0,09
Brasil			0,25					0,09
Padre José Gomes					0,7			
Brasil					0,7			
Padre José Gomes de Sá				0,7				
Brasil				0,7				
Padre José Martins de Sousa			0,5					

Brasil			0,5					
Padre José Pinto Pereira			0,25					
Brasil			0,25					
Padre Luís António				0,25				
Brasil				0,25				
Padre Luís António da Cunha	0,14							
Brasil	0,14							
Padre Manuel António					0,25			
Brasil					0,25			
Padre Manuel Betencour	1,75							0,25
Brasil	1,75							0,25
Padre Manuel da Costa				0,75	0,25			
Brasil				0,75	0,25			
Padre Manuel Filipe da Silva				0,23				
Brasil				0,23				
Padre Manuel Francisco Barros				0,05				
Brasil				0,05				
Padre Manuel Henriques				7	0,23			
Brasil					0,23			
Rússia				7				
Padre Manuel José de Oliveira				0,51				
Brasil				0,51				
Padre Manuel Lopes					0,99	0,09		0,01
Brasil					0,99	0,09		0,01
Padre Manuel Lopes de Sousa					0,5			
Brasil					0,5			
Padre Manuel Moreira					0,25			
Brasil					0,25			
Padre Manuel Rebelo da Mota				0,05				
Brasil				0,05				
Padre Manuel Teixeira Flores					0,25			
Brasil					0,25			
Padre Marcelino Francisco Roiz					0,23			
Brasil					0,23			
Padre Paulo José					0,25			
Brasil					0,25			
Padre prior do Carmo			6	3				
Brasil			6	3				
Padre prior dos Carmelitas Descalços			11					
Brasil			11					
Padre procurador de Pernambuco				4,94				
Brasil				4,94				
Padre Sebastião Pinto Dias				1,45				
Brasil				1,45				

Paulo Jacob				1				
Territórios Germânicos				1				
Pedro da Silva Belém				6,5	0,25			
Brasil				6,5	0,25			
Pedro do Rosário					0,05			
Brasil					0,05			
Pedro do Rosário Ribeiro				0,25	0,82			0,57
Brasil				0,25	0,82			0,57
Pedro Gil e Salazar				1,25				
Brasil				1,25				
Pedro Jacinto	1							
Irlanda	1							
Pedro João					0,74			
Brasil					0,74			
Pedro José de Faria					0,25			0,19
Brasil					0,25			0,19
Pedro Lopes				12				
Holanda				12				
Pedro Luís da Rosa	1							
Brasil	1							
Pedro Marinho da Costa					1			
Brasil					1			
Pedro Martins Gonçalves			0,5		0,5		12	0,5
Brasil			0,5		0,5			0,5
Territórios Germânicos							12	
Pedro Mavinhé da Costa	1460,44			1	1			11,5
América Inglesa	141,97							
Brasil					1			
Inglaterra	578,22			1				11,5
Irlanda	734,25							
Não identificado	3							
Territórios Germânicos	3							
Pedro Pereira Basto	0,25							
Brasil	0,25							
Pedro Rafael de Burgos	0,5							
Brasil	0,5							
Pedro Setaro	1,25							
Inglaterra	1							
Territórios Germânicos	0,25							
Prior do Colégio de S. Lourenço			2					
Brasil			2					
Prior dos Carmelitas de Pernambuco	10,25							1
Brasil	10,25							1
Prior dos Carmelitas Descalços da Cidade da Baía			6					

Brasil			6					
Procurador da Província da Conceição do Rio de Janeiro			5					
Brasil			5					
Procurador da Província de S. António da Baía			4					
Brasil			4					
Procurador do Convento da Conceição Rio de Janeiro			2					
Brasil			2					
Procurador dos Religiosos da Província de Sto António do Brasil	2,5		23,75	0,09				
Brasil	2,5		23,75	0,09				
Provedor Barnabé Veloso Barreto de Miranda	0,5			0,7				
Brasil				0,7				
Inglaterra	0,5							
Raimundo José de Carvalho Guedes	0,5							
Brasil	0,5							
Raimundo Justiniano Graça					1			0,39
Brasil					1			0,39
Reverendo Álvaro Leite Pereira do Lago						0,03		
Brasil						0,03		
Reverendo António Alves Rocha					1,25			
Brasil					1,25			
Reverendo António da Costa					0,05	0,02		
Brasil					0,05	0,02		
Reverendo António de Almeida Coutinho				10				
Brasil				10				
Reverendo António Duarte	0,5							
Brasil	0,5							
Reverendo António Rodrigues				13				
Rússia				13				
Reverendo Baptista António					0,25			
Brasil					0,25			
Reverendo Bento Pinheiro					0,5			
Brasil					0,5			
Reverendo Carlos da Silva				0,23				
Brasil				0,23				
Reverendo Custódio Pinto e Sousa				0,23				
Brasil				0,23				
Reverendo Domingos Dias de Carvalho			0,09					
Brasil			0,09					
Reverendo Dr. Felix Martins				0,25				
Brasil				0,25				
Reverendo Inácio José de Mansilha e Almeida				12				
Rússia				12				

Reverendo João António de Almeida Pontes				0,02		0,01		
Brasil				0,02		0,01		
Reverendo João da Natividade				20				
Holanda				20				
Reverendo João da Silva Paranhos				0,5				
Brasil				0,5				
Reverendo João Francisco Pereira de Magalhães	0,25							
Brasil	0,25							
Reverendo João Jorge				0,05	0,24			
Brasil				0,05	0,24			
Reverendo João Lopes				21				
Rússia				21				
Reverendo João Ribeiro Bacellar	0,19							
Itália	0,19							
Reverendo João Soares				0,19		0,01		
Brasil				0,19		0,01		
Reverendo Joaquim António Correia					0,14			
Brasil					0,14			
Reverendo Joaquim José da Silva								0,16
Brasil								0,16
Reverendo José Joaquim do Vale			0,25					
Brasil			0,25					
Reverendo José Teixeira Duarte			0,25					
Brasil			0,25					
Reverendo Leopoldo José de França					0,23			
Brasil					0,23			
Reverendo Manuel Alves da Rocha						0,05		
Brasil						0,05		
Reverendo Manuel Alves Pco					0,05	0,05		
Brasil					0,05	0,05		
Reverendo Manuel António Taveira de Moraes				87				
Angola				67				
Territórios Germânicos				20				
Reverendo Manuel Ferreira Fonseca S. Miguel				14				
Holanda				14				
Reverendo Manuel Filipe	0,25							
Brasil	0,25							
Reverendo Manuel Joaquim de Oliveira	0,19							
Brasil	0,19							
Reverendo Manuel Teixeira					0,5			
Brasil					0,5			
Reverendo Marcos José da Graça			1					
Brasil			1					

Reverendo Pedro Soares de Barbosa				3				
Brasil				3				
Reverendo Provincial Convento Santo Antônio	0,05							
Brasil	0,05							
Reverendo Sebastião de Azevedo				0,05				
Brasil				0,05				
Reverendo Silvestre José Pinto				59				
Holanda				39				
Rússia				20				
Reverendo Teles Rodrigues Barros				0,28				
Brasil				0,28				
Ribeiro Braga e Filho	9							
Inglaterra	9							
Ribeiro Guimarães					1			
Brasil					1			
Rita Joana de Lima	0,19		0,25					
Brasil	0,19		0,25					
Rocha Ribeiro				4				4
Brasil				4				4
Rocha Ribeiro & Cª	1		3	222		54,5		0,23
Brasil	1		3	222		54,5		0,23
Rodrigo Antônio Guimarães			0,5	0,62	2,5			0,23
Brasil			0,5	0,62	2,5			0,23
Rodrigo da Silva Maia				15				
Holanda				15				
Roque Soares			0,25		0,25			
Brasil			0,25		0,25			
Rosa Maria da Conceição	0,5							
Brasil	0,5							
Salvador da Costa Braga	22,5							
Rússia	22,5							
Salvador Ferreira					0,12			
Brasil					0,12			
Salvador Francisco da Costa Braga				19				
Rússia				19				
Salvador José Fernandes								0,25
Brasil								0,25
Sargento-mor José de Sousa Melo	0,23			0,25				0,23
Brasil	0,23			0,25				0,23
Sebastião Alves Araújo	0,23							
Brasil	0,23							
Sebastião Correia de Ervedosa				10				
Rússia				10				
Sebastião de Almeida	0,09							

Brasil	0,09							
Sebastião Dias de Sousa			0,25					
Brasil			0,25					
Sebastião Ferreira	1,5							
Brasil	1,5							
Sebastião José de Almeida					2			
Brasil					2			
Sebastião José Rodrigues	0,5			1				
Brasil	0,5			1				
Sebastião Lima				0,25				0,14
Inglaterra				0,25				0,14
Sebastião Pereira de Matos	0,5			2				0,69
Brasil	0,5			2				0,69
Serafim Gomes de Oliveira				0,28		0,01		0,07
Brasil				0,28		0,01		0,07
Serafim Moreira					0,19			0,3
Brasil					0,19			0,3
Silvestre José Gomes			0,25					
Brasil			0,25					
Simão da Silva Ferraz								0,56
Brasil								0,56
Simão de Araújo Abreu	0,19							
Brasil	0,19							
Simão Gomes Coelho					0,16	0,02		
Brasil					0,16	0,02		
Soares e Pereira	22							6,25
Brasil								6,25
Inglaterra	22							
Tadeu António de Faria	40							3
Angola	40							
Brasil								3
Teixeira Pinto Rebelo	1,07							
Brasil	1,07							
Teodoro José Dias			0,25					
Brasil			0,25					
Teresa Angélica de Jesus					0,25			
Brasil					0,25			
Teresa de Assis				0,25				
Brasil				0,25				
Tomás Alves Souto	40,75							
Inglaterra	14,25							
Rússia	26,5							
Tomás Correia				0,25				
Brasil				0,25				

Tomás Correia de Carvalho	82,24						0,37
Brasil	0,74						0,37
Inglaterra	79,5						
Irlanda	2						
Tomás Correia Porto	10						
Inglaterra	10						
Tomás da Rocha Pinto	1085,97		156,25	155,2	14	13	115,32
Angola	20						
Brasil	41,22		156,25	154,45	14	13	115,32
Inglaterra	796,75			0,75			
Irlanda	30						
Territórios Germânicos	198						
Tomás da Silva Ferraz			1	0,19			
Brasil			1	0,19			
Tomás da Silva Pereira				1,25			0,59
Brasil				0,5			
Holanda				0,5			0,5
Irlanda				0,25			0,09
Tomás de Aquino Almeida	0,64						0,25
Brasil	0,64						0,25
Tomás Ferreira					0,09		
Brasil					0,09		
Tomás Ferreira da Silva	1,48			0,25	0,75		0,5
Brasil	1,48			0,25	0,75		0,5
Tomás Ferreira Pinto	0,5		0,5	0,25			
Brasil	0,5		0,5	0,25			
Tomás Gonçalves de Negreiros	1,73		2	4			
Brasil	1,73		2	4			
Tomás Gonçalves e outros							9
Brasil							9
Tomás José Ferreira Braga					0,5		
Brasil					0,5		
Tomás Tavares					0,25		
Brasil					0,25		
Tomás Tavares da Silva			0,25		0,25		
Brasil			0,25		0,25		
Tomás, Filho e Correia	32						
Inglaterra	32						
Tomé da Silva Porto							0,3
Brasil							0,3
Ventura dos Santos Pacheco			0,25	0,25			
Brasil			0,25	0,25			
Ventura José Fortuna	6			18,22	105,49		5,63
Angola					100		

Brasil				3,47	5,49			1,47
Espanha				1				4
Inglaterra				13,75				0,16
Irlanda	6							
Veríssimo Duarte					1			
Brasil					1			
Vicente Calvo				0,5				
Itália				0,5				
Vicente Ferreira	15							
Brasil	15							
Vicente José de Amorim	273							
Holanda	1							
Inglaterra	80							
Noruega	179,5							
Rússia	12,5							
Vitória Joaquina					0,25			
Brasil					0,25			
Vitorino dos Santos Ferreira			0,62					
Brasil			0,62					
Vitorino José Magalhães				1,5				
Rússia				1,5				
Vitorino José Mascarenhas				9		2,47		1,99
América				1		0,05		0,19
Inglaterra				1				0,44
Rússia				7		2,42		1,36
Viúva Oliveira Dias	1,75							
Brasil	1,75							
Viúva Souto Freitas e Filhos	75							
Inglaterra	5							
Irlanda	20							
Territórios Germânicos	50							
Total	144959,79	121,5	1230,09	5913,77	1006,69	606,37	12	5429,53

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Anexo 6 - Exportadores ingleses de produtos v nicos, em pipas, por destino (1775-1800)

Nome/Destino	Vinho de embarque	Vinho de lotação	Vinho de ramo	Aguardente	Cachaça do Brasil	Vinagre
Administradores da casa de João Nevill	1025					
Inglaterra	949					
Irlanda	74					
Terr�t�rios Germânicos	2					
Alexandre Robertson	285,54					
Inglaterra	285,54					
Archer & C�	1064,11					
América Inglesa	209,67					
Inglaterra	402,13					
Irlanda	403,5					
Terr�t�rios Germânicos	48,81					
Bartolomeu Cassey & C�	4429,33					
América Inglesa	249					
Inglaterra	1741,58					
Irlanda	2427					
Não identificado	10,5					
Outros	1,25					
Bearsley Webb	20268,23					
América Inglesa	1					
Holanda	1					
Inglaterra	20163,23					
Irlanda	51					
Terr�t�rios Germânicos	50					
Outros	2					
Bearsley Webb e Frend	4925,95					
América Inglesa	0,7					
Inglaterra	4924,25					
Não identificado	1					
Burmester Nash	1094,39					
América Inglesa	540,25					
Inglaterra	311,25					
Irlanda	229,5					
Terr�t�rios Germânicos	13,39					
Burmester Nash & C�	11268,51					5,5
América	20					
América Inglesa	778,25					
Holanda	1					
Inglaterra	8713,26					5,5
Irlanda	1596,75					

Noruega	21					
Territórios Germânicos	48,25					
Outros	90					
Campion Offley	1006,75					
América Inglesa	15					
Irlanda	971,75					
Territórios Germânicos	20					
Campion Offley & Cª	290,5					
Inglaterra	60					
Irlanda	230,5					
Campion Offley Hesketh	36265,15					
América Inglesa	79,75					
Inglaterra	34015,9					
Irlanda	1947,25					
Itália	1					
Noruega	200					
Territórios Germânicos	0,25					
Não identificado	21					
Carlos Bayer	0,25					
Territórios Germânicos	0,25					
Carlos Harris	129					
Inglaterra	110					
Irlanda	19					
Carlos Harris & Cª	2790,93					
América Inglesa	2					
Inglaterra	2788,93					
Carlos Macharty	2,25					
Inglaterra	0,25					
Irlanda	2					
Carlos Murph	1210,25					
França	0,25					
Inglaterra	149,5					
Irlanda	1058,5					
Territórios Germânicos	2					
Carlos Murph e Cª	215,75					
Irlanda	215,75					
Carlos Murph e Freitas	5					
Inglaterra	5					
Carlos Page	11345,11					0,28
América Inglesa	61					0,23
Holanda	8					
Inglaterra	10866,13					0,05
Irlanda	306,5					
Itália	8,23					
Noruega	93,5					
Territórios Germânicos	0,75					
Outros	1					
Carlos Page & Cª	1563,37					

Inglaterra	1563,37					
Claes e Bailey	1680,96					
América Inglesa	0,5					
Inglaterra	1651,72					
Irlanda	4,49					
Territórios Germânicos	0,25					
Não identificado	24					
Clemente Searle	2521,19		1			
América Inglesa	50					
Inglaterra	1816,22		1			
Irlanda	635,25					
Rússia	2					
Não identificado	15,5					
Outros	2,22					
Diogo Brett	15809,87					
América Inglesa	1341,22					
Inglaterra	13930,15					
Irlanda	531					
Noruega	4,25					
Territórios Germânicos	3,25					
Diogo Connor	447					
Inglaterra	36					
Irlanda	411					
Diogo Micham	106,7					
Dinamarca	1,25					
Inglaterra	29,45					
Irlanda	73,5					
Rússia	2					
Territórios Germânicos	0,5					
Diogo Wood	64					
Inglaterra	62					
Irlanda	2					
Duarte Molloy	9193,59				1	5
América Inglesa	0,25					
Inglaterra	1317,26				1	5
Irlanda	7451,08					
Noruega	146					
Suécia	278,5					
Territórios Germânicos	0,5					
Francisco Arcediago	2394,1					
Inglaterra	2323,78					
Irlanda	50,98					
Territórios Germânicos	1,34					
Não identificado	18					
Francisco Arcediago e sucessores-Carlos Harris	591,75					
Inglaterra	524					
Irlanda	67,25					
Outros	0,5					

Francisco Bearsley	16709,23					
América Inglesa	1,42					
Inglaterra	16620,31					
Irlanda	86					
Territórios Germânicos	1,5					
Francisco e Marcos Archer	260,72					
América Inglesa	53,5					
Inglaterra	43					
Irlanda	146,5					
Territórios Germânicos	17,72					
Francisco Young	2133,79					
Inglaterra	2132,56					
Irlanda	1,23					
Guilherme Babington	18279,07					
América	100					
América Inglesa	338,75					
França	14					
Holanda	4,25					
Inglaterra	17102,87					
Irlanda	414,5					
Itália	0,73					
Noruega	254,47					
Territórios Germânicos	4,5					
Não identificado	40,5					
Outros	4,5					
Guilherme Babington & Cª	737					
América Inglesa	20					
Inglaterra	715					
Outros	2					
Guilherme Brook	16931,64			20		
América Inglesa	429,75			20		
França	27,5					
Inglaterra	14233,67					
Irlanda	1288,47					
Noruega	898,75					
Suécia	53,5					
Guilherme Burford	12					
Irlanda	12					
Guilherme Campion	17104,61					
América	100					
América Inglesa	430					
Holanda	92					
Inglaterra	14860,2					
Irlanda	1224,67					
Noruega	390,74					
Territórios Germânicos	7					
Guilherme Myller	243					
América Inglesa	10					

Inglaterra	39					
Irlanda	194					
Guilherme Myller & Cª	118					
Irlanda	118					
Guilherme Nassau	5					
Inglaterra	5					
Guilherme Routh	294,18					
Inglaterra	246,18					
Irlanda	41					
Não identificado	7					
Guilherme Warre	32893,29					11
América Inglesa	911,07					1
Brasil	0,5					
Dinamarca	45					
Espanha	81					
França	1,5					
Holanda	17,75					
Inglaterra	24620,79					
Irlanda	6280,46					
Noruega	600,5					
Rússia	3					10
Territórios Germânicos	163					
Não identificado	22					
Outros	146,72					
Guilherme Warre & Cª	20433,98					
América Espanhola	67					
América Inglesa	53					
Dinamarca	0,5					
Holanda	8					
Inglaterra	17816,87					
Irlanda	2270,28					
Territórios Germânicos	116,5					
Outros	101,83					
Guilherme Wharton	937,91					
Holanda	11					
Inglaterra	847,45					
Irlanda	79,46					
Harris e Irmãos	4930,75					
América Inglesa	1,25					
Inglaterra	4827,25					
Irlanda	36					
Territórios Germânicos	65					
Outros	1,25					
Harris Staford	28,5					
Irlanda	28,5					
Harris Staford e Filhos	16313,64					3
América Inglesa	56,5					
Espanha	4,5					

França	1					
Holanda	2					
Inglaterra	16045,37					3
Irlanda	195,58					
Rússia	6					
Territórios Germânicos	0,69					
Outros	2					
Henrique Burmester Nash & Cª	2052,09					
Inglaterra	2052,09					
Jerónimo Campion		0,5				
Brasil		0,5				
João Allen	1537,47		10			
Angola	18					
Brasil	10,5		10			
Inglaterra	738,47					
Irlanda	757,5					
Itália	1,5					
Rússia	3					
Territórios Germânicos	8,5					
João Baptista Campion	0,25	0,25				
Brasil	0,25	0,25				
João Claes	32					
Inglaterra	32					
João Clark	37,24					
Inglaterra	37,24					
João Colling	267,51					0,05
Inglaterra	261,51					0,05
Irlanda	6					
João Cristóvão Samson	3					
Inglaterra	3					
João Daniel Erichs			0,5			
Territórios Germânicos			0,5			
João Gibson	87,73					
América Inglesa	1,75					
Inglaterra	83,48					
Irlanda	2,5					
João Hesketh	5492,63					
América Inglesa	3					
Holanda	30					
Inglaterra	5299,88					
Irlanda	103,25					
Noruega	55,5					
Territórios Germânicos	1					
João Nevill	17553,11					0,5
França	165,25					
Inglaterra	16921,87					0,5
Irlanda	143,99					
Itália	0,5					

Suécia	35				
Territórios Germânicos	286,5				
João Nevill & Filho	223,25				
Inglaterra	223,25				
João Perry	2523,78				
Holanda	21,37				
Inglaterra	1821,18				
Irlanda	677,23				
Territórios Germânicos	4				
João Roope	0,5				
Territórios Germânicos	0,5				
João Samson	391,48				
Inglaterra	212,5				
Irlanda	178,98				
João Searle	29915,38		1		0,25
América Inglesa	13,5				
Holanda	13,47				
Inglaterra	29102,91				0,25
Irlanda	764,5				
Rússia	10				
Territórios Germânicos	5		1		
Não identificado	6				
João Searle & Cª	13988,5				
América Inglesa	1				
Holanda	4				
Inglaterra	13703,25				
Irlanda	277,75				
Territórios Germânicos	2				
Outros	0,5				
João Whitehead			8		
Inglaterra			3		
Outros			5		
Jorge Wye	8417,86				
América Inglesa	817,5				
Inglaterra	7525,89				
Irlanda	70,98				
Territórios Germânicos	3,49				
Jorge Wye & Filho	4099,5				1
Inglaterra	3937,5				1
Irlanda	86				
Suécia	30				
Territórios Germânicos	46				
José Nassau	88,74				
Inglaterra	88,74				
José Perry	10376,3				0,05
América Inglesa	333				
Brasil	4,58				0,05
Inglaterra	9498,02				

Irlanda	534				
Territórios Germânicos	6,7				
José Perry & Cª	25,14				
Irlanda	25				
Rússia	0,14				
Justiniano Kerry	261,75				
Inglaterra	261,75				
Lambert Kingston	27945,55				
América	1				
América Inglesa	25				
Dinamarca	35				
Holanda	77				
Inglaterra	16500,82				
Irlanda	10215,75				
Noruega	353,5				
Suécia	357				
Territórios Germânicos	379,48				
Outros	1				
Lambert Kingston & Cª	4801,33				
Dinamarca	20				
Holanda	80				
Inglaterra	3426,33				
Irlanda	946,5				
Noruega	328,5				
Lovel Penell	585,73			3,09	0,09
América Inglesa	2,5			0,09	0,09
Inglaterra	582,23			3	
Irlanda	1				
Neuman Land	118,83				
Irlanda	118,83				
Neuman Land e Hunt	20285,94				
América Inglesa	964,13				
Brasil	0,19				
Inglaterra	14791,55				
Irlanda	4436,32				
Suécia	90				
Outros	3,75				
Offley Campion	0,5				
América Inglesa	0,5				
Offley Campion & Cª	555				
Irlanda	554,75				
Itália	0,25				
Offley Campion Hesketh	4149,75				
Espanha	50				
Inglaterra	2801,75				
Irlanda	1298				
Offley Campion Hesketh & Cª	18914,4				
América Inglesa	1				

Inglaterra	18621,9					
Irlanda	260,5					
Não identificado	31					
Page & Cª	527					
Inglaterra	517					
Irlanda	10					
Paulo White	382,71					
Inglaterra	299,71					
Irlanda	81					
Itália	2					
Pennell e Smith	15247,97					
América Inglesa	209,8					
Dinamarca	110					
Espanha	80,25					
França	0,5					
Inglaterra	8022,38					
Irlanda	6471,04					
Itália	55,5					
Rússia	0,25					
Suécia	163,25					
Territórios Germânicos	132					
Outros	3					
Perry Frend & Cª	353,25					
Irlanda	22,25					
Territórios Germânicos	331					
Perry Frend e Nassau	11217,69					0,5
Inglaterra	11168,04					0,5
Irlanda	43					
Territórios Germânicos	6,65					
Perry Frend Nassau e Thompson	22309,85					
América Inglesa	440					
Holanda	0,5					
Inglaterra	21250,32					
Irlanda	437					
Suécia	31					
Territórios Germânicos	141,03					
Outros	10					
Ricardo Tidswell	1705,21					
América Inglesa	26,03					
Inglaterra	1597,93					
Irlanda	71,25					
Noruega	10					
Ricardo Tidswell e Filho	197,75					
Inglaterra	197,75					
Samuel Abbott	1906,59					
América Inglesa	125					
Inglaterra	1528,09					
Irlanda	253,5					

Samuel Cornett	178					
Inglaterra	57					
Irlanda	121					
Samuel Kinsgton	73,5					
Inglaterra	33,5					
Irlanda	38					
Territórios Germânicos	2					
Samuel Knight	440,88					
Holanda	6					
Inglaterra	374,88					
Irlanda	60					
Samuel Warre	129					
Inglaterra	129					
Samuel Weaver	1899,28					
Inglaterra	1881,28					
Irlanda	18					
Samuell Abbott	55					
Irlanda	55					
Sargento-mor Alexandre Macdonell	1,25					
Inglaterra	1,25					
Sewann Knoysly e Sewann	3605					
América Inglesa	1					
Espanha	1,25					
Inglaterra	3539,75					
Irlanda	63					
Smith Penell	3762,43					0,3
América Inglesa	270,08					
Espanha	5,5					
Holanda	51,75					
Inglaterra	3190,35					0,3
Irlanda	237					
Não identificado	7,75					
Smith Penell & Cª	11					
Irlanda	11					
Staford Sewann Knoysley e Staford	5575,5					
Inglaterra	5547					
Irlanda	13,25					
Territórios Germânicos	0,25					
Outros	15					
Stephenson e Searle	534,47					
Inglaterra	516,47					
Irlanda	18					
Thomas Delaney	764,84					
Inglaterra	102					
Irlanda	662,84					
Thomas Evans	0,24					
Inglaterra	0,24					
Thomas Hunt	82					

Irlanda	82					
Thomas Hunt e Land	20					
Irlanda	20					
Thomas Kuffe	141					
Inglaterra	11					
Irlanda	130					
Thomas Lambert	16141,29			1		
América Inglesa	6					
Dinamarca	12,5					
Inglaterra	12207,7					
Irlanda	3601,09					
Noruega	307,75					
Territórios Germânicos	6					
Outros	0,25			1		
Thomas Nash	0,5					
Brasil	0,5					
Thomas Newman	8977,77					
América Inglesa	48,81					
Dinamarca	24					
França	74,75					
Holanda	31					
Inglaterra	7020,23					
Irlanda	1747,98					
Itália	1,5					
Rússia	12					
Não identificado	17,5					
Thomas Newman & Cª	350,59					
América Inglesa	3,84					
Inglaterra	334,5					
Não identificado	12,25					
Thomas Snou	3730,35					
Inglaterra	3633,85					
Irlanda	29,5					
Rússia	59					
Suécia	6					
Territórios Germânicos	2					
Thomas Snou & Cª	1749					
América Inglesa	7,25					
Inglaterra	1741,75					
Thomas Staford	23793,86					
América Inglesa	14,49					
Espanha	17,49					
França	36,88					
Holanda	15					
Inglaterra	23034,51					
Irlanda	631,93					
Itália	0,25					
Noruega	26,06					

Territórios Germânicos	17,25					
Thomas Turner	85					
Inglaterra	55					
Irlanda	30					
Thompson Croft	37646,92					0,5
América Inglesa	129					
Holanda	28					
Inglaterra	36907,43					0,5
Irlanda	373,74					
Noruega	11,5					
Suécia	7					
Territórios Germânicos	103,5					
Não identificado	82,75					
Outros	4					
Thompson Croft & Cª	13990,73					
Inglaterra	13934,48					
Irlanda	54,25					
Outros	2					
Thompson Wetenal	296,14					
Inglaterra	292,75					
Territórios Germânicos	3,39					
Townsend Wetenhall	331,68					
Holanda	0,5					
Inglaterra	297,18					
Irlanda	32,56					
Territórios Germânicos	1,44					
Wye Snou	3110,25					
América Inglesa	11					
Inglaterra	3095,75					
Irlanda	3					
Itália	0,5					
Wye Snou & Cª	2041,5					
Inglaterra	2028,5					
Irlanda	13					
Total	638460,07	0,75	20,5	24,09	1	28,02

Fonte: Arquivo da Real Companhia Velha – *Manifesto de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade*, livs. 1-26.

Fontes

Arquivo Distrital do Porto

Série Notarial PO 4º, 1ª série

Liv. nº 223, 224, 225, 226, 227, 275, 276, 277, 278, 279, 324, 325.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Manifestos da Contribuição dos generos gravados como subsídio Militar desta cidade

Liv. nº 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51.

Copiador particular do arquivo de documentos dirigidos ao Governo sobre as rendas do Município extraídas para o Governo

Nº 1838.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Junta do Comércio⁴⁶²

Liv. nº 76, 82, 97, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 172, 173, 191.

Maço 59, cx. 189, 190, 191; Mç. 66, cx. 212., Mç. 69, cx. 220; Mç.70, cx. 224, Mç. 335, cx.679.

Leis

Mç. 8, nº 28.

Arquivo da Real Companhia Velha

Manifestos de todos os vinhos, aguardentes e vinagres, que por sahida se despacharem na Alfandega desta cidade

Liv. nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26.

Fundo José Martins da Luz e seu filho Pedro Martins da Luz

Liv. 1.

⁴⁶² Ainda que a maioria dos livros da Junta do Comércio se apresentem em bom estado de conservação, há contudo alguns cuja consulta só é possível através de microfilme. É o caso dos livros: 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 120, 123, 124, 126 e 129.

Bibliografia

ALCOCHETE, Nuno Daupia's – *A casa de morada de Bernardo de Clamouse*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 23, (1-2), Mar-Jun, 1954.

ALEXANDRE, Valentim – *A Real Companhia Velha no Primeiro Quartel do Século XIX: O contexto internacional*. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993 .

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – “João de Almada e Melo (1703-1786): O Homem e a Cidade”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

AMORIM, Inês – “A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal entre a Ilustração e o Liberalismo” in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

AMORIM, Inês – *Aveiro e Sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*, vol. II. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996.

AMZALAK, Moses Bensabat – *O Economista Isaac de Pinto, o seu “Tatado da Circulação e do crédito” e outros escritos económicos*. Lisboa: s.n., 1960.

ANDRADE E SILVA, José Bonifácio de – *Memórias sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*”, in “*Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*”. Vol. II (1790). Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

ANDRADE, Vicente Joaquim de – *Memórias sobre as pescarias do Reino do Algarve*. Lisboa: Imprensa Régia, 1813.

ANÓNIMO – *Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, Vol. XII, Fasc. 3-4.

Anuário da Nobreza de Portugal. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1985.

ARAÚJO, Francisco Zacarias Ferreira de – *Golpe de Vista Sobre a Pretensão de Alguns Negociantes Inglezes, Estabelecidos na Cidade do Porto, Acerca da Companhia D'Agricultura Geral das Vinhas do Alto Douro, desde o anno de 1756 Epoca da sua Creação Ate Março de 1826*. Londres: Impresso por L. Thompson na Officina Portuguesa, 19, Great St. Helens, Bishopsgate Street, 1826.

ARRUDA, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*. Porto: Clássica Editora, 1988.

AZEVEDO, Mário C. – *A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente criado no Mundo*. Lisboa: Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.

- BAIROCH, Paul – *Mitos e Paradoxos da História Económica*. Lisboa: Ed. Terramar, 2001.
- BARRETO, António – *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*. “Análise Social”, vol. XXIV (100), 1988.
- BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto – a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto: FLUP, 2004.
- BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I. 1777-1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade 1934.
- BELATTO, Luís Fernando B. – *O Tratado de Methuen: interpretações e desmistificações*. Klepsidra: “Revista virtual de História”, nº4, 2000.
- BENNASSAR, Bartolomé; MARIN, Richard – *História do Brasil*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000.
- BENNETT, Norman R. – *The Gold Age of the Port Wine System, 1781-1807*. “International History Review”, 1990 12(2).
- BENNETT, Norman R. – *Wine Growers of the Upper Douro, 1780-1800*. “Portuguese Studies Review”, 1992 2(1).
- BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*. “Douro – Estudos e Documentos”, vol. II (4), 1997.
- BENNETT, Norman R. – *Notes on Offley Forrester and the Forresters: 1779-1861*. Porto: Faculdade de Letras, Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, 2004.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, 3 vols.
- BLUTEAU, P. Raphael – *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 volumes.
- BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério – *Elementos de Contabilidade Geral*. 25ªed. Lisboa: Áreas Editora, 2010.
- BOXER, C.R. – *O Império Marítimo Português – 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, Fernando M. O. de Castro – *A Política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*. Odivelas: Ed. Heuris/Europress, 1985.
- BRANDÃO, Fernando M. O. de Castro – *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- BRAZÃO, Eduardo – *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Resistência, 1980.

CABREIRA, Thomaz – *O Algarve Económico*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1918.

CAPELA, José Viriato Eiras – *Os vinhos da Ribeira Lima sob a tutela da Companhia: análise das vicissitudes do seu comércio externo*. Porto: Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia, 1986.

CARDOSO, António Barros – *O Alvará da Instituição da Companhia e os motins do Porto de 1757*. “DOURO – Estudos e Documentos”, vol. I (1), 1996.

CARDOSO, António Barros – *Vinho e Fiscalidade na Época Moderna*. “DOURO – Estudos e Documentos”, vol. 1 (3). Porto: GEHVID, 1997.

CARDOSO, António Barros – *O Porto e o comércio do vinho – dos alvares de Setecentos à instituição da Real Companhia (1756)*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, III Série, vol. 2, 2001.

CARDOSO, António Barros – *A normalização do comércio de vinhos do Douro (Da “crise” comercial de 1754 à Instituição da Companhia dos Vinhos)*. “Revista da Faculdade de Letras, História”. Porto, III Série, vol. 3, 2002.

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, vol. I. Porto: GEHVID, 2003.

CARDOSO, António Barros – *Os mercadores de vinho do Porto e o sal português : (1704-1747)*. Porto: GEHVID, 2003.

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, vol. II. Porto: GEHVID, 2003.

CARDOSO, António Barros – *Portugal e a Inglaterra nos Tempos Modernos*. Revista da Faculdade de Letras, Porto, III Série, vol. 4, 2003.

CARDOSO, António Barros – “O sal português nos cais de Londres e nos outros portos das Ilhas Britânicas (séc. XVIII)”, *I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005.

CARDOSO, António Barros – *O vinho nas relações comerciais do Porto com o Brasil: (séc. XVI a XVIII)*. “Douro: Estudos & Documentos”, vol. 12, nº 21, 2006.

CARDOSO, António Barros – *A Contestação Inglesa à Companhia em 1777*. “População e Sociedade”. Porto: CEPESE, nº 16, 2008.

CARDOSO, António Barros; OLIVEIRA, Aurélio de (coord.) – *Vinho Verde: História, Economia, Sociedade e Património* (actas do Congresso). Porto: APHVIN/GEHVID e Confraria do Vinho Verde, 2010.

CARDOSO, José Luís – *A influência de Adam Smith no pensamento económico português (1776-1811/12)*, in “Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal”. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

CARDOSO, José Luís – *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARDOSO, José Luís – *Pensar a economia em Portugal. Digressões históricas*. Lisboa: Difel, 1997.

CARDOSO, José Luís (coord.) – *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARDOSO, José Luís et al. – *O Tratado de Methuen (1703): Diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes – *Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro /1750-1808*. Revista “Tempo”, 2011.

CARREIRA, António – *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

CARREIRA, António – *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

CARREIRA, Ceferino – *Vinho do Porto e a Região do Douro, História da Primeira Região Demarcada*. Sintra: Colares Editora, 2002.

Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 16 de março de 1648, Carta XXV, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume.

Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 23 de março de 1648, Carta XXVI, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume.

Carta ao Marquês de Nisa, datada de Haia, em 6 de abril de 1648, Carta XXVIII, in VIEIRA, António – *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, 1º volume.

CARVALHO, António Carlos – *Os Judeus do Desterro de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

CARVALHO, Arthur de Moraes – *Companhias de Colonização*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1982.

CARVALHO, Rómulo – *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

CASTRO, Armando – *As doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadência (séculos XVI a XVIII)*. Amadora: Livraria Bertrand – Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CASTRO, Armando – *História Económica de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1980.

CASTRO, José Ferreira Borges de – *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até*

ao presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

Catálogo da exposição – *250 Anos da criação da Aula de Náutica.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 19 de abril-30 de julho de 2012.

CENTENO, Marta Maria Pereira – *O Comércio de Vinhos no Porto na Época de Pombal (1757/1772).* Porto: FLUP, 2005.

CHARON Annie, CLAERR Thierry et MOUREAU François (orgs.) – *Le livre maritime au siècle des Lumières Edition et diffusion des connaissances (1750-1850).* Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2004.

COELHO, António Borges – *Clérigos, mercadores, “judeus” e fidalgos.* Lisboa: Caminho, 1994.

COELHO, António Borges – *Cristãos-Novos Judeus e os Novos Argonautas.* Porto: Caminho, 1998.

COSTA, Fernando Jorge Dore – *Crise financeira, dívida pública e capitalistas (1796-1807).* Dissertação de mestrado em Sociologia e Economia Históricas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

Coutinho, José Joaquim de – *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias, 1794,* introdução e direção de edição de Jorge Pedreira. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

CORREIA, José Eduardo Horta – “Vila Real de Santo António Levantada em Cinco Meses pelo Marquês de Pombal” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal Revisitado*, vol.II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina.* Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto publicações, 1997.

CORTESÃO, Jaime – *História da Expansão Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

COSTA, Agostinho Rebello da – *Descrição Topografica e Historica da Cidade do Porto.* Porto: Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.

COSTA, Leonor Freire – *Pernambuco e a Companhia Geral de Comércio do Brasil.* “Penélope”, nº23, 2000.

COUTINHO, Joze Joaquim da Cunha de Azeredo – *ENSAIO ECONOMICO SOBRE O COMERCIO DE PORTUGAL E SUAS COLONIAS.* Lisboa: Academia Real das Siencias, 1794.

COUTO, Jorge – *O Brasil Pombalino.* Lisboa: Instituto Camões – “Revista de Letras e Culturas Lusófonas”, nº15-16, jan/jun. 2003.

CUNHA, Ana Cannas da; GASPAR, Diogo (coord.) – *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997.

CUNHA, Miguel Alexandre Dantas da – *Portugal perante o sistema internacional dos finais do século XVIII – 1792-1807*. ISCTE/Academia Militar, tese de mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, 2008.

DAVID, Henrique – *Cor, corpo e gosto: o juízo do ano na viragem do século XVIII para o século XIX*. “DOURO – Estudos e Documentos”. Porto: GEHVID, nº 3, 1997.

Decreto-Lei n.º 70/91, de 8 de fevereiro – *Regulamento da Denominação de Origem Controlada da Bairrada*, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 72/98 (retificações).

Decreto-Lei n.º 72/98 – *retificações* in “Diário da República – Número: 72/98 SÉRIE I-A. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

DELLON, Charles, TOURS, François de, MONTGON, Charles Alexandre de, SAINT-PRIEST - Conde de – *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro testemunhos*. Lisboa: Lisóptima Edições, 1989.

DENIS, Henri – *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

DIAS, Luís de Carvalho – *A Relação das Fábricas de 1788*, “in Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra”, vol. III, n.º 4, 1954, e vol. IV, n.º 1, 1955.

DIAS, Luís Fernando Carvalho – *Os Lanifícios na Política Económica do Conde de Ericeira*. Lisboa: s.n., 1954, vol. I.

DIAS, Manuel Nunes – *Mercantilismo e Companhias*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVIII, fasc. 3-4.

DIAS, Manuel Nunes – *Fomento e mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Pará: Universidade Federal do Pará, 1971.

DUGUID, Paul – “Lavradores, Exportadores, comissários e capitalistas: os componentes da região do vinho do Porto”. *DOURO – Estudos e Documentos*. Porto: GEHVID, nº 2, 1996.

DUGUID, Paul – *Tudo em detalhes: instantâneos sobre o comércio do vinho do Porto entre 1777 e 1786*. “DOURO – Estudos e Documentos”. Porto: GEHVID, nº 10, 2000.

DUGUID, Paul – *The making of Methuen: the commercial treaty in the english imagination*. Porto: Revista de História da FLUP, 2003.

ELLIS, Myriam – *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955.

ESTRELA, Paulo Jorge - *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans – *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans – *O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina e a sombra do Tratado de Methuen*. Belo Horizonte: Nova Economia – 15 (2) - 11-34 - maio-agosto de 2005.

FALCON, Francisco José Calazans – “A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Contexto das Práticas Mercantilistas e Ilustradas da Época Pombalina”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

FARIA, António Machado de – “Famílias Nobres. Suas Origens e suas Armas” in ZÚQUETE, Doutor Afonso Martins (dir.) – *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Federação Russa e Ministério dos Negócios Estrangeiros – *Relações diplomáticas luso-russas. Coletânea documental conjunta (1722-1815)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2004.

FERNANDES, Paula Guilhermina – “Habitação e trabalho no Porto da época do cerco: o Bairro de Santa Catarina”. *Análise social*, vol. XXXV (156), 2000.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva - “Elites locais e poder municipal”. *Análise Social*. Vol. XLI (178), 2006.

FERREIRA, J. A. Pinto – *O comércio do Vinho do Porto através da correspondência de John Whitehead, cônsul britânico na mesma cidade endereçada a Mr. Warre: 1793 a 1800*. Porto : Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1960.

FERREIRA, Sérgio – “O curso na segunda metade do século XVIII: reflexos de um cartório notarial portuense”. *Revista da Faculdade de Letras, História*, III série, vol. VI. Porto: Faculdade de Letras, 2005.

FERREIRA, Sérgio Carlos; RIBEIRO, Joana Isabel; RODRIGUES, Pedro – “Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras, História*, III série, vol. V. Porto: Faculdade de Letras, 2004.

FIGUEIRAS, Rui – *Vila Pombalina: Vila Real de Santo António*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal, 1999.

FISHER, H. E., S. – *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1971.

FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996.

FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *A distribuição do benefício na região duriense*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1954.

FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *A Ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1955-1956.

FRAGOSO, João Luís – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, António Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.) – *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Lisboa e Vitória: IICT e EDUFES, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) – *Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Celso – *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GALVÃO, António Miguel – *Um século de História da Companhia de Pescarias do Algarve*. Faro: Edição da Companhia das Pescarias, 1948.

GALVÃO, António Miguel – *Um século de História da Companhia de Pescarias do Algarve. Elementos para o estudo da pesca do atum no Algarve: sua evolução histórico-jurídica*. Faro: s.n., 1953.

GAUTIER, Jean François – *Histoire du Vin*. Paris: PUF, 1996.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Lisboa: Ed. Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso, 1938-1942, 28 vols.

GYRAO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tratado theorico e pratico da agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade e conservação dos vinhos e da destilação das agoas ardentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

GONÇALVES, Maria Guilhermina Bessa – *A Comunidade Britânica no Porto. Inter-Relações Históricas, Económicas, Culturais e Educativas*. Porto: Afrontamento, 2002.

GRAÇA, Joaquim José da – *Tabellas das Medidas de Capacidade Antigas Reduzidas ao Systema Metrico Decimal e as Deste ao Antigo Systema Precedidas de quadros das unidades de toda a espécie de medidas portuguezas e inglezas Organizadas sobre bases officiaes*. Lisboa: Typographia Universal, 1861.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. IV. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d.

GRAMOZA, José Pedro Ferrás – *Sucessos de Portugal. Memórias históricas politicas e civis em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 até ao anno de 1804*. Lisboa: 1882-1883, 2 vols.

GUERNER, Christovão – *Discurso Historico e Analytico Sobre O Estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1827.

GUICHARD, François – *Les sociétés commerciales du vin de Porto et leur évolution contemporaine*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1980.

GUIMARÃES, Gonçalves – “A Alfândega do Porto e o Comércio entre a Barra do Douro e os Portos Russos do Báltico em 1820”. *Revista de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 10, 1990.

GYRAO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memoria histórica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.

HANCOCK, David – *Citizens of the World: London Merchants and the Integration of the British Atlantic Economy*. New York: Cambridge University Press, 1995.

HANCOCK, David – *Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste*. Yale University Press, 2009.

HESPANHA, António Manuel (coord.) – *O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol. IV de *História de Portugal*, dir. de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel – *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. Lisboa: Revista Tempo, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Lisboa: Imprensa Miguel Rodrigues, 1756.

JACQUINET, Marc – *Technological and Institutional Change as Evolutionary Process. The Case of the Port Wine Industry, 1680-1974*. Lisboa: ISEG, 2006.

JÚNIOR, Caio Prado – *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

JÚNIOR, José Ribeiro – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) – *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LAPA, Albino – *A Casa dos Seguros, a sua Fundação, os seus Regulamentos e a sua Extinção*. Lisboa: Arquivo Financeiro Segurador, 1939-1940.

LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1884.

LEME, António Pires da Silva Pontes – *Memória sobre a utilidade pública em se tirar ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que os mineram actualmente no Brasil*, “in *Memórias económicas inéditas (1780-1808)* da Academia

das Ciências de Lisboa”. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

LIDDELL, Alex – *Douro. As quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992.

LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo – *As Frotas do Brasil no Atlântico de final do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Camões, 2008.

MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*. London: Thirty Bedford Square, 1946.

MACAULAY, Rose – *Ingleses em Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1950.

MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.

MACEDO, Jorge Borges de – *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987.

MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de – *O Bloqueio Continental*. Lisboa: Gradiva, 1990.

MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAGALHÃES, José Calvet de – *História do Pensamento Económico em Portugal. Da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editores, 1967.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Relações com a Hansa” in SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, 1975.

MARTINEZ, Pedro Soares – *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Ed. Verbo, 1985.

MARTINS, Conceição Andrade – “Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização”. *Análise Social*. Vol. XXIV (100), 1988 (1º).

MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade – *Vinha, vinho e política vinícola em Portugal – do Pombalismo à Regeneração*. Évora: Universidade de Évora, 1999.

MARTINS, Conceição Andrade – *O Tratado de Methuen e o crescimento do comércio vinícola português na primeira metade de Setecentos*, in “O Tratado de Methuen (1703) – Diplomacia, Guerra, Política e Economia”. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MAURO, Frédéric – *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

MAURO, Frédéric – *Porto et le Brésil: (1500-1800)*. Porto: Oficinas Gráficas Reunidas, 1981.

MAXWELL, Kenneth – *Pombal: Paradox of the Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 1995.

MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MEDINA, João (dir.) – "História de Portugal" – *Portugal Absolutista*. Vol. VII. Lisboa: Ediclube, s.d.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320-c. 1415*, vol. II. Braga: Universidade do Minho, 2009.

MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1986.

MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e Outros Escritos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984.

Memorias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: Officina da mesma Academia, 1791.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo, Imprensa de Ciências Sociais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O "Ethos" Nobiliárquico no final do Antigo Regime*. Almanack brasiliense, revista eletrônica, nº2, novembro de 2005.

MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

MORENO, Humberto Baquero – "As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal", *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. XI, Porto, 1994.

NEVES, Acúrsio das – *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, *Variedades Sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas, Consideradas Segundo os princípios da Economia Política*. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

NOGUEIRA, António de Vasconcelos – *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a ética capitalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

NOVAIS, Fernando António – *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1980.

NOVAIS, Fernando António – *O Marquês de Pombal, a História e os Historiadores*. “População e Sociedade”. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*. Porto: Universidade Portucalense, 1999.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Municipalismo e Sociedade – A Cidade do Porto desde o Advento de Pombal até às Invasões Francesas*. Porto: edição da autora, 2004. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Real Companhia Velha e Câmara Municipal do Porto: Um século de direcção comum (1756-1855)*. “Douro: Estudos & Documentos”, vol. 09, nº 17, 2004.

OLIVAL, Fernanda – *O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de Setecentos*. “Anais da Universidade de Évora”, nº 8-9, 1998/1999.

OLIVAL, Fernanda – *Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)*. “Análise Social”, vol. XXXVIII (168), 2003.

OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José – *Devassa a que mandou proceder sua majestade no território do Alto Douro pelo desembargador António de Mesquita e Moura*. Lisboa: Série Documental, Biblioteca Nacional, 1983.

OLIVEIRA, António Resende de – *Poder e Sociedade. A Legislação Pombalina e a Antiga Sociedade Portuguesa*. Revista de História das Ideias, vol. 4 – tomo I, 1982.

OLIVEIRA, Aurélio de – *Douro país Vinhateiro. Da produção ao comércio. Algumas considerações*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1993.

OLIVEIRA, Aurélio de – *Os vinhos em Portugal (1300-1820): um sector de sucesso na agricultura bloqueada de Antigo Regime*. In “Douro – Estudos e Documentos”, vol. 22. Porto: GEHVID, 2007.

OLIVEIRA, Fernando de – *O Motim Popular de 1757. Uma página na história da época pombalina*. Porto: Tip. da Enciclopédia Portuguesa, Lda., Instituto de Estudos Históricos, FLUP, s.d.

OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (orgs.) – *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007.

Ordenações Manuelinas, liv. 1, tit. LIII.

Ordenações Manuelinas, liv. 1, tit. XLIV.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º).

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)*. “Análise Social”, vol. XXXI (136-137), 1996.

PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque O. Nunes Lemos – *Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Loja das Ideias, 1997 (Cadernos dos 500 Anos, vol. 1).

PEREIRA, Gaspar Martins – "A evolução das técnicas vitivinícolas no Douro oitocentista". In *Os vinhos licorosos e a história*. “Actas do Seminário Internacional – Os vinhos licorosos e a história”. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.

PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PEREIRA, Gaspar Martins – *A Festa (Comunicações ao VIII Congresso Internacional “A Festa”)*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII/Universitária Editora, 1992.

PEREIRA, Gaspar Martins – “Na Infância de um Grande Vinho: entre o ‘Vinho de Pé’ e o ‘Port Wine’”. In *A Festa (Comunicações ao VIII Congresso Internacional “A Festa”)*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII/Universitária Editora, 1992.

PEREIRA, Gaspar Martins – "A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira". *Douro – Estudos e Documentos*, nº I, Primavera 1996. Porto: GEHVID.

PEREIRA, Gaspar Martins – "Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia". *Douro – Estudos e Documentos*, nº 5, Primavera 1998. Porto: GEHVID.

PEREIRA, Gaspar Martins – "Um vinhedo milenar, um vinho universal". In *Enciclopédia dos Vinhos do Porto e Douro*. Lisboa: Ed. Chaves Ferreira, 1998.

PEREIRA, Gaspar Martins; COSTA, Natália Fauvrelle – “A Companhia contra os Lavradores do Douro. I: a denúncia de António de Mesquita e Moura, Juiz da Devassa de 1771-1795”. *Douro – Estudos e Documentos*. Vol. IV (7), 1999 (1º).

PEREIRA, Gaspar Martins – *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho*. “Douro – Estudos e Documentos”, vol. V (9), 2000 (1º).

PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX*. Porto: Afrontamento, 2010.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Roriz. História de uma Quinta no Coração do Douro*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

PEREIRA, José Manuel – *O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista – Percursos, Práticas e Contextos Profissionais*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: FLUP, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern – *Portugal e a partilha do mercado mundial nos séculos XVIII e XIX*, in “Das revoluções liberais ao Estado novo”. Lisboa: Presença, 1994.

PEREIRA, Pedro Teixeira – “Os Pedrossem – Uma Família de Elite no Porto Setecentista”. *Douro – Estudos & Documentos*, nº 15, 2003.

PERES, Damião – *História da Cidade do Porto*, 3vols. Porto: Livraria Civilização Editora, 1992.

PIMENTEL, Alberto – *O Porto Há Trinta Anos*. Porto: Livraria Universal, 1893.

PINTO, Albano da Silveira; Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha de Almeida Sanches de Baena, Visconde de – *Resenha das famílias dos Titulares e Grandes de Portugal*. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, 2 vols.

PINTO, Maria Helena Barbosa – *A Vereação Municipal do Porto em 1545*, Porto, 2001. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PINTO, Virgílio Noya – *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português (Uma Contribuição aos Estudos da Economia Atlântica no Século XVIII)*. Brasil - S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos*. “Separata de: Bracara Augusta”, vol. 32, fasc.73-74 (85-86), Jan.-Dez. Braga: s.n., 1978.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

RAMOS, Pedro Manuel Amaral – “A Instituição Consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. IV, 2003.

RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton Sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 2007.

RAU, Virgínia – *O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII. Uma interpretação*. Porto: Boletim Cultural da Câmara do Porto, Porto, vol. XXI, fasc. 1-2.

RAU, Virgínia – *Estudos de História (Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico)*. Porto: Editorial Verbo, 1968.

REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da BPMP, II Série – 3*, Porto, 1984.

REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Do Rio Douro à Baía da Guanabara. Ensaio sobre a Mentalidade e o Trato Mercantil Setecentista*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1997.

RIASANOVSKY, Nicholas V. – *Histoire de la Russie des Origines a 1984*. Paris: Editions Robert Laffont, 1990.

RIBEIRO JÚNIOR, José – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *A Comunidade Britânica do Porto Durante as Invasões Francesas (1807-1811)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas (1776-1822)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Letras do Porto, vol I, Porto, 1997.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Sal português para as Américas: exportações para os Estados Unidos nos finais do século XVIII e inícios do século XIX*. I Seminário Internacional sobre o sal português – Instituto de História Moderna do Porto, 2005.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Destino das exportações do sal português na segunda metade do século XIX*. Porto: Universidade do Porto. Instituto de História Moderna, 2008.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Os Estrangeiros e o Porto Setecentista: Imagens, Representações e Poder*. Porto: Universidade do Porto, 1996.

ROSSA, Walter - “Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores”. *Monumentos*. Nº 30. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009.

SÁ, Victor de; PEREIRA, Gaspar Martins – “Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, vol 7.

SAINT-PRIEST, Conde de – “Uma Campanha Militar. Uma Missão Diplomática”, in *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro Testemunhos*. Lisboa: Lisóptima Edições, 1989.

SALGADO, Augusto A. Alves – *O poder naval português no Atlântico – séculos XVI a XVIII*. In “Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime : poderes e sociedades”. Lisboa: Academia da Marinha, 2005.

SAMPAIO, António Carlos Jucá de – *Os homens de negócio cariocas da primeira metade de setecentos: origem, alianças e acumulação na construção do espaço atlântico*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.

SANTOS, Cândido dos – *Para a História do Comércio Português. Movimento da saída de barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801*. “Boletim Cultural”, 2ª série, vol. 2. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1984.

SANTOS, Corcino Medeiros dos – *Relações Comerciais do Rio de Janeiro Com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SANTOS, Eugénio dos – *O Brasil Pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, 1991.

SANTOS, Eugénio dos – *Homens e Mercadorias do Norte de Portugal no Brasil. Implicações Mútuas*. Porto: Universidade do Porto – III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – Aquitânia, 1996.

SANTOS, Joaquim José Carvalhão – *Literatura e Política. Pombalismo e Antipombalismo*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

SANTOS, Júlio Eduardo dos – *O Vinho do Porto: seu passado, presente e futuro: produção, comercio, estatística*. Lisboa: s.n., 1916.

SANTOS, Luís Filipe Rosa – *A Pesca do Atum no Algarve*, Loulé: s.n., 1989.

SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*, 4ª ed. Porto: Editorial Inova Limitada, 1969.

SARAIVA, Cunha – *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil*. Lisboa: I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938.

SCHNEIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

SELLERS, Charles – *Oporto, old and new: being a historical record of the port wine trade, and a tribute to british commercial enterprise in the North of Portugal*. London: Herbert E. Harper, 1899.

SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”, in RAMOS, Luís de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “História de Portugal” – *A Restauração e a Monarquia Absoluta*. Vol. V, 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo; PEREIRA, Isaías da Rosa; FERREIRA, João Albino Pinto et al. – *Vinho na História Portuguesa Século XIII-XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida-Ciclo de Conferências, 1983.

SERRÃO, Joel – “Repensar Pombal” in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) – *Pombal Revisitado*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

SERRÃO, José Vicente – *Foi o Século XVIII uma Época de Crise ou de Progresso para a Agricultura Portuguesa?* Lisboa: ISCET, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, s/d.

SERRÃO, José Vicente – *O Pensamento Agrário Setecentista (Pré “Fisiocrático”): Diagnósticos e Soluções Propostas. Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l’Ancien Régime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II, 1978.

SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte Universitário, 1981.

SHAW, L. M. E. – *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal, 1654-1810*. Ashgate: Aldershot, Hampshire, 1998.

SHIKIDA, Claudio – *Apontamentos sobre a economia política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*. Rio de Janeiro: IBEMEC, 2007.

SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder*. Lisboa: Edição Cosmos, 1970.

SILVA, António de Morais – *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1990, vol. V.

SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. I. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. II. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto et le Ribadouro au XVIIe siècle: une complémentarité imposée par la nature*. Paris: CENPA – Maison des Pays Ibériques, 1991.

SILVA, Francisco Ribeiro da – “Geografia do comércio portuense nos finais do século XVIII – Parceiros, produtos e capitais”. *Tripeiro*. Porto, 7ª série, 14 (6/7) Jun.-Jul. 1995.

SILVA, Francisco Ribeiro da – “Tempos Modernos” in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995.

SILVA, Francisco Ribeiro da – “Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna”. *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I (2), 1996 (2º).

SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Companhia do Alto Douro e os negociantes ingleses (1756-1761) ou o difícil combate contra a tutela britânica* in “Os Vinhos Licorosos e a História”, Funchal, 1998.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Aliança Luso-Britânica (1756-1765). Comércio e Guerra. A Importância Diplomática do Vinho do Porto*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2000.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*. Porto: Edições Inapa, 2001.

SILVA, Francisco Ribeiro da – “Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos Porto e Douro”. *DOURO – Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID, 18 (2004).

SILVA, Francisco Ribeiro da – *Quinhentos, Oitocentos (Ensaio de História)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – *Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. VIII: “O Império Luso- Brasileiro (1750-1822)”. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) – *De Cabral a D. Pedro I. Aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001.

SILVA, Maria Celeste Gomes da – *Rotas Negreiras e Comércio de Africanos para o Maranhão Colonial, 1755-1800*, Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciências no curso de pós-graduação em História, apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

SIMONSEN, Roberto C. – *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOLIS, Duarte Gomes – *Alegación en fauor da la Compañia de la India Oriental e comércios ultramarinos, que de nuevo se instituyò en el Reyno de Portugal*, Ano de MDCXXVIII.

SORIANO, Simão José da Luz – *História do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquês de Pombal: precedida de uma breve noticia dos antecedentes reinados a começar no de El-Rei D. João IV*. Lisboa: Typographia Universal, 1867, 2 vols.

SOUSA, Armindo de – “Tempos Medievais”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*. Porto: CEPESE, 2001.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*. Porto: CEPESE, 2003.

SOUSA, Fernando de – “O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757)”. *Revista Camões*, nº 15/16. Lisboa: Instituto Camões, 2003.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Porto: CEPESE, 2006.

SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Cepese, 2006.

SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa – “Portugueses do Norte de Portugal com Destino ao Brasil (1805-1832)”, *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº 14, 2006.

SOUSA, Fernando de – “O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE / Edições Afrontamento, 2008.

SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição – *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE, 2008.

SOUSA, Fernando de – “O Legado da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) ao Alto Douro e a Portugal (1756-2006)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, nº16, 2008.

SOUSA, Fernando de – *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1776-1834). A Rússia de Catarina a Grande vista pelos Portugueses (1779-1781)*. Porto: CEPESE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e – *Desclassificados do Ouro. A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SUPPLE, Barry – “The State and the Industrial Revolution”, in CIPOLLA, C. (ed.) – *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 3, 1977.

TENREIRO, A. Guerra – *Douro: esboços para a sua historia economica*. S.l.: s.n., 1941.

TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – *Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema decimal. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

UNWIN, Tim – *Wine and the Vine. An Historical Geography of Viticulture and the Wine Trade*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1991.

VALENTE, Vasco – *O Motim de 1757 Segundo uma Testemunha Coeva*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. IV, fasc. 2-3, 1941.

VALENTE, Vasco – *João Allen (1781-1848), Soldado, Negociante, Artista e Amigo das Artes*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. XI, fasc. 1-2, março/junho, 1948.

VALENTE, Vasco – *Os Cônsules Maynard*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. XII, fasc. 3-4 (março/junho), 1949.

VANDELLI, Domingos – *Memória sobre a Agricultura deste Reino e das suas Conquistas*. “In Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa” Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho – *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert, 1854-1857.

VIEIRA, António – “Proposta feita a El-Rei D. João IV”. In *Obras escolhidas*. Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, António – *Sermões*, Tomo XI, Editores, J.M.C. Seabra e T. Q. Antunes, 1856.

ZÚQUETE, Doutor Afonso Martins (dir.) – "Armorial Lusitano" – *Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.